JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Dom Aquino 4
Camara Municipal de Peixoto de Azevedo 4
Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá – CIDES-VRC 18
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 19
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT 19
Prefeitura Municipal de Água Boa 20
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 35
Prefeitura Municipal de Alto Garças 36
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 43
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 43
Prefeitura Municipal de Apiacás 44
Prefeitura Municipal de Araguaiana 57
Prefeitura Municipal de Araguainha 58
Prefeitura Municipal de Araputanga 59
Prefeitura Municipal de Arenápolis 59
Prefeitura Municipal de Aripuanã 60
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 71
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 72
Prefeitura Municipal de Cáceres 73
Prefeitura Municipal de Campinápolis 80
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 86
Prefeitura Municipal de Campo Verde 88
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 90
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 96
Prefeitura Municipal de Canarana 98
Prefeitura Municipal de Carlinda 102
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 102
Prefeitura Municipal de Cláudia 106
Prefeitura Municipal de Colíder 107
Prefeitura Municipal de Colniza 110
Prefeitura Municipal de Comodoro 111
Prefeitura Municipal de Confresa 112
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 113
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 114
Prefeitura Municipal de Cuiabá 115
Prefeitura Municipal de Curvelândia 115
Prefeitura Municipal de Denise 116
Prefeitura Municipal de Diamantino 117
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 117
Prefeitura Municipal de General Carneiro 118
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 128
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 129
Prefeitura Municipal de Itanhangá 129
Prefeitura Municipal de Itiquira 130
Prefeitura Municipal de Jangada 149
Prefeitura Municipal de Jauru 150
Prefeitura Municipal de Juara 151
Prefeitura Municipal de Juscimeira 152
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 152
Prefeitura Municipal de Marcelândia 158
Prefeitura Municipal de Matupá 159

Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 160
Prefeitura Municipal de Nortelândia 164
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 168
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 173
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 176
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 178
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 178
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 178
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 179
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 184
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 186
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 186
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 192
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 194
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 195
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 195
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 201
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 202
Prefeitura Municipal de Paranatinga 211
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 226
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 227
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 227
Prefeitura Municipal de Poconé 244
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 246
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 246
Prefeitura Municipal de Poxoréu 248
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 250
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 251
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 252
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 252
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 253
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 254
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 256
Prefeitura Municipal de São José do Povo 343
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 346
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 346
Prefeitura Municipal de Tabaporã 347
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 347
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 381
Prefeitura Municipal de União do Sul 383
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 385
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 386
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 393
Prefeitura Municipal de Vila Rica 393

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DECRETO LEGISLATIVO N° 21 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

"Dispõe sobre a concessão de Licença ao Prefeito Municipal de Cáceres-MT, a ausentar-se do Brasil e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *tendo em vista as prerrogativas que lhe são estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Seção II, Art. 69, II, III, bem como o seu Regimento Interno, Artigos 21, I, "h", 38, II, 166, II, e 196, V, aprovou e a Mesa Diretora promulga o presente Decreto Legislativo:*

Art. 1º Fica concedido a Licença ao Chefe do Poder Executivo, Senhor **FRANCIS MARIS CRUZ**, a ausentar-se do Brasil, no dia 17 de novembro de 2017, sem ônus ao erário.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Legislativo nº 19 de 30 de outubro de 2017.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 13 de novembro de 2017.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

José Eduardo Ramsay Torres

Vice-presidente

Alvasir Ferreira de Alencar

1º secretário

Wagner Sales do Couto - "Barone"

2º secretário

Elias Pereira da Silva

Tesoureiro

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS - 2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº: 024/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES – MT

CONTRATADA: HUMBERTO PIVA MOURATO EIRELI - EPP/ 27.331.600/0001-99

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO/FORNECIMENTO E MONTAGEM DE PAREDES DIVISÓRIAS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS, VIDROS, PORTAS E PERSIANAS, BEM COMO A DISPONIBILIZAÇÃO DOS MATERIAIS, MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

VALOR: R$ 37.500,00 (TRINTA E SETE MIL E QUINHENTOS REAIS)

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

INÍCIO: 04/10/2017 **TÉRMINO:** 03/10/2018

Cáceres-MT., 11 de outubro de 2017

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CAMARA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 021/2017

Portaria n.º 021/2017 Dom Aquino/MT, em 13 de novembro de 2017.

"EXONERAR ASSESSOR JURÍDICO EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO"

HOSANA TEIXEIRA DO CARMO, Presidente da Câmara Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a PEDIDO do cargo em comissão de "Assessor Jurídico" o Senhor ROBIE BITENCOURT IANHES, desta Casa de Leis.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º – Revogam-se às disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência em 13 de novembro de 2.017.

HOSANA TEIXEIRA DO CARMO

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

DECRETO Nº 098, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017.

"SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, tendo em vista o contido da Lei Municipal nº 966/2017, e em consonância com a Lei Federal nº 4320/64;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Credito Adicional Especial, destinado exclusivamente a realização de despesas descritas abaixo:

03.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

03.001.04.122.0002.2011.3.3.9.0.93	Indenizações e restituições	R$ 12.800,00
	Sub-total	**R$ 12.800,00**

07.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.001.10.122.0014.2061.3.3.9.0.93	Indenizaçoes e restituições	R$ 12.800,00
	Sub-total	**R$ 12.800,00**

Total Crédito Especial Suplementado	**R$ 25.600,00**

Art. 2º - Para fazer face as Suplementações consignadas no artigo anterior serão anuladas as dotações orçamentária descritas abaixo, conforme artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

03.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

03.001.04.122.0002.2011.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pess juridica	R$ 12.800,00
	Sub-total	**R$ 12.800,00**

07.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.001.10.305.0013.1043.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pess juridica	R$ 12.800,00
	Sub-total	**R$ 12.800,00**

Total Crédito Especial Reduzido	**R$ 25.600,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 22 dias de Setembro de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 1.743 DE 27 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para “Fiscalização de Obras e Serviços”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar o servidor WALMIR LAURENTINO SILVA, engenheiro civil, CREA N°:027234, matricula n°425, para acompanhamento e fiscalização dos seguintes serviços:

“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE MELHORIAS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA AVENIDA BRASIL SITUADA NO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS EM ANEXO”.

ART. 2º - O presente profissional promoverá o acompanhamento e fiscalização dos serviços, onde emitirá parecer sobre o andamento dos serviços quando solicitado, efetuará medições para pagamento e assume total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços objeto dessa nomeação.

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 27 de outubro de 2017.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

P U B L I C A D O EM____/___/___ Resp._____

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

LEI MUNICIPAL Nº 977, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

“Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, cria o Conselho Municipal de Saneamento, cria o Fundo Municipal de Saneamento e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUNTE LEI:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições desta lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do Município.

Art. 2º Para efeitos desta lei considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços e infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

II - gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal;

III - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

IV - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

V - prestação regionalizada: aquela em que um único prestador atende a 2 (dois) ou mais titulares;

VI - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

VII - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 3º Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 4º Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo dos resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 5º O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

Art. 6º Para os efeitos desta Lei, o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades:

I - de coleta, transbordo e transporte dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 2o desta Lei;

II - de triagem para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 2º desta Lei;

III - de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.

Seção II

Dos Princípios Fundamentais

Art. 7º A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I - universalização;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso a conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização das respectivas redes, adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais, que não causem risco a saúde pública e promovam o uso racional da energia, conservação e racionalização do uso da água e dos demais recursos naturais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental e proteção dos recursos hídricos, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos;

VIII - adoção de medidas de fomento à moderação do consumo de água.

IX - eficiência e sustentabilidade econômica;

X - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

XI - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

XII - controle social;

XIII - segurança, qualidade e regularidade;

XIV - subsídio, com instrumentos econômicos de política social para viabilizar a manutenção e a continuidade dos serviços públicos, com o objetivo de universalizar o acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda, como vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Seção III

Dos Objetivos

Art. 8º São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:

I - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda, indígenas e tradicionais;

II - proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

III - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade ambiental, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

IV - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

V - promover alternativas de gestão que viabilizem a auto sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação com os governos estadual e federal, bem como com entidades municipalistas;

VI - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção dos recursos hídricos e do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde, desenvolvendo programas de:

a) preservação dos recursos hídricos e de bacias hidrográficas, com vistas ao alcance do desenvolvimento sustentável e preservação ambiental;

b) execução do manejo do solo e da água, com a recuperação de áreas degradadas, conservação e recuperação de matas ciliares e demais florestas de proteção;

c) execução de campanhas de educação sanitária e ambiental.

VII - promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos contemplados as especificidades locais;

VIII - fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;

IX - contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

Seção IV

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º A execução da política municipal de saneamento básico será de competência da Secretaria Municipal de Planejamento, que distribuirá, de forma transdisciplinar, à todas as Secretarias e órgãos da Administração Municipal, respeitadas as suas competências.

Art. 10. A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I - valorização do processo de planejamento e decisão sobre medidas preventivas ao crescimento caótico de qualquer tipo, objetivando resolver problemas de dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição e a ocupação territorial sem a devida observância das normas de saneamento básico previstas nesta lei, no Plano Municipal de Saneamento Básico e demais normas municipais;

II - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

III - coordenação e integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;

IV - atuação integrada dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais de saneamento básico;

V - consideração às exigências e características locais, à organização social e às demandas socioeconômicas da população;

VI - prestação dos serviços públicos de saneamento básico orientada pela busca permanente da universalidade e qualidade;

VII - ações, obras e serviços de saneamento básico planejados e executados de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente e à saúde pública, cabendo aos órgãos e entidades por elas responsáveis o licenciamento, a fiscalização e o controle dessas ações, obras e serviços, nos termos de sua competência legal;

VIII - adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento para fins e elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, compatibilizando-se com o Plano Municipal de Saúde e de Meio Ambiente, com o Plano Diretor Municipal e com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da região, caso existam;

IX - incentivo ao desenvolvimento científico na área de saneamento básico, à capacitação tecnológica da área, à formação de recursos humanos e à busca de alternativas adaptadas às condições de cada local;

X - adoção de indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico;

XI - promoção de programas de educação sanitária;

XII - estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

XIII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

Art. 11. No acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos deverão ser observados, além de outros previstos, os seguintes procedimentos:

I - acondicionamento separado do resíduo sólido doméstico dos resíduos passíveis de reciclagem e a coleta seletiva destes;

II - acondicionamento, coleta e destinação própria dos resíduos hospitalares e dos serviços de saúde;

III - os resíduos industriais, da construção civil, agrícolas, entulhos e rejeitos nocivos à saúde, aos recursos hídricos e ao meio ambiente, bem como pilhas, baterias, acumuladores elétricos, lâmpadas fluorescentes e pneus, não poderão ser aterrados no aterro sanitário;

IV - utilização do processo de compostagem dos resíduos orgânicos, sempre que possível e viável;

V - manter o aterro sanitário dentro das normas da SEMA/MT, Resoluções do CONAMA e Normas da ABNT e demais legislações vigentes;

§ 1º A separação e o acondicionamento dos resíduos de que trata o inciso I é de responsabilidade do gerador, sendo a coleta, transporte e destino final de responsabilidade do Município (serviço terceirizado) de acordo com regulamentação específica.

§ 2º O acondicionamento, coleta, transporte e disposição final dos resíduos de que trata os incisos II e III é de responsabilidade do gerador.

§ 3º Os resíduos da poda de árvores e manutenção de jardins poderão ser coletados pela Prefeitura, quando não superior a 30 kg (trinta quilos) e dimensões de até 50 cm (cinquenta centímetros) e acondicionado separadamente dos demais resíduos.

§ 4º A disposição de qualquer espécie de resíduo gerado em um município, só poderá ser disposto em outro município, se autorizado pelo município depositário. Observando que, no caso de consórcio intermunicipal de aterro sanitário, a autorização para a disposição final dos resíduos sólidos entre os municípios consorciados deverá atender as exigências legais.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Da composição

Art. 12. A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Art. 13. O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 14. O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I - Plano Municipal de Saneamento Básico;

II - Conselho Municipal de Saneamento Básico;

III - Fundo Municipal de Saneamento Básico;

IV - Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

V - Conferência Municipal de Saneamento Básico.

Seção II

Do Plano Municipal de Saneamento Básico

Art. 15. Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico, anexo único, documento destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental para a execução dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 16. O Plano Municipal de Saneamento Básico contemplará um período de 20 (vinte) anos e contém, como principais elementos:

I - diagnóstico da situação atual e seus impactos nas condições de vida, com base em sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais, socioeconômicos e apontando as principais causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitindo soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas;

VI - Adequação legislativa conforme legislação federal vigente.

Art. 17. O Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído por esta lei, será avaliado anualmente e revisado em prazo não superior a 4 (quatro) anos.

§ 1º O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar as alterações decorrentes da revisão prevista no caput à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

§ 2º A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido, bem como elaborada em articulação com a prestadora dos serviços.

§ 3º A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor à época da delegação.

§ 4º O Plano Municipal de Saneamento Básico, dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário deverá englobar integralmente o território do ente do município.

Art. 18. Na avaliação e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, tornar-se-á por base o relatório sobre a salubridade ambiental do município.

Art. 19. O processo de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico dar-se-á com a participação da população e do Conselho Municipal de Saneamento.

Seção III

Do Conselho Municipal de Saneamento

Art. 20. Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento como órgão superior de assessoramento e consulta da administração municipal, com funções fiscalizadoras e deliberativas no âmbito de sua competência, conforme dispõe esta lei.

Art. 21. São atribuições do Conselho Municipal de Saneamento:

I - elaborar e aprovar seu regimento interno;

II - dar encaminhamento às deliberações das Conferências Municipal, Regional, Estadual e Nacional de Saneamento Básico;

III - opinar sobre questões de caráter estratégico para o desenvolvimento da cidade e território municipal quando couber;

IV - deliberar e emitir pareceres sobre propostas de alteração da Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e dos Regulamentos;

V- acompanhar a execução do desenvolvimento de planos e projetos de interesse do desenvolvimento do Município quando afetar o âmbito do saneamento básico;

VI - deliberar sobre projetos de lei de interesse da política do saneamento municipal, antes do seu encaminhamento a Câmara;

VII - acompanhar a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico e sua revisão, devendo reunir-se pelo menos duas vezes ao ano com fins específicos de monitoramento do mesmo, e efetuar a sua revisão conforme previsto nesta lei;

VIII - apreciar e deliberar sobre casos não previstos na Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e na legislação municipal correlata;

IX - Deliberar sobre recursos de competência do FMSB, bem como acompanhar seu cronograma de aplicação.

Art. 22. O Conselho será composto em um modelo bipartite paritário, composto por no mínimo 5 (cinco) membros efetivos e por seus respectivos suplentes, com mandato de 2 (dois) anos, não admitida a recondução, nomeados por decreto do Prefeito, assegurada a representação:

I - dos titulares dos serviços;

II - de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;

III - dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico;

IV - dos usuários de serviços de saneamento básico;

V - de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.

§ 1º Os membros devem exercer seus mandatos de forma gratuita, vedada à percepção de qualquer vantagem de natureza pecuniária.

§ 2º O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho será prestado pela Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo-MT.

§ 3º As reuniões do Conselho são públicas, facultado aos munícipes solicitar, por escrito e com justificativa, que se inclua assunto de seu interesse na pauta da primeira reunião subsequente.

§ 4º As decisões do Conselho dar-se-ão, sempre, por maioria absoluta de seus membros.

§ 5º O Presidente do Conselho e seu Vice-Presidente, será eleito pelos Conselheiros dentre seus Membros.

Parágrafo único. As funções e competências dos órgãos colegiados a que se refere o caput deste artigo poderão ser exercidas por órgãos colegiados já existentes, com as devidas adaptações das leis que os criaram.

Art. 23. São atribuições do Presidente do Conselho:

I - convocar e presidir as reuniões do Conselho;

II - solicitar pareceres técnicos sobre temas de relevante na área de saneamento e nos processos submetidos ao Conselho;

III - firmar as atas das reuniões e homologar as resoluções e decisões.

Seção IV

Do Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB)

Art. 24. Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB, como órgão da Administração Municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento.

§1º Os recursos do FMSB serão aplicados exclusivamente em saneamento básico no espaço geopolítico do Município; após consulta ao Conselho Municipal de Saneamento.

§2º A supervisão do FMSB será exercida na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatórios, balanços e informações que permitam o acompanhamento das atividades do FMSB, da execução do orçamento anual e da programação financeira aprovados pelo Executivo Municipal.

Art. 25. Os recursos do FMSB serão provenientes de:

I - repasses de valores do Orçamento Geral do Município;

II - Percentuais da arrecadação relativa a tarifas e taxas decorrentes da prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgotos, resíduos sólidos e serviços de drenagem urbana;

III - valores de financiamentos de instituições financeiras e organismos multilaterais públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;

IV - valores a Fundo Perdido, recebidos de pessoas jurídicas de direito privado ou público, nacionais ou estrangeiras;

V - doações e legados de qualquer ordem.

Parágrafo único. O resultado dos recolhimentos financeiros será depositado em conta bancária exclusiva e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas descritas nesta lei.

Art. 26. O Orçamento e a Contabilidade do FMSB obedecerão às normas estabelecidas pela Lei n° 4.320/64 e Lei Complementar 101/2000, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e as estabelecidas no Orçamento Geral do Município.

Parágrafo único. Os procedimentos contábeis relativos ao FMS serão executados pela Contabilidade Geral do Município ou pela Contabilidade do SAAE ou DAAE, quando houver.

Art. 27. A administração executiva do FMS será de exclusiva responsabilidade do Município.

Art. 28. O Prefeito Municipal, por meio da Contadoria Geral do Município, enviará, mensalmente, o Balancete ao Tribunal de Contas do Estado, para fins legais.

Seção V

Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico

Art. 29. Fica instituído Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, que possui como objetivos:

I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

§ 1º As informações do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio da internet.

§ 2º O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico deverá ser regulamentado em um ano, contados da publicação desta lei.

Seção VI

Da Conferência Municipal de Saneamento Básico

Art. 30. A Conferência Municipal de Saneamento Básico, parte do processo de elaboração e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, contará com a representação dos vários segmentos sociais e será convocada pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º Preferencialmente serão realizadas pré-conferências de saneamento básico como parte do processo e contribuição para a Conferência Municipal de Saneamento Básico.

§ 2º A Conferência Municipal de Saneamento Básico terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, proposta pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico e aprovada pelo Chefe do Poder Executivo.

Capítulo III

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Do Exercício da Titularidade

Art. 31. Os serviços básicos de saneamento de que trata esta Lei poderão ser executados das seguintes formas:

I - de forma direta pela Prefeitura ou por órgãos de sua administração indireta;

II - por empresa contratada para a prestação dos serviços através de processo licitatório;

III - por empresa concessionária escolhida em processo licitatório de concessão, nos termos da Lei Federal nº 8.987/95;

IV - por gestão associada com órgãos da administração direita e indireta de entes públicos federados por convênio de cooperação ou em consórcio público, através de contrato de programa, nos termos do artigo 241 da Constituição Federal e da Lei Federal nº 11.107/05.

§ 1º A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração municipal depende de celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

§ 2º Excetuam do disposto no parágrafo anterior os serviços autorizados para usuários organizados em cooperativas, associações ou condomínios, desde que se limite a distrito ou comunidade rural.

§ 3º Da autorização prevista no parágrafo anterior deverá constar a obrigação de transferir ao titular os bens vinculados aos serviços por meio de termos específicos, com os respectivos cadastros técnicos.

Art. 32. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:

I- a existência do Plano de Saneamento Básico;

II - a existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico financeira da prestação universal e integral dos serviços;

III - a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização;

IV - a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato.

Art. 33. Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa, as normas previstas no inciso III do artigo anterior deverão prever:

I - a autorização para a contratação dos serviços, indicando os respectivos prazos e a área a ser atendida;

II - inclusão no contrato das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos, em conformidade com os serviços a serem prestados;

III - as prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas;

IV - as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação de serviços, em regime de eficiência, incluindo:

a) o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas;

b) a sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas;

c) a política de subsídios;

V - mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização e transparência dos serviços;

VI - as hipóteses de intervenção, penalidades e de retomada dos serviços.

§ 1º Os contratos não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou de acesso às informações sobre serviços contratados.

§ 2º Na prestação regionalizada, o disposto neste artigo e no artigo anterior poderá se referir ao conjunto de municípios por ela abrangidos.

VII- Atender as legislações vigentes no que se refere à qualidade da água.

Art. 34. Nos serviços públicos de saneamento básico em que mais de um prestador execute atividade interdependente com outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato e haverá órgão único encarregado das funções de regulação e de fiscalização.

Parágrafo único. A Entidade reguladora definirá, pelo menos:

I - as normas técnicas relativas à qualidade e regularidade dos serviços aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;

II - as normas econômicas e financeiras relativas às tarifas, aos subsídios e aos pagamentos por serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores dos serviços;

III - a garantia de pagamento de serviços prestados entre os diferentes prestadores dos serviços;

IV - os mecanismos de pagamento de diferenças relativas a inadimplemento dos usuários, perdas comerciais e físicas e outros créditos devidos, quando for o caso;

V - o sistema contábil específico para os prestadores que atuem em mais de um Município;

VI - a compensação sócio-ambiental por atividades causadoras de impacto.

Art. 35. O contrato a ser celebrado entre os prestadores de serviços a que se refere o artigo anterior deverá conter cláusulas que estabeleçam pelo menos:

I - as atividades ou insumos contratados;

II - as condições, e garantias recíprocas de fornecimento e de acesso às atividades ou insumos;

III - o prazo de vigência, compatível com as necessidades de amortização de investimentos, e as hipóteses de sua prorrogação;

IV - os procedimentos para a implantação, ampliação, melhoria e gestão operacional das atividades;

V - as regras para a fixação, o reajuste e a revisão das taxas, tarifas e outros preços públicos aplicáveis ao contrato;

VI - as condições e garantias de pagamento;

VII - os direitos e deveres sub-rogados ou os que autorizam a sub-rogação;

VIII - as hipóteses de extinção, inadmitida a alteração e a rescisão administrativas unilaterais;

IX - as penalidades a que estão sujeitas as partes em caso de inadimplemento;

X - a designação do órgão ou entidade responsável pela regulação e fiscalização das atividades ou insumos contratados.

Seção II

Da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico

Art. 36. A prestação dos serviços de saneamento básico atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Art. 37. Toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§ 1º Na ausência de redes públicas de água e esgotos, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

§3º As edificações temporárias deverão dispor de meios específicos para conexão às redes públicas de água tratada e esgoto sanitário.

Art. 38. Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

Art. 39. Os prestadores de serviços de saneamento básico deverão elaborar manual de prestação de serviço e atendimento, assegurando acesso amplo e gratuito aos usuários dos sistemas.

Seção III

Dos Direitos e Deveres dos Usuários

Art. 40. São direitos dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - a gradativa universalização dos serviços de saneamento básico e sua prestação de acordo com os padrões estabelecidos pelo órgão de regulação e fiscalização;

II - o amplo acesso às informações constantes no Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

III - a cobrança de taxas, tarifas e preços públicos compatíveis com a qualidade e quantidade do serviço prestado;

IV - o acesso direto e facilitado ao órgão regulador e fiscalizador;

V - ao ambiente salubre;

VI - o prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

VII - a participação no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do artigo 19 desta lei;

VIII - o acesso gratuito ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário.

Art. 41. São deveres dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - o pagamento das taxas, tarifas e preços públicos cobrados pela Administração Pública ou pelo prestador de serviços;

II - o uso racional da água e a manutenção adequada das instalações hidrossanitárias da edificação;

III - a ligação de toda edificação permanente urbana às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário disponíveis;

IV - o correto manuseio, separação, armazenamento e disposição para coleta dos resíduos sólidos, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder público municipal;

V - primar pela retenção das águas pluviais no imóvel, visando a sua infiltração no solo ou seu reúso;

VI - colaborar com a limpeza pública, zelando pela salubridade dos bens públicos e dos imóveis sob sua responsabilidade.

VII - participar de campanhas públicas de promoção do saneamento básico.

Parágrafo único. Nos locais não atendidos por rede coletora de esgotos, é dever do usuário a construção, implantação e manutenção de sistema individual de tratamento e disposição final de esgotos, conforme regulamentação do poder público municipal, promovendo seu reuso sempre que possível.

Seção IV

Da Participação Regionalizada Em Serviços de Saneamento Básico

Art. 42. O Município poderá participar de prestação regionalizada de serviços de saneamento básico que é caracterizada por:

I - um único prestador dos serviços para vários Municípios, contíguos ou não;

II - uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive sua remuneração;

III - compatibilidade de planejamento.

§ 1º Na prestação de serviços de que trata este artigo, as atividades de regulação e fiscalização poderão ser exercidas:

a) por órgão ou entidade de ente da Federação a que o titular tenha delegado o exercício dessas competências por meio de convênio de cooperação técnica entre entes da Federação, obedecido ao disposto no artigo 241 da Constituição Federal;

b) por consórcio público de direito público integrado pelos titulares dos serviços.

§ 2º No exercício das atividades de planejamento dos serviços a que se refere o "caput" deste artigo, o titular poderá receber cooperação técnica do Estado e basear-se em estudos técnicos fornecidos pelos prestadores.

Art. 43. A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico poderá ser realizada por:

I - órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista estadual ou municipal; na to-

talidade das atividades em sua parte como: Tratamento, Regulação, Normatização;

II - empresa a que se tenham concedido os serviços;

§ 1º O serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer ao plano de saneamento básico elaborado para o conjunto dos municípios consorciados.

§ 2º Os prestadores deverão manter sistema contábil que permita registrar e demonstrar, separadamente, os custos e as receitas de cada serviço para cada um dos municípios atendidos.

§ 3º A empresa que se refere o inciso II deverá ser contratada através de processo licitatório.

Seção V

Dos Aspectos Econômicos e Sociais

Art. 44. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

III - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

§ 1º Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observarão as seguintes diretrizes:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

VIII - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

Art. 45. Observado o disposto no artigo anterior, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

I - categorias de usuários, distribuídos por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;

II - padrões de uso ou de qualidade requeridos;

III - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;

IV - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

V - ciclos significativos de aumento de demanda dos serviços, em períodos distintos;

VI - capacidade de pagamento dos consumidores.

Art. 46. Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda poderão ser:

I - diretos: quando destinados a usuários determinados;

II - indiretos: quando destinados ao prestador dos serviços;

III - tarifários: quando integrarem a estrutura tarifária;

IV - fiscais: quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções;

V - internos a cada titular ou localidades: nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional.

Art. 47. As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de coleta, tratamento e manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar em conjunto ou separadamente:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos, as áreas edificadas e a sua utilização;

III - o peso ou volume médio coletado por habitante ou por domicílio;

IV - tipo de resíduo gerado e a qualidade da segregação na origem.

Art. 48. A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas deve levar em conta, em cada lote, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, podendo considerar também:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos, áreas edificadas e sua utilização.

Art. 49. O reajuste de tarifas de serviços públicos de saneamento básico será realizado observando se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 50. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:

I - periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado;

II - extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelo órgão ou entidade reguladora, ouvidos os usuários e os prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§ 3º O órgão ou entidade reguladora poderá autorizar o prestador dos serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei Federal nº 8. 987/95.

Art. 51. As tarifas devem ser fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões tornados públicos com antecedência mínima de 90 (noventa) dias com relação à sua aplicação.

Parágrafo único. A fatura a ser entregue ao usuário final deverá ter seu modelo aprovado pelo órgão ou entidade reguladora, que definirá os itens e custos a serem explicitados.

Art. 52. Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza no sistema;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário;

V - inadimplência do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

Art. 53. Desde que previsto nas normas de regulação, grandes usuários poderão negociar suas tarifas com o prestador dos serviços, mediante contrato específico, ouvido previamente o regulador.

Art. 54. Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o titular, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais.

§ 1º Não gerarão crédito perante o titular os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 2º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pelo órgão ou ente regulador e Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

Capítulo IV

DA REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 55. O município poderá prestar diretamente ou delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços de saneamento básico, nos termos da Constituição Federal, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, da Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004 e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Parágrafo único. As atividades de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico poderão ser exercidas:

I - por autarquia com esta finalidade, pertencente à própria Administração Pública;

II - por órgão ou entidade de ente da Federação que o município tenha delegado o exercício dessas competências, obedecido ao disposto no art. 241 da Constituição Federal;

III - por consórcio público integrado pelos titulares dos serviços.

Art. 56. São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III - prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência e defesa do consumidor;

IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade;

V - definir as penalidades.

Art. 57. A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V - medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI - monitoramento dos custos;

VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX - subsídios tarifários e não tarifários;

X - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento;

§ 1º As normas a que se refere o caput deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 2º As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 58. Em caso de gestão associada a prestação regionalizada dos serviços, poderão ser adotados os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em toda a área de abrangência da associação e prestação.

Art. 59. Os prestadores dos serviços de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

Art. 60. Devem ser dadas publicidade e transparência aos relatórios, estudos e decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou a fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto.

§ 1º Excluem-se do disposto no "caput" deste artigo os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão.

§ 2º A publicidade e a transparência que se refere o "caput" deste artigo deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de site na internet.

Art. 61. É assegurado aos usuários dos serviços públicos de saneamento básico:

I - amplo acesso a informações sobre os serviços prestados;

II - prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

III - acesso ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pelo órgão ou entidade reguladora;

IV - acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

Capítulo V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 62. A Prefeitura Municipal e seus órgãos da administração indireta compete promover a capacitação sistemática dos funcionários para garantir a aplicação e a eficácia desta lei e demais normas pertinentes.

Art. 63. O Plano Municipal de Saneamento Básico e sua implementação ficam sujeitos ao contínuo acompanhamento, revisão e adaptação às circunstâncias emergentes e serão revisto em até dois anos após a publicação dos resultados dos Censos Demográficos realizados e publicados pelo IBGE;

Art. 64. O Plano de Manejo, Recuperação, e ou Conservação de Mananciais Subterrâneos e/ou Superficiais para captação de abastecimento público de água potável, deverá estar concluído até três (3) anos após a aprovação e publicação desta Lei;

Parágrafo único. até três (3) anos após a publicação desta Lei a Prefeitura Municipal deverá ter viveiro de mudas para promover a recuperação nas nascentes e matas ciliares do município.

Art. 65. Ao Poder Executivo Municipal compete dar ampla divulgação do PMSB e das demais normas municipais referentes ao saneamento básico.

Art. 66. A entidade ou o órgão regulador dos serviços de que trata esta lei será definido mediante lei específica.

Art. 67. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar empresas, inclusive por concessão, para a execução dos serviços de que tratam as alíneas a, b, c e d contidas no inciso I do artigo 2º desta lei, no todo ou em parte.

Art. 68. Os regulamentos dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas serão propostos pelo órgão regulador e baixados por decreto do Poder Executivo, após aprovação do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Art. 69. Enquanto não forem editados os regulamentos específicos, ficam em uso as atuais normas e procedimentos relativos aos serviços de água e esgotos sanitários, bem como as tarifas e preços públicos em vigor, que poderão ser reajustadas anualmente pelos IPCA (índice de preço ao consumidor ampliado).

Art. 70. Os serviços previstos no artigo anterior deverão ter sustentabilidade econômico-financeira através da cobrança de taxas, tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação de serviços.

Art. 71. Esta lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 13 dias de Novembro de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

DECRETO Nº 096, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017.

"SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, tendo em vista o contido da Lei Municipal nº 964/2017, e em consonância com a Lei Federal nº 4320/64;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial no valor R$ 5.199.979,00 (cinco milhões, cento e noventa e nove mil, novecentos e setenta e nove reais), por anulação de Dotação, na Lei Municipal nº 937/2016 (LOA-2017) em consonância com a Lei nº 966/2017, artigo 6º e 7º, e conforme artigo 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4320/64.

02.001 – GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0002.2004.3.3.9.0.14	Diarias pessoa civil	R$ 5.000,00
02.001.04.122.0002.2004.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 546,00
	Sub-total	**R$ 5.546,00**

04.001 – GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.001.04.122.0002.2012.3.3.9.0.93	Indenizações e restituições	R$ 5.000,00
04.001.04.122.0002.2012.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 20.000,00
04.001.04.122.0002.2012.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 150.000,00
04.001.04.122.0002.2012.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 30.000,00
	Sub-total	**R$ 205.000,00**

05.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

05.001.04.123.0002.2016.3.3.9.0.93	Indenizações e restituições	R$ 5.000,00
05.001.28.843.0003.2017.3.2.9.0.21	Juros sobre a div por contrato	R$ 25.000,00
05.001.28.843.0003.2017.4.6.9.071	Princ da div ativa cont resgat	R$ 15.000,00
05.001.04.123.0002.2016.3.3.9.0.41	Contribuições	R$ 10.000,00
	Sub-total	**R$ 55.000,00**

06.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

06.001.04.122.0004.2019.3.3.9.0.93	Indexações e restituições	R$ 137.000,00
06.001.04.122.0004.2019.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 5.000,00
06.001.04.122.0004.2019.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 15.000,00
	Sub-total	**R$ 157.000,00**

06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.002.12.361.0005.2025.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 100.000,00
06.002.12.306.0006.2026.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 23.091,00
06.002.12.361.0005.2025.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 667,00
06.002.12.361.0005.2025.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 15.000,00
06.002.04.364.0008.2039.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 35.000,00
	Sub-total	**R$ 173.758,00**

06.005 – FUNDEB FUNDO MUN. EDUC. BÁSICA 60

06.005.12.365.0005.2031.3.1.9.0.04	Contrat por tempo determinado	R$ 10.000,00
06.005.12.365.0005.2031.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 180.000,00
06.005.12.365.0005.2031.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 30.000,00
	Sub-total	**R$ 220.000,00**

06.006 – FUNDEB FUNDO MUN. EDUC. BÁSICA 40

06.006.12.361.0005.2029.3.3.9.0.93	Indenizações e restituições	R$ 20.000,00
06.006.12.365.0005.2032.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 100.000,00
06.006.12.365.0005.2032.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 20.000,00
06.006.12.361.0005.2029.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 290.000,00
	Sub-total	**R$ 430.000,00**

07.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.001.10.305.0013.1043.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 12.900,00
07.001.10.122.0014.2061.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 2.000,00
07.001.10.301.0010.2041.3.1.9.0.04	Contrat por tempo determinado	R$ 20.000,00
07.001.10.122.0014.2061.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 10.000,00
07.001.10.302.0011.2054.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 5.000,00
07.001.10.302.0011.2055.3.3.7.0.41	Contribuições	R$ 115.000,00
07.001.10.305.0013.2059.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 10.000,00
07.001.10.122.0014.2061.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 7.000,00
07.001.10.122.0014.2061.3.3.9.0.14	Diaris pessoal civil	R$ 13.000,00
07.001.10.302.0011.2056.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 50.000,00
07.001.10.302.0011.2056.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 50.000,00
07.001.10.122.0014.2065.3.3.9.0.14	Diárias pessoa civil	R$ 15.000,00
07.001.10.122.0014.2065.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 33.000,00
07.001.10.302.0011.2054.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 50.000,00
07.001.10.302.0011.2048.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 100.000,00
07.001.10.305.0013.2059.3.3.9.0.30	Mateial de consumo	R$ 4.100,00
07.001.10.303.0012.2057.3.3.9.0.32	Material de distrib gratuita	R$ 35.000,00
07.001.10.302.0011.2047.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 300.000,00
07.001.10.302.0011.2047.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 200.000,00
07.001.10.302.0011.2047.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 15.000,00
07.001.10.122.0014.2061.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 60.000,00
07.001.10.302.0011.2049.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 400,00
07.001.10.303.0012.2057.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 10.000,00
07.001.10.301.0010.2046.3.3.9.0.14	Diárias pessoal civil	R$ 5.000,00
07.001.10.302.0011.2055.3.3.7.0.41	Contribuições	R$ 50.000,00
07.001.10.305.0013.2059.3.3.9.0.93	Indenizações e restituições	R$ 5.000,00
07.001.10.122.0014.2061.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 200,00
07.001.10.122.0014.2065.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 2.000,00
07.001.10.305.0013.2059.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 50.000,00
07.001.10.301.0010.2043.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 50.000,00
07.001.10.302.0011.2055.3.3.7.0.41	Contribuições	R$ 300.000,00
07.001.10.122.0014.2061.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 100.000,00
07.001.10.122.0014.2061.3.3.9.0.33	Passag e desp com locomoção	R$ 10.000,00
07.001.10.305.0013.2060.3.3.9.0.14	Diárias pessoal civil	R$ 5.000,00
07.001.10.302.0011.2050.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 30.000,00
07.001.10.302.0011.2048.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 5.000,00
07.001.10.304.0013.2058.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 25.000,00
07.001.10.302.0011.2049.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 30.000,00
07.001.10.302.0011.2047.3.3.9.0.93	Indenizações e restituições	R$ 30.000,00
	Sub-total	**R$ 1.814.600,00**

08.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

08.001.08.122.0015.2067.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 15.000,00
	Sub-total	**R$ 15.000,00**

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.002.08.244.0015.2074.3.3.9.0.33	Passag e desp com locomoção	R$ 3.000,00
08.002.08.122.0015.2068.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 4.000,00
08.002.08.244.0015.2075.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 2.500,00
08.002.08.244.0015.2072.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 5.000,00
08.002.08.122.0015.2068.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 2.000,00
08.002.08.244.0015.2072.3.3.9.0.14	Diárias pessoal civil	R$ 5.000,00
08.002.08.244.0015.2071.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 35.000,00
08.002.08.244.0015.2071.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 10.000,00
08.002.08.244.0015.2071.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 5.000,00
08.002.08.244.0015.2081.3.3.9.0.14	Diárias pessoal civil	R$ 75,00
	Sub-total	**R$ 71.575,00**

08.003 – FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA E ADOLESCENTES

08.003.08.243.0015.2076.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 5.000,00
	Sub-total	**R$ 5.000,00**

09.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

09.001.20.601.0016.1055.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 20.000,00
09.001.04.122.0002.2084.3.3.9.0.14	Diárias pessoal civil	R$ 11.000,00
09.001.04.122.0002.2084.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 5.000,00
	Sub-total	**R$ 36.000,00**

10.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

10.001.18.541.0018.2092.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 20.000,00
10.001.04.122.0002.2090.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 2.000,00
10.001.04.122.0002.2090.3.3.9.0.14	Diárias pessoal civil	R$ 5.000,00
10.001.04.122.0002.2090.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 32.000,00
	Sub-total	**R$ 59.000,00**

11.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

11.001.04.122.0002.2100.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 120.000,00
11.001.04.122.0002.2100.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 20.000,00
11.001.17.511.0020.1070.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 162.000,00
	Sub-total	**R$ 302.000,00**

12.001 – GABINETE DA SECRETARIA DE TRANSPORTE

12.001.26.782.0021.2134.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 55.000,00
12.001.04.122.0002.2106.3.3.9.0.93	Indenizações e restituições	R$ 20.000,00
12.001.04.122.0002.2106.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 100.000,00
12.001.26.782.0021.2134.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 30.000,00
12.001.26.782.0021.2107.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 148.000,00
12.001.26.782.0021.2134.4.4.9.0.52	Equip e matrial permanente	R$ 1.140.000,00
12.001.04.122.0002.2106.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 80.000,00
	Sub-total	**R$ 1.573.000,00**

13.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

13.001.27.812.0022.2111.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 15.500,00
13.001.04.122.0002.2110.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 2.000,00
	Sub-total	**R$ 17.500,00**

Total Parcial Suplementado	**R$ 5.139.979,00**

Art. 2º - Para atender no artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os Provenientes de Anulação parcial/total de dotação orçamentária, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

03.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

03.001.04.122.0002.1005.4.4.9.0.52	Equip e matrial permanente	R$ 11.802,62
	Sub-total	**R$ 11.802,62**

04.001 – GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.001.04.128.0002.2014.3.3.9.0.33	Passag e desp com locomoção	R$ 6.600,26
04.001.04.128.0002.2014.3.3.9.0.33	Material de consumo	R$ 1.133,36
04.001.04.128.0002.2014.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 500,00
04.001.04.128.0002.2014.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 500,00
04.001.04.122.0002.1007.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 11.802,62
04.001.04.128.0002.2014.3.3.9.0.14	Diárias pessoal civil	R$ 3.068,00
04.001.04.122.0002.2119.3.3.7.0.41	Contribuições	R$ 10.000,00
	Sub-total	**R$ 33.604,24**

05.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

05.001.28.999.0003.9999.9.9.9.9.99	Reserva de contingência	R$ 40.000,00
05.001.04.125.0002.2124.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 1.000,00
05.001.04.125.0002.1016.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 2.000,00
05.001.04.125.0002.1016.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 3.901,31
05.001.04.125.0002.2124.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 1.000,00
	Sub-total	**R$ 47.901,31**

06.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

06.001.04.122.0004.2020.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 1.000,00
06.001.04.122.0004.2020.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 1.000,00
06.001.04.122.0004.2020.3.3.9.0.14	Diárias pessoal civil	R$ 6.202,36
06.001.04.122.0004.2020.3.3.9.0.30	Mateial de consumo	R$ 1.000,00
06.001.04.122.0004.2020.3.3.9.0.33	Passag e desp com locomoção	R$ 1.600,26
06.001.04.122.0004.1020.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 10.000,00
	Sub-total	**R$ 20.802,62**

06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.002.12.366.0005.2131.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 2.328,08
06.002.12.366.0005.2131.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 20.952,76
06.002.12.366.0005.2131.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 21.866,87
06.002.12.366.0005.2131.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 8.133,13
06.002.12.365.0005.2132.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 50.000,00
06.002.12.366.0005.2131.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 5.000,00
06.002.12.366.0005.2131.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 15.000,00
06.002.12.361.0005.1024.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 268.734,62
06.002.04.122.0004.2021.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 4.272,00
06.002.12.361.0005.2024.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 4.139,30
06.002.04.122.0004.2021.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 2.938,48
06.002.12.361.0005.2024.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 450,00
06.002.12.361.0005.2024.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 50,00
06.002.12.361.0005.2024.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 713,72
06.002.12.361.0007.2022.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 18.000,00
06.002.12.361.0005.1021.4.5.9.0.61	Aquisição de imóveis	R$ 29.144,17
06.002.12.361.0005.1024.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 65.000,00
	Sub-total	**R$ 516.723,13**

06.003 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

06.003.13.392.0009.2038.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 5.000,00
06.003.13.392.0009.2038.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 12.000,00
	Sub-total	**R$ 17.000,00**

06.005 – FUNDEB FUNDO MUN. EDUC. BÁSICA 60

06.005.12.366.0005.2035.3.1.9.0.92	Despes de exerc anteriores	R$ 4.000,00
06.005.12.366.0005.2035.3.1.9.0.04	Contrat por tempo determinado	R$ 500,00
06.005.12.366.0005.2035.3.1.9.0.04	Contrat por tempo determinado	R$ 4.500,00
06.005.12.361.0005.2028.3.1.9.1.92	Despes de exerc anteriores	R$ 311,10
06.005.12.361.0005.2028.3.1.9.1.92	Despes de exerc anteriores	R$ 2.799,90
	Sub-total	**R$ 12.111,00**

06.006 – FUNDEB FUNDO MUN. EDUC. BÁSICA 40

06.006.12.367.0005.2034.3.1.9.0.04	Contrat por tempo determinado	R$ 4.802,35
06.006.12.367.0005.2034.3.1.9.0.04	Contrat por tempo determinado	R$ 533,65
06.006.12.367.0005.2034.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 300,00
06.006.12.367.0005.2034.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 2.700,00
06.006.12.365.0005.2032.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 8.100,00
06.006.12.365.0005.2032.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 6.696,04
06.006.12.365.0005.2032.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 744,01
06.006.12.365.0005.2032.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 900,00
06.006.12.367.0005.2034.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 100,00
06.006.12.367.0005.2034.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 8.100,00
06.006.12.367.0005.2034.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 900,00
06.006.12.367.0005.2034.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 100,00
06.006.12.367.0005.2034.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 900,00

06.006.12.367.0005.2034.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 900,00
06.006.12.361.0005.2029.3.3.9.0.33	Passag e desp com locomoção	R$ 2.000,00
06.006.12.365.0005.2032.3.1.9.0.92	Despes de exerc anteriores	R$ 580,00
06.006.12.365.0005.2032.3.1.9.0.92	Despes de exerc anteriores	R$ 580,00
06.006.12.365.0005.2032.3.3.9.0.14	Diárias pessoal civil	R$ 580,00
06.006.12.365.0005.2032.3.3.9.0.14	Diárias pessoal civil	R$ 5.220,00
06.006.12.361.0005.2029.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 50.000,00
06.006.12.365.0005.2032.3.1.9.0.04	Contrat por tempo determinado	R$ 5.800,00
06.006.12.365.0005.2032.3.3.9.0.41	Contribuições	R$ 20.072,11
06.006.12.365.0005.2032.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 9.552,58
06.006.12.365.0005.2032.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 5.220,00
06.006.12.365.0005.2032.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 10.447,42
06.006.12.365.0005.2032.3.3.9.0.33	Passag e desp com locomoção	R$ 580,00
06.006.12.365.0005.2032.3.3.9.0.33	Passag e desp com locomoção	R$ 5.220,00
06.006.12.365.0005.2032.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 580,00
	Sub-total	**R$ 152.208,16**

07.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.001.10.301.0010.2042.3.1.9.1.92	Despes de exerc anteriores	R$ 900,00
07.001.10.301.0010.2042.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 10.000,00
07.001.10.301.0010.2042.3.1.9.1.92	Despes de exerc anteriores	R$ 100,00
07.001.10.301.0010.2042.3.3.9.0.33	Passag e desp com locomoção	R$ 100,00
07.001.10.301.0010.2042.3.3.9.0.33	Passag e desp com locomoção	R$ 900,00
07.001.10.301.0010.2040.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 900,00
07.001.10.301.0010.2042.3.1.9.0.04	Contrat por tempo determinado	R$ 900,00
07.001.10.301.0010.2042.3.1.9.0.04	Contrat por tempo determinado	R$ 100,00
07.001.10.301.0010.2040.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 100,00
07.001.10.301.0010.2043.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 5.000,00
07.001.10.301.0010.2043.3.3.9.0.33	Passag e desp com locomoção	R$ 1.000,00
07.001.10.301.0010.2043.3.1.9.0.92	Despes de exerc anteriores	R$ 1.000,00
07.001.10.301.0010.2043.3.3.9.0.93	Indenizações e restituições	R$ 15.000,00
07.001.10.301.0010.2042.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 100,00
07.001.10.301.0010.2042.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 900,00
07.001.10.301.0010.2042.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 10.000,00
07.001.10.301.0010.2042.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 4.559,30
07.001.10.302.0011.1034.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 11.920,65
07.001.10.305.0013.1044.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 5.852,00
07.001.10.305.0013.1044.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 5.852,00
07.001.10.305.0013.1044.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 300,00
07.001.10.305.0013.1044.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 2.566,74
07.001.10.305.0013.1044.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 2.700,00
07.001.10.305.0013.1045.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 6.852,00
07.001.10.302.0011.1034.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 443.079,35
07.001.10.305.0013.1044.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 285,19
07.001.10.302.0011.1037.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 5.407,86
07.001.10.301.0010.2040.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 4.500,00
07.001.10.301.0010.2040.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 1.000,00
07.001.10.301.0010.2040.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 9.000,00
07.001.10.301.0010.2040.3.1.9.0.04	Contrat por tempo determinado	R$ 24.998,85
07.001.10.301.0010.2040.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R4 500,00
07.001.10.305.0013.1045.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 100,00
07.001.10.305.0013.1045.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 900,00
07.001.10.122.0014.1049.4.4.9.0.61	Aquisição de imóveis	R$ 2.901,31
07.001.10.122.0014.1047.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 5.901,31
07.001.10.122.0014.2064.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 1.000,00
07.001.10.122.0014.2064.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 1.000,00
07.001.10.122.0014.2064.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 1.000,00
07.001.10.122.0014.2065.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 1.000,00
07.001.10.122.0014.2064.4.49.0.52	Equip e material permanente	R$ 901,31
07.001.10.122.0014.2065.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 1.000,00
07.001.10.128.0014.2062.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 1.800,00
07.001.10.122.0014.2063.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 5.000,00
07.001.10.128.0014.2062.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 284,00
07.001.10.122.0014.2064.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 1.000,00
07.001.10.122.0014.2064.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 1.000,00
07.001.10.122.0014.2063.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 1.000,00
07.001.10.122.0014.2063.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 4.000,00
07.001.10.128.0014.2062.3.3.9.0.33	Passag e desp com locomoção	R$ 500,00
07.001.10.304.0013.2058.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 15.000,00
07.001.10.304.0013.2058.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 4.000,00
07.001.10.304.0013.2058.3.1.9.0.04	Contrat por tempo determinado	R$ 2.897,18
07.001.10.304.0013.2058.3.1.9.0.04	Contrat por tempo determinado	R$ 14.102,82
07.001.10.302.0011.1035.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 531.860,79
07.001.10.304.0013.2058.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 1.000,00
07.001.10.122.0014.2065.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 2.471,19
07.001.10.122.0014.2066.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 2.000,00
07.001.10.301.0010.1033.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 15.000,00
07.001.10.122.0014.2066.3.3.9.0.32	Material de distrib gratuita	R$ 3.000,00
07.001.10.302.0011.1040.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 13.000,00
07.001.10.302.0011.1039.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 1.593,05
07.001.10.302.0011.1039.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 11.406,95
07.001.10.301.0010.2043.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 1.800,00
07.001.10.301.0010.2046.3.3.9.0.14	Diárias pessoal civil	R$ 3.000,00
07.001.10.301.0010.2046.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 90,00
07.001.10.301.0010.2046.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 4.130,00
07.001.10.301.0010.2046.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 10,00
07.001.10.301.0010.2046.3.1.9.0.92	Despes de exerc anteriores	R$ 90,00
07.001.10.301.0010.2046.3.3.9.0.33	Passag e desp com locomoção	R$ 1.800,00
07.001.10.301.0010.2046.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 1.570,00

07.001.10.301.0010.2046.3.3.9.0.33	Passag e desp com locomoção	R$ 200,00
07.001.10.301.0010.2046.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 2.455,20
07.001.10.301.0010.2046.3.1.9.0.04	Contrat por temp determinado	R$ 450,00
07.001.10.301.0010.2046.3.1.9.0.04	Contrat por temp determinado	R$ 50,00
07.001.10.301.0010.2046.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 50,00
07.001.10.301.0010.2045.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 1.000,00
07.001.10.301.0010.2046.3.1.9.0.92	Despes de exerc anteriores	R$ 10,00
07.001.10.301.0010.2046.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 90,00
07.001.10.301.0010.2046.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 450,00
07.001.10.301.0010.2046.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 10,00
07.001.10.128.0014.2062.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 500,00
07.001.10.301.0010.2046.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 3.556,66
07.001.10.301.0010.2046.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 2.016,75
07.001.10.302.0011.2047.3.1.9.0.04	Contrat por temp determinado	R$ 3.596,22
07.001.10.302.0011.2049.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 500,00
07.001.10.301.0010.2046.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 8.585,25
07.001.10.301.0010.2046.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 5.000,00
07.001.10.301.0010.2046.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 5.151,54
07.001.10.301.0010.2046.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 272,80
07.001.10.122.0014.2061.3.3.7.0.41	Contribuições	R$ 1.000,00
07.001.10.122.0014.2061.3.3.5.0.43	Subvenções sociais	R$ 100,00
07.001.10.128.0014.2062.3.3.9.0.14	Diárias pessoal civil	R$ 817,18
07.001.10.302.0011.2054.3.3.9.0.93	Indenizações e restituições	R$ 4.039,00
07.001.10.122.0014.2061.3.1.9.0.92	Despes de exerc anteriores	R$ 450,00
07.001.10.122.0014.2061.3.3.5.0.43	Subvenções sociais	R$ 900,00
07.001.10.122.0014.2061.3.1.9.0.92	Despes de exerc anteriores	R$ 50,00
	Sub-total	**R$ 1.271.932,58**

08.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

08.001.08.122.0015.2067.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 30.000,00
08.001.08.122.0015.2067.3.3.9.0.33	Passag e desp com locomoção	R$ 5.000,00
08.001.08.122.0015.2067.3.3.9.0.93	Indenizações e restiuiçoes	R$ 30.000,00
	Sub-total	**R$ 65.000,00**

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.002.08.244.0015.2072.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 5.030,00
08.002.08.244.0015.2072.3.1.9.0.04	Contrat por tempo determinado	R$ 400,00
08.002.08.244.0015.2072.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 12.594,15
08.002.08.244.0015.2071.3.1.9.1.92	Despes de exerc anteriores	R$ 1.800,00
08.002.08.244.0015.2072.3.1.9.0.04	Contrat por temp determinado	R$ 1.600,00
08.002.08.244.0015.2071.3.1.9.1.92	Despes de exerc anteriores	R$ 200,00
08.002.08.244.0015.2136.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 41.357,09
08.002.08.244.0015.2136.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 600,00
08.002.08.244.0015.2136.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 3.600,00
08.002.08.244.0015.2136.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 400,00
08.002.08.244.0015.2136.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 5.400,00
08.002.08.244.0015.2136.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 4.595,23
08.002.08.122.0015.2068.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 97,40
08.002.08.122.0015.2068.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 4.382,10
08.002.08.122.0015.2068.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 876,60
08.002.08.122.0015.2068.3.1.9.0.04	Contrat por tempo determinado	R$ 3.383,00
08.002.08.122.0015.2068.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 486,90
08.002.08.244.0015.2071.3.1.9.0.92	Despes de exerc anteriores	R$ 3.600,00
08.002.08.244.0015.2071.3.1.9.0.92	Despes de exerc anteriores	R$ 400,00
08.002.08.244.0015.2071.3.1.9.0.04	Contrat por tempo determinado	R$ 16.650,00
08.002.08.122.0015.2068.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 97,40
08.002.08.122.0015.2068.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 876,60
08.002.08.244.0015.2071.3.1.9.0.04	Contrat por temp determinado	R$ 1.850,05
08.002.08.244.0015.2072.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 1.200,00
08.002.08.244.0015.2075.3.1.9.1.92	Despes de exerc anteriores	R$ 450,00
08.002.08.244.0015.2075.3.1.9.1.92	Despes de exerc anteriores	R$ 50,00
08.002.08.244.0015.2075.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 850,00
08.002.08.244.0015.2075.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 450,00
08.002.08.244.0015.2075.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 50,00
08.002.08.243.0015.2130.3.1.9.0.04	Contrat por temp determinado	R$ 500,00
08.002.08.244.0015.2075.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 7.650,00
08.002.08.243.0015.2130.3.1.9.0.04	Contrat por temp determinado	R$ 500,00
08.002.08.243.0015.2130.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 2.600,00
08.002.08.244.0015.2072.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 3.938,75
08.002.08.244.0015.2072.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 440,00
08.002.08.244.0015.2075.3.1.9.0.04	Contrat por temp determinado	R$ 1.000,00
08.002.08.244.0015.2072.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 9.822,53
08.002.08.244.0015.2075.3.1.9.0.92	Despes de exerc anteriores	R$ 450,00
08.002.08.244.0015.2075.3.1.9.0.92	Despes de exerc anteriores	R$ 50,00
08.002.08.244.0015.2075.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 50,00
08.002.08.244.0015.2075.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 450,00
08.002.08.244.0015.2163.3.1.9.0.04	Contrat por temp determinado	R$ 16.650,42
08.002.08.243.0015.2130.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 100,00
08.002.08.243.0015.2130.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 900,00
08.002.08.243.0015.2130.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 23.400,00
08.002.08.244.0015.2136.3.1.9.0.04	Contrat por temp determinado	R$ 1.850,05
	Sub-total	**R$ 183.678,69**

08.004 – FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTO SOCIAL

08.004.08.244.0015.2078.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 2.211,18
08.004.08.244.0015.2078.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 17.788,82
	Sub-total	**R$ 20.000,00**

08.005 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE S

08.005.08.244.0015.2083.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 500,00
08.005.08.244.0015.2083.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 4.500,00
	Sub-total	**R$ 5.000,00**

09.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

09.001.22.661.0017.2089.3.1.9.0.13	Obrig patronais - inss	R$ 3.000,00
09.001.22.661.0017.2089.3.1.9.0.04	Contrat por temp determinado	R$ 1.000,00
09.001.20.601.0016.2086.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 2.000,00
09.001.22.661.0017.2089.3.3.9.0.14	Diárias pessoal civil	R$ 3.000,00
09.001.22.661.0017.2089.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 9.099,00
09.001.04.122.0002.2084.3.1.9.0.92	Despes de exerc anteriores	R$ 3.000,00
09.001.04.122.0002.2084.3.1.9.1.92	Despes de exerc anteriores	R$ 2.000,00
09.001.04.122.0002.2084.3.1.9.0.04	Contrat por temp determinado	R$ 41.000,00
09.001.20.601.0016.2086.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 5.000,00
09.001.20.601.0016.2086.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 1.000,00
09.001.20.601.0016.2086.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 4.585,18
09.001.04.122.0016.1053.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 11.802,62
09.001.21.632.0016.2088.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 15.000,00
09.001.20.601.0016.1057.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 5.000,00
09.001.21.632.0016.2088.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 18.000,00
09.001.22.661.0017.2089.3.3.9.0.33	Passag e desp com locomoção	R$ 5.000,00
09.001.22.661.0017.2089.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 5.000,00
09.001.20.601.0016.1057.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 5.000,00
09.001.20.601.0016.1057.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 10.000,00
	Sub-total	**R$ 149.486,80**

10.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

10.001.18.543.0018.2095.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 3.000,00
10.001.18.543.0018.2095.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 1.000,00
10.001.23.695.0019.1062.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 11.000,00
10.001.18.543.0018.2095.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 4.800,00
10.001.18.541.0018.1086.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 12.469,24
10.001.18.541.0018.2096.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 4.802,00
10.001.18.541.0018.2092.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 7.703,93
10.001.18.541.0018.2096.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 1.000,00
10.001.18.541.0018.2096.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 2.000,00
10.001.18.541.0018.2092.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 1.500,00
10.001.18.541.0018.2092.3.3.9.0.33	Passag e desp com locomoção	R$ 2.000,00
10.001.18.541.0018.2092.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 3.000,00
10.001.18.541.0018.2092.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R4 2.000,00
10.001.18.541.0018.1086.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 11.136,00
10.001.18.541.0018.2096.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 2.000,00
10.001.18.541.0018.2096.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 1.000,00
	Sub-total	**R$ 70.411,79**

11.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

11.001.26.451.0020.2135.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$15.000,00
11.001.25.752.0020.2103.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 50.000,00
11.001.26.451.0020.2135.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 8.000,00
11.001.26.451.0020.2135.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 1.000,00
11.001.15.451.0020.2102.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 33.214,28
11.001.25.752.0020.2103.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 160.000,00
11.001.15.452.0020.1071.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 1.553.551,58
11.001.15.452.0020.1074.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 23.605,24
11.001.17.511.0020.1075.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 18.000,00
11.001.15.451.0020.1065.4.4.9.0.61	Aquisição de imóveis	R$ 11.802,62
11.001.26.451.0020.2135.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 39.000,00
11.001.15.451.0020.1087.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 19.000,00
11.001.17.512.0020.1076.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 13.605,00
	Sub-total	**R$ 1.945.778,72**

12.001 – GABINETE DA SECRETARIA DE TRANSPORTE

12.001.26.782.0021.2134.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 120.000,00
12.001.26.782.0021.2134.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 5.284,00
12.001.26.782.0021.1078.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 300.000,00
12.001.26.782.0021.2134.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 47.556,00
12.001.26.782.0021.2134.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 30.000,00
	Sub-total	**R$ 502.840,00**

13.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

13.001.04.122.0002.2110.3.1.9.0.04	Contrat por temp determinado	R$ 50.000,00
13.001.27.812.0022.2113.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 61.360,00
13.001.27.812.0022.2113.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 34.046,14
13.001.27.812.0022.2113.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 4.000,00
13.001.27.812.0022.2112.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 19.000,00
13.001.27.812.0022.2113.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 5.291,20
	Sub-total	**R$ 173.679,34**

Total Parcial Reduzido	**R$ 5.199.979,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 18 dias de Setembro de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO VALE DO RIO CUIABÁ – CIDES-VRC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2017

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá – CIDES-VRC, no uso de suas atribuições estatutárias convoca para Reunião Extraordinária dos Prefeitos para o dia ***20/12/2017 (Vinte de dezembro de 2017) às 9h00min***, na Sede do Consórcio Vale do Rio Cuiabá, localizado na Avenida Republica do Líbano, nº 1620 em frente ao Clube Monte Líbano, em Cuiabá – MT, com a seguinte Ordem do Dia:

Análise das Atividades de 2017;

Eleição e Posse da Nova Diretoria para o ano de 2018;

Plano de Ação e Plano de Aplicação Anual para o Exercício de 2018;

Outros Assuntos Pertinentes ao Consórcio.

Reafirmamos a necessidade do comparecimento de **TODOS OS SENHORES PREFEITOS** com direito a voz e voto neste pleito, para que, possa ser dada continuidade aos trabalhos desta Entidade.

Cuiabá, 14 de Novembro de 2017.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Presidente do CIDES-VRC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO PEIXOTO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2017

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**, através da Equipe de Pregoeiro, torna-se público que o Pregão Presencial em tela, com objeto de**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DEPESSOAJURÍDICA HABILITADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E REPARO, A SEREM ENTREGUES NO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT,** em atendimento ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto,foi declarado **DESERTO** por não haver nenhum participante. Demais informações poderão ser solicitadas na sede do Consórcio, ou pelo Fone: (66) 3575-1017/2489 e no e-mail: cisvaledopeixoto@gmail.com.

Peixoto de Azevedo/MT, 14 de novembro de 2017.

ACIOMAR MARQUES CARVALHO

Pregoeiro Oficial do CISVP

ATO NORMATIVO Nº 250

ATO NORMATIVO Nº 250 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO PEIXOTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, Presidente do Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Peixoto, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, e considerando a necessidade de realização do Processo Seletivo Simplificado, cria a Comissão para acompanhar todo o processo referente ao Processo Seletivo Simplificado.

RESOLVE

Art. 1º - Cria a Comissão preparatória do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 2º - Nomear para compor a Comissão do Processo Seletivo Simplificado, que será presidida pelo primeiro:

Presidente

NANDIARA DALLACQUA PEREIRA – CPF: 028.724.331.12

Secretário

HAYSLON AIRES DA SILVA– CPF: 031.686.471.44

Membro

ALINY CRISTINA RODRIGUES PRADO – CPF: 029.729.451-23

Membro

VERONI MARIA PANSERA – CPF: 344.747.731.87

Membro

VIVIAN LUCAS CASSIANO – CPF: 956.267.941.15

Art. 3º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, ao primeiro dia do mês de Março do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se

Publique-se

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Presidente do CISVP

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 014/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.° 008/2016

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Declaramos para os devidos fins, em conformidade com o art. 21 da Lei 8.666/93, que o **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO** do Pregão Presencial N.° 008/2017 foi publicado no Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas de Mato Grosso no dia 14 de novembro de 2017, Edição n.°1238, Página 19, no Jornal A Tribuna de Rondonópolis, no dia 14 de novembro de 2017, Edição n.° 9774, Caderno B, Página 2, na AMM (Associação Mato-Grossense dos Municípios) no dia 14 de novembro de 2017, ano XII, nº 2.855, bem como fixado no mural oficial desta instituição, a partir das 16h00-min do dia 14/11/2017, até as 17h00min do dia 14 de Dezembro de 2017.

Rondonópolis, 14 de Novembro de 2017.

_____

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO S. OLIVEIRA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO

TERMO DE POSSE Nº. 001/2017

Nestes Termos e na data de hoje, toma posse **RODRIGO LOPES CARDOSO DA CUNHA,** brasileiro, residente e domiciliado neste Município, Portador do RG. 4688289-DGPC/GO e CPF 006.136.271-99, para exercer o cargo de **TÉCNICO EM INFORMÁTICA-ADM**, **Classe "A" Nível "I", com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais**, lotado na Secretaria Municipal de Administração, no qual foi aprovado no Concurso Público Municipal N ° 001/2016 – "Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO". A admissão será exclusivamente no Regime Estatutário de Trabalho, Conforme Lei Complementar 009/2000, de 10 de março de 2000, ficando o empossando em Estágio Probatório pelo período de 36 (trinta e seis) meses a contar da data de posse. O empossando compromete-se a desempenhar seus deveres funcionais, com base na Lei Complementar 100/2016 de 31 de março de 2016. O empossando compareceu dentro do prazo estabelecido e munido da documentação exigida para exercer o cargo, conforme Edital de Convocação Nº. 001, de 02 de outubro de 2017 e sendo assim o mesmo está apto a tomar Posse.

Água Boa – MT, 06 de novembro de 2017.

RODRIGO LOPES CARDOSO DA CUNHA

Empossando

LUIZ OMAR PICHITTI MAURO ROSA DA SILVA

Secretário de Administração Prefeito

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO

PORTARIA DE POSSE Nº. 001/2017

Empossa no Cargo Público Municipal o Senhor RODRIGO LOPES CARDOSO DA CUNHA.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Art. 72, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Arts. 101; 102 e 103, da Lei Complementar n.º 009/2000 – Regime Jurídico,

R E S O L V E:

Art. 1º – Empossar o senhor ***RODRIGO LOPES CARDOSO DA CUNHA***, portador do RG. 4688289-SGPC/GO e do CPF. 006.136.271-99, no Cargo Público Municipal de Técnico em Informática, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo Único – O servidor ora empossado foi aprovado no Concurso Público Municipal 001/2016 e cumpriu com todos os prazos e exigências do Edital de Convocação 001/2017, de 02 de outubro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrarias.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, EM 06 DE NOVEMBRODE 2017.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado na sede da Prefeitura Municipal, aos 06 de novembrode 2017.

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

LEI COMPLEMENTAR Nº 121, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

(Projeto de Lei Complementar nº 128, de 26 de junho de 2017, do Executivo)

(Altera dispositivos da Lei Complementar Nº 036, de 13/11/2006, e dá outras providências).

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, conforme disposto no Artº. 7º, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 06 de novembro de 2017, aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Artº 1º - O "caput" do Artº. 17º, "caput", deve vigorar com a seguinte Redação:

Art. 17 (caput) – *A Licença Sanitária é o dispositivo legal e jurídico que será fornecido a toda e qualquer atividade que envolva produção, industrialização, manipulação, comercialização e fornecimento de produtos, alimentos, matérias primas, substâncias; aparelhos, máquinas, equipamentos, e prestadores de serviços que direta e indiretamente possam comprometer a saúde individual ou coletiva, executados por pessoas físicas ou jurídicas, profissionais liberais ou autônomos, órgãos ou entidades públicas e particulares, e associações. A Licença Sanitária é o documento expedido por meio de Ato Privativo, pela autoridade sanitária competente, ou por dever, à ela atribuída, contendo a permissão para o funcionamento dos Estabelecimentos que desenvolvam qualquer das atividades sujeitas ao controle sanitário.*

Artº 2º - Acrescentar ao Artº 17º, os § 3º e § 4º, respectivamente com a seguinte Redação:

§ 3º - *A Licença Sanitária deverá ser renovada anualmente, com validade vigente até o dia 31 de dezembro do ano em que for expedida; e será fornecida a todos os Estabelecimentos que estiverem aptos a exercer a sua atividade, cumprindo o disposto no Artº. 287º, e letras atinentes, bem como providenciar toda a documentação exigida.*

§ 4º - *Ficam alteradas as Taxas de Licença Sanitária, e passam a vigorar com novos valores, conforme Disposto no Anexo IX, constantes no final desta Lei Municipal.*

Artº. 3º - O "caput" do Artº. 19º, deve vigorar com a seguinte Redação:

Art. 19 (caput) – *Os documentos exigidos para concessão ou renovação do Alvará de Licença Sanitária constam dos Anexos, ao final da presente Lei, e serão apresentados aos Órgãos Sanitários competentes na forma de cópias, acompanhadas do respectivo original, na forma requerida, de acordo com a atividade desenvolvida por cada Estabelecimento.*

Art.º 4º - O "caput" do Artº. 50º, deve vigorar com a seguinte redação:

Art. 50 (caput) - *Todo resíduo sólido ou semi-sólido, denominado de Lixo, deverá ser acondicionado, no domicilio em recipientes, devidamente tampados, revestidos de saco de lixo apropriados para tal finalidade, e dispostos nas lixeiras, para o recolhimento do Serviço de Coleta de Lixo. Estas deverão ser construídas em haste, contendo cesto (suporte para lixo) elevada no mínimo 1,20m (hum metro e vinte centímetros) de altura do chão, com distancia mínima de 1/3 (hum terço) da largura total do passeio público, respeitando-se a distancia mínima de 1,50m (hum metro cinquenta centímetros) do meio fio para a testada do terreno. Nos casos de passeios menores de 1,50m, as lixeiras serão colocadas junto à testada do terreno, ou anexa ao muro construído, se houver.*

Artº 5º - Acrescentar ao Artº 50º, o § 4º, com a seguinte Redação:

§ 4º - Os Estabelecimentos geradores de resíduos sólidos, recicláveis ou não, tais como: restaurantes, bares, lanchonetes, mercados, supermercados, e demais comércios, potenciais ou não de geração de resíduos, ficam obrigados a instalar Abrigo Temporário de Resíduos, o qual deverá ser construído respeitando-se as normas técnicas em vigor, nos limites da testada do terreno do Estabelecimento, ou seja para o lado de dentro.

Artº 6º - O Artº 57º deve vigorar com nova redação, e acrescido do § Único:

Artº 57 – *Não é permitido atear fogo em roçadas, palhadas, folhas, lixos, vegetação, ou capinas de serapilheiras, em quintais, áreas públicas, áreas de preservação, independente ou não de possuírem edificações, dentro do Perímetro Urbano da Cidade, delimitado na Lei Complementar Nº 47, Plano Diretor de Desenvolvimento de Água Boa, de 08/12/2009.*

§ Único - *Caso constatado o disposto no "caput" acima, o Infrator estará sujeito às penalidades cominadas no Artº 300º, Ítem "ee". No caso de reincidência, a multa será aplicada a maior, de 1/3 até 1 (hum inteiro) sobre o valor anterior, atual e corrigido, sobre os casos de maior gravidade. Nesta situação será instaurando Processo Administrativo, e caso couber, poderão ser ajuizadas as responsabilidades civis e penais, conforme disposto no § 3º do Artº 286º.*

Artº 7º - O Artº 119, deve vigorar com nova redação, acrescido dos § 1º e § 2º:

Artº 119 – *Os Estabelecimentos de Interesse da Saúde, mencionados no Artº. 117º, deverão possuir Alvará de Licença Sanitária, expedido pela Autoridade Sanitária competente, requerido anualmente no máximo até o dia 15 de abril, renovável por período sucessivo, e com validade conforme o disposto no § 3º, do Artº 17º.*

§1º - O período compreendido entre a Data do vencimento da Licença Sanitária, e a do prazo final para renovação, será considerado período de carência, sobre o qual não incidirá qualquer penalidade.

§2º - A Prefeitura Municipal de Água Boa, através da Secretaria Municipal de Saúde, e dos Órgãos Sanitários, deverá realizar ampla divulgação, utilizando os meios de comunicação, ou seja, imprensa escrita e falada, e mídia locais, com o objetivo de prestar todas as informações necessárias, para os responsáveis habilitarem o seu Alvará de Licença Sanitária.

Artº 8º - O Artº 293-A deve ser revogado.

Artº 9º - As letras "a" a "d", do Artº 294 devem vigorar com nova redação, acrescido do § Único:

a) Infrações Levíssimas – de 06 (seis) à 30 (trinta) UPFM's, ou quando beneficiadas por circunstância atenuante: prestação de serviços à comunidade. b) Infrações Leves – de 31 (trinta e uma) à 350 (trezentos e cinquenta) UPFM's. c) Infrações graves – de 351 (trezentos e cinquenta e uma) à 600 (seiscentas) UPFM's. d) Infrações gravíssimas – de 601 (seiscentas e uma) a 1.450 (hum mil quatrocentos e cinquenta) UPFM's. § Único – Quando da aplicação de Penalidade de Multa, por produtos vencidos ou impróprios para o consumo, expostos à venda, ou que se encontrem no Depósito, ou outro local; que neste caso deverão estar separados e etiquetados, com os dizeres ***"Produtos para troca e/ou impróprios para consumo humano";*** *-devem-se aplicar os critérios do Anexo X – Tabela Progressiva, constante do final desta Lei, considerando-se a quantidade dos produtos apreendidos. Aos produtos encontrados vencidos ou impróprios para consumo humano, e descartados no local,* ***não se aplica o critério para produtos de origem animal e de panificação,*** *dos quais qualquer quantidade será recolhida e descartada no Aterro Sanitário.* **Artº 10º -** A letra"e" do Artº 301 deve vigorar com a seguinte redação: e) *Indicação do prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar recurso, defesa, ou impugnação do Auto de Infração*. **Artº 11º -** A redação do "caput" do Artº. 304, deve ser alterada, conforme a seguir; o inciso "f" alterado, com novo prazo, bem como deverá ser acrescentado o § 3º, com redação seguinte: ***Artº 304*** *– Sem prejuízo de outras penalidades, após o Recurso, a defesa, ou impugnação ter sido apresentado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após preenchidos os requisitos, consoante Artº. 304., será efetuada a Lavratura do Auto de Imposição de Penalidades, desde que atendidas as exigências dos §s. 1º e 2º deste mesmo Artigo. f) A indicação do prazo de 15 (quinze) dias para interposição de Recurso, contados da ciência do Autuado.*

§ 3º - Não apresentada a Defesa ou Impugnação, mesmo tendo sido apresentada intempestivamente, e caso seja julgada improcedente, dentro ou fora do prazo, o Coordenador Responsável determinará a expedição do Auto de Imposição de Penalidades, observando os critérios dos Artºs. 298º ... "circunstâncias atenuantes: ... " e 299º ... "são circunstâncias agravantes o infrator ter: ..."

Artº 12º - Deve ser acrescentado ao Artº. 306º, o Inciso I, com a seguinte Redação:

Inciso I) *A Administração Pública Municipal incumbe o cargo de criação da Conta FUNDO ESPECIAL DE SERVIÇOS SANITARIOS – FESSAN, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da aprovação desta Lei. A abertura desta conta já encontra-se regulamentada, no Artº 306º, da Lei Complementar Nº 036, de 13 de Novembro de 2006, no "caput", e nos §s. 1ª e 2ª do referido Artigo do Código Sanitário Municipal, vigente.*

Artº 13º - O "caput" do Artº 309, deve ser alterado; o § Único passa a ser § 1º; deve ser acrescentado o § 2º, com as Redações a seguir. A redação do § 1º permanece inalterada.

Artº 309 (Caput) – *O autuado poderá apresentar defesa, impugnar, ou apresentar recurso ao Auto de Infração, no prazo de 15(quinze) dias, contados da data do ciente, ou da entrega de cópia do Auto de Infração, com os dizeres "Recusa", ou "Recusou a Assinar". Caso haja impossibilidade de dar conhecimento direto ao autuado, observar o disposto no § 2º, do Artº 301º, onde será considerado como 'Notificado" após o 5ª dia da publicação.*

§ 2º - *O recurso, ao ser apresentado, deverá ser por escrito, e dirigido à Instancia respectiva, conforme o previsto no Artª. 308, de conformidade com as letras a), b) e c): em 1ª Instancia letra "a"; 2ª letra "b" e 3ª letra "c". Caso opte, no recurso, por outra decisão, as medidas deverão ser dirigidas à respectiva Autoridade Judiciária.*

ANEXO IX

TABELA DE TAXAS DE ALVARÁ DE LICENÇA SANITÁRIA

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	TAXA UPFM
Açougues, Mercearias, Casas de Carnes, Frios, Embutidos e Congêneres	15
Análises de projetos arquitetônicos	10
Aplicadoras de produtos saneantes domiciliares.	05
Asilos, Orfanatos, Albergues, Centros de Convivência, Casas e Núcleos de Apoio e Congêneres Públicos - Particulares: com responsabilidade médica - sem responsabilidade médica	INSP. SANIT. 20 15
Banco de olhos, órgãos, leite e outras secreções.	120
Bares, Plantões, Vendas de Bebidas e Similares: Médio Porte Pequeno Porte	 25 15
Cadastramento dos estabelecimentos que utilizam produtos de controle especial, bem como os de insumos químicos.	05
Cemitérios, Necrotérios e Casas/Capelas Mortuárias Públicas Funerárias, Necrotérios Particulares	INSP SANIT 20
Cinemas, Teatros, Locais de Reuniões, Circos e Parques de Diversões	25
Clínica médica, odontológica, veterinária Consultório médico, odontológico, veterinário	70 45
Coleta de amostras de produtos, substâncias	05
Colônias de Férias, Acampamentos, Estações de Água e similares: Pequeno Porte Médio Porte	 20 35
Comércio de laticínios e embutidos	20
A - Comércio de Ovos, bebidas e sucos naturais, verduras, legumes, quitanda B - Frutarias e Congeneres: Pequeno Porte Médio Porte	 15 20 30
Confeitarias, Confecções Autônomos de Massas, Doces e Similares Médio Porte Pequeno Porte, incluindo Ambulantes	 15 05
Cozinha Industrial, Empacotadora de alimentos	25
Demais estabelecimentos de Assistência odontológica-veterinária. Médio Porte	60 25

Pequeno Porte	
Demais estabelecimentos não especificados sujeitos inspeção sanitária: - Baixa complexidade - Média complexidade - Alta complexidade	**18** **28** **50**

Depósito fechado de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene e saneantes	**120**
Dispensário, Posto de Medicamentos	**70**
Distribuidores, Fornecedores, Depósitos e Transportadoras de alimentos, bebidas e águas minerais: Pequeno Porte Médio Porte	**25** **40**
Distribuidora em fracionamento de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, produtos de higiene, artigos cirúrgicos e dentários: Médio Porte Pequeno Porte	**130** **80**
Distribuidoras sem fracionamento de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene, artigos cirúrgicos e dentários: Médio Porte Pequeno Porte	**160** **85**
Drogarias	**80**
Envasadoras de água mineral e de mesa	**25**
Escolas, Creches, Internatos e Similares: - Públicas - Particulares	**INSP. /ALV. SANIT.** **15**
Estabelecimentos de assistência médica de urgência	**230**
Estabelecimentos de assistência médica-ambulatorial	**210**
Estabelecimentos ou Clínicas de assistência médica, veterinária, odontológica e especializada: - até 50 leitos - de 50 a 250 leitos - acima de 250 leitos	**230** **320** **470**
Estabelecimentos de prática de esportes Com responsabilidade médica Sem responsabilidade Médica	**25** **15**
Estabelecimentos de transporte de pacientes Estabelecimentos de radiação ionizante, incluídos Consultórios dentários: - Serviços de medicina – *in vivo* - Serviços de medicina – *in vitro* - Equipamentos de radiologia médico-odontológica - Conjunto de fontes de radioterapia	**40** **60** **85** **120** **170**
Estabelecimentos hortigranjeiros, fruticultores, de aves, pequenos animais e subprodutos	**10**
Fábricas de Gelo e similares	**25**
Farmácias de Manipulação	**95**
Produtores Agrícolas: Médio Porte Pequeno Porte	**60** **15**
Frigoríficos, Abatedouros, Matadouros e similares Médio Porte Pequeno Porte	**60** **25**
Hemoterapia: - Unidade Pública de Coleta, Transfusão e Processamento de Sangue - Unidade Privada de Coleta e Transfusão de Sangue - Agência/Posto Público de Coleta/Transfusão de Sangue - Agência/Posto Privado de Coleta/Transfusão de Sangue	**Insp. /Alv.Sanitário** **120** **Insp. /Alv. Sanitário**
Hotéis, Motéis e similares Pensões, Pousadas e congêneres: Médio Porte Pequeno Porte	**55** **30** **15**
Indústrias de Palmitos, Conservas, Aditivos, Embalagens e tintas e vernizes para fins alimentícios	**170**
Inspeções de cooperação em Portos, Aeroportos e Fronteiras	**240**
Inspeção Sanitária em Hospitais, Postos e Serviços de Saúde Públicos Inspeção Sanitária em Hospitais, Postos e Serviços de Saúde Privados: Médio Porte Pequeno Porte	**Insp. /Alv.Sanitário** **240** **145**
Institutos e Salões de Beleza: - com responsabilidade médica - sem responsabilidade médica - pedicure (podólogo), manicure	**30** **18** **05**
Institutos e/ou Clínicas de: - Fisioterapia, Ortopedia e Traumatologia: Médio Porte Pequeno Porte - Psiquiatria e Psicologia	**170** **80** **90**
Laboratório de Análises Clínicas, Patologia Clínica, Anatomia patológica, citologia, líquido céfaloraquidiano e congêneres. Laboratório ou Oficina de Próteses dentárias.	**95** **65**
Moinhos, Armazéns, Beneficiadoras, Torrefações e Moagens de Grãos **Médio Porte**	**45** **20**

Pequeno Porte	
Óticas e Laboratórios de Ótica	**145**
Panificadoras, Padarias, Confeitarias e Congêneres Médio Porte Pequeno Porte	**35** **20**
Prestadoras de Serviços de esterilização	**170**
Restaurantes, Churrascarias, Pizzarias, Lanchonetes, Marmitarias, Pastelarias e congêneres Médio Porte Pequeno Porte	3**5** **20**
Serviços de Terapia Renal Substitutiva	**170**
Sorveterias, Pit Dog's, Lanches Ambulantes e congêneres: Fabricação de Sorvetes Revenda de Sorvetes, Pit Dog's Lanches Ambulantes e Congêneres	**30** **15** **10**
Supermercados, Mercados, Comerciais e congêneres Médio Porte Pequeno Porte	**50** **20**
Usinas, Refinarias e Empacotadoras de Açúcar, sal e outros	**45**
Vistorias em veículos de transporte de Alimentos, produtos, secos e molhados: - terrestre - aéreo	**15** **30**

ANEXO X

TABELA PROGRESSIVA (Alimentos, Produtos, Itens, Vencidos/Impróprios para Consumo Humano)

QUANTIDADE ÍTENS	**Valor Multa – UPFM's**
De 10 à 30 Itens (Sugestão - Observação: até 09 Ítens descarte no local, observando Artº 294º, § Único)	15
De 31 à 70 Ítens	35
De 71 à 120 Ítens	75
De 121 à 280	140
De 281 à 520	290
De 521 à 780	450
Acima de 780	720

Art. 14º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 1378, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

(Projeto de Lei nº 1390, de 16 de Agosto de 2017, do Executivo).

"Dispõe sobre a homologação do plano de amortização para cobertura do déficit Atuarial, conforme diretrizes Emanadas Pela portaria n.º 403, de 10 de Dezembro de 2008, e da outras providências".

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 06 de novembro de 2017, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º Fica equacionado o déficit estabelecido pelo cálculo atuarial realizado no mês de maio de 2017 que será amortizado conforme a tabela I do anexo I desta lei.

Art.2º O déficit mencionado no caput do artigo anterior será amortizado em 28 (vinte e oito) anos a contar da publicação desta lei, o qual somara a alíquota suplementar com a alíquota normal que será estipulada a cada ano por reavaliações atuariais.

Art.3º A cada exercício os índices indicados na tabela I do anexo I desta lei poderão ser revistos conforme diminuição do déficit indicado na reavaliação atuarial usado como referencia nesta lei, o qual faz parte integrante desta lei.

Art.4º O inciso III do Art. 44, da Lei Municipal n.º 869/2006, de 25 de agosto de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

III - *de uma contribuição mensal do município, incluída suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial, conforme o Art. 2º da Lei Federal 9.717/1998, com redação determinada pela Lei Federal 10.887/2004, igual a 13,03% (treze inteiros e três décimos por cento), calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, mais alíquota suplementar igual a 10,06% (dez inteiros e seis décimos por cento) totalizando uma alíquota global de 23,09% (vinte e três inteiros e nove décimos por cento).*

Art.5º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em junho/2017, que faz parte integrante da presente Lei.

Art.6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.7º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, aos 13 de novembro de 2017.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

TABELA I

EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

ANO	TAXA CUSTO ESPECIAL	ANO	TAXA CUSTO ESPECIAL
2017	10,06%	2034	28,99%
2018	11,17%	2035	30,10%
2019	12,29%	2036	31,22%
2020	13,40%	2037	32,33%
2021	14,51%	2038	33,34%
2022	15,63%	2039	34,56%
2023	16,74%	2040	35,67%
2024	17,85%	2041	36,78%
2025	18,97%	2042	37,90%
2026	20,08%	2043	39,01%
2027	32,33%	2044	40,13%
2028	22,31%		
2029	23,42%		
2030	24,54%		
2031	25,65%		
2032	26,76%		
2033	27,88%		

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

PORTARIA DE POSSE Nº. 001/2017

Empossa no Cargo de Servidor Público Municipal o Senhor RODRIGO LOPES CARDOSO DA CUNHA.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Art. 72, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Arts. 101; 102 e 103, da Lei Complementar n.º 009/2000 – Regime Jurídico,

R E S O L V E:

Art. 1º – Empossar ***RODRIGO LOPES CARDOSO DA CUNHA***, aprovado no Concurso Público Municipal 001/2016, no Cargo de **TÉCNICO EM INFORMÁTICA – ADM**, lotado na Secretaria Municipal de Administração, na data de 06 de novembro de 2017.

Parágrafo Único – O empossando ficará em Estágio Probatório pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de posse e passará por avaliação anual, ficando pendente de aprovação no final deste período para se tornar estável no serviço público.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor, revogando as disposições contrarias.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, 06 DE NOVEMBRODE 2017.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado na sede da Prefeitura Municipal, aos 06 de novembrode 2017.

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO

TERMO DE POSSE Nº. 002/2017

Nestes Termos e na data de hoje, toma posse **MIRIAM MOREIRA DOS SANTOS,** brasileira, residente e domiciliada neste Município, Portadora do RG. 2459712-0-SEJSP/MT e CPF 048.438.301-94, para exercer o cargo de **ATENDENTE**, **Classe "A" Nível "I", com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais**, lotada na Secretaria Municipal de Cidade e Meio Ambiente, no qual foi aprovada no Concurso Público Municipal N º 001/2016 – "Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO". A admissão será exclusivamente no Regime Estatutário de Trabalho, Conforme Lei Complementar 009/2000, de 10 de março de 2000, ficando a empossanda em Estágio Probatório pelo período de 36 (trinta e seis) meses a contar da data de posse. A empossanda compromete-se a desempenhar seus deveres funcionais, com base na Lei Complementar 100/2016 de 31 de março de 2016. A empossanda compareceu dentro do prazo estabelecido e munida da documentação exigida para exercer o cargo, conforme Edital de Convocação Nº. 001, de 02 de outubro de 2017 e sendo assim a mesma está apta a tomar Posse.

Água Boa – MT, 06 de novembro de 2017.

MIRIAM MOREIRA DOS SANTOS

Empossanda

CRISTIANO S. DALLA COSTA MAURO ROSA DA SILVA

Secretário de Cidade e Meio Ambiente Prefeito

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

PORTARIA DE POSSE Nº. 002/2017

Empossa no Cargo de Servidora Pública Municipal a Senhora MIRIAM MOREIRA DOS SANTOS.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Art. 72, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Arts. 101; 102 e 103, da Lei Complementar n.º 009/2000 – Regime Jurídico,

R E S O L V E:

Art. 1º – Empossar ***MIRIAM MOREIRA DOS SANTOS***, aprovada no Concurso Público Municipal 001/2016, no Cargo de **ATENDENTE**, lotada na Secretaria Municipal de Cidade e Meio Ambiente, na data de 06 de novembro de 2017.

Parágrafo Único – A empossanda ficará em Estágio Probatório pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de posse e passará por avaliação anual, ficando pendente de aprovação no final deste período para se tornar estável no serviço público.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor, revogando as disposições contrarias.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, 06 DE NOVEMBRODE 2017.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado na sede da Prefeitura Municipal, aos 06 de novembrode 2017.

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

PORTARIA DE POSSE Nº. 003/2017

Empossa no Cargo de Servidor Público Municipal o Senhor MARCOS AGUIAR PALINSKI.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Art. 72, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Arts. 101; 102 e 103, da Lei Complementar n.º 009/2000 – Regime Jurídico,

R E S O L V E:

Art. 1º – Empossar ***MARCOS AGUIAR PALINSKI***, aprovado no Concurso Público Municipal 001/2016, no Cargo de **LEITURISTA**, lotado na Secretaria Municipal de Cidade e Meio Ambiente, na data de 06 de novembro de 2017.

Parágrafo Único – O empossando ficará em Estágio Probatório pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de posse e passará por avaliação anual, ficando pendente de aprovação no final deste período para se tornar estável no serviço público.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor, revogando as disposições contrarias.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, 06 DE NOVEMBRODE 2017.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado na sede da Prefeitura Municipal, aos 06 de novembrode 2017.

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO

TERMO DE POSSE Nº. 003/2017

Nestes Termos e na data de hoje, toma posse **MARCOS AGUIAR PALINSKI,** brasileiro, residente e domiciliado neste Município, Portador do RG. 915594-SSP/MT e CPF 622.187.001-15, para exercer o cargo de **LEITURISTA**, **Classe "A" Nível "I", com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais**, lotado na Secretaria Municipal de Cidade e Meio Ambiente, no qual foi aprovado no Concurso Público Municipal N º 001/2016 – "Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO". A admissão será exclusivamente no Regime Estatutário de Trabalho, Conforme Lei Complementar 009/2000, de 10 de março de 2000, ficando o empossando em Estágio Probatório pelo período de 36 (trinta e seis) meses a contar da data de posse. O empossando compromete-se a desempenhar seus deveres funcionais, com base na Lei Complementar 100/2016 de 31 de março de 2016. O empossando compareceu dentro do prazo estabelecido e munido da documentação exigida para exercer o cargo, conforme Edital de Convocação Nº. 001, de 02 de outubro de 2017 e sendo assim o mesmo está apto a tomar Posse.

Água Boa – MT, 06 de novembro de 2017.

MARCOS AGUIAR PALINSKI

Empossando

CRISTIANO S. DALLA COSTA MAURO ROSA DA SILVA

Secretário de Cidade e Meio Ambiente Prefeito

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

PORTARIA DE POSSE Nº. 004/2017

Empossa no Cargo de Servidora Pública Municipal a Senhora CAROLINA SILVA HAMU.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Art. 72, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Arts. 101; 102 e 103, da Lei Complementar n.º 009/2000 – Regime Jurídico,

R E S O L V E:

Art. 1º – Empossar ***CAROLINA SILVA HAMU***, aprovada no Concurso Público Municipal 001/2016, no Cargo de **TERAPEUTA OCUPACIONAL – 20 HORAS**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, na data de 06 de novembro de 2017.

Parágrafo Único – A empossanda ficará em Estágio Probatório pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de posse e passará por avaliação anual, ficando pendente de aprovação no final deste período para se tornar estável no serviço público.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor, revogando as disposições contrarias.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, 06 DE NOVEMBRODE 2017.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado na sede da Prefeitura Municipal, aos 06 de novembrode 2017.

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO

TERMO DE POSSE Nº. 004/2017

Nestes Termos e na data de hoje, toma posse **CAROLINA SILVA HAMU,** brasileira, residente e domiciliada neste Município, Portadora do RG. 4300123-DGPC/GO e CPF 002.549.151-24, para exercer o cargo de **TERAPEUTA OCUPACIONAL**, **Classe "A" Nível "I", com carga horária de 20 (vinte) horas semanais**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no qual foi aprovada no Concurso Público Municipal N º 001/2016 – "Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO". A admissão será exclusivamente no Regime Estatutário de Trabalho, Conforme Lei Complementar 009/2000, de 10 de março de 2000, ficando a empossanda em Estágio Probatório pelo período de 36 (trinta e seis) meses. A empossanda compromete-se a desempenhar seus deveres funcionais, com base na Lei Complementar 101/2016, de 31 de março de 2016. A empossanda compareceu dentro do prazo estabelecido e munida da documentação exigida para exercer o cargo, conforme Edital de Convocação Nº. 001, de 02 de outubro de 2017 e sendo assim a mesma está apta a tomar Posse.

Água Boa – MT, 06 de novembro de 2017.

CAROLINA SILVA HAMU

Empossanda

JADER LUIS DE A. M. BAHIA MAURO ROSA DA SILVA

Secretário de Saúde Pref

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

PORTARIA DE POSSE Nº. 005/2017

Empossa no Cargo de Servidora Pública Municipal a Senhora NOELIA PONCE DE ABREU.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Art. 72, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Arts. 101; 102 e 103, da Lei Complementar n.º 009/2000 – Regime Jurídico,

R E S O L V E:

Art. 1º – Empossar ***NOELIA PONCE DE ABREU***, aprovada no Concurso Público Municipal 001/2016, no Cargo de **TÉCNICA EM PATOLOGIA CLÍNICA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, na data de 06 de novembro de 2017.

Parágrafo Único – A empossanda ficará em Estágio Probatório pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de posse e passará por avaliação anual, ficando pendente de aprovação no final deste período para se tornar estável no serviço público.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor, revogando as disposições contrarias.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, 06 DE NOVEMBRODE 2017.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado na sede da Prefeitura Municipal, aos 06 de novembrode 2017.

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO

TERMO DE POSSE Nº. 005/2017

Nestes Termos e na data de hoje, toma posse **NOELIA PONCE DE ABREU,** brasileira, residente e domiciliada neste Município, Portadora do RG. 676982-SEJSP/TO e CPF 005.665.171-67, para exercer o cargo de **TÉCNICA EM PATOLOGIA CLÍNICA**, **Classe "A" Nível "I", com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no qual foi aprovada no Concurso Público Municipal N º 001/2016 – "Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO". A admissão será exclusivamente no Regime Estatutário de Trabalho, Conforme Lei Complementar 009/2000, de 10 de março de 2000, ficando a empossanda em Estágio Probatório pelo período de 36 (trinta e seis) meses. A empossanda compromete-se a desempenhar seus deveres funcionais, com base na Lei Complementar 101/2016, de 31 de março de 2016. A empossanda compareceu dentro do prazo estabelecido e munida da documentação exigida para exercer o cargo, conforme Edital de Convocação Nº. 001, de 02 de outubro de 2017 e sendo assim a mesma está apta a tomar Posse.

Água Boa – MT, 06 de novembro de 2017.

NOELIA PONCE DE ABREU

Empossanda

JADER LUIS DE A. M. BAHIA MAURO ROSA DA SILVA

Secretário de Saúde Prefeito

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO

TERMO DE POSSE Nº. 006/2017

Nestes Termos e na data de hoje, toma posse **WALTER DE FREITAS JUNIOR,** brasileira, residente e domiciliado neste Município, Portador do RG. 4426057-SPTC/GO e CPF 015.219.141-09, para exercer o cargo de **MÉDICO 40 HORAS**, **Classe "A" Nível "I", com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no qual foi aprovado no Concurso Público Municipal N º 001/2016 – "Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO". A admissão será exclusivamente no Regime Estatutário de Trabalho, Conforme Lei Complementar 009/2000, de 10 de março de 2000, ficando o empossando em Estágio Probatório pelo período de 36 (trinta e seis) meses. O empossando compromete-se a desempenhar seus deveres funcionais, com base na Lei Complementar 101/2016, de 31 de março de 2016. O empossando compareceu dentro do prazo estabelecido e munido da documentação exigida para exercer o cargo, conforme Edital de Convocação Nº. 001, de 02 de outubro de 2017 e sendo assim o mesmo está apto a tomar Posse.

Água Boa – MT, 06 de novembro de 2017.

WALTER DE FREITAS JUNIOR

Empossando

JADER LUIS DE A. M. BAHIA MAURO ROSA DA SILVA

Secretário de Saúde Prefeito

PLANEJAMENTO E FINANCAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO.

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 059/2017

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pela Portaria nº. 196/2017; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 14/11/2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 059/2017, e teve como vencedora dos itens 1,2,3,4,5,6,7,8 e 9 do certame a empresa: **J.L. DA SILVA PRÉ-MOLDADOS EIRELI - EPP, CNPJ: 28.380.348/0001-70.**

Água Boa - MT, 14 de novembro de 2017.

Marcos da Silva

Pregoeiro

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

PORTARIA DE POSSE Nº. 007/2017

Empossa no Cargo de Servidor Público Municipal o Senhor CARLOS ALBERTO SANT'ANNA DE MENEZES JUNIOR.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Art. 72, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Arts. 101; 102 e 103, da Lei Complementar n.º 009/2000 – Regime Jurídico,

R E S O L V E:

Art. 1º – Empossar ***CARLOS ALBERTO SANT'ANNA DE MENEZES JUNIOR***, aprovado no Concurso Público Municipal 001/2016, no Cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, na data de 06 de novembro de 2017.

Parágrafo Único – O empossando ficará em Estágio Probatório pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de posse e passará por avaliação anual, ficando pendente de aprovação no final deste período para se tornar estável no serviço público.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor, revogando as disposições contrarias.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, 06 DE NOVEMBRODE 2017.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado na sede da Prefeitura Municipal, aos 06 de novembrode 2017.

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO

TERMO DE POSSE Nº. 007/2017

Nestes Termos e na data de hoje, toma posse **CARLOS ALBERTO SANT'ANNA DE MENEZES JUNIOR,** brasileiro, residente e domiciliado neste Município, Portador do RG. 05599979-1-DETRAN/RJ e CPF 739. 547.807-04, para exercer o cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, **Classe "A" Nível "I", com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais**, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, no qual foi aprovado no Concurso Público Municipal N º 001/2016 – "Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO". A admissão será exclusivamente no Regime Estatutário de Trabalho, Conforme Lei Complementar 009/2000, de 10 de março de 2000, ficando o empossando em Estágio Probatório pelo período de 36 (trinta e seis) meses a contar da data de posse. O empossando compromete-se a desempenhar seus deveres funcionais, com base na Lei Complementar 100/2016 de 31 de março de 2016. O empossando compareceu dentro do prazo estabelecido e munido da documentação exigida para exercer o cargo, conforme Edital de Convocação Nº. 001, de 02 de outubro de 2017 e sendo assim o mesmo está apto a tomar Posse.

Água Boa – MT, 06 de novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO SANT'ANNA DE MENEZES JUNIOR

Empossando

FÁBIO TADEU WEILER MAURO ROSA DA SILVA

Secretário de Planejamento e Finanças Prefeito

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

PORTARIA DE POSSE Nº. 008/2017

Empossa no Cargo de Servidor Público Municipal o Senhor BRUNO MOREIRA ALVES.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Art. 72, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Arts. 101; 102 e 103, da Lei Complementar n.º 009/2000 – Regime Jurídico,

R E S O L V E:

Art. 1º – Empossar ***BRUNO MOREIRA ALVES***, aprovado no Concurso Público Municipal 001/2016, no Cargo de **AGENTE FISCAL**, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, na data de 08 de novembro de 2017.

Parágrafo Único – O empossando ficará em Estágio Probatório pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de posse e passará por avaliação anual, ficando pendente de aprovação no final deste período para se tornar estável no serviço público.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor, revogando as disposições contrarias.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, 08 DE NOVEMBRODE 2017.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado na sede da Prefeitura Municipal, aos 08 de novembrode 2017.

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO

TERMO DE POSSE Nº. 008/2017

Nestes Termos e na data de hoje, toma posse **BRUNO MOREIRA ALVES,** brasileiro, residente e domiciliado neste Município, Portador do RG. 1693252-8-SJSP/MT e CPF 025.556.041-97, para exercer o cargo de **AGENTE FISCAL**, **Classe "A" Nível "I", com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais**, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, no qual foi aprovado no Concurso Público Municipal N º 001/2016 – "Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO". A admissão será exclusivamente no Regime Estatutário de Trabalho, Conforme Lei Complementar 009/2000, de 10 de março de 2000, ficando o empossando em Estágio Probatório pelo período de 36 (trinta e seis) meses a contar da data de posse. O empossando compromete-se a desempenhar seus deveres funcionais, com base na Lei Complementar 100/2016 de 31 de março de 2016. O empossando compareceu dentro do prazo estabelecido e munido da documentação exigida para exercer o cargo, conforme Edital de Convocação Nº. 001, de 02 de outubro de 2017 e sendo assim o mesmo está apto a tomar Posse.

Água Boa – MT, 08 de novembro de 2017.

BRUNO MOREIRA ALVES

Empossando

FÁBIO TADEU WEILER MAURO ROSA DA SILVA

Secretário de Planejamento e Finanças Prefeito

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

PORTARIA DE POSSE Nº. 009/2017

Empossa no Cargo de Servidora Pública Municipal a Senhora LAURA SIRQUEIRA DA SILVA GARDINAL.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Art. 72, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Arts. 101; 102 e 103, da Lei Complementar n.º 009/2000 – Regime Jurídico,

R E S O L V E:

Art. 1º – Empossar ***LAURA SIRQUEIRA DA SILVA GARDINAL***, aprovada no Concurso Público Municipal 001/2016, no Cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social, na data de 08 de novembro de 2017.

Parágrafo Único – A empossanda ficará em Estágio Probatório pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de posse e passará por avaliação anual, ficando pendente de aprovação no final deste período para se tornar estável no serviço público.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor, revogando as disposições contrarias.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, 08 DE NOVEMBRODE 2017.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado na sede da Prefeitura Municipal, aos 08 de novembrode 2017.

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO

TERMO DE POSSE Nº. 009/2017

Nestes Termos e na data de hoje, toma posse **LAURA SIRQUEIRA DA SILVA GARDINAL,** brasileira, residente e domiciliada neste Município, Portadora do RG. 1550599-5-SSP/MT e CPF 006.654.271-58, para exercer o cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, **Classe "A" Nível "I", com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais**, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social, no qual foi aprovada no Concurso Público Municipal N º 001/2016 – "Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO". A admissão será exclusivamente no Regime Estatutário de Trabalho, Conforme Lei Complementar 009/2000, de 10 de março de 2000, ficando a empossanda em Estágio Probatório pelo período de 36 (trinta e seis) meses a contar da data de posse. A empossanda compromete-se a desempenhar seus deveres funcionais, com base na Lei Complementar 100/2016 de 31 de março de 2016. A empossanda compareceu dentro do prazo estabelecido e munida da documentação exigida para exercer o cargo, conforme Edital de Convocação Nº. 001, de 02 de outubro de 2017 e sendo assim a mesma está apta a tomar Posse.

Água Boa – MT, 08 de novembro de 2017.

LAURA SIRQUEIRA DA SILVA GARDINAL

Empossanda

HELAINE C. SANTOS BARBOSA MAURO ROSA DA SILVA

Secretária de Ação Social Prefeito

CODEMA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2017

O **Presidente do – CODEMA**, **Fernando Gorgen**, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no artigo 37 da Constituição Federal e mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO, aos interessados, que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado para Admissão de Pessoal, pelo regime geral de previdência, conforme abaixo discriminado:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente edital será organizado e executado pela MÉTODO E SOLUÇÕES EDUCACIONAIS LTDA, com supervisão dos membros da Comissão nomeada através RESOLUÇÃO CODEMA Nº 016/2017 de 13 de novembro de 2017.

1.1.1. O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se ao preenchimento de vagas e formação de cadastro reservas-CAR.

1.1.2. O programa de provas objetivas encontra-se no Anexo I deste Edital.

1.1.3. As informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas e demais eventos, não serão fornecidas por telefones ou e-mail. Devendo o candidato, observar as formas de divulgação estabelecidas deste edital e demais publicações no endereço eletrônico www.metodoesolucoes.com.br .

2. NOMENCLATURA, CARGA HORÁRIA, VAGAS, VENCIMENTOS, TAXA DE INSCRIÇÃO, REQUISITOS E DEMAIS VANTAGENS.

NOMENCLATURA	C/H	VAGAS	CR	VENC. (R$)	REQUISITOS MINIMOS
Engenheiro Sanitarista/Ambiental	40	01	01	3.726,45*	Curso Superior concluído
Engenheiro Civil	40	01	01	3.726,45*	Curso Superior concluído
Engenheiro Agrônomo	40	01	01	3.726,45*	Curso Superior concluído
Engenheiro Florestal	40	0	01	3.726,45*	Curso Superior concluído
Veterinário	40	0	01	3.726,45*	Curso Superior concluído
Assistente de Contabilidade	20	01	01	2.000.00*	Curso Superior concluído
Assistente Jurídico	20	01	0	2.981,16*	Curso Superior concluído
Assistente Administrativo	40	01	0	1.800,00*	Ensino médio concluído
Técnico Agrícola/Agropecuário	40	0	01	1.800,00*	Ensino médio concluído em curso técnico específico, ou ensino médio regular mais formação em curso técnico exigido.

*Obs.: Contrato será atualizado conforme aumento de salario anual.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições ficarão abertas:

Entre às 08 horas do dia 20 de novembro de 2017 até às 23 horas e 59 minutos do dia 30 de novembro de 2017, através do endereço eletrônico www.metodoesolucoes.com.br, (horário de Brasília).

3.2. As inscrições serão realizadas somente via internet no endereço eletrônico www.metodoesolucoes.com.br, durante o período das inscrições, através dos links correlatos ao Processo Seletivo Simplificado e efetuar sua inscrição, conforme o procedimento estabelecido abaixo:

3.2.1. Ler e aceitar o requerimento de inscrição, preencher o formulário de inscrição, transmitir os dados via internet e imprimir o boleto bancário;

3.2.2. O vencimento do pagamento das inscrições para ter sua validade, será até o dia 01/12/2017.

3.2.2.1 O valor da taxa de inscrição será a seguinte:

ESCOLARIDADE	VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO
Ensino Médio	R$ 60,00
Ensino Superior	R$ 100,00

3.2.3. O boleto bancário com vencimento para dia 01/12/2017, disponível no endereço eletrônico www.metodoesolucoes.com.br, somente poderá ser impresso, após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição on-line.

3.2.4. As inscrições realizadas via internet somente serão confirmadas após a comprovação do pagamento do valor da inscrição.

3.2.5. A empresa Método e Soluções Educacionais LTDA, não se responsabiliza por solicitações e inscrições via internet não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falha de comunicação congestionamento de linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitam a transferência de dados;

3.2.6. Ao se inscrever o candidato deverá preencher o nome e sobrenome corretamente e indicar o cargo para qual pretende concorrer. O candidato que deixar de preencher nome e sobrenome terá sua inscrição indeferida.

3.2.7. O descumprimento das instruções via internet implicará a não efetivação da inscrição.

3.2.8 O candidato é responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição, arcando com as eventuais consequências de erros de preenchimento daquele documento.

3.2.9. Ao inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado, é recomendável ao candidato observar atentamente as informações sobre a aplicação das provas.

3.2.10. As informações prestadas no formulário de inscrição via internet serão de inteira responsabilidade do candidato.

3.2.11.Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração de cargo.

3.2.11.1. O candidato que realizar mais de uma inscrição, em cargos diferentes, deverá no dia da prova, comparecer ao local e sala de prova da opção que privilegiar e realizar a prova a ela correspondente. Caso haja coincidência do dia e do horário de realização das provas, sendo assim, considerado faltoso nas demais opções.

3.2.12. Haverá devolução da importância paga a título de taxa de inscrição nos seguintes casos: pagamento realizado em duplicidade, a maior, fora do prazo, não realização, suspensão ou anulação do Processo Seletivo

3.2.13. Não serão aceitas inscrições por via postal, fac-símile, transferência de conta corrente, doc, ordem de pagamento, condicionais ou extemporâneas, ou por qualquer outra via que não as especificadas neste edital.

3.3. O candidato classificado no processo seletivo que trata este edital só poderá der admitido no cargo de atendidas às seguintes exigências:

3.3.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, §1º da Constituição Federal.

3.3.2. Estar em gozo de direitos políticos.

3.3.3. Estar em dia com as obrigações eleitorais, documentado com os últimos comprovantes de votação ou certidão da Justiça Eleitoral.

3.3.4. Apresentar Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato no sexo masculino.

3.3.5. Ter idade mínima de 18 anos, à época da posse.

3.3.6. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, avaliada por Médico do Trabalho indicado pelo CODEMA.

3.3.6.1. Não estar afastado junto ao INSS na ata limite para admissão.

3.3.7. Apresentar documentação comprobatória dos requisitos mínimos exigidos.

3.3.8. Apresentar outros documentos que se fizerem necessários, a época da posse, de acordo com a legislação em vigor.

3.3.9. Não registrar antecedentes criminais por sentença judicial transitada em julgado;

3.3.10. Não receber proventos de aposentadoria ou remuneração de cargo, cargo ou função pública, ressalvados os casos de acúmulo previstos na Constituição Federal.

4. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

4.1.1. Ficarão isentos da taxa de inscrição os candidatos hipossuficientes e doadores regulares de sangue, na forma das Leis Estadual nº 7.713/2002 e 8.795/2008.

4.1.2. Os candidatos com direito a isenção deverão observar os seguintes procedimentos no ato da inscrição:

4.1.3. O candidato com vencimento de até um salário mínimo deverá entregar fotocópia simples do RG; fotocopia simples do CPF, comprovante de renda que exerce atividade remunerada(holerite, contracheque ou declaração de autônomo, página de identificação da Carteira de Trabalho e Previdência Social-CTPS contendo número e série, bem como, cópia de todas as folhas do contrato de trabalho que identifiquem a data de admissão e o valor de remuneração, assim como as folhas subsequentes em branco); declaração de próprio punho(ou seja, escrita pelo próprio candidato) de que recebe até um salário mínimo.

4.1.4. O candidato desempregado deverá apresentar fotocópia simples do RG, fotocópia simples do CPF, fotocópia da página de identificação da Carteira de Trabalho e Previdência Social- CTPS, contendo número e série, fotocópia de todas as folhas de contrato de trabalho que identifiquem a data de admissão e demissão, assim como a folha subsequente em branco; **todos os candidatos solicitantes de isenção da taxa de inscrição deverão obrigatoriamente apresentar o Número do seu Cadastro Único (NIS)** e a declaração a próprio punho(ou seja, escrita pelo próprio candidato) que está desempregado.

4.1.5. A comprovação de doadores de sangue deverá ser feita por meio de documento comprobatório padronizado (declaração de regularidade) de sua condição de doador regular, expedido por banco de sangue público ou privado (autorizado pelo poder público), em que faz a doação, constando no mínimo três doações no período de doze meses, anteriores a publicação do deste edital.

4.1.6. O requerimento de isenção de taxa de inscrição (anexo III) deverá ser protocolado presencialmente no período entre **16 a 21 de novembro de 2017**, em envelope endereçado à Comissão Supervisora do Processo Seletivo, na sede do CODEMA- Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental do Médio Araguaia – MT, sito à Avenida Araguaia, nº251, sala 1, centro, CEP 78635-000, Agua Boa, Mato Grosso, contendo cópia da documentação exigida no deste edital.

4.1.7. A relação dos pedidos de isenção e pagamento de taxa de inscrição, contendo o número da inscrição, nome do candidato, cargo para o qual se inscreveu será publicada no dia **27 de novembro de 2017**, na página da empresa organizadora do certame, www.metodoesolucoes.com.br.

4.1.8. Os candidatos que não tiveram seu pedido de isenção de pagamento de taxa de inscrição deferido, poderão participar do presente certame, desde que efetuem, até o último dia das inscrições, o pagamento da taxa e sigam todas as demais determinações deste edital.

5. DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS - PNE

5.1. As pessoas PNE que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultados no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal é assegurada o direito de inscrição para o cargo em Processo Seletivo Simplificado, desde que o exercício do cargo seja compatível com a deficiência de que são portadoras.

5.1.1. Em obediência ao disposto artigo 37, §1º e 2º do Decreto 3.298 de 20/12/99 que regulamenta a Lei 7.853/89, fica reservado aos Portadores de Necessidades Especiais 5% (cinco por cento) das vagas ofertadas para cada cargo.

a) se a fração do número for inferior a 0,5 (cinco décimos), este poderá ser desprezado, não se reservando vagas para pessoas com necessidades especiais;

b) se a fração do número for igual ou superior a 0,5(cinco décimos), este será arredondado, de modo que o número de vagas destinadas a pessoas portadoras de necessidades especiais seja igual ao número inteiro subsequente.

5.1.2. Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas a PNE, estas serão preenchidas pelos demais concursados, com estrita observância na ordem classificatória.

5.1.3. Consideram-se pessoas PNE aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº3.298/99.

5.1.4. As pessoas PNE, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº3.298/99, particularmente no seu artigo 40, participarão do processo seletivo simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e ao local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos. Os benefícios previstos no artigo 40, §§1º e 2º, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições, através da ficha de inscrição especial.

5.1.5. As pessoas portadoras de necessidades especiais, após a realização da sua inscrição, deverão encaminhar via SEDEX, com aviso de recebimento (AR), envelope identificado com os dizeres: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO -CODEMA-MT/LAUDO MÉDICO, à empresa Método e Soluções Educacionais LTDA, localizada à Avenida André Antônio Maggi, 487, Edifício Concorde, 7º andar, sala 705, Bairro Jardim Eldorado, CEP 78048250 – Cuiabá/Mato Grosso, até dia **01 de dezembro**, devendo anexar ao pedido um atestado médico recente informando a espécie e o grau ou nível de deficiência da qual é portador.

5.1.7. Serão indeferidas as inscrições na condição especial PNE, dos candidatados que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente edital e no respectivo laudo médico.

5.1.8. As deficiências visuais (amblíopes) serão oferecidas provas amplificadas, com tamanho e letra correspondente ao corpo 24.

5.1.9. Os candidatos que não atenderem aos dispositivos mencionados no presente Edital serão considerados como não PNE e não terão provas especialmente preparadas, sejam quais forem os motivos alegados.

5.1.10. O candidato PNE que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

5.1.11. A publicação do resultado final do Processo Seletivo será feita em duas listas, contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos PNE, e a segunda somente a pontuação destes últimos.

6. DAS PROVAS E DOS PRINCÍPIOS

6.1. Processo Seletivo será de provas objetivas e títulos.

6.1.1. A duração da prova será de até 4 h (quatro horas), já incluída o tempo para preenchimento da folha de respostas.

6.1.2. O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 30 (trinta minutos), munido de UM DOS SEGUINTES DOCUMENTOS ORIGINAIS:

- Cédula de identidade- RG;

- Carteira de Ordem ou Conselho de Classe;

- Carteira de Trabalho e Previdência Social;

- Certificado Militar;

- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503 (com foto);

- Passaporte.

6.1.3. As provas objetivas desenvolver-se-ão em forma de testes, através de questões de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas cada uma (A, B, C e D). Cada questão terá apenas 01(uma) alternativa correta. Será atribuída pontuação 0,0 (zero), as questões com mais de uma opção assinalada, questões sem opção, com rasuras ou preenchidas a lápis.

6.1.4. Em caso de anulação de questões, por duplicidade de respostas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estar serão consideradas corretas para todos os candidatos, e os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que não os obtiveram, independentes de recurso.

6.1.5. Durante as provas não serão permitidas: consultas bibliográficas de qualquer espécie, utilização de máquina calculadora, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, BIP, WALKMAN ou qualquer material que não seja o estritamente necessário para a realização das provas. Os aparelhos celulares deverão ser desligados e deixados sobre a mesa do fiscal de sala até o termino da prova.

6.1.6. O candidato que, durante a realização da prova, for encontrado utilizando qualquer um dos objetos especificados acima, será automaticamente eliminado do processo seletivo.

6.1.7. É vedado o ingresso de candidato portando arma nos locais de realização da prova, exceto policiais em serviço.

6.1.8. Será também eliminado do processo seletivo simplificado, o candidato que incorrer nas seguintes situações: deixar o local de realização da prova sem a devida autorização, tratar com falta de respeitos os examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes; proceder de forma a tumultuar a realização das provas, estabelecer comunicação com os outros candidatos ou com pessoas estranhas, por qualquer meio, usar de meios ilícitos para obter vantagens para si ou para outros; deixar de atender as normas contidas no caderno de provas e às demais orientações expedidas pelo organização do processo seletivo simplificado.

6.1.9. As respostas deverão ser assinaladas (preenchidas), pelo candidato, com caneta de tinta azul ou preta, na folha de respostas. Não serão computadas questões não respondidas, que tenham rasura, ainda que legível, nem questão não respondida ou que contenha mais de uma resposta, ainda que uma delas esteja correta.

6.1.10. A folha de respostas, cujo preenchimento é de responsabilidade do candidato, é o único documento válido para a correção e deverá ser entregue no final da prova ao fiscal.

6.1.11. Não será computada questão com emenda ou rasura, ainda que legível, nem questão não respondida ou que tenha mais de uma resposta, ainda que uma delas esteja correta. Em nenhuma hipótese haverá substituição da folha de resposta por erro do candidato.

6.1.12. Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do Fiscal de Sala.

6.1.13. O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas, após 1h (uma hora) do horário previsto para o início das mesmas e constantes do presente edital, devendo entregar ao fiscal da sala a respectiva folha de respostas.

7. HOMOLOGAÇÕES DAS INSCRIÇÕES

7.1. Será divulgado no dia 06 de dezembro de 2017 a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições homologadas, assim como o local e a realizações das provas. A relação será afixada em edital na sede do CODEMA- Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Médio Araguaia/MT, e disponibilizada no site da empresa responsável pela organização do processo seletivo www.metodoesolucoes.com.br. É de responsabilidade do candidato o acesso e a verificação dos locais de prova.

8. DA COMPOSIÇÃO DAS PROVAS E NÚMERO DE QUESTÕES

8.1. Para os cargos de **nível superior**, a avaliação constará de prova objetiva (múltipla escolha), de caráter eliminatório. A prova será composta por 40 (quarenta questões), avaliada na escala de 0,0 (zero) a 100,0(cem) pontos, conforme quadro a baixo:

Tipo de Prova	Nº de questões	Valor de cada questão	Valor Total das Questões
Conhecimentos Específicos	10	6	60
Informática	10	1	10
Língua Portuguesa	10	2	20
Conhecimentos Gerais	10	1	10

A classificação final, será efetuada pela ordem decrescente da nota final, obtida por cada candidato.

8.2. Para os cargos de **nível médio e técnico**, a avaliação constará de prova objetiva (múltipla escolha), de caráter eliminatório. A prova será composta por 40 (quarenta questões), avaliada na escala de 0,0 (zero) a 100,0(cem) pontos, conforme quadro a baixo:

Tipo de Prova	Nº de questões	Valor de cada questão	Valor Total das Questões
Conhecimentos Específicos	10	6	60
Informática	10	1	10
Língua Portuguesa	10	2	20
Conhecimentos Gerais	10	1	10

A classificação final, será efetuada pela ordem decrescente da nota final, obtida por cada candidato.

9. DA PROVA DE TÍTULOS

9.1. Os documentos relativos aos títulos, para os cargos de nível superior, deverão ser entregues, EXCLUSIVAMENTE, no dia da aplicação das provas, ao fiscal da sala de provas.

9.2. A entrega dos documentos relativos a prova de títulos não é obrigatória. O candidato que não entregar o título, não será eliminado do processo seletivo simplificado.

9.3. Os documentos comprobatórios dos títulos deverão ser acondicionados em ENVELOPE LACRADO, contendo na sua parte externa, o nome do candidato, cargo para o qual está concorrendo, bem como o número de documento de identidade, devendo os referidos documentos ser apresentados em CÓPIA REPROGRÁFICA AUTENTICADA EM CARTÓRIO.

9.3.1. O candidato deverá numerar sequencialmente e rubricar cada documento apresentado.

9.3.2. Não serão analisados, sendo automaticamente desconsiderados, os envelopes que estiverem em desacordo com os itens 9.3. e 9.3.1. deste edital.

9.3.3. Não deverão ser enviados DOCUMENTOS ORIGINAIS.

9.4. Serão aceitos como documentos, os títulos que forem representados por diplomas e certificados definitivos de conclusão de curso expedidos por instituição reconhecida pelo MEC – Ministério de Educação, em papel timbrado e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.

9.4.1. Os documentos e títulos que forem representados por declarações, certidões, atestados, e outros documentos que não tenham o cunho definitivo de conclusão de curso, deverão estar acompanhados do respectivo histórico escolar, mencionando a data da colação de grau, bem como deverão ser expedidos por instituição reconhecida pelo MEC – Ministério da Educação, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.

9.5. Os cursos deverão estar autorizados pelos órgãos competentes.

9.6. É de exclusiva responsabilidade do candidato a apresentação e comprovação dos documentos de títulos.

9.7. Não será aceito entrega ou substituições posteriores ao período determinado, bem como, títulos que não constem nas tabelas apresentadas neste capítulo.

9.8. A pontuação da documentação de títulos se limitará ao valor máximo de 10,0 (dez) pontos.

9.9. No somatório da pontuação de cada candidato, os pontos excedentes serão desprezados.

9.10. Somente poderá ser apresentado 1 (um) título, sendo pontuado o de maior grau.

9.11. A prova de títulos terá caráter classificatório.

9.12. As cópias autenticadas dos documentos entregues, não serão devolvidas e farão parte integrante da documentação do teste seletivo simplificado.

9.13. Serão considerados títulos, somente os constantes na tabela a seguir.

TITULO	VALOR UNITÁRIO	COMPROVANTE
A - Doutorado, concluído até a data de apresentação dos títulos, desde que relacionada a área do cargo pretendido.	10,0	Cópia autenticada do diploma, expedido por instituição oficial de ensino, devidamente validado pelo Ministério da Educação – MEC, ou declaração de conclusão de curso, acompanhada da cópia autenticada do respectivo histórico escolar.
B - Mestrado, concluído até a data de apresentação dos títulos, desde que relacionada a área do cargo pretendido.	7,5	
C - Pós Graduação latu (especialização) , concluído até a data de apresentação dos títulos, desde que relacionada a área do cargo pretendido.	5,0	

10. DA DATA E REALIZAÇÃO DAS PROVAS

10.1. A prova objetiva será realizada no dia **17/12/2017**, com início às **08h (oito horas) e término as 12h (meio dia)** horário local.

10.1.1. O local da realização será na **Escola Municipal Vila Nova, rua 06, nº1.252, Bairro Vila Nova, CEP: 78635-000, na cidade de Água Boa, Mato Grosso.**

11. DAS NORMAS

11.1. As provas objetivas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem a utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e similares. Reserva-se a comissão supervisora do processo seletivo e aos fiscais, o direito de excluir da prova e eliminar do restante das provas, o candidato cujo comportamento, for considerado inadequado, bem como tomar medidas saneadoras, e estabelecer critérios outros, para resguardar a execução individual e correta das provas.

11.2. Em caso de necessidade de amamentação durante a realização das provas, a candidata deverá levar um acompanhante, que terá local reservado para este fim e que será responsável pela guarda da criança.

11.3. Não haverá sobre qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização das provas e após o fechamento dos portões não será permitida a entrada de candidatos retardatários.

11.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referente a este processo seletivo, devendo ainda, manter atualizado seu endereço.

12. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

12.1. Na classificação final entre candidatos, com igual número de pontos, serão fatores de preferência o seguinte:

a) com idade superior a 60 (sessenta) anos completos até o ultimo dia de inscrição, nos termos da lei federal nº 10741,2004, entre si e frente aos demais, sendo que será dada a preferência aos de idade mais elevada;

b) que obtiver maior número de acertos na prova de conhecimento específico;

c) que obtiver maior número de acertos na prova de língua portuguesa;

d) que obtiver maior número de acertos na prova de informática;

e) que obtiver maior número de acertos na prova de conhecimentos gerais;

f) que tiver mais idade, considerando-se, se necessário o horário de nascimento;

13. DIVULGAÇÃO DO GABARITO

13.1. O gabarito da prova, será divulgado no **primeiro dia útil após a realização da referida prova**, a partir das 17h, mediante edital afixado na sede do CODEMA, publicado no órgão de imprensa oficial e disponibilizada no site da empresa responsável pela organização do processo seletivo www.metodoesolucoes.com.br.

14. DOS RECURSOS

14.1. Caberá interposição de recursos devidamente fundamentados, perante a empresa **Método Soluções Educacionais LTDA,** no prazo de dois dias úteis, contados do primeiro dia subsequente a data de publicação do objeto de recurso contra:

a) inscrições não homologadas;

b) questões das provas e gabarito preliminar;

c) resultado das provas, desde que se refira a erros de cálculo das notas.

14.2. O pedido de recurso, deverá ser encaminhado via internet, junto ao endereço eletrônico www.metodoesolucoes.com.br, campo específico **RECURSO** com as seguintes especificações:

- nome do candidato;

- número de inscrição;

- número do documento de identidade;

- cargo para o qual se inscreveu;

- a questão controversa de objeto, de forma individualizada;

- a fundamentação e embasamento, com as devidas razões do recurso.

14.3. Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e anexar cópia da bibliografia mencionada também sob pena de sua desconsideração.

14.4. Não serão aceitos recursos encaminhados via postal, via fax e/ou por e-mail, devendo ser digitado e estar embasado em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível.

14.5. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento e mérito. A banca examinadora constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

14.6. O resultado dos recursos interpostos serão publicados no site www.metodoesolucoes.com.br.

15. DA FORMA DE JULGAMENTO DA PROVA OBJETIVA

15.1. A prova objetiva será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) e terá caráter eliminatório.

15.1.1. Será considerado aprovado na prova objetiva o candidato que, obtiver nota igual ou superior a 50,0 (cinquenta) pontos.

15.1.2. O candidato que não aferir a nota mínima de 50,0 (cinquenta) pontos na prova objetiva será desclassificado do processo seletivo.

15.1.3. A classificação final será efetuada pela ordem decrescente da nota final obtida por cada candidato.

15.1.4. As matérias constantes das provas a que se submeterão os candidatos, fazem parte do anexo 01, parte integrante deste edital.

16. DO RESULTADO FINAL

16.1. O resultado final está previsto para ser divulgado dia 08/01/2018, a partir das 17h, mediante edital afixado na sede do CODEMA, publicado no órgão de imprensa oficial e disponibilizado no site da empresa responsável pelo processo seletivo www.metodoesolucoes.com.br.

17. DO REGIME JURÍDICO DE TRABALHO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

17.1. A contratação dos candidatos aprovados será feita mediante contrato de trabalho temporário, sem caracterização futura de estabilidade no emprego, conforme preconizado no artigo 6, §2º, da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, podendo ocorrer desligamento por demissão sem justa causa ou por justa causa, mediante processo administrativo.

17.2. O regime previdenciário dos contratos, será regime geral de previdência social – INSS.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do processo seletivo, estabelecidas no presente edital e na legislação municipal e federal pertinente.

18.2. A inexatidão das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do processo seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis a falsidade da declaração.

18.3. O órgão realizador do presente certame, não se responsabiliza por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao processo seletivo.

18.4. Após 120 (cento e vinte) dias da divulgação oficial do processo seletivo, as folhas de respostas serão incineradas e mantidas em arquivos eletrônicos, com cópia de segurança pelo prazo de 05 anos.

18.5. O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto ao órgão realizador, após o resultado final.

18.6. A Validade do presente processo seletivo será de 2 (dois) anos, contados da homologação final dos resultados, podendo haver prorrogação por igual período, a critério do CODEMA.

18.7. A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente a ordem de classificação, não gerando o fato de aprovação, direito a nomeação. Apesar das vagas existentes, os aprovados serão chamados conforme as necessidades locais, a critério do CODEMA.

18.8. Ficam impedidos de participar do certame os sócios da Método Soluções Educacionais LTDA, ou aqueles que possuam relação de parentesco disciplinadas nos artigos 1591 a 1595 do novo código civil. Constatado o parentesco a tempo o candidato terá sua inscrição indeferida, e se verificando posteriormente a homologação do candidato, será eliminado do certame, sem prejuízo das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

18.9. Para efeito de admissão, fica o candidato convocado sujeito a aprovação em exame de saúde, elaborado por médico especialmente designados pelo CODEMA e apresentação de documentos legais que lhe forem exigidos.

18.10. Todos os casos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos neste edital, serão resolvidos em comum pela comissão supervisora do processo seletivo e a empresa Método Soluções Educacionais LTDA.

18.11. Os vencimentos constantes no presente neste edital, são referentes ao da data do presente edital.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Água Boa, 14 de novembro de 2017.

Fernando Gorgen

Presidente CODEMA

ANEXO I- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA NÍVEL SUPERIOR, ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

LÍNGUA PORTUGUESA

Noções gerais de gramática, leitura e interpretação de texto, ortografia, acentuação gráfica, estrutura e formação de palavras, verbos: tempo, modo, cargo- substantivos: classificação e cargo- flexão de gênero, número e grau, formação e analise-artigo-adjetivo: conceito, classificação correspondência e locuções adjetivas, flexões- advérbios: classificação, flexão, grau cargo-numeral: tipo e cargo-pronomes: conceito, classificação-preposição-conjunções-interjeições-sintaxe: frase, oração, período-pontuação – tipos de frases- complementares verbais e nominais-vozes verbais-orações subordinadas-orações coordenadas- concordância verbal e nominal-problemas gerais da língua culta: grafia de palavras e expressões – crase-derivação prefixal e sufixal-recursos fonológicos, sintáticos, semânticos-figuras de linguagem-significação das palavras- vícios de linguagem.

CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos históricos e geográficos do Estado do Mato Grosso. Temas relevantes de diversas áreas: cultura, política educação, esporte, saúde, geografia, história, economia, sociedade e atualidades nacional e internacional.

INFORMÁTICA

Noções de Hardware e Software. MS-Windows XP: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2003 MS-Word 2003: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto. MS-Excel 2003: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados. MS-PowerP0int 2003: estrutura básica das apresentações, conceitos de slides, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides. Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos. Internet: Navegação Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Engenheiro agrônomo: Genética das espécies vegetais; Enfermidades e as plantas em geral; cultivos agrícolas e pastagens; Métodos de produção; Técnica agrícola: semeadura, plantio, adubação, melhoramento das espécies vegetais, colheita, armazenamento, combate às pragas, rendimento de produtos, reflorestamento, processos de irrigação e drenagem, regulagem das águas por meio de diques, barragens e canais; Qualidade e tratamento do solo; Execução de construções rurais (edifícios agrícolas) e instalações de indústrias rurais; Métodos de prevenção de doenças das plantas; Adaptação dos cultivos às diferentes terras e climas; Lei Complementar nº 38 de 21/11/1995(Código Estadual do Meio Ambiente); Resolução CONAMA no 237, de 19 de dezembro de 1997. Lei Complementar no. 140, de 8 de dezembro de 2011. Resolução CONSEMA/MT 085/2014. Lei Estadual 10.242, de 30 de dezembro de 2014. Lei Federal no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; Código Florestal Brasileiro- Lei 12.727/2012; Lei Complementar Nº 592 DE 26/05/2017 - Programa de Regularização Ambiental - PRA, disciplina o Cadastro Ambiental Rural - CAR, a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das Atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, no âmbito do Estado de Mato Grosso; Estatuto Social do CODEMA (disponível no site www.codemamt.com.br).

Engenheiro Ambiental/Sanitarista: Bioprocessos e biotecnologias :efeitos de um processo ou produto sobre o meio ambiente; Controle de poluição: impacto de atividades industriais, urbanas e rurais sobre o meio ambiente; qualidade da água, emissão de gases que prejudicam a qualidade do ar; Geoprocessamento: mapeamentos e levantamentos geográficos; Planejamento e gestão ambiental: impacto ambiental e planos para o uso de recursos naturais; Reutilização de resíduos; Recuperação de áreas degradadas ou afetadas pela poluição; Recursos hídricos: exploração de rios, reservatóri-

os e água subterrânea; Saneamento: sistemas de abastecimento de água e de coleta, transporte e tratamento de esgoto, lixo doméstico e resíduos industriais; Sistema de drenagem; Lei Complementar nº 38 de 21/11/1995(Código Estadual do Meio Ambiente); Resolução CONAMA no 237, de 19 de dezembro de 1997. Lei Complementar no. 140, de 8 de dezembro de 2011. Resolução CONSEMA/MT 085/2014. Lei Estadual 10.242, de 30 de dezembro de 2014. Lei Federal no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; Código Florestal Brasileiro- Lei 12.727/2012; Lei Complementar Nº 592 DE 26/05/2017 - Programa de Regularização Ambiental - PRA, disciplina o Cadastro Ambiental Rural - CAR, a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das Atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, no âmbito do Estado de Mato Grosso; Estatuto Social do CODEMA (disponível no site www.codemamt.com.br).

Engenheiro Florestal: Manejo florestal: desrama, desbaste, rotação, sustentabilidade de produção, taxa de corte, planejamento florestal, plano de manejo, benefícios imateriais; Manejo de bacias hidrográficas: diagnósticos de bacias, controle de erosão e torrentes, recuperação de bacias hidrográficas; Economia florestal: custos, preços, mercado, juros, avaliação de viabilidade de projetos de investimentos, amortização, depreciação, crédito florestal; Proteção florestal: controle de pragas, doenças e incêndios florestais; Inventário florestal: método aleatório e estratificado; Lei Complementar nº 38 de 21/11/1995(Código Estadual do Meio Ambiente); Resolução CONAMA no 237, de 19 de dezembro de 1997. Lei Complementar no. 140, de 8 de dezembro de 2011. Resolução CONSEMA/MT 085/2014. Lei Estadual 10.242, de 30 de dezembro de 2014. Lei Federal no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; Código Florestal Brasileiro- Lei 12.727/2012; Lei Complementar Nº 592 DE 26/05/2017 - Programa de Regularização Ambiental - PRA, disciplina o Cadastro Ambiental Rural - CAR, a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das Atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, no âmbito do Estado de Mato Grosso; Estatuto Social do CODEMA (disponível no site www.codemamt.com.br).

Engenheiro Civil: Gerenciamento de integração do projeto; Gerenciamento do Escopo do Projeto; Gerenciamento de Tempo do projeto, Gerenciamento de custos do projeto, Gerenciamento da qualidade do projeto; Gerenciamento de recursos humanos do projeto; Gerenciamento das comunicações do projeto; Gerenciamento de riscos do projeto e Gerenciamento de aquisições do projeto; As Visões de Produtividade, Qualidade do Meio ambiente, de Sustentabilidade e da responsabilidade social na gestão dos empreendimentos na construção civil; Custos nos empreendimentos de construção civil; Orçamentos nos empreendimentos de construção civil; Técnicas de Programação e Controle de Projetos e Obras; Noções de licitação e contratação para empreendimentos de construção civil; Perdas e Desperdícios na construção civil; Elementos de Ciências dos Materiais (Estrutura atômica e ligação interatômica; Propriedades mecânicas dos metais e materiais; Falhas; Fratura; Fadiga e Fluência; Compósitos; Propriedades Térmicas; Corrosão e degradação dos materiais; Seleção de materiais e Considerações de Projeto);Tecnologia dos Materiais de Construção Civil; Especificações e Normas, Materiais Cerâmicos; Aglomerantes ou ligantes (Cimento, cal e gesso), agregados, Argamassas, Concretos, Madeiras; Materiais Betuminosos; Materiais Metálicos; Vidros; Lacas e Vernizes, Materiais e resinas Plásticas; Ensaios de Laboratório; Agregados leves e pesados; Controle Tecnológico dos Concretos; Manifestações patológicas nas estruturas e construções; Resíduos Industriais e Agrícolas para a Construção Civil; Lei Complementar nº 38 de 21/11/1995(Código Estadual do Meio Ambiente); Resolução CONAMA no 237, de 19 de dezembro de 1997. Lei Complementar no. 140, de 8 de dezembro de 2011. Resolução CONSEMA/MT 085/2014. Lei Estadual 10.242, de 30 de dezembro de 2014. Lei Federal no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; Código Florestal Brasileiro- Lei 12.727/2012; Lei Complementar Nº 592 DE 26/05/2017 - Programa de Regularização Ambiental - PRA, disciplina o Cadastro Ambiental Rural - CAR, a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das Atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, no âmbito do Estado de Mato Grosso; Estatuto Social do CODEMA (disponível no site www.codemamt.com.br).

Veterinário: Anatomia, fisiologia, patologia e clínica médico-veterinária dos animais domésticos de interesse comercial, de produção de alimentos e de companhia. Inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal: Programas de Autocontrole, Boas Práticas de Fabricação - BPF, Procedimento Padrão de Higiene Operacional - PPOH e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC. Doenças transmitidas por alimentos. Defesa Sanitária Animal: prevenção, controle e diagnóstico, clínico e laboratorial, das principais doenças que afetam o comércio e a saúde humana e animal. Doenças de notificação obrigatória. Análises de resíduos e contaminantes, microbiológicas e físico-químicas de produtos destinados à alimentação animal. Risco de disseminação de doenças aos animais por produtos destinados para alimentação animal. Nutrição animal de ruminantes e monogástricos. Fabricação e o emprego de rações, suplementos, premixes, núcleos ou concentrados com medicamentos para os animais de produção. Inspeção de produtos de uso veterinário: Farmacologia veterinária. Noções básicas de biossegurança. Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos: Conceito e Aplicações. Melhoramento Genético Animal e Registro Genealógico. Pecuária Orgânica: conceitos, princípios, alimentação, manejo e terapêuticas na produção animal orgânica. Legislação federal - Defesa Sanitária Animal. Inspeção de produtos de origem animal. Produtos veterinários. Programas sanitários. Vigilância sanitária internacional; Lei Complementar nº 38 de 21/11/1995 (Código Estadual do Meio Ambiente); Resolução CONAMA no 237, de 19 de dezembro de 1997. Lei Complementar no. 140, de 8 de dezembro de 2011. Resolução CONSEMA/MT 085/2014; Estatuto Social do CODEMA (disponível no site www.codemamt.com.br).

Assistente Jurídico: Direito Administrativo- Noções gerais de organização administrativa brasileira; Administração direta e indireta; Descentralização e desconcentração; Serviço público: noções gerais, formas e meios de prestação, concessão e permissão do servidos público, autorização, tarifas; Poder de polícia: noção, características, formas e limites; Desapropriação; Responsabilidade civil do Estado: Noções gerais, formas de exclusão da responsabilidade do Estado; Responsabilidade por omissão; Atos de improbidade administrativa; Licitação e contratos.

Direito constitucional- Constituição: conceito, objeto, classificação e estrutura; Vigência e eficácia das normas constitucionais; Princípios constitucionais explícitos e implícitos; Federação; Tripartição dos Poderes; Direitos e garantias fundamentais; Direitos individuais; Direitos sociais; Direitos políticos; Organização do Estado e repartição de competência; União; Estado e DF; Municípios; Criação e extinção dos Municípios; Administração pública; Princípios constitucionais da Administração Pública; Controle de Constitucionalidade; Controle de constitucionalidade e Leis municipais; Seguridade social; Educação e Cultura;

Direito Ambiental- Lei Complementar nº 38 de 21/11/1995 (Código Estadual do Meio Ambiente); Resolução CONAMA no 237, de 19 de dezembro de 1997. Lei Complementar no. 140, de 8 de dezembro de 2011. Resolução CONSEMA/MT 085/2014. Lei Estadual 10.242, de 30 de dezembro de 2014. Lei Federal no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; Código Florestal Brasileiro- Lei 12.727/2012; Lei Complementar Nº 592 DE 26/05/2017 - Programa de Regularização Ambiental - PRA, disciplina o Cadastro Ambiental Rural - CAR, a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das Atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, no âmbito do Estado de Mato Grosso; Estatuto Social do CODEMA (disponível no site www.codemamt.com.br).

Assistente Contábil: Contabilidade pública: conceito, atuação e regimes contábeis;Econômico: Conceitos, classificação, apropriação de custos, contabilização, demonstração de resultados, balanço patrimonial; Financeiro: Regimes, conceitos, classificação, projeção do fluxo de caixa; Orçamentário: Definição e objetivos, planejamento, elaboração, execução, acompanhamento, ajustes, regime de contabilização, patrimoniais, direitos e obrigações, plano de contas, análises econômico-financeiras; Receitas e despesas pública: orçamentarias e extra orçamentárias; Sistema de contas: conceito, nomenclatura e função das contas; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Licitações e contratos; Estatuto Social do CODEMA (disponível no site www.codemamt.com.br).

Assistente administrativo: Comportamento organizacional: motivação, liderança e desempenho; Trabalho em equipe; Personalidade e relacionamento; Eficácia no comportamento interpessoal; Fatores positivos do relacionamento; Comportamento receptivo e defensivo, empatia e compreensão mútua; Compras na Administração Pública; Licitações; Princípios básicos da licitação; Contratos; Eficiência, eficácia, produtividade e competitividade; Processo decisório; Gestão da qualidade; Patrimônio: conceito, componentes; Variações e configurações Técnicas de arquivamento: classificação, organização, arquivos correntes e protocolo; Noções de cidadania; Estatuto Social do CODEMA (disponível no site www.codemamt.com.br).

Técnico Agrícola/Agropecuário: Uso e conservação do solo; Adubagem e calagem; Tipos e classificação de fertilizantes e corretivos agrícolas; Irrigação e drenagem; Pastagens; Mecanização agrícola; maquinas e implementos agrícolas; Conhecimentos gerais de zootecnia; Bovinocultura; avicultura; Ovinocultura; Caprinocultura; Piscicultura; Noção de sanidade animal. Estatuto Social do CODEMA (disponível no site www.codemamt.com.br);

ANEXO II

REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Nos termos do Edital de Processo Seletivo nº 001/2017, solicito isenção do pagamento da taxa de inscrição.

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE:

NOME:	CPF:
CARGO PRETENDIDO:	RG:
ENDEREÇO:	DATA DE EXPEDIÇÃO:
BAIRRO:	E-MAIL:
CIDADE/UF:	
CEP:	
CTPS/SÉRIE:	
TELEFONE:	

OBSERVAÇÃO: Não serão acatados pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição para candidatos, que não comprovem renda mensal, igual ou inferior a um salário mínimo, seja qual for o motivo alegado. Somente o preenchimento da solicitação de isenção não implica a efetivação da inscrição.

DECLARAÇÃO DE HIPOSUFICIENCIA FINANCEIRA E/OU DOADOR REGULAR DE SANGUE

Declaro, para efeito de solicitação de concessão da isenção de pagamento de taxa de inscrição ao Processo Seletivo, que apresento condições de Hipossuficiência e doador regular de sangue, que atendo ao estabelecido no Edital nº 001/2017 do CODEMA- Estado de Mato Grosso, em especial quanto a disposição do item 4 deste Edital.

Declaro ainda, estar ciente de que, a veracidade das informações e documentações apresentadas é de minha inteira responsabilidade, podendo a Comissão Supervisora do Processo Seletivo, em caso de fraude, omissão, falsificação, declaração inidônea, ou qualquer outro tipo de irregularidade, proceder ao cancelamento da inscrição e automaticamente a eliminação do certame, podendo adotar as medidas cabíveis contra minha pessoa.

Agua Boa/MT, _____de_____de 2017.

_____

Assinatura do Candidato

PROTOCOLO	Para uso exclusivo da Comissão Supervisora do Processo Seletivo ( ) Deferido ( )Indeferido

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DECRETO Nº 010/2017

Alto Boa Vista – MT, 22 de março de 2017.

Designa o comitê de Coordenação e o Comitê Executivo para coordenação, discussão, avaliação, aprovação e execução das atividades necessárias à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme o Termo Aditivo de Execução Descentralizada no 04/2014 celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde e Universidade Federal de Mato Grosso, assinado e publicado no Diário Oficial da União.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA – MT, no desempenho de suas atribuições legais, especialmente as contidas no inciso “c” do art. 91 da Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto na Lei Federal nº 11.445/2007 e a necessidade de se instituir comitês específicos para as atividades relacionadas à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

DECRETA

Art. 1º. Fica alterado o Comitê de Coordenação para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, composto pelos seguintes membros:

1 – Representante do Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica – FUNASA;

2 – Representante do Governo do Estado de Mato Grosso – Secretaria de Estado das Cidades – SECID;

3 – Representante do Poder Legislativo;

4 – Gesiel Candido da Silva (Secretaria Municipal de Saúde);

5 – Edvania Silva de Souza (Secretaria de Educação);

6 – Albano Dembogurski (Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente)

Parágrafo Único. São atribuições do Comitê de Coordenação ao que se refere o *caput* deste artigo:

1. Coordenar, discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo; 2. Analisar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento sob os aspectos de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental.

Art. 2º. Fica instituído o Comitê Executivo para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, composto pelos seguintes membros:

1 – Romilton Silva Aguiar – Secretaria de Obras;

2 – Vanderlei Marques de Souza – Representante da Secretaria de Educação;

3 – Viviene de Souza Gonçalves – Representante da Secretaria de Saúde;

4 – Eliene Moreira Gomes – Representante da Secretaria de Assistência Social;

5 – Frankcigerison Isaias Camelo Pereira – Tesoureiro;

6 – Janaina Rodrigues Silva – Controle Interno.

Parágrafo Único. São atribuições específicas do Comitê Executivo a que se refere o *caput* deste artigo.

I – executar em conjunto com a equipe executora, as atividades previstas nas etapas de elaboração do Plano, apreciando e validando cada produto a ser entregue, submetendo-o à avaliação do Comitê de Coordenação;

II – observar os prazos indicados no cronograma de execução.

Art. 3º. A designação dos membros dos comitês previstos neste Decreto não importará em qualquer vantagem pecuniária ou acréscimo remuneratório, a qualquer título.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Alto Boa Vista – MT, 22 de março de 2017.

_____

VALTUIR CANDIDO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA Nº 016/2017 – DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aos oito dias do mês de novembro do ano de 2017, às 17:45 horas, na Sala dos Conselhos da Assistência Social, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, junto ao seu Presidente, senhor Silvio Kiyoshi Tiyoda, comigo, Juliana Dourado Ribeiro, Secretária Executiva dos Conselhos da Assistência Social para tratar da aprovação de uma proposta para a construção de um centro de convivência para posteriormente ser enviada, solicitando contemplação da mesma através de convênio. Após deliberação a proposta foi aprovada por unanimidade. Nada mais a ser tratado, a reunião foi encerrada às 17:55 horas e, para constar, eu, Juliana Dourado Ribeiro, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por todos. Em tempo: houve a sugestão de uma nova reunião para aprovação do local onde será construída a sede do Centro de Convivência. Alto Garças, 08 de novembro de 2017.

OBS: Esta ata é cópia fiel do livro de registro de atas.

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA Nº 017/2017 – DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aos dez dias do mês de novembro do ano de 2017, às 17:00 horas, na Sala dos Conselhos da Assistência Social, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, junto ao seu Presidente, senhor Silvio Kiyoshi Tiyoda, comigo, Juliana Dourado Ribeiro, Secretária Executiva dos Conselhos da Assistência Social para tratar da aprovação para recebimento de recurso através do Programa Siconv para aquisição de um veículo no valor de até R$ 101.000,00 (Cento e um mil reais) para atender a demanda do CRAS. Após deliberação foi sugerido que seja aprovada a proposta do convênio do valor já mencionado e posteriormente haja nova reunião para a escolha do modelo de veículo que mais se adeque à necessidade dos usuários do CRAS. Nada mais a ser tratado, a reunião foi encerrada às 17:20 horas e, para constar, eu, Juliana Dourado Ribeiro, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por todos. Alto Garças, 10 de novembro de 2017.

OBS: Esta ata é cópia fiel do livro de registro de atas.

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA Nº 015/2017 – DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aos oito dias do mês de novembro do ano de 2017, às 17:30 horas, na Sala dos Conselhos da Assistência Social, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, junto ao seu Presidente, senhor Silvio Kiyoshi Tiyoda, comigo, Juliana Dourado Ribeiro, Secretária Executiva dos Conselhos da Assistência Social para tratar de assuntos relacionados ao convênio do Programa Siconv, par a construção de uma nova sede para o CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, com orçamento de, no máximo, R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). A Assistente Social do CRAS, senhorita Fernanda Batista esclareceu que a nova sede deverá ser construída em um bairro que apresente maior número de usuários, neste caso, o Bairro Mangueiras. Após discussão, a proposta foi aprovada por unanimidade. Nada mais a ser tratado, a reunião foi encerrada às 17:42 horas e, para constar, eu, Juliana Dourado ribeiro, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por todos. Alto Garças, 08 de novembro de 2017.

OBS: Esta ata é cópia fiel do livro de registro de atas.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 39/2017

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Processo Nº.: 100/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 39/2017

No dia 10 do mês de Novembro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS , Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.133.097/0001-07, com sede administrativa localizada na RUA DOM AQUINO 346, bairro CENTRO, CEP nº. 78770-000, nesta cidade de Alto Garças/MT, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CLAUDINEI SINGOLANO, inscrito no CPF sob o nº. 051.358.398-01, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 50/2017, Processo Licitatório nº. 100/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA OU COMUNIDADE TERAPÊUTICA, QUE ATENDA AMBOS OS SEXOS (SEJA EM UNIDADE MISTA OU EM UNIDADES SEPARADAS) PARA ATENDIMENTO DE MANDADO JUDICIAL DE INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA, DENTRE OUTROS, PARA TRATAMENTO DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA A USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
3592	ROSA DE SARON CENTRO DE TRATAMENTO FEMININO EIRELI	5, 6

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ROSA DE SARON CENTRO DE TRATAMENTO FEMININO EIRI	18.085.802/0001-07	RICARDO FERNANDO SANTANA	003.892.201-08

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA OU COMUNIDADE TERAPÊUTICA, QUE ATENDA AMBOS OS SEXOS (SEJA EM UNIDADE MISTA OU EM UNIDADES SEPARADAS) PARA ATENDIMENTO DE MANDADO JUDICIAL DE INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA, DENTRE OUTROS, PARA TRATAMENTO DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA A USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 3592 - ROSA DE SARON CENTRO DE TRATAMENTO FEMININO EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	INTERNAÇÃO DE DEPENDENTE QUÍMICO VOLUNTÁRIO - FEMININO	MES		30,000	1.466,0000	43.980,00
6	INTERNAÇÃO DE DEPENDENTE QUÍMICO COMPULSÓRIA - FEMININO	MES		30,000	1.466,0000	43.980,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar o prazo estabelecido no termo de referência do edital da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Garças para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Alto Garças,10 de Novembro de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ROSA DE SARON CENTRO DE TRATAMENTO FEMININO EIREI CNPJ: 18.085.802/0001-07

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 036/2017

EXTRATO DO I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 036/2017

EXTRATO DO I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 036/2017, celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI – MT**, denominada **CONTRATANTE**, e a empresa**M. P. DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB ME**, inscrita sob o CNPJ: 14.728.004/0001-03, denominada **CONTRATADA**, objetivando prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais **06 (seis) meses. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (055) 04.001. 04.122.0002.2201.3.3.90.39.00.00.00.00.0000,** Para o exercício de 2018, será utilizada Dotações Orçamentárias da Lei Orçamentária Anual – LOA/ 2018. **VALOR:** sendo o valor mensal de **R$ 1.000,00** (Um mil Reais) totalizando o valor bruto do aditivo em **R$ 6.000,00** (Seis mil Reais). **VIGÊNCIA:** 06 (seis) meses, contados da data da assinatura do mesmo. **DATA DE ASSINATURA:** 21/08/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

PORTARIA Nº 374/2017

"Prorroga prazo para conclusão do Processo Administrativo instaurado pela Portaria 308/2017."

O Prefeito do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, Fábio Mauri Garbugio, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o pedido de prorrogação de prazo para conclusão do Processo Administrativo instaurado pela Portaria 308/2017, bem como o deferimento do prefeito municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº. 308/2017, que visa eventuais irregularidades administrativas praticadas pelo servidor Robison Junio Alves dos Santos.

Art. 2º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Alto Taquari-MT, em 13 de novembro de 2017.

FÁBIO MAURI GARBÚGIO

Prefeito Municipal

ERRATA - EDITAL N.º 04/2017/SMEC/MT

ERRATA

EDITAL N.º 04/2017/SMEC/MT

GABARITO DA PROVA ESCRITA - **CORRETO**

CARGO: **APOIO**

QUESTÕES	ALTERNATIVA A	ALTERNATIVA B	ALTERNATIVA C	ALTERNATIVA D
01			X	
02	X			
03	X			
04	X			
05			X	
06			NULA	
07				X
08	X			
09		X		
10		X		

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI – MT AVISO DE RESULTADO – PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO – Nº066/2017

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de seu Pregoeiro e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, regido pela portaria n° 341/2017 de 29/09/2017, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 066/2017, cujo certame se deu às 07:30h00min, no dia 13/11/2017; cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM SERVIÇOS PARA: UM HORTICULTOR PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM HORTA E VIVEIRO DE MUDAS DENTRO DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI; E, DE DOIS CUIDADORES DE CÃES PARA O ABRIGO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - MT. Sagraram- se vencedores os proponentes **LUCINEIDE MIRANDA DA COSTA** com valor de **R$ 43.200,00** (quarenta e três mil e duzentos reais). A licitação foi realizada com Pregão Presencial, pelo critério do tipo menor preço por item, sendo a presente contratação adjudicada, em 13 de novembro de 2017. Maiores informações fone (66)3496-1575/1471 - Alto Taquari – MT, 14 de novembro de 2017. Cacilda Ferreira dos Santos **–** Pregoeira.

PORTARIA 368/2017.

"Altera Portaria nº. 295/2017, para substituição do Presidente."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, Marco Aurélio Julien,

CONSIDERANDO a solicitação do presidente do Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº. 295/2017, autorizado pela Secretária Municipal de Administração, com a respectiva nomeação de servidor para referida substituição;

RESOLVE:

1. Designar a servidora Suele Ferreira Rezende Miranda para substituir Carlos Cunha Junior, nomeado como Presidente da Comissão de Investigação Disciplinar, instaurada pela Portaria nº 295/2017.

2. A Comissão Disciplinar acima deverá observar os parágrafos 1º e 2º, do artigo 148 do Estatuto do Servidor Público;

Após, deve ser tipificada a infração disciplinar, onde será formulada a indicação do servidor em processo administrativo disciplinar, especificando os fatos contra ele imputados e as respectivas provas, obedecendo-se, em todo o possível, ao disposto no art. 41 do Código de Processo Penal.

Em seguida, o processo terá que seguir o rito especificado no artigo 151 do Estatuto do servidor Público Municipal.

A Comissão deve cumprir o determinado no artigo 152 do Estatuto do Servidor Publico, ou seja, não exceder a 60(sessenta) dias o prazo de conclusão do processo administrativo, observando inclusive, os parágrafos 1º e 2º do referido artigo.

3. Esta Portaria altera a Portaria 295/2017.

4. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Alto taquari,09/11/2017.

MARCO AURÉLIO JULIEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 275/2017.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AUXILIO DOENÇA À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Auxílio Doença à Servidora **ERICA DA CONCEIÇÃO SOUZA,** portadora da cédula de identidade nº 2481713-9 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n° 026.835.461-81 ocupante do Cargo Efetivo de **Agente de Combate às Endemias**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 15/11/2017 à 14/12/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua afixação e ou publicação revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT; 15 de Novembro de 2017.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL / SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 0157/2017

DECRETO Nº. 0157/2017

SÚMULA: ALTERA O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CONSTRUINDO O SABER - SEGMENTO CRECHE - DO MUNICÍPIO DE APIACÁS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

CONSIDERANDO a necessidade de atender todas as crianças de até um a três anos de idade constantes na lista de espera da Escola Construindo Saber;

CONSIDERANDO que a construção da nova Creche Municipal, apesar de todos os esforços desta municipalidade, ainda não foi finalizada;

CONSIDERANDO o parecer do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do Município de Apiacás que decidiu por unanimidade aprovar funcionamento em jornada parcial da Escola – CONSTRUINDO SABER – SEGMENTO CRECHE – CRIANÇAS DE UM ATÉ TRÊS ANOS DE IDADE;

DECRETA

ARTIGO 1º - Fica decretado que a partir de 01 de janeiro de 2018, o novo horário de expediente da ESCOLA CONSTRUINDO O SABER – SEGMENTO CRECHE será das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, atendendo um grupo de alunos no período matutino e outro no período vespertino, possibilitando desta forma atender todos os alunos de um até três anos de idade.

ARTIGO 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência a partir de 01 de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás MT, 14 de Novembro de 2017.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE APIACAS
BALANCETE FINANCEIRO ORÇAMENTÁRIO PATRIMONIAL MÊS DE OUTUBRO 2017 PREVIAP

PREVIAP

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS – MT.
CNPJ: 03.094.874/0001-43

BALANCETE

FINANCEIRO

ORÇAMENTÁRIO

MÊS

OUTUBRO

2017

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS
FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO
Outubro/2017

Data de emissão: 14/11/2017

Exercício: 2017 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Receita Orçamentária	**3.059.638,35**	**3.826.732,97**	**Despesa Orçamentária**	**522.252,19**	**561.481,80**
Ordinárias			Ordinárias		
Ordinária		3.907.810,57	Ordinária		561.481,80
Vinculadas			Vinculadas		
Recurso Próprio de Previdência Social	3.142.258,94		Recurso Próprio de Previdência Social	522.252,19	
Dedução					
(-) Deduções da Receita Orçamentária	82.620,59	81.077,60			
Transferências Financeiras Recebidas			**Transferencias Financeiras Concedidas**		
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extra-Orçamentários	**27.714,35**	**30.460,11**	**Despesas Extra-Orçamentárias**	**41.371,24**	**31.133,96**
Restos a Pagar			Restos a Pagar		
Inscritos no período	9.830,20	4.402,62	Pagos no período	4.402,62	4.949,13
Depósitos			Depósitos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	17.873,38	26.057,49	Outras movimentações extra-orçamentárias	17.884,15	26.184,83
Outros Movimentos			Outros Movimentos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	10,77		Outras movimentações extra-orçamentárias	19.084,47	
Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
Ajuste de Investimentos - Ganho					
Ajuste de Investimentos - Ganho					
Transferências de Aplicações Financeiras p/ Curto					
Saldo em espécie do exercício anterior	**14.868.942,62**	**11.604.365,30**	**Saldo em espécie do exercício seguinte**	**17.392.671,89**	**14.868.942,62**
Disponível			Disponível		
Caixa			Caixa		
Bancos conta movimento	46.217,68	186.515,65	Bancos conta movimento	89.662,94	46.217,68
Aplicações financeiras	11.417.849,65		Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras - RPPS	3.404.875,29	11.417.849,65	Aplicações financeiras - RPPS	17.303.008,95	14.822.724,94
(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		

Emissão: 14/11/2017 11:52:49 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS
FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO

Outubro/2017

Data de emissão: 14/11/2017

Exercício: 2017 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TOTAL	17.956.295,32	15.461.558,38	TOTAL	17.956.295,32	15.461.558,38

LUAN LUIS MATOS ZAGLI
DIRETOR EXECUTIVO

ALCIR FELDBERG
CONTADOR 13784-MT

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS
FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Outubro/2017

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

TOTAL						

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(f)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES		4.402,62	4.402,62		
Outras Despesas Correntes		4.402,62	4.402,62		
TOTAL		4.402,62	4.402,62		

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

LUAN LUIS MATOS ZAGLI
DIRETOR EXECUTIVO

ALCIR FELDBERG
CONTADOR 13784-MT

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Outubro/2017

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas		Saldo a Realizar (c - a)
			Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.240.000,00	2.240.000,00	2.140.944,16	95,57	99.055,84
RECEITAS CORRENTES	2.240.000,00	2.240.000,00	2.140.944,16	95,57	99.055,84
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	730.000,00	730.000,00	555.426,09	76,08	174.573,91
Contribuições Sociais	730.000,00	730.000,00	555.426,09	76,08	174.573,91
RECEITA PATRIMONIAL	1.380.000,00	1.380.000,00	1.585.518,07	114,89	-205.518,07
Receitas Imobiliárias	10.000,00	10.000,00			10.000,00
Receitas de Valores Mobiliários	1.670.000,00	1.670.000,00	1.668.138,66	99,88	1.861,34
(-)Dedução da Receita Patrimonial	-300.000,00	-300.000,00	-82.620,59	27,54	-217.379,41
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	130.000,00	130.000,00			130.000,00
Multa de Juros de Mora	22.000,00	22.000,00			22.000,00
Indenizações e Restituições	98.000,00	98.000,00			98.000,00
Receitas Diversas	10.000,00	10.000,00			10.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.110.000,00	1.110.000,00	918.694,19	82,76	191.305,81
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	3.350.000,00	3.350.000,00	3.059.638,35	91,33	290.361,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)					
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	3.350.000,00	3.350.000,00	3.059.638,35	91,33	290.361,65
DÉFICIT/SUPERÁVIT (VI)					
TOTAL(VII) = (V + VI)	3.350.000,00	3.350.000,00	3.059.638,35	91,33	290.361,65

Emissão: 14/11/2017 11:53:35

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Outubro/2017

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas		Saldo a Realizar (c - a)
			Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.110.000,00	1.110.000,00	918.694,19	82,76	191.305,81
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.110.000,00	1.110.000,00	918.694,19	82,76	191.305,81
Contribuições Sociais	1.110.000,00	1.110.000,00	918.694,19	82,76	191.305,81
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	1.110.000,00	1.110.000,00	918.694,19	82,76	191.305,81
TOTAL (V) = (III + IV)	1.110.000,00	1.110.000,00	918.694,19	82,76	191.305,81

LUAN LUIS MATOS ZAGLI
DIRETOR EXECUTIVO

ALCIR FELDBERG
CONTADOR 13784-MT

Emissão: 14/11/2017 11:53:35

Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Outubro/2017

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas Até o Mês (h)	Despesas Liquidadas Até o Mês (i)	Despesas Pagas Até o Mês (j)	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	3.335.000,00	3.335.000,00	519.809,63	512.284,43	509.979,43	15,58	2.815.190,37
DESPESAS CORRENTES	720.000,00	730.000,00	519.809,63	512.284,43	509.979,43	71,20	210.190,37
Pessoal e Encargos Sociais	591.000,00	621.000,00	433.782,32	433.782,32	433.782,32	69,85	187.217,68
Outras Despesas Correntes	129.000,00	109.000,00	86.027,31	78.502,11	76.197,11	78,92	22.972,69
DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00	5.000,00					5.000,00
Investimentos	15.000,00	5.000,00					5.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.600.000,00	2.600.000,00					2.600.000,00
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	15.000,00	15.000,00	2.442,56	2.442,56	2.442,56	16,28	12.557,44
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	3.350.000,00	3.350.000,00	522.252,19	514.726,99	512.421,99	15,58	2.827.747,81
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)							
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	3.350.000,00	3.350.000,00	522.252,19	514.726,99	512.421,99	15,58	2.827.747,81
SUPERÁVIT (XIII)			2.537.386,16				-2.537.386,16
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	3.350.000,00	3.350.000,00	3.059.638,35	514.726,99	512.421,99	91,33	290.361,65

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas Até o Mês (h)	Despesas Liquidadas Até o Mês (i)	Despesas Pagas Até o Mês (j)	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
DESPESAS CORRENTES (I)	15.000,00	15.000,00	2.442,56	2.442,56	2.442,56	16,28	12.557,44
Pessoal e Encargos Sociais	15.000,00	15.000,00	2.442,56	2.442,56	2.442,56	16,28	12.557,44
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	15.000,00	15.000,00	2.442,56	2.442,56	2.442,56	16,28	12.557,44
SUPERÁVIT (IV)	1.095.000,00	1.095.000,00	916.251,63	916.251,63		83,67	178.748,37
TOTAL (V) = (III + IV)	1.110.000,00	1.110.000,00	918.694,19	918.694,19	2.442,56	82,76	191.305,81

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

LUAN LUIS MATOS ZAGLI
DIRETOR EXECUTIVO

ALCIR FELDBERG
CONTADOR 13784-MT

Emissão: 14/11/2017 11:53:35

Página 1
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS

CNPJ: 03.094.874/0001-43

ANEXO 10 DA LEI 4.320/64 - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Outubro/2017

(Adendo VII, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) Em R$

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA					DIFERENÇAS	
			ANTERIOR	NO MÊS	ANULADA NO MÊS	TOTAL NO MÊS	ACUMULADO	PARA MAIS	PARA MENOS
100000000000	RECEITAS CORRENTES								
120000000000	RECEITAS DE CONTRIBUICOES								
121000000000	CONTRIBUICOES SOCIAIS								
121029000000	CONTRIBUICOES PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DO SERVIDOR PUBLICO								
121029010000	CONTRIBICAO PATRONAL DO SERVIDOR CIVIL ATIVO		227,96	341,93		341,93	569,89	569,89	
121029070000	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PROPRIO	710.000,00	499.273,04	55.583,16		55.583,16	554.856,20		155.143,80
121029130000	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA PARA AMORTIZACAO DO DEFICIT ATUARIAL (SERV	20.000,00							20.000,00
	SOMA	730.000,00	499.501,00	55.925,09		55.925,09	555.426,09		174.573,91
130000000000	RECEITA PATRIMONIAL								
131000000000	RECEITAS IMOBILIARIAS								
131100000000	ALUGUEIS	10.000,00							10.000,00
931100000000	DEDUÇÕES DAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS	-300.000,00	-82.620,59				-82.620,59		-217.379,41
132000000000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS								
132800000000	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DO SERV								
132810000000	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DO SERV	1.600.000,00	1.586.601,13	81.537,53		81.537,53	1.668.138,66	68.138,66	
932810000000	DESVALORIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA RPPS								
132820000000	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DO SERV	20.000,00							20.000,00
132830000000	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DO SERV	50.000,00							50.000,00
	SOMA	1.380.000,00	1.503.980,54	81.537,53		81.537,53	1.585.518,07	205.518,07	
190000000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES								
191000000000	MULTAS E JUROS DE MORA								
191200000000	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUICOES								
191256000000	MULTAS E JUROS DE MORA DAS COMPENSACOES FINANCEIRAS ENTRE REGIME GERAL	2.000,00							2.000,00
191800000000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS								
191899000000	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	20.000,00							20.000,00
192000000000	INDENIZACOES E RESTITUICOES								
192200000000	RESTITUICOES								
192210000000	COMPENSACOES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PROPRIOS DE								
192210010000	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE P	48.000,00							48.000,00
192299000000	OUTRAS RESTITUICOES								
192299020000	RESTITUICAO - PREVIAP	50.000,00							50.000,00
199000000000	RECEITAS DIVERSAS								
199099000000	OUTRAS RECEITAS								
199099020000	RECEITAS DIVERSAS - PREVIAP	10.000,00							10.000,00
	SOMA	130.000,00							130.000,00
	SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**2.240.000,00**	**2.003.481,54**	**137.462,62**		**137.462,62**	**2.140.944,16**		**99.055,84**
700000000000	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS								
720000000000	RECEITAS DE CONTRIBUICOES								
721000000000	CONTRIBUICOES SOCIAIS								
721029000000	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS DO REGIME PROPRIO								
721029010000	CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	1.100.000,00	779.055,63	87.051,86		87.051,86	866.107,49		233.892,51
721029150000	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA EM REGIME DE PARCELAMENTO DE DEBITOS								
721029150100	PRINCIPAL AMORTIZADO REF. CONFISSAO E PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDEN	10.000,00	46.600,71	5.985,99		5.985,99	52.586,70	42.586,70	
	SOMA	1.110.000,00	825.656,34	93.037,85		93.037,85	918.694,19		191.305,81
	SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	**1.110.000,00**	**825.656,34**	**93.037,85**		**93.037,85**	**918.694,19**		**191.305,81**
	TOTAL	**3.350.000,00**	**2.829.137,88**	**230.500,47**		**230.500,47**	**3.059.638,35**		**290.361,65**
	TOTAL DAS INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS (INGRESSOS)								
	TOTAL GERAL	**3.350.000,00**	**2.829.137,88**	**230.500,47**		**230.500,47**	**3.059.638,35**		**290.361,65**

Emissão: 14/11/2017 11:57:13 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS

CNPJ: 03.094.874/0001-43

ANEXO 10 DA LEI 4.320/64 - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Outubro/2017

(Adendo VII, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) Em R$

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

ESTADO DE MATO GROSSO - FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS

ANEXO 11 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

Até o Mês de 10/2017

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) em R$

CÓDIGOS	TÍTULOS	AUTORIZADA R$			REALIZADA R$				DIFERENÇAS R$ DOS TOTAIS
		CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	ANTERIOR	EMPENHADO NO MÊS	ANULADO NO MÊS	TOTAL	
12	**REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL - P**								
001	**REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL - P**								
09.272.0002.2002-319001000000	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFOR	450.000,00		450.000,00	281.938,27	39.049,33		320.987,60	129.012,40
09.272.0002.2002-319003000000	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	20.000,00		20.000,00	8.433,00	937,00		9.370,00	10.630,00
09.272.0002.2002-319005000000	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DO SERVIDOR OU D	90.000,00		90.000,00	56.834,34	11.590,38		68.424,72	21.575,28
09.272.0002.2002-319011000000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00		50.000,00	31.500,00	3.500,00		35.000,00	15.000,00
09.272.0002.2002-319013000000	OBRIGACOES PATRONAIS	10.000,00		10.000,00					10.000,00
09.272.0002.2002-319092000000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.000,00		1.000,00					1.000,00
09.272.0002.2002-319113000000	OBRIGACOES PATRONAIS	15.000,00		15.000,00	2.191,72	250,84		2.442,56	12.557,44
09.272.0002.2002-339009000000	SALARIO-FAMILIA (RPPS)								
09.272.0002.2002-339014000000	DIARIAS - CIVIL	3.000,00		3.000,00	900,00			900,00	2.100,00
09.272.0002.2002-339030000000	MATERIAL DE CONSUMO	2.500,00		2.500,00					2.500,00
09.272.0002.2002-339033000000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.500,00		2.500,00	273,50			273,50	2.226,50
09.272.0002.2002-339035000000	SERVICOS DE CONSULTORIA	15.000,00		15.000,00	8.500,00			8.500,00	6.500,00
09.272.0002.2002-339036000000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.000,00		1.000,00					1.000,00
09.272.0002.2002-339039000000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	50.000,00		50.000,00	43.331,20	1.865,00		45.196,20	4.803,80
09.272.0002.2002-339047000000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	35.000,00		35.000,00	28.852,61	2.305,00		31.157,61	3.842,39
09.272.0002.2002-449052000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00		5.000,00					5.000,00
77.779.0002.2002-999999990000	RESERVA DE CONTINGENCIA	2.600.000,00		2.600.000,00					2.600.000,00
	TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 001	**3.350.000,00**		**3.350.000,00**	**462.754,64**	**59.497,55**		**522.252,19**	**2.827.747,81**
	TOTAL DO ÓRGÃO - 12	**3.350.000,00**		**3.350.000,00**	**462.754,64**	**59.497,55**		**522.252,19**	**2.827.747,81**
	TOTAL DAS DESPESAS	**3.350.000,00**		**3.350.000,00**	**462.754,64**	**59.497,55**		**522.252,19**	**2.827.747,81**
	TOTAL DE INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS (EGRESSOS)								
	TOTAL GERAL	**3.350.000,00**		**3.350.000,00**	**462.754,64**	**59.497,55**		**522.252,19**	**2.827.747,81**

Emissão: 14/11/2017 11:57:56

Página 1

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS
CNPJ: 3.094.874/0001.43
AV BRASIL - 0001059 - BOM JESUS
Telefone (066)3593-1344
previap@hotmail.com

Demonstrativo dos Saldos

No dia 31 de Outubro de 2017 foi realizada a conferência dos saldos bancários e de caixa, sendo totalizada para o próximo mês a quantia de R$17.392.671,89 DEZESETE MILHOES, TREZENTOS E NOVENTA E DOIS MIL, SEISCENTOS E SETENTA E UM REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS conforme demonstrados na relação abaixo discriminada.

Data do Demonstrativo: 31/10/2017

Código	Descrição	Número Conta	Tipo	Saldo
002	CEF - APLICACAO	189-5	Aplic.Fin.	3.112.168,68
004	BRADESCO	19.866-8	Aplic.Fin.	4.724.065,35
006	SICREDI	708585	Aplic.Fin.	1.968.121,88
007	BRASIL - MOVIMENTO	11.309-3	Movimento	87.988,70
008	BRASIL INVESTIMENTO	247-X	Aplic.Fin.	7.498.653,04
010	BRASIL INVESTIMENTO	247-X	Movimento	1.674,24

Contas Movimento:	**89.662,94**	**Aplicação Financeira:**	**17.303.008,95**	**Caixa:**	
Contas Vinculadas:		**Contas Arrecadação:**		**Total Banco:**	**17.392.671,89**
				Total:	**17.392.671,89**

Emissão: 14/11/2017 11:58:42 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS
FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO PATRIMONIAL
Outubro/2017

Data de emissão: 14/11/2017

Exercício: 2017 **P. Contas: PCASP-MT**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
ATIVO CIRCULANTE	**17.576.360,67**	**15.050.721,84**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**2.305,00**	**4.413,39**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	89.662,94	11.464.067,33	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	2.305,00	4.402,62
CREDITOS A CURTO PRAZO	183.688,78	181.779,22	DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO		10,77
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	183.688,78	181.779,22			
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO	17.303.008,95	3.404.875,29			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**200.463,57**	**206.222,40**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**14.958.288,38**	**42.483.250,40**
IMOBILIZADO	200.463,57	206.222,40	PROVISOES A LONGO PRAZO	14.958.288,38	42.483.250,40
BENS MOVEIS	14.806,84	14.806,84	**TOTAL DO PASSIVO**	**14.960.593,38**	**42.487.663,79**
BENS IMOVEIS	200.000,00	200.000,00	**PATRIMÔNIO LIQUIDO**		
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS	-14.343,27	-8.584,44	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
			RESULTADOS ACUMULADOS	2.816.230,86	-27.230.719,55
			RESULTADO DO EXERCÍCIO	257.414,19	-20.779.726,18
			RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.558.816,67	-6.450.993,37
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	**2.816.230,86**	**-27.230.719,55**
TOTAL	**17.776.824,24**	**15.256.944,24**	**TOTAL**	**17.776.824,24**	**15.256.944,24**

ATIVO FINANCEIRO	**17.392.671,89**	**14.868.942,62**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**9.830,20**	**4.413,39**
ATIVO PERMANENTE	**384.152,35**	**388.001,62**	**PASSIVO PERMANENTE**	**14.958.288,38**	**42.483.250,40**
SALDO PATRIMONIAL				**2.808.705,66**	**-27.230.719,55**

Compensação

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			**Saldo dos Atos Potenciais Passivos**		
			EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS	7.520,00	
TOTAL			**TOTAL**	**7.520,00**	

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS
FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO PATRIMONIAL
Outubro/2017

Data de emissão: 14/11/2017

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO
VINCULADA	
150000000 - Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	2.560.116,75
350000000 - Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	14.822.724,94
TOTAL	**17.382.841,69**

LUAN LUIS MATOS ZAGLI
DIRETOR EXECUTIVO

ALCIR FELDBERG
CONTADOR 13784-MT

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 54/2017 ARAGUAIANA MT, 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Decreto nº 54/2017 Araguaiana MT, 14 de Novembro de 2017.

"Dispõe sobre **Ponto Facultativo** nas **repartições públicas municipais** e dá outras providências".

O Srº. **Getúlio Dutra Vieira Neto**, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município;

Considerando as comemorações ao feriado do **DIA DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA** neste dia **15/11/2017**;

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo nos dias **16/11/2017 (quinta-feira)** e **17/11/2017 (sexta-feira).** E dia **20/11/2017(segunda-feira),** seguirá o calendário **Estadual,** sendo **Feriado Estadual (**Consciência Negra**).**

Art. 2º - Ficam ressalvados das disposições do art. 1º os serviços emergenciais e essenciais, devendo os servidores lotados nas áreas de Saúde, Educação e Obras obedecerem ao escalonamento determinado pelos titulares das respectivas Secretarias. Sem prejuízo das **Programações, Eventos, Audiências Públicas e Licitações** que foram agendados anteriormente, pela Administração ou Secretarias.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, aos 14 de Novembro de 2017.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 730/2017

REPUBLICAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 730/2017

Devido alguns ajustes e alteração de valores no Plano Plurianual, estamos republicando a Lei Municipal nº 730/2017 de 21 de Junho de 2017, que Dispõe sobre o PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA /MT – 2018–2021.

Assim, evidenciamos a Republicação da Lei em questão pelo fato de ter acontecido um erro de digitação do valor total do Quadriênio, onde está mencionado **R$ 81.762.934,00** (Oitenta e Um Milhões, Setecentos e Sessenta e Dois Mil, Novecentos e Trinta e Quatro Reais), passará a ler **R$ 82.762.259,00** (Oitenta e Dois Milhões, Setecentos e Sessenta e Dois Mil, Duzentos e Cinqüenta e Nove Reais), onde foi substituído os Anexos que ficaram divergentes, procuramos efetuar a montagem do mesmo dentro das normas estabelecidas na I.N. do TCE, de forma que possa facilitar a conferência dos Técnicos e da população em geral.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.º 730/2017 ARAGUAIANA/MT, 21 DE JUNHO DE 2017.

LEI MUNICIPAL N.º 730/2017 Araguaiana/MT, 21 DE JUNHO DE 2017.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA PARA O QUADRIÊNIO 2018/2021 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições conferidas em Lei, Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal, por seus representantes, aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Esta Lei institui O PLANO PLURIANUAL, para o quadriênio 2018/2021, da Administração Pública do Município de Araguaiana/MT, em cumprimento ao disposto no Art. 165, Parágrafo 1º, da Constituição Federal, estabelecendo para o período respectivo, os Programas com seus respectivos objetivos, indicadores, custos e metas da administração publica municipal para as Despesas de Capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada na forma e expresso nos ANEXOS deste projeto de Lei, que fazem parte integrante desta Lei, no Valor de R$ 82.762.259,00 (Oitenta e Dois Milhões, Setecentos e Sessenta e Dois Mil, Duzentos e Cinqüenta e Nove Reais), que será executado nos termos das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e das Leis Orçamentárias Anuais (LOA).

Art. 2º - Os valores constantes nos Anexos estão orçados a preço de 2017, e poderão ser atualizados em cada Exercício de vigência do Plano Plurianual, no mês de Janeiro, por ato do Chefe do Poder Executivo, com base na variação acumulada do IGPM de Janeiro a dezembro do exercício anterior, a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), de cada Exercício Financeiro indicará os programas prioritários a serem incluídos no Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), os recursos para a execução do *Plano Plurianual – PPA 2018/2021*, para o quadriênio em questão, são oriundas das Receitas Correntes, Receitas de Capital, Superávit das Receitas e Operações Especiais e de Crédito.

Art. 3º - As planilhas que compõem o *Plano Plurianual – PPA 2018/2021*, representadas nos Anexos integrantes desta Lei, são estruturados por *Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos, Ação, Produto, Unidade de Medida, Meta, Valor,* na ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária o Poder Executivo poderá fazer alteração do Plano Plurianual com inclusão, modificação ou exclusão das metas, autorizado pelo Poder Legislativo.

I – Programa: Instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos.

II – Diagnóstico: Identificação da realidade existente, de forma a permitir a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades.

III – Diretrizes: Conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental.

IV – Objetivo: Resultados que pretende alcançar com a realização das ações governamentais.

V – Ações: Conjunto de Procedimentos e trabalhos governamentais com vistas à execução dos programas, e serão distribuídas através dos projetos e atividades a serem executados no decorrer da vigência do PPA.

VI – Produto: Bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução dos programas.

VII – Meta: Objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

VIII - Valor: Estimativa que se faz com o intuito de saber o custo de alguma coisa.

IX - Fonte de Recurso: Modalidade de aplicação a qual tem por finalidade indicar a origem de esfera de Governo.

Art. 4º - Para que haja equilíbrio das contas publicas em cada exercício financeiro, os valores constantes nas planilhas do *Plano Plurianual/PPA,* serão orçadas a preço de Abril de 2017, e serão atualizadas pelo Poder Executivo em cada exercício de vigência, quando na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Art. 5º - Durante o Período de vigência do *Plano Plurianual – PPA 2018/2021,* **as alterações inclusões de projetos e atividades, somente po-**

derão ser promovidas mediante autorização do Poder Legislativo, Lei Específica.

Art. 6º - O levantamento das necessidades constantes deste *Plano Plurianual – PPA 2018/2021,* foi realizado com a participação popular e as prioridades de cada exercício serão estabelecidas também em audiências publicas, para serem incluídas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, em conformidade com o Art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000, - LRF.

Art. 7º - Os investimentos em Obras e Instalações, constantes do *Plano Plurianual – PPA 2018/2021,* **somente poderão ser iniciadas com a prévia inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, ou com Lei específica que autorize a inclusão.**

Art. 8º - As ações constantes do *Plano Plurianual – PPA 2018/2021,* a serem executados através de recursos de convênios, seus valores estão fixados pelo previsto a titulo de contrapartida.

Art. 9º - Esta Lei entrará em Vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, ESTADO DE MATO GROSSO AOS 21 DE JUNHO DE 2017.

_____

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

PORTARIA N.º 335/2017

"Dispõe sobre a Retificação da Portaria n° 326/2017 concedeu o benefício de Aposentadoria Por Idade ao Sr. Severino de Oliveira Dutra"

O Prefeito do Município de Araguainha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", §§ 3º e 17, ambos da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c art. 12, inciso III, alínea "b" da Lei Municipal n.º 587, de 13 de Julho de 2009, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Retificar a Portaria n° 326/2017, que versa sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Por Idade ao Sr. Severino de Oliveira Dutra, com proventos proporcionais, de acordo com a planilha de cálculo de proventos, contida no processo administrativo do ARAGUAI-PREVI, n.º 2017. 02.00004P:

Onde se lê: (...) Conceder o benefício de APOSENTADORIA POR IDADE, ao servidor Sr. SEVERINO DE OLIVEIRA DUTRA, portador da cédula de identidade nº. 361577 SSP/MT e CPF nº. 201.722.221-68, efetivo no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de XXX horas, (...)"

Leia-se: "(...) Conceder o benefício de APOSENTADORIA POR IDADE, ao servidor Sr. SEVERINO DE OLIVEIRA DUTRA, portador da cédula de identidade nº. 361577 SSP/MT e CPF nº. 201.722.221-68, efetivo no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, **com carga horária de 40 horas**, (...).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Araguainha - MT, 13 de Novembro de 2017.

Silvio José de Moraes Filho

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 333, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **Srº. SILVIO JOSE DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Licença-Prêmio a servidora, **Maria José das Graças Azevedo**, atendendo a necessidades do interessado, de acordo que preceitua o Art. 97 incisos XVII da lei Orgânica do Município. Referente ao período de: 01/03/2003 à 01/03/2008, sendo 30 (Trinta) dias afastado a partir de 06/11/2017, devendo seu retorno acontecer em 05/12/2017.

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Artigo 3º – Registre, Publique e Cumpra-se.

_____

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 045 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

"*Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar*".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei n° 801/2016, de 16 de novembro de 2016;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente, o Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 17.000,00 (Dezessete mil reais) para atender a seguinte dotação orçamentária:

0003 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0003 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0003 – FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

0150 – RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2051 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICIPAL

3.1.90.01.00.00 – APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS.....R$ 17.000,00

TOTAL .....R$ 17.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1° deste decreto, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

0003 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0003 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0003 – FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

0150 – RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2051 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICIPAL

3.1.90.05.00.00 – OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS .....R$ 17.000,00

TOTAL .....R$ 17.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, em 14 de Novembro de 2017.

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2017

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2017

O Prefeito Municipal, Senhor , tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, fulcrada no § II, do art. 24 da Lei 8.666/93, num total de R$ **R$ 17.952,00 (Dezessete mil Novecentos e Cinquenta e Dois Reais),** tendo como objeto a Aquisição de peças e serviços Aquisição de peças e serviços para conserto emergência.

Resolve **RATIFICAR** o presente processo a favor da empresa **DJALMA DE JESUS CARVALHO – ME**, **com CNPJ: 32.947.855/0001-10** e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto do art. 24 do supracitado diploma legal.

Araguainha - MT, 14 de novembro de 2017.

VALDEVINO RODRIGUES DE SOUZA FILHO

Presidente da CPL

PORTARIA Nº. 334, DE 13 DE NOVEMBRO 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Srº. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias a servidora**, Sirlaine Mendes de Souza, RG:1209263-0 SSP/MT** e **CPF: 900.816.841-34** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo de: **14/07/2015 à 13/07/2016,** sendo **30 (trinta)** dias afastado a partir de: **13/11/2017** devendo seu retorno acontecer em **12/12/2017.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 268/2017

DESIGNAR SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 069, 070, 071, 072 E 073/2017, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear o servidor da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, Sra. Daiany Souza Lima para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069, 070, 071, 072, 073-2017 oriunda do Pregão Nº 029-2017, com as empresas:

CIRURGICA GONCALVES LTDA. - EPP CNPJ 15.371.628/0001-70;

HOSPI BIO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS HOSPITALARES LTDA -EPP CNPJ 11.192.559/0001-87;

INDREL INDUSTRIA DE REFRIGERACAO LONDRINENSE LTDA CNPJ 78.589.504/0001-86;

LK MEDICAL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES – EIRELI - EPP CNPJ 28.767.561/0001-30;

LP COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA - EPP CNPJ 10. 832.896/0001-29.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 09 de novembro de 2017, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos quatorze (14) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVISO DE RESULTADO DO PREGAO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS 051/2017

OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT

Empresas vencedoras:**E Z DE LIMA- EPP inscrita no CNPJ: 00.172.569/0001-34, no valor total dos itens de R$ 126.931,42 (cento e vinte e seis mil novecentos e trinta e um reais e quarenta e dois centavos) e a empresa MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI S LTDA-EPP**, inscrita no **CNPJ nº 14.888.303/0001-05,** no valor total dos itens **R$ 44.196,11 (quarenta e quatro mil cento e noventa e seis reais e onze centavos)**.

ARENÁPOLIS MT, 14 de novembro de 2017

REGINA LUCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

AVISO DE RESULTADO DO PREGAO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS 050/2017

OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO, MATERIAIS DE EXPEDIENTE E MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT.

Data da realização: 13/11/2017.

Empresas vencedoras: **CANTINHO LIVRARIA E PAPELARIA LTDA ME,** inscrita no **CNPJ: 14.178.547/0001-96,**no valor total de **R$ 54.120,00 (cinqüenta e quatro mil e cento e vinte reais)** e a empresa **J E V MILANI ME- IDEAL,** inscrita no **CNPJ: 11.190.567/0001-94,** no valor total de **R$ 6. 361,00 (seis mil trezentos e sessenta e um reais).**

ARENÁPOLIS MT, 13 de novembro de 2017

REGINA LUCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

AVISO DE EDITAL DE LEILÃO 002/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS-MT

AVENIDA PREFEITO CAIO, 642- VILA NOVA- ARENÁPOLIS – MT.

CNPJ 24.977.654/0001-38 - CEP: 78.420-000 – Fone: 65 -3343-1105

AVISO DE EDITAL DE LEILÃO 002/2017

OBJETO: ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVIVEIS PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PERTENCENTES AO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT.

A **Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Prefeito Caio, 654, Bairro Vila Nova - MT – CEP: 78.420-000, inscrita no CNPJ 24.977.654/0001-38, **através de sua leiloeira, torna público para a todos os interessados, que realizará às 08:00 horas do dia 18 de dezembro de 2017, leilão, do tipo maior lance, para venda, ao preço mínimo abaixo constante, dos bens que especifica:**

LOTES	Descrição	Lance Mínimo
01	**Veículo tipo:** Uma **MOTONIVELADORA CATERPILLAR 1208**, ano 1982, em estado de conservação regular - Patrimônio nº 550. **CAIXA DE COMANDO: RUIM** **LATARIA: BOM** **MOTOR: TRANCADO** **TRANSMISSÃO: BOM** **PNEUS: PÉSSIMOS** **ESTADO GERAL: RUIM** **(SEM ALTERNADOR)**	R$12.000,00
02	**Veículo tipo:** Uma **ROLO (C0MPACTADOR)**, ano 1983, estado de conservação Ruim, **Nº. PATRIMONIAL: 352** **LATARIA: RUIM** **MOTOR: RUIM** **TRANSMISSÃO: PÉSSIMA** **CAMBIO: REGULAR** **ESTADO GERAL: RUIM**	R$ 4.000,00
03	**Item:** Um **COLETOR DE LIXO**, estado de conservação ruim. **LATARIA: RUIM** **ESTADO GERAL: RUIM**	R$ 1.000,00
04	Uma **MAQUINA DE BLOQUETE SESTAVADO**. **MOTOR: NÃO TEM** **TRANSMISSÃO: BOM** **ESTADO GERAL: RUIM**	R$ 3.000,00
05	Uma **MAQUINA DE MEIO FIO**. **LATARIA: BOA** **MOTOR: NÃO TEM** **TRANSMISSÃO: BOM** **ESTADO GERAL: RUIM**	R$ 1.000,00
06	Uma **MAQUINA COPIADORA BHRODER 2013** **Nº. PATRIMONIAL: 4463** **ESTADO GERAL: COM DEFEITO** **BEM MÓVEL AVALIADO EM R$-100,00**	R$ 100,00
07	Uma **MAQUINA COPIADORA BHRODER 2013** **Nº. PATRIMONIAL: 4463** **ESTADO GERAL: COM DEFEITO** **BEM MÓVEL AVALIADO EM R$-100,00**	R$ 100,00
08	Uma **ROÇADEIRA HIDRAULICA AMARELA**. **LATARIA: RUIM** **TRANSMISSÃO: RUIM** **ESTADO GERAL: RUIM**	R$ 500,00
09	Um **TANQUE DE BOMBA DE PASSAR VENENO.** Estado de conservação ruim. **ESTADO GERAL: ruim**	R$ 100,00
10	**GRADE PEQUENA – 12 DISCOS** **ESTADO GERAL: BOM**	R$ 1.500,00
11	**AUTOMOVEL FIAT UNO MILLE, 2010/2010** **Com Ar condicionado, direção e o Motor fundido**	R$ 6.000,00
12	**TRATOR DE PNEU NEW ROLAND MOD. 7630 4X4, 106 CV, ANO 2009, (DIFERENCIAL TRAZEIRO QUEBRADO) (SEM 02 PNEUS TRAZEIROS)**	R$ 25.000,00
13	**GRADE AZUL (somente o chassi, sem os discos e mancal)**	R$ 500,00
14	**CALCARIADEIRA** **Caixa de engrenagem: Quebrada** **Sem Rodas e pneus** **Estado Geral: Ruim**	R$ 1.500,00
15	**Lote de Sucata de metal, ferro e aço, a ser pesado após o leilão, sendo auferido o valor de 100,00 (por tonelada) Nº Patrimonial: 3424, 4224, 4225, 4226, 3427, 3449, 4576, 4577, 3410, 3778.**	R$ 100,00 (POR TONELADA
16	**Motor Mercedes Bens, 6 cilindros - 1113 (FUNDIDO)**	R$ 500,00
17	**ORDENHADEIRA – nova sem usar**	R$ 1.500,00

Os **bens móveis inservíveis** encontram-se a disposição para exame no pátio da Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Transportes de **ARENAPOLIS,** situada na Avenida Castelo Branco, s/nº- Vila Nova, Arenapolis-MT–CEP: 78.420-000 de **segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas**. O edital completo e informações mais detalhadas poderão ser obtidos junto à leiloeira na sede da Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS/MT, no endereço supracitado.

ARENAPOLIS/MT, 14 de novembro de 2017.

REGINA LÚCIA DE SOUZA

Leiloeira

Portaria 098/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.540/2017.

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORCAMENTARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito adicional suplementar por anulação de dotação orçamentária no valor de R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), no Orçamento vigente, Lei n°. 1429 de 28 dias do mês de novembro de 2016, com amparo no Artigo 43 da Lei 4320/64, nos seguintes elementos de despesas:

09.002.10.301.0020.2063 – Manutenção das Ações do PAB
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – R$ 121.000,00 (cento e vinte e um mil reais);
09.002.10.302.0021.2066- Man. Ações do Atend. Hosp. Amb. Emerg. Bl 02
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – R$ 14.000,00 (quatorze mil reais).
Art. 2º. O crédito adicional especial abertos no artigo 1º estão vinculados á fonte de recursos 01.02 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde.
Art. 3º - Para cobertura do credito autorizado serão utilizados os recursos provenientes de anulaçãonos elementos de despesas, sob fonte de recursos 01.02 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde:
09.002.10.301.0024.1048 – Reforma e Ampliação de Unidade de Saúde
4490.5100 – Obras e Instalações – R$ 100.000,00 (cem mil reais);
09.002.10.302.0021.2066 – Man. Ações do Atend. Hosp. Amb. Emerg.BL 02
4490.5100 – Obras e Instalações – R$ 15.000,00 (quinze mil reais);

09.002.10.302.0021.2069 – Coleta e Realização de Exames – Bl 02
4490.5200 – Equipamentos e Material Permanente – R$ 20.000,00 (vinte mil reais);

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1395 de 12 de julho de 2016, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017, e na Lei Municipal nº. 1044/2013, Plano Plurianual.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 de novembro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MÁRCIA APARECIDA THOMAZI

Secretária Municipal de Administração

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 116/2017 que "**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto em pauta abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação orçamentária.

A abertura do crédito solicitado destina-se a custear despesas com pessoal da área da secretaria municipal.

Desta forma, a abertura do crédito adicional suplementar pretendida, justifica-se pela anulação no orçamento mencionado, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Assim, expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação, em caráter de urgência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias de novembro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PL 092- MAT

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.543/2017.

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E ALTERAÇÃO DE FONTES DE RECURSOS VINCULADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito adicional suplementar por anulação de dotação orçamentária de recursos vinculados no valor de R$ 631.200,00 (seiscentos e trinta e um mil e duzentos reais) no Orçamento vigente Lei n°. 1429 de 28 dias do mês de novembro de 2016, com amparo no Artigo 43 da Lei 4320/64, Art. 8º, Parágrafo Único e Art. 50, inciso VI, da Lei Complementar 101/00, nos seguintes elementos despesas:

07.002.12.361.0013.2035 – Man. Desenvolvimento de Atividades do Ensino Fundamental
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – R$ 427.000,00 (quatrocentos e vinte e sete mil reais)
3190.1300 – Obrigações Patronais – INSS – R$ 54.600,00 (cinquenta e quatro mil e seiscentos reais);
3191.1300 – Obrigações Patronais – FAPEMA – R$ 46.700,00 (quarenta e seis mil e setecentos reais)
07.002.12.365.0013.2025 – Manutenção das Atividades Aprendizado Infantil – Pre-escola
3190.0400 – Contratação por Tempo determinado – R$ 22.400,00 (vinte e dois mil e quatrocentos reais)
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais)
3190.1300 – Obrigações Patronais – INSS – R$ 4.000,00 (quatro mil reais);
3191.1300 – Obrigações Patronais – FAPEMA – R$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais)
Art. 2º. Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º estão vinculados á fonte de recursos 01.01 – Receita de Transferência de Impostos – Educação.
Art. 3º - Para cobertura do credito autorizado serão utilizados os recursos provenientes de anulaçãonos elementos de despesas e projetos atividades:
07.003.12.361.0013.2044 – Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB 40%
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – R$ 67.100,00 (sessenta e sete mil e cem reais), sob fonte de recursos 01.19 - Transferência do FUNDEB – (aplicação em outras despesas da Educação básica).
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica – R$ 6.100,00 (seis mil e cem reais), sob fonte de recursos 01.19 - Transferência do FUNDEB – (aplicação em outras despesas da Educação básica).
07.003.12.361.0013.2046 – Manutenção do Ensino Fundamental 60%
3190.0400 – Contratação por Tempo Determinado – R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), sob fonte de recursos 01.18 - Transferência do FUNDEB – (aplicação na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exerc.).

3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – R$ 329.000,00 (trezentos e vinte nove mil reais), sob fonte de recursos 01.18 - Transferência do FUNDEB – (aplicação na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exerc.).
3190.1300 – Obrigações Patronais – INSS – R$ 10.000,00 (dez mil reais), sob fonte de recursos 01.18 - Transferência do FUNDEB – (aplicação na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exerc.).
3191.1300 – Obrigações Patronais – FAPEMA – R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).
07.003.12.365.0013.2030 – Ensino Infantil – FUNDEB 60% - Pre-escola
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), sob fonte de recursos 01.18 - Transferência do FUNDEB –.
07.003.12.365.0013.2031 – Ensino Infantil – FUNDEB 60$
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – R$ 78.000,00 (sessenta e oito mil reais), sob fonte de recursos 01.18 - Transferência do FUNDEB –

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1395 de 12 de julho de 2016, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017, e na Lei Municipal nº. 1044/2013, Plano Plurianual.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 de novembro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MÁRCIA APARECIDA THOMAZI

Secretária Municipal de Administração

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 119/2017 que "**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ALTERAÇÃO DE FONTES DE RECURSOS VINCULADOS,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto em pauta objetiva abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação orçamentária e alteração de recursos vinculados.

A referida alteração orçamentaria solicitada considera reprogramação da folha de décimo terceiro salário dos servidores vinculados aos recursos do FUNDEB, observando que os recursos transferidos nas fontes de recursos vinculadas à receita em questão são insuficientes para arcar com o dispêndio, sendo alterada para ser custeada com recursos próprios.

Desta forma, a abertura do crédito adicional especial pretendida, justifica-se pela anulação no orçamento mencionado, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Assim, expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação, em caráter de urgência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias de novembro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PL 095 - MAT

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.538/2017.

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORCAMENTARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito adicional suplementar por anulação de dotação orçamentária no valor de R$ 21.338,00 (vinte e um mil trezentos e trinta e oito reais), no Orçamento vigente, Lei n°. 1429 de 28 dias do mês de novembro de 2016, com amparo no Artigo 43 da Lei 4320/64, nos elementos de despesas vinculados à fonte de despesa:

07.002.12.361.0013.2042 – Manutenção do Transporte Escolar

3390.3000 – Material de Consumo – R$ 11.338,00 (onze mil trezentos e trinta e oito reais);

3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica - R$ 10.000,00 (dez mil reais);

Art. 2º. Os créditos adicionais especiais abertos no artigo 1º estão vinculados á fonte de recursos 01.01 – Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação.

Art. 3º - Para cobertura do credito autorizado serão utilizados os recursos provenientes de anulaçãono elemento de despesa e projeto atividade sob fonte de recursos 01.01 – Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação:
07.002.12.367.0013.2091 – Complementação para Manutenção do Ensino Especial
3350.4100 – Contribuições – R$ 21.338,00 (vinte e um mil trezentos e trinta e oito reais).

Art. 4º. Autoriza o poder executivo a suplementar os elementos de despesas referido no Art.1° desta lei, em virtude de expansão da equipe de trabalho vinculada ao projeto atividade.

Art. 5º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1395 de 12 de julho de 2016, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017, e na Lei Municipal nº. 1044/2013, Plano Plurianual.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 de novembro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MÁRCIA APARECIDA THOMAZI

Secretária Municipal de Administração

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 114/2017 que "**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto em pauta abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação orçamentária.

A suplementação nos elementos de despesas citados vem reforçar os custos com a manutenção da frota do transporte escolar.

Desta forma, a abertura do crédito adicional suplementar pretendida, justifica-se pela anulação no orçamento mencionado, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Assim, expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação, em caráter de urgência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias do mês de novembro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PL 090 - MAT

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.534/2017.

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORCAMENTARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito adicional suplementar por anulação de dotação orçamentária no valor de R$ 414.810,00 (quatrocentos e quatorze mil oitocentos e dez reais), no Orçamento vigente, Lei n°. 1429 de 28 dias do mês de novembro de 2016, com amparo no Artigo 43 da Lei 4320/64, nos elementos de despesas vinculados à fonte de despesa:

08.003.26.782.0017.2053 – Conservação de estradas Vicinais (inclusive pontes)

3390.3000 – Material de Consumo – R$ 295.274,00 (duzentos e noventa e cinco mil setecentos e setenta e quatro reais);

3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica - R$ 119.536,00 (cem e dezenove mil quinhentos e trinta e seis reais).

Art. 2º. Os créditos adicionais especiais abertos no artigo 1º estão vinculados á fonte de recursos 01.30 – Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB.
Art. 3º - Para cobertura do credito autorizado serão utilizados os recursos provenientes de anulaçãono elemento de despesa e projeto atividade sob fonte de recursos 01.30 – Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB:
08.002.15.451.0017.1039 – Pavim. Guias, Sarjetas e Passeios (inc. galerias)
4490.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica – R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
4490.5100 – Obras e Instalações – R$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais);
4490.5200 – Equipamentos e Material Permanente – R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);
08.003.26.782.0017.2053 – Conservação de estradas Vicinais (inclusive pontes)
4490.5100 – Obras e Instalações – R$ 65.274,00 (sessenta e cinco mil duzentos setenta e quatro reais);
4490.5200 – Equipamentos e Material Permanente – R$ 119.536,00 (cem e dezenove mil quinhentos e trinta e seis reais).

Art. 4º. Autoriza o poder executivo a suplementar os elementos de despesas referido no Art.1° desta lei, em virtude de expansão da equipe de trabalho vinculada ao projeto atividade.

Art. 5º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1395 de 12 de julho de 2016, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017, e na Lei Municipal nº. 1044/2013, Plano Plurianual.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 de novembro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MÁRCIA APARECIDA THOMAZI

Secretária Municipal de Administração

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 110/2017 que "**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto em pauta abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação orçamentária.

A suplementação no elemento de despesas citado, atende a necessidade de reforçar a dotação orçamentária destinada à aquisição de peças, combustível, pneus e os serviços de terceiros de pessoa jurídica para a contratação de mão de obra para manutenção das estradas vicinais, reconstrução e reparos em pontes. Os serviços estão relacionados à manutenção da frota, bem como locações destinadas a suprir o déficit de maquinários assegurando as condições de trafegabilidade da malha viária do município.

Desta forma, a abertura do crédito adicional suplementar pretendida, justifica-se pela anulação no orçamento mencionado, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Assim, expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação, em caráter de urgência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias do mês de novembro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PL 086 - MAT

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2017

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 9.245/2017, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial do tipo **Menor preço por Item**, regido pela Lei 10.520/02, Decreto Municipal 1.392/08 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações. **Objeto: Aquisição de equipamentos permanentes destinados a atender as necessidades da Vigilância Epidemiológica deste Município**. Início da Sessão: **Dia 29/11/2017, às 08h00min (oito) horas,** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido *pelo endereço eletrônico www.prefeituradearipuana.com.br*, e através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 14 de Novembro de 2017.

Daniel Botoni

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.535/2017.

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORCAMENTARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito adicional suplementar por anulação de dotação orçamentária no valor de R$ 337.216,00 (trezentos e trinta e sete mil duzentos e dezesseis reais), no Orçamento vigente, Lei n°. 1429 de 28 dias do mês de novembro de 2016, com amparo no Artigo 43 da Lei 4320/64, nos elementos de despesas vinculados à fonte de despesa:

08.002.15.451.0017.2054 – Conservação de Ruas e Avenidas

3390.3000 – Material de Consumo – R$ 63.401,00 (sessenta e três mil reais e quatrocentos e um reais);

08.002.15.452.0017.2056 – Manutenção da Coleta de Lixo

3390.3000 – Material de Consumo – R$ 6.699,00 (seis mil e seiscentos e noventa e nove reais);

3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica - R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

08.003.26.782.0017.2053 – Conservação de estradas Vicinais (inclusive pontes)
3390.3000 – Material de Consumo – R$ 142.580,00 (cento e quarenta e dois mil quinhentos e oitenta reais);
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica - R$ 119.536,00 (cento e dezenove mil quinhentos e trinta e seis reais).
Art. 2º. Os créditos adicionais especiais abertos no artigo 1º estão vinculados á fonte de recursos 01.00 - Recursos Ordinários.
Art. 3º - Para cobertura do credito autorizado serão utilizados os recursos provenientes de anulaçãono elemento de despesa e projeto atividade sob fonte de recursos 01.00 - Recursos Ordinários:
08.002.15.451.0017.1039 – Pavim. Guias, Sarjetas e Passeios (inc. galerias)
4490.3000 – Material de Consumo – R$ 40.405,00 (quarenta mil quatrocentos e cinco reais);
4490.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica – R$ 23.195,00 (vinte e três mil cento e noventa e cinco reais);
4490.5100 – Obras e Instalações – R$ 42.580,00 (quarenta e dois mil quinhentos e oitenta reais);
4490.5200 – Equipamentos e Material Permanente – R$ 5.000,00 (cinco mil reais);
08.003.26.782.0017.2053 – Conservação de estradas Vicinais (inclusive pontes)
4490.5100 – Obras e Instalações – R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais);
4490.5200 – Equipamentos e Material Permanente – R$ 219.536,00 (duzentos e dezenove mil quinhentos e trinta e seis reais).

Art. 4º. Autoriza o poder executivo a suplementar os elementos de despesas referido no Art.1° desta lei, em virtude de expansão da equipe de trabalho vinculada ao projeto atividade.

Art. 5º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1395 de 12 de julho de 2016, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017, e na Lei Municipal nº. 1044/2013, Plano Plurianual.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 de novembro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MÁRCIA APARECIDA THOMAZI

Secretária Municipal de Administração

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 111/2017 que "**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto em pauta abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação orçamentária.

A suplementação no elemento de despesas citado, atende a necessidade de reforçar a dotação orçamentária destinada à aquisição de peças, combustível, pneus e os serviços de terceiros de pessoa jurídica para a contratação de mão de obra para manutenção e reparos em vias urbanas, manutenção da coleta de lixo e pontes. Os serviços estão relacionados à manutenção da frota e ainda locações destinadas a suprir o déficit de maquinários e afins nas ações de recuperação da malha viária do município.

Desta forma, a abertura do crédito adicional suplementar pretendida, justifica-se pela anulação no orçamento mencionado, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Assim, expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação, em caráter de urgência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias do mês de novembro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PL 087 - MAT

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.723/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1° DETERMINAR o gozo de **férias coletivas** dos servidores referente às seguintes funções, lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período 02/01/2018 à 31/01/2018:

ü Professores da Educação Básica;

ü Cozinheiras das Escolas; ü Zeladoras das Escolas; ü Agentes Administrativos – inclusive todos pertencentes ao setor de informática das escolas e responsável pela Biblioteca Municipal; ü Motoristas do Transporte Escolar. Sendo exceção ao disposto acima, os casos de atividades que não possam ser suspensas em virtude de exigências técnicas, especificamente os funcionários: Neiber Staut Carvalho, Rodrigo Alexandre Zanoni e Jean Carlos Barbosa.

Artigo 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 13 dias de novembro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MARCIA APARECIDA THOMAZI

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.542/2017.

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E ALTERAÇÃO DE FONTES DE RECURSOS VINCULADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito adicional especial por anulação de dotação orçamentária de recursos vinculados no valor de R$ 318.900,00 (trezentos e dezoito mil e novecentos reais) no Orçamento vigente Lei n°. 1429 de 28 dias do mês de novembro de 2016, com amparo no Artigo 43 da Lei 4320/64, Art. 8º, Parágrafo Único e Art. 50, inciso VI, da Lei Complementar 101/00, nos seguintes elementos de despesas:

07.002.12.361.0013.2035 – Man. Desenvolvimento de Atividades do Ensino Fundamental
3190.0400 – Contratação por Tempo determinado – R$ 158.000,00 (cento e cinquenta e oito mil reais)
07.002.12.365.0013.2026 – Manutenção das Atividades Aprendizado Infantil – Creche
3190.0400 – Contratação por Tempo determinado – R$ 22.400,00 (vinte e dois mil e quatrocentos reais)
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – R$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais)
3190.1300 – Obrigações Patronais – INSS – R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais);
3191.1300 – Obrigações Patronais – FAPEMA – R$ 18.000,00 (dezoito mil reais)
Art. 2º. Os créditos adicionais especiais abertos no artigo 1º estão vinculados á fonte de recursos 01.01 – Receita de Transferência de Impostos – Educação.
Art. 3º - Para cobertura do credito autorizado serão utilizados os recursos provenientes de anulaçãonos elementos de despesas e projetos atividades sob fonte de recursos 01.19 - Transferência do FUNDEB – (aplicação em outras despesas da Educação básica):
07.003.12.361.0013.2044 – Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB 40%
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – R$ 318.900,00 (trezentos e dezoito mil e novecentos reais)

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1395 de 12 de julho de 2016, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017, e na Lei Municipal nº. 1044/2013, Plano Plurianual.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 de novembro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MÁRCIA APARECIDA THOMAZI

Secretária Municipal de Administração

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 118/2017 que "**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ALTERAÇÃO DE FONTES DE RECURSOS VINCULADOS,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto em pauta objetiva abrir crédito adicional especial por anulação de dotação orçamentária e alteração de recursos vinculados.

A abertura de novo elemento de despesas considera reprogramação da folha de décimo terceiro salário dos servidores vinculados aos recursos do FUNDEB, observando que os recursos transferidos nas fontes de recursos vinculadas à receita em questão são insuficientes para arcar com o dispêndio

Desta forma, a abertura do crédito adicional especial pretendida, justifica-se pela anulação no orçamento mencionado, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Assim, expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação, em caráter de urgência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias de novembro de 2017.

.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PL 094 - MAT

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.727/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

RETIFICAR, a Portaria n° **8.854/2016**, a qual nomeia a Srª. **SILVANEIA KADATZ BORBA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2182514-9 SSP/MT e do CPF nº 036.023.181-09, para exercer o cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO - PCCS PREF.: SEDE DO MUNICÍPIO,** lotada na Secretaria Municipal de Administração, tendo em vista que o número do CPF e RG encontrava-se incorretos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias de novembro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MARCIA APARECIDA THOMAZI

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.539/2017.

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORCAMENTARIA E ALTERAÇÃO DE FONTE DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito adicional suplementar por anulação de dotação orçamentária e alteração de fonte de recursos no valor de R$ 294.900,00 (duzentos e noventa e quatro mil e novecentos reais) no Orçamento vigente, Lei n°. 1429 de 28 dias do mês de novembro de 2016, com amparo no Artigo 43 da Lei 4320/64, nos seguintes elementos de despesas:

09.002.10.302.0021.2066- Man. Ações do Atend. Hosp. Amb. Emerg. Bl 02
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – R$ 294.900,00 (duzentos e noventa e quatro mil e novecentos reais.
Art. 2º. O crédito adicional especial abertos no artigo 1º estão vinculados á fonte de recursos 01.02 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde.
Art. 3º - Para cobertura do credito autorizado serão utilizados os recursos provenientes de anulaçãonos elementos de despesas sob fonte de recursos 01.00 – Recursos Ordinários:
04.001.04.122.0004.2006 – Manutenção e Encargos da SEMAD
3190.1300 – Obrigações Patronais – INSS – R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)
05.001.04.123.0006.2010 – Manutenção e Encargos da SEMUFI
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – R$ 19.000,00 (dezenove mil reais)
06.001.08.122.0009.1007 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente
4490.5200 – Equipamentos e Material Permanente – R$ 26.250,00 (vinte e seis mil duzentos e cinquenta reais)
06.002.08.241.0010.2015 – Manutenção das Ações de Atendimento a Melhor Idade
3390.3000 – Material de Consumo – R$ 5.000,00 (cinco mil reais)
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica – R$ 5.000,00 (cinco mil reais)
06.002.08.241.0010.2016 – Manutenção do Centro de Convivência do Idoso
3390.3600 – Outros Serviços de Terceiros – P. Física – R$ 5.000,00 (cinco mil reais)
4490.5200 – Equipamentos e Material Permanente – R$ 10.000,00 (dez mil reais)
06.002.08.243.0009.1010 – Const. Muro do Peti
4490.5100 – Obras e Instalações – R$ R$ 5.000,00 (cinco mil reais)
06.002.08.244.009.1011 – Implantação de Oficina de Capacitação
3390.3000 – Material de Consumo – R$ 6.000,00 (seis mil reais)
08.001.04.122.0016.2052 – Manutenção e Encargos da SINFRA
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – R$ 15.000,00 (quinze mil reais)
08.002.15.451.0017.2055 – Man. E Encargos dos Serv. Urbanos
3190.1300 – Obrigações Patronais – INSS – R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais)
08.002.15.452.0017.2056 – Manutenção da Coleta de Lixo
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – R$ 17.000,00 (dezessete mil reais)
10.001.20.606.0026.2075 – Manutenção e Encargos da SEMDEC
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – R$ 14.000,00
3390.3600 – Outros Serviços de Terceiros – P. Física – R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
11.001.23.695.0028.2078 – Manutenção e Encargos da SEMTUR
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – R$ 11.000,00 (onze mil reais)
3190.1300 – Obrigações Patronais – INSS – R$ 14.000,00 (quatorze mil reais)
3191.1300 – Obrigações Patronais – FAPEMA – R$ 13.000,00 (treze mil reais)
11.002.27.812.0029.2082 – Manutenção das Atividades do Esporte e Lazer
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
12.001.18.541.0030.2085 – Manutenção e Encargos da SEMAM
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – R$ 10.650,00 (dez mil seiscentos e cinquenta reais)

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes

necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1395 de 12 de julho de 2016, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017, e na Lei Municipal nº. 1044/2013, Plano Plurianual.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 de novembro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MÁRCIA APARECIDA THOMAZI

Secretária Municipal de Administração

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 115/2017 que "**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E ALTERAÇÃO DE FONTE DE RECURSOS,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto em pauta abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação orçamentária e alteração de fonte de recursos.

A abertura do crédito solicitado destina-se a custear despesas com pessoal vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde.

Desta forma, a abertura do crédito adicional suplementar pretendida, justifica-se pela anulação no orçamento mencionado, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Assim, expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação, em caráter de urgência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 de novembro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PL 091 - MAT

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.536/2017.

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORCAMENTARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito adicional suplementar por anulação de dotação orçamentária no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), no Orçamento vigente, Lei n°. 1429 de 28 dias do mês de novembro de 2016, com amparo no Artigo 43 da Lei 4320/64, nos elementos de despesas vinculados à fonte de despesa:

08.004.17.512.0018.2057 – Manutenção e Encargos do DAE

3390.3000 – Material de Consumo – R$ 30.000,000 (trinta mil reais);

3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica - R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

Art. 2º. Os créditos adicionais especiais abertos no artigo 1º estão vinculados á fonte de recursos 01.00 - Recursos Ordinários.
Art. 3º - Para cobertura do credito autorizado serão utilizados os recursos provenientes de anulaçãono elemento de despesa e projeto atividade sob fonte de recursos 01.00 - Recursos Ordinários:
08.002.15.451.0017.1039 – Pavim. Guias, Sarjetas e Passeios (inc. galerias)
4490.3000 – Material de Consumo – R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Art. 4º. Autoriza o poder executivo a suplementar os elementos de despesas referido no Art.1° desta lei, em virtude de expansão da equipe de trabalho vinculada ao projeto atividade.

Art. 5º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1395 de 12 de julho de 2016, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017, e na Lei Municipal nº. 1044/2013, Plano Plurianual.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 de novembro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MÁRCIA APARECIDA THOMAZI

Secretária Municipal de Administração

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 112/2017 que "**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto em pauta abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação orçamentária.

A suplementação nos elementos de despesas citados visa atender a necessidade do Departamento de Água e Esgoto, na aquisição de material de consumo e contratação de serviços de pessoa jurídica, para atender manutenção, expansão e adequação da rede de distribuição de água.

Desta forma, a abertura do crédito adicional suplementar pretendida, justifica-se pela anulação no orçamento mencionado, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Assim, expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação, em caráter de urgência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias do mês de novembro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PL 088 - MAT

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.537/2017.

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR TENDÊNCIA DE RECURSOS VINCULADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação por tendência de recursos vinculados no valor de R$ 18.700,00 (dezoito mil e setecentos reais), no Orçamento vigente Lei n°. 1429 de 28 dias do mês de novembro de 2016, com amparo no Artigo 43 da Lei 4320/64, Art. 8º, Parágrafo Único e Art. 50, inciso VI, da Lei Complementar 101/00, nos elementos de despesas vinculados às fontes de despesas:

07.002.12.361.0013.2038 – Manutenção do Transporte Escolar - PNATE 3390.3000 – Material de Consumo – R$ 18.700,00 (dezoito mil e setecentos reais). Art. 2º. O crédito adicional especial abertos no artigo 1º estão vinculados á fonte de recursos 01.15 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1395 de 12 de julho de 2016, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017, e na Lei Municipal nº. 1044/2013, Plano Plurianual.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 de novembro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MÁRCIA APARECIDA THOMAZI

Secretária Municipal de Administração

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 113/2017 que "**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR TENDÊNCIA, DE RECURSOS VINCULADOS,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto em pauta abrir crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação por tendência de recursos vinculados, conforme preconiza o artigo 43 da Lei 4320/64:

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

A referida arrecadação teve um comportamento levemente acima do previsto para o exercício, como demostrado nas parcelas repassadas, considerando esta expectativa nos repasses vindouros, a abertura do crédito solicitado tem vinculação de destinação especifica e suplementara as despesas para manutenção da frota de ônibus que atende o transporte escolar no município.

Desta forma, a abertura do crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação pretendida, justifica-se pela expectativa de arrecadação não prevista para o exercício na Lei 1429/2016 – Lei Orçamentaria Anual - LOA, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Assim, expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação, em caráter de urgência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias do mês de novembro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PL 089- MAT

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.541/2017.

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DE RECURSOS VINCULADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito adicional especial por anulação de dotação orçamentária de recursos vinculados no valor de R$ 13.000,00 (treze mil reais) no Orçamento vigente Lei n°. 1429 de 28 dias do mês de novembro de 2016, com amparo no Artigo 43 da Lei 4320/64, Art. 8º, Parágrafo Único e Art. 50, inciso VI, da Lei Complementar 101/00, nos seguintes elementos de despesas:

09.002.10.304.0022.2071 – Man. Ações da Vigilância Sanitária – Bloco 03
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – R$ 12.000,00 (Doze mil reais);
3191.1300 – Obrigações Patronais - FAPEMA - R$ 1.000,0 (um mil reais).
Art. 2º - Para cobertura do credito autorizado serão utilizados recursos provenientes de anulação de dotação orçamentaria, – sob a fonte de recursos 01.14 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS
Art. 3º - Para cobertura do credito autorizado serão utilizados os recursos provenientes de anulaçãonos elementos de despesas e projetos atividades sob fonte de recursos 01.14 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS:
09.002.10.301.0020.2063 – Manutenção das Ações do Pab – Bl 01
3190.1300 – Obrigações Patronais – INSS – R$ 13.000,00 (treze mil reais)

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1395 de 12 de julho de 2016, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017, e na Lei Municipal nº. 1044/2013, Plano Plurianual.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 de novembro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MÁRCIA APARECIDA THOMAZI

Secretária Municipal de Administração

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 117/2017 que "**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCICIO ANTERIOR DE RECURSOS VINCULADOS,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto em pauta objetiva abrir crédito adicional especial por superávit financeiro de exercício anterior.

A abertura de novo elemento de despesas considera a necessidade de suplementar o elemento de despesas vinculado os servidores designados aos serviços da Vigilância Sanitária do Município.

Desta forma, a abertura do crédito adicional especial pretendida, justifica-se pela anulação no orçamento mencionado, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Assim, expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação, em caráter de urgência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias de novembro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PL 093 - MAT

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 3.208/2017

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULACAO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 46.000,00 (QUARENTA E SEIS MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1429 de 28 de novembro de 2016 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 46. 000,00 (quarenta e seis mil reais) nas funções programáticas e dotações orçamentárias correspondentes:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
04.001.04.122.0004.2006 – Manutenção e Encargos da SEMAD			
4490.5200 - Equipamentos e Material Permanente	*01.00*	R$	7.000,00
11.001.23.695.0028.1063- Construção de Terminal Rodoviário			
4490.5100 – Obras e Instalações	*01.00*	R$	39. 000,00
TOTAL		**R$**	***46.000,00***

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário da seguinte dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
04.001.04.122.0004.1004 - Ampliação e Adequação de Prédios Públicos			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica.	*01.00*	R$	7. 000,00
12.001.18.541.0030.2085- Manutenção e encargos da SEMAN			
3390.3300 – Passagens e Despesas Com Locomoção	*01.00*	R$	1. 000,00
12.001.18.541.0030.2087 – Campanha de Educação Ambiental			
3390.3600 – Outros Serviços de Terceiros - P. Física	*01.00*	R$	1. 000,00
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica.	*01.00*	R$	5. 000,00
12.001.18.541.0030.2088 – Manutenção da Coleta Seletiva			
3390.3000 – Material de Consumo.	*01.00*	R$	10. 000,00
3390.3200– Material de Distribuição Gratuita.	*01.00*	R$	10. 000,00
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica.	*01.00*	R$	12. 000,00
TOTAL		**R$**	***46. 000,00***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 30 dias do mês de Outubro de 2017

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

DENEVAL RODRIGUES DA SILVA

Secretário Municipal de Finanças

JGS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.724/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 002/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, a Portaria n° 9.643/2017, a qual designou a funcionária efetiva a Srª**OZENI RODRIGUES NOGUEIRA**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1887813-0 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 031. 248.361-97, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR 1 CLASSE C,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, para ministrar 20 horas/aula excedentes para atuar como professora substituta da professora Juceli Rita Panaceski, que estava em Atestado Médico, a partir de 10/ 11/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de novembro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MARCIA APARECIDA THOMAZI

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - LEILÃO PÚBLICO Nº01/2017 - BENS MÓVEIS DIVERSOS - LEILÃO HIBRIDO: PRESENCIAL E ON-LINE SIMULTANEAMENTE

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES/MT, através da Comissão responsável comunica aos interessados que realizará, na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, leilão do tipo Maior Lance, para alienação de bens móveis diversos de sua propriedade e no estado em que se encontram.

- Dia do leilão: 07 de dezembro de 2017, 5ª feira, às 09:00 horas,

- **Local do leilão**: pátio da Secretaria Municipal de Obras, perimetro urbano da cidade

- Leiloeiro Público Oficial ÁLVARO ANTÔNIO MUSSA PEREIRA, portador da Matricula nº 013/2008/Jucemat.

- Leilão hibrido: presencial e on-line simultaneamente. Os interessados em participar via internet deverão se habilitar em até 48 horas antes do leilão para aprovação de cadastro e liberação de acesso ao sistema no site: www.kleiberleiloes.com.br.

- Visitas aos bens no local do leilão a partir do dia 27/11/2017, no horário de 07h30m as 11h00m e das 13h30m as 17h00m.

- Edital completo e relação dos bens com a Comissão (65) 0000.0000 ou com o Leiloeiro (65) 3027.5131 – 99287.9838

- Veja mais no Portal da Transparência da Prefeitura e no site do Leiloeiro: www.kleiberleiloes.com.br.

Barra do Bugres/MT, 14/11/2017

ANDERSON DA SILVA

Presidente da Comissão

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 74/2017 – MUNICÍPIO DE SORRISO/MT.

O município de Barra do Bugres – MT inscrito no CNPJ: 03.507.522/ 0001-72, torna público a adesão a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 74/ 2017 originária do PREGÃO PRESENCIAL 26/2017 – do município de Sorriso - MT, para fornecimento de Soro. Valor total de R$82.450,00 (Oitenta e dois mil e quatrocentos e cinquenta reais). CONTRATADO: HALEX ISTAR INDUSTRIA FARMACEUTICA S/Ainscrita no CNPJ: 01.571. 702.0001-98.

Barra do Bugres/MT, 11 de novembro de 2017

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Pregoeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 08/2017 – MUNICIPIO DE JAURU/MT.

O município de Barra do Bugres – MT inscrito no CNPJ: 03.507.522/0001-72, torna público a adesão a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 08/2017 originária do PREGÃO PRESENCIAL 09/2017 – do município de Jauru - MT, para Locação de materiais e serviços para promoção de eventos. Valor total de R$604.798,00 (Seiscentos e quatro mil e setecentos e noventa e oito reais). CONTRATADO: L. BRUM DA SILVA - MEinscrita no CNPJ: 10.947.845/0001-42.

Barra do Bugres/MT, 11 de novembro de 2017

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

EXTRATO DO 2º. TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 709/2016 – TP 011/2016

EXTRATO DO 2º. TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 709/2016 – TP 011/2016

TERMO ADITIVO Nº 079/2016 (Nosso Número)

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratada **CONSTRUTORA CHAPADENSE LTDA**, que tem por objetivo prorrogar o Prazo de execução e Vigência do contrato original a partir da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2017. Barra do Garças - MT, 14 de novembro de 2017.

PORTARIA Nº 003 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Dispõe sobre a designação de servidor para exercer a função de Assessor Direto do Procurador-Geral e dá outras providências".

O Procurador Jurídico Geral do Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, **EMERSON FERREIRA COELHO SOUZA,** no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no inciso II do artigo 15 do Decreto n° 3.940, de 30 de outubro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar para exercer, **SEM ÔNUS**, a função de Assessor Direto do Procurador-Geral, o servidor **Sr. PAULO HENRIQUE FERREIRA GOMES**, matrícula funcional nº 10503, inscrito no CPF: 030.541.481-06, para todos os termos e efeitos do Decreto n° 3.940, de 30 de outubro de 2017.

Art. 2º - O servidor aqui designado será responsável por prestar assessoramento técnico-jurídico, na área administrativa, ao Procurador-Geral; analisar e orientar a aplicação de leis e regulamentos no âmbito da Procuradoria-Geral; elaborar contratos, aditivos, termos de compromisso, acordos de cooperação, convênios, ofícios e outros documentos de natureza jurídico-administrativa; elaborar anteprojetos de lei, resoluções, portarias e demais atos oficiais que digam respeito a assuntos administrativos; praticar os demais atos e promover medidas que se relacionem com atribuições próprias da assessoria jurídica.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Procurador-Geral do Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, 13 de novembro de 2017.

EMERSON FERREIRA COELHO SOUZA

Procurador Geral do Município – OAB/MT 13632

Portaria n.º 9.446, de 08/07/2013

PORTARIA Nº 002 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Dispõe sobre a jornada de trabalho no âmbito das repartições públicas que integram a estrutura administrativa da Procuradoria Jurídica Geral, Fiscal e Procon, e dá outras providências".

O Procurador Jurídico Geral do Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, **EMERSON FERREIRA COELHO SOUZA,** no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no inciso I e no parágrafo único do artigo 3º do Decreto n° 3.940, de 30 de outubro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º - Instituir jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais em todas as repartições públicas que integram a estrutura administrativa da Procuradoria Jurídica Geral.

Art. 2º - Estabelecer, no período vespertino, das 12h00min às 18h00min, o horário de atendimento ao público no âmbito das repartições públicas citadas no artigo anterior.

Parágrafo único - De acordo com a necessidade em realizar atividades internas, desde que autorizado pelo Procurador-Geral, servidores lotados na Procuradoria Jurídica Geral ou Fiscal poderão cumprir jornada laboral no período matutino das 07h00min às 13h00min.

Art. 3º - Exclusivamente, ao órgão Procon, vinculado à Procuradoria Jurídica Geral nos termos da Lei Complementar Nº 189 de 01 de junho de 2016, fica instituída jornada compatível ao horário de atendimento ao público definido no artigo 2° desta Portaria.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 001 de 18 de outubro de 2017.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Procurador Geral do Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, 13 de novembro de 2017.

EMERSON FERREIRA COELHO SOUZA

Procurador Geral do Município – OAB/MT 13632

Portaria n.º 9.446, de 08/07/2013

AVISO DE LICITAÇÃO/EXTRATO DE EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2017/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizada Tomada de Preços nº 017/2017. Objeto:Contratação de empresa para obras de pavimentação asfáltica, drenagem de águas pluviais, meio-fios e calçadas na Avenida Ezequiel de Carvalho, acesso à Praia do Bosque, Bairro Nova Barra. **Data da sessão pública: 01/12/2017às 14 horas 00 minutos (horário local).** Edital e demais informações no Setor de Licitação, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045/2052. Vilma Vanete Sasso (Presidente da Comissão Permanente de Licitação, 14/11/2017.

PORTARIA Nº 13.143 DE 31 DE OUTUBRO DE 2.017. (*)

"Dispõe sobre concessão de 03 (três) meses de licença-prêmio à servidora que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de atribuições legais,

Considerando os termos do Art. 102 da Lei Complementar 03/1991, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Art. 93, § 1º, alínea "b", da Lei Orgânica Municipal;

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder, a pedido, 03 (três) meses de licença-prêmio, **a ser gozada de acordo com o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde**, referente ao quinquênio 1994/1994, à servidora **JULIA DA SILVA VARJÃO**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Atendente (SUS).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Garças/MT, aos 31 dias do mês de outubro de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

(*) Republicada por conter no documento publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM/MT) nº 2854, de 13/11/2017, p. 35, erro material (digitação), divergindo do documento assinado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2017 – PREVI CÁCERES

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2017 – PREVI CÁCERES

Considerando estarem presentes todos os pressupostos autorizativos da legislação que regula a matéria, RATIFICO para efeitos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Inexigibilidade de Licitação nº 003/2017 - PREVI CÁCERES, e AUTORIZO a contratação nas seguintes condições.

CONTRATANTE: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES

CONTRATADA: RP CONSULTORIA E PALESTRAS LTDA, CNPJ: 19. 615.506/0001-33.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para realização de uma palestra com a temática intitulada “Construindo Tropas de Elite" a ser ministrada pelo Sr. Rodrigo Pimentel durante a realização do evento de comemoração dos 20 anos da Previ Cáceres.

VALOR: R$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais)

BASE LEGAL: Artigo 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

E, para a eficácia dos atos, DETERMINO que a presente ratificação e autorização sejam públicas no Diário Oficial dos Municípios, conforme prevê o art. 26, caput, da Lei n. 8.666/93.

Cáceres - MT, 14 de novembro de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Direta Executiva –Previ Cáceres

Decreto nº 017 de 10/01/2017

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA Nº 299/2017

PORTARIA Nº 299/2017

“Prorroga o prazo de realização do Censo Funcional dos Servidores Públicos titulares de cargo efetivo e estáveis, ativos, vinculados ao Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres – PREVICÁCERES.”

A Diretora Executiva do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres – PREVICÁCERES, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 73, inciso V, da Lei Municipal Complementar n.º 62/2005, de 12 de dezembro de 2005 e do Decreto n°. 017 de 10 de Janeiro de 2017, considerando a necessidade de prorrogar o prazo de realização do Censo Funcional dos Servidores Públicos titulares de cargo efetivo e estáveis, ativos, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social, regido pelo PREVICÁCERES, instituído pelo Decreto nº 485 de 18 de Setembro de 2017, regulamentado pela Portaria nº 259/2017/PREVICÁCERES,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o período de realização do Censo Funcional dos Servidores Públicos titulares de cargo efetivo e estáveis, ativos, vinculados ao Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres – PREVICÁCERES, até o dia 21/11/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 14 de Novembro de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Decreto nº 017/2017

Afixada em 14.11.2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 581 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Estabelece critérios para a eleição e provimentos de função de diretores das Escolas e Núcleos Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Cáceres-MT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218 de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258 de 16 de novembro de 2010 e o Decreto nº 098 de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 41847 de 07 de novembro de 2017,

DECRETAM:

Art. 1º Fica instituído processo eletivo para escolha dos diretores escolares municipais e núcleos escolares, em consonância com a Lei Complementar nº 47 de 29 de setembro de 2003 e Lei Complementar nº 77 de 28 de maio de 2008 e Lei nº 2482 de 22/06/2015.

Art. 2º O Processo de Eleição de diretores escolares municipais e núcleos escolares será conduzido pela Comissão Paritária constituída através da Portaria nº 496 de 09/10/2017, com representantes da Secretaria Municipal de Educação, do Conselho Municipal de Educação e do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º Cada Unidade Escolar terá uma subcomissão para organizar e desenvolver o processo eletivo.

§ 1º A Subcomissão Eleitoral será composta por 03 (três) membros titulares e 03 (três) suplentes, sendo 01 (um) representante de cada segmento: corpo docente, corpo administrativo, pais ou responsáveis de alunos.

§ 2º Os representantes de cada segmento serão escolhidos em Assembleia Geral, organizada com data, hora e local amplamente divulgado, e serão designados pelo diretor em exercício da escola ou núcleo escolar.

§ 3º A Subcomissão Eleitoral, uma vez constituída, elegerá um de seus membros para presidi-la.

§ 4º Cabe ao Presidente da Subcomissão Eleitoral efetuar a devida substituição dos membros da subcomissão que deixar de observar as normas que regulam o processo eleitoral, pelos seus respectivos suplentes.

§ 5º O diretor da escola ou núcleo escolar deverá colocar à disposição da Subcomissão Eleitoral os recursos humanos e materiais necessários ao desenvolvimento do pleito.

Art. 4º Não poderá compor a Subcomissão Eleitoral:

I – qualquer dos candidatos, seu cônjuge e/ou parente em linha reta até o segundo grau;

II – o servidor em exercício na função de diretor ou coordenador pedagógico.

Art. 5º São atribuições e competências da Subcomissão Eleitoral:

I – planejar, organizar, coordenar e presidir o processo de eleição para diretor da escola ou núcleo escolar;

II – divulgar as normas e critérios do processo eleitoral à comunidade escolar;

III – encaminhar à Comissão Eleitoral da Secretaria Municipal de Educação (SME) as inscrições dos candidatos, ou não apresentação de inscritos, para os demais procedimentos;

IV – convocar Assembleia Geral para a exposição das propostas de trabalho dos candidatos para toda a Comunidade Escolar;

V – providenciar o material de votação, as listas dos votantes por segmento, as urnas e respectivos locais e horários de votação;

VI – credenciar até 02 (dois) fiscais indicados pelos candidatos, providenciando-lhes crachás de identificação;

VII – lavrar e assinar as atas das reuniões e decisões em livro próprio;

VIII – receber os pedidos, expressos, de impugnação de candidaturas no prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data de recebimento, e encaminhar à Comissão Eleitoral da SME para parecer sobre o mérito;

IX – designar, credenciar e nomear os componentes das mesas receptoras e escrutinadoras;

X – acondicionar as cédulas, as fichas de votação e a listagem dos votantes em envelopes lacrados, devidamente rubricados por todos os membros, arquivando-os na escola por 90 (noventa) dias e, posteriormente, enviá-los à SME;

XI – dar publicidade do resultado final do processo eleitoral, inclusive afixando em local visível, e enviar imediatamente a documentação à SME.

Art. 6º A eleição dos diretores das escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Cáceres-MT realizar-se-á em 04 (quatro) etapas eliminatórias:

I – primeira etapa – Ciclo de Estudos com duração de 20 (vinte) horas, com temáticas definidas pela SME, conforme apresentadas no Edital;

II – segunda etapa: Avaliação – Ao término do Ciclo de Estudos os candidatos participarão de uma avaliação, elaborada pelos ministrantes do curso e aplicada pela Comissão Eleitoral da SME;

III – terceira etapa – Apresentação de Proposta de Trabalho do candidato à Comunidade Escolar a que pertence ou a que concorre, em data a ser fixada pela Subcomissão Eleitoral local;

IV – quarta etapa: Eleição via sufrágio, envolvendo os diversos segmentos das escolas e núcleos escolares, com data fixada pela Comissão Eleitoral da SME, constante em Edital.

Art. 7º Feita a publicação do resultado final da eleição na escola ou núcleo escolar, a Subcomissão Eleitoral encaminhará o nome do diretor eleito, bem como, documento de publicação à Comissão Eleitoral da SME, para demais procedimentos.

Art. 8º Fica sob a responsabilidade do Secretário Municipal de Educação promover os atos administrativos necessários à investidura (nomeação e posse) do diretor eleito, mediante publicação do ato do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 9º O diretor, no ato da posse, deverá assinar Termo de Compromisso de Gestão Escolar, definido pela SME.

§ 1º No decorrer de sua gestão, o diretor deverá prestar, periodicamente, contas à Comunidade Escolar de todas as ações planejadas e executadas.

§ 2º Ao final de seu mandato, o diretor deverá apresentar Relatório Final de Gestão Escolar à Comunidade, em assembleia, contendo avaliação de resultados das ações administrativas e pedagógicas, com ênfase aos índices de desempenho escolar dos alunos e profissionais, gestão de recursos financeiros, atos de legalização de funcionamento da escola ou núcleo escolar junto ao Conselho Municipal de Educação de Cáceres (CMEC), balanço do acervo documental, bibliográfico e patrimonial da escola ou núcleo escolar.

§ 3º Após apreciação da Comunidade, o Relatório Final de Gestão Escolar deverá ser remetido ao Secretário Municipal de Educação.

Art. 10 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 11 Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto 579 de 03 de novembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 13 de novembro de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 13.11.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 551 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 41693, de 06 de novembro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Determinar o encaminhamento do processo acima mencionado e documentos que o instruem, à Comissão Permanente de Sindicância Administrativa Disciplinar, a fim de apurar os fatos narrados.

Art.2º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente, a partir da publicação da presente Portaria e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º Caso o prazo citado seja insuficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito ao Secretário Municipal solicitante, que autorizará mediante despacho, a prorrogação para mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

§ 2º A prorrogação será efetivada por meio de Portaria específica.

Art.3º Antes de dar início aos trabalhos, a Comissão deve consultar a PGM para orientação quanto ao procedimento legal a ser adotado.

Art.4º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 13 de novembro de 2017.

CRISTIANE APARECIDA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação

Afixado em: 13.11.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 550 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 41536, de 06 de novembro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores **WESLEY DE SOUSA LOPES**, como responsável pela fiscalização da execução das obras e **ANDRÉ FELIPE CAMPOS ARTIAGA**, como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo:

Nº	Contratado	Objeto	Assinatura Contrato	Vigência
165/17	GECON- GESTÃO EM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.	Consiste na contratação de empresa especializada em engenharia visando a construção da creche tipo 2, na rua dos Desenhistas, bairro Cavalhada II, com área de 890,73 metros quadrados, nesta cidade de Cáceres-MT.	27.10.17	12 meses

§ 1º O senhor acima designado deve acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do senhor responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 13 de novembro de 2017.

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação

Afixado em: 13.11.17.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO 004/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições legais, torna público a CONVOCAÇÃO de todos os servidores relacionados abaixo, para comparecerem no dia 16/11/2017 as 15:00hs nesta Prefeitura, sito a Av. Brasil, nº 119 Bairro: Jardim Celeste – Cáceres/MT, para assinarem o termo de POSSE:

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO: 40HORAS CLEUSA CRUZ NUNES ELAINE MAGALHÃES DE OLIVEIRA FERNANDA DIAS FIGUEIREDO RENAN TOMAZ SALOMÃO ROMERO ANDERSON ANHES BARBOSA **MOTORISTA: 40HORAS** DANIEL XAVIER DO CARMO DOUGLAS CAMARGO DA SILVA EDY CARLOS ALMEIDA BIZERRA FABIO DOS SANTOS GARCIA DUARTE HELISON SOARES DOS SANTOS JOSÉ AUGUSTO DA SILVA CRUZ LAUDEMILSON DA SILVA SENABIO LUCIEN GUILHERME DA SILVA MOISÉS PEREIRA DA SILVA VANDERSON CEBALHO BARBOSA JOILSON FELIX DE MACEDO

Cáceres, 14 de novembro de 2017.

MAIKON CARLOS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 580 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo Geral nº 42611 de 13 de novembro de 2017,

RESOLVEM:

Art. 1º Nomear os senhores abaixo relacionados, para compor a **COMISSÃO ELEITORAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CÁCERES - CMS**, visando o processo de representação do Conselho, para o biênio 2018 - 2019.

PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL

Ronilma da Cunha Martins

MEMBROS

André Luiz Silva do Amaral

Marcos Antônio de Carvalho

Antônio Carlos de Jesus Mendes

Silvia Roberta Ortiz

Fabiola Beppu Muniz Ramsdorf

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 13 de novembro de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA

Secretário Municipal de Saúde em substituição

Afixado em: 13.11.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 578 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 41677, de 06 de novembro de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Determinar o retorno do servidor Elias Domingos Soares que encontrava-se cedido para Autarquia Aguas do Pantanal, através do Decreto nº 031 de 03 de fevereiro de 2016, para a secretaria Municipal de Obras e serviços Urbanos, com efeitos desde 01 de novembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 10 de novembro de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 10.11.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 555 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Protocolo Geral sob nº 42762, de 14 de novembro de 2017,

R E S O L V E:

Art.1º Prorrogar por 90 dias a Portaria 449 de 23 de setembro de 2015 que compôs a Comissão de Sindicância, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos a partir de 24 de setembro de 2017.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 14 de novembro de 2017.

MAIKON CARLOS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 14.11.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 548 DE 10 NOVEMBRO DE 2017.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 42359, de 10 de novembro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Designar a senhora **APARECIDA SANDRA DE ARRUDA E SILVA**,lotada na Secretaria de Educação, como responsável para fiscalização e controle do contrato realizado abaixo.

Nº	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
166/17	M C PEREIRA RIBEIRO-ME.	Aquisição de Contratação de Serviços de inserção e remoção de plotagens em veículos para Prefeitura de Cáceres, personalização de veículos nas laterais e traseiras em adesivo, impressão digital e recorte eletrônico, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Contrato Administrativo.	30.10.17	12 meses

§ 1º A servidora acima designada deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência da senhora responsável pela fiscalização, deverá ser repassado ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 10 de novembro de 2017

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação

Afixado em: 10.11.17.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 547 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 42296, de 09 de novembro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **HIGOR FAUBER LEMES DE OLIVEIRA**, lotado na Secretaria Municipal de Ação Social, como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo:

Nº	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
160/17	STUDIO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA.	Registro de preços para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA (materiais de consumo e materiais permanente), a fim de atender as necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal de Cáceres-MT.	23/10/17	12 meses

§ 1º O senhor acima designado deve acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Ação Social e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do senhor responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 10 de novembro de 2017.

ELIANE BATISTA

Secretária Municipal de Ação Social

Afixado em: 10.11.17.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 552 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 40132, de 24 de outubro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Determinar o encaminhamento do processo acima mencionado e documentos que o instruem, à Comissão Permanente de Inquérito Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 308, de 30.06.17, a fim de apurar os fatos narrados.

Art.2º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente, a parti r da publicação da presente Portaria e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º Caso o prazo acima citado não seja suficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito à Secretária Municipal de Administração, que autorizará, mediante despacho, a prorrogação por mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

§ 2º A prorrogação será efetivada por meio de Portaria específica.

Art.3º Antes de dar início aos trabalhos, a Comissão deve consultar a Procuradoria Geral do Município para orientação quanto ao procedimento legal a ser adotado.

Art.4º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 13 de novembro de 2017.

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA

Secretário Municipal de Saúde em substituição

Afixado em: 13.11.2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 554 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 42629, de 13 de novembro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Designar a servidora **ADALGISA ISABEL CARDOZO DE ASSUNÇÃO**, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social, como responsável pela fiscalização e controle dos contratos relacionados abaixo:

Nº	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
163/17	VENTISOL DA AMAZONIA INDUSTRIA DE APARELHOS ELETRONICOS LTDA.	Constitui o objeto do presente contrato o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de material permanente para atender à demanda da Secretaria Municipal de Ação Social.	18/10/17	12 meses

§ 1º A senhora acima designada deve acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Ação Social e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência da senhora responsável pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 14 de novembro de 2017.

ELIANE BATISTA

Secretária Municipal de Ação Social

Afixado em: 14.11.17.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE ELEIÇÃO 001/2017

Dispõe sobre o processo de realização de eleições para escolha de profissionais da educação para o provimento de função de diretores das escolas e núcleos escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Cáceres-MT, gestão 2018-2019 e dá outras providências.

A Comissão Eleitoral da Secretaria Municipal de Educação (SME), pró-eleição de diretores das escolas públicas municipais, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Portaria 496 de 9 de Outubro de 2017, torna público que se encontram abertas as inscrições para o processo de eleição e provimento de função de diretores das escolas e núcleos escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Cáceres, nos termos da Lei Complementar nº 47 de 29 de setembro de 2003, da Lei Complementar nº 77 de 28 de maio de 2008 e Lei nº 2482 de 28 de Junho de 2015, Plano Municipal de Educação, que "estabelece critérios para a eleição e provimentos de função de diretores das Escolas e Núcleos Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Cáceres-MT", nos termos que seguem:

I – DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO E NÚCLEO ESCOLAR

1. As Unidades Escolares Urbanas com número de sala de aula igual ou superior a 05 (cinco) e 250 (duzentos e cinquenta) alunos, no mínimo, terão direito a 01 (um) diretor escolar;

1.1. Os candidatos eleitos para instituições de ensino urbanas que até a data da posse não possuir número de alunos igual ou superior a 250 (duzentos e cinquenta) alunos não serão nomeados, e as instituições de ensino serão nucleadas;

2. As instituições de ensino e/ou núcleos escolares do Campo, com número igual ou superior a 120 (cento e vinte) alunos terão direito a 01 (um) diretor escolar, conforme prevê a Lei nº 2482 de 22/06/2015 – Plano Municipal de Educação;

3. As Unidades Escolares e escolas nucleadas com direito a dirigente, encontram-se relacionadas no Anexo I deste Edital.

II – DOS CRITÉRIOS PARA PARTICIPAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETORES DAS ESCOLAS E NÚCLEOS ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CÁCERES-MT

1. O profissional da Educação que irá concorrer à função de Diretor Escolar deve:

1.1 ter cumprido estágio probatório ou,

1.2 ser considerado estável, de acordo com o artigo 19 do ato das disposições constitucionais transitórias da Constituição Federal de 1988;

1.3 ter, no mínimo, 02 (dois) anos de efetivo exercício na escola ou núcleo escolar em que se encontra lotado e para qual pretende concorrer;

1.4 não possuir vínculo empregatício com qualquer outra instituição, seja pública estadual, federal ou privada;

1.5 ter disponibilidade de tempo para dedicação exclusiva;

1.6 ter habilitação mínima de graduação em nível superior, na área da educação;

1.7 ter participado do ciclo de estudos ofertado pela SME, com 100% (cem por cento) de frequência;

1.8 Excluem-se do item "1.3" as instituições de ensino que iniciaram suas atividades a partir de julho de 2016.

2. Deferida a inscrição o candidato deverá participar do processo eleitoral obedecendo às etapas e os critérios dispostos no presente Edital.

3. A escola ou núcleo escolar que apresentar apenas 01 (um) candidato à eleição deverá contar com 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) do total de votos computados para ser considerado eleito.

4. Em não se apresentando nenhum candidato, a Subcomissão Eleitoral da escola ou núcleo escolar deverá oficializar ao Titular da Pasta da Educação imediatamente após o término do prazo de inscrição, para a condução do processo de indicação em consonância às disposições da Lei Complementar nº 47 de 29 de setembro de 2003, Lei nº 1807 de 21 de novembro de 2002 e Lei Complementar nº 77 de 28 de maio de 2008.

5. O candidato poderá concorrer à direção em apenas uma escola ou núcleo escolar.

6. O mandato de Diretor terá duração de 02 (dois) anos, com direito a uma recondução.

III – É VEDADA A PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETOR, O PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA QUE:

1. Nos últimos 03 (três) anos tenha sido suspenso, dispensado/destituído ou exonerado do exercício do cargo comissionado ou função gratificada em decorrência de processo administrativo disciplinar;

2. A Instituição de Ensino, sob sua gestão esteja com atos vencidos referentes à oferta da Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental, conforme disposto na resolução nº 005/2009/CMEC.

2.1 Excluem-se da regra contida no item 2 os candidatos à reeleição que já protocolaram o processo de regularização do(s) Atos de Funcionamento da respectiva Instituição de Ensino junto ao Conselho Municipal de Educação.

IV – DAS SUBCOMISSÕES ELEITORAIS

1. Cada Instituição de Ensino ou Núcleo Escolar elegerá, em Assembleia Geral, convocada pelo Dirigente da Escola, conforme Decreto nº 581 de 13 de novembro de 2017, uma subcomissão eleitoral para conduzir o processo de seleção de candidatos de sua Escola;

2. As atribuições e competências da subcomissão eleitoral encontram-se descritas no art. 5º do Decreto nº 518 de 13 de novembro de 2017.

3. A subcomissão eleitoral deverá registrar em Ata as apresentações das propostas de cada candidato perante Assembleia Geral da Comunidade, nas datas e horários estipulados.

Dia 17/11/2017: constituição das subcomissões eleitorais nas Unidades Escolares e Núcleos;

Dia 17/11/2017: diretores das escolas e/ou núcleos escolares deverão oficializar à Comissão Eleitoral da SME da composição das subcomissões eleitorais;

Dia 21/11/2017: reunião com os presidentes das subcomissões das Instituições de Ensino para eventuais esclarecimentos.

V – DAS INSCRIÇÕES

As inscrições serão realizadas nas instituições de ensino junto a subcomissão.

1. Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos;

2. As inscrições estarão abertas nas Escolas e Núcleos Escolares, junto à subcomissão eleitoral local instituída pela Comissão Eleitoral/SME, nos seguintes períodos:

2.1 De 22 a 23/11/2017: para os pré-candidatos lotados na própria Escola e Núcleo Escolar;

2.2 Dia 24/11/2017 a subcomissão deverá oficializar à Comissão Eleitoral/SME o nome dos inscritos, bem como, se for o caso, a não apresentação de candidatos, para demais providências cabíveis;

2.3 Dia 30/11/2017 o titular da Pasta da Educação divulgará às Unidades Escolares que não apresentarem candidatos, indicando à Comissão Eleitoral/SME em lista tríplice os Profissionais da Educação para o cargo de diretor, conforme disposto na Lei Complementar 47/2003 e Lei Complementar 77/2008.

3. No ato da inscrição o candidato deverá:

3.1 preencher ficha padrão junto à subcomissão eleitoral, identificando a Escola/Núcleo para qual se candidata;

3.2 assinar o Termo de Compromisso de Dedicação Exclusiva (DE) e declarar estar de acordo com as condições deste Edital.

4. Deferida a inscrição, o candidato deverá participar do processo eleitoral obedecendo as etapas e os critérios dispostos neste edital;

VI – DAS ETAPAS

1. O processo de seleção de diretores efetivar-se-á em 04 (quatro) etapas:

1.1 **Primeira Etapa:** Ciclo de Estudos com carga horária de 20 (vinte) horas, abordando as seguintes temáticas:

- Gestão Escolar (Legislação, Gestão Pedagógica e Gestão de Pessoas);

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Escola Nacional (Lei nº 9394/96);

- Projeto Político Pedagógico – PPP; (Proposta Pedagógica, Planejamento, Currículo e Avaliação Interna e Externa);

- Regimento Escolar;

- Plano Municipal de Educação;

- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

1.1.1 Os candidatos inscritos no Ciclo de Estudo serão considerados aptos se obtiverem 100% (cem por cento) na participação ativa e frequência no Curso a ser realizado no período de 04 a 05/12/2017;

1.2 **Segunda Etapa:** Ao término do Ciclo de Estudos os candidatos participarão de uma avaliação, elaborada pelos ministrantes e aplicada pela Comissão Eleitoral/SME;

1.3 **Terceira Etapa:** Apresentação à Instituição de Ensino da Proposta de Trabalho do candidato que deverá constar:

1.3.1 objetivos e metas para a melhoria do ensino;

1.3.2 estratégias para a melhoria da Escola ou Núcleo Escolar, visando preservação, manutenção e melhoria da infraestrutura física, equipamentos, mobiliários e recursos didáticos;

1.3.3 estratégias para gestão dos recursos financeiros, ações administrativas e pedagógicas e melhoria da participação, acompanhamento e avaliação da Instituição de Ensino no dia-a-dia da Escola;

1.3.4 Sob pena de anulação de sua candidatura, o candidato deverá apresentar uma proposta de trabalho em 02 (duas) vias à Subcomissão Eleitoral e no período de 13 a 14/12/2017 apresentá-la à Instituição de Ensino, em horário a ser estabelecido pela subcomissão de cada Escola/Núcleo, informando à Comissão Eleitoral/SME.

1.4 **Quarta Etapa:** Eleição via sufrágio envolvendo os diversos segmentos das escolas e núcleos escolares.

1.4.1 A eleição direta via sufrágio secreto, pela Instituição de Ensino e Núcleo Escolar, realizar-se-á no dia **15/12/2017**, das **07h00 às 17h00**.

1.4.2 Terá direito a voto:

1.4.2.1 profissionais da educação em exercício na escola;

1.4.2.2 alunos regularmente matriculados, com frequência comprovada e que tiverem 14 (catorze) anos completados até a data da eleição;

1.4.2.3 pai e mãe de aluno: 02 (dois) votos;

1.4.2.4 responsável por aluno menor de 14 (catorze) anos que tenha frequência comprovada: 01 (um) voto.

1.4.2.5 O profissional da educação com filho(a) na escola votará apenas pelo seu segmento.

1.4.2.6 O profissional da educação que ocupa mais de um cargo na escola terá direito a votar uma única vez.

1.4.2.7 Poderá votar em uma lista separada, o representante de segmento da Instituição de Ensino com documento de identificação, cujo nome não constar em nenhuma lista.

2. No ato da votação, os eleitores deverão apresentar à mesa receptora um documento que comprove sua identificação.

3. Não é permitido o voto por procuração.

4. Não poderá votar, em hipótese alguma, o profissional da educação que esteja em período de afastamento sem ônus de suas funções.

5. Cada segmento terá direito a 01 (um) fiscal que deverá ser inscrito perante a Subcomissão Eleitoral com antecedência mínima de 02 (dois) dias da data do pleito.

6. Somente o Presidente da Subcomissão Eleitoral está autorizado a intervir junto à mesa receptora, quando solicitado.

7. A mesa receptora será composta por no mínimo 03 (três) e no máximo 05 (cinco) membros e 02 (dois) suplentes escolhidos pela Subcomissão Eleitoral, com antecedência mínima de 02 (dois) dias da data do pleito.

7.1 A mesa receptora será organizada da seguinte forma: Presidente de Mesa, Primeiro Mesário, Segundo Mesário, Secretário e Suplentes.

8. Os pedidos de impugnação de mesários deverão ser devidamente fundamentados e dirigidos ao Presidente da Subcomissão Eleitoral.

9. O processo de eleição dar-se-á através de urnas convencionais e cédulas de votação.

10. O voto será registrado em cédula única, contendo o carimbo identificador da escola ou núcleo escolar, e as assinaturas do presidente da Subcomissão Eleitoral e de um dos mesários.

11. O Secretário da mesa receptora deverá lavrar a ata dos trabalhos a ser assinada por todos os integrantes da mesa.

12. Os pedidos de impugnação do pleito, na hipótese de eventual irregularidade e com devida fundamentação, deverão ser encaminhados à Subcomissão Eleitoral antes da conclusão da escrutinação dos votos.

13. No ato da escrutinação será considerado nulo o voto que:

13.1 registrado em cédula que não corresponde ao modelo padrão;

13.2 que identifique voto em mais de um candidato;

13.3 que contenha rasuras, expressão ou qualquer outra manifestação além daquela que demonstre o voto;

14. Concluídos os trabalhos de contagem de votos, lavrada e assinada a ata, fica o presidente da mesa escrutinadora incumbido de remeter todo o material e documentos colhidos durante o processo de votação ao Presidente da Subcomissão Eleitoral, que irá se reunir com os demais membros para:

14.1 verificação dos materiais e documentos apresentados;

14.2 decisão sobre eventuais irregularidades;

14.3 publicação do resultado final do processo eleitoral.

15. Eventual recontagem de votos deverá ser requerida à Subcomissão Eleitoral no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da publicação do resultado final.

15.1 Não havendo indícios consistentes de irregularidades, a publicação final da eleição será mantida, não mais cabendo recurso no que tange à recontagem de votos.

VII – DA AVALIAÇÃO

1. Os candidatos deverão obter a média igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento na avaliação como condição para participação do pleito eleitoral junto à Instituição de Ensino;

1.1 Os envelopes contendo as avaliações serão abertos na presença dos candidatos no momento de sua aplicação, a realizar-se no dia 07/12/2017, com duração de 04 (quatro) horas, tendo início às 13h00 e término às 17h00, na sede do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (SSPM);

1.2 Os candidatos deverão estar no local da avaliação 30 (trinta) minutos antes de seu início, munidos de documentos de identificação pessoal, caneta esferográfica azul ou preta, observando que não será permitida, em hipótese alguma, a entrada de nenhum candidato após as 13h00;

1.3 Os 3 (três) últimos candidatos a entregar sua avaliação deverão permanecer na sala até que o último termine e entregue a avaliação;

1.4 O resultado da avaliação será divulgado pela Comissão Eleitoral/SME no dia 12/12/2017, a partir das 12h00, com cópia a ser fixada no mural da Secretaria Municipal de Educação;

1.5 O candidato que se sentir lesado em relação ao resultado de sua avaliação, poderá recorrer à subcomissão eleitoral no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a fixação do mesmo, a qual deverá oficializar a informação à Comissão Eleitoral/SME, imediatamente, mediante requerimento por escrito devidamente fundamentado;

1.6 Por ocasião da realização da avaliação escrita, o candidato que não apresentar documento de identidade original, com foto, não poderá fazer a avaliação e será automaticamente eliminado do processo;

1.7 Fica terminantemente proibido o uso de celular e outros aparelhos desta natureza durante a realização da avaliação escrita, sob pena de indeferimento da candidatura do candidato;

1.8 Não será permitida, durante a realização da avaliação, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de apostilas, revistas, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta;

1.9 Recomenda-se que o candidato não leve nenhum dos objetos citados nos subitens anteriores, no dia da realização da avaliação;

1.10 Não haverá segunda chamada para a realização da avaliação escrita. O não comparecimento à avaliação implicará na eliminação automática do candidato do processo eletivo para Diretor Escolar;

1.11 Os recursos contra decisão da Comissão Eleitoral/SME de indeferimento de candidaturas deverão ser apresentados pelo interessado no prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da divulgação oficial da decisão, junto à subcomissão da Instituição de Ensino/Núcleo para a qual o candidato pleiteou sua inscrição;

1.12 Interposto o recurso, a subcomissão eleitoral submeterá par apreciação e julgamento pela Comissão Eleitoral/SME, que terá o prazo de 24 (vinte e quatro) hora para decidir o mérito, dando ciência ao recorrente do resultado, através da subcomissão eleitoral local;

1.13 Da decisão do recurso não caberá pedido de reconsideração ou novo recurso junto à Comissão Eleitoral/SME, bem como, em qualquer instância administrativa;

VIII – DAS PROIBIÇÕES

1. É expressamente proibido ao candidato e à Instituição de Ensino, sob pena de anulação do registro de candidatura e/ou cancelamento do processo pela Subcomissão Eleitoral local e, consequentemente pela Comissão Eleitoral da SME.

1.1 exposição de faixas, cartazes e veículos de sonorização fora da escola;

1.2 distribuição de panfletos promocionais e de brindes de qualquer natureza aos votantes;

1.3 realização de festas na escola ou núcleo escolar, não previstas no calendário escolar;

1.4 utilização de símbolos, frases ou imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgãos do governo Federal, Estadual e Municipal, permitir que terceiros o façam em seu nome;

1.5 macular a imagem do outro candidato.

IX – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

1. Ficam adotados sucessivamente os seguintes critérios para dirimir eventuais empates no pleito eleitoral:

1.1 maior tempo de serviço na Instituição de Ensino;

1.2 maior titulação;

1.3 maior idade.

X – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. A inscrição do candidato implicará aceitação das normas e critérios para escolha de profissionais da educação para o provimento do cargo de Di-

retor das Escolas e Núcleos Escolares, contidas nos comunicados, neste Edital e outros a serem publicados, caso houver necessidade;

2. A confirmação da inscrição será feita através de ofício circular veiculado pela Comissão Eleitoral/SME;

3. Fica vedada a inscrição por procuração ou por correspondência;

4. Os casos omissos neste Edital e/ou na Legislação concernentes serão resolvidos exclusivamente pela Comissão Eleitoral/SME no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

5. Este Edital entra vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 13 de novembro de 2017.

Luís Aurélio Alves

Presidente Comissão Eleitoral/SME

Roseli do Nascimento Moreira

Membro Comissão Eleitoral/SME

Eliane Ferreira Leite de Campos

Membro Comissão Eleitoral/SME

Taciane Neves Faustino Ferreira

Membro Comissão Eleitoral/SME

Maria Orlanda Ramos

Membro Comissão Eleitoral/SME

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2017

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO Nº 014/2017

CONTRATANTE: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

CONTRATADO: TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A

OBJETO DA CONTRATAÇÃO: Fornecimento de combustível (Gasolina - comum, aditivada; Diesel - comum, aditivado, S10 e Biodisesel e Etanol - comum e aditivado, ARLA e demais aditivos)

PRAZO: 12 MESES

ORGÃO/UNIDADE: 4.18.01

FUNÇÃO PROGRAMATICA: 17.122.1101.2211

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00

FONTE DE RECURSO: 100 - REC ORDINARIOS

Cáceres, 18 de outubro de 2017.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2017 – PREVI CÁCERES

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2017 – PREVI CÁCERES

A Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria nº. 003/2017 - PREVI CÁCERES, em nome do INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES, torna Público, para conhecimento dos interessados, o resultado da Inexigibilidade de Licitação para a *contratação de pessoa jurídica para realização de uma palestra com a temática intitulada "Construindo Tropas de Elite" a ser ministrada pelo Sr. Rodrigo Pimentel durante a realização do evento de comemoração dos 20 anos da Previ Cáceres*, através da contratação da empresa RP CONSULTORIA E PALESTRAS LTDA, CNPJ nº 19.615.506/0001-33, mediante o pagamento da importância de R$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais), com fundamento no Artigo 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

Cáceres - MT, 14 de novembro de 2017.

ROSINEI BRUNELLI

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/2017.

Espécie: EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada: CONSTRUTORA SERRA AZUL LTDA - ME, CNPJ nº 9.371.585/0001-84.

Objeto: Contratação de empresas do ramo de Prestação de serviços para disponibilizar para o Município de Campinápolis profissionais das áreas de Carpintaria pesada e Pedreiro, para executar os serviços de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência que é parte integrante do Ato Convocatório.

Valor Total: R$ 97.200,00 (noventa e sete mil e duzentos reais).

Dotação: 10.010.26.782.1260.2061.3390390000 – RED. 0486.

Vigência: 12 (doze) meses.

Assinam: Jeovan Faria – por parte da CONTRATANTE e Almir Candido de Melo – por parte da CONTRATADA.

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.º 1.186 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

LEI N.º 1.186 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera a redação da Lei Municipal n.º 653 de 18 de fevereiro de 2004, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Campinápolis/MT e, dá outras providências.

JEOVAN FARIA, Prefeito de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei Municipal n. 653 de 18 de fevereiro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 14. O auxílio doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para o exercício da função em gozo de licença para tratamento de saúde, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, e corresponderá a última remuneração de contribuição do segurado.

§ 1º Não será devido auxílio-doença ao segurado que filiar-se ao PREVICAMP na data de sua posse e que já seja portador de doença ou lesão invocada como causa para concessão do benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

§ 2º Será devido auxílio-doença ao segurado que sofrer acidente de qualquer natureza.

Art. 15. Durante os primeiros quinze dias consecutivos de afastamento da atividade por motivo de doença, incumbe ao município pagar ao segurado sua remuneração.

§ 1º Cabe ao município promover a perícia médica e o abono das faltas correspondentes aos primeiros quinze dias de afastamento.

§ 2º Quando a incapacidade ultrapassar 30 (trinta) dias consecutivos, o segurado será submetido à perícia médica do PREVI-CAMP.

§ 3º Se concedido novo benefício decorrente da mesma doença dentro de trinta dias contados da cessação do benefício anterior, o município fica desobrigado do pagamento relativo aos quinze primeiros dias de afastamento, prorrogando-se o benefício anterior, iniciando o pagamento a partir da data fixada no laudo médico, descontando-se os dias trabalhados, se for o caso.

§ 4º Se o segurado, por motivo de doença, afastar-se do trabalho durante quinze dias, retornando à atividade no décimo sexto primeiro dia, e se dela voltar a se afastar dentro de trinta dias desse retorno, fará jus ao auxílio-doença a partir da data do novo afastamento.

Art. 16. O segurado em gozo de auxílio-doença está obrigado, independentemente de sua idade e sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo do PREVI-CAMP, e se for o caso a processo de readaptação profissional.

Art. 17. O segurado em gozo de auxílio-doença insuscetível de recuperação para sua atividade habitual deverá submeter-se a processo de readaptação profissional para exercício de outra atividade até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência, ou, quando considerado não recuperável, deverá ser aposentado por invalidez.

Parágrafo único. O benefício de auxílio-doença será cessado quando o servidor for submetido a processo de readaptação profissional para exercício de outra atividade, ficando este às expensas do erário municipal.

Art. 18. O auxílio-doença cessa pela recuperação da capacidade para o trabalho e pela transformação em aposentadoria por invalidez.

Parágrafo único. O segurado que ficar incapacitado para o exercício da função, em gozo de auxílio-doença, por mais de 24 (vinte e quatro) meses consecutivos, terá o benefício de auxílio doença convertido em aposentadoria por invalidez, mediante avaliação médico-pericial.

Art. 2º Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário, respeitado o disposto no artigo anterior.

Gabinete do Prefeito do Município de Campinápolis/MT, 14 de novembro de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 104/2017.

Espécie: EXTRATO DO CONTRATO Nº 104/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada: CONSTRUTORA MODELAR LTDA - ME, CNPJ nº 10.788.243/0001-90.

Objeto: EXECUÇÃO DE OBRA DE REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA NAZHI JAMAL, tendo a execução de 01 (um) quiosque, pista de skate, pista de caminhada, academia de ginastica, fonte interativa e um play ground, em área de 3.850,00 m².

Valor Total: R$ 538.083,48 (quinhentos e trinta e oito mil oitenta e três reais e quarenta e oito centavos).

Dotação: CONVÊNIO Nº 819307/2015, Contrato de Repasse: 1024911/2015 - Ministério das Cidades - Programa Planejamento Urbano E Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT. Código orçamentário: 09.010.15.451.1150.1037 449051000000– Red. 0124 - Contrapartida: 9.010.15.451.1150.1037 449051000000– Red. 0295.

Vigência: 220 (duzentos e vinte) dias.

Assinam: Jeovan Faria – por parte da CONTRATANTE e Marcos Teixeira de Queiroz – por parte da CONTRATADA.

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.º 1.185 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

LEI N.º 1.185 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviço público e/ou exercício regular do poder de polícia em matéria ambiental; e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINAPOLIS – MT, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Seção I

Disposições Gerais

Art. 1º Esta lei define os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviço público e/ou exercício regular do poder de polícia em face aos atos administrativos praticados visando à análise das licenças ambientais de empreendimentos e atividades de impacto ambiental, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras em âmbito local.

Art. 2º Fica instituída a Taxa de Licenciamento Ambiental Municipal - TLAM, tendo como fato gerador a prestação de serviço público e/ou exercício regular do poder de polícia em face aos atos administrativos praticados visando à análise de licenças ambientais de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar impacto ambiental de âmbito local, em especial aquelas descritas na Resolução do Consema nº. 085/2014.

Parágrafo único A receita realizada em decorrência do disposto no *caput* constituirá o Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA e será destinada para fazer frente às despesas de custeio e investimentos necessários à execução da Política Municipal do Meio Ambiente, bem como despesas de custeio e manutenção da prestação do serviço de análises de licenças ambientais de impacto de âmbito local pelo Município ou Consórcio Público.

Art. 3º Contribuinte é a pessoa natural ou jurídica que exerça as atividades elencadas como sujeitas ao licenciamento e controle ambiental.

Art. 4º Constitui fato gerador da TLAM, a utilização dos serviços públicos e o exercício do poder de polícia, constantes dos Anexos integrantes desta Lei.

Art. 5º A TLAM terá por base de cálculo o valor da Unidade Padrão Fiscal de Mato Grosso - UPFMT e demais critérios e parâmetros definidos nos Anexos da presente norma e será convertida pelo padrão monetário vigente à época da ocorrência do fato gerador.

§ 1º Para lançamento e cobrança das taxas referentes às atividades arroladas na Resolução do Consema nº. 085/2014, será utilizada a classificação genérica resultante da conjugação do porte do empreendimento e potencial de poluição ambiental descritas nos Anexos I e II.

§ 2º Os empreendimentos serão classificados em função do parâmetro de avaliação que estabeleça o maior porte tomando-se por referência as informações contidas no Anexo I.

§ 3º Nas atividades elencadas no Anexo III da presente Lei, a TLAM devida será calculada pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com a fórmula de cálculo apresentada no citado Anexo, sendo o valor obtido multiplicado pelo fator de correção de 1,0 (um inteiro) em se tratando da Licença Prévia – LP; de 1,50 (um inteiro e cinquenta centésimos) para a Licença de Instalação; de 1,25 (um inteiro e vinte e cinco centésimos) para a Licença de Operação, Renovação de Licença de Operação e Licença de Operação Provisória.

Art. 6º Nos casos de renovação de Licença de Operação - LO, a TLAM será lançada e cobrada aplicando-se o fator de redução de 30% (trinta por cento) aos estabelecimentos e atividades que atendam pelo menos a um dos seguintes requisitos, desde que solicitado no requerimento padrão:

I - utilize resíduos para reciclagem ou para geração de energia;

II - reaproveite a água utilizada;

III - disponha de certificação por órgão credenciado em qualidade ambiental;

IV - desenvolva plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. Relativamente ao disposto no *caput*, a comprovação de qualquer dos requisitos elencados será efetuada quando da realização de vistorias técnicas, cabendo ao empreendedor a manutenção da regularidade do aludido quesito, ensejando a emissão compulsória do lançamento da taxa residual ante a constatação de eventuais anomalias.

Art. 7º Ficam isentos do pagamento das taxas referenciadas na presente norma:

I - O microempreendedor individual, na forma do art. 4º, §3º da Lei Federal nº. 123/2006;

II - as associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis;

III - o licenciamento ambiental para implantação de unidades de saúde da rede pública ou filantrópicas;

IV - as atividades ou empreendimentos que comprovarem a criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN na propriedade objeto do licenciamento, em percentual superior a 20% (vinte por cento) da área total, podendo incluir a área de reserva legal neste percentual.

Parágrafo único A isenção estabelecida por este artigo incidirá também nos casos de ampliação, modificação ou revalidação, desde que fique demonstrada a continuidade da condição geradora.

Art. 8º Poderá ser cobrada taxas de expediente ou inerente à prestação de serviço público, exclusivamente por meio da UPFMT, conforme o Anexo IX.

Seção II

Do Licenciamento e da Autorização Ambiental de Atividades Agrossilvipastoris

Art. 9º Os critérios para cálculo dos custos de análise de processos de licenciamento ambiental de atividades Agrossilvipastoris previstas na Resolução do Consema nº. 085/2014, seguirão os mesmos parâmetros estabelecidos no artigo 5º da presente Lei.

Art. 10 Caso a verificação das condições ambientais da atividade ou empreendimento sujeito a regularização e licenciamento ambiental exigir, a qualquer tempo, a realização de amostragens, de análises laboratoriais ou a adoção de medidas emergenciais para prevenção ou controle de efeitos nocivos a pessoas, ao meio ambiente ou ao patrimônio público ou de terceiros, caberá ao empreendedor arcar com os respectivos custos.

Art. 11 Os custos de análise para emissão de autorização ou licença ambiental para empreendimentos ou atividades Agrossilvipastoris constantes na Resolução do Consema nº. 085/2014, terão os valores reduzidos:

I - em percentual de 30% (trinta por cento) no caso de redução de 30% (trinta por cento) a 39% (trinta e nove por cento) na taxa de aplicação de agrotóxicos;

II - em percentual de 40% (quarenta por cento) nos casos de redução de 40% (quarenta por cento) a 49% (quarenta e nove por cento) na taxa de aplicação de agrotóxicos;

III - em percentual de 50% (cinquenta por cento) no caso de redução de 50% (cinquenta por cento) ou mais na taxa de aplicação de agrotóxicos;

IV - em percentual de 50% (cinquenta por cento) para os empreendimentos que comprovarem que se adequaram a outras práticas que resultem em balanço ambiental positivo;

V - em percentual de 21% (vinte e um por cento) até o limite de 50% (cinquenta por cento), progressiva e proporcionalmente, para atividades ou empreendimentos que comprovarem a regularização da reserva legal acima do percentual mínimo exigido em lei.

§ 1º Para fazer *jus* às reduções a que se referem os incisos I a IV, o empreendedor deverá comprovar, por meio de Atestado do Ministério da Agricultura e Pecuária ou de seus órgãos vinculados, que aderiu e está cumprindo satisfatoriamente o Plano de Controle de Aplicação e Metas Progressivas de Redução da Taxa de Uso de Agrotóxicos, previsto em Resolução.

§ 2º A comprovação do requisito a que se refere o inciso V se dará por meio da apresentação de cópia do registro da Reserva Legal - RL do imóvel no Cadastro Ambiental Rural - CAR ativo ou da averbação da Reserva Legal à margem da inscrição da matrícula do imóvel no registro de imóveis, quando for o caso.

Seção III

Do Parcelamento

Art. 12. As taxas de licenciamento ambiental poderão ser parceladas, a pedido do interessado, da seguinte forma:

§ 1º. Para fazer *jus* ao parcelamento da taxa de licenciamento ambiental é obrigatório que o beneficiário do parcelamento esteja operando e requeira o licenciamento corretivo da atividade, solicitando a emissão das licenças prévia, de instalação e de operação no mesmo processo.

§2º. O parcelamento deve ser solicitado no requerimento padrão, no item 7, no campo da 'Descrição da Atividade".

§ 3º. O parcelamento poderá ser feito no máximo em 3 (três) parcelas:

I. A primeira parcela será referente ao valor da taxa da licença prévia;

II. A segunda parcela será referente ao valor da taxa de licença de Instalação;

III. A terceira parcela será referente ao valor da taxa de licença de Operação;

IV. O protocolo do processo de licenciamento ambiental somente será realizado após o pagamento da Licença Prévia e apresentação do respectivo comprovante;

V. A segunda parcela será emitida com vencimento no último dia do mês subsequente ao vencimento da parcela da licença prévia a ser emitido dentro do mês de vencimento, considerando a UPFMT do mês, sendo disponibilizado por e-mail e/ou a retirar na secretaria do órgão;

VI. A terceira parcela será emitida com vencimento no último dia do mês subsequente ao vencimento da parcela da licença de instalação a ser emitido dentro do mês de vencimento, considerando a UPFMT do mês, sendo disponibilizado por e-mail e/ou a retirar na secretaria do órgão.

§ 4º. Em caso de inadimplência:

I. não será emitida a respectiva licença, ficando o empreendimento sujeito as sanções legais.

II. não será emitido novo boleto, em caso de vencimento do parcelamento, devendo ser pago o boleto original com juros e correções monetárias

III. Após 90 (noventa) dias de inadimplência, segue-se o rito do artigo 17 desta lei.

§ 5º A atividade/empreendimento só poderá ser beneficiado pelo parcelamento das taxas de licenciamento ambiental uma única vez.

Parágrafo único. As renovações das licenças prévia, de instalação ou de operação não estão sujeitas ao parcelamento.

Seção IV

Do Comunicado de Armazém e Silo

Art. 13. A apresentação do Comunicado previsto nesta Lei não exime o interessado do pagamento das taxas, referentes aos Armazéns e Silos localizados em propriedades rurais não licenciados anteriormente ao Decreto n°. 1964/2013, que ora seguem:

§1º. Nos Empreendimentos de Porte Mínimo a taxa corresponde ao valor de 7,5 (sete e meia) UPF/MT;

§2º. Nos Empreendimentos de Porte Pequeno a taxa corresponde ao valor de 21,5 (vinte e uma e meia) UPF/MT;

§3º. Nos Empreendimentos de Porte Médio a taxa corresponde ao valor de 93 (noventa e três) UPF/MT;

§4º. Nos Empreendimentos de Porte Grande a taxa corresponde ao valor de 263,5 (duzentos e sessenta e três e meia) UPF/MT;

§5º. Nos Empreendimentos de Porte Excepcional a taxa corresponde ao valor de 417,5 (quatrocentos e dezessete e meia) UPF/MT;

Parágrafo único: O critério de porte do empreendimento/atividade será auferido com base no anexo II da Lei n°. 10.242/2014.

Art. 14. A apresentação do Comunicado previsto nesta Lei não exime o interessado do pagamento das taxas, referentes aos Armazéns e Silos localizados em propriedades rurais que possuíam licença ambiental anteriormente ao Decreto n°. 1964/2013, que ora seguem:

§1º. Nos Empreendimentos de Porte Mínimo a taxa corresponde ao valor de 2,5 (duas e meia) UPF/MT;

§2º. Nos Empreendimentos de Porte Pequeno a taxa corresponde ao valor de 6 (seis) UPF/MT;

§3º. Nos Empreendimentos de Porte Médio a taxa corresponde ao valor de 24 (vinte e quatro) UPF/MT;

§4º. Nos Empreendimentos de Porte Grande a taxa corresponde ao valor de 66,5 (sessenta e seis e meia) UPF/MT;

§5º. Nos Empreendimentos de Porte Excepcional a taxa corresponde ao valor de 105 (cento e cinco) UPF/MT.

Parágrafo único: O critério de porte do empreendimento/atividade será auferido com base no anexo II da Lei n°. 10.242/2014.

CAPÍTULO II

DA MORA E DAS PENALIDADES

Art. 15 As infrações decorrentes da violação das regras inerentes a presente norma implica a incidência de acréscimos e cominações, conforme abaixo:

I - infração referente às taxas de licenciamentos ou de autorizações lançadas e não quitadas:

a) juros de mora, calculados nos termos do Art. 44 da Lei 7.098, de 30 de dezembro de 1998;

b) multa de mora de 0,333% (trezentos e trinta e três milésimos de inteiro por cento) ao dia, até o limite máximo de 10% (dez por cento), aplicável sobre o valor devido, se o recolhimento for efetuado, espontaneamente pelo contribuinte, antes de ser cientificado de qualquer ato expedido pela Administração Pública para o cumprimento da obrigação principal;

c) multa sancionatória correspondente a 25% (vinte e cinco) por cento, aplicável sobre o valor da taxa devida, quando o pagamento for efetuado após o contribuinte ter sido notificado pelo órgão competente para o cumprimento da obrigação principal.

Parágrafo único. A multa prevista na alínea "c" do inciso I, fica reduzida em 20% (vinte por cento), quando o sujeito passivo cumprir a obrigação espontaneamente, antes de ser cientificado de qualquer ato expedido pela Administração Pública para a exigência do cumprimento da mesma.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16 As obrigações, pendências, informações, complementações, esclarecimentos e demais exigências impostas pelo órgão ambiental estadual deverão ser atendidas em até 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado, a critério do analista, mediante solicitação e justificativa.

Parágrafo único O não atendimento às exigências previstas no caput, no prazo definido pelo órgão ambiental, ensejará o indeferimento do requerimento.

Art. 17 Os projetos de licenciamento indeferidos pelo órgão ambiental serão arquivados, podendo os documentos ser desentranhados do processo administrativo, a pedido do requerente.

§ 1º Não serão arquivados os projetos indeferidos quando o empreendimento estiver instalado ou em operação, devendo ser realizada notificação, autuação e embargo, com o objetivo de instar o empreendedor a regularizar a situação.

§ 2º As taxas utilizadas no processo de licenciamento arquivado poderão ser reaproveitadas, por uma única vez, desde que não tenha ocorrido a análise pelo órgão ambiental.

Art. 18 Fica o Poder Executivo autorizado a conceder desconto, nos termos do regulamento, ao empreendedor que buscar a regularização ambiental do estabelecimento e/ou atividade dentro do prazo de 90 (noventa) dias a contar do efetivo vigor, observado os termos do art. 15 desta lei.

Art. 19 O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei, por ato próprio, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 20 Em obediência aos termos do art. 150, III, “c” da Constituição Federal, entrará em vigor esta lei, decorridos 90 (noventa) dias a partir de sua publicação.

Art. 21 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 14 de novembro de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS SEGUNDO O PORTE

Porte do Empreendimento	Parâmetros de Avaliação			
	Área Construída (m2)	**Investimento total (em UPFMT)**	**Número de Empregados**	**Transportadora (Número de veículos)**
Mínimo	Até 500 e pequenos produtores	Até 1.000	Até 10	De 1 a 3
Pequeno	De 501 a 2.000	De 1.001 até 4.750	De 11 a 30	De 4 a 10
Médio	De 2.001 a 10.000	De 4.751 até 18.975	De 31 a 200	De 11 a 50
Grande	De 10.001 a 40.000	De 18.976 até 47.435	De 201 a 1.000	De 51 a 100
Excepcional	Acima de 40.001	Acima de 47.435	Acima de 1.000	Acima de 100

ANEXO II

Unidade de Referência para Cobrança de Taxa de Licença em UPFMT

Porte do empreendimento	**Mínimo**			**Pequeno**			**Médio**			**Grande**			**Excepcional**		
Nível de Poluição e/ou Degradação	P	M	G	P	M	G	P	M	G	P	M	G	P	M	
Licença Prévia (LP) e Renovação	0,5	1,5	2,5	3,5	7,5	14,5	21,5	31	50	64	70,5	90	102,5	127,5	161,5
Licença de Instalação (LI) e Renovação	4,5	5,5	6,5	12	20	33,5	47,5	66,5	105	133	146,5	184,5	210	259,5	328
Licença de Operação (LO), Licença de Operação Provisória (LOP) e Renovação	2,5	3,5	4,5	6	10	17	24	33,5	52,5	66,5	73	92,5	105	130	164

ANEXO III

CLASSIFICAÇÕES ESPECÍFICAS

Deverão ser aplicadas as seguintes fórmulas para o cálculo do valor da prestação de serviços de licenciamento, independente do potencial poluidor, para atividades classificadas como:

01) Obras Civis e Infraestrutura;

1) Obras Civis e infraestrutura:

1.1 - Condomínios, edifícios residenciais, conjuntos habitacionais e centros comerciais:

Pr(UPF) = preço das licenças em UPF-MT

At = área total do terreno em hectare

Nº unid = número de unidades

1.2 - Loteamentos para fins residenciais, comerciais, distritos industriais e zonas industriais:

Pr(UPF) = preço das licenças em UPF-MT

At = área total a ser loteada em hectare

ANEXO IV

ANÁLISE DE PROJETOS, PLANOS, VISTORIAS TÉCNICAS

A determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados será efetuada mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

1. Custo Total da Análise: CT = (ST + VT + CE + CA) x 0,50

2. Serviços Técnicos: ST = T x H x CH

3. Vistoria Técnica: VT = (T x D x CD) + (V x R x CK) + Hv x Cv

4. Consultoria Externa: CE = CC x H

5. Custo Administrativo: CA = 0,05 x (ST + VT + CE)

Onde:

CT = Custo Total

ST = Serviços Técnicos

VT = Vistoria Técnica

CH = Custo da hora técnico (0,7 UPFMT/hora)

CD = Custos da diária (2 UPFMT/dia)

CK = Custo do quilometro rodado (0,02 UPFMT/km)

CC = Custo da hora consultoria (3 UPFMT/hora)

CE = Consultoria Externa

CA = Custo Administrativo

H = Número de Horas Trabalhadas

D = Número de Dias Trabalhados

R = Total de Km Rodados

T = Número de Técnicos

V = Número de Veículos

Hv = Horas de vôo

Cv = Custo da hora de vôo (UPFMT)

UPF = Unidade Padrão Fiscal de Mato Grosso.

ANEXO V

Nº do Item	Discriminação	Total em UPF/MT
01	Emissão de certidões diversas ou de declaração de dispensa de licenciamento	0,50
02	Emissão de segunda via de licenças	0,50
03	Alteração Cadastral	0,50

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR N.º 077 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

LEI COMPLEMENTAR N.º 077 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera o dispositivo legal que menciona e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. O art. 210 da Lei Complementar nº 001 de 13 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 210. Para licença de até 15 (quinze) dias, a inspeção será feita por médico do setor de assistência do órgão de pessoal e, se por prazo superior, por junta médica oficial.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DOPREFEITO MUNICIPAL, Campinápolis-MT, 14 de novembro de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
DECRETO Nº 2.827, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre Inexigibilidade de Licitação para contratação dos shows artísticos que menciona e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO, Artigo 215 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, a singularidade dos serviços a serem prestados;

CONSIDERANDO, que a dupla "MAYCK & LYAN" é de notório reconhecimento no estilo sertanejo universitário, em toda a extensão do território nacional, atestando, assim, todo o seu renome e sucesso;

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, Art. 25, inciso III;

CONDIRANDO, que a empresa ELCIO MENDES DA SILVA – ME, CNPJ nº 08.618.802/0001-71, especializada em produção e promoção de eventos, é detentora de exclusividade para shows com os artistas supracitados;

CONSIDERANDO, que com a contratação dos referidos artistas, estarão sendo respeitados e concretizados os objetivos da Constituição Federal, do Estado e do Município de Campinápolis - MT, incentivando a cultura tradicional e trazendo alegria e diversão à população do Município e da Região do Vale do Araguaia;

DECRETA:

Art. 1º- Fica Declarada a Inexigibilidade de Licitação para a contratação de empresa especializada em produção e promoção de eventos para realização de show com a dupla MAYCK & LYAN na noite do dia 31/12/2017, nas comemorações do Réveillon 2017/2018, em praça pública do Município de Campinápolis – MT; por meio da empresa **ELCIO MENDES DA SILVA - ME, CNPJ Nº 08.618.802.0001-71**, detentora de exclusividade para contratação dos shows supracitados, para animação das festividades alusivas ao Réveillon 2017/2018 em praça pública, do Município de Campinápolis – MT.

Art. 2º- Fica determinado à Secretaria Municipal de Administração a adoção, no que couber, das providências necessárias à formalização do contrato e o respectivo empenho prévio.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis – MT, 14 de novembro de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
DECRETO MUNICIPAL Nº 2.826, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre Inexigibilidade de Licitação para contratação do show artístico que menciona e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO, a singularidade dos serviços a serem prestados;

CONSIDERANDO, que a cantora Ariely Bonatti é uma profissional da música de notório reconhecimento no estilo gospel, em toda a extensão do território nacional, atestando, assim, todo o seu renome e sucesso;

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, Art. 25, inciso III;

CONDIRANDO, que a empresa REGINALDO S MACHADO - ME, CNPJ nº 12.968.674/0001-63, especializada em produção musical, é detentora de exclusividade para show com a artista supracitada;

CONSIDERANDO, que com a contratação da referida artista, estarão sendo respeitados e concretizados os objetivos da Constituição Federal, do Estado e do Município de Campinápolis - MT, incentivando a cultura tradicional e trazendo alegria e diversão à população do Município e da Região do Vale do Araguaia;

DECRETA:

Art. 1º- Fica Declarada a Inexigibilidade de Licitação para a contratação de empresa especializada em produção e promoção de eventos, para a realização de show gospel com a cantora **Ariely Bonatti**, para realização do "Dia do Evangélico 2017", por meio da empresa exclusiva **REGINALDO S MACHADO - ME, CNPJ nº 12.968.674/0001-63**, para animação do "Dia do Evangélico 2017, no dia 25 de novembro de 2017.

Art. 2º- Fica Determinado à Secretaria Municipal de Administração a adoção, no que couber, das providências necessárias à formalização do contrato e o respectivo empenho prévio.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis – MT, 14 de novembro de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 131/2017

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis torna público aos interessados a Retificação do ANEXO I do Edital de Pregão Presencial RP nº 131/2017, que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de mudas de plantas, defensivos e fertilizantes, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal, que teria sua abertura no dia 22 de novembro de 2017, às 08h00min.

Informamos a retificação dos itens 02, 03, 04, 11 e 14 do **ANEXO I** do edital.

Ficando prorrogada sua abertura para dia 30 de novembro as 14h00min.

O edital na integra, com sua retificação poderá ser obtido junto ao site www.camponovodoparecis.mt.gov

As demais disposições ficam sem alterações.

Campo Novo do Parecis, 14 de novembro de 2017.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
RESOLUÇÃO Nº 007 /2017 - CMAS - CAMPO NOVO DO PARECIS, 11 SETEMBRO DE 2017

Para: Secretário Municipal de Administração : Alvaro José Barbosa

Assunto: Informar Resolução em D.O

Dispõe sobre a troca de numeração da Resolução N°006/2017 para N/007/2017 em virtude de numeração já existente, que trata da certificação e credenciamento de instituição perante CMAS de Campo Novo do Parecis. e dá outras providências.

Através de sua presidente legal Sonnea Cordeiro Zabolotny, com atribuições conferida pela Lei 382/94, de 20.12.1994,da Portaria Nº 352 de 10 de Março de 2017, do Conselho Municipal de Assistência Social e seus conselheiros, realizada em reunião Ordinária sob a Ata de Nº 038/2017 em 03/03/2017.

RESOLVE:

Certificar e credenciar a inscrição

ASP-CNP. ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES PENITENCIARIOS DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, entidade filantrópica sem fins econômicos,com duração de tempo indeterminado,âmbito Municipal,fundada em 20/10/2016, portadora do CNPJ – 26.607.686/0001-77, possui sua sede na Rua Paraná Nº 1665,quadra 93ª,lote A2, NE, Centro, sediada no município de Campo Novo do Parecis- MT, acha-se INSCRITO neste Conselho, sob o numero 023/2017

Este COMPROVANTE DE REGISTRO tem o prazo de validade 03(três) anos a contar desta data.

Por ser expressão da verdade firmamos o presente para que produza os devidos efeitos.

Campo Novo do Parecis, 11 de setembro de 2017.

Sonnea Cordeiro Zabolotny

Presidente CMAS

Portaria Nº 352/2017

PORTARIA Nº 1.057, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei Municipal 1.130/2006, de 11.07.06 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis,

Considerando o Memorando nº 178/2017 proveniente da Secretaria Municipal de Finanças, datado de 08 de novembro de 2017.

R E S O L V E:

1. REVOGAR, com efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2018, a Portaria nº 220, de 14 de abril de 2016, em que concede licença para trato de interesses particulares sem remuneração ao Servidor Municipal **JUPITER LELIS DE SOUZA,** efetivo no cargo Agente Fiscalização Tributária, Obras e Posturas, especialidade Agente de Fiscalização, lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 14 dia do mês de novembro de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
MANDADO DE INTIMAÇÃO

A Comissão de Processo Administrativo nº 025/2017, nomeada pela Portaria nº 962/2017, de 03 de outubro de 2017, no desempenho de suas atribuições, **VEM INTIMAR** Ailton Modesto de Oliveira para depor no dia 21 de novembro de 2017 as 07:30 horas, na sala Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas, localizado na Rua São Luis, 812NE – Nossa Senhora Aparecida, onde está instalada a referida comissão, a fim de prestar esclarecimento nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 025/2017 com a finalidade **ABANDONO da Obra UBS da Rua das Garças, quadra 44. Bairro Olenka. Esta obra originou-se no contrato nº037/2015, executada através do convênio nº 14476859000113002, que o Município firmou com o Ministério da Saúde. E que sua não conclusão poderá acarretar devolução integral do valor do convênio corrigida para o Ministério da Saúde, conforme notificação do próprio Ministério datado de 03 de março de 2016.**

Campo Novo do Parecis-MT, 10 de novembro de 2017.

Raymilson Santana

Presidente

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 213/2017

PORTARIA Nº 213/2017 - RETIFICAÇÃO "Retifica a PORTARIA 106/2017, que concedeu benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição – Especial de Professora, em favor da Sra. NEUSA BERNARDETE COSTA".

O Diretor Executivo do FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - Retificar a Portaria nº 106/2017, publicada no dia 20 de jumho de 2017, corrigindo o erro material constante na grafia do nome da beneficiada, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê: "**NEUSA BERNADETE COSTA**"

Leia-se: "**NEUSA BERNARDETE COSTA**"

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 14 de novembro de 2017.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO RP 137/2017

ABERTURA: 30 de novembro de 2017.

CREDENCIAMENTO: a partir das 08h00min.

INÍCIO DA SESSÃO: 30 de novembro de 2017 às 08h15min.

OBJETO: **Registro de preços para futura e eventual Contratação dos Serviços de Perícia Médica com Objetivo de Efetuar Perícias Necessárias a Concessão de Auxílio - doença, Readaptação Funcional ou Aposentadoria por Invalidez aos Servidores Públicos Municipais.**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 14 de novembro de 2017**.**

Leandro Nery Varaschin Pregoeiro

PORTARIA Nº 1.055, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei Municipal 1.130/2006, de 11.07.06 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis,

Considerando o Memorando nº 1.230/2017 proveniente da Secretaria Municipal de Saúde, datado de 10 de novembro de 2017.

R E S O L V E:

1. REVOGAR, a partir desta data, a Portaria nº 370 de 15 de março de 2017, a qual concede Licença para Trato de Interesses Particulares, ao servidor Municipal, **RICARDO GONÇALVES MACHADO,** cargo Motorista Veículos Pesados, matrícula funcional 1.537, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 13 dia do mês de novembro de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO 125/2017

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA**, na modalidade pregão (presencial) **n° 125/2017** a se realizar no dia **30/11/2017, as 8hr30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 14 de novembro de 2017.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 157/2017

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 157/2017, CORREPONDENTE AO PREGÃO 028/2017, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE E A EMPRESA DICAMP DIAGNÓSTICO POR IMAGEM EIRELI.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE, inscrita no CNPJ nº 24.950.495/0001-88, com endereço à Praça dos Três Poderes, Campo Real II, no Munícipio de Campo Verde-MT, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, senhor FÁBIO SCHROETER, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade no 3296068-5 SSP/PR, CPF no 346.080.601-04, residente e domiciliado no município de Campo Verde - MT, e de outro lado, DICAMP DIAGNÓSTICO POR IMAGEM EIRELI, inscrita no CNPJ nº 13.431.461/0001-60, com endereço à Rua João Pessoa, nº 1095 – Bairro Campo Real, Campo Verde-MT, representada por JOSÉ FERNANDO CURY, titular da empresa, portador da Carteira de Identidade RG nº 0345217-4 SJSP/MT e inscrito no CPF sob nº 219.006.040-00; RESOLVE celebrar o presente TERMO DE APOSTILAMENTO, que será regido pela Lei 8666/93 e suas alterações pertinentes e também pelas cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica designado como Fiscal a servidora IVANIA DA COSTA CONCEIÇÃO MEINKE, Matrícula 6223, CPF nº 429.720.001-53, para desempenhar o acompanhamento e fiscalização desta ata de registro de preço.

CLÁUSULA SEGUNDA: Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais da ata de registro de preço nº 157/2017, bem como suas alterações.

Campo Verde - MT, 13 de novembro de 2017.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO

JOSÉ FERNANDO CURY

DICAMP DIAGNÓSTICO POR IMAGEM EIRELI

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 050 - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 050

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Concurso Público nº 001/2015, homologado em 09 de Abril de 2015, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Concurso Público 001/2015, para comparecer(em), no prazo de **30 (trinta) dias** na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Supervisão de Recursos Humanos, a fim de:

a) Apresentar(em) os documentos exigidos para efetiva nomeação e posse, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

b) Agendar o Exame Médico Pericial, na forma do item 17.7 do Edital de Abertura.

II - O(s) candidato(s) que deixar(em) de comparecer no prazo acima indicado será preterido do direito de posse, implicando na desistência da vaga.

Campo Verde/MT, 16 de Novembro de 2017.

Cargo: **004 – Operador de Máquinas**

Colocação	Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final
4	0000005923	MARCOS FARIAS QUEIROZ	11/11/1985	82

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 018/2017, DE 14/11/2017, PARA LIMPEZA DOS LOTES VAZIOS SUJOS E IMÓVEIS PREDIAIS SUJOS , NO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE (MT), NO PRAZO MÁXIMO DE 05(CINCO) DIAS.

Campo Verde (MT), 14/11/2017.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 018/2017, DE 14/11/2017, PARA LIMPEZA DOS LOTES VAZIOS SUJOS E IMÓVEIS PREDIAIS SUJOS , NO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE (MT), NO PRAZO MÁXIMO DE 05(CINCO) DIAS.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular da Secretaria Municipal de Obras e Viação, nos termos do Decreto º 023/2016, de 23/03/2016, artigo 20, § 1º, 2º e 3º, da Lei complementar nº 45/2014, de 19/12/2014, artigo 331, Tabela de Serviço - VI, § Único, e da Lei complementar nº 018/2009, que altera o artigo 26 da lei complementar nº 001/1994, de 19/12/1994, item XXVII; **NOTIFICA**, os sujeito(s) passivo(s), abaixo relacionados, para que procedam a LIMPEZA DOS LOTES ETERRENOS BALDIOS, no prazo máximo de 05 (CINCO) dias, a contar da publicação deste edital.

O não atendimento ao disposto neste EDITAL, e no prazo previsto, A Prefeitura, executará a limpeza dos respectivos lotes e terrenos baldios, e em sequência efetuará a cobrança de taxa de limpeza ao valor de 2,31 [dois, vírgula trinta e uma] (UPF/CV), por M² [metro quadrado] de cada lote, além de multas ao valor de 05 (CINCO) UPF/MT, por lote, aos proprietários, ficando os mesmos, sujeitos à inscrição em dívida ativa e a imediata execução judicial.

O presente EDITAL intima os sujeito(s) passivo(s), a comparecerem, em dia útil, no horário normal de atendimento, na sede da Secretaria municipal de Obras e Viação, deste município, no prazo de **05 (CINCO**) dias, a contar desta publicação, para recurso ou defesa da referida notificação.

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita à intimação no 05 (quinto) dia após a publicação deste Edital.

SUJEITOS PASSIVOS:

NOME

CPF/CNPJ

Nº DA NOTIFICAÇÃO

MAGNUS ALBERTO BLOCK

698.089.371-87

230/17

SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA FILHO

798.898.168-49

260/17

TITULAR DO ÓRGÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

NOME :

FABIANO TERUEL

PORTARIA:

030/2015

CARGO:

SECRETÁRIO MUNICIPAL

SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO

(SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO)

NOME:

MÁRCIO R. DA SILVA

MATRÍCULA:

4364

CARGO:

FISCAL MUNICIPAL

DATA DE AFIXAÇÃO:

16/11/2017

DATA DE DESAFIXAÇÃO:

20/11/2017

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA

Assunto: INEXECUÇÃO DE ENTREGA

PREGÃO: 022/2017

NOTIFICADO: EMAM – EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA

CNPJ: 04.420.916/0003-13

VÁRZEA GRANDE/MT.

1. Vimos através da presente, **NOTIFICAR** a empresapela não entrega total dos itens constante(s) na(s) PAE – Pedido e Autorização de Empenho 4837/2017 (parcial), **conforme prazo de entrega estipulado no Edital**.

2. Tendo a Contratada descumprido as obrigações das quais assumiu perante a Ata de Registro de Preços nº 041/2017, FICA ESTA EMPRESA **NOTIFICADA** PARA, QUERENDO, ENTREGAR OS ITENS/ OU APRESENTAR DEFESA PRÉVIA REFERENTE AO DESCUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES, NO **PRAZO DE 05(CINCO) DIAS ÚTEIS**, a contar da data de PUBLICAÇÃO desta Notificação.

3. A NÃO ENTREGA DOS ITENS/OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA, NO PRAZO FIXADO, implicará a contratada o imediato CANCELAMENTO de qualquer ATA/CONTRATO firmado com está Administração Pública.

4. Após a Publicação do Termo de Cancelamento, será encaminhado o processo administrativo para o setor jurídico desta Administração, para aplicação das penalidades previstas no referido Edital com base na lei 10. 520/2002, subsidiariamente com a lei 8.666/93 e suas alterações.

5. Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Campo Verde-MT, 14 de novembro de 2017.

ANA CAROLINA S. BRAGA BLUME

Supervisora de Compras e Licitações

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DA CONCORRÊNCIA Nº 003/2017

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que a empresa SALIM ESFIHARIA E LANCHONETE EIRELI – ME, CNPJ 70.499.728/ 0001-95, sagrou-se vencedora do lote único da CONCORRÊNCIA Nº 003/ 2017, cujo objeto é a CONCESSÃO ONEROSA DE USO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE ESPAÇO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT, totalizando 12 pontos e com oferta de valor correspondente a 450 UPFCV. Campo Verde, 14 de novembro de 2017. Ana Carolina S. B. Blume – Presidente da CPL.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 017/2017, DE 14/11/2017, DOS LANÇAMENTOS DOS AUTOS DE INFRAÇÃO, POR DESCUMPRIMENTO DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, QUANTO À LIMPEZA DOS LOTES VAZIOS E SUJOS NO MUNICÍPIO.

Campo Verde (MT), 14/11/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 017/2017, DE 14/11/2017, DOS LANÇAMENTOS DOS AUTOS DE INFRAÇÃO, POR DESCUMPRIMENTO DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, QUANTO À LIMPEZA DOS LOTES VAZIOS E SUJOS NO MUNICÍPIO, CONFORME EDITAIS DE PUBLICAÇÕES Nº 008/2017, de 28/09/2017, e de Nº 016/2017, de 08/11/2017.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular da Secretaria Municipal de Obras e Viação, nos termos do Decreto º 023/2016, de 23/03/2016, artigo 20, § 1º, 2º e 3º, da Lei complementar nº 45/2014, de 19/12/2014, artigo 331, Tabela de Serviço - VI, § Único, e da Lei complementar nº 018/2009, que altera o artigo 26 da lei complementar nº 001/1994, de 19/12/1994, item XXVII;

Resolve,

Impor aos sujeito(s) passivo(s), abaixo relacionados, multas ao valor de 05 (CINCO) UPF/MT, por lote, e cobrança de taxa limpeza ao valor de 2,31 [dois, virgula, trinta e uma] (UPF/CV), por M² [metro quadrado] de cada lote, aos proprietários dos lotes e terrenos baldios sujos, do município, não limpos no prazo estipulado, **CONFORME EDITAIS DE PUBLICAÇÕES Nº 008/2017, de 28/09/2017, e de Nº 016/2017, de 08/11//2017,** ficando os mesmos, sujeitos à inscrição em dívida ativa e a imediata execução judicial.

O presente EDITAL, intima os sujeito(s) passivo(s), a comparecerem, em dia útil, no horário normal de atendimento, na sede da Secretaria munici-

pal de Obras e Viação, deste município, no prazo de **15 (QUINZE**) dias, a contar desta publicação, para recurso ou defesa da referida notificação de autuação de infração.

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15 (décimo quinto) dia após a publicação deste Edital.

-SUJEITOS PASSIVOS:

NOME COMPLETO/RAZÃO SOCIAL

CPF/CNPJ

Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO

IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS DE CAMPO VERDE

10.692.450/0001-46

083/17

VALMIR OLMEDO

020.428.061-37

084/17

MARLLON BARROS ARAGÃO

040.294.091-13

085/17

SÉRGIO PINTO

663.184.679-04

086/17

SADI FERREIRA

242.168.012-34

087/17

PAULO CESAR BRAZ JUNIOR

010.058.581-79

088/17

JOSILENE ESTAMILO CANDIDO

869.508.781-68

089/17

JOSÉ ROBERTO MATIAS DA COSTA

654.670.431-53

090/17

EDICARLOS LACERDA DE OLIVEIRA

568.161.971-00

091/17

VALDECIR FORNARI

814.283.329-87

092/17

LUCIANA MARIA KLAMT

484.481.680-20

093/17

TITULAR DO ÓRGÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

NOME :

FABIANO TERUEL

PORTARIA:

030/2015

CARGO:

SECRETÁRIO MUNICIPAL

SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO

(SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO)

NOME:

MÁRCIO R. DA SILVA

MATRÍCULA:

4364

CARGO:

FISCAL MUNICIPAL

DATA DE AFIXAÇÃO:

16/11/2017

DATA DE DESAFIXAÇÃO:

30/11/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL "SRP" Nº 43/2017

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 67/2017, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, comunicar a RETIFICAÇÃO do Edital do Pregão Presencial 43/2017, do tipo menor preço por item, objetivando a aquisição parcelada de matérias e equipamentos de informática, ficando alterada a redação do item abaixo.

ITEM 14:

Onde se lê:

Impressão laser monocromática com tecnologia Wi-Fi e Fast Ethernet, suprimentos compatíveis cartucho HP LaserJet preto, CE285A, marca de referência igual ou superior HP P1102W.

Leia-se:

Impressora matricial compatível com o sistema de impressão do DETRAN, modelo referência utilizado Epson FX 2190.

Ficam mantidas todas as demais disposições editalícias.

Campos de Júlio – MT, 14 de novembro de 2017.

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL "SRP" Nº 44/2017

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT torna público que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob o nº **44/2017**, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com a finalidade de **REGISTRAR PREÇOS PARA AQUISIÇÕES PARCELADAS DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA ATENDER A DEMANADA DO DAE, c**ujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. A abertura está marcada para o dia **04/12/2017**, às **08h00 (oito horas)** do horário local, no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Campos de Julio - MT, situado à Av. Valdir Masutti, 779-W, Bairro Bom Jardim.

Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Julio – MT, de segunda à sexta, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, ou no site www.camposdejulio.mt.gov.br. Informações através do fone (65) 3387-2800 e

do e-mail licitacao5@camposdejulio.mt.gov.br, licitacao2@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 14 de novembro de 2017.

Marcelo José Batista dos Santos Lino - Pregoeiro

Decreto nº 067/2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS Nº 02/2017 - AVISO DE ABERTURA

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, torna público que está realizando Chamada Pública visando a seleção de organizações da sociedade civil interessadas em celebrar termos de colaboração que tenham por objeto a execução de projetos voltados à execução de aulas/treinamentos de artes marciais na modalidade Karatê e à realização de oficinas/aulas de danças para os projetos culturais/sociais do município, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos, de acordo com a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e no Decreto Municipal nº 51, de 09 de junho de 2017.

Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Julio – MT, de segunda à sexta, das 07h00 às 11h00 e 13h00 as 17h00, ou no site www.camposdejulio.mt.gov.br.

Informações através do fone (65) 3387-2800.

Os Planos de Trabalho e as respectivas propostas deverão ser apresentados entre os dias 17/11/2017 e 18/12/2017.

Campos de Júlio - MT, 14 de novembro de 2017.

Delonei Valmorbida

Presidente da Comissão de Seleção

LEI Nº. 858, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre aS DIRETRIZES PARA ALTERAÇÃO E EXECUÇÃO DA Lei orçamentária ANUAL DE 2018 e dá outras providências.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1° O orçamento do Município de Campos de Júlio para o exercício de 2018 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nessa lei, compreendendo:

I – as metas fiscais;

II- prioridades e metas da administração pública municipal;

III- a estrutura e organização dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do município e suas alterações;

V - as disposições relativas à dívida pública municipal;

VI - as disposições relativas às despesas com pessoal e seus encargos sociais;

VII- as disposições sobre alterações na legislação tributária do município;

VIII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2° A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2018 e sua execução deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo constante dessa lei.

Parágrafo único. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o artigo 4°, §§ 1°, 2° e 3° da Lei Complementar n° 101/2000:

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do exercício anterior;

III – Demonstrativo III – Das Metas Fiscais Atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

IV - Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo V – Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

VI - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VII - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

VIII– Anexo III – Metodologia e memória de cálculo das metas anuais para o resultado primário;

IX – Anexo IV – Metodologia e memória de cálculo das metas anuais para o resultado nominal:

X– Anexo V – Metodologia e Memória de cálculo das metas anuais para o montante da dívida;

XI – Anexo VI – Demonstrativo da receita corrente líquida;

XII – Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

XIII- Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e destinação dos recursos;

XIV – Anexo IX – Relatório sobre Projetos em execução e despesas com

.

conservação do patrimônio público;

XV – Anexo X – Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por ações;

XVI– Anexo XI– Relatório das metas e prioridades das despesas por programas.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2018 são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2018 e na sua execução, não se constituindo todavia em limite à programação da despesa.

Parágrafo único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo de categorias de prioridades, durante a execução orçamentária, que não estejam contempladas nessa lei.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Para efeito desta lei, entende-se por:

I – programa: O instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual.

II – ação: Um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III- atividade: Um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

IV – projeto: Um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

V – operação especial: As despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VI – subtítulo: O menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;

VII – unidade orçamentária: O menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VIII – concedente: O órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

IX– convenente: O órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais e as entidades privadas, com os quais a administração municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

X– descentralização de créditos orçamentários: A transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre esses;

XI – receita ordinária: Aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competências de outras esferas de governo;

XII – execução física: A autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XIII– execução orçamentária: O empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XIV– execução financeira: O pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1° Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando a respectiva identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico situacional do programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento.

§ 2° O produto e a unidade de medida a que se refere o § 1° deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual de 2018/2021.

§ 3° As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 4° As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 5 ° Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 6° A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior a função, deverá evidenciar cada área de atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 5º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 6º Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria n° 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial n°. 163 de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

§ 1° A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), Gestão de Políticas Públicas (G), da seguridade social (S) ou de investimento das empresas estatais (I).

§ 2° Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I – pessoal e encargos sociais – 1;

II – juros e encargos da dívida – 2;

III – outras despesas correntes – 3;

IV – investimentos – 4;

V – inversões financeiras – 5;

VI - amortização da dívida – 6.

§ 3° A Reserva de Contingência, prevista no artigo 23 dessa lei, será identificada pelo digito “9”, no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 4° Nenhuma ação poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras primárias.

§ 5° A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I – mediante transferência financeira:

a) a outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades;

b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições;

II – diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de governo.

§ 6° O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme artigo 15 da Lei n° 4.320/64.

§ 7° É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 8° As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita e o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal será composto de:

I – texto da lei;

II– quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e parágrafo único da Lei nº 4. 320/64;

III– anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

IV– discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

V – anexo do orçamento de investimento a que se refere o artigo 165 § 5°, inciso II da Constituição, na forma definida nessa lei.

Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, os seguintes demonstrativos:

I – Receita e despesa, segundo as categorias econômicas, conforme o anexo 1 da Lei n° 4.320/64;

II – Receita por categorias econômicas, conforme o anexo 2 da Lei n° 4. 320/64;

III – Natureza da despesa por categorias econômicas, conforme o anexo 2 da Lei n° 4.320/64;

IV – Funções de subfunções de governo, conforme o anexo 5 da Lei n° 4. 320/64;

V – Programa de trabalho de governo, conforme o anexo 6 da Lei n° 4. 320/64;

VI – Programa de trabalho de governo – Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por projetos, atividades e operação especiais, conforme o anexo 7 da Lei n° 4.320/64;

VII – Demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas de acordo com o vínculo com os recursos, conforme o anexo 8 da Lei n° 4. 320/64;

VIII – Demonstrativo da despesa por órgãos e funções, conforme anexo 9 da Lei n° 4.320/64;

IX – Demonstrativo da evolução da receita, conforme artigo 22, inciso III, da Lei n° 4320/64 e artigo 12 da Lei Complementar n°. 101/2000;

X – Demonstrativo da evolução da despesa, conforme artigo 22, inciso III da Lei n° 4.320/64;

XI – Planilha de identificação dos projetos, atividades e operações especiais por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnostico situacional do programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento;

XII – Descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIII– Demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal n° 9. 394/96;

XIV– Demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

XV – Demonstrativo da receita corrente liquida com base no artigo 2°, inciso IV da Lei Complementar n° 101/2000;

XVI– Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins de atendimento ao disposto no artigo 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar n° 101/2000;

XVII – Demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata ao artigo 22, parágrafo único, I da Lei 4.320/64 conterá:

I – exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis;

II– Justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º A estimativa da receita e a fixação da despesa constante do projeto de lei orçamentária serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 10. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, ficando autorizado a abertura de crédito suplementares até o limite de vinte por cento nos termos do artigo 167 da Constituição Federal e da Lei nº. 4.320/64,

Art. 11. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 12. A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 13. Na elaboração da proposta orçamentária para 2018 o Poder Executivo poderá aumentar ou reduzir as metas físicas estabelecidas nessa lei e identificadas no respectivo Anexo, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

Seção II

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 14. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar *superávit* primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Seção III

Do Incentivo à Participação Popular

Art. 15. O projeto de lei orçamentária anual, relativo ao exercício de 2016, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I – o princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II – o princípio de transparência implica, além da observação ao Princípio Constitucional da Publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento;

Art. 16. Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

Seção IV

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 17. Na ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do artigo 9º, e no inciso II do § 10 do artigo 31 da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão a respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no *caput* desse artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável.

§ 2º Excluem-se do *caput* desse artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 3º No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o *caput* desse artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I – com pessoal e encargos patronais;

II – com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45, da Lei Complementar nº. 101/2000.

§ 4° Na hipótese de ocorrência do disposto no *caput* desse artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Seção V

Da inclusão de novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público

Art. 18. Observadas as prioridades a que se refere o artigo 3° dessa lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais somente poderão incluir novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias, dos fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista nas seguintes hipóteses:

I – houver sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III – estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio;

IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Seção VI

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 19. Para os efeitos do artigo 17 da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3°, aquelas cujo valor não ultrapasse para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do artigo 25 da Lei Federal n°. 8.666/93, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção VII

Da destinação de recursos para Entidades Públicas e Privadas

Art. 20. A transferência de recursos do tesouro municipal a entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural e esportivo e de cooperação técnica destinada à divulgação de atos institucionais da administração pública e demais programas e campanhas nas áreas da saúde, educação, assistência social, esporte, cultura e arrecadação tributária e demais áreas de atendimento ou de interesse público, e dependerá de autorização em lei específica, consoante previsto no artigo 4º, I "f" e 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal, ressalvadas as transferências realizadas mediante convênio com as associações e confederações voltadas à representação do poder público municipal junto às demais esferas de governo.

§ 1º Para recebimento de recursos referidos no *caput*, as entidades privadas, sem fins econômicos, preencher os requisitos estabelecidos no Decreto Municipal 51/2017 de 9 de junho de 2017.

§ 2° As entidades privadas sem fins econômicos, beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão a fiscalização do Poder Executivo, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3° As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas de acordo com os prazos estabelecidos no artigo 55 do Decreto Municipal 51/2017 e recebimento do recurso, consoante previsto no artigo 70, parágrafo único, da Constituição Federal.

§ 4º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas nesse artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução dependerão ainda de:

I– publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II– identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio, celebrado com as associações e confederações voltadas à representação do poder público municipal junto às demais esferas de governo.

Seção VIII

Da Autorização para Custeio de Despesas de Competência da União, do Estado e Município.

Art. 21. Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas de responsabilidade de outras esferas de Governo que venham oferecer benefícios à população do município, desde que existam recursos orçamentários disponíveis, tais como:

I – Empaer;

II – Polícias Civil e Militar;

III – Indea;

IV – Sema;

V – Tribunal Regional Eleitoral;

VI – Exatoria Estadual;

VII – IBAMA;

VIII-CIRETRAN;

IX-demais órgãos afins

X – Conselho da Comunidade da Comarca de Comodoro – CCCC

Seção IX

Das Diretrizes Especificas do Orçamento de Investimento

Art. 22. O orçamento de investimento, previsto no artigo 165, § 5°, inciso II, da Constituição Federal, será representado, para cada empresa em que o município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será de forma a evidenciar os recursos:

I – gerados pela empresa;

II – oriundos de transferências do município;

III – oriundos de operações de crédito internas e externas;

IV – de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

Seção X

Da Destinação de Reserva de Contingência

Art. 23. A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor até 2% (dois por cento) da receita corrente liquida prevista para o exercício de 2016, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Seção XI

Das Normas para controle de custos e avaliação de resultado

Art. 24. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 25. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 26. O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir na composição da receita total do município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projeto e atividades financiados por estes recursos.

Art. 27. A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no artigo 38 da Lei Complementar n° 101/2000.

Art. 28. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no artigo 20, III, da Lei Complementar n° 101/2000.

Art. 29. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos no artigo 19 e 20 da Lei Complementar n° 101/2000:

I-eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II- eliminação das despesas com horas extras;

III- exoneração de servidores e agentes públicos ocupantes de cargos em comissão;

IV- demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30. No exercício financeiro de 2018, as despesas com pessoal dos Poderes Executivos e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 31. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 19, da Lei Complementar nº 101/2000, a adoção das medidas de que tratam os § 3° e § 4° do artigo 169 da Constituição Federal preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 32. Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 101/2000, a contratação de hora-extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de saúde e de saneamento.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 33. A estimativa de receita que constará do projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2018 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Art. 34. A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I – atualização da planta genérica de valores do município;

II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV – revisão da legislação referente ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza-ISSQN;

V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis-ITBI;

VI – Instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;

VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII – revisão da isenção de tributos municipais para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1° Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ 2° A parcela de receita orçamentária prevista no *caput* desse artigo que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual a Câmara Municipal poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2017.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no *caput* desse artigo, em conformidade com o parágrafo único do artigo 25 da Lei Orgânica Municipal.

§ 2º Caso a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo

Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 36. É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 37. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no artigo 8° da Lei Complementar n°. 101/2000.

Art. 38. Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do chefe do Poder Executivo.

Art. 39. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de previa autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal n°. 4.320/64 e da Constituição Federal.

§ 1º A Lei orçamentária anual conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposição de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 40. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do município ou não, durante o exercício de 2018.

Art. 41. O custo global de obras e serviços contratados e executados com recursos do orçamento municipal ou de convênios firmados com a união e com o estado será obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços menores ou iguais à mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, mantido e divulgado, na *internet,* pela Caixa Econômica Federal, e, no caso de obras e serviços rodoviários, à tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias - SICRO.

§ 1º Em obras cujo valor total contratado não supere o limite para Tomada de Preços, será admitida variação máxima de 20% (vinte por cento) sobre os custos unitários de que trata o *caput* desse artigo, por item, desde que o custo global orçado fique abaixo do custo global calculado pela mediana do SINAPI.

§ 2º Nos casos em que o SINAPI e o SICRO não oferecerem custos unitários de insumos ou serviços, poderão ser adotados aqueles disponíveis em tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública municipal, ou na sua falta, a tabela federal, incorporando-se às composições de custos dessas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI e do SICRO.

§ 3º Somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos ou seu mandatário, poderão os respectivos custos unitários exceder limite fixado no *caput* e § 1º desse artigo, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle interno e externo.

§ 4º O órgão ou a entidade que aprovar tabela de custos unitários, nos termos do § 2º desse artigo, deverá divulgá-los pela internet e encaminhá-los à Caixa Econômica Federal.

§ 5º Deverá constar do projeto básico a que se refere o art. 6º, inciso IX, da Lei no 8.666, de 1993, inclusive de suas eventuais alterações, a anotação de responsabilidade técnica e declaração expressa do autor das planilhas orçamentárias, quanto à compatibilidade dos quantitativos e dos custos constantes de referidas planilhas com os quantitativos do projeto de engenharia e os custos do SINAPI, nos termos desse artigo.

§ 6º A diferença percentual entre o valor global do contrato e o obtido a partir dos custos unitários do SINAPI ou do SICRO não poderá ser reduzida, em favor do contratado, em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

§ 7º Serão adotadas na elaboração dos orçamentos de referência os custos constantes das Tabelas SINAPI e SICRO locais e, subsidiariamente, as de maior abrangência.

§ 8º O preço de referência das obras e serviços será aquele resultante da composição do custo unitário direto do SINAPI e do SICRO, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI incidente, que deve estar demonstrado analiticamente na proposta do fornecedor.

§ 9º O disposto nesse artigo não obriga o licitante vencedor a adotar custos unitários ofertados pelo licitante vencido.

Art. 42. Essa lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campos de Júlio, 10 de novembro de 2017.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 349/2017

PORTARIA N. 349/2017, de 14 de Novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COORDENADOR SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **GLEISON MORAIS VIDA**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1666752-2, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 031.109.711-19, para exercer o cargo de **COORDENADOR SUBSTITUTO DA AGÊNCIA DE TRÂNSITO**, tendo como função a Chefia da Agência Municipal de Trânsito, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 14 de Novembro de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 350/2017

PORTARIA N. 350/2017, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - - Conceder a LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO pelo período de 02 (Dois) anos para trato de assuntos particular ao Servidor Público Municipal Lenilson Marques da Silva, matricula 1762, ocupante do cargo efetivo de Motorista de Veículos Pesados, lotado na **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS E URBANISMO - SINSPU**.

PERIODO DE GOZO DA LICENÇA
13/11/2017 A 13/11/2019

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito, em 14 de Novembro de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 351/2017

PORTARIA N. 351/2017, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COORDENADORA DE PATRIMÔNIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. **THAIS FREITAS GONÇALVES**, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 6071648, emitido por SSP/GO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 068.238.981-19, para exercer o cargo de **COORDENADORA DE PATRIMÔNIO**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a 13 de Novembro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 14 de Novembro de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO CPL Nº. 057/2017

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO CPL Nº. 057/2017

DO OBJETO: Termo de Rescisão Amigavel ao Contrato de Prestação de Serviços de Transporte Escolar CPL 057-2017 Firmado pela Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e o Sr Américo Benedito dos Santos;

DATA: Canabrava do Norte, 09 de Novembro de 2.017;

ASSINANTES: João Cleiton Araújo de Medeiros - Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte/MT – **Contratado:** Américo Benedito dos Santos.

Domingos Dias

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 348/2017

PORTARIA N. 348/2017, de 14 de Novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COORDENADOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **RONALDO EVANGELISTA DA ROCHA**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 2330429-4, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 048.251.841-38, para exercer o cargo de **COORDENADOR**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 14 de Novembro de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 352/2017

Portaria 352/2017 de 14 de Novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte-MT, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o Art. 83º,II e III da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO: o atestado medico de 06/11/2017 Dr. João Paulo Lago CRM-MT 9238.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **LICENÇA MATERNIDADE** por 120 (cento e vinte) dias no período de 06/11/2017 a 06/03/2018 a servidora **VALDIMIRIA PEDROSA MULLER**, comissionada no cargo de CHEFE DE SEÇÃO, matricula 1939.

Art. 2º - Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros e providências inerentes a presente.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Retroagindo seus efeitos para 06 de novembro de 2017.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte-MT, 14 de Novembro de 2017.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº. 075/2017

EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº. 075/2017

DO OBJETO: prestação de serviço de Transporte Escolar para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte;

VIGÊNCIA: 2 meses;

DO VALOR: R$ 4.812,50;

DATA: Canabrava do Norte, 09 de Novembro de 2.017;

ASSINANTES: João Cleiton Araújo de Medeiros - Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte/MT – **Contratado:** João de Oliveira.

Domingos Dias Pinto

Pregoeiro

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO CPL Nº. 064/2017

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO CPL Nº. 064/2017

DO OBJETO: Termo de Rescisão Amigavel ao Contrato para contratação de empresa para prestação de serviços de Arquitetura CPL 064-2017 Firmado pela Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a Empresa FRANCYS G. SCHIRMANN - EPP;

DATA: Canabrava do Norte, 04 de Novembro de 2.017;

ASSINANTES: João Cleiton Araújo de Medeiros - Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte/MT – **Contratado:** Francys G. Schirmann - EPP.

Domingos Dias

Pregoeiro

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO CPL Nº. 073/2017

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO CPL Nº. 073/2017

DO OBJETO: Termo de Rescisão Amigavel ao Contrato para prestação de serviços médicos para atendimento na UBS Urbana CPL 073-2017 Firmado pela Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a Empresa I.X de Lima EPP;

DATA: Canabrava do Norte, 12 de Novembro de 2.017;

ASSINANTES: João Cleiton Araújo de Medeiros - Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte/MT – **Contratado:** I.X de Lima EPP.

Domingos Dias

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

GABINETE
PORTARIA N° 706/2017

De 31 de outubro de 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MEIRE ROBERTA ANDRADE LIMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora Meire Roberta Andrade Lima por um período de 30 dias.Sendo:

-Gozo de 10 dias no periodo de 06/12/2017 a 15/12/2017;

-Gozo de 20 dias no periodo de 02/01/2018 a 22/01/2018;

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 02/08/2016 a 01/08/2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 31 de outubro de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº705/2017

De 31 de outubro de 2017.

Altera Período de férias do servidor Rone Clay Ribeiro e da outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º – Alterar período de gozo de férias dO servidor Rone Clay Ribeiro,agendado por meio da portaria n° 457/2016 de 20 de dezembro de 2016,para 10 de novembro de 2017 a 09 de dezembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 31 de outubro de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
DECRETO Nº 2851/2017

De 13 de Novembro de 2017

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por anulação parcial ou total de dotações orçamentárias de acordo com Artigo 43 da Lei nº 4.320/64.

O Prefeito Municipal de Canarana - MT, o **Sr. Fábio Marcos Pereira de Faria**, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal nº 1.265/2016 de 19 de outubro de 2016.

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto no Orçamento Anual da Câmara Municipal de Canarana, no Exercício Financeiro de 2017, Crédito Adicional Suplementar no valor total de R$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais) destinados a atender as seguintes dotações:

Órgão: CAMARA MUNICIPAL

Unidade: CAMARA MUNICIPAL

01.01.01.031.0001.2.002-3.3.90.30.00.–Material de Consumo R$ 15.000,00

01.01.01.031.0001.2.002-3.3.90.39.00.–Outros serviços de Terceiro-PJ R$30.000,00

T O T A L R$ 45.000,00

Artigo 2º - Para cobertura da suplementação que trata o artigo anterior será utilizado recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: CAMARA MUNICIPAL

Unidade: CAMARA MUNICIPAL

01.01.01.031.0001.2.002-3.1.90.11.00– Vencimentos e Vant. Fixas R$ 45.000,00

T O T A L R$ 45.000,00

Artigo 3º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Canarana - MT, 13 de novembro de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
DECRETO 2850/2017.

De 10 de novembro de 2017.

Altera nomenclatura e membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Canarana – MT.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, em cumprimento da Lei Municipal nº. 1.326 de 08 de novembro de 2017,

DECRETA:

Art.1º – Fica alterada a nomenclatura do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Canarana – MT, aprovada pela **Lei Municipal** nº 1.326 de 08 de novembro de 2017, que passará a ser **Conselho Municipal de Planejamento**, em conformidade com o Art. 148, § 1.º da Lei Orgânica, na Seção II, que trata do Plano Diretor.

Art. 2.º - Fica nomeados os membros que integrarão o Conselho Municipal de Planejamento composto da seguinte forma:

I – **Quatro representantes do Poder Público Municipal:**

a) **Secretaria de Administração**:

Titular – Eliane de Oliveira Felten;

Suplente – Ilse Teresinha Götz;

b) **Secretaria de Obras e Viação Pública:**

Titular – Vilson Biguelini;

Suplente – Elaine Cristina Cerdan Rufo Rodrigues;

c) **Secretaria de Assistência Social:**

Titular – Liziana Wisch;

Suplente - Thatiana Timo Carneiro dos Santos;

d) **Secretaria de Saúde**

Titular – Ruberlan da Silva Rezende;

Suplente – Paulo José Gonçalves;

II– **Dois representantes da Câmara Municipal:**

Titular – Rafael Govari;

Suplente – Emmanuel Luis Magni;

Titular – Ederson Porsch;

Suplente – Robson Wainer dos Santos Barbosa;

III – **Um representante dos Movimentos Sociais e Populares:**

Titular – Carlos Gomes Araujo;

Suplente – Gizele Zimmermann;

IV – **Um representante de Entidades Empresariais:**

Titular – Edirce Porsch Muller;

Suplente – Marizangela Schimidt;

V – **Dois representantes de Entidade Sindical de Trabalhadores**:

Titular – Maristela Furlan Becker da Rosa;

Suplente – Lucas Catalani Pirani;

Titular – Olmar Goldoni;

Suplente – Beatriz Jesus da Silva;

VI - **Um representante de Entidade Acadêmica e de Pesquisa:**

Titular – Alexis Vinicius de Aquino;

Suplente – Carla Alves Caetano;

VII –**Um representante de Entidades Profissionais:**

Titular – Niccolas Ricardo Renck;

Suplente – Morgana Avrella Turra;

VIII –**Três representantes das Entidades Não Governamentais**:

Titular – Nilsa Raquel Dias;

Suplente – Valdoir Favreto;

Titular – Diogo Cardoso Ferreira;

Suplente – Anderson Valentim Zanetti;

Titular - Rodrigo Piccinini;

Suplente – Uender Santos Pereira.

Art.2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3.º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n.º 2809/2017 de 10 de maio de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, 10 de novembro de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA N° 704/2017

De 31 de outubro de 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FATIMA APARECIDA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora Fatima Aparecida da Silva, por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 01/11/2017 a 30/11/2017.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 18/08/2016 a 17/08/2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 31 de outubro de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal .

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2017

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que a licitação na modalidade **Tomada de Preços Nº 006/2017**, do tipo Obras e Serviços de Engenharia, cujo objeto é a **Contratação de empresa para Implantação e Adequação de calçadas com acessibilidade em áreas centrais e passeios públicos de Canarana-MT, conforme contrato de repasse nº 840989/201/MCIDADES/CAIXA, conforme especificações do edital**, que a realização da sessão pública, anteriormente marcada para o dia **21 de Novembro de 2017, às 13h30min (horário de Cuiabá)**, fica **SUSPENSA "*SINE DIE*",** até segundo aviso, para readequação do projeto e planilhas orçamentárias.

Canarana - MT, 10 de Novembro de 2017.

_____

NAIR EVANE BERNARDI

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

GABINETE
DECRETO Nº 2849/2017

De 07 de novembro de 2017

Nomeia a Comissão Gestora do Plano Diretor e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que o Plano Diretor é obrigatório para as cidades: onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no §4º do art. 182 da Constituição Federal; inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental; integrantes de áreas de especial interesse turístico;

Considerando o que dispõem os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, regulamentados pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001;

Considerando que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Gestora do Plano Diretor do Município de Canarana-MT, abaixo nomeada, para, sob a presidência do primeiro nomeado, coordenar as atividades e procedimentos técnicos, normativos e participativos à elaboração do Plano Diretor de Canarana-MT:

a) Eliane de Oliveira Felten – Secretária de Administração e Serviços Gerais;

b) Adirma Rosa Guimarães Koester – Secretária Chefe de Gabinete;

c) Charles Juliano Visconti – Secretário de Agricultura;

d) Hudson José Branquinho – Secretário de Finanças;

e) Vilson Biguelini – Secretário de Obras e Viação Pública;

f) Ederson Porsch – Vereador e Presidente da Câmara;

g) Walter Custódio da Silva – Procurador Jurídico;

h) Raimundo João Soares barros – Servidor público da Secretaria de Gabinete;

i) Aline Pilocelli – Engenheira Florestal;

j) Gustavo Henrique Machado Alves – Engenheiro Civil;

k) Emerson Luiz Fasolo – Chefe dos Tributos.

Parágrafo Único - A Comissão Gestora do Plano Diretor de que trata este artigo, por competência delegada, instituirá as Comissões Setoriais, agregando servidores, cidadãos e entidades interessadas nas respectivas áreas de competência, incentivando a participação da comunidade na elaboração do Plano Diretor, através de convites às entidades da sociedade civil organizada e demais pessoas que possam agregar experiências nas diversas áreas que interessam ao Plano Diretor.

Art. 2º A Comissão Gestora do Plano Diretor do Município de Canarana-MT terá as seguintes atribuições:

I- Elaborar as diretrizes gerais de trabalho, para fins de diagnóstico e proposição das diretrizes de enfrentamento dos problemas levantados;

II- Promover audiências públicas e reuniões de trabalho que julgar necessárias, devendo ser divulgado amplamente o calendário elaborado, dando-se publicidade às convocações para as mesmas;

III- Distribuir as tarefas e elaborar materiais de suporte legal e doutrinário;

IV- Sugerir a edição e/ou revisão da legislação municipal aplicável;

V- Sugerir a contratação de profissional habilitado para consultoria e assessoria nas áreas de competência do Plano Diretor;

VI- Instituídas as Comissões Setoriais, publicar os nomes das pessoas e respectivas entidades que representam;

VII- Convidar palestrantes especializados nas respectivas áreas de atuação, bem como promover cursos e demais eventos que julgar necessários;

VIII- Manter intercâmbio com outras entidades públicas e privadas;

IX- Incentivar a participação de membros da comunidade e das entidades civis organizadas, interessados ou que possam contribuir para a consecução dos respectivos trabalhos;

X- Proceder ao registro das reuniões setoriais em atas e livro de presença.

Art. 3º Compete às Comissões Setoriais:

I- Estimular e zelar pela implementação, avaliação e integração de programas, projetos e ações setoriais de políticas públicas municipais, relacionadas ao desenvolvimento urbano;

II- Levar às audiências publicar o resultado parcial ou final de seus trabalhos, anotando as observações, críticas e sugestões recebidas, para fins de reestudo, caso necessário;

III- Observar as normas gerais e os calendários de trabalho, fixados pela Comissão Gestora, sugerindo alterações, se for o caso;

IV- Apreciar, debater, avaliar e deliberar sobre matérias e instrumentos relacionados aos estudos, análise e avaliação de projetos especiais de transformação urbana, diretrizes para a revisão de regimes urbanísticos de uso do solo, operações urbanas, avaliação de empreendimentos de impacto ambiental, de estudos de impacto de vizinhança, áreas especiais de interesse social, cultural e ambiental, assim como outros instrumentos de controle urbanísticos previstos na Lei Federal nº 10.257/2001.

Art. 4º O Prefeito Municipal, se necessário, poderá editar atos adicionais, reestruturadores e revisores, assim como delegar outras competências à Comissão Gestora e às Comissões Setoriais, para fins de otimizar os respectivos trabalhos.

Art. 5º As repartições públicas municipais ficam obrigadas a prestar as informações que forem requeridas pela Comissão Gestora do Plano Diretor, devendo fornecer cópia de todos os materiais necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, caso solicitado.

Parágrafo único. O Presidente da Comissão Gestora do Plano Diretor ficará responsável pela guarda de sigilo dos documentos que lhes forem fornecidos e que sejam de caráter reservado, os quais serão utilizados apenas para os fins de diagnóstico e respectiva proposta.

Art. 6º O mandato da Comissão Gestora terá duração até o final dos trabalhos referidos neste Decreto.

Art. 7º As verbas necessárias à execução deste Decreto onerarão as dotações próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n.º 2834/2017 de 29 de agosto de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, em 07 de novembro de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
DECRETO Nº 2848/2017

De 07 de novembro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art.1º da Lei nº 1.223/2015 de 29 de dezembro de 2015, pelo presente,

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados membros da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC:

I - Coordenador Executivo da COMPDEC;

- **Marciano Mendes de Oliveira.**

II - Agentes de Defesa Civil.

- **Charles Juliano Visconti;**

- **Ernani Luiz Muller.**

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto N.º 2765/2017, de 10 de fevereiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, em 07 de novembro de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº703/2017

De 31 de outubro de 2017.

Altera Período de férias do servidor Adelson Prado dos Santos e da outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º – Alterar período de gozo de férias do servidor Adelson Prado dos Santos ,agendado por meio da portaria n° 447/2016 de 08 de dezembro de 2016,para 01 de março de 2018 a 30 de março de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 31 de outubro de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal .

GABINETE
PORTARIA N° 707/2017

De 31 de outubro de 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CARLA CRISTINA WISNESCHI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora Carla Cristina Wisneschi por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 18/12/2017 a 16/01/2018.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 01/12/2016 a 30/11/2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 31 de outubro de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA N° 710/2017

De 31 de outubro de 2017.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADÃO IVO MOITOZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor Adão Ivo Moitozo, por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 06/11/2017 a 05/12/2017.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 03/08/2016 a 02/08/2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 31 de outubro de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal .

GABINETE
PORTARIA Nº677/2017

04 de outubro de 2017.

Dispõe sobre licença interesse particular.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 102 da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder a prorrogação de licença interesse para a servidora pública **Adriana Pereira Martins** no cargo de provimento efetivo de Professora na secrtetaria municipal de Educação, da Lei Complementar nº 124/2014.Apartir de 21/08/2017 por 02 (dois) anos consecutivos.

2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos retroativos a 21/08/2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 04 de outubro de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal de Canarana

GABINETE
LICENÇA DE OPERAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA- MT, CNPJ 15.023.922/0001-91, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Canarana - MT, LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA **EXTRAÇÃO DE CASCALHO NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE CANARANA - MT**.

GABINETE
PORTARIA Nº 708/2017

31 de outubro de 2017.

CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL **HELGA STREGE DE OLIVEIRA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformi-

dade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora Helga Strege de Oliveira por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende A 03/04/2016 a 02/04/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 31 de outubro de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 459/2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **EXONERADA** a partir do dias 01 de novembro**,** a Senhora **SOLANGE GOMES COSTA** do cargo de CHEFE DE DEPARTAMENTO lotada na Secretária de Saúde.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 14 de novembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 250/2017.

SÚMULA: "NOMEIA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 001/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:exaradas no Artigo º 72, Inciso XXV, da Lei Orgânica do Município, combinado com Inciso I, §1º, do Art. 18 da Lei Municipal nº. 892/2015 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, e,

CONSIDERANDO que foram cumpridas todas as fases norteadoras do Concurso Público de Provas e Títulos, publicado o respectivo edital e a homologação do referido Concurso Público Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica **NOMEADA** em conformidade com a ordem de classificação, a candidata aprovada através do Concurso Público Municipal nº. 001/2016, para o Cargo de **FARMACÊUTICA/BIOQUIMICA** lotada na Secretaria Municipal de Saúde conforme segue:

THATIELEN FURINI

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 16 de novembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 23/2017

Primeiro Termo Aditivo de Retificação do teor ao Contrato nº 23/2017, que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT** e a Empresa **COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES**, na forma e condições seguintes.

Aos 7 (sete) dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, foi celebrado o presente Termo Aditivo Retificação de Contrato, tendo de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT,** inscrita no CNPJ do MF sob o nº 03.507.530/0001-19, com sede na Rua Tiradentes, nº 166, Centro, neste ato representado por pela sua Prefeita, a Srª. **THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA,** brasileira, viúva, enfermeira, portadora do documento de Identidade n.º 303000 SSP/MT, e inscrita no CPF n.º 171.785.171-15, residente e domiciliada no Município de Chapada dos Guimarães - MT, doravante denominada **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa**, COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES**, inscrita no CNPJ sob o n.º 21.679.098/0001-25, estabelecida a Rua Luiz Amadeu, n.º 949, bairro Centro, cidade de Sorriso, Estado de Mato Grosso, neste ato, representada pelo Sr. José Roberto Vieira, portador do RG n.º 000787835 SSP/MS e CPF n.º 558.536.681-53, doravante denominada **"CONTRATADA",** ajustam entre si o termo aditivo de retificação contratual, retificando as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

1.1. A **Cláusula 2.1 do Contrato Administrativo n.º 023/2017** passa a vigorar com a seguinte redação:

"**2.1**. Esta contratação se fará no regime de empreitada por preço unitário, conforme art. 6º, II e VIII alínea "b" da Lei n.º 8.666/93, sendo o serviço prestado conforme as demandas das Secretarias do Município".

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. A **Cláusula 3.1 do Contrato Administrativo n.º 023/2017** passa a vigorar com a seguinte redação:

"**3.1.** A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** o valor especificado na planilha a seguir:

Item	Descrição dos Serviços	Valor Prop Hora R$	Horas / Mês	Horas / Ano	Valor Total Proposto – R$
01	Servente de Limpeza	7,80	10560	126.720	82.368,00
02	Auxiliar de Cozinha	10,70	2640	31.680	28.248,00
03	Guarda Patrimonial	9,80	4180	50.160	40.964,00
04	Oficial de Serviços Gerais	15,35	5720	68.640	87.802,00

05	Agente de Apoio e Logística	11,70	5500	66.000	64.350,00
06	Auxiliar de Manutenção e Conservação	12,90	5040	60.480	65.016,00
07	Coletor de Detritos	9,80	2200	26.400	21.560,00

VALOR ESTIMADO MENSAL: R$ 390.308,00 (trezentos e noventa mil, trezentos e oito reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS E DA FISCALIZAÇÃO

3.1. A **Cláusula Quinta do Contrato Administrativo n.º 023/2017** passa a vigorar com a seguinte redação:

"**CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E DA FISCALIZAÇÃO**

5.1. O contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses, à partir da data da assinatura do contrato principal, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses, de acordo com o art. 57 II da lei 8666/93.

5.2. Os serviços objeto deste contrato estarão sujeitos a mais ampla, irrestrita e rigorosa fiscalização, a qualquer hora, em todas as áreas abrangidas pelos mesmos, obrigando-se a empresa a prestar todos os esclarecimentos necessários que lhe forem solicitados.

5.3. A fiscalização de prestação dos serviços será exercida por um representante de cada Secretaria Municipal, para o seu acompanhamento e a sua fiscalização, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos mesmos e de tudo dará ciência a empresa, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou fazer quaisquer serviços que estejam em desacordo com o contrato, tais como:

a) Verificar junto à empresa contratada e seu preposto, se estão tomando todas as providências necessárias para o bom andamento dos serviços:

b) Emitir pareceres em todos os atos da empresa contratada relativos à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações, prorrogações e rescisão do contrato;

c) Acompanhar a distribuição dos materiais de limpeza e conservação, verificando se os mesmo estão sendo utilizados de forma racional e econômica;

d) Verificar se os colaboradores estão devidamente uniformizados para a execução das tarefas, sempre de forma respeitosa;

e) Solicitar as substituições (coberturas) quando julgar necessárias;

5.4. Não obstante a empresa contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Prefeitura de Chapada dos Guimarães/MT reserva-se no direito de, sem qualquer forma de restrição à plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.

5.5. A existência da Fiscalização da Prefeitura, de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da contratada, na prestação dos serviços contratados.

5.6. Cabe à empresa contratada atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerente ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a Prefeitura, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, tampouco a co-responsabilidade da Prefeitura ou de seus agentes e prepostos**.**

5.7. É incumbência da fiscalização, atestar a fatura mensal apresentada pela contratada após verificar o total cumprimento das obrigações pactuadas objetivando a liberação do pagamento".

CLÁUSULA QUARTA – DO CRÉDITO

4.1. As despesas para execução do presente Contrato, correrão por conta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, DA CONTRATANTE, DOS DIREITOS, RESPONSABILIDADES E PENALIDADES

5.1. A **CONTRATADA** se obriga a:

a) Executar os serviços objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela **CONTRATANTE** e de acordo com as normas técnicas e legais vigentes;

b) Ressarcir prejuízos de qualquer natureza causados ao patrimônio da **CONTRATANTE** ou de terceiros, originados direta ou indiretamente da execução do contrato, por dolo ou culpa de seus empregados, prepostos ou representantes, a preços atualizados, dentro de 10 (dez) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a **CONTRATANTE** poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

c) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato;

d) Selecionar rigorosamente os empregados que prestarão os serviços contratados, encaminhando elementos de boa conduta e demais referências e tendo suas funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

e) Colocar à disposição da **CONTRATANTE**, na data de início da vigência do contrato, o pessoal necessário à execução dos serviços;

f) Registrar e controlar diariamente a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências nos locais de serviços, diligenciando para que os horários estabelecidos sejam rigorosamente cumpridos, devendo, ainda, serem substituídos nos casos de faltas, ausência legal ou férias, de maneira a não prejudicar o bom andamento e a boa execução dos serviços;

g) Efetuar reposição de pessoal, em caráter imediato, em eventual ausência;

h) Comunicar à fiscalização da **CONTRATANTE**, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

i) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

j) Assumir todas as responsabilidades e adotar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;

k) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/contratação;

l) Não permitir que seus empregados acumulem 02 (duas) ou mais férias, devendo tomar as providências necessárias para que, nos termos da legislação pertinente, usufruam anualmente desse direito;

m) Comprovar, sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, a quitação das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, como condição à percepção mensal do valor faturado;

n) Planejar a execução dos serviços para horários que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento da **CONTRATANTE**;

o) Substituir o uniforme dos empregados sempre que não atenderem às condições mínimas de apresentação e/ou mediante comunicação/solicitação da **CONTRATANTE,** cuidando para que os mesmos se apresentem sempre com as vestimentas e acessórios em perfeito estado de conservação e devidamente identificados por crachá;

p) Zelar pelas máquinas e equipamentos postos a sua disposição para execução dos serviços, bem como pela economia dos produtos de higiene e limpeza;

q) Não repassar os custos de qualquer dos itens de uniforme e equipamentos a seus empregados;

r) Atender de imediato as solicitações quanto a substituições de mão-de-obra que venha a ser considerada inadequada para a prestação dos serviços;

s) Instruir a mão-de-obra quanto às necessidades de acatar as orientações do preposto da **CONTRATANTE**, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas e de segurança e medicina do trabalho;

t) Inspecionar obrigatoriamente, por seus supervisores, no mínimo 01 (uma) vez por semana, em dias alternados, o andamento dos serviços;

u) Fornecer à **CONTRATANTE,** juntamente com a fatura mensal cópias dos comprovantes de Recolhimento do INSS e FGTS e da Relação de Empregados alocados para prestação dos serviços, devidamente autenticadas, e do pagamento de todos os encargos trabalhistas (vale transporte, vale refeição, salários, gratificação natalina, férias, entre outros), sob pena de não atestação da fatura;

5.2. A **CONTRATANTE** se obriga a:

a) Cumprir fielmente este Contrato;

b) Permitir o livre acesso do empregado da Empresa **CONTRATADA** a fim de que possam executar suas tarefas;

c) Providenciar a alocação para instalação de apoio a almoxarifado da **CONTRATADA,** bem como para a guarda de uniformes e pertences necessários ao bom desempenho dos serviços;

d) Efetivar a satisfação do crédito da **CONTRATADA,** nos precisos termos dispostos neste instrumento;

e) Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela **CONTRATADA** e pertinente ao objeto do presente pacto;

f) Interromper, incontinenti, os serviços que apresentarem irregularidades em sua prestação, comunicando o fato imediatamente à **CONTRATADA**, bem como qualquer eventual ocorrência de relevo relacionado com o mesmo;

g) Exigir o imediato afastamento de qualquer empregado e/ou preposto da **CONTRATADA** que aja em desacordo ou embarace a execução das atividades, ou, ainda, que conduza de modo incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas, após advertência por escrito;

h) Velar pelo bom andamento do presente contrato, dirimindo dúvidas porventura existentes, através da Secretaria Municipal de Administração;

5.3. As partes se responsabilizam pelo cumprimento da sua obrigação para o perfeito atendimento do objeto deste contrato. Pelo não cumprimento destas obrigações, a **CONTRATADA** ficará sujeita às penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93, suas alterações e quantificadas no Edital.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas relativas a esta contratação, correrão por conta dos seguintes Recursos Orçamentários:

Órgão:	07 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade:	001 – Gabinete do Secretário Municipal de Educação
Projeto Atividade:	2079 – Manutenção da Secretaria Municipal de Educação
Funcional. Programática:	12.122.0007.2019
Elemento de Despesa:	33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos:	0.1.00.000000

Órgão:	02 – Gabinete do Prefeito
Unidade:	001 – Gabinete do Prefeito
Projeto Atividade:	2003 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
Funcional. Programática:	04.122.0002.2003
Elemento de Despesa:	33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos:	0.1.00.000000

Órgão:	08 – Secretaria Municipal de Obras
Unidade:	001 – Gabinete da Secretaria Municipal de Obras
Projeto Atividade:	2059 – Manutenção da Secretaria Municipal de Obras
Funcional. Programática:	04.452.0012.2059
Elemento de Despesa:	33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos:	0.1.00.000000

Órgão:	12 – Secretaria Municipal de Esporte
Unidade:	001 – Gabinete do Secretário de Esportes e Lazer

Projeto Atividade:	2154 – Manutenção da Secretaria de Esportes e Lazer
Funcional. Programática:	27.122.0032.2154
Elemento de Despesa:	33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos:	0.1.00.000000

Órgão:	09 – Secretaria Municipal de Turismo
Unidade:	001 – Gabinete da Secretaria Municipal de Turismo
Projeto Atividade:	2076 – Manutenção da Secretaria Municipal de Turismo
Funcional. Programática:	04.122.0017.2076
Elemento de Despesa:	33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos:	0.1.00.000000

Órgão:	03 – Secretaria Municipal de Administração
Unidade:	001 – Secretaria Municipal de Administração
Projeto Atividade:	2005 – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração
Funcional. Programática:	04.122.0003.2005
Elemento de Despesa:	33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos:	0.1.00.000000

Órgão:	11 – Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade:	001 – Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência Social
Projeto Atividade:	2135 – Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional. Programática:	10.122.0027.2135
Elemento de Despesa:	33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos:	0.1.00.000000

Órgão:	10 – Secretaria Municipal de Saúde
Unidade:	001 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade:	2117 – Manutenção da Secretaria de Saúde
Funcional. Programática:	10.122.0021.2117
Elemento de Despesa:	33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos:	0.1.00.000000

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. As retificações contidas neste Termo Aditivo terão vigência **a partir de 05 de maio de 2017**, data da assinatura do contrato principal.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

8.1. A **Cláusula 17.1., item II, do Contrato Administrativo n.º 023/2017** passa a vigorar com a seguinte redação:

"**II**. Integra este Contrato o disposto no Pregão Presencial nº 002/2017, Registro de Preços nº. 004/2017 da Prefeitura Municipal de Jauru/MT**,** conforme descrito no Edital e seus Anexos e as propostas da contratada para cada item".

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Primeiro Termo Aditivo de Retificação ao Contrato Administrativo n.º 023/2017, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma da Lei n.º 8.666/93.

Chapada dos Guimarães – MT, 07 de novembro de 2017.

MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

Thelma Pimentel Figueiredo de Oliveira - Prefeita Municipal

Contratante

Michele Karoline Santana Ferreira

Secretária de Municipal de Administração

Contratante

Renato de Almeida Orro Ribeiro

Procurador Geral do Município - OAB/MT nº 11.055

COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES

CNPJ n.º 21.679.098/0001-25

Contratada

Testemunhas:

_____

Nome:

CPF:

_____

Nome:

CPF:

SAAE - SISTEMA AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA 0017/2017

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

SISTEMA AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – SAAE

CNPJ N.º 04.408.208/0001-03

PORTARIA Nº 17/2017, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

A DIRETORA GERAL DO SISTEMA AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – SAAE, ***SR. LUCIANO AUGUSTO NEVES,*** *NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDOS POR LEI,*

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER a servidora PRISCILA RODRIGUES FERREIRA, 30 (TRINTA DIAS) dias de férias a que tem direito, referente ao período de trabalho de 16/09/2016 a 16/09/2017 que terá seu inicio em 13/11/2017 e término em 13/12/2017, devendo a referida funcionária apresentar-se em seu local de trabalho no dia 14/12/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Chapada dos Guimarães, 13 de Novembro de 2017.

R E G I S T R E – S E

P U B L I Q U E – S E

C U M P R A – S E

LUCIANO AUGUSTO NEVES

Diretora Geral do SAAE

SAAE - SISTEMA AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO
LICITAÇÃO CORTE

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SEGUINTES SERVIÇOS: LEITURA DE HIDRÔMETROS COM EMISSÃO E ENTREGA SIMULTÂNEA DE FATURAS DE ÁGUA E/OU ÁGUA E ESGOTO; VERIFICAÇÃO DE DIVERGÊNCIAS CADASTRAIS E OUTROS CORRELATOS NO MOMENTO DA LEITURA; CORTE NO FORNECIMENTO; RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO; EM TODOS OS LOCAIS SERVIDOS PELA REDE DE ABASTACIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA CIDADE DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT.

Data/Horário: 30/11/2017 às 09h00 (nove horas)

Local: Rua dos Aricás, s/n, bairro: Santa Cruz. Chapada dos Guimarães/MT.

Informações/Contato: Setor de Licitações SAAE – CG. Fone: 3301-1275 - E-mail: licitasaaecg@gmail.com - Atendimento: 07:30 às 11:00h das 13:30 as 17:30 h.

Endereço para retirada do Edital: O Edital completo poderá ser retirado no sítio eletrônico do Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Chapada dos Guimarães/MT, por meio do endereço: http://www.saaechapada.com.br/.

Visto:

Jodemilson da Silva Souza

Pregoeiro

Chapada dos Guimarães/MT, 14 de Novembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

RECURSOS HUMANO
ERRATA DO EDITAL DE DIVULGAÇÃO 04/2017.

ERRATA DO EDITAL DE DIVULGAÇÃO 04/2017.

Da Publicação do Edital de Divulgação 04/2017 (concessão de licença prêmio), Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, AMM, na data de 26 de Outubro de 2017, Ano XII, Edição nº 2.843, Página nº 67:

Onde se lê:

A relação de servidores que usufruirão deLicença-Prêmio por Assiduidade:

GERAL

Merendeira:

MATRICULA	NOME	PERIODO
1870	Aparecida Angi de Souza Nascimento	01/11/2017 a 31/01/2018

Se Leia:

A relação de servidores que usufruirão deLicença-Prêmio por Assiduidade em Pecúnia:

GERAL

Merendeira:

MATRICULA	NOME	PERIODO
1870	Aparecida Angi de Souza Nascimento	11/2017 11/2018 11/2019

CONSELHO
APROVAR O PROJETO SOCIAL DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NA AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PARA O CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL CLÁUDIA- CMAS

Rua Castelo Branco - nº 1.201 - centro - CEP: 78540-000 - Claudia/MT

Fone (66) 3546-2143

Resolução 012 de 01 de Novembro de 2017.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Cláudia – CMAS, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 263 de 08 de Novembro de 1996, e considerando aprovação da Plenária.

RESOLVE:

Art. 1º - Resolve aprovar o projeto social de Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica na Aquisição de Um Veículo para o Centro de Referencia de Assistência Social – CRAS do município de Cláudia/MT.

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cláudia – MT, 01 de Novembro de 2017.

_____

Walmi Rodrigues

Presidente do Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS

CONSELHO
PROJETO SOCIAL DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL NA AQUISIÇÃO DE VEICULO E BENS PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL CLÁUDIA- CMAS

Rua Castelo Branco - nº 1.201 - centro - CEP: 78540-000 - Claudia/MT

Fone (66) 3546-2143

Resolução 011 de 01 de Novembro de 2017.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Cláudia – CMAS, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 263 de 08 de Novembro de 1996, e considerando aprovação da Plenária.

RESOLVE:

Art. 1º - Resolve aprovar o projeto social de Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial na Aquisição de Veiculo e Bens para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS do Município de Cláudia-MT.

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cláudia – MT, 01 de Novembro de 2017.

_____

Walmi Rodrigues

Presidente do Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS

CONSELHO
PROJETO SOCIAL DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL NA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL CLÁUDIA- CMAS

Rua Castelo Branco - nº 1.201 - centro - CEP: 78540-000 - Claudia/MT

Fone (66) 3546-2143

Resolução 010 de 01 de Novembro de 2017.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Cláudia – CMAS, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 263 de 08 de Novembro de 1996, e considerando aprovação da Plenária.

RESOLVE:

Art. 1º - Resolve aprovar o projeto social de Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial na Construção do Centro de Referencia Especializado de Assistência Social - CREAS do município de Cláudia/MT.

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cláudia – MT, 01 de Novembro de 2017.

_____

Walmi Rodrigues

Presidente do Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS

CONSELHO
PROJETO SOCIAL DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NA AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL CLÁUDIA- CMAS

Rua Castelo Branco - nº 1.201 - centro - CEP: 78540-000 - Claudia/MT

Fone (66) 3546-2143

Resolução 009 de 01 de Novembro de 2017.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Cláudia – CMAS, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 263 de 08 de Novembro de 1996, e considerando aprovação da Plenária.

RESOLVE:

Art. 1º - Resolve aprovar o projeto social de Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica na Ampliação do Centro de Referencia de Assistência Social - CRAS do Município de Cláudia/MT.

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cláudia – MT, 01 de Novembro de 2017.

_____

Walmi Rodrigues

Presidente do Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS

RECURSOS HUMANO
ERRATA DA PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 718/2017.

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 718/2017.

Da publicação da Portaria Nº 718/2017, Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, AMM, na data de 13 de Novembro de 2017, Ano XII, Edição nº 2.854, Página nº 63:

Onde se lê:

SÚMULA: Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao (a) Sr.(a) **APARECIDA ANGI DE SOUZA NASCIMENTO e** dá outras providências,

Art.1° - **Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses** ao(a) Sr.(a) **Aparecida Angi de Souza Nascimento,** portador(a) do RG n° 0.601.508-5 SSP/MT, e inscrito(a) no CPF nº 430.070.821-53, no cargo de Merendeira, lotado(a) na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Se Leia:

SÚMULA: Conceder Licença Prêmio Pecúnia ao (a) Sr.(a) **APARECIDA ANGI DE SOUZA NASCIMENTO e** dá outras providências,

Art.1° - **Conceder Licença Prêmio Pecúnia** ao(a) Sr.(a) **Aparecida Angi de Souza Nascimento,** portador(a) do RG n° 0.601.508-5 SSP/MT, e inscrito(a) no CPF nº 430.070.821-53, no cargo de Merendeira, lotado(a) na Secretaria Municipal de Assistência Social.

AVISO DE CONVOCAÇÃO – ABERTURA DO ENVELOPE 02 DO SEGUNDO COLOCADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 076/2017 R.P

AVISO DE CONVOCAÇÃO – ABERTURA DO ENVELOPE 02 DO SEGUNDO COLOCADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 076/2017 R.P

O Município de Cláudia – MT, através de sua Pregoeira Oficial torna Público para conhecimento dos interessados, que convoca a empresa **TRANSPORTADORA XODÓ LTDA** classificada como 2º (segundo) lugar no certame, para que no dia 17/11/2017 ás 08:00 hs, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Cláudia, situada na Avenida Gaspar Dutra, snº, Centro, para que seja procedida a abertura, analise e o julgamento do envelope 02 - Habilitação, da referida empresa. A contratação levará em consideração o último lance ofertado pela licitante convocada. Caso a empresa não seja considerada habilitada, será republicado o edital para uma nova sessão pública de pregão presencial. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, ou através do telefone (66) 3546-3100. Cláudia – MT, 14 de Novembro de 2017.

Shirley Yotzchetz

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
RESOLUÇÃO N.0 014 DE NOVEMBRO DE 2017.

Resolução n.0 008 de agosto de 2017.

Institui o Comitê Gestor do Fundo Municipal de Investimentos Sociais.

O COMITE GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS SOCIAIS de Colíder, instituído através da Resolução Nº 008 de 21 de agosto de 2017.

Considerando o disposto na Lei Estadual **8059/03 de 29 de dezembro de 2003. Que cria o Fundo Estadual de Investimentos Sociais**

Considerando a Lei Municipal Nº 1902/2007 de 13 de junho de 2007. Que dispõe sobre a implementação de Programas Sociais no Municipio de Colíder e cria o Fundo Municipal de Investimentos Sociais nos termos da Lei Estadual.

Considerando os processos em andamento para realização do Casamento Social.

Considerando o Decreto Estadual Nº 1.236 de 27 de outubro de 2017 que dispõe sobre os limites de orçamento encerrados em 06 de novembro de 2017.

Considerando o Comunicado deJuliano de Souza Rabelo Superintendente de Promoção á Cidadania – SETAS sobre o encerramento do Convênio do estado para a realização do Casamento Social**.**

RESOLVE:

Art. 1º. – conforme deliberação da plenária em reunião com o Comitê Gestor de Fundo Municipal de Investimentos Sociais. Realizada no dia 14 de novembro de 2017 de acordo Ata de **Nº 124/CMAS.**

Art. 2º - Deliberar pela utilização dos recursos auferidos pelo Fundo Municipal de Investimentos Sociais um valor de 9.372.70 nove mil trezentos e setenta e dois reais e setenta centavos conforme Lei 8,666 de 21 de junho de 1993.

Art. 3º - o valor deliberado serão utilizados para ações de implementação e efetivação do Casamento Social tais como: cerimonial, decoração, climatização e fotografias.

Art. 4º O Comitê Gestor instituído deverá avaliar os Programas de Investimentos Sociais receber e avaliar as prestações de contas.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

Colíder-MT, 14 de novembro de 2017.

ANGELA MARIA TRAMARIN

Presidente do Comitê Gestor do Fundo Municipal de Investimentos Sociais

FUMIS

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 228/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: LEILA GOMES

MOTIVO: Fica prorrogado o prazo do contrato celebrado entre as partes acima mencionadas, pelo período de 03 de outubro de 2017 a 21 de dezembro de 2017, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

VALOR ESTIMADO DO TERMO ADITIVO R$: 6.830,74 (seis mil e oitocentos e setenta e quatro centavos)

DATA: 02 de outubro de 2017

SECRETARIA: Municipal de Educação, Esporte e Lazer

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº. 2964/2017 "DÁ NOVA REDAÇÃO À LEI Nº 1867/2006 QUE INSTITUI A CÂMARA DE VEREADORES MIRINS DO MUNICIPIO DE COLIDER E SEU REGIMENT

LEI Nº. 2964/2017

"DÁ NOVA REDAÇÃO À LEI Nº 1867/2006 QUE INSTITUI A CÂMARA DE VEREADORES MIRINS DO MUNICIPIO DE COLIDER E SEU REGIMENTO INTERNO E ORGANIZAÇÃO".

A CAMARA MUNICIPAL DE COLÍDER, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou, e eu **NOBORU TOMIYOSHI**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

PREÂMBULO

Os Vereadores Mirins componentes da Câmara Mirim, criada no intuito de interagir o Poder Legislativo Municipal com as escolas, adotam este Regimento Interno, baseados na democracia, buscando colaborar com todos que sonham com um Município mais sustentável, livre, pacífico, igualitário, solidário, fraterno, cívico com oportunidades de emprego, organização social e política, estudo e lazer.

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DA ELEIÇÃO

Art. 10 0s processos de eleições dos Vereadores Mirins serão orientados e dirigidos pela Câmara Municipal de Colíder, com a participação das escolas, e constará do seguinte:

I - A Câmara Municipal de Colíder, por meio de Assessorias da Presidência e Primeira Secretaria, encaminhará a todas as escolas públicas particulares, pertencentes ao município de Colíder, durante o mês de julho, um informativo do qual constará:

A - Breve histórico do Projeto Câmara Mirim;

B - Os seus objetivos primordiais e as atividades básicas que envolvem a função de Vereador Mirim;

C -Texto explicativo acerca da importância da interação entre a Câmara Municipal e a Escola;

D - Forma e período para inscrição das escolas;

II - As escolas interessadas em participar do Projeto deverão comunicar a sua intenção à Câmara Municipal de Colíder através da Primeira Secretaria, até o dia 15 de agosto, pela forma descrita no regulamento eleitoral, e receberão as informações gerais sobre o regulamento eleitoral e o processo de eleição até o dia 30 de agosto;

III— Os alunos interessados em concorrer a uma vaga no legislativo mirim, que tenham idade inferior a 16 (dezesseis) anos e estejam cursando do 7º ano do ensino fundamental em diante, inscrever-se-ão nas sedes das escolas nas quais estejam matriculados;

IV— As inscrições dos candidatos mirins deverão ser informadas à Câmara Municipal até o dia 30 de setembro, acompanhadas da relação de alunos com seus devidos pais, professores e servidores da escola;

V— A campanha, que deverá ocorrer durante o mês de outubro, será realizada para os eleitores estudantes das respectivas escolas, compreendidos os alunos a partir do 50 ano do ensino fundamental em diante, e envolverá a apresentação da plataforma de trabalho do candidato, em um movimento semelhante às campanhas eleitorais;

VI— A eleição deverá ocorrer na primeira semana do mês de novembro, com cédulas e atas fornecidas pela Câmara Municipal de Colíder, as quais deverão ser devolvidas até o final da tarde do dia das eleições, sob pena de exclusão do processo eleitoral;

VII— A relação dos Vereadores Mirins eleitos será divulgada por meio do site da Câmara Municipal de Colíder;

VIII- Os alunos eleitos e seus suplentes serão diplomados pelo Presidente da Câmara Municipal de Colíder, em reunião solene e data a ser estabelecida pela Mesa Diretora, com a presença dos diretores das escolas que ti-

verem representantes eleitos; os demais receberão os certificados de participação, entregues nas respectivas escolas;

IX- Serão eleitos Vereadores Mirins titulares em número correspondente ao de vereadores da Câmara Municipal de Colíder, e um suplente para cada um, que será o subsequente na ordem de votação.

§ 1 0 A escola será responsável pela organização e lisura do processo eleitoral que será realizado na sua sede, devendo comunicar à Câmara Municipal as ocorrências que se verificarem durante o processo eleitoral, sob pena de exclusão, cabendo à Comissão Eleitoral criada para esse fim, dirimir eventuais divergências.

§ 20 É condição para a participação do candidato a Vereador Mirim, a autorização expressa, pelos seus responsáveis legais, da utilização da sua imagem para divulgação das atividades do vereador mirim e da Câmara Mirim.

Art.20 0 mandato de Vereador Mirim será de dois anos, proibida a remuneração e a reeleição.

Parágrafo único. A proibição prevista neste artigo não se aplica aos suplentes que não tenham assumido a titularidade durante a legislatura para a qual foram eleitos.

CAPÍTULO II

DA SEDE

Art. 30 Os Vereadores Mirins reunir-se-ão trimestralmente, nos períodos matutino ou vespertino, em local definido pela Câmara Municipal de Colíder.

SEÇÃO I

DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO

Art. 40 A Câmara Mirim instalar-se-á em Reunião Ordinária durante o mês de fevereiro subsequente ao ano eleitoral, sob a Presidência do Presidente da Câmara Municipal de Colíder, cujos trabalhos dar-se-ão com o compromisso e a posse dos eleitos.

SEÇÃO II

DO COMPROMISSO E POSSE DOS ELEITOS

Art. 50 0 Presidente da Câmara Municipal, na reunião de instalação, tomará o compromisso e empossará os eleitos, por meio da leitura do compromisso, de pé, acompanhado por todos os Vereadores Mirins.

Art. 60 0 compromisso se dará nos seguintes termos: "**Prometo respeitar o Regimento Interno dos Vereadores Mirins da Câmara Municipal de Colíder, desempenhando o mandato a mim conferido contribuindo para a formação responsável da minha cidadania e o engrandecimento deste Município".**

Art. 70 0 Presidente da Câmara Municipal fará a chamada nominal dos Vereadores Mirins empossados, os quais declararão pessoalmente: "Assim o prometo", assinando em seguida o Termo de Posse.

Parágrafo único. No ato de posse, os Vereadores Mirins receberão um exemplar do Regimento Interno dos Vereadores Mirins da Câmara Municipal de Colíder.

SEÇÃO III

DA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA

Art. 80 A Mesa Diretora da Câmara Mirim será composta pelo Presidente, Vice-Presidente, 1 0 e 20 Secretários, eleitos para o mandato de um ano.

Parágrafo único. A eleição da Mesa Diretora para o segundo ano ocorrerá na penúltima sessão ordinária do mês de dezembro.

Art. 90 A eleição da Mesa Diretora será realizada na reunião de instalação, logo após a posse, sob a presidência da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Colíder.

Art. 10. A eleição será aberta, mediante voto individual proferido no microfone central do plenário mirim, por ordem alfabética, indicando-se a chapa eleita.

§ 1 0 Será considerada eleita a chapa que obtiver a maioria de votos e, em caso de empate, a chapa com a maior média de idade dos candidatos e que serão imediatamente empossados.

§ 20 Qualquer ocupante da Mesa Diretora poderá renunciar à função por motivo justificado ou por razões pessoais, devendo, para tanto, encaminhar termo de renúncia à Mesa Diretora Mirim que dele dará ciência ao plenário mirim.

§ 3 0 Vagando qualquer cargo da Mesa Diretora, este será preenchido por eleição no mesmo sistema, a ser realizada na primeira sessão após a apresentação do termo de renúncia, podendo se candidatar qualquer Vereador Mirim titular, exceto os integrantes da Mesa Diretora.

CAPÍTULO III

DA REUNIÃO PREPARATÓRIA

Art. 11. Caberá à assessoria da Câmara Mirim, antes da primeira reunião ordinária, promover reunião preparatória com o objetivo de dar formação aos Vereadores Mirins, devendo abranger, dentre outros assuntos:

I — O Poder Legislativo Municipal e seu funcionamento administrativo;

II Câmara Mirim, o Vereador Mirim e suas funções inerentes;

III - O Regimento Interno do Vereador Mirim, pronunciamentos, proposições e trâmites na Câmara Mirim.

Art. 12. Os Vereadores Mirins deverão, obrigatoriamente, assistir a duas reuniões ordinárias da Câmara Municipal de Colíder durante o ano até o final do mês de outubro em cada mandato, sob pena de perda do mandato e exclusão definitiva do Processo.

TÍTULO II

DOS VEREADORES MIRINS

CAPÍTULO IV

DOS DIREITOS E DEVERES DOS VEREADORES MIRINS

Art. 13. Aos Vereadores Mirins são assegurados os seguintes direitos:

I— Participar de todas as discussões e deliberações do plenário mirim;

II— Votar e ser votado na eleição da Mesa Diretora Mirim, na forma regimental;

III— Apresentar proposições que visem ao interesse coletivo e nunca ao interesse remuneratório próprio.

CAPÍTULO V

DA PERDA DO MANDATO, LICENÇA E RENÚNCIA

Art. 14. Perderá o mandato o Vereador Mirim que:

I — For insubordinado ao Presidente Mirim ou às regras contidas neste regimento;

II— Deixar de comparecer a 3 (três) reuniões ordinárias ou a 5 (cinco) atividades, injustificadamente, em sequência ou alternadamente;

III — ter comportamento incompatível com o decoro parlamentar;

IV — Trocar de escola ou ser expulso dela.

Parágrafo único. A perda do mandato do Vereador Mirim dependerá de homologação da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Colíder.

Art. 15. A extinção do mandato do Vereador Mirim verificar-se-á quando:

I — Ocorrer falecimento;

II — Ocorrer renúncia, por escrito, mediante oficio dirigido ao Presidente Mirim.

III – Exigir, cobrar ou receber de alguma forma, vantagens financeiras pelo cargo de Vereador Mirim.

Art. 16. O Vereador Mirim pode licenciar-se:

I — Para tratamento de saúde, devidamente comprovado;

CAPÍTULO VI

DOS SUPLENTES

Art. 17. O suplente de Vereador Mirim será convocado pelo Presidente Mirim, no caso de licença, perda ou extinção do mandato do titular, devendo tomar posse na reunião subsequente ao ato de convocação.

Art. 18. O suplente, quando no exercício do mandato, detém todas as prerrogativas inerentes ao Vereador Mirim titular.

CAPÍTULO VII

DA REUNIÃO ITINERANTE

Art. 19. As Reuniões Itinerantes serão solicitadas através de Requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Mirim, que comunicará à Mesa Diretora da Câmara de Vereadores e dar-se-ão da mesma forma que as reuniões ordinárias, exceto quanto à ordem do dia.

Parágrafo único. As Reuniões Itinerantes visam à difusão, nas escolas, dos projetos em tramitação na Câmara Municipal, as reais funções dos Vereadores e do Poder Legislativo e, principalmente, favorecer atividades de discussão, indicação e reflexão dos problemas do município de Colíder.

TÍTULO III

CAPÍTULO VIII

DAS PROPOSIÇÕES

Art. 20. Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário e constitui-se em:

I — Emenda ao Regimento Interno Mirim;

II — Projeto de Lei Mirim;

III— Moção Mirim;

IV— Requerimento Mirim.

V – Indicações Mirins.

SEÇÃO I

DAS MOÇÕES MIRINS

Art. 21. A moção mirim consiste em todo voto de congratulações, pesar ou repúdio.

§ 1 0 Poderão ser expedidas moções, na forma de diploma, a personalidades e entidades públicas ou privadas, contendo as assinaturas do Vereador Mirim autor, do Presidente da Câmara Mirim e do Presidente da Câmara Municipal de Colíder.

§ 20 Anualmente, no decorrer do mês de outubro, em homenagem ao transcurso do Dia do Professor, poderão ser entregues diplomas de mérito, e em sessão solene, a professores previamente indicados pelos Vereadores Mirins, em conjunto com as suas respectivas unidades escolares, que se dedicarem e se destacarem no desenvolvimento da educação no Município de Colíder.

§ 30 As indicações deverão vir acompanhadas de currículo pormenorizado do professor candidato, contendo os serviços desenvolvidos na área da educação, devendo as propostas serem submetidas ao Plenário para votação.

§ 40 Os votos de pesar não serão submetidos à votação, apenas despachados.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. O recesso da Câmara Mirim será no mesmo período da Câmara Municipal de Colíder.

Art. 23. As dúvidas quanto à interpretação deste Regimento Interno Mirim serão dirimidas por 2/3 dos Membros da Câmara Municipal de Colíder.

Art. 24. Ao final do mandato, será conferido ao vereador mirim que obtiver aproveitamento de 100 % (cem por cento) das atividades relacionadas à Câmara Mirim, certificado de participação, desconsideradas as faltas devidamente justificadas, a critério do Presidente da Câmara Mirim.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 14 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colíder-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

CONTRATO: 13° TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 131/2014

ORIGEM: Processo de Tomada de Preço nº. 004/2014, Processo Administrativo nº. 078/2014 e Conforme Proposta nº. 14089404000113002.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT E P. R. CONSTRUTORA LTDA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇAO.

VIGENCIA: 03 (TRÊS) MESES - INICIANDO 02/09/2017 COM O TÉRMINO EM 02/12/2017.

CONTRATO: 6° TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 132/2014

ORIGEM: Processo de Tomada de Preço nº. 004/2014, Processo Administrativo nº. 077/2014 e Conforme Proposta nº. 14089404000113005.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT E P. R. CONSTRUTORA LTDA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇAO.

VIGENCIA: 90 (NOVENTA) DIAS - INICIANDO 01/01/2016 COM O TÉRMINO EM 01/03/2016.

CONTRATO: 7° TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 132/2014

ORIGEM: Processo de Tomada de Preço nº. 004/2014, Processo Administrativo nº. 077/2014 e Conforme Proposta nº. 14089404000113005.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT E P. R. CONSTRUTORA LTDA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇAO.

VIGENCIA: 90 (NOVENTA) DIAS - INICIANDO 01/03/2016 COM O TÉRMINO EM 01/06/2016.

CONTRATO: 8° TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 132/2014

ORIGEM: Processo de Tomada de Preço nº. 004/2014, Processo Administrativo nº. 077/2014 e Conforme Proposta nº. 14089404000113005.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT E P. R. CONSTRUTORA LTDA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇAO.

VIGENCIA: 90 (NOVENTA) DIAS - INICIANDO 01/06/2016 COM O TÉRMINO EM 01/09/2016.

CONTRATO: 9° TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 132/2014

ORIGEM: Processo de Tomada de Preço nº. 004/2014, Processo Administrativo nº. 077/2014 e Conforme Proposta nº. 14089404000113005.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT E P. R. CONSTRUTORA LTDA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇAO.

VIGENCIA: 90 (NOVENTA) DIAS - INICIANDO 01/09/2016 COM O TÉRMINO EM 01/12/2016.

CONTRATO: 10° TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 132/2014

ORIGEM: Processo de Tomada de Preço nº. 004/2014, Processo Administrativo nº. 077/2014 e Conforme Proposta nº. 14089404000113005.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT E P. R. CONSTRUTORA LTDA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇAO.

VIGENCIA: 90 (NOVENTA) DIAS - INICIANDO 01/12/2016 COM O TÉRMINO EM 01/03/2017.

CONTRATO: 13° TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 132/2014

ORIGEM: Processo de Tomada de Preço nº. 004/2014, Processo Administrativo nº. 077/2014 e Conforme Proposta nº. 14089404000113005.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT E P. R. CONSTRUTORA LTDA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇAO.

VIGENCIA: 90 (NOVENTA) DIAS - INICIANDO 02/09/2017 COM O TÉRMINO EM 02/12/2017.

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SRP Nº 078/2017

Procedimento nº 21.538/2017

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 078/2017 VALIDADE: 12 (doze) meses contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial. OBJETO: ***A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO O PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL ANDRE MAGGI E NO DISTRITO GUARIBA NO MUNICIPIO DE COLNIZA/MT***, para atender as necessidades desta prefeitura.O fornecedor vencedor encontra-se indicado conforme segue: A empresa ***CLINICA MÉDICA E PEDIATRICA ALVARENGA EIRELI - EPP*** consagrou vencedora de ***R$ 775.200,00 (Setecentos e setenta e cinco mil e duzentos reais),*** valor total de ***R$ 775.200,00 (Setecentos e setenta e cinco mil e duzentos reais).***

Colniza - MT, 14 de novembro de 2017.

Mauricio R. V. de Jesus

Pregoeiro Oficial

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 021/2017

EDITAL DE PUBLICAÇÃO nº 021/2017

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

TERMO DE RESCISAO DE CONTRATO: 012/2017

CONTRATADA: VALDIRENE LIMA FAIM KAYABI 01166695190, inscrita no CNPJ sob o n.º. 26.066.389/0001-61.

OBJETO: Rescisão do Contrato nº 012/2017, celebrado em 29 de Junho de 2017.

Colniza/MT, aos dias 14 de Novembro de 2017

Rodolfo Cesar Andrade Gonçalves

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO ADITIVO Nº. 157/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 157/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS Nº 061/2017

DATA: 13/11/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: JOILDA APARECIDA DE SOUZA 97446514120

OBJETO: Prorrogação de prazo do Contrato para Prestação de Serviços nº. 061/2017, referente à contratação de prestação de serviços de fornecimento de refeições, para atender diversas secretarias, por mais 06 (seis) meses, vigorando de 14/11/2017 à 14/05/2018.

EXTRATO ADITIVO Nº. 156/2017

SEXTO TERMO ADITIVO Nº 156/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 026/2014 E ADITIVOS NºS. 103 E 249/2015, 039/2016 E 004/2017

DATA: 13/11/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: FREITAS OLIVEIRA & CIA LTDA - ME

OBJETO: Prorrogação de prazo e valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 026/2014 e aditivos nº. 103, 249/2015, 039/2016 e 004/2017, que tem como objeto a Contratação de prestação de serviços de publicações, atos de expediente administrativo de pessoal, editais e avisos de licitações e outros exigidos por lei, bem como divulgação de conteúdos de interesse da população, em Jornal de Grande de Circulação Local, pelo período de mais 11 (onze) meses, vigorando de 14/11/2017 à 14/10/2018.

DOTAÇÃO: 03.03.2.011.3.3.90.39 (108)

EXTRATO ADITIVO Nº. 155/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 155/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS Nº 080/2017

DATA: 09/11/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: G. DE. M. LOPES & CIA LTDA ME

OBJETO: Prorrogação de prazo do Contrato para Prestação de Serviços nº. 080/2017, referente fornecimento de passagens e fretes de encomendas para diversas secretarias, por mais 04 (quatro) meses, vigorando de 11/11/2017 à 11/03/2018.

EXTRATO ADITIVO Nº. 154/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 154/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS Nº 079/2017

DATA: 09/11/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: JORGE LUIZ MIALET DALAVIA 10406662134

OBJETO: Prorrogação de prazo do Contrato para Prestação de Serviços nº. 079/2017, referente a contratação de prestação de serviços de limpeza de fossa, limpeza de caixa séptica e desentupimento de cano para atender diversas secretarias, por mais 04 (quatro) meses, vigorando de 10/11/2017 à 10/03/2018.

EXTRATO ADITIVO Nº 150/2017

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 150/2017 AO CONTRATO PARA SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 063/2015, E ADITIVOS 267, 275/2015, 057, 079, 113, 150, 187 E 245/2016, 035 E 086/2017

DATA: 11/10/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: MILANI & MACHADO LTDA – ME

OBJETO: Prorrogação de prazo e do Contrato para execução de obras nº 063/2015 e aditivos 267 e 275/2015, 057/2016, 079/2016, 113, 150, 187 e 245/2016, 035 e 086/2017 que tem como objeto a Implantação do Terminal Rodoviário Interestadual de Comodoro, conforme Projeto Básico, Memorial Descritivo e Planilhas orçamentárias, em atendimento ao Contrato de Repasse nº. 787655/2013/Ministério do Turismo/CAIXA - Processo nº. 2628.1006604-34/2013, por mais 120 (cento e vinte) dias, vigorando de 15/10/2017 à 12/02/2018, em conformidade com o art. 57 inciso II da Lei 8.666/93.

EXTRATO ADITIVO Nº 153/2017

TRIGÉSIMO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 153/2017 AO CONTRATO DE OBRA Nº 063/2008 E ADITIVOS

DATA: 07/11/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: TRIMEC CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA

OBJETO: Prorrogação de prazo e o empenho parcial do Contrato de Execução de Obras nº. 063/2008 e aditivos, pelo período de mais 294 (duzentos e noventa e quatro) dias, vigorando de 09/11/2017 à 30/08/2018.

ERRATA DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ERRATA DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente da Câmara Municipal, Antonio Carmos Pinheiro de Oliveira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especificamente a Lei de nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar a presente Licitação nestes termos:

a) Processo de nº: 009/2017

b) Licitação de nº: 005/2017

c) Modalidade: Dispensa

d) Data da Homologação: 06/11/2017

*e) Objeto da Licitação: C*ontratação de serviço de Engenheiro Civil para elaboração de projetos hidráulico, elétrico, estrutural, instalações hidrossanitárias e arquitetônico para reforma do prédio da Câmara Municipal de Comodoro.

g) Fornecedor: Pablio P. Souto Me – CNPJ 01.01.2.001.3.3.90.39.00.00.00.00;

02 – Autorizar a emissão do empenho correspondente:

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0999– *Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica*

Comodoro/MT, 06 de Novembro de 2017.

Antonio Carmos Pinheiro de Oliveira/ Presidente da Mesa Diretora

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2017 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM, PREFEITO MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item II da Constituição Federal e o disposto no art. 282 Lei Complementar nº 020 de 28 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

CONVOCA:

Os (as) Senhores (as) aprovados (as) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2017, relacionados (as) no anexo I deste edital que deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, a contar desta data, na Prefeitura Municipal junto ao Departamento de Recursos Humanos, no horário das 12:00h às 18:00h para apresentação dos documentos exigidos no anexo II para admissão.

O não comparecimento do (a) candidato (a) no prazo de 10 (dez) dias, e a não apresentação da documentação prevista no edital do Processo Seletivo Simplificado 001/2017, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E/OU RENÚNCIA quanto ao preenchimento da vaga do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Confresa-MT, 14 de Novembro de 2017

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO			
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA			
ANEXO I			
CARGO	UNIDADE	CLAS	CANDIDATO
AGENTE DE FISCALIZACAO SANITARIA	SAUDE/VIGILANCIA SANITARIA	20º	FRANCIMILDO ALVES PEREIRA
		21º	JOSIANE BASILIO CONCEICAO
		22º	MARCUS VINICIUS NUNES PIVETTA
		23º	IZAELMA VIEIRA SILVA
		24º	IRAILDES MATOS RODRIGUES TAVARES
		25º	MAGNA NOLETO

ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSARIOS P/ ADMISSÃO

O candidato deverá apresentar fotocópia das documentações, que comprove o que segue abaixo:

1 - Cédula de Identidade (RG) comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos

2 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

3 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts 12 e 37, I da CF/88)

4 - Titulo de eleitor

5 - Certidão de quitação eleitoral (Cartório Eleitoral) ou pela Internet,

6 - Certidão de nascimento ou casamento com as respectivas averbações se for o caso

7 - Certificado de reservista, de dispensa de incorporação, ou outro documento de quitação com o serviço militar (para o sexo masculino)

8 - Comprovante de endereço atualizado (com dados completos, rua, bairro, cidade)

9 - CTPS - Carteira de Trabalho

10 - Carteira Nacional de Habilitação - CNH (exigido nos cargos de motorista)

11 - Declarações de Bens (se não houver, emitir certidão de que não possui bens)

12 - Certidão de nascimento dos filhos (se for menor de 07 anos, trazer copia do cartão de vacina e se for de 08 a 14 anos trazer comprovante de freqüência escolar junto com a certidão de nascimento)

13 - Comprovante de escolaridade e pré-requisitos de acordo com o estabelecido

14 - Certificado de conclusão e histórico do respectivo curso técnico ou superior, correspondente ao cargo (Diploma ou Certificado juntamente com o Histórico)

15 - Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada incluindo-se comprovante de quitação de anuidade referente ao calendário e certidão de regularidade

16 - Certidão Negativa junto a Receita Fazendária Municipal (setor de Tributação da Prefeitura de Confresa - MT)

17 - Certidão Negativa Civil e Criminal Estadual da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado)

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargos

19 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo

20 - Atestado de Saúde Ocupacional (pré-admissional)

21 - 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente

22 - Conta Corrente/Agência/Município – Banco do Brasil

23 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF) do cônjuge e dos pais

24 - Qualificação profissional do cônjuge e dos pais

25 - Telefone de contato (residencial e/ou celular)

26 - E-mail

27 - PIS/PASEP

28 - Declaração de confidencialidade

29 - Declaração de responsabilização pela veracidade das informações prestadas sob pena de responder criminalmente.

30 - Os candidatos que concorrerão aos cargos PNE, deverão apresentar lardos médicos que comprova a deficiência do mesmo.

Observação:

Os documentos deverão ser copia de boa qualidade, bem legível.

Cada documento devera ser tirado copia independente um em cada folha formato retrato.

Solicitamos a apresentação previa junto ao Depto de Recursos Humanos para conferencia e/ou orientação.

Os exames médicos e laboratoriais para realização do exame admissional, solicitado no Item 20 serão de inteira responsabilidade do candidato e em hipótese alguma a Prefeitura Municipal de Confresa se responsabilizará pela execução e pagamento dos mesmos.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 105/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA/MT

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2017

PROCESSO Nº 1711/2017

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna público, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade Pregão Presencial SRP Nº 105/2017 conforme segue:

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO SENDO FORRO PVC, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO, NA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS.

ADJUDICADO para as empresas:

IARA DA SILVA ABREU - MEI vencedora dos itens 01 no valor total de R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais) e a empresa, para retro de preços por um período de 12 meses, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

_____

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017 - SRP

Processo administrativo 1798/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE torna público para conhecimentos dos interessados, que a licitação promovida pelo PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 150 (CENTO E CINQUENTA) KITS CESTAS BÁSICA PARA ATENDER PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL CADASTRADAS NO CRAS, teve como vencedora a empresa C L SUPERMERCADO LTDA – EPP, inscrita no CNPJ 10.695.537/0001-77, que apresentou melhor oferta, sendo o valor de R$ 140,00 (cento e quarenta reais) por cesta básica, as quais serão retiradas conforme a necessidade da Secretaria de Assistência Social.

Conquista D'Oeste, 14 de novembro de 2017.

Fernando Roberto de Moraes

Pregoeiro

LICITAÇÃO
ERRATA DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO 005.2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1956/2017

A Prefeitura Municipal de Conquista D´Oeste, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que o instrumento convocatório, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS E ESPECIALIZADOS PARA REALIZAÇÃO DO INVENTARIO PATRIMONIAL E ELABORAÇÃO DA PLANTA GENERICA DE VALORES URBANOS DO MUNICIPIO DE CONQUISTA DOESTE – MT, sofreram **alterações nos itens 6.2.3.1, 7.4, 9.1 e 15.2**, assim, fica retificado. A natureza da altera-

ção operada no edital não oferece nenhum tipo de prejuízo às licitantes, no entanto será mantida a data de abertura estabelecida para o dia 23 de novembro, às 08:00 (oito) horas, em sua sede, na Avenida dos Oitis, nº 1. 200, centro, município de Conquista D'Oeste - MT. Os interessados poderão adquirir o edital completo retificado no horário de expediente da Prefeitura ou pelo site www.conquistadoeste.mt.gov.br.

Conquista D'Oeste, 14 de novembro de 2017.

Fernando Roberto de Moraes

Presidente - CPL

LICITAÇÃO
ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1961/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE através de seu pregoeiro, torna público para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE SAÚDE AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE - CONVÊNIO FUNASA Nº 0290/2015, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E OBRIGAÇÕES DESCRITAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS**.**

Credenciamento: das 07:30 até as 08:00 horas

Abertura: 01/12/2017 - Horário de Cuiabá – 08:00 horas.

Maiores Informações: Sala de Licitações desta Prefeitura, de 2ª a 6ª, no horário de expediente ou pelo telefone (65) 3265-1000.

O Edital poderá ser obtido através do site: www.conquistadoeste.mt.gov.br.

Conquista D'Oeste, 14 de novembro de 2017.

Fernando Roberto de Moraes

Pregoeiro

PREVIDENCIA
PORTARIA N.º 36/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Por Tempo de Contribuição a servidora, Sra. ***Irene de Souza Gonçalves Paes****."*

A Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 40, § 1º, III, "a" da CF/88 com redação da EC 41/2003 c/c art. 12, III, "a" da Lei Municipal n.º 169/2004, Lei Complementar nº 001/2001, de 12 de novembro de 2001, que dispõe sobre o plano de cargo e carreira e salário dos servidores do município de Conquista D'Oeste que reajusta o vencimento dos servidores municipais e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria Por Tempo de Contribuição,** a servidora Sra. **Irene de Souza Gonçalves Paes**, brasileira, portadora da cédula de identidade RG n.º 0155085-3 SESP/MT e CPF sob o n.º 384.278.691-34, servidora efetiva no Cargo de Professor de Ensino Fundamental – 25 horas, Classe ''C'', Nível ''04'', lotada na Secretaria Municipal de Educação, devidamente matriculada sob o n.º. 572, com proventos integrais calculados pela média aritmética simples das 80% (oitenta por cento) maiores remunerações de contribuições, conforme processo administrativo do PREVI-CONQUISTA, n.º **2017.04.00014P**, a partir de **13/11/2017** até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **13 de novembro de 2017**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Conquista D'Oeste/MT, 13 de novembro de 2017.

HÉLIO JOSÉ GARCIA MENDES

Secretário Municipal de Administração

Homologo:

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

AVISO DE EDITAL LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº 074/2017
PROCESSO 113/2017

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a abertura de LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL nº 074/2017 forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para: **" REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE E MATERIAIS DE CONSUMO CONFORME DESCRITO NO PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA VIGILANCIA EM SAÚDE - RESOLUÇÃO CIB/MT AD REFERENDUM Nº 11 DE 16/12/2016 - PORTARIA 009/2016/GBSES DE 15/01/2016. ",** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **29 (VINTE E NOVE) de Novembro de 2017**, às 08h00min (oito horas), na Sala de Reuniões da Comissão Especial de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas e pessoas físicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados na CEL, de segunda a sexta-feira, no horário de 07:00 às 11:00 horas ou via fax – (66)3555-1224 ou 1247 ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência).

Cotriguaçu-MT, 14 de Novembro de 2017.

ANA VERA DREIER

PREGOEIRA

AVISO DE EDITAL LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº 075/2017
PROCESSO 115/2017

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a abertura de LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL nº 075/2017 forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para: **" REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS GRAFICOS E OUTROS MATERIAIS CONFORME DESCRITO NO PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA VIGILANCIA EM SAÚDE - RESOLUÇÃO CIB/MT AD REFERENDUM Nº 11 DE 16/12/2016 - PORTARIA 009/2016/GBSES DE 15/01/2016. ",** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **30 (TRINTA) de Novembro de 2017**, às 08h00min (oito horas), na Sala de Reuniões da Comissão Especial de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas e pessoas físicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados na CEL, de segunda a sexta-feira, no horário de 07:00 às 11:00 horas ou via fax – (66)3555-1224 ou 1247 ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência).

Cotriguaçu-MT, 14 de Novembro de 2017.

ANA VERA DREIER

PREGOEIRA

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 005/2017

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/ MT torna público o TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 005/2017 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2017 – PREGÃO PRESENCIAL 051/2017 PROCESSO 084/2017 DE 18 DE AGOSTO DE 2017 ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT - E A EMPRESA: D.P. DE SOUZA COMERCIO DE PNEUS E BORRACHAS - EPP CNPJ 21.711.134/0001-90**.** Tem como objeto: **"**AQUISIÇÃO DE PNEUS LISOS E BORRACHUDOS PARA ÔNIBUS E CAMIONETES; CÂMARAS DE AR, PROTETOR DE CÂMARA E ARO DE RODA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, QUE SERÃO PAGOS PELO CENTRO DE CUSTO SMEC, SALÁRIO EDUCAÇÃO, PNAT, FUNDEB 40 E TRANSPORTE ESCOLAR**." (Alteração)** A Dotação adicionada para o item 05 do referido processo licitatório é da Secretaria de Administração. Observação, mantém a dotação inicial ao processo, alteração é somente de adicionar dotação ao item 05 deste processo.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 060/2017

JAIR KLASNER, PREFEITO DO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 37, item II da Constituição Federal, e o disposto no artigo 24 da Lei Municipal nº 019/2005.

C O N V O C A:

Os abaixo relacionados, aprovados em Processo Seletivo Simplificado 002/2017, que deverão comparecer no prazo de 10 (Dez) dias, à contar desta data, na Prefeitura Municipal, no horário de 7:30h às 11:00h e de 13:00 às 17:00h, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, apresentando **fotocópia** da seguinte documentação:

• Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento ou averbações, se houver;

• Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos, se tiver;

• Fotocópia da Cédula de Identidade e CPF;

• Cópia da Carteira de Trabalho e do Cartão de Cadastramento no PIS/PASEP;

• Fotocópia do Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição;

• Fotocópia do Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa (se do sexo masculino);

• Declaração de que nunca foi demitido do serviço público por justa causa; (prefeitura fornece modelo)

• Fotocópia do comprovante de Escolaridade;

• Declaração de Bens e Direitos; (prefeitura fornece modelo da declaração);

• Declaração de não acumulo ilegal de cargo; (prefeitura tem o modelo)

• Conta bancária;

• Endereço atualizado;

• Fotocopia da CNH exigida para o exercício do cargo (quando necessário).

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 10 (Dez) dias, à partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi selecionado(a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cotriguaçu – MT, em 14 de Novembro de 2017.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

DOS CONVOCADOS

Cargo: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – CENTRO

CLEIDE MARIA DO NASCIMENTO CRUZ

LARISSA PREVIATTI DE ARAUJO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 016/2017

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 80.177/2017)

Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SMGe

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de (Gasolina Comum, Etanol, Diesel Comum, Diesel S- 10), por meio de cartão magnético ou micro processado, através de sua rede de postos credenciados, disponibilizando sistema integrado, operação e suporte gestão de consumo de combustíveis **sem taxa de administração** com atuação em Cuiabá, para os veículos, máquinas e equipamentos próprios ou locados de uso exclusivo pela Prefeitura Municipal de Cuiabá, conforme especificações e condições constantes neste edital, Termo de Referência e demais anexos.

Data/Horário: 30/11/2017 às 10h00min (dez horas) – Fuso Horário de Brasília.

Informações: Tal prorrogação se dá para readequações no edital.

Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2017

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Flavio Alexandre Taques Silva

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Cuiabá/MT, 14 de novembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2017

O Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições e com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei Federal n° 10.520/2001 e art. 43, VI, da Lei Federal n° 8.666/93, e conforme consta no Processo a manifestação do Pregoeiro e de acordo com o Parecer do Assessor Jurídico desta Prefeitura, Resolve, **HOMOLOGAR** o processo licitatório nº 047/2017, na modalidade Pregão Presencial nº 029/2017, cujo objeto é Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para aprimoramento das condições de funcionamento da unidade de saúde da família, com recursos das Emendas Parlamentar nº 30970007 e 37410012, conforme proposta n° 11708. 596000/1160-02 do Ministério da Saúde, e **DETERMINO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação das empresas: LK MEDICAL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI-EPP, inscri-

ta no CNPJ: 28.767.561/0001-30, para os itens:02 R$ 6.100,00; 09 R$ 1. 300,00; 15 R$ 138,00; 17 R$ 725,00; 21 R$ 440,00; 22 R$ 70,00; 24 R$ 2. 050,00; 25 R$ 675,00; 27 R$ 115,00; 28 R$ 3.400,00; 30 R$ 190,00; 31 R$ 1.350,00; 37 R$ 197,00; 38 R$ 105,00; 40 R$ 337,00; 43 R$ 348,00; 46 R$ 533,00; 53 R$ 1.118,50; 60 R$ 340,00; 62 R$ 868,00; 65 R$ 11.083,00; 68 R$ 190,00; 72 R$ 2.100,00; CIRURGICA GONÇALVES LTDA-EPP, inscrita no CNPJ: 15.371.628/0001-70, para os itens: 07 R$ 67.980,00; 12 R$ 348,00; 39 R$ 90,00; 42 R$ 80,00; 59 R$ 720,00; 66 R$ 186,00; IBI LIFE MEDICAL LTDA - ME, inscrita no CNPJ: 10.493.078/0001-49, para os itens: 01 R$ 930,00; 05 R$ 800,00; 08 R$ 3.600,00; 13 R$ 2.800,00; 14 R$ 2.044,00; 18 R$ 1.045,00; 20 R$ 11.750,00; 26 R$ 1.760,00; 32 R$ 1. 240,00; 33 R$ 7.360,00; 34 R$ 1.480,00; 36 R$ 7.450,00; 45 R$ 700,00; 50 R$ 407,00; 51 R$ 468,00; 54 R$ 847,00; 56 R$ 4.025,00; 61 R$ 1.546,00; 67 R$ 850,00, perfazendo o valor total do pregão em R$ 165.979,00 (cento e sessenta e cinco mil novecentos e setenta e nove reais), os demais itens foram desertos.

Curvelândia - MT, 14 de Novembro de 2017.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/ 2017 - PROCESSO Nº 050/2017

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2017 - PROCESSO Nº 050/2017

O Prefeito Municipal de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, Sr. Sidinei Custódio da Silva, torna público que, em virtude de haver concordado com as Justificativas e o Parecer da Assessoria Jurídica do município, que RATIFICA o ato de Dispensa de Licitação, fulcrada no inciso **X**, do artigo 24 da Lei 8.666/93 e conforme estabelece o Artigo 26, ordeno sua publicação na Imprensa Oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos, e autorizo a Locação.

OBJETO: Locação de bem imóvel comercial, localizado na Avenida Mariana, S/N – centro de Curvelândia - MT, sendo que o mesmo será utilizado para o funcionamento da Agencia Comunitária da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, autorizado pela Lei Municipal Nº 35 de 25 de Abril de 2001, pelo período de 12 (doze) meses.

LOCADORA: TEREZA RODRIGUES DE MOURA SANTOS.

VALOR: R$ 11.244,00 (Onze Mil, Duzentos e Quarenta e Quatro Reais) a serem pagos em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 937,00 (Novecentos e Trinta e Sete Reais). Curvelândia - MT, 14 de Novembro de 2017. **SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal.**

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº 084 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

"Dispõe sobre a constituição e nomeação do Conselho Municipal de Alimentação Escolar e dá outras providências."

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO as especificações contidas na Lei Municipal nº 017, de 12 de fevereiro de 2001;

CONSIDERANDO as determinações da Lei Federal nº 11.947, de 16 de Junho de 2008;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal nº 070, de 22 de Agosto de 2013, e;

CONSIDERANDO acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE, para confecção e distribuição de merenda escolar na Rede Pública de Ensino do Município de Curvelândia.

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituído o Conselho de Alimentação Escolar do Município de Curvelândia-MT, para o quadriênio 2017 – 2021, composto dos seguintes conselheiros:

I – Representantes do Poder Executivo:

Titular: Lucia Maria de Lacerda Neves

Suplente*:* Rosane Aparecida da Silva Pires

II – Representantes dos Professores/Funcionários:

Titular: Jaqueline Pinafo

Suplente: Ester Julia Nascimento Lopes

Titular: Ivonete Conceição dos Santos

Suplente: Patrícia Onesma Barbosa da Silva

III – Representante de Pais e Alunos:

Titular: Elissandra Pereira dos Santos

Suplente: Roseane Alexandre Rosa Melo

Titular: Lucimara Reino de Souza

Suplente: Nilson Nunes dos Santos

4 – Representantes da Sociedade Civil:

Titular: José Gomes

Suplente: Odicel Jesus Tiso

Titular: Fabricio Roberson de Lima

Suplente: Marilda de Jesus Ferro

Art. 2º - Os conselheiros constituídos na forma disposta no Art. 1º deste Decreto deverão cumprir e fazer cumprir o que determinam as Legislações Federais, Estaduais e Municipais pertinentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, bem como o Regimento Interno do Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia – MT, 14 de Novembro de 2017.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

LICITAÇÃO
AVISO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2017

MUNICÍPIO DE DENISE/MT. Processo de Dispensa de Licitação no 004/ 2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA ATRAVÉS DE PLANTÕES (EMERGÊNCIA) PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE/MT.

RATIFICO o ato que dispensou licitação, com fundamento no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93, a favor da empresa:

- SAMUEL TEIXEIRA & CIA LTDA ME – CNPJ: 15.764.134/0001-56, com proposta no valor global de **R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais)** para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de assistência médica através de plantões (emergência) para a Prefeitura Municipal de Denise/MT.

Denise/MT, 16 de Novembro de 2017.

JOSÉ ANÍBAL ILÁRIO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

GABINETE
ERRATA PORTARIA Nº 253/2017

PORTARIA Nº 253/2017, publicada no Diário Oficial AMM-MT nº 2.850, de 07 de Novembro de 2017.

Correções:

ONDE SE LÊ:

Representantes da Sociedade Civil Organizada

Titular: Carlos Fernando Pereira – CPF nº 304.145.479-34 e o RG nº 765-561 – SSP/SC

Titular: Walteir Santos Nascimento

Suplente: Diego Ferreira Molina

Suplente: Cristina Carmelita

LEIA-SE:

Representantes da Sociedade Civil Organizada

Titular: Carlos Fernando Pereira – CPF nº 304.145.479-34 e o RG nº 765-561 – SSP/SC

Titular: Walteir Santos Nascimento – CPF nº 016.136.151-08 e o RG nº 2130794-6 SSP/MT.

Suplente: Diego Ferreira Molina – CPF nº 039.376.501-64 e o RG nº 1826171-0 SSP/MT

Suplente: Cristina Carmelita da Silva – CPF nº 908.547.131-15 e o RG nº 1564279-8 SSP/MT.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Diamantino, 13 de Novembro de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 257/2017

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear para o cargo de Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos o Senhor **SANDRO FERREIRA**, portador do RG nº 1304430-3 SSP/MT, CPF nº 896.463.801-82.

Art. 2º - O subsídio será de conformidade com o valor definido na lei Municipal N.º 1.134/2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 13 de Novembro de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
2º AVISO DE PRORROGAÇÃO E RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2017/SRP

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 08:00 horas do dia 29 de Novembro de 2017, estará abrindo o pregão presencial, para o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEICULOS DE TRANSPORTE DE 05 E 07 LUGARES PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.** Fez-se necessário a prorrogação, em virtude da necessidade de retificação do editalno tocante a relação do item nº 01 e nº 02 do Anexo - I.O Edital Retificado poderá ser obtido junto à Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 14 de Novembro de 2017.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 467/2017.

DATA: 10 de NOVEMBRO de 2017.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas em lei de acordo com o art. 169, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Feliz Natal – MT, e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, dando – lhe competência para instaurar e promover Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares, apurar irregularidades e ainda supervisionar e fiscalizar o cumprimento das penas aplicadas no Poder Executivo e, considerando o que consta no Processo de Sindicância n° 002/2017;

RESOLVE:

Art. 1.º - Prorrogar o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância nº 002/2017, para 30(trinta) dias a partir de 10/11/2017 conforme art. 171 §1º da Lei Complementar nº 03/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, designada pela Portaria Municipal n°444/2017, em face das razoes apresentadas pela Presidente da comissão Processante constantes no Oficio n° 005/2017 de 07 de Novembro de 2017

Art. 2.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam – se as disposições em contrário**.**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO de 2017.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2017

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar às 08:00 horas do dia **30 de Novembro de 2017,** em sua Sede, na Av. Maravilha, Praça da Bíblia, PREGÃO PRESENCIAL N. 046/2017, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO (PA e PSF).**

O edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.feliznatal.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Feliz Natal, situado à Av. Maravilha, Praça da Bíblia, na cidade de Feliz Natal - MT, ou pelo telefone (66) 3585-2700/2707 ou e-mail neuza@feliznatal.mt.gov.br

Feliz Natal – MT, 14 de Novembro de 2017.

NEUZA MARIA DA ROSA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 017/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 017/2017 EM 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Dispõe sobre Feriado Nacional o dia que menciona".

A Mesa Diretorada Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Feriado Nacional aos Funcionários e Vereadores da Câmara Municipal de General Carneiro, o dia 15 (quinze) de Novembro - quarta-feira, dia da Proclamação da Republica.

Parágrafo Único – Ficam excluídos do disposto neste artigo os serviços considerados essenciais ao interesse público.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de General Carneiro-MT, em 14 de Novembro de 2017.

HEDER CAIO PEREIRA DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro - Mato Grosso

FELIX HENRIK BATISTA DE SOUSA
1º Secretário da Câmara Municipal de General Carneiro - Mato Grosso

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2017

Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO/MT**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **MARCELO DE AQUINO**, brasileiro, casado, empresário, residente à BR 070, Km 66, Centro, em General Carneiro/MT, portador do RG n° 988.819 /SSP-MT e CPF n° 604.224. 401-91, **RESOLVE** registrar os preços das empresas A.P DE ARAUJO LOCADORA E TRANSPORTES-ME nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, ao Decreto Estadual n. 7.217/2006, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE MAQUINA PESADAS, TRATOR DE ESTEIRA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 16/2017, com fundamento nas Leis n. 10.520/02, n. 8.666/93 e alterações posteriores, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Sr. Marcelo de Aquino.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá executar os serviços, em estrita observância ao Edital e o Termo de Referência do Pregão Presencial n. 016/2017 e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora:

NOME: A.P DE ARAUJO LOCADORA E TRANSPORTES-ME CNPJ: 20.111.023/0001-80					
CEP: 78.620.000			**CIDADE/UF: GENERAL CARNEIRO**		
TELEFONES: 66-99245-6333			**E-MAIL:**		
REPRESENTANTE LEGAL: APARECIDA PEREIRA DE ARAUJO					
RG: 19710836			**CPF: 033.710.951-69**		
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS					
Item	Quant	Unid.	Descrição	Valor UNT	Valor. Total
01	**1.500**	**HORAS**	**SERVIÇOS COM TRATOR DE ESTEIRA COM OPERADOR ,MANUTENÇÃOPREVENTIVA E CORRETIVA, FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMBUSTIVEL**	**165,00**	**247.500,00**
Total Geral ..... R$					247.500,00

4.2. Este termo não obriga o Município a firmar as aquisições nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes correrão à conta dos recursos próprios previstos no orçamento anual do Município do exercício de 2017, bem como 2018, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Elemento Desp; 3.3.90.39.00

178 - 15.451.007.2031.0000 DEP. VIAÇÃO E OBRAS

195 - 26.782.4050.2061.0000 FETHAB

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 03 (três) meses, contados da data de sua assinatura.

6.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

7. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

7.1. A **CONTRATANTE é obrigada** a acompanhar, fiscalizar, conferir a execução dos serviços do objeto do presente certame, através de um Gestor/ Fiscal a ser designado, por intermédio de **Portaria**, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

7.1.1. A fiscalização será exercida no interesse do **MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO/MT** e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

7.1.2. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do Contrato;

7.1.3. Caberá ainda ao Gestor do Contrato as seguintes atribuições:

7.1.3.1 Conferência dos serviços executados;

7.1.3.2. Registrar no ato do recebimento dos serviços, eventuais ocorrências existentes;

7.1.3.3. Atestar tanto a qualidade dos serviços entregues, sendo responsável por essas declarações;

7.1.3.4. Aplicar as penalidades previstas neste edital e no presente instrumento, na hipótese da CONTRATADA, não cumprir o contrato ou ata de registro de preço, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;

7.1.3.5. Deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os documentos de regularidade fiscal da empresa.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. Iniciar as demandas de execução de cada etapa dos serviços, a partir da solicitação da Secretaria/Setor solicitante no máximo em **24 (vinte e quatro) horas** ou em caso de urgência/emergência no ato da solicitação para a execução dos serviços, assim que solicitada;

8.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos serviços/produtos, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.3. A Contratada deverá disponibilizar e manter quantitativo de pessoal compatível com as necessidades dos serviços quando autorizados.

8.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

8.5. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, conforme dispõe o art. 71, Parágrafos 1° e 2° da Lei 8.666/93;

8.6. Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços;

8.7. Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o Fiscal do Contrato, dos assuntos relacionados com a sua execução;

8.8. Substituir, sempre que exigido pela Secretaria, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inconvenientes;

8.9. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítima (s) o (s) seu(s) empregado (s), em atividade nas dependências dos setores da Secretaria, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e pelas demais exigências legais para o exercício das atividades;

8.10. Providenciar para que os seus funcionários utilizem vestuário compatível com o ambiente de trabalho, bem como equipamento de proteção individual previsto pelas normas de segurança do trabalho;

8.11. A Contratada ficará obrigada a executar os serviços programados no Termo de Referência, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da Contratante. Os serviços somente serão considerados executados após o término de todas as etapas, retirada dos entulhos, reconstituição das partes danificadas, se for o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas;

8.12. Comunicar ao Fiscal do Contrato qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

8.13. Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, causados a Prefeitura Municipal ou a terceiros, por seus prepostos ou empregados, em atividade nas dependências dos setores, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos do Artigo 70, da Lei nº 8.666/93;

8.14. Não transferir a outrem os serviços contratados, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Contratante;

8.15. Fornecer as ferramentas necessárias para execução dos serviços contratados;

8.16. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto Contratado, em que se verificarem, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

8.17. Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.18. Responsabilizar-se por quaisquer despesas, inclusive possíveis perdas e danos decorrentes da demora na execução, caso haja necessidade de modificação ou adequação dos serviços, devido à impossibilidade de execução conforme o contratado, sem qualquer custo adicional ao contratante;

8.19. Contratar pessoas idôneas para prestarem os serviços nos horários e forma definidos pelo contratante;

8.20. Os terceirizados deverão ser atenciosos e educados no tratamento dado ao munícipe, bem como cuidadosos com o bem público.

8.21. Coordenar e supervisionar a execução dos serviços de seus contratados;

8.22. Informar ao contratante sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do contrato ou dos serviços prestados;

8.23.Executar os serviços de forma a não prejudicar o trânsito local e de acordo com as especificações técnicas, posturas Municipais, boas normas de higiene, segurança a normas da ABNT;

8.24. Os empregados deverão estar providos de equipamentos de proteção individual – EPI'S, sendo a contratada responsável pela execução dos serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho bem como pelo segura contra risco de acidente de trabalho;

8.25. Deverão ser tomadas as providências para correção das falhas detectadas, a fim de manter o controle de qualidade dos serviços executados, reportando-se ao fiscal do contrato quando houver necessidade.

8.26. A Contratada deverá responsabilizar-se pelo combustível, seguro e manutenção preventiva e corretiva da máquina/caminhão/trator com o fornecimento de peças, partes ou componentes necessários para o desempenho dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

9.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

9.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

9.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

9.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do serviço, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

9.5. Fiscalizar livremente a execução dos serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

9.6. Acompanhar a execução dos serviços, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Presencial n. 16/2017, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais prestador que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

10.2. O Registro de Preços efetuado não obriga o Município a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.3. A contratação junto a cada prestador registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato;

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será feito após a apresentação da nota fiscal devidamente vistada e atestada pelo Fiscal do Contrato.

11.2. Realizado o serviço a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

11.2.1. Ofício solicitando o pagamento;

11.2.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

11.2.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

11.2.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

11.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT.

11.3. O pagamento será efetuado pelo Município de General Carneiro/MT no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

11.4.1. Atestação pelo Fiscal do Contrato, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora.

11.5. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa do objeto executado a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento:

11.5.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas. 11.5.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços executados.

11.6. O Município de General Carneiro/MT não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

11.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência deste Instrumento, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

12.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

12.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

12.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

12.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

13.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

13.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

13.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de General Carneiro, o registro será cancelado:

13.2.1. Quando o proponente:

13.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

13.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

13.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

13.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, da Nota de Empenho, decorrente da Ata de Registro de Preços;

13.2.2. A Prefeitura Municipal de General Carneiro poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

14. DAS SANÇÕES ADMNISTRATIVAS

14.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

14.1.1. Por atraso injustificado na execução do objeto:

14.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor da nota de empenho;

14.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, aplicado sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo das demais cominações legais;

14.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

14.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

14.1.2.1. Advertência,

14.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de General Carneiro;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a administração pública, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de General Carneiro por prazo não superior a 02 (dois) anos;

14.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

14.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de General Carneiro;

14.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

14.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

14.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

14.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do serviço;

15. DA GARANTIA

15.1. Se, a qualquer tempo, o Município vier a observar qualquer tipo de dano material, ou desconformidade com as especificações constantes deste instrumento, este deverá ser substituído, sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As omissões deste instrumento e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Presencial nº. 16/2017 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

16.2. Caberá ao Município de General Carneiro o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios - AMM, conforme Lei n. 10.520/02.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Barra do Garças, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste instrumento, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

General Carneiro-MT, em 17, de Outubro de 2017.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

_____

A.P DE ARAUJO LOCADORA E TRANSPORTES-ME

CNPJ: 20.111.023/0001-80

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME :_____ NOME : _____

CPF : CPF :

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2017

Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO/MT**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **MARCELO DE AQUINO**, brasileiro, casado, empresário, residente à BR 070, Km 66, Centro, em General Carneiro/MT, portador do RG n° 988.819 /SSP-MT e CPF n° 604.224. 401-91, **RESOLVE** registrar os preços das empresas A.P DE ARAUJO LOCADORA E TRANSPORTES-ME e JOÃO PORFIRIO JUNIOR AUTOPEÇAS-ME nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, ao Decreto Estadual n. 7.217/2006, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE MAQUINAS PESADAS: CAMINHÃO PIPA E TRATOR DE PNEUS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 16/2017, com fundamento nas Leis n. 10.520/02, n. 8.666/93 e alterações posteriores, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Sr. Marcelo de Aquino.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá executar os serviços, em estrita observância ao Edital e o Termo de Referência do Pregão Presencial n. 016/2017 e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora:

NOME: A.P DE ARAUJO LOCADORA E TRANSPORTES-ME **CNPJ: 20.111.023/0001-80**					
CEP: 78.620.000			**CIDADE/UF: GENERAL CARNEIRO**		
TELEFONES: 66-99245-6333			**E-MAIL:**		
REPRESENTANTE LEGAL: APARECIDA PEREIRA DE ARAUJO					
RG: 19710836			**CPF: 033.710.951-69**		
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS					
Item	Quant	Unid.	Descrição	Valor mensal	Valor. Total
01	**12**	**MESES**	**LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA COM MOTORISTA, AJUDANTE, MOTOR BOMBA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA,FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMBUSTIVEL**	**10.000,00**	**120.000,00**
Total Geral ..... R$					120.000,00

NOME: JOÃO PORFIRIO JUNIOR AUTOPEÇAS-ME CNPJ: 27.183.445/0001-00					
CEP: 78.620.000			**CIDADE/UF: GENERAL CARNEIRO**		
TELEFONES: 66-992440669			**E-MAIL:**		
REPRESENTANTE LEGAL: JOÃO PORFIRIO JUNIOR					
RG: 1474147-4			**CPF: 694.250.601**		
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS					
Item	Quant	Unid.	Descrição	Valor Hora	Valor. Total
01	**1500**	**HORAS**	**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM TRATOR DE PNEU COM OPERADOR, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, FONECIMENTO DE PEÇAS, COMBUSTIVEL E IMPLEMENTOS NECESSARIOS**	**135,00**	**202.500,00**
Total Geral ..... R$					202.500,00

4.3. Este termo não obriga o Município a firmar as aquisições nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes correrão à conta dos recursos próprios previstos no orçamento anual do Município do exercício de 2017, bem como 2018, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Elemento Desp; 3.3.90.39.00

178 - 15.451.007.2031.0000 DEP. VIAÇÃO E OBRAS

195 - 26.782.4050.2061.0000 FETHAB

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

6.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

7. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

7.1. A **CONTRATANTE é obrigada** a acompanhar, fiscalizar, conferir a execução dos serviços do objeto do presente certame, através de um Gestor/ Fiscal a ser designado, por intermédio de **Portaria**, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

7.1.1. A fiscalização será exercida no interesse do **MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO/MT** e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

7.1.2. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do Contrato;

7.1.3. Caberá ainda ao Gestor do Contrato as seguintes atribuições:

7.1.3.1 Conferência dos serviços executados;

7.1.3.2. Registrar no ato do recebimento dos serviços, eventuais ocorrências existentes;

7.1.3.3. Atestar tanto a qualidade dos serviços entregues, sendo responsável por essas declarações;

7.1.3.4. Aplicar as penalidades previstas neste edital e no presente instrumento, na hipótese da CONTRATADA, não cumprir o contrato ou ata de registro de preço, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;

7.1.3.5. Deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os documentos de regularidade fiscal da empresa.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. Iniciar as demandas de execução de cada etapa dos serviços, a partir da solicitação da Secretaria/Setor solicitante no máximo em **24 (vinte e quatro) horas** ou em caso de urgência/emergência no ato da solicitação para a execução dos serviços, assim que solicitada;

8.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos serviços/produtos, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.3. A Contratada deverá disponibilizar e manter quantitativo de pessoal compatível com as necessidades dos serviços quando autorizados.

8.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

8.5. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, conforme dispõe o art. 71, Parágrafos 1° e 2° da Lei 8.666/93;

8.6. Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços;

8.7. Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o Fiscal do Contrato, dos assuntos relacionados com a sua execução;

8.8. Substituir, sempre que exigido pela Secretaria, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inconvenientes;

8.9. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítima (s) o (s) seu(s) empregado (s), em atividade nas dependências dos setores da Secretaria, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e pelas demais exigências legais para o exercício das atividades;

8.10. Providenciar para que os seus funcionários utilizem vestuário compatível com o ambiente de trabalho, bem como equipamento de proteção individual previsto pelas normas de segurança do trabalho;

8.11. A Contratada ficará obrigada a executar os serviços programados no Termo de Referência, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da Contratante. Os serviços somente serão considerados executados após o término de todas as etapas, retirada dos entulhos, reconstituição das partes danificadas, se for o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas;

8.12. Comunicar ao Fiscal do Contrato qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

8.13. Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, causados a Prefeitura Municipal ou a terceiros, por seus prepostos ou empregados, em atividade nas dependências dos setores, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos do Artigo 70, da Lei nº 8.666/93;

8.14. Não transferir a outrem os serviços contratados, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Contratante;

8.15. Fornecer as ferramentas necessárias para execução dos serviços contratados;

8.16. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto Contratado, em que se verificarem, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

8.17. Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.18. Responsabilizar-se por quaisquer despesas, inclusive possíveis perdas e danos decorrentes da demora na execução, caso haja necessidade de modificação ou adequação dos serviços, devido à impossibilidade de execução conforme o contratado, sem qualquer custo adicional ao contratante;

8.19. Contratar pessoas idôneas para prestarem os serviços nos horários e forma definidos pelo contratante;

8.20. Os terceirizados deverão ser atenciosos e educados no tratamento dado ao munícipe, bem como cuidadosos com o bem público.

8.21. Coordenar e supervisionar a execução dos serviços de seus contratados;

8.22. Informar ao contratante sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do contrato ou dos serviços prestados;

8.23.Executar os serviços de forma a não prejudicar o trânsito local e de acordo com as especificações técnicas, posturas Municipais, boas normas de higiene, segurança a normas da ABNT;

8.24. Os empregados deverão estar providos de equipamentos de proteção individual – EPI'S, sendo a contratada responsável pela execução dos serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho bem como pelo segura contra risco de acidente de trabalho;

8.25. Deverão ser tomadas as providências para correção das falhas detectadas, a fim de manter o controle de qualidade dos serviços executados, reportando-se ao fiscal do contrato quando houver necessidade.

8.26. A Contratada deverá responsabilizar-se pelo combustível, seguro e manutenção preventiva e corretiva da máquina/caminhão/trator com o fornecimento de peças, partes ou componentes necessários para o desempenho dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

9.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

9.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

9.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

9.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do serviço, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

9.5. Fiscalizar livremente a execução dos serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

9.6. Acompanhar a execução dos serviços, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Presencial n. 16/2017, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais prestador que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

10.2. O Registro de Preços efetuado não obriga o Município a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.3. A contratação junto a cada prestador registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato;

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será feito após a apresentação da nota fiscal devidamente vistada e atestada pelo Fiscal do Contrato.

11.2. Realizado o serviço a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

11.2.1. Ofício solicitando o pagamento;

11.2.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

11.2.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

11.2.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

11.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT.

11.3. O pagamento será efetuado pelo Município de General Carneiro/MT no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

11.4.1. Atestação pelo Fiscal do Contrato, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora.

11.5. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa do objeto executado a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento:

11.5.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas. 11.5.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços executados.

11.6. O Município de General Carneiro/MT não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

11.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência deste Instrumento, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

12.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

12.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

12.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

12.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

13.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

13.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

13.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de General Carneiro, o registro será cancelado:

13.2.1. Quando o proponente:

13.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

13.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

13.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

13.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, da Nota de Empenho, decorrente da Ata de Registro de Preços;

13.2.2. A Prefeitura Municipal de General Carneiro poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

14. DAS SANÇÕES ADMNISTRATIVAS

14.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

14.1.1. Por atraso injustificado na execução do objeto:

14.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor da nota de empenho;

14.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, aplicado sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo das demais cominações legais;

14.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

14.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

14.1.2.1. Advertência,

14.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de General Carneiro;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a administração pública, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de General Carneiro por prazo não superior a 02 (dois) anos;

14.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

14.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de General Carneiro;

14.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

14.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

14.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

14.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do serviço;

15. DA GARANTIA

15.1. Se, a qualquer tempo, o Município vier a observar qualquer tipo de dano material, ou desconformidade com as especificações constantes deste instrumento, este deverá ser substituído, sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As omissões deste instrumento e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Presencial nº. 16/2017 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

16.2. Caberá ao Município de General Carneiro o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios - AMM, conforme Lei n. 10.520/02.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Barra do Garças, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste instrumento, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

General Carneiro-MT, em 17, de Outubro de 2017.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

_____

JOÃO PORFIRIO JUNIOR AUTOPEÇAS-ME

CNPJ: 27.183.445/0001-00

CONTRATADA

_____

A.P DE ARAUJO LOCADORA E TRANSPORTES-ME

CNPJ: 20.111.023/0001-80

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME :_____ NOME : _____

CPF : CPF :

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO N° 157/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT.

CONTRATADO: AUTO POSTO BACABA LTDA

OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEIS PARA USO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO.

VALOR: R$ 1.245.960,00 (UM MILHÃO DUZENTOS QUARENTA E CINCO MIL NOVECENTOS E SESCENTA REAIS)

DATA: 12/06/2017

VIGÊNCIA: 12/06/2018

TERMO ADITIVO

TERCEIRO **TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL Nº** 157/2017 QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO-MT E A EMPRESA AUTO POSTA BACABA LTDA, TENDO POR OBJETO O QUE SE ESPECÍFICA.

CONTRATANTE: **O MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.503.612/0001-95, com sede na Avenida Delson Rodrigues s/nº Centro – General Carneiro - MT, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal **MARCELO DE AQUINO**, brasileiro, casado, empresário, residente e Domiciliado à BR 070, Km 66, Centro, nesta cidade, portador do RG n° 988.819 /SSP-MT e CPF n° 604.224.401-91, denominada como CONTRATANTE, e de outro lado e a Empresa **AUTO POSTO BACABA LTDA**, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o n. 09.424.309/0001-83 e Inscrição estadual nº 13.353.247-0, estabelecida na Rua 07 de Setembro, s/n, Centro, , CEP: 78620-000, Cidade de GENERAL CARNEIRO, estado de Mato Grosso, representada neste ato por seu representante legal o Sra. **DEUSENY DAMASIA DE SOUSA**, brasileira, empresária, residente e domiciliado na cidade de Barra do Garças, estado de Mato Grosso, portador da RG nº 885.278 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 568.483.741-72, chamado simplesmente de **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLAUSULA PRIMEIRA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 65, inciso I, alínea “b” da Lei nº 8.666/93 e nas Cláusulas Notado referido Contrato.

CLAUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

2.1. Necessidade de acréscimo nos preços dos combustíveis, conforme reajustes autorizados pela Agência Reguladora Nacional do Petróleo, conforme clausula 9.1 a 9.5 contrato 157/2017;

Tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR CONTRATO	REAJUSTE	VALOR ATUAL
01	ETANOL	2,85	0,05	2,90
02	GASOLINA COMUM	4,25	0,14	4,39

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

3.1 Fica ajustado o preço por litro de combustível, passando o preço do contrato de Etanol de R$ 2,85 (dois reais e oitenta e cinco centavos) para o preço abaixo, conforme segue:

3.1.1 ETANOL: R$ 2,90 (Dois reais e noventa centavos), corresponde a 1,5 % (um ponto cinco por cento) do valor inicial contratado;

3.2. Fica ajustado o preço por litro de combustível, passando o preço do contrato de Gasolina comum de R$ 4,25 (quatro reais e vinte cinco centavos) para o preço abaixo, conforme segue:

3.2.1 GASOLINA COMUM: R$ 4,39 (Quatro reais e trinta e nove centavos), corresponde a 3,3 % (treis ponto treis por cento) do valor inicial contratado;

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas.

4.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Barra do Garças – MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

General carneiro/MT, em 8 de Novembro de 2017.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL GENERAL CARNEIRO

CONTRATANTE

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

_____

AUTO POSTO BACABA LTDA

CONTRATADA

DEUSENY DAMASIA DE SOUSA

TESTEMUNHAS:

NOME:_____NOME:

_____

RGNº:_____
RGNº:_____

ASSINATURA:_____ ASSINATURA:_____

O presente Aditivo foi analisado e aprovado pela Assessoria Jurídica da Administração, em 08 de Novembro 2.017.

_____

UBIRATAN BARROSO DE CASTRO JUNIOR

Procurador Geral do Município

OAB/MT 20.394

RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado de Licitação PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2017

A Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, através do **PREGOEIRO**, torna público, que no Pregão Presencial nº.012/2017, com o objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DEPEDREIROS, SERVENTE DE PEDREIRO E SEVIÇOS GERAIS EM OBRAS EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.**

Obteve o seguinte resultado a empresa: ROBERTO ISAIAS FERREIRA FRANÇA ME CNPJ-18.987.733/0001-27, sagrou-se vencedora dos seguintes itens: Item 01 R$ 78.000,00 Item 02 R$ 40.800,00 Item 03 R$ 40. 800,00;

Foram recebidos os documentos de HABILITAÇÃO da empresa vencedoras onde foram julgadas e consideradas devidamente HABILITADAS a(s) empresa(s) ROBERTO ISAIAS FERREIRA FRANÇA ME CNPJ-18. 987.733/0001-27 O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala licitações da referida Prefeitura, localizada na Aveinda Delson Rodrigues s/n Bairro Centro , neste município de General Carneiro/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público.

General Carneiro -MT, 06 de Setembro de 2017.

ELIEZIO DIAS DA SILVA

Pregoeiro Oficial

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 17/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT.

CONTRATADO: RODOTANQUES EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS INDÚSTRIA E COMERCIO EIRELI-EPP.

OBJETO: AQUISUIÇÃO DE RESERVATORIO METALICO EM CHAPAS DE AÇO CARBONO PARA CONSUMO HUMANO, DESTINADO A ABASTECIMENTO, SOLDAS FEITAS COM ARAMES COBREADOS COM SISTEMAS MIG MAG, SENDO SOLDADO POR DENTRO EPOR FORA, PREPARAÇÃO DA SUPERFICIE COM DESINGRAXANTE LIQUIDO PARA PERFEITA ADERENCIA DA PINTURA, REVESTIMENTO EM PESOS POLIAMIDA BI COMPONENTE COM ESPESSURA FINAL DE 200 MICRONS, E POR FORA ESMALTE SINTETICO BRANCO, COM ESCOTILHA PARA MANUTENÇÃO NA PARTE INFERIOR DA CAIXA, COM LUVAS DE CONEXÃO DE ENTRADA DE AGUA E PARA SAIDA, GARANTIA ESTRUTURAL DE 05ANOS E DO REVESTIMENTOS 02 ANOS.(INSTALADA), MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO .

VALOR: R$ 67.500,00 (setenta e sete mil e quinhentos reais).

DATA: 31/08/2017

VIGÊNCIA: 31/05/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2017.

O município de Guarantã do Norte torna público para conhecimento dos interessados, que está **SUSPENSA** por tempo indeterminado à licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS nº 010/2017** cujo objeto é a contratação de empresa habilitada para prestação de serviços de COLETA E TRANSPORTE DE LIXO NO PERÍMETRO URBANO do município de guarantã do norte até o lixão municipal. A abertura do certame estava prevista para o dia **17/11/2017** às **08h00min**. Para esclarecimentos entrar em contato no telefone (66) 3552-5135 ou no Email licitacaogta2017.2020@gmail.com. Guarantã do Norte/MT, 14 de Novembro 2017. **Gutenberg Xavier Alves Dos Santos-**Comissão Permanente de Licitação-**Presidente.**

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2017 - SRP

O Município de Guarantã do Norte torna público para conhecimento dos interessados que fica **SUSPENSA** por tempo indeterminado a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 067/2017 cujo objeto é**REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresa especializada

no fornecimento de **PNEUS, PROTETORES DE CÂMARAS E CÂMARAS DE AR NOVOS, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I)**. A abertura do certame estava prevista para **23/11/*2017* *às* *08h00*min** (horário de Mato Grosso), Para esclarecimentos entrar em contato no telefone (66) 3552-5135 ou no E-mail licitacaogta2017.2020@gmail.com. Guarantã do Norte/MT, 14 de novembro de 2017. Sebastião Adilson C. da Silva/Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 415/2017, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a exoneração da Senhora DEISE MARIA LOPES DE SOUZA, do cargo de CHEFE DE DIVISÃO da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT, e dá outras providências".

O Senhor **PEDRO FERRONATTO**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade administrativa, resolve:

Art. 1º - Exonerar a Senhora **DEISE MARIA LOPES DE SOUZA**, do cargo de **Chefe de Divisão, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social** da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT, nomeada através da Portaria nº. 237/2017 de 09 de maio de 2017.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº. 237/2017.

Gabinete do Prefeito, Ipiranga do Norte/MT, 14 de novembro de 2017.

Registre-se e Publique-se

Data Supra

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / JURIDICO
PORTARIA Nº. 416, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Nomeia os Membros para a Comissão Especial de Organização e Avaliação do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 003/2017 e dá outras providências.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - Nomear os membros da Comissão Especial de Organização e Avaliação do Processo Seletivo Simplificado nº. 003/2017:

1º. CARINE LAGEMANN, ocupante do cargo de Técnico Administrativo Educacional, mat. nº311, CPF nº 006.281.939-98, Presidente.

2º ADRIANA CAVÉQUIA, ocupante do cargo de Assistente Social, mat. nº753, CPF nº 650.232.851-20, Secretária.

3°. ROSINARA DE LOURDES FERREIRA SCOPEL, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, mat. n° 884, CPF nº 906.620.400-15, Membro.,

4º CRIS MEURI DA SILVA, ocupante do cargo de Encarregado de Setor, mat. nº 1023, CPF nº 018.194.251-85

5º CRISTIANE EUKO MARTINS, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Enfermagem – 40 Horas, mat. n° 807, CPF nº 056.366.199-28, Membro.

6º AUDIRLEY PETERLE, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, mat. nº 925, CPF nº 791.881.171-20, Membro.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, aos 14 de Novembro de 2017.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE ADESÃO REFERENTE AO PREGÃO ELETRONICO 010/2017 - REGISTRO DE PREÇOS N° 015/2017, COMO ÓRGÃO PARTICIPANTE DO CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE VALE DO TELES PIRES.

A Prefeitura Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, para conhecimento dos interessados e em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520/2002 e do Decreto Municipal nº 081/2015, a Adesão as Atas de Registros de Preços do **Pregão Eletrônico nº 010/2017 – Registro de Preços n° 015/2017,** como órgão Participante, promovido peloConsórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires, cujo objeto é o **"Registro de preços para futura contratação de pessoa jurídica para aquisição de móveis e equipamentos permanentes para atender as demandas das secretarias municipais de Saúde dos municípios integrantes deste Consórcio. "**, que teve como vencedora as seguintes empresas abaixo relacionadas com os respectivos valores aderidos: ATA 001 – JAIME TRENTIN & CIA LTDA-ME – R$ 17.821,02 (dezessete mil oitocentos e vinte e um reais e dois centavos); ATA 003 – TOPO LICITACOES LTDA – ME – R$ 7.296,03 (sete mil duzentos e noventa e seis reais e três centavos); ATA 004 – INDREL INDUSTRICA DE REFRIG. LONDRINENSE LTDA – R$ 6.080,00 (seis mil e oitenta reais); ATA 006 – M.H.M. DO COUTO COMERCIAL ME – R$ 11.466,00 (onze mil quatrocentos e sessenta e seis reais); ATA 007 – CASA DO COMPUTADOR LTDA – EPP – R$ 1.060,00 (um mil e sessenta reais); ATA 008 – AGNUS COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQ. LTDA – R$ 74,00 (setenta e quatro reais); ATA 011 – VENTISOL DA AMAZONIA IND. DE APARAELHOS ELETRICOS LTDA – R$ 10.278,00 (dez mil duzentos e setenta e oito reais); ATA 012 – GOMES COMERCIO E SERVICO DE INFORMATICA EIRELI – ME – R$ 3.780,00 (três mil setecentos e oitenta reais); ATA 013 – GB MOVEIS E DECORACAOES LTDA-EPP – R$ 7.740,00 (sete mil setecentos e quarenta reais); ATA 014 – SALVI E LOPES E CIA LTDA – ME – R$ 9.760,94 (nove mil setecentos e sessenta reais e noventa e quatro centavos); ATA 015 – CIRURGICA GONCALVES LTDA – EPP – R$ 9.913,70 (nove mil novecentos e treze e setenta); ATA 016 – ROCHA MOREIRA EQUIP. MEDICOS EIRELI – ME – R$ 1.000,00 (um mil reais); ATA 017 – A.T.I. COMERCIO DE MOVEIS E INF. LTDA – EPP – R$ 1.032,24 (um mil e trinta e dois reais e vinte e quatro centavos); ATA 018 – MV ATACADISTA DE MOVEIS LTDA-ME – R$ 2.792,40 (dois mil setecentos e noventa e dois reais e quarenta centavos); ATA 019 – ALFRS INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA – EPP – R$ 2.070,00 (dois mil e setenta reais); ATA 020 – HOSPITRONICA – COM. DE EQUIP. MEDICO HOSPITALAR LTDA-EPP – R$ 3.494,00 (três mil quatrocentos e noventa e quatro reais); ATA 021 – JOSE ANTONIO DE PAULA – MAT. DE LIVRARIA E PAPELARIA -ME – R$ 4.659,98 (quatro mil seiscentos e cinquenta e nove reais e noventa e oito centavos); ATA 023 – OLMI INFORMATICA LTDA – EPP – R$ 22.034,00 (vinte e dois mil e trinta e quatro reais); ATA 024 – CCK COMERCIAL EIRELI – EPP – R$ 8.925,00 (oito mil novecentos e vinte e cinco reais); ATA 025 – INSTRAMED INDUSTRIA MEDICO HOSPITALAR LTDA – R$ 8.570,00 (oito mil quinhentos e setenta reais); ATA 026 – MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA – EPP – R$ 5. 660,00 (cinco mil seiscentos e sessenta reais); ATA 028 – BETANIAMED COMERCIAL EIRELI – EPP – R$ 26.920,00 (vinte se seis mil novecentos e vinte reais); ATA 029 – R.C. EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA – ME – R$ 2.000,00 (dois mil reais); ATA 030 - COMERCIAL ELIANE EIRELI – ME – R$ 6.780,00 (seis mil setecentos e oitenta reais); ATA 031

– EQUIPOS COMERCIAL LTDA-ME – R$ 11.216,00 (onze mil duzentos e dezesseis reais)

ATA 032 – K. O. A. DREHMER – ME – R$ 856,00 (oitocentos e cinquenta e seis reais); ATA 034 – MEDPEJ – EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA – R$ 1.120,00 (um mil cento e vinte reais); ATA 035 – DISMEQ COM. IMPORTADORA DE MAQUINAS PARA ESCRITORIA LTDA – EPP – R$ 690,00 (seiscentos e noventa reais). O valor global da referida adesão atinge o montante de **R$ 195.089,31** (cento e noventa e cinco mil oitenta e nove reais e trinta e um centavos).A íntegra do ato de Adesão e demais documentos encontram-se nos autos do processo de adesão, através do Pregão Presencial n° 063/2017.

Itanhangá-MT, 14 de novembro de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
LEI MUNICIPAL Nº 994 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

LEI MUNICIPAL Nº 994 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, cria o Conselho Municipal de Saneamento Básico e o Fundo Municipal de Saneamento Básico e, dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, MATO GROSSO, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições desta lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do Município.

Art. 2º Para efeitos desta lei considera-se:

I – saneamento básico: conjunto de serviços e infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

II - gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição da República Federativa do Brasil;

III- universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

IV - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

V - prestação regionalizada: àquela em que um único prestador atende a 02 (dois) ou mais titulares;

VI - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

VII - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 3º Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 4º Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo dos resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 5º O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

Art. 6º Para os efeitos desta Lei, o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades:

I - de coleta, transbordo e transporte dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 2o desta Lei;

II - de triagem para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 2o desta Lei;

III - de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.

Seção II

Dos Princípios Fundamentais

Art. 7º A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I – universalização;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso a conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização das respectivas redes, adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais, que não causem risco a saúde pública e promovam o uso racional da energia, conservação e racionalização do uso da água e dos demais recursos naturais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental e proteção dos recursos hídricos, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos;

VIII - adoção de medidas de fomento à moderação do consumo de água.

IX - eficiência e sustentabilidade econômica;

X - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

XI - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

XII - controle social;

XIII - segurança, qualidade e regularidade;

XIV – subsídio, com instrumentos econômicos de política social para viabilizar a manutenção e a continuidade dos serviços públicos, com o objetivo de universalizar o acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda, como vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Seção III

Dos Objetivos

Art. 8º São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:

I - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda e tradicionais;

II - proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

III - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade ambiental, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

IV - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

V - promover alternativas de gestão que viabilizem a auto sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação com os governos estadual e federal, bem como com entidades municipalistas;

VI - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção dos recursos hídricos e do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde, desenvolvendo programas de:

a) preservação dos recursos hídricos e de bacias hidrográficas, com vistas ao alcance do desenvolvimento sustentável e preservação ambiental;

b) execução do manejo do solo e da água, com a recuperação de áreas degradadas, conservação e recuperação de matas ciliares e demais florestas de proteção;

c) execução de campanhas de educação sanitária e ambiental.

VII - promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos contempladas as especificidades locais;

VIII - fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;

IX - contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego, de renda e a inclusão social;

Seção IV

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º A execução da política municipal de saneamento básico será de competência da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, que distribuirá, de forma transdisciplinar, à todas as Secretarias e órgãos da Administração Municipal, respeitadas as suas competências.

Art. 10. A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I - valorização do processo de planejamento e decisão sobre medidas preventivas ao crescimento caótico de qualquer tipo, objetivando resolver problemas de dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição e a ocupação territorial sem a devida observância das normas de saneamento básico previstas nesta lei e demais normas municipais;

II - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

III - coordenação e integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;

IV - atuação integrada dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais de saneamento básico;

V - consideração às exigências e características locais, à organização social e às demandas socioeconômicas da população;

VI - prestação dos serviços públicos de saneamento básico orientada pela busca permanente da universalidade e qualidade;

VII - ações, obras e serviços de saneamento básico planejados e executados de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente e à saúde pública, cabendo aos órgãos e entidades por elas responsáveis o licenciamento, a fiscalização e o controle dessas ações, obras e serviços, nos termos de sua competência legal;

VIII – adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento para fins e elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, compatibilizando-se com o Plano Municipal de Saúde e de Meio Ambiente, com o Plano Diretor Municipal e com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da região, caso existam;

IX - incentivo ao desenvolvimento científico na área de saneamento básico, à capacitação tecnológica da área, à formação de recursos humanos e à busca de alternativas adaptadas às condições de cada local;

X - adoção de indicadores, parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico;

XI - promoção de programas de educação sanitária;

XII - estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

XIII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

Art. 11. No acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos deverão ser observados, além de outros previstos, os seguintes procedimentos:

I - acondicionamento separado do resíduo sólido doméstico dos resíduos passíveis de reciclagem e a coleta seletiva destes;

II - acondicionamento, coleta e destinação própria dos resíduos hospitalares e dos serviços de saúde;

III - os resíduos industriais, da construção civil, agrícolas, entulhos e rejeitos nocivos à saúde, aos recursos hídricos e ao meio ambiente, bem como pilhas, baterias, acumuladores elétricos, lâmpadas fluorescentes e pneus, não poderão ser aterrados no aterro sanitário;

IV - utilização do processo de compostagem dos resíduos orgânicos, sempre que possível e viável;

V - manter o aterro sanitário dentro das normas da SEMA/MT, Resoluções do CONAMA e Normas da ABNT e demais legislações vigentes;

§ 1º A separação e o acondicionamento dos resíduos de que trata o inciso I é de responsabilidade do gerador, sendo a coleta, transporte e destino final de responsabilidade do Município de acordo com regulamentação específica.

§ 2º O acondicionamento, coleta, transporte e disposição final dos resíduos de que trata os incisos II e III é de responsabilidade do gerador.

§ 3º Os resíduos da poda de árvores e manutenção de jardins poderão ser coletados pela Prefeitura desde que acondicionado separadamente dos demais resíduos, conforme definido pelo Código Tributário Municipal vigente.

§ 4º A disposição de qualquer espécie de resíduo gerado em um município, só poderá ser disposto em outro município, se autorizado pelo município depositário. Observando que, no caso de consórcio intermunicipal de aterro sanitário, a autorização para a disposição final dos resíduos sólidos entre os municípios consorciados deverá atender as exigências legais.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Da composição

Art. 12. A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Art. 13. O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 14. O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I - Plano Municipal de Saneamento Básico;

II - Conselho Municipal de Saneamento Básico;

III - Fundo Municipal de Saneamento Básico;

IV - Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

V - Conferência Municipal de Saneamento Básico.

Seção II

Do Plano Municipal de Saneamento Básico

Art. 15. Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Itiquira/MT, destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental para a execução dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 16. O Plano Municipal de Saneamento Básico contemplará um período de 20 (vinte) anos e contém, como principais elementos:

I - diagnóstico da situação atual e seus impactos nas condições de vida, com base em sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais, socioeconômicos e apontando as principais causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitindo soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas;

VI - adequação legislativa conforme legislação federal vigente.

Art. 17. O Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído por esta lei, será avaliado anualmente e revisado em prazo não superior a 4 (quatro) anos.

§ 1º O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar as alterações decorrentes da revisão prevista no *caput* à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

§ 2º A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido, bem como, elaborada em articulação com a prestadora dos serviços, caso existente.

§ 3º A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor à época da delegação.

§ 4º O Plano Municipal de Saneamento Básico, dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário deverá englobar integralmente o território do Município.

Art. 18. Na avaliação e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, tornar-se-á por base o relatório sobre a salubridade ambiental do município.

Art. 19. O processo de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico dar-se-á com a participação da população e do Conselho Municipal de Saneamento.

Seção III

Do Conselho Municipal de Saneamento

Art. 20. Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento como órgão superior de assessoramento e consulta da administração municipal, com funções fiscalizadoras e deliberativas no âmbito de sua competência, conforme dispõe esta lei.

Art. 21. São atribuições do Conselho Municipal de Saneamento:

I - elaborar e aprovar seu regimento interno;

II - dar encaminhamento às deliberações das Conferências Municipal, Regional, Estadual e Nacional de Saneamento Básico;

III - opinar sobre questões de caráter estratégico para o desenvolvimento da Cidade Sede e da localidade de Ouro Branco do Sul;

IV - deliberar e emitir pareceres sobre propostas de alteração da Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e dos Regulamentos;

V- acompanhar a execução do desenvolvimento de planos e projetos de interesse do desenvolvimento do Município quando afetar o âmbito do saneamento básico;

VI - deliberar sobre projetos de lei de interesse da política do saneamento municipal, antes do seu encaminhamento à Câmara;

VII - acompanhar a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico e sua revisão, devendo reunir-se pelo menos duas vezes ao ano com fins específicos de monitoramento do mesmo e efetuar a sua revisão conforme previsto nesta lei;

VIII - apreciar e deliberar sobre casos não previstos na Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e demais Legislações Municipais correlatas;

IX - Deliberar sobre recursos de competência do Fundo Municipal de Saneamento Básico, bem como acompanhar seu cronograma de aplicação.

Art. 22. O Conselho será composto em um modelo bipartite paritário, composto por no mínimo 05 (cinco) membros efetivos e por seus respectivos suplentes, com mandato de 02 (dois) anos, não admitida a recondução, nomeados por Decreto do Prefeito, assegurada a representação:

I - dos titulares dos serviços;

II - de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;

III - dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico;

IV - dos usuários de serviços de saneamento básico;

V - de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.

§ 1º Os membros devem exercer seus mandatos de forma gratuita, vedada à percepção de qualquer vantagem de natureza pecuniária.

§ 2º O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho será prestado pela Prefeitura Municipal de Itiquira-MT.

§ 3º As reuniões do Conselho são públicas, facultado aos munícipes solicitar, por escrito e com justificativa, que se inclua assunto de seu interesse na pauta da primeira reunião subsequente.

§ 4º As decisões do Conselho dar-se-ão, sempre, por maioria absoluta de seus membros.

§ 5º O Presidente do Conselho e seu Vice-Presidente, será eleito pelos Conselheiros dentre seus Membros.

§ 6º As funções e competências dos órgãos colegiados a que se refere o *caput* deste artigo poderão ser exercidas por órgãos colegiados já existentes, com as devidas adaptações das leis que os criaram.

Art. 23. São atribuições do Presidente do Conselho:

I - convocar e presidir as reuniões do Conselho;

II - solicitar pareceres técnicos sobre temas relevantes na área de saneamento e nos processos submetidos ao Conselho;

III - firmar as atas das reuniões e homologar as resoluções e decisões.

Seção IV

Do Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB)

Art. 24. Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB) do Município de Itiquira/MT, como órgão da Administração Municipal, vinculado à Gerência de Departamento de Água e Esgoto (GDAE).

§ 1º Os recursos do FMSB serão aplicados exclusivamente em saneamento básico no espaço geopolítico do Município; após consulta ao Conselho Municipal de Saneamento.

§ 2º A supervisão do FMSB será exercida na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatórios e informações que permitam o acompanhamento das atividades do FMSB, da execução do orçamento anual.

Art. 25. Os recursos do FMSB serão provenientes de:

I - repasses de valores do Orçamento Geral do Município;

II - Percentuais da arrecadação relativa a tarifas e taxas decorrentes da prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgotos, resíduos sólidos e serviços de drenagem urbana;

III - valores de financiamentos de instituições financeiras e organismos multilaterais públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;

IV - valores a Fundo Perdido, recebidos de pessoas jurídicas de direito privado ou público, nacionais ou estrangeiras;

V - doações e legados de qualquer ordem.

Art. 26. O orçamento e a contabilidade do FMSB obedecerão às normas estabelecidas pela Lei n° 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e as estabelecidas no Orçamento Geral do Município, de acordo com o princípio da unidade e universalidade.

Seção V

Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico

Art. 27. Fica instituído o Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico que possui como objetivos:

I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

§ 1º As informações do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas no Jornal Oficial do Município e em sites Oficiais;

§ 2º O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico deverá ser regulamentado em no prazo de 01 (um) ano, contados da publicação desta lei.

Seção VI

Da Conferência Municipal de Saneamento Básico

Art. 28. A Conferência Municipal de Saneamento Básico, parte do processo de elaboração e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, contará com a representação dos vários segmentos sociais e será convocada pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º Preferencialmente serão realizadas pré-conferências de saneamento básico como parte do processo e contribuição para a Conferência Municipal de Saneamento Básico.

§ 2º A Conferência Municipal de Saneamento Básico terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, proposta pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico e aprovada pelo Chefe do Poder Executivo.

Capítulo III

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Do Exercício da Titularidade

Art. 29. Os serviços básicos de saneamento de que trata esta Lei poderão ser executados das seguintes formas:

I - de forma direta pela Prefeitura ou por órgãos de sua administração indireta;

II - por empresa contratada para a prestação dos serviços através de processo licitatório;

III - por empresa concessionária escolhida em processo licitatório de concessão, nos termos da Lei Federal nº 8.987/95;

IV - por gestão associada com órgãos da administração direita e indireta de entes públicos federados por convênio de cooperação ou em consórcio público, através de contrato de programa, nos termos do artigo 241 da Constituição da República Federativa do Brasil e da Lei Federal nº 11.107/05.

§ 1º A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração municipal depende de celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

§ 2º Excetuam do disposto no parágrafo anterior os serviços autorizados para usuários organizados em cooperativas, associações ou condomínios, desde que se limite a localidade de expansão urbana, distrito ou comunidade rural.

§ 3º Da autorização prevista no parágrafo anterior deverá constar a obrigação de transferir ao titular os bens vinculados aos serviços por meio de termos específicos, com os respectivos cadastros técnicos.

Art. 30. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:

I - a existência do Plano de Saneamento Básico;

II - a existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços;

III - a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização;

IV - a realização prévia de audiência e de consulta pública sobre o edital de licitação, no caso de concessão e sobre a minuta do contrato.

Art. 31. Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa, as normas previstas no inciso III do artigo anterior deverão prever:

I - a autorização para a contratação dos serviços, indicando os respectivos prazos e a área a ser atendida;

II - inclusão no contrato das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos, em conformidade com os serviços a serem prestados;

III - as prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas;

IV - as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação de serviços, em regime de eficiência, incluindo:

a) o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas;

b) a sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas;

c) a política de subsídios;

V - mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação, fiscalização e transparência dos serviços;

VI - as hipóteses de intervenção, penalidades e de retomada dos serviços.

§ 1º os contratos não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou de acesso às informações sobre serviços contratados.

§ 2º na prestação regionalizada, o disposto neste artigo e no artigo anterior poderá se referir ao conjunto de Municípios por ela abrangidos.

VII- atender as legislações vigentes no que se refere à qualidade da água.

Art. 32. Nos serviços públicos de saneamento básico em que mais de um prestador execute atividade interdependente com outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato e haverá órgão único encarregado das funções de regulação e de fiscalização.

Parágrafo único. A Entidade reguladora definirá, pelo menos:

I - as normas técnicas relativas à qualidade e regularidade dos serviços aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;

II - as normas econômicas e financeiras relativas às tarifas, aos subsídios e aos pagamentos por serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores dos serviços;

III - a garantia de pagamento de serviços prestados entre os diferentes prestadores dos serviços;

IV - os mecanismos de pagamento de diferenças relativas a inadimplemento dos usuários, perdas comerciais e físicas e outros créditos devidos, quando for o caso;

V - o sistema contábil específico para os prestadores que atuem em mais de um Município;

VI - a compensação sócio-ambiental por atividades causadoras de impacto.

Art. 33. O contrato a ser celebrado entre os prestadores de serviços a que se refere o artigo anterior deverá conter cláusulas que estabeleçam pelo menos:

I - as atividades ou insumos contratados;

II - as condições, garantias recíprocas de fornecimento e de acesso às atividades ou insumos;

III - o prazo de vigência, compatível com as necessidades de amortização de investimentos, e as hipóteses de sua prorrogação;

IV - os procedimentos para a implantação, ampliação, melhoria e gestão operacional das atividades;

V - as regras para a fixação, o reajuste e a revisão das taxas, tarifas e outros preços públicos aplicáveis ao contrato;

VI - as condições e garantias de pagamento;

VII - os direitos e deveres sub-rogados ou os que autorizam a sub-rogação;

VIII - as hipóteses de extinção, inadmitida a alteração e a rescisão administrativas unilaterais;

IX - as penalidades a que estão sujeitas as partes em caso de inadimplemento;

X - a designação do órgão ou entidade responsável pela regulação e fiscalização das atividades ou insumos contratados.

Seção II

Da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico

Art. 34. A prestação dos serviços de saneamento básico atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Art. 35. Toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§ 1º Na ausência de redes públicas de água e esgotos, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

§3º As edificações temporárias deverão dispor de meios específicos para conexão às redes públicas de água tratada e esgoto sanitário.

Art. 36. Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

Art. 37. Os prestadores de serviços de saneamento básico deverão elaborar manual de prestação de serviço e atendimento, assegurando acesso amplo e gratuito aos usuários dos sistemas.

Seção III

Dos Direitos e Deveres dos Usuários

Art. 38. São direitos dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - a gradativa universalização dos serviços de saneamento básico e sua prestação de acordo com os padrões estabelecidos pelo órgão de regulação e fiscalização;

II - o amplo acesso às informações constantes no Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

III - a cobrança de taxas, tarifas e preços públicos compatíveis com a qualidade e quantidade do serviço prestado;

IV - o acesso direto e facilitado ao órgão regulador e fiscalizador;

V - ao ambiente salubre;

VI - o prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

VII - a participação no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do artigo 19 desta lei;

VIII - o acesso gratuito ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário.

Art. 39. São deveres dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - o pagamento das taxas, tarifas e preços públicos cobrados pela Administração Pública ou pelo prestador de serviços;

II - o uso racional da água e a manutenção adequada das instalações hidrossanitárias da edificação;

III - a ligação de toda edificação permanente urbana às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário disponíveis;

IV - o correto manuseio, separação, armazenamento e disposição para coleta dos resíduos sólidos, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder público municipal;

V - primar pela retenção das águas pluviais no imóvel, visando a sua infiltração no solo ou seu reúso;

VI - colaborar com a limpeza pública, zelando pela salubridade dos bens públicos e dos imóveis sob sua responsabilidade.

VII - participar de campanhas públicas de promoção do saneamento básico.

Parágrafo único. Nos locais não atendidos por rede coletora de esgotos, é dever do usuário a construção, implantação e manutenção de sistema individual de tratamento e disposição final de esgotos, conforme regulamentação do poder público municipal, promovendo seu reuso sempre que possível.

Seção IV

Da Participação Regionalizada em Serviços de Saneamento Básico

Art. 40. O Município poderá participar de prestação regionalizada de serviços de saneamento básico que é caracterizada por:

I - um único prestador dos serviços para vários Municípios, contíguos ou não;

II - uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive sua remuneração;

III - compatibilidade de planejamento.

§ 1º Na prestação de serviços de que trata este artigo, as atividades de regulação e fiscalização poderão ser exercidas:

a) por órgão ou entidade de ente da Federação a que o titular tenha delegado o exercício dessas competências por meio de convênio de cooperação técnica entre entes da Federação, obedecido ao disposto no artigo 241 da Constituição da República Federativa do Brasil;

b) por consórcio público de direito público integrado pelos titulares dos serviços.

§ 2º No exercício das atividades de planejamento dos serviços a que se refere o *"caput"* deste artigo, o titular poderá receber cooperação técnica do Estado e basear-se em estudos técnicos fornecidos pelos prestadores.

Art. 41. A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico poderá ser realizada por:

I - órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista estadual ou municipal; na totalidade das atividades em sua parte como: Tratamento, Regulação e Normatização;

II - empresa a que se tenham concedido os serviços;

§ 1º O serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer ao plano de saneamento básico elaborado para o conjunto dos municípios consorciados.

§ 2º Os prestadores deverão manter sistema contábil que permita registrar e demonstrar, separadamente, os custos e as receitas de cada serviço para cada um dos municípios atendidos.

Seção V

Dos Aspectos Econômicos e Sociais

Art. 42. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

III - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

§ 1º Observado o disposto nos incisos I a III do *caput* deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observarão as seguintes diretrizes:

a) prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

b) ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

c) geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

d) inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

e) recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

f) remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

g) estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

h) incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

§ 2o Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

Art. 43. Observado o disposto no artigo anterior, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

I - categorias de usuários, distribuídos por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;

II - padrões de uso ou de qualidade requeridos;

III - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;

IV - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

V - ciclos significativos de aumento de demanda dos serviços, em períodos distintos;

VI - capacidade de pagamento dos consumidores.

Art. 44. Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda poderão ser:

I - diretos: quando destinados a usuários determinados;

II - indiretos: quando destinados ao prestador dos serviços;

III - tarifários: quando integrarem a estrutura tarifária;

IV - fiscais: quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções;

V - internos a cada titular ou localidades: nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional.

Art. 45. As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de coleta, tratamento e manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar em conjunto ou separadamente:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos, as áreas edificadas e a sua utilização;

III - o peso ou volume médio coletado por habitante ou por domicílio;

IV - tipo de resíduo gerado e a qualidade da segregação na origem.

Art. 46. A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas deve levar em conta, em cada lote, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, podendo considerar também:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos, áreas edificadas e sua utilização.

Art. 47. O reajuste de tarifas de serviços públicos de saneamento básico será realizado observando-se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 48. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:

I - periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado;

II - extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelo órgão ou entidade reguladora, ouvidos os usuários e os prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§ 3º O órgão ou entidade reguladora poderá autorizar o prestador dos serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei Federal nº 8. 987/95.

Art. 49. As tarifas devem ser fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões tornados públicos com antecedência mínima de 90 (noventa) dias com relação à sua aplicação.

Parágrafo único. A fatura a ser entregue ao usuário final deverá ter seu modelo aprovado pelo órgão gerenciador (GDAE) ou entidade reguladora, que definirá os itens e custos a serem explicitados.

Art. 50. Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza no sistema;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário;

V - inadimplência do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

Art. 51. Desde que previsto nas normas de regulação, grandes usuários poderão negociar suas tarifas com o prestador dos serviços, mediante contrato específico, ouvido previamente o órgão gerenciador (GDAE) ou o regulador.

Art. 52. Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o titular, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais.

§ 1º Não gerarão crédito perante o titular os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 2º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pelo órgão ou ente regulador e Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados

exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

Capítulo IV

DA REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 53. O município poderá prestar diretamente ou delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços de saneamento básico, nos termos da Constituição Federal, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993; da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005; da Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004 e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Parágrafo único. As atividades de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico poderão ser exercidas:

I – pela Gerência do Departamento de Água e Esgoto Municipal;

II - por autarquia com esta finalidade, pertencente à própria Administração Pública;

III - por órgão ou entidade de ente da Federação que o município tenha delegado o exercício dessas competências, obedecido ao disposto no art. 241 da Constituição da República Federativa do Brasil;

IV - por consórcio público integrado pelos titulares dos serviços.

Art. 54. São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III - prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência e defesa do consumidor;

IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade;

V - definir as penalidades.

Art. 55. A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V - medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI - monitoramento dos custos;

VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX - subsídios tarifários e não tarifários;

X - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento;

§ 1º As normas a que se refere o *caput* deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 2º As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 56. Em caso de gestão associada a prestação regionalizada dos serviços, poderão ser adotados os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em toda a área de abrangência da associação e prestação.

Art. 57. Os prestadores dos serviços de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

Art. 58. Devem ser dadas publicidade e transparência aos relatórios, estudos e decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou a fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto.

§ 1º Excluem-se do disposto no *"caput"* deste artigo os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão.

§ 2º A publicidade e a transparência que se refere *o "caput"* deste artigo deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de site Ofícial do Município ou pelo Jornal Oficial do Município.

Art. 59. É assegurado aos usuários dos serviços públicos de saneamento básico:

I - amplo acesso a informações sobre os serviços prestados;

II - prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

III - acesso ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pelo órgão ou entidade reguladora;

IV - acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

Capítulo V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 60. Compete ao Município de Itiquira/MT e seus órgãos da administração direta e indireta promover a capacitação sistemática dos funcionários para garantir a aplicação e a eficácia desta lei e demais normas pertinentes.

Art. 61. O Plano Municipal de Saneamento Básico e sua implementação ficam sujeitos ao contínuo acompanhamento, revisão e adaptação às circunstâncias emergentes e será revisto em até 02 (dois) anos após a publicação dos resultados dos Censos Demográficos realizados pelo IBGE;

Art. 62. O Plano de Manejo, Recuperação e ou Conservação de Mananciais Subterrâneos e/ou Superficiais para captação de abastecimento público de água potável, deverá estar concluído até 03 (três) anos após a aprovação e publicação desta Lei;

Parágrafo único. Em até 03 (trtês) anos após a publicação desta Lei a Prefeitura Municipal deverá ter viveiro de mudas para promover a recuperação nas nascentes e matas ciliares do município.

Art. 63. Ao Poder Executivo Municipal compete dar ampla divulgação do PMSB e das demais normas municipais referentes ao saneamento básico.

Art. 64. A entidade ou o órgão regulador dos serviços de que trata esta lei será definido mediante lei específica.

Art. 65. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar empresas, inclusive por meio de concessão, para a execução dos serviços de que tratam as alíneas “a”, “b”, “c” e “d” contidas no inciso I do artigo 2º desta lei, no todo ou em parte.

Art. 66. Os regulamentos dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas serão propostos pelo órgão regulador e baixados por decreto do Poder Executivo, após aprovação do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Art. 67. Enquanto não forem editados os regulamentos específicos, permanecem em uso as atuais normas e procedimentos relativos aos serviços de água e esgotos sanitários; bem como, às tarifas e preços públicos em vigor, os quais são reajustados de acordo com o Código Tributário Municipal;

Art. 68. Os serviços previstos no artigo anterior deverão ter sustentabilidade econômico-financeira através da cobrança de taxas, tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação de serviços.

Art. 69. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 13 de novembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 994 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, cria o Conselho Municipal de Saneamento Básico e o Fundo Municipal de Saneamento Básico e, dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, MATO GROSSO, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições desta lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do Município.

Art. 2º Para efeitos desta lei considera-se:

I – saneamento básico: conjunto de serviços e infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

II - gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição da República Federativa do Brasil;

III- universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

IV - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

V - prestação regionalizada: àquela em que um único prestador atende a 02 (dois) ou mais titulares;

VI - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

VII - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 3º Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 4º Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo dos resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 5º O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

Art. 6º Para os efeitos desta Lei, o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades:

I - de coleta, transbordo e transporte dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 2o desta Lei;

II - de triagem para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 2o desta Lei;

III - de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.

Seção II

Dos Princípios Fundamentais

Art. 7º A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I – universalização;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso a conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização das respectivas redes, adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais, que não causem risco a saúde pública e promovam o uso racional da energia, conservação e racionalização do uso da água e dos demais recursos naturais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental e proteção dos recursos hídricos, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos;

VIII - adoção de medidas de fomento à moderação do consumo de água.

IX - eficiência e sustentabilidade econômica;

X - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

XI - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

XII - controle social;

XIII - segurança, qualidade e regularidade;

XIV – subsídio, com instrumentos econômicos de política social para viabilizar a manutenção e a continuidade dos serviços públicos, com o objetivo de universalizar o acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda, como vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Seção III

Dos Objetivos

Art. 8º São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:

I - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda e tradicionais;

II - proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

III - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade ambiental, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

IV - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

V - promover alternativas de gestão que viabilizem a auto sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação com os governos estadual e federal, bem como com entidades municipalistas;

VI - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção dos recursos hídricos e do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde, desenvolvendo programas de:

a) preservação dos recursos hídricos e de bacias hidrográficas, com vistas ao alcance do desenvolvimento sustentável e preservação ambiental;

b) execução do manejo do solo e da água, com a recuperação de áreas degradadas, conservação e recuperação de matas ciliares e demais florestas de proteção;

c) execução de campanhas de educação sanitária e ambiental.

VII - promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos contempladas as especificidades locais;

VIII - fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;

IX - contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego, de renda e a inclusão social;

Seção IV

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º A execução da política municipal de saneamento básico será de competência da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, que distribuirá, de forma transdisciplinar, à todas as Secretarias e órgãos da Administração Municipal, respeitadas as suas competências.

Art. 10. A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I - valorização do processo de planejamento e decisão sobre medidas preventivas ao crescimento caótico de qualquer tipo, objetivando resolver problemas de dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição e a ocupação territorial sem a devida observância das normas de saneamento básico previstas nesta lei e demais normas municipais;

II - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

III - coordenação e integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;

IV - atuação integrada dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais de saneamento básico;

V - consideração às exigências e características locais, à organização social e às demandas socioeconômicas da população;

VI - prestação dos serviços públicos de saneamento básico orientada pela busca permanente da universalidade e qualidade;

VII - ações, obras e serviços de saneamento básico planejados e executados de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente e à saúde pública, cabendo aos órgãos e entidades por elas responsáveis o licenciamento, a fiscalização e o controle dessas ações, obras e serviços, nos termos de sua competência legal;

VIII – adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento para fins e elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, compatibilizando-se com o Plano Municipal de Saúde e de Meio Ambiente, com o Plano Diretor Municipal e com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da região, caso existam;

IX - incentivo ao desenvolvimento científico na área de saneamento básico, à capacitação tecnológica da área, à formação de recursos humanos e à busca de alternativas adaptadas às condições de cada local;

X - adoção de indicadores, parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico;

XI - promoção de programas de educação sanitária;

XII - estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

XIII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

Art. 11. No acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos deverão ser observados, além de outros previstos, os seguintes procedimentos:

I - acondicionamento separado do resíduo sólido doméstico dos resíduos passíveis de reciclagem e a coleta seletiva destes;

II - acondicionamento, coleta e destinação própria dos resíduos hospitalares e dos serviços de saúde;

III - os resíduos industriais, da construção civil, agrícolas, entulhos e rejeitos nocivos à saúde, aos recursos hídricos e ao meio ambiente, bem como pilhas, baterias, acumuladores elétricos, lâmpadas fluorescentes e pneus, não poderão ser aterrados no aterro sanitário;

IV - utilização do processo de compostagem dos resíduos orgânicos, sempre que possível e viável;

V - manter o aterro sanitário dentro das normas da SEMA/MT, Resoluções do CONAMA e Normas da ABNT e demais legislações vigentes;

§ 1º A separação e o acondicionamento dos resíduos de que trata o inciso I é de responsabilidade do gerador, sendo a coleta, transporte e destino final de responsabilidade do Município de acordo com regulamentação específica.

§ 2º O acondicionamento, coleta, transporte e disposição final dos resíduos de que trata os incisos II e III é de responsabilidade do gerador.

§ 3º Os resíduos da poda de árvores e manutenção de jardins poderão ser coletados pela Prefeitura desde que acondicionado separadamente dos demais resíduos, conforme definido pelo Código Tributário Municipal vigente.

§ 4º A disposição de qualquer espécie de resíduo gerado em um município, só poderá ser disposto em outro município, se autorizado pelo município depositário. Observando que, no caso de consórcio intermunicipal de aterro sanitário, a autorização para a disposição final dos resíduos sólidos entre os municípios consorciados deverá atender as exigências legais.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Da composição

Art. 12. A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Art. 13. O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 14. O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I - Plano Municipal de Saneamento Básico;

II - Conselho Municipal de Saneamento Básico;

III - Fundo Municipal de Saneamento Básico;

IV - Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

V - Conferência Municipal de Saneamento Básico.

Seção II

Do Plano Municipal de Saneamento Básico

Art. 15. Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Itiquira/MT, destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental para a execução dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 16. O Plano Municipal de Saneamento Básico contemplará um período de 20 (vinte) anos e contém, como principais elementos:

I - diagnóstico da situação atual e seus impactos nas condições de vida, com base em sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais, socioeconômicos e apontando as principais causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitindo soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas;

VI - adequação legislativa conforme legislação federal vigente.

Art. 17. O Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído por esta lei, será avaliado anualmente e revisado em prazo não superior a 4 (quatro) anos.

§ 1º O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar as alterações decorrentes da revisão prevista no *caput* à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

§ 2º A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido, bem como, elaborada em articulação com a prestadora dos serviços, caso existente.

§ 3º A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor à época da delegação.

§ 4º O Plano Municipal de Saneamento Básico, dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário deverá englobar integralmente o território do Município.

Art. 18. Na avaliação e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, tornar-se-á por base o relatório sobre a salubridade ambiental do município.

Art. 19. O processo de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico dar-se-á com a participação da população e do Conselho Municipal de Saneamento.

Seção III

Do Conselho Municipal de Saneamento

Art. 20. Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento como órgão superior de assessoramento e consulta da administração municipal, com fun-

ções fiscalizadoras e deliberativas no âmbito de sua competência, conforme dispõe esta lei.

Art. 21. São atribuições do Conselho Municipal de Saneamento:

I - elaborar e aprovar seu regimento interno;

II - dar encaminhamento às deliberações das Conferências Municipal, Regional, Estadual e Nacional de Saneamento Básico;

III - opinar sobre questões de caráter estratégico para o desenvolvimento da Cidade Sede e da localidade de Ouro Branco do Sul;

IV - deliberar e emitir pareceres sobre propostas de alteração da Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e dos Regulamentos;

V- acompanhar a execução do desenvolvimento de planos e projetos de interesse do desenvolvimento do Município quando afetar o âmbito do saneamento básico;

VI - deliberar sobre projetos de lei de interesse da política do saneamento municipal, antes do seu encaminhamento à Câmara;

VII - acompanhar a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico e sua revisão, devendo reunir-se pelo menos duas vezes ao ano com fins específicos de monitoramento do mesmo e efetuar a sua revisão conforme previsto nesta lei;

VIII - apreciar e deliberar sobre casos não previstos na Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e demais Legislações Municipais correlatas;

IX - Deliberar sobre recursos de competência do Fundo Municipal de Saneamento Básico, bem como acompanhar seu cronograma de aplicação.

Art. 22. O Conselho será composto em um modelo bipartite paritário, composto por no mínimo 05 (cinco) membros efetivos e por seus respectivos suplentes, com mandato de 02 (dois) anos, não admitida a recondução, nomeados por Decreto do Prefeito, assegurada a representação:

I - dos titulares dos serviços;

II - de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;

III - dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico;

IV - dos usuários de serviços de saneamento básico;

V - de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.

§ 1º Os membros devem exercer seus mandatos de forma gratuita, vedada à percepção de qualquer vantagem de natureza pecuniária.

§ 2º O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho será prestado pela Prefeitura Municipal de Itiquira-MT.

§ 3º As reuniões do Conselho são públicas, facultado aos munícipes solicitar, por escrito e com justificativa, que se inclua assunto de seu interesse na pauta da primeira reunião subsequente.

§ 4º As decisões do Conselho dar-se-ão, sempre, por maioria absoluta de seus membros.

§ 5º O Presidente do Conselho e seu Vice-Presidente, será eleito pelos Conselheiros dentre seus Membros.

§ 6º As funções e competências dos órgãos colegiados a que se refere o *caput* deste artigo poderão ser exercidas por órgãos colegiados já existentes, com as devidas adaptações das leis que os criaram.

Art. 23. São atribuições do Presidente do Conselho:

I - convocar e presidir as reuniões do Conselho;

II - solicitar pareceres técnicos sobre temas relevantes na área de saneamento e nos processos submetidos ao Conselho;

III - firmar as atas das reuniões e homologar as resoluções e decisões.

Seção IV

Do Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB)

Art. 24. Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB) do Município de Itiquira/MT, como órgão da Administração Municipal, vinculado à Gerência de Departamento de Água e Esgoto (GDAE).

§ 1º Os recursos do FMSB serão aplicados exclusivamente em saneamento básico no espaço geopolítico do Município; após consulta ao Conselho Municipal de Saneamento.

§ 2º A supervisão do FMSB será exercida na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatórios e informações que permitam o acompanhamento das atividades do FMSB, da execução do orçamento anual.

Art. 25. Os recursos do FMSB serão provenientes de:

I - repasses de valores do Orçamento Geral do Município;

II - Percentuais da arrecadação relativa a tarifas e taxas decorrentes da prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgotos, resíduos sólidos e serviços de drenagem urbana;

III - valores de financiamentos de instituições financeiras e organismos multilaterais públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;

IV - valores a Fundo Perdido, recebidos de pessoas jurídicas de direito privado ou público, nacionais ou estrangeiras;

V - doações e legados de qualquer ordem.

Art. 26. O orçamento e a contabilidade do FMSB obedecerão às normas estabelecidas pela Lei n° 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e as estabelecidas no Orçamento Geral do Município, de acordo com o princípio da unidade e universalidade.

Seção V

Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico

Art. 27. Fica instituído o Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico que possui como objetivos:

I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

§ 1º As informações do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas no Jornal Oficial do Município e em sites Oficiais;

§ 2º O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico deverá ser regulamentado em no prazo de 01 (um) ano, contados da publicação desta lei.

Seção VI

Da Conferência Municipal de Saneamento Básico

Art. 28. A Conferência Municipal de Saneamento Básico, parte do processo de elaboração e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, contará com a representação dos vários segmentos sociais e será convocada pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º Preferencialmente serão realizadas pré-conferências de saneamento básico como parte do processo e contribuição para a Conferência Municipal de Saneamento Básico.

§ 2º A Conferência Municipal de Saneamento Básico terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, proposta pelo

Conselho Municipal de Saneamento Básico e aprovada pelo Chefe do Poder Executivo.

Capítulo III

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Do Exercício da Titularidade

Art. 29. Os serviços básicos de saneamento de que trata esta Lei poderão ser executados das seguintes formas:

I - de forma direta pela Prefeitura ou por órgãos de sua administração indireta;

II - por empresa contratada para a prestação dos serviços através de processo licitatório;

III - por empresa concessionária escolhida em processo licitatório de concessão, nos termos da Lei Federal nº 8.987/95;

IV - por gestão associada com órgãos da administração direita e indireta de entes públicos federados por convênio de cooperação ou em consórcio público, através de contrato de programa, nos termos do artigo 241 da Constituição da República Federativa do Brasil e da Lei Federal nº 11.107/05.

§ 1º A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração municipal depende de celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

§ 2º Excetuam do disposto no parágrafo anterior os serviços autorizados para usuários organizados em cooperativas, associações ou condomínios, desde que se limite a localidade de expansão urbana, distrito ou comunidade rural.

§ 3º Da autorização prevista no parágrafo anterior deverá constar a obrigação de transferir ao titular os bens vinculados aos serviços por meio de termos específicos, com os respectivos cadastros técnicos.

Art. 30. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:

I - a existência do Plano de Saneamento Básico;

II - a existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços;

III - a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização;

IV - a realização prévia de audiência e de consulta pública sobre o edital de licitação, no caso de concessão e sobre a minuta do contrato.

Art. 31. Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa, as normas previstas no inciso III do artigo anterior deverão prever:

I - a autorização para a contratação dos serviços, indicando os respectivos prazos e a área a ser atendida;

II - inclusão no contrato das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos, em conformidade com os serviços a serem prestados;

III - as prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas;

IV - as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação de serviços, em regime de eficiência, incluindo:

a) o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas;

b) a sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas;

c) a política de subsídios;

V - mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação, fiscalização e transparência dos serviços;

VI - as hipóteses de intervenção, penalidades e de retomada dos serviços.

§ 1º os contratos não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou de acesso às informações sobre serviços contratados.

§ 2º na prestação regionalizada, o disposto neste artigo e no artigo anterior poderá se referir ao conjunto de Municípios por ela abrangidos.

VII- atender as legislações vigentes no que se refere à qualidade da água.

Art. 32. Nos serviços públicos de saneamento básico em que mais de um prestador execute atividade interdependente com outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato e haverá órgão único encarregado das funções de regulação e de fiscalização.

Parágrafo único. A Entidade reguladora definirá, pelo menos:

I - as normas técnicas relativas à qualidade e regularidade dos serviços aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;

II - as normas econômicas e financeiras relativas às tarifas, aos subsídios e aos pagamentos por serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores dos serviços;

III - a garantia de pagamento de serviços prestados entre os diferentes prestadores dos serviços;

IV - os mecanismos de pagamento de diferenças relativas a inadimplemento dos usuários, perdas comerciais e físicas e outros créditos devidos, quando for o caso;

V - o sistema contábil específico para os prestadores que atuem em mais de um Município;

VI - a compensação sócio-ambiental por atividades causadoras de impacto.

Art. 33. O contrato a ser celebrado entre os prestadores de serviços a que se refere o artigo anterior deverá conter cláusulas que estabeleçam pelo menos:

I - as atividades ou insumos contratados;

II - as condições, garantias recíprocas de fornecimento e de acesso às atividades ou insumos;

III - o prazo de vigência, compatível com as necessidades de amortização de investimentos, e as hipóteses de sua prorrogação;

IV - os procedimentos para a implantação, ampliação, melhoria e gestão operacional das atividades;

V - as regras para a fixação, o reajuste e a revisão das taxas, tarifas e outros preços públicos aplicáveis ao contrato;

VI - as condições e garantias de pagamento;

VII - os direitos e deveres sub-rogados ou os que autorizam a sub-rogação;

VIII - as hipóteses de extinção, inadmitida a alteração e a rescisão administrativas unilaterais;

IX - as penalidades a que estão sujeitas as partes em caso de inadimplemento;

X - a designação do órgão ou entidade responsável pela regulação e fiscalização das atividades ou insumos contratados.

Seção II

Da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico

Art. 34. A prestação dos serviços de saneamento básico atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Art. 35. Toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§ 1º Na ausência de redes públicas de água e esgotos, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

§3º As edificações temporárias deverão dispor de meios específicos para conexão às redes públicas de água tratada e esgoto sanitário.

Art. 36. Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

Art. 37. Os prestadores de serviços de saneamento básico deverão elaborar manual de prestação de serviço e atendimento, assegurando acesso amplo e gratuito aos usuários dos sistemas.

Seção III

Dos Direitos e Deveres dos Usuários

Art. 38. São direitos dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - a gradativa universalização dos serviços de saneamento básico e sua prestação de acordo com os padrões estabelecidos pelo órgão de regulação e fiscalização;

II - o amplo acesso às informações constantes no Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

III - a cobrança de taxas, tarifas e preços públicos compatíveis com a qualidade e quantidade do serviço prestado;

IV - o acesso direto e facilitado ao órgão regulador e fiscalizador;

V - ao ambiente salubre;

VI - o prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

VII - a participação no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do artigo 19 desta lei;

VIII - o acesso gratuito ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário.

Art. 39. São deveres dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - o pagamento das taxas, tarifas e preços públicos cobrados pela Administração Pública ou pelo prestador de serviços;

II - o uso racional da água e a manutenção adequada das instalações hidrossanitárias da edificação;

III - a ligação de toda edificação permanente urbana às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário disponíveis;

IV - o correto manuseio, separação, armazenamento e disposição para coleta dos resíduos sólidos, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder público municipal;

V - primar pela retenção das águas pluviais no imóvel, visando a sua infiltração no solo ou seu reúso;

VI - colaborar com a limpeza pública, zelando pela salubridade dos bens públicos e dos imóveis sob sua responsabilidade.

VII - participar de campanhas públicas de promoção do saneamento básico.

Parágrafo único. Nos locais não atendidos por rede coletora de esgotos, é dever do usuário a construção, implantação e manutenção de sistema individual de tratamento e disposição final de esgotos, conforme regulamentação do poder público municipal, promovendo seu reuso sempre que possível.

Seção IV

Da Participação Regionalizada em Serviços de Saneamento Básico

Art. 40. O Município poderá participar de prestação regionalizada de serviços de saneamento básico que é caracterizada por:

I - um único prestador dos serviços para vários Municípios, contíguos ou não;

II - uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive sua remuneração;

III - compatibilidade de planejamento.

§ 1º Na prestação de serviços de que trata este artigo, as atividades de regulação e fiscalização poderão ser exercidas:

a) por órgão ou entidade de ente da Federação a que o titular tenha delegado o exercício dessas competências por meio de convênio de cooperação técnica entre entes da Federação, obedecido ao disposto no artigo 241 da Constituição da República Federativa do Brasil;

b) por consórcio público de direito público integrado pelos titulares dos serviços.

§ 2º No exercício das atividades de planejamento dos serviços a que se refere o *"caput"* deste artigo, o titular poderá receber cooperação técnica do Estado e basear-se em estudos técnicos fornecidos pelos prestadores.

Art. 41. A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico poderá ser realizada por:

I - órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista estadual ou municipal; na totalidade das atividades em sua parte como: Tratamento, Regulação e Normatização;

II - empresa a que se tenham concedido os serviços;

§ 1º O serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer ao plano de saneamento básico elaborado para o conjunto dos municípios consorciados.

§ 2º Os prestadores deverão manter sistema contábil que permita registrar e demonstrar, separadamente, os custos e as receitas de cada serviço para cada um dos municípios atendidos.

Seção V

Dos Aspectos Econômicos e Sociais

Art. 42. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

III - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

§ 1º Observado o disposto nos incisos I a III do *caput* deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observarão as seguintes diretrizes:

a) prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

b) ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

c) geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

d) inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

e) recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

f) remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

g) estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

h) incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

§ 2o Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

Art. 43. Observado o disposto no artigo anterior, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

I - categorias de usuários, distribuídos por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;

II - padrões de uso ou de qualidade requeridos;

III - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;

IV - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

V - ciclos significativos de aumento de demanda dos serviços, em períodos distintos;

VI - capacidade de pagamento dos consumidores.

Art. 44. Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda poderão ser:

I - diretos: quando destinados a usuários determinados;

II - indiretos: quando destinados ao prestador dos serviços;

III - tarifários: quando integrarem a estrutura tarifária;

IV - fiscais: quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções;

V - internos a cada titular ou localidades: nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional.

Art. 45. As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de coleta, tratamento e manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar em conjunto ou separadamente:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos, as áreas edificadas e a sua utilização;

III - o peso ou volume médio coletado por habitante ou por domicílio;

IV - tipo de resíduo gerado e a qualidade da segregação na origem.

Art. 46. A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas deve levar em conta, em cada lote, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, podendo considerar também:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos, áreas edificadas e sua utilização.

Art. 47. O reajuste de tarifas de serviços públicos de saneamento básico será realizado observando-se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 48. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:

I - periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado;

II - extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelo órgão ou entidade reguladora, ouvidos os usuários e os prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§ 3º O órgão ou entidade reguladora poderá autorizar o prestador dos serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei Federal nº 8. 987/95.

Art. 49. As tarifas devem ser fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões tornados públicos com antecedência mínima de 90 (noventa) dias com relação à sua aplicação.

Parágrafo único. A fatura a ser entregue ao usuário final deverá ter seu modelo aprovado pelo órgão gerenciador (GDAE) ou entidade reguladora, que definirá os itens e custos a serem explicitados.

Art. 50. Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza no sistema;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário;

V - inadimplência do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

Art. 51. Desde que previsto nas normas de regulação, grandes usuários poderão negociar suas tarifas com o prestador dos serviços, mediante contrato específico, ouvido previamente o órgão gerenciador (GDAE) ou o regulador.

Art. 52. Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o titular, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais.

§ 1º Não gerarão crédito perante o titular os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 2º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pelo órgão ou ente regulador e Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

Capítulo IV

DA REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 53. O município poderá prestar diretamente ou delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços de saneamento básico, nos termos da Constituição Federal, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993; da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005; da Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004 e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Parágrafo único. As atividades de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico poderão ser exercidas:

I – pela Gerência do Departamento de Água e Esgoto Municipal;

II - por autarquia com esta finalidade, pertencente à própria Administração Pública;

III - por órgão ou entidade de ente da Federação que o município tenha delegado o exercício dessas competências, obedecido ao disposto no art. 241 da Constituição da República Federativa do Brasil;

IV - por consórcio público integrado pelos titulares dos serviços.

Art. 54. São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III - prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência e defesa do consumidor;

IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade;

V - definir as penalidades.

Art. 55. A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V - medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI - monitoramento dos custos;

VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX - subsídios tarifários e não tarifários;

X - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento;

§ 1º As normas a que se refere o *caput* deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 2º As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 56. Em caso de gestão associada a prestação regionalizada dos serviços, poderão ser adotados os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em toda a área de abrangência da associação e prestação.

Art. 57. Os prestadores dos serviços de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

Art. 58. Devem ser dadas publicidade e transparência aos relatórios, estudos e decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou a fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto.

§ 1º Excluem-se do disposto no *"caput"* deste artigo os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão.

§ 2º A publicidade e a transparência que se refere *o "caput"* deste artigo deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de site Ofícial do Município ou pelo Jornal Oficial do Município.

Art. 59. É assegurado aos usuários dos serviços públicos de saneamento básico:

I - amplo acesso a informações sobre os serviços prestados;

II - prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

III - acesso ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pelo órgão ou entidade reguladora;

IV - acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

Capítulo V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 60. Compete ao Município de Itiquira/MT e seus órgãos da administração direta e indireta promover a capacitação sistemática dos funcionários para garantir a aplicação e a eficácia desta lei e demais normas pertinentes.

Art. 61. O Plano Municipal de Saneamento Básico e sua implementação ficam sujeitos ao contínuo acompanhamento, revisão e adaptação às circunstâncias emergentes e será revisto em até 02 (dois) anos após a publicação dos resultados dos Censos Demográficos realizados pelo IBGE;

Art. 62. O Plano de Manejo, Recuperação e ou Conservação de Mananciais Subterrâneos e/ou Superficiais para captação de abastecimento público de água potável, deverá estar concluído até 03 (três) anos após a aprovação e publicação desta Lei;

Parágrafo único. Em até 03 (trtês) anos após a publicação desta Lei a Prefeitura Municipal deverá ter viveiro de mudas para promover a recuperação nas nascentes e matas ciliares do município.

Art. 63. Ao Poder Executivo Municipal compete dar ampla divulgação do PMSB e das demais normas municipais referentes ao saneamento básico.

Art. 64. A entidade ou o órgão regulador dos serviços de que trata esta lei será definido mediante lei específica.

Art. 65. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar empresas, inclusive por meio de concessão, para a execução dos serviços de que tratam as alíneas “a”, “b”, “c” e “d” contidas no inciso I do artigo 2º desta lei, no todo ou em parte.

Art. 66. Os regulamentos dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas serão propostos pelo órgão regulador e baixados por decreto do Poder Executivo, após aprovação do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Art. 67. Enquanto não forem editados os regulamentos específicos, permanecem em uso as atuais normas e procedimentos relativos aos serviços de água e esgotos sanitários; bem como, às tarifas e preços públicos em vigor, os quais são reajustados de acordo com o Código Tributário Municipal;

Art. 68. Os serviços previstos no artigo anterior deverão ter sustentabilidade econômico-financeira através da cobrança de taxas, tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação de serviços.

Art. 69. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 13 de novembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
LEI MUNICIPAL Nº 996 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

LEI MUNICIPAL Nº 996 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

“Regulamenta a Patrulha Agrícola Mecanizada no Município de Itiquira/MT e, dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica regulamentada a Patrulha Agrícola Mecanizada Municipal, na estrutura Administrativa das Secretarias Municipais de Infraestrutura e Obras, Agricultura e Meio Ambiente, a qual consiste em um conjunto de veículos, máquinas e implementos agrícolas voltados ao atendimento dos produtores rurais, preferencialmente, os pequenos produtores; bem como, nas famílias produtoras de hortifrutigranjeiros urbanos, no âmbito do Município de Itiquira/MT.

Parágrafo único. Para fins da preferência, prevista no caput deste artigo, serão considerados pequenos produtores àqueles que detenham área de até 04 (quatro) módulos fiscais, tanto individualmente quanto na somatória das áreas nos termos da Instrução Especial/INCRA/nº 20, de 28 de maio de 1980.

Art. 2º A Patrulha Agrícola Mecanizada Municipal prestar-se-á a execução das seguintes atividades:

I - efetuar serviços de melhorias de infraestrutura das propriedades rurais;

II - desenvolver operações agrícolas que contribuam para a conservação do solo, da água, das estradas rurais e também do meio ambiente;

III - promover e difundir a prática de técnicas corretas e adequadas, junto aos produtores rurais, tais como: gradagem, distribuição de fertilizantes e corretivos, pulverizações, silagem, adubação, plantio, transporte de insumos e produtos, limpeza de áreas, abertura de covas, roçadas, abertura, conservação e revestimentos de estradas de acesso e no interior das propriedades rurais, abertura de tanques e reservatórios de água e outras atividades agropastoris correlatas;

IV – executar serviços emergenciais ou de calamidade pública e promoção de ações de apoio e incentivo a atividade agropastoril, visando viabilizar a produção, o escoamento dos produtos, geração de emprego e renda, nos caso em que os produtores rurais necessitem de utilização de maquinários e equipamentos constantes na Patrulha Agrícola Mecanizada Municipal.

Art. 3º O deslocamento do caminhão se limitará a uma distancia máxima de 250 km, ficando a cargo do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) ou da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente deliberar em casos especiais que necessitarem exceder esta distância.

Parágrafo único. O deslocamento do caminhão será contado como serviço extra, respeitando sempre a disponibilidade do veículo e o cronograma de solicitação.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, o produtor rural deve preencher os seguintes requisitos, exceto nos casos de manutenção das estradas vicinais municipais:

I – comparecer junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, munido de documentos pessoais (Registro Geral e CPF/MF), para preencher formulário de solicitação, devendo informar no ato a atividade a ser desenvolvida na referida área e cronograma de trabalho, para se beneficiar do serviço mecanizado objeto desta Lei;

II - explorar parcela de terra na condição de proprietário ou arrendatário, comprovado mediante a apresentação de documento do imóvel ou contrato de arrendamento;

III - nos casos em que o produtor não possui documentação comprobatória da posse da terra, deverá ser apresentado um parecer do CMDRS que certifique a condição de produtor rural;

IV- estar devidamente inserido no cadastro de produtor rural da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Itiquira.

Art. 5º Os serviços solicitados serão executados mediante ao cadastro realizado junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente com antecedência mínima de 30 dias da execução do serviço para que seja elaborado o cronograma de atendimento em cada localidade, excetuados os casos de emergências e calamidades públicas.

Art. 6º A Patrulha Agrícola Mecanizada Municipal fica autorizada a utilizar veículos, máquinas e implentos que variam em número e função, como: trator agrícola, trator de esteira, escavadeira, retroescavadeira, motoniveladora, pá carregadeira, caminhão, e demais maquinários que se fizerem necessários.

Art. 7º Os equipamentos, implementos, veículos e máquinas adquiridos pelo Município, com recursos próprios ou obtidos por transferências voluntárias dos Governos Estadual ou Federal, Consórcios Conveniados, de cessão de uso ou doação a qualquer título e os terceirizados por meio do devido processo legal, poderão compor à Patrulha Agrícola Mecanizada Municipal de Itiquira/MT.

Art. 8º A Patrulha Agrícola Mecanizada Municipal realizará os serviços na quantidade de 05 hectares máquina ano/produtor, para pastagens e ou si-

lagens, e 10 horas máquinas para trabalhos referentes a construção, reforma ou ampliação de tanques destinados a piscicultura, sendo necessário aguardar o novo cronograma de atendimento caso o produtor necessite de nova visita, e nos casos onde a área não atinja essa quantidade no limite da área.

§ 1° O produtor só será atendido novamente quando todos os produtores da lista de espera forem prontamente atendidos ou se houver a dispensa expressa do serviço pelo mesmo; exceto as situações emergenciais.

§ 2° Será admitida a concessão de horas/máquinas extras, em caso de projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, ou, nos casos de término da quantidade de hectares especificados no *caput* deste artigo, ficando a cargo dos técnicos da secretaria o acréscimo de horas suplementares para finalização das atividades mediante relatório técnico;

§ 3° Não será permitido o acúmulo de hectares ou horas/máquina de um ano para o outro.

§ 4° Fica vedada a transferência de hectares ou horas/máquina entre os produtores.

§ 5º Todos os serviços serão realizados conforme a disponibilidade da Patrulha Agrícola Mecanizada, desde que não prejudique a manutenção das estradas vicinais para o transporte escolar e o escoamento da produção do Município.

Art. 9º Não será permitido em hipótese alguma a cessão da patrulha agrícola, em outros termos, que não os contidos nessa Lei.

Art. 10. Os equipamentos da Patrulha Agrícola só poderão ser usados em serviços para os quais estejam tecnicamente habilitados, não podendo as Secretarias Municipais autorizar o desvio ou uso arriscado e nem ao operador atender pedido de uso inadequado, sob pena de responder pelo dano causado ao bem público.

Art. 11. A área a ser trabalhada pela Patrulha Agrícola Mecanizada deverá estar totalmente livre de tocos, pedras, afloramento de rochas e quaisquer outros materiais que possam danificar os equipamentos, bem como, livres de erosões que impeçam o tráfego destes, salvo as áreas em que os maquinários sejam apropriados para tal finalidade, desde que não coloquem em risco o operador.

Art. 12. Fica expressamente proibida a cessão dos serviços da Patrulha Agrícola Mecanizada a produtores que se encontrem com pendências referentes a serviços anteriores como:

§ 1° A não implantação das atividades conforme solicitação, sem a devida justificativa, impossibilitará ao produtor ser contemplado novamente no próximo cronograma de atendimento, com os benefícios de que trata a presente Lei.

§ 2° Poderá cessar a impossibilidade de que trata o parágrafo anterior, caso haja avaliação e aprovação pelo CMDRS, autorizando a concessão de novo beneficio ao produtor.

Art. 13. Todos os serviços a serem realizados pela Patrulha Agrícola Mecanizada serão avaliados quanto a sua viabilidade antecipadamente por técnicos das Secretarias Municipais de Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiente e/ou da EMPAER, após a liberação da execução.

Parágrafo único – Ocorrerá também o acompanhamento dos técnicos, constantes no *caput* deste artigo, para posterior avaliação dos trabalhos executados.

Art. 14. Fica vedada qualquer atividade da Patrulha Agrícola Mecanizada em áreas de preservação permanente e/ou reserva legal, em consonância com as legislações Federais, Estaduais e Municipal.

§ 1° As informações pertinentes à propriedade são de responsabilidade do proprietário/beneficiário, mediante declaração.

§ 2° Ficam excetuados do caput deste artigo, os casos que envolvam projetos de recuperação de Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais.

Art. 15. Será organizado um cronograma de atendimento, de acordo com as datas de inscrição dos interessados, levando-se em consideração o planejamento e possibilidade de atendimento, conforme a viabilidade das condições climáticas, umidade, solo, relevo e estágio das culturas.

Parágrafo único. Poderá ser alterada a ordem de atendimento visando a melhor estratégia de trabalho e rendimento dos serviços da Patrulha Agricola Mecanizada, observada a região onde se encontrem os equipamentos, para que se evitem prejuízos aos cofres públicos com deslocamentos desnecessários dos maquinários.

Art. 16. Os serviços de carga, descarga, entre outros, de produtos transportados não será de responsabilidade dos técnicos e operadores da Patrulha Agrícola Mecanizada, devendo estas operações serem viabilizadas pelos produtores solicitantes.

Art. 17. A presente Lei poderá ser regulamentada através de Decreto Municipal, caso necessário.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Itiquira/MT, aos 13 de novembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
LEI MUNICIPAL Nº 995 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

LEI MUNICIPAL Nº 995 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Autoriza o Município de Itiquira/MT, a participar do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde - Medicamentos e Serviços - ***CONSUSMT*** *e a ratificar o Protocolo de Intenções firmado entre os Municípios de Acorizal; Água Boa; Alta Floresta; Alto Araguaia; Alto Boa Vista; Alto Garças; Alto Paraguai; Alto Taquari; Apiacás; Araguaiana; Araguainha; Araputanga; Arenápolis; Aripuanã; Barão de Melgaço; Barra do Bugres; Barra do Garças; Bom Jesus do Araguaia; Brasnorte; Cáceres; Campinápolis ; Campo Novo do Parecis; Campo Verde; Campos de Júlio; Canabrava do Norte; Canarana; Carlinda; Castanheira; Chapada dos Guimarães; Cláudia; Cocalinho; Colíder; Colniza; Comodoro; Confresa; Conquista d`Oeste; Cotriguaçu; Cuiabá; Curvelândia; Denise; Diamantino; Dom Aquino; Feliz Natal; Figueirópolis D`Oeste; Gaúcha do Norte; General Carneiro; Glória d`Oeste; Guarantã do Norte; Guiratinga; Indiavaí; Ipiranga do Norte; Itanhangá; Itaúba; Itiquira; Jaciara; Jangada; Jauru ; Juara; Juína; Juruena; Juscimeira; Lambari d`Oeste; Lucas do Rio Verde; Luciara; Marcelândia; Matupá; Mirassol D`Oeste; Nobres; Nortelândia; Nossa Senhora do Livramento; Nova Bandeirantes; Nova Brasilândia; Nova Canaã do Norte; Nova Guarita; Nova Lacerda; Nova Marilândia; Nova Maringá; Nova Monte verde; Nova Mutum; Nova Nazaré; Nova Olímpia; Nova Santa Helena; Nova Ubiratã; Nova Xavantina; Novo Horizonte do Norte; Novo Mundo; Novo Santo Antônio; Novo São Joaquim; Paranaíta; Paranatinga; Pedra Preta; Peixoto de Azevedo; Planalto da Serra; Poconé; Pontal do Araguaia; Ponte Branca; Pontes e Lacerda; Porto Alegre do Norte; Porto dos Gaúchos; Porto Esperidião; Porto Estrela; Poxoréu; Primavera do Leste; Querência; Reserva do Cabaçal; Ribeirão Cascalheira; Ribeirãozinho; Rio Branco; Rondolândia; Rondonópolis; Rosário Oeste; Salto do Céu; Santa Carmem; Santa Cruz do Xingu; Santa Rita do Trivelato; Santa Terezinha; Santo Afonso; Santo Antônio do Leste; Santo Antônio do Leverger; São Félix do Araguaia; São José do Povo; São José do Rio Claro; São José do Xingu; São José dos Quatro Marcos; São Pedro da Cipa; Sapezal; Serra Nova Dourada; Sinop; Sorriso; Tabaporã; Tangará da Serra; Tapurah; Terra Nova do Norte; Te-*

souro; Torixoréu; União do Sul; Vale de São Domingos; Várzea Grande; Vera; Vila Bela Santíssima Trindade; Vila Rica e, dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a formalizar a participação do Município de Itiquira/MT no Consórcio Intermunicipal de Saúde - Medicamentos e Serviços, denominado **CONSUSMT**, ratificando o Protocolo de Intenções, firmado em 10 de julho de 2017 entre os municípios de **Acorizal; Água Boa; Alta Floresta; Alto Araguaia; Alto Boa Vista; Alto Garças; Alto Paraguai; Alto Taquari; Apiacás; Araguaiana; Araguainha; Araputanga; Arenápolis; Aripuanã; Barão de Melgaço; Barra do Bugres; Barra do Garças; Bom Jesus do Araguaia; Brasnorte; Cáceres; Campinápolis ; Campo Novo do Parecis; Campo Verde; Campos de Júlio; Canabrava do Norte; Canarana; Carlinda; Castanheira; Chapada dos Guimarães; Cláudia; Cocalinho; Colíder; Colniza; Comodoro; Confresa; Conquista d`Oeste; Cotriguaçu; Cuiabá; Curvelândia; Denise; Diamantino; Dom Aquino; Feliz Natal; Figueirópolis D`Oeste; Gaúcha do Norte; General Carneiro; Glória d`Oeste; Guarantã do Norte; Guiratinga; Indiavaí; Ipiranga do Norte; Itanhangá; Itaúba; Itiquira; Jaciara; Jangada; Jauru ; Juara; Juína; Juruena; Juscimeira; Lambari d`Oeste; Lucas do Rio Verde; Luciara; Marcelândia; Matupá; Mirassol D`Oeste; Nobres; Nortelândia; Nossa Senhora do Livramento; Nova Bandeirantes; Nova Brasilândia; Nova Canaã do Norte; Nova Guarita; Nova Lacerda; Nova Marilândia; Nova Maringá; Nova Monte verde; Nova Mutum; Nova Nazaré; Nova Olímpia; Nova Santa Helena; Nova Ubiratã; Nova Xavantina; Novo Horizonte do Norte; Novo Mundo; Novo Santo Antônio; Novo São Joaquim; Paranaíta; Paranatinga; Pedra Preta; Peixoto de Azevedo; Planalto da Serra; Poconé; Pontal do Araguaia; Ponte Branca; Pontes e Lacerda; Porto Alegre do Norte; Porto dos Gaúchos; Porto Esperidião; Porto Estrela; Poxoréu; Primavera do Leste; Querência; Reserva do Cabaçal; Ribeirão Cascalheira; Ribeirãozinho; Rio Branco; Rondolândia; Rondonópolis; Rosário Oeste; Salto do Céu; Santa Carmem; Santa Cruz do Xingu; Santa Rita do Trivelato; Santa Terezinha; Santo Afonso; Santo Antônio do Leste; Santo Antônio do Leverger; São Félix do Araguaia; São José do Povo; São José do Rio Claro; São José do Xingu; São José dos Quatro Marcos; São Pedro da Cipa; Sapezal; Serra Nova Dourada; Sinop; Sorriso; Tabaporã; Tangará da Serra; Tapurah; Terra Nova do Norte; Tesouro; Torixoréu; União do Sul; Vale de São Domingos; Várzea Grande; Vera; Vila Bela Santíssima Trindade; Vila Rica;** com a finalidade de instituir o Consórcio Público Intermunicipal de Saúde/Medicamentos e serviços - CONSUSMT, sob a forma de Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado com base na Lei nº 11.107/2015, Decreto nº 6.017/2007, assim como, as Leis nº 13.019/2014 e 13.204/2015 (Leis das Organizações Civis).

Parágrafo único. Constitui objeto do presente Protocolo de Intenções a cooperação entre os partícipes a gestão associada de saúde com a finalidade específica de operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica, por meio da aquisição e distribuição de medicamentos, insumos, equipamentos e serviços com destinação exclusiva à população usuária do Sistema Único de Saúde nos municípios de Mato Grosso.

Art. 2º O Estatuto do Consórcio Público Intermunicipal de Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso – CONSUSMT, disporá sobre à organização e o funcionamento de cada um dos seus órgãos constitutivos.

Art. 3º Os entes consorciados poderão ceder servidores públicos ao Consórcio, na forma e condições da legislação de cada um.

Art. 4º O valor dos recursos financeiros, quando necessários para o cumprimento do contrato de rateio e ou para outro instrumento jurídico permitido pela gestão associada de serviços do Consórcio Público Intermunicipal de Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso – CONSUSMT, previsto no art. 8° da Lei n° 11.107/2005 e Decreto n° 6.017/2007, deverão estar consignados em rubrica específica nas Leis Orçamentárias em vigência.

§ 1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam.

§ 2º É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º Os entes Consorciados, isolados ou em conjunto, bem como, o Consórcio Público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

§ 4º Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes Consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente Consorciado na conformidade com os elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

§ 5º Poderá ser excluído do Consórcio Público, após prévia suspensão, o ente cnsorciado que não consignar, em nas suas Leis Orçamentárias futuras ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

Art. 5º Para atender as despesas, decorrentes da execução da presente Lei, serão utilizados recursos provenientes da dotação orçamentária, constante no orçamento vigente.

Art. 6º A retirada do ente consorciado do Consórcio Público dependerá de ato formal de seu representante na assembléia geral, na forma previamente disciplinada no Protocolo de Intenções do Consórcio Público Intermunicipal de Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso - CONSUSMT.

Parágrafo único. Os bens destinados ao Consórcio Público pelo consorciado que se manifesta formalmente a intenção de destituir-se do Consórcio, somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão no contrato de consórcio público ou no instrumento de transferência ou alienação.

Art. 7º A alteração ou extinção do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela assembléia geral, ratificado mediante lei por todos os entes Consorciados.

Art. 8º Aplica-se ao Consórcio Público o disposto na Constituição Federal, na Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e o Decreto n° 6.017, de 17 de janeiro de 2007 e a Lei n° 13.019/2014 e 13.204/2015.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 13 de novembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
LEI MUNICIPAL Nº 993 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

LEI MUNICIPAL Nº 993 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Autoriza o Poder Executivo a fazer a concessão de uso, em COMODATO, de bem imóvel Público Municipal e, dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a concessão de uso, em comodato, de prédio público, pelo prazo de 01 (um) ano, a

partir da assinatura do respectivo Termo, em favor do BANCO DO BRASIL S/A - Agência de Itiquira/MT, visando atender situação de interesse público em benefício dos Munícipes.

§ 1º O prazo de comodato de que trata a presente Lei, somente poderá ser prorrogado com autorização do poder legislativo, mediante solicitação do Poder Executivo.

§ 2º O Comodatário se obriga a entregar o imóvel no término da vigência da presente Lei, sem ônus algum para o Município de Itiquira/MT.

§ 3º O Imóvel acima concedido se encontra localizado na Avenida Pedro Campos n° 779, Centro, na sede do Município, objeto da MATRÍCULA nº 4132 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca e se destina à instalação de uma agência do Banco do Brasil S.A. nesta Cidade.

Art. 2º Para atendimento aos objetivos a que se propõe, a outorga da concessão do direito de uso do imóvel descrito no art. 1º desta Lei, será formalizado por meio de Contrato.

Art. 3º O comodato cessará, de pleno direito, pelo prazo de sua vigência, na hipótese de cessação das atividades do Comodatário, e/ou se dada destinação diversa da prevista nesta Lei.

Art. 4º O bem imóvel público, objeto desta concessão, não poderá ser transferido, ou cedido a terceiros, sob qualquer pretexto, forma ou condição; devendo ser utilizado somente para os fins previstos no art. 1º, §3º desta Lei.

Art. 5º O Comodatário poderá realizar no imóvel as obras de adaptação necessárias ao fim a que se destina, incorporando-se ditas benfeitorias à propriedade, sem direito à indenização ou retenção que não for possível sua remoção sem danos irreparáveis ao prédio.

Art. 6º Responsabiliar-se-à o Comodatário por eventuais danos que vier a causar ao Comodante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na utilização do bem imóvel tomado em comodato do Município de Itiquira/MT.

Art. 7º Além das condições estabelecidas nesta Lei, as partes poderão ajustar condições, obrigações e responsabilidade recíprocas, de modo a não prejudicar o interesse público e nem a probidade administrativa.

Art. 8º Os casos omissos serão deliberados pelo Poder Executivo, exigindo-se a aprovação do Poder Legislativo.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as providências administrativas para o fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 13 de novembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, Sr. EDERZIO DE JESUS MENDES, torna público que, em virtude de haver concordado com a justificativa apresentada pelo Secretário Municipal de Promoção e Assistência Social, no processo de contratação direta de Pessoa Jurídica: VALDENICE FERREIRA DOS SANTOS, objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS, COM FORNECIMENTO DE PIPOCAS, REFRIGERANTES, PICOLÉS E CACHORRO QUENTE, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE JANGADA-MT, mediante o pagamento de valor total de R$ 29.900,00 (VINTE E NOVE MIL NOVECENTOS REAIS). Onde formulou-se expediente de dispensa de licitação nº 017/2017, conforme disposição do art. 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93, Lei Municipal nº 621/2014, RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a Prestação dos Serviços do Objeto Licitado.

Jangada/MT, 14 de Novembro de 2017.

_____

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

LEI Nº 675/2017

LEI Nº 675/2017, de 06 de outubro de 2017

"SÚMULA: CRIA O CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JANGADA – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDERZIO DE JESUS MENDES, prefeito Municipal de Jangada - MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Jangada aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado na Câmara Municipal de Jangada – MT, **um** Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Jurídico, com vencimento conforme Anexo – I desta Lei.

Parágrafo Único. O Assessor Jurídico deverá comparecer nas duas sessões ordinárias mensais realizadas na Câmara, salvo por motivos justificados.

Art. 2º. Os demais direitos remuneratórios referentes aos cargos comissionados previstos em legislação municipal serão concedidos em referência ao cargo de Assessor Jurídico.

Art. 3º - Fica estabelecida como estrutura administrativa as atribuições do cargo de Assessoria Jurídica, levando-se em consideração as seguintes disposições:

I- **Assessoria Jurídica**: atribuições: assessoramento em assuntos jurídicos e práticas forenses; elaboração de pareceres sobre licitações e contratos e outras matérias de natureza jurídica; manutenção e acompanhamento da legislação Federão e estadual; estudar, redigir e minutar termos de compromisso, responsabilidade e convênios; representar a Câmara Municipal em qualquer instância judicial; dar assistência participativa em comissão de sindicância e processo administrativo; efetuar atos judiciais e todas as demais tarefas afins; prestar assessoria e consultoria jurídica a Secretaria Legislativa e as Comissões Permanentes e Temporárias da Câmara Municipal; ser patrono do Poder Legislativo nas funções em que o mesmo figurar como réu ou autor.

Parágrafo Único. As atribuições e competências deste cargo comissionado que compõe a estrutura organizacional da Câmara Municipal, são: se responsabilizar diretamente pela perfeita execução de todas as atividades previstas no art. 2º, inciso I desta Lei.

a) - Escolaridade exigida: Bacharel em Direito.

b) - Características específicas: Há necessidade de ser inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil e manter-se habilitado enquanto estiver no cargo, bem como se aplica ao mesmo as disposições conditas no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 4º - As despesas oriundas da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no atual orçamento e nos orçamentos futuros.

Art. 5º– Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Jangada-MT, 25 de outubro de 2017.

EDERZIO DE JESUS MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I DA LEI 675/2017

TABELA DE VENCIMENTO DO CARGOS DE ASSESSOR JURÍDICO

NÚMERO DE CARGOS	CARGO	SÍMBOLO	SUBSÍDIO
01	Assessor Jurídico	DAS	R$ 3.500,00

COMUNICADO DE ADESÃO

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2017, ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 004/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO-MT.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA-MT, TORNA PÚBLICO PARA QUANTOS POSSAM INTERESSAR QUE ADERIU A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2017, RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 004/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO-MT-MT, REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS PARA A REALIZAÇÃO DE ADEQUAÇÃO NAS CONTAS DE ENERGIA ELÉTRICA PARA APURAR IRREGULARIDADES, DESVIOS E CONSEQUENTEMENTE RECUPERAR VALORES PAGOS A MAIOR ADMINISTRATIVAMENTE CONFORME RESOLUÇÃO DA ANEEL, NOS ULTIMOS 36 (TRINTA E SEIS) MESES, ONDE SERÃO VERIFICADAS O MODELO TARIFARIO APLICADO EM CADA UNIDADE CONSUMIDORA ALÉM DE EFETUAR UM AJUSTE GERAL NO SISTEMA DE ENERGIA ELÉTRICA, CONFERIR TODAS AS FATURAS DE ENERGIA ELÉTRICA PAGAS PELA MUNICIPALIDADE, OBJETIVANDO REDUZIR OS CUSTOS NO CONSUMO NAS TARIFAS APLICADAS E NOS TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE AS FATURAS, INCLUSIVE NAS INSTALAÇÕES DE ILUMINAÇÃO PUBLICA B4A, CONFERINDO POTENCIA INSTALADA, POTENCIA FATURADA NA ILUMINAÇÃO PUBLICA E SUA FORMA DE INSTALAÇÃO, TAMBÉM SERA REVISADO TODOS OS CONTRATOS DE ALTA TENSÃO, DE FORMA A DETERMINAR A DEMANDA DE ENERGIA ELETRICA, OTIMIZANDO-OS EM FUNÇÃO DO PADRÃO DE USO DO MUNICIPIO DE JANGADA-MT.

A ADESÃO É REFERENTE ÀS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO PROCESSO CORRESPONDENTE E A CONDIÇÃO REGISTRADA NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

JANGADA, 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

_____

ADILSON PEREIRA NUNES

PRESIDENTE DA CPL.

DECRETO N.º 36/2017

Dispõe sobre a transferência do Feriado da Proclamação da Republica dia 15 de Novembro, para o dia 17 de Novembro de 2017 nos Órgãos Públicos Municipais, e da outras providências.

Ederzio de Jesus Mendes, prefeito municipal de Jangada, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DECRETAR:

Art.1.º - Fica decretado, nos Órgãos Públicos Municipais de Jangada, o remanejamento do feriado do dia 15 de Novembro de 2017- (quarta-feira), para o dia 17 de Novembro de 2017- (sexta-feira) em Virtude do Feriado da Proclamação da Republicação no Município de Jangada, com exceção dos serviços municipais de urgências e emergências.

Art. 2º - Os servidores deverão retornar as suas atividades normais no dia 21 de Novembro de 2017 (Terça-Feira) a partir da 07h00min horas,

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario

Gabinete do prefeito, em Jangada – MT, 14 de Novembro de 2017.

EDERZIO DE JESUS MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 065/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: Z. P. DA SILVA & CIA LTDA – ME.

OBJETO: prorrogação do prazo de vigência

VIGENCIA: 66 (sessenta e seis) dias

ATA DE JULGAMENTO

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO NÚMERO 004/2017, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, LIGAÇÃO LUCIALVA À DORFIM DE ACORDO COM RECURSOS DO CONTRATO DE REPASSE Nº 1.032.757-96/2016/MAPA, NO MUNICÍPIO DE JAURU.

Às oito horas do dia quatorze de novembro de dois mil e dezessete, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitações, reuniram-se os membros da Comissão, **ROSEMIR GARCIA DE SOUZA, ELIZABETE MOREIRA DE JESUS DOS SANTOS E JOELMA GOMES DE OLIVEIRA ARAUJO**, designada pela Portaria número vinte e nove datada de dois de Janeiro de dois mil e dezessete, sob a presidência do primeiro declinado para apreciar, analisar e julgar a Tomada de preços acima especificada, cujo objeto trata de contratação de empresa para **ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, LIGAÇÃO LUCIALVA À DORFIM DE ACORDO COM RECURSOS DO CONTRATO DE REPASSE Nº 1.032.757-96/2016/MAPA, NO MUNICÍPIO DE JAURU**. Retirou o Edital as Empresas **ALMEIDA CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o número 14.050.302/0001-89, com sede na Rua O, nº 32, Cohab Jaime Campos, da cidade de Varzea Grande, **CONSTRUTORA CAMPESATTO LTDA - EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº. 03.722.632/0001-57, com sede na Rua Dorcilia Sales de Matos. Nº. 3778, da Cidade de Mirassol D' Oeste, representada pelo senhor Márcio Mariano da Silva, portador da Cédula de Identidade RG nº. 000934724 SSP/MS e do CPF nº. 810.557.491-87, **RANCHO FUNDO TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA – EPP,** com sede na Rodovia BR 174, km 224,5, da Cidade de Pontes e Lacerda, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.648.886/0001-84, representada pelo senhor Valmir Vicente, portador da Cédula de Identidade OAB/MT nº. 19.708/0 e do CPF nº. 397.205.279-00, **VITURINO PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM EIRELI – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº. 26.367.209/0001-81, com sede na Avenida Martins de Siqueira, nº. 123, Bairro Boa Esperança, da Cidade de Cuiabá, representada pelo senhor Anderson Luiz Gomes da Cruz, portador da Cédula de Identidade CNH nº. 02540525127 e do CPF nº. 714. 488.701-78, **V. L. MORETTO TERRAPLENAGEM, TRANSPORTE E LOCAÇÃO**, com sede na Rua 16 de julho, nº. 473, da Cidade de Nova Lacerda, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.746.603/0001-98, representada pelo senhor Gustavo Vieira do Nascimento de Lima, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2011695-0 SSP/MT e do CPF nº. 026.743.101-54 sendo que as empresas, compareceram no horário determinado, conforme o presente edital, ou seja, as oito horas, sendo que a empresa **ALMEIDA CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA**, através de seu representante protocolou seus envelopes no setor de protocolo geral da Prefeitura, não ficando para abertura do certame. O presidente deu inicio aos trabalhos, realizando a leitura do objeto do Edital, passando após os envelopes Documentação e Proposta para analise e rubrica dos membros da Comissão no lacre dos envelopes. Estando de acordo com o solicitado passou-se a abertura do envelope da documentação. Aberto, a documentação foi verificado e analisado e rubricado pelo representantes das empresas, onde os quais apon-

taram os apontamentos escritos em sulfite a parte que fará parte do processo, feito isso a comissão solicitou a suspensão do certame e a retirada dos representantes das empresas da sala de licitação para analise e rubrica dos documentos de habilitação. A pedido do Procurador Jurídico da Prefeitura, juntamente com a Comissão de Licitação, será solicitado o prazo de 03 (três) dias uteis, para analise dos apontamentos dos licitantes e melhor analise dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas participantes, ou seja no dia 22 de novembro de 2017, ás 08:00 horas, onde o resultado será publicado no site do Município e publicado no Diário Oficial dos Municípios e Diário Oficial da União, onde os documentos de Propostas das Empresas ficarão em poder da Comissão de Licitação.

Nada mais havendo em tratar o Presidente deu por encerrada a reunião e determinou que fosse lavrada a presente ata, onde eu Elizabete Moreira de Jesus dos Santos, lavrei a presente, que depois de lida e achada conforme vai assinada pelos membros da Comissão e dos representantes das licitantes.

ROSEMIR GARCIA DE SOUZA ELIZABETE MOREIRA DE JESUS DOS SANTOS

Presidente da CPL Secretária

JOELMA GOMES DE OLIVEIRA ARAUJO

Membro

RANCHO FUNDO TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA – EPP

Representante

VITURINO PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM EIRELI – ME

Representante

CONSTRUTORA CAMPESATTO LTDA – EPP

Representante

MORETTO TERRAPLENAGEM, TRANSPORTE E LOCAÇÃO.

Representante

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIAS 781, 797 E 798/2017

PORTARIA GP/Nº 797/2017.

Dispõe sobre nomeação do membros para compor Processo Administrativo Disciplinar.

LUCIANE BORBA AZOIA BEZERRA, prefeita do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o teor do Processo SAD sob o nº. 20.455 de 06/11/2017.;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: **ALMIR ROGERIO DOS SANTOS,** brasileiro, maior, efetivo no cargo de **ENFERMEIRO**, **MARLENE BARBOSA DA SILVA**, brasileira, maior, efetiva no cargo de **ENFERMEIRO e LANDERLEI DE OLIVEIRA MIRANDA,** brasileiro, maior, estável no cargo de **AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS**, para, sob a **presidência do primeiro**, constituírem **Comissão Processo Administrativo Disciplinar**, com sede a Rua Niterói, número 81 N, Centro, no Município de Juara, Estado de Mato Grosso, incumbido de apurar as denuncias de possíveis irregularidades referentes a conduta, atos e fatos relatados em desfavor do servidor **LAURO ROGÉRIO DO NASCIMENTO.**

Art. 2º - A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para concluir o processo, assegurando o servidor o princípio da ampla defesa, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Municipal nº 028/2007.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 06 de Novembro de 2017.

CLEIRTO SINHORIN LUCIANE BORBA AZOIA BEZERRA

Secretário Mun. Administração Prefeita do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

PORTARIA GP/Nº 781/2017.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO SERVIDOR JOÃO VITOR DA CRUZ PARA RESPONDER SEM ÔNUS PELO CARGO DE COORDENADOR.

LUCIANE BORBA AZOIA BEZERRA, prefeita do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD sob o nº. 20.878 de 13/11/2017.;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para responder sem ônus o servidor **JOÃO VITOR DA CRUZ** brasileiro, maior, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador da CI RG nº 11003502 SSP/MT e do CPF nº 037.256.969-26, pelo cargo de confiança provido em comissão de **Coordenador da Divisão de Inspeção,** junto a Secretaria Municipal do Agronegócio e Meio Ambiente/Divisão de Inspeção, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 01 de novembro de 2017.

CLEIRTO SINHORIN LUCIANE BORBA AZOIA BEZERRA

Secretário Mun. Administração Prefeita do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se

PORTARIA GP/Nº 798/2017.

Institui Comissão de Acompanhamento, Fiscalização e Organização do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2017 e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 45 da Lei Orgânica do Município;

Considerando a Lei Complementar Nº 68/2009; bem como, Estatuto do Servidor Público.

Considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Administração ser subsidiada por uma comissão especial a fim de realizar o acompanhamento, fiscalização e organização dos referidos processos, assegurando o cumprimento dos princípios administrativos e constitucionais;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os integrantes abaixo relacionados, para compor a Comissão de Acompanhamento, Fiscalização e Organização do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2017 de caráter excepcional interesse público para atender as demandas da Educação.

MEMBROS:

1) Evania Francielli Colet Mendonça – CPF nº 903.220.701-63

2) Elizabeth de Jesus Furlan – CPF nº 537.193.871-00

3) Marinha Francisca da Silva - CPF nº 875.367.571-15

4) Lenir Maria Castanho – CPF nº 630.134.361-15

Parágrafo único. A comissão prevista no “caput” deste artigo elegerá por maioria dos votos o seu Presidente em primeira reunião com a presença de todos os membros.

Art. 2º - O Presidente com apoio dos membros convalidará todos os atos e documentos a serem elaborados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - Os trabalhos a serem desenvolvidos por força desta Portaria, serão considerados serviços públicos relevantes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 06 de novembro de 2017.

CLEIRTO SINHORIN LUCIANE BORBA AZOIA BEZERRA

Secretária Mun. Administração Prefeita do Município de Juara

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO

O Prefeito Municipal de Juscimeira – MT, Sr. Moisés dos Santos, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento aos arts. 37 § 1º, 165 § 3º da CF, combinado com os arts. 48,52 e 53, da Lei nº. 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, torna público os **Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária,** referente ao 3º Bimestre do Exercício de 2017, encontra-se a disposição no mural da Prefeitura, Câmara Municipal e no site oficial do Município; **www.juscimeira.mt.gov.br** na página Portal da Transparência.

Juscimeira – MT, de 14 de Novembro de 2017.

MOISES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N. 003/2017

A Prefeitura Municipal de Juscimeira, através do Presidente da Permanente de Licitação, designado, torna público que, referente à **TOMADA DE PREÇOS nº. 003/2017** foi vencedora a empresa **S. A LIMA CONSTRUÇÕES LTDA EPP ,**no menor valor global de R$ 172.233,90 (Cento e setenta dois mil duzentos e trinta três reais e noventa centavos),para atendimento ao objeto licitado. Juscimeira-MT, 13 de novembro de 2017.

Genizalva Pereira de Assunção

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 602/2017,

De 14 de novembro de 2017.

Autor: Poder Executivo.

"Dispõe sobre a homologação do plano de amortização para cobertura do déficit Atuarial, conforme diretrizes Emanadas Pela portaria n.º 403, de 10 de Dezembro de 2008, e da outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D' OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. Edvaldo Alves dos Santos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei: Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º - Fica equacionado o déficit estabelecido pelo cálculo atuarial realizado no mês de Julho de 2017 e será amortizado conforme a tabela I do anexo I desta lei.

Art.2º - O déficit mencionado no caput do artigo anterior será amortizado em 24 (vinte e quatro) anos a contar da publicação desta lei, o qual somara a alíquota suplementar com a alíquota normal que será estipulada a cada ano por reavaliações atuariais.

Art.3º - A cada exercício os índices indicados na tabela I do anexo I desta lei poderão ser revistos conforme diminuição do déficit indicado na reavaliação atuarial usado como referência nesta lei, o qual faz parte integrante desta lei.

Art.4º - O inciso III do Art. 44, da Lei Municipal n.º 218/2005, de 21 de outubro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

III - de uma contribuição mensal do município, incluída suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial, conforme o Art. 2º da Lei Federal 9.717/1998, com redação determinada pela Lei Federal 10.887/2004, igual a 12,75% (doze inteiros e setenta e cinco décimos por cento), calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, mais alíquota suplementar igual a 8,91% (oito inteiros e noventa e um décimos por cento) totalizando uma alíquota global de 21,66% (vinte e um inteiros e sessenta e seis décimos por cento).

Art.5º - Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em Julho/2017, que faz parte integrante da presente Lei.

Art.6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.7º - Revoga-se as disposições encontradas.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 262/2017, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Concede Licença-Saúde a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNCIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder Licença para tratamento de Saúde a Servidor Público Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica:

CARLOS TIAGO DE QUEIROZ, ODONTOLOGO 04, Classe "B", Lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 30 (trinta) dias 13/11/2017 a 12/12/2017, conforme consta em atestado Médico;

ART. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 263/2017, 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Remove a Servidora**, ELENIR DE PAULA OLIVEIRA** da Secretaria Municipal de Promoção e Assistência social, para Secretaria Municipal de Administração e planejamento.

O PREFEITO MUNCIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º. Remover a Servidora **ELENIR DE PAULA OLIVEIRA** portadora da cédula de Identidade RG n° 980010 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n° 650.959.601-68, da Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, para exercer as atividades inerentes a função de Artífice em copa e cozinha, na Secretaria Municipal de Administração e planejamento.

Art. 2º. A Servidora deverá se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir do dia 14/11/2017, sob pena de sanções previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lambari D'Oeste –MT.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Lambari D'Oeste - MT, aos treze dias do mês de novembro de dois mil e dezessete.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO Nº 001/2017.

REFERENTE A PORTARIA Nº 260/2017/SMEC/PMLO

Aonde se lê imóveis.

Leia-se Móveis.

Lambari D'Oeste – MT, 14 de novembro 2017.

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 601/2017,

De 14 de novembro de 2017.

Autor: Poder Executivo.

"Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, para o quadriênio de 2018 a 2021."

O Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS**, Prefeito do Município de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio de 2018 a 2021, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal de 1.988, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na forma dos anexos constantes desta Lei

Parágrafo único. O disposto nesta Lei compreende todos os órgãos da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 2º A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, através de projeto de lei de revisão do plano ou projeto de lei específico.

Art. 3º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, inserindo-se no respectivo programa, as modificações subsequentes.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no caput deste artigo fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 4º O Poder Executivo poderá alterar as metas fiscais estabelecidas, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício, de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas e a conjuntura do momento.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 600/2017,

De 14 de novembro de 2017.

Autor: Poder Executivo.

"Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município de LAMBARI D`OESTE para o Exercício Financeiro de 2018 e dá outras providências."

O Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS**, Prefeito do Município de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei estabelece as Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento Programa do Município de LAMBARI D`OESTE, relativo ao Exercício Financeiro de 2018, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos, Autarquias e demais entidades da Administração Direta e Indireta.

Art. 2º - A Proposta Orçamentária Anual será elaborada em consonância com as diretrizes fixadas nesta Lei, em cumprimento ao disposto no art. 165 da Constituição federal, na Lei Federal n.º 4.320, de 17/03/64, na Lei Complementar N.º 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Orgânica Municipal, tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita fornecida pelos órgãos competentes quanto às transferências legais da União e do Estado para o exercício e comparadas com a arrecadação verificada no primeiro semestre de 2017 e Projetada, no concernente à tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a serem realizadas considerando-se o comportamento da arrecadação no primeiro semestre de 2017, os efeitos das alterações na legislação tributária até 31 de dezembro de 2017, da variação de índices inflacionários correntes e previstos até dezembro de 2017, do crescimento econômico e das ações fiscais oriundas do poder Público municipal, ou quaisquer outros fatores que possam influenciar de maneira relevante no comportamento da arrecadação.

Parágrafo único - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes anexos:

I – Projeção da Receita e da Despesa para 2018/2019;

II - Anexo de metas e prioridades para 2018;

III. - Anexo de Riscos Fiscais;

IV – Relatório dos projetos em andamento e posição sobre a situação de conservação do patrimônio público e providências a serem adotadas.

Art. 3º - O Projeto de Lei Orçamentária deve obedecer aos princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e probidade administrativa, devendo primar pela Responsabilidade na Gestão Fiscal, atentando para a ação planejada e transparente, direcionada para a prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das Contas Públicas e estar voltado para:

§ 1º - Através de ação planejada e transparente, cumprir as metas de resultados entre receitas e despesas;

§ 2º - Mediante prevenção de riscos e correção de desvios, obedecer a limites e condições no que tange a renúncia de receita, a geração de despesas com pessoal, a dívida consolidada, às operações de crédito, inclusive por antecipação de receita - ARO, a concessão de garantias e à inscrição em restos a pagar.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2018

Art. 4º - Em consonância com o art. 165, § 2o, da Constituição, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2018 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei.

Parágrafo único - Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possui caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, sendo automaticamente atualizados pela lei orçamentária.

CAPÍTULO III

A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO

E ALTERAÇÕES DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO PARA 2018

Seção I

Da Organização dos Orçamentos do Município

Art. 5º - O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da Fazenda Municipal.

Art. 6º - Os orçamentos discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação (créditos orçamentários) com suas respectivas dotações.

§ 1º As atividades, projetos e operações especiais poderão ser desdobrados em subtítulos (subprojetos ou subatividades), abertos por Decreto do Poder Executivo, para especificar sua localização física integral, parcial ou, ainda, atender à classificação por fonte de recursos (recursos vinculados), não podendo haver alteração das respectivas finalidades, produtos, unidades de medida e valores, estabelecidos para o respectivo título (projeto, atividade ou operação especial).

§ 2º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com vinculação de suas metas físicas ao anexo de metas e prioridades de que trata esta Lei.

Art. 7º - A lei orçamentária discriminará em unidades orçamentárias e/ou em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I – a fundos especiais;

II - às ações de saúde e assistência social;

III - ao pagamento de benefícios da previdência, para cada categoria de benefício;

IV – aos créditos orçamentários que se relacionem à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;

V - à concessão de subvenções econômicas e subsídios;

VI - à participação em constituição ou aumento de capital de empresas;

VII - ao pagamento de precatórios judiciários, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

VIII - às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial; e

IX - ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor.

Art. 8º - O projeto de lei orçamentária deverá ser encaminhado pelo executivo ao Legislativo até o dia 30 de setembro de 2017 e será constituído de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados;

III - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5o, inciso II, da Constituição; e

V - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

VI – demonstrativo da renúncia da receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 1º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, informando, saldos de créditos especiais, situação esperada dos restos a pagar ao final do exercício e outros compromissos financeiros exigíveis;

II - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa;

§ 2º. Integrará a proposta orçamentária, além dos documentos referidos, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

Art. 9º - Para efeito do disposto neste capítulo o Poder Legislativo do Município encaminhará ao Poder Executivo, até 30 de setembro de 2017, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

Seção II

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 10 - A Lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá, na lei orçamentária a, no mínimo, 2 % (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o Município e:

I – se destinará a atender a passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos;

II – ficará sob a coordenação do órgão responsável pela sua destinação; e

III – será controlada através de registros contábeis no sistema orçamentário.

IV – suporte orçamentário às dotações que se fizerem insuficientes

Art. 11 - Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000:

I - integrará o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3o do art. 182 da Constituição, o impacto orçamentário e financeiro exigido em decorrência da LC nº 101/2000, art. 16;

II - entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3o, aquelas cujo valor não ultrapasse os limites a que se refere os incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993.

Art. 12 - O Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária para 2018, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8º da Lei Complementar no 101 de 2000:

§1º. Para fins de elaboração do cronograma do Poder Executivo, o Poder Legislativo, em até dez dias da publicação da Lei Orçamentária, encaminhará ao Executivo a sua necessidade de repasses financeiros, estabelecidas mensalmente, para o exercício de 2018.

§ 2º No caso do Poder Executivo, o ato referido no **caput** e os que o modificarem conterão:

I - metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar no 101, incluindo seu desdobramento por origem de recursos;

II - demonstrativo da despesa por programas de governo.

Art. 13 - Se no final de cada bimestre for verificada a ocorrência de desequilíbrio entre as receitas e as despesas que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na legislação vigente.

Parágrafo Único - Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 14 - Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

I - A obrigações Constitucionais e legais do Município;

II - Ao pagamento do serviço da dívida pública fundada, inclusive parcelamento de débitos;

III - A despesas fixas com pessoal e encargos sociais, enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal, constante do Artigo 20 da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00;

IV - Despesas vinculadas a uma determinada fonte de recursos cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso estejam sendo normalmente executado.

Art. 15 - Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas, para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados na seguinte ordem:

I - Novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;

II - Investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica, cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;

III - Despesas de manutenção de atividades não essenciais, desenvolvidas com recursos ordinários;

IV - Outras despesas, a critério do Executivo Municipal, até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

Seção III

Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias

Compreendidas os Créditos Adicionais Destinados ao

Poder Legislativo

Art. 16 - O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2018, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferida em 2015, nos termos do art. 29-A da Constituição da República e **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 58, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**, acrescidos dos valores relativos aos inativos e pensionistas.

§1º. Para efeitos do cálculo a que se refere o caput considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária no Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

§2º. Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:

I – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo.

II – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, o Legislativo indicará os créditos orçamentários a serem suplementados ao Executivo até o limite constitucionalmente previsto.

Art. 17 - Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Legislativo, observados os limites anuais de 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República e da **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 58, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**, efetivamente arrecadada no exercício de 2017, conforme previsto no artigo anterior.

§ 1º. Em caso da não elaboração do referido cronograma, os repasses se darão na forma de duodécimos mensais, iguais e sucessivos, respeitados, igualmente, os limites de que trata o caput.

§ 2º. Considera-se receita tributária e de transferências para fins de cálculo do orçamento do Poder Legislativo, desde que efetivamente arrecadadas:

a) os impostos;

b) as taxas;

c) a contribuição de melhoria;

d) a dívida ativa de impostos, taxas e contribuições de melhoria;

e) o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF;

f) a Cota-parte do Imposto Territorial Rural - ITR;

g) a Cota-parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA;

h) o valor bruto arrecadado da Transferência da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS

i) o valor bruto arrecadado da Transferência da LC nº 87/96;

j) do valor bruto arrecadado do Fundo de Participação dos Municípios;

k) o valor bruto arrecadado da Cota-parte do IPI/Exportação.

l) o valor arrecadado da CIDE

Art. 18 - O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

Parágrafo único - Ao final do exercício financeiro o saldo de recursos será devolvido ao Poder Executivo, deduzido:

I – os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro, considerando-se somente as contas do Poder Legislativo;

II – os valores necessários para:

a) obras e investimentos do Poder Legislativo que ultrapassem um exercício financeiro;

b) outros, desde que justificados pelo Presidente do Legislativo.

Art. 19 - A Câmara Municipal enviará até o dia 05 de cada mês, a demonstração da execução orçamentária e contábil do mês e até o mês anterior para fins de integração à contabilidade geral do Município.

Seção IV

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e avaliação dos Resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos

Art. 20 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 21 - Os serviços de contabilidade do Município organização sistema de custos que permita:

a) mensurar o custo dos produtos das ações governamentais;

b) mensurar os custos diretos e indiretos dos programas de governo;

c) identificar o custo por atividade governamental e órgãos;

d) a tomada de decisões gerenciais.

Art. 22 - A avaliação dos resultados dos programas de governo se fará de forma contínua pelo sistema de controle interno do Poder Executivo.

§ 1º. A avaliação dos resultados dos programas de governo consistirá em análise sobre o desempenho da gestão governamental através da movimentação dos indicadores de desempenho, conjugando-os com o custo das ações que integram os programas e a evolução, em termos de realização dos produtos das ações e o atingimento de suas metas físicas, de forma que permita à administração e à fiscalização externa concluir sobre a eficiência das ações governamentais e a qualidade do gasto público.

§ 2º. Anualmente, em audiência pública promovida para fins de propiciar a transparência e a participação popular na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo avaliará, perante a sociedade, a eficácia e a eficiência da gestão, demonstrando o planejamento realizado em comparação com o executado no que se refere aos indicadores de desempenho, aos valores gastos e às metas físicas relacionadas com os produtos das ações.

Seção V

Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art 23 - Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento com recursos necessários ao término do projeto ou a obtenção de uma unidade completa;

II – estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias para tanto.

§ 1º. Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos.

§ 2º. O sistema de controle interno fiscalizará e demonstrará o cumprimento do parágrafo único do art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º. É condição para o início de projetos, devendo constar do procedimento de que trata o art. 38 da Lei 8.666/96, ou do procedimento de compra, em casos de contratações com valores estimados inferiores aos previstos no art. 24, I e II da referida Lei, a referência de atendimento ao artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Seção VI

Das Transferências de Recursos para o Setor Privado

Subseção I

Dos Recursos Destinados a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 24 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura ou desporto, e estejam registradas nas Secretarias Municipais correspondentes;

II - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Parágrafo único - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2018, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 25 - Fica autorizada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “auxílios” para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento a atividades educacionais, saúde, assistenciais, culturais, de meio ambiente ou desportivas;

II - cadastradas junto às Secretarias Municipais correspondentes;

III - signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;

V - consórcios intermunicipais, constituídos por lei e exclusivamente por entes públicos;

Subseção II

Das Transferências às Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 26 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo e educação, desde que aprovada pelo respectivo conselho municipal.

Art. 27 - A transferência de Recursos públicos para cobrir déficits de pessoas jurídicas, além das condições fiscais previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando for o caso, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:

I – a necessidade deve ser momentânea e recair sobre pessoa física ou entidade cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave no Município, ou, ainda, representar prejuízo para o município.

II – incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais, comerciais e de serviços, nos termos do que já dispõe a Lei Municipal.

III – no que se refere à concessão de empréstimos destinados a pessoas físicas e jurídicas, estes ficam condicionados, além do pagamento dos encargos financeiros de juros não inferiores a 12% ao ano, ou ao custo de captação, nos termos do que dispõe o artigo 27 da Lei Complementar nº 101/2000:

a) destinação dos recursos através de fundo rotativo;

b) formalização de contrato;

c) aprovação de projeto pelo Poder Público;

d) acompanhamento da execução;

e) prestação de contas.

Parágrafo único - Lei específica poderá, conforme possibilita o parágrafo único do artigo 27 da LC nº 101/2000, estabelecer subsídio para empréstimos de que trata o inciso III deste artigo, hipótese em que a lei orçamentária estabelecerá crédito orçamentário próprio.

Seção VIII

Dos Créditos Adicionais

Art. 28 - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais as exposições de motivos que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS

DE CARÁTER CONTINUADO

Seção I

Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Art.29 - A compensação de que trata o art. 17, § 2o, da Lei Complementar no 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão.

Parágrafo único. Cada Poder manterá controle sobre os valores já aproveitados da margem de expansão desde a edição da LC nº 101/2000.

Seção II

Das Despesas com Pessoal

Art. 30 - O Poder Executivo e Legislativo publicarão tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos.

Art. 31 - Os Poderes Executivo e Legislativo do Município terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais:

I – No Poder Legislativo:

a) 70% das receitas de impostos e transferências que cabem ao Poder, conforme Art. 29-A da Constituição Federal, excluídos os valores referentes aos inativos e pensionistas e eventuais repasses de cunho extra orçamentários;

b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 6% sobre a Receita Corrente Líquida – RCL, deverá ser observado o limite de acréscimo desta despesa, previsto no Art. 71 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

II – No Poder Executivo:

a) caso o Poder tenha ultrapassado os 54% (cinquenta e quatro pontos percentuais) sobre a Receita Corrente Líquida no exercício de 2017, o orçamento de 2018 deverá prever o retorno ao percentual limite até o final do exercício, nos termos do art. 70 da Lei Complementar nº 101 de 2000.

b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 54% sobre a Receita Corrente Líquida, deverá ser observado o limite de acréscimo desta despesa, em

percentual da receita base de cálculo, nos termos do art. 71 da Lei Complementar no 101, de 2000.

Art. 32 - Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de manifestação do Conselho de Política e Remuneração de Pessoal de que trata o art. 39 da Constituição da República.

Art. 33 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1o, inciso II, da Constituição, ficam autorizados, além das vantagens pessoais já previstas nos planos de cargos e regime jurídico:

I – No Poder Executivo:

a) aumento de remuneração em percentual de até 8%;

b) investiduras por admissão por aprovação para cargo ou emprego público, designação de função de confiança ou cargo em comissão com disponibilidade de vagas;

c) concessão de abono remuneratório aos servidores em efetivo exercício do magistério;

d) criação de empregos públicos para o atendimento de programas da União;

e) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

II – No Poder Legislativo:

a) aumento de remuneração em percentual de até 8%;

b) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revelem a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

§ 1º. As autorizações dos incisos I e II deverão ser precedidas da análise da repercussão sobre o percentual da despesa com pessoal, nos termos do artigo 17 e 71 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 34 - No exercício de 2018 a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver ultrapassado os 51,3%(cinqüenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento), respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, dentre estes:

I – situações de emergência ou calamidade pública;

II – situações em que possam estar em risco a segurança de pessoas ou bens;

III – a relação custo-benefício se revelar favorável em relação a outra alternativa possível;

Parágrafo único - A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo e Legislativo, nas condições estabelecidas no *caput* deste artigo, far-se-á, respectivamente, pelo Prefeito Municipal e Presidente da Câmara, sendo os motivos devidamente fundamentados no ato da autorização.

Art. 35 - Ocorrendo a superação do patamar de 95% (noventa e cinco por cento) do limite aplicado ao Município para as despesas com pessoal, serão aplicáveis aos Poderes Executivo e Legislativo as vedações do § único, inciso I a V do Artigo 22 da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 36 - O Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal no corrente exercício, Projeto de Lei dispondo sobre alterações na Legislação Tributária, para vigorarem a partir do exercício de 2018, especialmente no diz respeito a:

I - Revisão das taxas, observando sua adequação às constantes oscilações nos custos reais dos serviços prestados;

II - Revisão da planta genérica de valores dos imóveis urbanos;

III - Revisão das alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);

IV - Revisão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);

V - Corrigir quaisquer injustiças tributárias verificadas e constantes da legislação vigente;

VI - Ajustar a Legislação Tributária aos novos ditames impostos pela condição econômica do país, bem como sua adequação em função das características próprias do Município;

VII - Consolidação de toda a Legislação Tributária do Município.

Art. 37 - O Poder Executivo fica incumbido de instituir e utilizar todos os mecanismos legais a ele atribuídos para arrecadar todos os tributos e contribuições de sua competência.

Parágrafo Único - O Poder Executivo envidará ações no sentido de diminuir o volume da dívida tributária e não tributária do Município.

Art. 38 - O Poder Executivo promoverá a modernização da máquina fazendária no sentido de aumentar a produtividade e diminuir os seus custos.

Art. 39 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, bem como a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, somente poderá ser apreciado caso se revista de elevado alcance social e de interesse público justificado, devendo estar acompanhada de:

I - Estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois seguintes;

II - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - Medidas de compensação da renúncia por meio do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos ou contribuição.

Art. 40 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, serão canceladas a previsão da receita e dotações orçamentárias de forma a restabelecer a previsão sem as alterações na legislação.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41 - Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:

I – ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;

II – a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;

III – à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;

IV – a cedência de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no município;

Art. 42 - A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa, não se incluindo na proibição a autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 1º - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual ou de abertura de créditos adicionais suplementares obedecerão ao princípio da iniciativa constante do Artigo 165 da Constituição Federal e somente poderão ser aprovados quando:

I - Estiverem compatíveis com o Plano Plurianual vigente;

II - Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de dotações, excluídos os que incidam sobre:

a) Pagamento de pessoal e seus encargos;

b) Amortização e serviço da dívida; e

c) A destinação ao atendimento de precatórios judiciais.

Art. 43 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2017

O Sr. **ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE**, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, comunica a quem possa interessar que após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos, RATIFICOU, conforme disposto no art. 26 da Lei 8666/93, com fulcro no Artigo 24, Inciso X da Lei Federal 8.666/93 e alterações, a **DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 005/2017** a favor da contratação da empresa SERGIO LUIZ PEREIRA NOGUEIRA-ME, cadastrado no CNPJ nº 37.456.282/0001-46, objetivando a contratação de empresa especializada em serviços de Agrimensura e Topografia no Município de Marcelândia-MT, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio ambiente e Turismo, perfazendo o valor total da contratação em **R$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais).**

Marcelândia/MT, 14 de Novembro de 2017

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

P U B L I Q U E – S E

PREVILÂNDIA
PORTARIA PREV. N.º 100/2017 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR IDADE EM FAVOR DO SERVIDOR SR. ANTÔNIO NUNES DE SIQUEIRA

PORTARIA PREV. N.º 100/2017.

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por idade em favor do servidor Sr. Antônio Nunes de Siqueira".

A Diretora Executiva do Previlândia,Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso "III", alínea "b" da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional de n. º 41, de 19 de dezembro de 2003, Arts. 184, 185 e 186, incisos "I", "II", da Lei Municipal n. º 0041/2005, de 05 de julho de 2005, Art. 12, incisos "III", alínea "b", da Lei Municipal n. º 805/2012, de 17 de setembro de 2012.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **aposentadoria por idade** ao servidor **Sr. Antônio Nunes de Siqueira**, portador do RG. n.º 288.0574-7 – SSP/MT, inscrito no CPF/MF n.º 453.647.619-91 e da Cédula Eleitoral de n.º 156961918/72, Zona "023", Seção "254", servidor efetivo no cargo de Vigia, Nível "01", Classe "C", contando com um total de **5.894 dias trabalhados, ou seja, 16 (dezesseis) anos 01(mês) e 24 (vinte e quatro) dias**, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Urbanos, matricula N°.175, com proventos proporcionais e sem direito a parida-

de, conforme o processo do PREVILANDIA, n.º 2017.08.0000007, a partir desta data, 01.11.2017 até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2017, substituindo a portaria n.º 094/2017 e corrigindo; onde se lê processo do previlândia nº 2017.06.0000007, correto leia-se processo do previlândia nº 2017.08.0000007 e onde se lê CPF/MF nº 423.647.619-91, correto leia-se CPF/MF nº 453.647.619-91.

Registre, publique e cumpra-se.

Marcelândia/MT, 14 de novembro de 2017.

Marli Teresinha Teixeira

Diretora Executiva do PREVILANDIA

HOMOLOGO

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017 - SRP

A Prefeitura Municipal de Marcelândia/MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 039/2017, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Madeira Serrada para Serem Utilizadas na Construção/Reforma de Pontes de Madeira para atender as necessidades de diversas secretarias do Município de Marcelândia/MT**. Sagraram-se vencedoras as empresas:

EMPRESA	ITENS	VLR. TOTAL
W.O. MADEIRAS E BENEFICIAMENTO LTDA ME	01 e 02	R$ 367.500,00

Marcelândia/MT, em 14 de Novembro de 2017

GRAZIELA RUBIO PERIUS

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA DE MATUPÁ/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
TERMO DE REGULARIZAÇÃO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT, doravante denominado **DOADOR**, neste ato **formaliza a doação** ao **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público, órgão da administração pública indireta estadual, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.284.077/0001-30, com sede na Rua Coronel Benedito Leite, nº 401, Bairro Centro Sul, Cep: 78.020-110, na Cidade de Cuiabá-MT; por intermédio da ***12ª COMPANHIA INDEPENDENTE DE BOMBEIRO MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO,*** com sede na Rodovia MT-320, KM 038, Setor Industrial, na Cidade de Colíder/MT, neste representado pelo 1º Tenente BM o Sr. ANDERSON RODRIGO DA SILVA, portador da RG nº 001.127 – Pront. 001.127-A, inscrito no CPF sob o nº 997.666.471-00, residente e domiciliado na Cidade de Colider/MT, ora doravante denominado **DONATÁRIO**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo é a regularização de DOAÇÃO em favor do DONATÁRIO do bem com as seguintes características:

Unidade: UM	Produto: REBOQUE CHASSI	Ano/Modelo: 2012/2013
Cor: BRANCO	Marca: MILTON BSB CA	
Chassi: 9A9DF01CPDBEM8197	Nota Fiscal: 0141	
Capacidade: PBT 800 KG	Renavam: 717700 BIN	
Fornecedor: ABA Comercio de Carretas para Barcos Ltda		
CNPJ: 14.465.408/0001-43 - IE: 13.437.253-0		

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE

O bem, objeto do presente termo de regularização de doação destinam-se à ao donatário, por força da Lei nº 801, de 26 de Junho de 2012, em consonância com a Nota Fiscal nº 000000141 – Serie: 001, Chave de Acesso: 51120614465408000143550010000004110000001410, Protocolo de Autorização de Uso: 151120020020005228, emitida pelo fornecedor: ABA Comércio de Carretas para Barcos Ltda, inscrita no CNPJ nº 14.465.408/0001-43, e posterior empenhada sob o nº 004312/2012, em 19.07.2012, com liquidação e pagamento realizado na data de 20.07.2012,

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIBERALIDADE DA DOAÇÃO

O DOADOR concorda em dispor do bem constante na Cláusula Primeira do Presente Termo de Regularização de Doação com a total liberalidade, se isentando de quaisquer ônus sob o mesmo, haja visto que a donatário e detentor da posse desde o ano de 2012, não existindo nenhuma obrigação por parte do DONATÁRIO resultante da DOAÇÃO.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Matupá, Estado de Mato Grosso, para dirimir toda e qualquer dúvida suscitada em razão do presente Termo de Regularização de Doação, excluindo qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados na presença de 02 (duas) testemunhas.

Matupá/MT, 13 de Novembro de 2017.

_____

_____

Município de Matupá – MT Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso

CNPJ: 24.772.188/0001-54 CNPJ: 00.284.077/0001-00

Valter Miotto Ferreira Anderson Rodrigo da Silva

Doador Donatário

1ª Testemunha	2ª Testemunha
Nome: Ivaine Molina	Nome: Ivo da Silva e Silva
CPF: 895.005.719-00	Nome: 912.756.521-15

PREFEITURA DE MATUPÁ/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
RESOLUÇÃO CMS Nº 15 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2.017.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MATUPÁ – MT

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Contingencia da Dengue.

O Conselho Municipal de Saúde de Matupá, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Nº 126 de 03 de Março de 1994.

1. Considerando a **Reunião Extraordinária do dia 13 de Novembro de 2.017** do Conselho Municipal de Saúde de Matupá/MT.

RESOLVE:

Art.1º- Aprovar o Plano Municipal de Continência da Dengue para o ano 2.017/2.018.

Art.2º- Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE .

Matupá - MT, 13 de Novembro de 2.017.

FRANCISCO CARLOS VIEIRA Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Matupá/MT Homologada: **VALTER MIOTTO FERREIRA** Prefeito Municipal de Matupá/MT

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO TOMADA DE PREÇO Nº. 023/2017

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que realizou no dia 07 de novembro de 2017 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARAREFORMA DA LAVANDERIA E SALA CENTRAL DE MATERIAL ESTERILIZADO DO HOSPITAL MUNICIPAL DO MUNICÍPIO MATUPÁ/MT, aonde sagrou-se vencedor o Licitante JOSE EUSTAQUIO DEL PAPA E CIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 97.531.021/0001-75, com o valor de R$ 11. 662,36. Maiores Informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 14 de novembro de 2017. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 094/2017 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que a Licitação agendada para o dia 13 de novembro de 2017 às 10h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MARMITEX, REFRIGERANTES E LANCHES, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE MATUPÁ" foi declarada DESERTA. Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 31 de outubro de 2017. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 091/2017 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou no dia 01 de novembro de 2017 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS EM ATENDIMENTO NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT", aonde sagrou-se vencedoras as Empresas BETO CACA E PESCA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 03.815.521/0001-95 com valor total de R$ 45.986,87 e S. G. ARTIGOS ESPORTIVOS E PAPELARIA EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 10.718.935/0001-61 com valor total de R$ 45.168,10. Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 14 de novembro de 2017. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA TOMADA DE PREÇO Nº. 024/2017

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que a Licitação agendada para o dia 10 DE NOVEMBRO DE 2017 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO para DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NA AVENIDA SEBASTIÃO ALVES JUNIOR NO ENTRONCAMENTO COM A RUA 06 DO BAIRRO INDUSTRIAL 1 E AVENIDA IRMÃ ADELIS DO MUNICÍPIO MATUPÁ/MT foi declarada DESERTA. Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 14 de novembro de 2017. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº 086/2017

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **CONSTRUTORA PLENITUDE LTDA**

OBJETO **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS CELULARES DE PRÉ-MOLDADOS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT. Contidas nos anexos do Edital 095/2017, TOMADA DE PREÇO 018/2017, com fornecimento pela empresa contratada de todos** os materiais, equipamentos, peças e serviços**.**

OBJETIVO: O novo prazo de **execução** do presente termo de contrato é aditado em 30 (Trinta) dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **14 DE DEZEMBRO DE 2017,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 14/11/2017

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 092/2017 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou no dia 31 de outubro de 2017 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÁS LP P13 E P45 EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ/MT**"**, aonde sagrou-se vencedora a Empresa PATRICIA KARLA PINTO - ME, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 14.714.049/0001-10 COM VALOR TOTAL DE R$ 128. 887,45. Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 14 de novembro de 2017. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 217/2017 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO***ELAINE APARECIDA FERREIRA DE SOUZA*****: Prestação de** serviços inerentes às funções do cargo de **PROFESSOR DA AREA DE PEDAGOGIA OU NORMAL SUPERIOR**, lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, na Escola Municipal Inedi Fontes Castilho Queiroz, em substituição a servidora contratada Adriana dos Santos Souza Sampaio, que solicitou rescisão de contrato Nº 057/2017. Período de: 07/11/2017 a 22/12/2017.

Valor Global R$ 4.587,00. Carga horária: 40 horas semanal. Data da Assinatura: 07/11/2017.

CONTRATO Nº 218/2017 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO***MARIA DE FATIMA OTENIO ANTONIASSI*****: Prestação de** serviços inerentes às funções do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERIAS - INTERNO**, lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, no Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, em substituição a servidora efetiva Marli Silva de Souza, que encontra-se de licença maternidade conforme portaria Nº 473/2017. Período de: 08/11/2017 a 22/12/2017. Valor Global R$ 1.478,80. Carga horária: 40 horas semanal. Data da Assinatura: 08/11/2017.

CONTRATO Nº 219/2017 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO ***ROSILENE LOPES DE LIMA*****: Prestação de** serviços inerentes às funções do cargo de **PROFESSOR DA AREA DE PEDAGOGIA OU NORMAL SUPERIOR**, lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, no Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, em substituição a servidora contratada Aleandra Xavier do Nascimento, que encontra-se de licença maternidade conforme portaria Nº 472/2017. Período de: 08/11/2017 a 22/12/2017. Valor Global R$ 4.487,28. Carga horária: 40 horas semanal. Data da Assinatura: 08/11/2017.

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 483 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS A SEREM OBSERVADOS E ADOTADOS NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, PARA O ENCERRAMENTO DO PRESENTE EXERCÍCIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARINEZ DE CAMPOS, Prefeita Interina do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições;

Considerando a necessidade de adequar os gastos administrativos em diversos níveis, respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando que o Orçamento Municipal para o exercício de 2017 encontra-se restringido;

Considerando a necessidade de acompanhar os limites financeiros, desenvolvendo ações que visam a aplicação dos recursos públicos com eficiência, eficácia e efetividade, contribuindo pela compatibilidade da execução da despesa, resolve baixar a seguinte:

P O R T A R I A

CAPÍTULO I

DOS PROCEDIMENTOS PARA ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

SEÇÃO I

DAS COMPRAS, AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS E EMISSÃO DE NOTAS DE EMPENHO

Art. 1º - A Secretaria Municipal de Administração deverá realizar um estudo prévio e planejar suas aquisições de bens e insumos necessários à manutenção essencial das demais Secretarias de governo em conjunto com a comissão de transição.

Art. 2º - As despesas de vinculação legal ou contratual referente a Convênios e Programas, poderão ocorrer desde que haja disponibilidade financeira.

Art. 3º - Só serão autorizadas aquisições e contratações não essenciais às manutenções se devidamente justificadas e autorizadas pelo Sr. Prefeito Municipal.

Art. 4º - As notas de empenho do exercício de 2017 serão emitidas até o dia 24 de novembro de 2017, ressalvados os casos abaixo discriminados:

I – quando se tratar de despesas com pessoal, encargos com amortizações de dívida interna ou obrigações patronais;

II – despesas com água, luz, telefone e outras despesas pertinentes ao funcionamento das atividades essenciais de saúde, educação, assistência social e infra – estrutura básica de caráter urgente e necessário;

III – procedimentos licitatórios em andamento.

Parágrafo Único: A liquidação das despesas de que trata o "caput" deste artigo, deverá ocorrer até o dia 30/11/2017.

SEÇÃO II

DA ANULAÇÃO DOS SALDOS DE EMPENHOS ESTIMATIVOS E GLOBAIS NÃO LIQUIDADOS

Art. 5º - Serão anulados até o dia 30 de novembro do corrente exercício os seguintes empenhos:

I – estimativos com saldo;

II – ordinários e globais cujos materiais não entregues e serviços não prestados, com observância ao disposto pelos Artigo 359-B e 359-F do Decreto-Lei nº 2.848 de 1940 (ambos incluídos pela Lei Federal 10.028/2000) e ao disposto pelo artigo 42 da Lei Complementar 101/2000;

SEÇÃO III

DOS PAGAMENTOS DO EXERCÍCIO DE 2017

Art. 6º - Os pagamentos de despesas do exercício e de restos a pagar somente serão realizados até o dia 11/12/2017, com exceção às despesas relativas à pessoal, encargos sociais, amortização da dívida, despesas com água, luz, telefone, correio, ressalvados os casos em que haver disponibilidade financeira.

SEÇÃO IV

DA INSCRIÇÃO DAS DESPESAS EMPENHADAS EM RESTOS A PAGAR

Art. 7º - Todas as despesas devidamente empenhadas até o dia 29/12/2017 serão escrituradas em restos a pagar nos termos do Artigo 36 da Lei Federal 4.320/64:

I - como restos a pagar processados desde que forem liquidadas até o dia 29/12/2017;

II – Como restos a pagar não processados quando se tratar de despesa empenhada e não liquidada até 29/12/2017, desde que se refiram a recursos de convênios ou programas da União, do Estado ou Município cujos recursos não tenham ingressado na conta corrente do município.

SEÇÃO V

DO REGISTRO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Art. 8º - Serão registradas em 2017, nas devidas rubricas de arrecadação, as receitas que ingressarem nas contas bancárias até o dia 31/12/2017.

Art. 9º. - Serão registradas em 2017, as receitas de convênios, de programas da União e do Estado cuja liberação não se deu até o dia 31/12/2017 desde que os Órgãos e Entidades transferidoras de recursos tenham informado nos termos da Portaria MF/STN nº 447 de 13 de setembro de 2002:

a) nota de empenho;

b) nota de liquidação ou congênere;

c) nota de inscrição em restos a pagar, ou;

d) demonstrativos que tragam essas informações.

SEÇÃO VI

DOS INVENTÁRIOS

Art. 10. - A Secretaria Municipal de Administração providenciará consolidação do inventário, sua conferência com o banco de dados existente e emitirá os termos de responsabilidade e movimentação dos bens nos termos do Artigo 94 a 96 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 11. - A Secretaria Municipal de Administração encaminhará uma via do inventário ao Departamento de Contabilidade até o dia 12/01/2018 para que seja apensado ao Balanço Geral do Município

Art. 12. - O Departamento de Tributação e Fiscalização informará o Departamento de Contabilidade, em relatório sintético, o total da Dívida Ativa inscrita em 31/12/2017, até o dia 12/01/2018.

CAPÍTULO II

DAS MEDIDAS DE CONTENÇÃO DE DESPESAS

SEÇÃO I

CONCESSÕES DE DIÁRIAS

Art. 13. – Ficam suspensas as concessões de diárias a todos os funcionários da municipalidade com exceção dos casos de extrema necessidade e as destinadas a motoristas de ambulâncias para transporte de pacientes com devido encaminhamento médico.

§ 1º - Considera-se de extrema necessidade aqueles em que houver necessidade imperiosa, seja para fazer face a motivo de força maior ou ações que possam acarretar prejuízo manifesto.

§ 2º - As diárias que venham a atender a caso de extrema necessidade, somente serão expedidas com autorização expressa do Prefeito Municipal.

SEÇÃO II

DAS HORAS EXTRAS

Art. 14. – Ficam suspensas as concessões de horas extras no âmbito da Prefeitura Municipal, sendo somente permitido o serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 02 (duas) horas por jornada, conforme Art. 172 da LC nº 008/98.

SEÇÃO III

DO RACIONAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E TELEFONIA

Art. 15 – Determina a todos os setores da Administração Municipal que procedam à redução da utilização de aparelhos de ar refrigerado e todos que são considerados de elevado consumo elétrico, adotando-se as seguintes medidas:

I- Apagar sempre as lâmpadas, quando sair do ambiente de trabalho, mesmo que seja por pouco tempo.

II- Manter as portas e janelas sempre fechadas em ambientes climatizados;

III- Desligar os aparelhos de ar condicionado sempre que a temperatura ambiente assim o permitir;

IV- Manter os aparelhos de ar condicionado desligados pelo menos por 2 (duas) horas de expediente, ficando a fixação do(s) período(s) a cargo de cada chefe de departamento ou encarregado do setor;

V- Manter desligado a iluminação de corredores e as dos departamentos, desde que não atrapalhe o atendimento ao público e o desenvolvimento das atividades;

VI- Desligar os terminais de computadores ao encerrar o expediente, inclusive o nobreak

Art. 16. – Os gastos com telefonia fixa e móvel deverão ser limitados pelos diversos setores da Administração Municipal, observando-se os horários de tarifa de valor menor para interurbanos e, não podendo em espécie nenhuma ser utilizado para uso particular.

Parágrafo Único – Não aplica-se ao disposto neste artigo os casos de extrema necessidade e emergência, que possam acarretar prejuízos ao Município.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. - Compete a Secretaria Municipal de Finanças a responsabilidade no cumprimento desta Portaria e demais normas orçamentárias e financeiras.

Art. 18. – As medidas de que trata esta Portaria, terá duração até a data de 29 de dezembro de 2017.

Art. 19. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeita Interina do Municipio de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal em 14 de novembro de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS

Prefeita Interina

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
DECRETO

DECRETO Nº 3226 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA INTERINA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D´OESTE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, considerando a necessidade adotar medidas e procedimentos de redução de despesas de custeio administrativos, com vistas ao cumprimento dos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal,

R E S O L V E

Art. 1º - Estabelecer PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais da Administração Direta e Autárquica, nos dias 16 e 17 de novembro de 2017.

Art. 2º - Determinar que as secretarias que dispõe de serviços considerados essenciais, que por sua natureza não podem ser paralisados ou interrompidos, sejam executados por intermédio de escalas de serviços ou plantões determinados pela secretaria da qual os serviços são vinculados, e/ou obedecerão seus calendários anteriormente estabelecidos.

Art. 3º - A Coordenadoria de Tributação ficará trabalhando em regime de plantão no horário das 8h às 12h para emissão de nota fiscal avulsa e em virtude da realização da 2ª Quinzena de Conciliação Tributária.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Interina do município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede provisória do Paço Municipal, em 14 de novembro de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS

Prefeita Interina

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
TERMO DE RESCISÃO

RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO nº 169/2017

Pelo presente termo de Rescisão Contratual, de um lado o município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, detentor do CNPJ n. 03.755. 477/0001-75 neste ato representado pela Sra. **MARINEZ DE CAMPOS**, portadora do RG 529.908 SSP/MT e CPF 474.656.891-04, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra**. *ELIZABETE APARECIDA ANTONIO DE PAULA*,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta Cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portadora do RG 929389 SSP/MT e CPF 691.731. 681-49, neste ato denominada contratada, resolvem de comum acordo, por iniciativa do contratante, rescindir a partir de 10/11/2017 o contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Tempo Determinado nº 169/2017,

da contratada ao cargo de **MONITOR DE ESPORTES**, ficando assim resolvido e não percebendo ambas as partes quaisquer ônus ou direitos posteriores.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 31 de outubro de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS ELIZABETE APARECIDA ANTONIO DE PAULA

CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

_____

_____

ALCILENA C. QUEIROZ BOTELHO RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 375911 SSP/MT RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF 303.820.681-49 CPF: 024.713.901-70

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
PORTARIA

PORTARIA Nº. 044 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O VEREADOR RONALDO JARDIM DOS SANTOS, PRESIDENTE INTERINO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, usando de suas atribuições legais;

Considerando o DECRETO Nº 3226 de 14 de novembro de 2017, do Poder Executivo, e visando adotar medidas e procedimentos de redução de despesas de custeio administrativos, com vistas ao cumprimento dos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

R E S O L V E :

ARTIGO 1º. – Fica estabelecido **PONTO FACULTATIVO** na Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, nos dias **16 e 17 de novembro de 2017**.

ARTIGO 2º. A Câmara Municipal permanecerá fechada, e os servidores deverão ficar no regime de sobreaviso, caso haja necessidade dos seus serviços.

ARTIGO 3º. A Câmara Municipal voltará ao seu expediente normal no dia 21 de Novembro de 2017 a partir das 12h00min, e a Sessão Ordinária será às 18h30min, devido ao feriado nacional do dia 20/11/2017 (dia da consciência negra),

ARTIGO 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, Edifício Leocídio Pereira Benevides, em 14 de novembro de 2017.

RONALDO JARDIM DOS SANTOS

Presidente em exercício

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 214/2017 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO***AMANDA KRIZIA MESQUITA DOS SANTOS FRANCO*****:** Prestação de serviços inerentes às funções do cargo de **MONITORA DE CRECHE**, lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, em substituição a Servidora efetiva Neuseli da Silva Pereira Soratto, que encontra-se afastada para tratamento de saúde conforme atestado e perícia médica, com suas atribuições no Centro de Educação Infantil Francisco Cruz. Período de: 26/10/2017 a 02/12/2017. Valor Global R$ 1.215,90. Carga horária: 40 horas semanal. Data da Assinatura: 26/10/2017.

CONTRATO Nº 215/2017 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO***ANA PAULA DE ALMEIDA*****: Prestação de** serviços inerentes às funções do cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, em substituição ao servidor efetivo Osias Felipe Santiago, que encontra-se afastado para tratamento de saúde conforme atestado e perícia médica. Período de: 30/10/2017 a 09/12/2017. Valor Global R$ 2.225,77. Carga horária: 40 horas semanal. Data da Assinatura: 30/10/2017.

CONTRATO Nº 216/2017 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO***JOSIELY DE JESUS MOURA*****: Prestação de** serviços inerentes às funções do cargo de **PROFESSOR DA AREA DE PEDAGOGIA OU NORMAL SUPERIOR**, lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, no Centro Educacional Municipal Vereador Edson Athier Almeida Tamandaré, em substituição a servidora Neuza Miranda de Aquino Martinez, tendo em vista a concessão da aposentadoria conforme portaria Nº 445/2017. Período de: 01/11/2017 a 22/12/2017. Valor Global R$ 5.185,31. Carga horária: 40 horas semanal. Data da Assinatura: 01/11/2017.

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
TERMO DE RESCISÃO

RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO nº 198/2017

Pelo presente termo de Rescisão Contratual, de um lado o município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, detentor do CNPJ n. 03.755.477/0001-75 neste ato representado pela Sra. **MARINEZ DE CAMPOS**, portadora do RG 529.908 SSP/MT e CPF 474.656.891-04, a seguir denominado **CONTRATANTE** e o Sr**.** ***EDMAR PIRES FRANCISCO*****,** brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta Cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portador do RG 1709982-0 SSP/MT e CPF 021.888.121-58, neste ato denominada contratado, resolvem de comum acordo, por iniciativa do contratante, rescindir a partir de 10/11/2017 o contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Tempo Determinado nº 198/2017, da contratada ao cargo de **MONITOR DE ESPORTES**, ficando assim resolvido e não percebendo ambas as partes quaisquer ônus ou direitos posteriores.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 31 de outubro de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS EDMAR PIRES FRANCISCO

CONTRATANTE CONTRATADO

Testemunhas:

_____

_____

ALCILENA C. QUEIROZ BOTELHO RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 375911 SSP/MT RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF 303.820.681-49 CPF: 024.713.901-70

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
LEI PROMULGADA

LEI nº 1431 de 28 de setembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO E DO HINO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO, BEM COMO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DEVERÁ PROMOVER EVENTOS E DESFILES CÍVICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO JARDIM DOS SANTOS, Presidente Interino da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais

atribuições, respaldadas pelo Inciso II, §1º, art. 61, c/c Inciso V do Artigo 170 da Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, APROVOU em Sessão Ordinária realizada no dia 04 de setembro de 2017 e eu PROMULGO no dia 28 de Setembro de 2017 a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a Ementa da Lei nº 664 de 15 de abril de 2002, passando a ter a seguinte redação: "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO E DO HINO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO, BEM COMO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DEVERÁ PROMOVER EVENTOS E DESFILES CÍVICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 2º - Fica alterado o Artigo 1º da Lei 664 de 15 de abril de 2002, passando a ter a seguinte redação:

Artigo 1º - Torna obrigatória a execução do Hino Nacional Brasileiro e do Hino de Mirassol D'Oeste, uma vez por semana, nas Escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio do município de Mirassol D'Oeste-MT.

Art. 3º. Inclui Parágrafo Único e altera o Artigo 2º da Lei 664 de 15 de abril de 2002, passando a ter a seguinte redação:

Artigo 2º - Obriga-se a Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura a proceder o Desfile Cívico Escolar na data de Comemoração do Aniversário de Fundação do Município de Mirassol D'Oeste (28 de Outubro).

Parágrafo Único – A Secretaria Municipal de Educação deverá promover a participação dos Docentes, Discentes e demais Servidores nos Eventos promovidos pela Secretaria, através de reconhecimento com certificados de carga horária aos Professores, e aos Alunos certificado de Mérito pela participação.

Art. 4º. Estabelece o prazo de 30 (trinta) dias, após a sua vigência, para o Chefe do Poder Executivo regulamentar a presente Lei.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a reeditar a Lei nº 664 de 15 de Abril de 2002, com as alterações impostas por esta lei.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Edifício Leocídio Pereira Benevides, Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, em 28 de setembro de 2017.

RONALDO JARDIM DOS SANTOS

Presidente Interino

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

JURIDICO
REPUBLICA-SE LEI Nº 429, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

PARA INCLUIR O ANEXO ÚNICO

Dispõe sobre autorização para o Poder Executivo Municipal, a fazer remanejamento, transposição e transferência de recursos na Lei Orçamentária vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, **Sr. JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, faz saber que a Câmara Municipal **aprova** e ele **sanciona** a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a fazer remanejamento, transposição ou transferência de recursos de uma categoria econômica para outra, de um Órgão para outro, de uma função para outra, subfunção para outra e abrir crédito suplementar de mais 10% (Dez por cento) no total da Lei Orçamentária Vigente, de acordo com o art.5°, alínea b da Lei n° 360/2015, dentro das mesmas fontes de receita de recursos, respeitados os limites constitucionais destinados à Educação e a Saúde, bem como os repasses constitucionais de duodécimos ao Poder Legislativo Municipal, e se preciso, no decorrer do exercício financeiro de 2017, Suplementar o órgão orçamentário 01 – Câmara Municipal, na forma prevista na LDO e na LOA vigente, conforme preconiza o art. 43 da Lei Federal nº. 4.320/64. (Redação alterada pela Emenda Substitutiva nº 005/2017 de autoria conjunta dos membros integrantes da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação, Vereadores: Renan Nunes de Oliveira - SD, Benedito Antônio de A. Neto - PSD, Delamar Aparecido Souza Silva - DEM)

Art. 2º O Chefe do Poder Executivo, mediante abertura dos Créditos Suplementares e dos Remanejamentos, enviará ao Poder Legislativo cópia dos decretos de abertura dos referidos créditos.

Art. 3o Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 13° dia do mês de novembro de 2017 – 64º de Emancipação Político-Administrativa. 13/11/2017.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

A N E X O Ú N I C O

C A R G O S	CAPITAL DO ESTADO	INTERIOR MT S/ PERNOITE	INTERIOR MT C/ PERNOITE	OUTROS ESTADOS E DF	EXTERIOR
P R E S I D E N T E	R$ 300,00	R$ 200,00	R$ 250,00	R$ 700,00	R$ 1.400,00
V E R E A D O R E S	R$ 300,00	R$ 200,00	R$ 250,00	R$ 700,00	R$ 1.400,00
S E R V I D O R E S	R$ 300,00	R$ 200,00	R$ 250,00	R$ 700,00	R$ 1.400,00
SECRETÁRIO GERAL	R$ 300,00	R$ 200,00	R$ 250,00	R$ 700,00	R$ 1.400,00
A S S E S S O R E S	R$ 300,00	R$ 200,00	R$ 250,00	R$ 700,00	R$ 1.400,00
COORDENADORES	R$ 300,00	R$ 200,00	R$ 250,00	R$ 700,00	R$ 1.400,00

JURIDICO
REPÚBLICA-SE LEI N° 431, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017 POR ERRO MATERIAL

ONDE SE LÊ LEI Nº 431, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017, LEIA-SE LEI Nº 432, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoriza o Município de Nortelândia Estado de Mato Grosso, a firmar convênio com Entidades Não Governamentais e sem fins lucrativos, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades e dá outras providências.

Art. 1º. Fica autorizado o Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, a firmar convênio com quaisquer entidades não governamentais sem fins lucrativos, de acordo com a Portaria 747/2014, de 1o de Dezembro de 2014 e Alterações promovidas por meio da Portaria nº 778 de 11 de Dezembro de 2014 e Portaria nº 500, de 24 de Setembro de 2015, todas do Ministério das Cidades com resultado homologado pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil até 1o. de Julho de 2017, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades aprovado pela Resolução nº 214 do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social - CCFDS, de 15 de Novembro de 2016, visando a construção de moradias populares, destinadas às famílias com a renda familiar de até R$1.800,00 (Um mil e oitocentos reais).

Art. 2º. O convênio, cuja minuta fará parte integrante desta Lei (Anexo I), tem como objeto atender as necessidades da população de baixa renda na área urbana do município, garantindo o acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade, através de unidades habitacionais.

Art. 3º. O Município poderá outorgar escritura pública às respectivas Entidades que vier a firmar o Convênio, com cláusula retroativa de reversão do imóvel no prazo máximo de 180 - (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado pelo período não superior a 06 (seis) meses, mediante termo aditivo.

Art. 4º. Todos os atos normativos deverão obedecer, ainda, as disposições legais constantes da Instrução Normativa do Ministério das Cidades, sob o nº 14, de 22 de Março de 2017

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Sede do Município de Nortelândia - MT, ao 13º dia do mês de novembro de 2017, 64º da Emancipação Político-Administrativa. 13.11.2017

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

ANEXO I

MINUTA DO TERMO DE PARCERIA

TERMO DE PARCERIA E COOPERAÇÃO TÉCNICA, CELEBRADO ENTRE **O MUNICÍPIO de NORTELÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO,** E A **(ENTEDIDA),** MEDIANTE AS SEGUINTES CLÁUSULAS E CONDIÇÕES.

O MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ: 03.425.170. 0001-06, com sede administrativa na Avenida Prefeito João Macaúba, nº 1140, Centro, CEP 78.430-000, Nortelândia – MT, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal o Sr. JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES, brasileiro, casado, servidor público municipal, portador da Cédula de Identidade RG. nº 351.773/SSP/MT e CPF/MF nº 503.511.841-04, residente e domiciliado na Rua Antônio Olímpio de Oliveira, nº 454, Centro, CEP 78. 430-000, Nortelândia – MT e a **(ENTEDIDA) _____,** pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, organização não governamental inscrita sob o CNPJ**: __.___.___/____-__**, com sede à (endereço)_____, RESOLVEM firmar a presente parceria e cooperação técnica, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO

O presente TERMO DE PARCERIA tem por objeto a construção de unidades habitacionais faixa 1, no município de (NOME), de acordo com as Normas e Legislações vigentes do Programa do Governo Federal Minha Casa Minha Vida - Entidades - FDS.

CLÁUSULA SEGUNDA - ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Apresentar Certidão de Ônus Reais do terreno onde será realizado o projeto;

II - Certidão de Inteiro Teor (terreno);

III - Certidão Vintenária (terreno);

IV - Certidão de Uso do Solo (terreno);

V - Memorial Descritivo (se houver) (terreno);

VI - Croqui de Localização do terreno;

VII - Localização por satélite da área;

VIII - Preenchimento da Ficha de Informações do Terreno;

IX - Apresentação da demanda (cadastro dos beneficiários, conforme estabelece as Portarias e Resoluções Normativas do Ministério das Cidades;

X - Apresentar Plano Planialtimétrico da área;

XI - Indicar as rotas de acesso ao empreendimento;

XII - Declaração de atendimento ao transporte público e coleta de lixo no empreendimento;

XIII - Execução de infraestrutura no interior do empreendimento conforme normas estabelecidas pelo Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e o Código de Obras municipal;

XIV - Indicar os pontos de conexão da rede de drenagem e esgoto (se houver);

XV - Fazer o pedido das AVTOs junto as Concessionárias e a Licença Ambiental junto do Governo do Estado de Mato Grosso;

XVI – Código de Postura;

XVII - Código de Obras;

XVIII - Promover a doação do terreno onde será realizado o projeto;

XIX - Prestar o apoio necessário à consecução do objetivo delineado neste instrumento, observando todas as normas e princípios inerente ao exercício da função administrativa, em especial os preceitos basilares da legalidade, moralidade, igualdade e livre iniciativa;

XX - Viabilizar por meio de reuniões, visitas e atividades sócias educativas a socialização de informações a respeito da construção das moradias; Prestar auxílio jurídico ao pleno desenvolvimento das ações necessárias à consecução dos objetivos.

XXI - Conceder aos imóveis construídos, desoneração e/ou isenção do recolhimento dos seguintes tributos municipais: ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, quando da transferência da propriedade do imóvel do Município para o Donatário, na efetivação da doação; e Quando da transferência da propriedade das unidades habitacionais produzidas aos beneficiários pelo donatário, efetivada pela Caixa Econômica Federal. IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, apenas enquanto permanecer sob a propriedade do Donatário.

XXII - Conceder a Associação quando da construção das unidades habitacionais de que trata esta PARCERIA e objeto da doação através da Lei Municipal a desoneração de todos os impostos e taxas municipais, destacando-se o ISSQN sobre a obra.

XXIII - Promover a inclusão dos residentes no município nos programas habitacionais de interesse social, com vista a garantir o direito fundamental à moradia.

XXIV - Juntamente com a Entidade, cadastrar os interessados em participar dos programas habitacionais de interesse social do município**;**

XXV -Contribuir com a Entidade, em todas as etapas dos programas habitacionais implantados com recursos oriundos do Programa Minha Casa Minha Vida-PMCMV - ENTIDADES - FDS, nos assuntos que depender de auxílio do município;

CLÁUSULA TERCEIRA - ATRIBUIÇÕES DA ENTIDADE:

I.Projeto técnico de engenharia - implantação e urbanismo do empreendimento, segundo as Instruções Normativas, Portarias do Ministério das Cidades e especificações técnicas da Caixa Econômica Federal, conforme Código de Práticas dessa instituição financeira;

II. Projeto completo da unidade habitacional, inclusive das unidades para portadores de necessidades especiais - PNE;

III. Elaboração, Aprovação e Acompanhamento do Projeto de Trabalho Técnico Social junto aos beneficiários;

IV. Assessoria junto ao órgão responsável pelo Meio Ambiente no Estado de Mato Grosso;

V. Assessoria e acompanhamento dos projetos junto aos órgãos municipais, Cartórios, Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades até a sua efetiva aprovação e contratação;

VI. Promover a construção de unidades habitacionais, especificamente as disponibilizadas por intermédio da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, por intermédio do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCO DO BRASIL ou qualquer instituição financeira pública ou privada que disponha verba destinada para habitação de interesse social, nos termos da lei 11.977, de 07 de julho de 2009.

VII. Prestar o apoio necessário à consecução do objetivo delineado neste instrumento, observando todas as normas e princípios inerentes ao exercício da função administrativa, em especial os preceitos basilares da legalidade, moralidade, igualdade e livre iniciativa;

VIII. Viabilizar por meio de reuniões, visitas e atividades sócio educativas a socialização de informações a respeito da construção das moradias;

IX. Prestar auxílio jurídico ao pleno desenvolvimento das ações necessárias à consecução dos objetivos.

X. Promover as tratativas necessárias com vista à liberação dos recursos oriundos do Programa Minha Casa Minha Vida-PMCMV para a construção de unidades habitacionais;

XI. Promover a filiação de todos os interessados/cadastrados em particular dos programas habitacionais de interesse social às entidades vinculadas, de forma a atender as disposições específicas do Programa Minha Casa Minha Vida e a qualquer Programa Habitacional de interesse social;

XII. Promover a interface necessária à construção das unidades habitacionais, ultimando as medidas pertinentes a formalização dos atos específicos a sua implantação; e prestar todo o apoio necessário a consecução do objetivo delineado neste instrumento, observando seu estatuto social e demais normativos atinentes às ações e objetivos, orientando o município naquilo que for formalmente requerido e de sua competência.

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

Será designado 01 representante por parte Município e 01 representante por parte da Entidade (nome da entidade e CNPJ) para acompanhar e fiscalizar todos os atos pertinentes a PARCERIA.

CLÁUSULA QUINTA-VIGÊNCIA

A presente parceria terá vigência de 02(dois) anos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, aditado ou rescindido por mútuo acordo, bastando que a parte interessada se manifeste por escrito, com antecedência de 30(trinta) dias.

Qualquer dos partícipes poderá denunciar e retirar sua cooperação decorrente da presente parceria, quando a sua execução não obedecer fielmente ao que nele ficou avençado.

Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, o denunciante somente ficará responsável pelas obrigações e auferirá as vantagens pelo tempo em que comprovadamente participou da presente parceria, ouvindo o seu executor.

Nortelândia- MT, ___ de _____ de _____.

_____

MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA - MT

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

_____

ENTIDADE XXX

CNPJ:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 191/2017, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias consecutivos em razão de Falecimento do sobrinho do servidor abaixo relacionado, conforme Lei Complementar n° 021/2005(Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Municipio de Nortelândia-MT), Título V – Das Licenças, Afastamentos e Ausências Justificáveis, Cap.III- "Das Ausências Justificáveis", Seção I – Das Disposições Gerais – Art.113 e inciso IV.

ü **Antônio Quinteiro de Almeida**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 14° do mês de novembro de 2017, 64º da Emancipação Político-Administrativa. 14.11.2017.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

prefeito Municipal

MARLENE JÚLIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
ATA DE DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

ATA DE DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Ata de Leilão nº 001/2017, referente ao Edital Publicado no Diário Oficial do Estado, Jornal Oficial dos Municípios e Site Institucional. Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de 2017, às 10:00 horas, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nortelândia, na Avenida Prefeito Joao Macaúba, Centro, Nortelândia-MT, em Sessão Pública, realiza-se licitação na modalidade Leilão, que tem por objeto a Alienação de Veículos e outros Bens Móveis Diversos, considerados inservíveis para o uso no Serviço Público Municipal, conforme Anexo I do Edital. Constatada a presença

de todos os Membros da Comissão que foi designada através da Portaria nº 168/2017. Após isso, começou análise da documentação para adjudicação do presente certame, onde foram analisados os seguintes apontamentos pela comissão:

a) Os seguintes lotes a seguir elencados estão sem comprovante de pagamento: Lote 01 – arrematado pela Senhora Marly Rita Fontana, pelo valor de R$ 920,00 (novecentos e vinte reais)**. Lote 02 –** arrematado pelo Senhor João Paulo Noberto Pereira pelo valor de R$ 500,00 (quinhentos reais)**, Lote 04 –**arrematado pelo senhor Joaquim Abílio da Silva pelo valor de R$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais)**. Lote 05 –**arrematado pelo senhor Joaquim Abílio da Silva pelo valor de R$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais)**. Lote 06-** arrematado pela senhora Marly Rita Fontana pelo valor de 3.200,00 (três mil e duzentos reais), **Lote 07 –** arrematado pelo Sr. Mauro Cezar Silva, pelo valor de R$ 4.150,00 (quatro mil cento e cinquenta), não possuem comprovante de pagamento até a presente data, desta forma essa comissão determina que seja requisitado ao setor de finanças desta prefeitura para que seja informado os depósitos realizados na conta leilão. Determina ainda, desde já, que sejam notificados os próprios arrematantes do pagamento bem como das sanções administrativas e penais as quais incorrem.

b) Os referidos lotes Lote 08 – arrematado pelo Sr. José Paulo Ferreira, pelo valor de R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), **Lote 10 –** arrematado pelo Senhor Michel Antônio Pinheiro – ME pelo valor de R$ 27.100,00 (vinte e sete mil reais) **Lote 11 –** arrematado pelo Sr. Alcenor Alves Barreto, pelo valor de R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), encontra-se com pagamento pelos comprovantes anexados neste processo.

c) Da nulidade reconhecida no lote 11- em razão de o bem descrito no lote 11 estar erroneamente inserido no Patrimônio Público Municipal este veio a ser leiloado, porém o objeto em questão é objeto de cessão de uso pelo Governo Estadual. Neste particular a alienação deste bem está eivada de vício insanável, não restando outra oportunidade senão a anulação deste item e devolução do valor por ele recolhido.

Ante a nulidade insanável quanto ao item 11 acima descrita, esta comissão por suas atribuições legais **DECIDE ANULAR** o **Lote 11 do presente Edital de Leilão 001/2017, ato que** se motiva ante o bem lá descrito ser inserido erroneamente no patrimônio público municipal, e pelo fundamento de que a Administração tem o poder de rever os próprios atos e quando estes forem eivados de vício insanável, esta tem o dever de anulá-los, sendo caso de exercício da autotutela sobre os próprios atos conforme preceitua art. 49 da lei 8.666/93:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

Corrobora o entendimento já consagrado pelo Supremo Tribunal Federal por meio das Súmulas transcritas a seguir:

Súmula 346: "A Administração Pública pode anular seus próprios atos".

Súmula 473: "A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

Desta forma esta Comissão decide pela anulação do **Lote 11** e **determina** que seja intimado pessoalmente o Senhor Alcenor Alves Barreto para que este tome ciência da presente, bem como promova a entrega do bem e informe o número de conta bancária para que se proceda a transferência a título de devolução do valor pago pela arrematação atualizadas monetariamente, que seja encaminhado ao contador Municipal os autos para que o mesmo promova o cálculo da atualização monetária.

Determina o encaminhamento do feito para a Assessoria Jurídica para parecer jurídico acerca desta decisão.

Nada mais havendo a consignar, encerra-se a presente sessão às 11:15 horas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA-MT, COMISSÃO DE LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DOS BENS MOVEIS E IMÓVEIS, NORTELÂNDIA-MT, 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Everton Luiz Souza Campos

Presidente

Geisiane de Campos Melo Bruna Beato de Micheli

Secretária Membro

Caixa de texto: Jucimara Nunes da Silva Membro

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 192/2017, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

O Sr. ***JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES***, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo.

R E S O L V E:

Art.1º Conceder 08 (oito) dias consecutivos em razão de falecimento do irmão da Servidora abaixo relacionado, conforme Lei nº 155/2010 (Estatuto e Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nortelândia-MT), Título IV "Dos Direitos, Das Vantagens, e Das Concessões", Cap.II – Dos Direitos, Seção VI – "Dos Afastamentos e Das Ausências", Art 104, inciso V e alínea b.

Ø ***Jeane Quinteiro Uchoa Lima de Souza***

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 14 de novembro de 2017, 64º da Emancipação Político-Administrativa. 14.11.2017.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JÚLIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretária de Administração, Planej.e Finanças.

EDILEUSA OLIVEIRA DE SOUZA

Secretária Municipal de Educação, Cult. Desp. e Lazer.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 193/2017, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo.

R E S O L V E:

Art.1º Conceder 02 (dois) dias consecutivos em razão de falecimento do cunhado do Servidor abaixo relacionado, conforme Lei nº 155/2010 (Estatuto e Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nortelândia-MT), Título IV "Dos Direitos, Das Vantagens, e Das Concessões", Cap.II – Dos Direitos, Seção VI – "Dos Afastamentos e Das Ausências", Art 104, inciso IV.

ü **Luiz Elízio de Almeida**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 14° do mês de novembro de 2017, 64º da Emancipação Político-Administrativa. 14.11.2017.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JÚLIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretária de Administração, Planej.e Finanças.

EDILEUSA OLIVEIRA DE SOUZA

Secretária Municipal de Educação, Cult. Desp. e Lazer

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO Nº 073/2017

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO Nº 073/2017 DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS VISANDO ATENDER A DEMANDA DA UNIDADE DE FISIOTERAPIA (CNES 2699699), DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA 001/2017 SMSNSL E NA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE Nº 12708. 239000/1150-02, ATRAVÉS DE EMENDA PARLAMENTAR, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUN. DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA G D C DA SILVA COSTA EIRELI CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO: 207/2017PREGÃO ELETRONICO: 002/2017 NAS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

1.1 O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde a Secretaria Municipal de Administração solicitação de Termo Aditivo de Prazo a Empresa: **G D C DA SILVA COSTA EIRELI** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.721.729/0001-21, constantes no Processo Administrativo n. 5556/2017 de aditivo de prazo através do Art. 57, no inciso II e 65, II, conforme a Lei 8666/93 ao Contrato nº 73/2017 Sendo a contratação aquisição de aquisição de equipamentos visando atender a demanda da Unidade de Fisioterapia (CNES 2699699), de acordo com as quantidades e especificações constantes no termo de Referência 001/2017 SMSNSL e na proposta de aquisição de equipamentos junto ao Ministério da Saúde Nº 12708.239000/1150-02, através de emenda parlamentar, conforme especificações e quantitativos estabelecidos **Processo Administrativo: 207/2017 Pregão Eletrônico: 002/2017**.

1.2 Não haverá alteração de valor do contrato original

DA VIGENCIA

O presente termo aditivo terá sua vigência de 03 (Três) meses a contar a partir do termino da vigência do contrato original 10/11/2017

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 396/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 73/2017 em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora Do Livramento-MT, 01 de novembro de 2017.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADA

_____

Empresa: G D C DA SILVA COSTA EIRELI

CNPJ sob o nº 09.721.729/0001-21

Representada pelo Sr. Guilherme Delmonico Cestari da Silva Costa

RG nº 9.924.919/6 SSP/PR, e CPF nº 056.022.859-70

PORTARIA Nº. 580/2017

PORTARIA Nº. 580/2017

Rose Mary Miranda de Carvalho, Coordenadora de Recursos Humanos-da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Conceder 01 (um) período de licença premio aos seguintes servidores:

João Bosco de Campos, Agente Municipal, lotado no Gabinete do Prefeito 90 (noventa) dias a partir de 30/10/2017 referente ao período aquisitivo 1990/1995.

Marcelina Rita da Conceição Santos, Apoio Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social 90 (noventa) dias a partir de 06/11/2017 referente ao período aquisitivo 2008/2013, com base nos Processos Administrativos.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 13 de novembro de 2017.

Rose Mary Miranda de Carvalho

Coordenadora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº. 579/2017

PORTARIA Nº. 579/2017

Rose Mary Miranda de Carvalho, Coordenadora de Recursos Humanos da Prefeitura de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º - Retornar as atividades do cargo de Serviços Gerais/Apoio Municipal Suely Maria de Jesus Assunção Santos, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que se encontrava em afastamento de licença por interesse particular sem ônus no período compreendido de 02/05/2017 a 02/05/2018, antecipando o retorno na data de 01/11/2017 pedido da servidora.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a data de 01/11/2017.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 13 de novembro de 2017.

Rose Mary Miranda de Carvalho

Coordenadora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº. 528/2017

PORTARIA Nº. 528/2017

Otarci Nunes da Rosa, Secretario de Finanças da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais,

Resolve**:**

Art. 1o Conceder progressão do Nível 02 para o Nível 03 a Rosangela Auxiliadora do Nascimento, Serviços Gerais/Apoio Educacional, retroativo ao período aquisitivo de julho de 2014 em virtude da mesma se encontrar de licença por interesse particular sem ônus na época que foi realizado a pro-

gressão dos demais servidores do quadro e Glaucimiriam Abrao Nassarden, Serviços Gerais/Apoio Educacional do Nível 03 para o Nível 04 retroativo ao período aquisitivo de julho de 2017 a ser inserida na ficha funcional das servidoras com as respectivas alterações das remunerações conforme tabela salarial da categoria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 18 de outubro de 2017.

Otarci Nunes da Rosa

Secretario Municipal de Finanças

DECRETO Nº 151/2017

DECRETO Nº 151/2017

"DISPÕE SOBRE A CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES EFETIVOS, CONTRATADOS E COMISSIONADOS DA PREFEITURA DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELO PRESENTE DECRETO;

DECRETA:

ARTIGO 1º – Os servidores efetivos, contratados e comissionados da Prefeitura Municipal de NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO /MT, somente poderão sofrer descontos em seu salário base em virtude de determinação legal ou autorização escrita, nos termos deste Decreto.

ARTIGO 2º – Considera-se, para fins deste Decreto:

I – Consignatário: destinatário dos créditos resultantes da

consignação;

II - Consignante: órgão ou entidade da Administração Direta, Indireta, Autarquias e Fundações, que procede aos descontos em favor do consignatário; **III –** Consignação compulsória: desconto incidente sobre o salário base do servidor por força da Lei ou mandado judicial; **IV –** Consignação Facultativa: desconto incidente sobre o salário base do servidor, a seu critério;

§ 1º – As consignações facultativas, em especial, aquelas relacionadas à amortização de empréstimos pessoais e financiamentos, inclusive realizados por intermédio de cartões de crédito e débito somente serão efetivadas pelo órgão gestor mediante apresentação da respectiva autorização, por qualquer meio passível de confirmação (formal, eletrônico ou verbal), para desconto em folha de pagamento.

§ 2º - O(s) Consignatários deverão apresentar declaração de concordância quanto a exoneração do Município de Nossa Senhora do Livramento/MT de responsabilidade, seja ela de qualquer natureza, solidária e/ou subsidiária, quanto aos créditos liberados em favor de servidores contratados e comissionados, tendo em vista o prévio conhecimento quanto a precariedade da relação.

ARTIGO 3º – A habilitação e o credenciamento dos consignatários serão feitos na Secretaria de Administração e Recursos Humanos e na Secretaria de Finanças do Município de Nossa Senhora do Livramento /MT.

ARTIGO 4º – Poderão ser consignatários, para os fins

deste Decreto:

I – Os sindicatos de trabalhadores; **II –** Bancos públicos ou privados; **III –** As cooperativas, constituídas de acordo com a Lei nº.

5.764 de 16 de dezembro de 1971;

IV – Pessoas jurídicas de Direito Privado especializadas em meios eletrônicos de pagamento ou administradora de cartões de crédito.

ARTIGO 5º – Os descontos facultativos não poderão exceder 35% (trinta e cinco por cento) do salário base do servidor.

PARÁGRAFO ÚNICO – O limite estabelecido como margem para as consignações facultativas, descrito no caput do Artigo 5º poderá ser reservado exclusivamente 5 % (cinco por cento) para desconto a favor de operações de compras à vista mediante cartões de crédito ou débito, junto aos Estabelecimentos Comerciais, credenciados, e outros serviços, tais como pagamento de contas e saque.

ARTIGO 6º – O recolhimento das consignações em folha de pagamento, devidas a cada entidade consignatária, será feito mediante crédito em instituição bancária indicada pela entidade consignatária, de acordo com o calendário de pagamento estipulado pelo Município de Nossa Senhora do Livramento /MT.

ARTIGO 7º – A consignação em folha de pagamento não implicará responsabilidades ao Município de Nossa Senhora do Livramento /MT por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária assumidos pelos servidores públicos, beneficiados pelas consignações na forma definida no presente Decreto.

ARTIGO 8º – As consignações facultativas poderão ser

canceladas:

I – mediante pedido escrito da consignatária definida no

Art. 4º do presente Decreto;

II - mediante pedido escrito do servidor, o qual ficará condicionado à prévia e expressa anuência das instituições consignatárias, no caso das consignações facultativas previstas nos incisos IV do Art. 2º do presente Decreto.

ARTIGO 9º – Se a folha de pagamento de mês em que for formalizado o pedido já tiver sido processada, a cessação dos descontos somente será feita no mês subseqüente, sem que, desse fato, decorra qualquer responsabilidade para o Município de Nossa Senhora do Livramento /MT;

ARTIGO 10º – Em caso de revogação total ou parcial desse Decreto, ou a introdução de qualquer ato administrativo que suspenda ou impeça registro de novas consignações referentes a empréstimos financeiras pessoais, inclusive realizados através de cartão de credito ou débito, as consignações já registradas junto ao Município de Nossa Senhora do Livramento /MT serão mantidas e os recursos transferidos para os consignatários até a liquidação total dos referidos empréstimos financiamentos.

ARTIGO 11º – Compete à Secretaria de Administração e Recursos Humanos autorizar as inclusões ou exclusões de consignações, credenciar e revalidar entidades como consignatárias, aplicar sanções previstas neste Decreto, bem como apreciar e decidir os casos omissos.

ARTIGO 12º - Este Decreto entra em vigor na data de sua

publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, aos sete dias do mês de novembro de dois mil e dezessete.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONVITE

Gabinete do Prefeito

CONVITE

O Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT convida Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública no dia 21/11/2017 (vinte e um de novembro de dois mil e dezessete) - terça feira às 09:00 horas na Câmara Municipal, com seguinte Assunto:

-PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 5º BIMESTRE DE 2017.

Reafirmamos a necessidade do comparecimento de Vossa Senhoria, para o engrandecimento do nosso município.

Nossa Senhora do Livramento, 13 de Novembro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 006/2017 – AUDIÊNCIA PUBLICA

Gabinete do Prefeito

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 006/2017 – AUDIÊNCIA PUBLICA

A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT, com sede nesta cidade, na Av. Coronel Botelho, 458, bairro centro, através do Prefeito Municipal Silmar de Souza Gonçalves **CONVOCA** através do presente edital, todos os munícipes para **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, para Prestação de Contas do 5º Bimestre de 2017, a ser realizado na Câmara Municipal no **dia 21/11/2017 (terça feira) as 09:00 hs** da manhã.

Contamos com a presença de todos.

Este edital está publicado no site: nossasenhoradolivramento.mt.gov.br

Nossa Senhora do Livramento, 13 de Novembro de 2017.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 72/2017

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 72/2017 DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS VISANDO ATENDER A DEMANDA DA UNIDADE DE FISIOTERAPIA (CNES 2699699), DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA 001/2017 SMSNSL E NA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE Nº 12708. 239000/1150-02, ATRAVÉS DE EMENDA PARLAMENTAR, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUN. DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA EGC COMERCIO DE BRINQUEDOS EIRELI ME CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO: 207/2017 PREGÃO ELETRONICO: 002/2017 NAS CLAUSULAS A SEGUIR:

Pelo presente instrumento, o **Município de Nossa Senhora do Livramento**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº, 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural Município de Nossa Senhora do Livramento-MT, em pleno exercício de seu mandato e funções, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa: **EGC COMERCIO DE BRINQUEDOS EIRELI ME** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.025.872/0001-47 sediado na Avenida Professor Joao Gomes Monteiro Sobrinho, 346, Sala 02, Bairro Lixeira, município de Cuiabá-MT, CEP: 78008-800, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pela Sr.(a) Emilene Geisa Santana, portadora da Carteira de Identidade nº 11152001, expedida pelo SSP/MT, e CPF nº 810.290.801-78, Avenida Professor Joao Gomes Monteiro Sobrinho, 346, Bairro Lixeira, município de Cuiabá-MT, CEP: 78008-800 tendo em vista o que consta no Processo nº 207/2017 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar primeiro termo aditivo de prazo, decorrente do **Processo Administrativo: 5557/2017**

DO MOTIVO

1.1 O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde a Secretaria Municipal de Administração solicitação de Termo Aditivo de Prazo a Empresa: **EGC COMERCIO DE BRINQUEDOS EIRELI ME** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.025.872/0001-47, constantes no Processo Administrativo n. 5557/2017 de aditivo de prazo através do Art. 57, no inciso II e 65, II, conforme a Lei 8666/93 ao Contrato nº 72/2017 Sendo a contratação aquisição de aquisição de equipamentos visando atender a demanda da Unidade de Fisioterapia (CNES 2699699), de acordo com as quantidades e especificações constantes no termo de Referência 001/2017 SMSNSL e na proposta de aquisição de equipamentos junto ao Ministério da Saúde Nº 12708.239000/1150-02, através de emenda parlamentar, conforme especificações e quantitativos estabelecidos **Processo Administrativo: 207/2017 Pregão Eletrônico: 002/2017**.

1.2 Não haverá alteração de valor do contrato original

DA VIGENCIA

O presente termo aditivo terá sua vigência de 03 (Três) meses a contar a partir do termino da vigência do contrato original 10/11/2017

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 395/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 72/2017 em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora Do Livramento-MT, 01 de novembro de 2017.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO

_____

Empresa: **EGC COMERCIO DE BRINQUEDOS EIRELI ME**

CNPJ sob o nº 22.025.872/0001-47

Representada pela Sr.(a) Emilene Geisa Santana

RG nº 11152001, expedida pelo SSP/MT, e CPF nº 810.290.801-78

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO Nº 071/2017

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO Nº 071/2017 DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS VISANDO ATENDER A DEMANDA DA UNIDADE DE FISIOTERAPIA (CNES 2699699), DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA 001/2017 SMSNSL E NA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE Nº 12708. 239000/1150-02, ATRAVÉS DE EMENDA PARLAMENTAR, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUN. DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA MM COMERCIO DE EQUIPAMENTO LTDA EPP CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO: 207/2017PREGÃO ELETRONICO: 002/2017 NAS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

1.1 O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde a Secretaria Municipal de Administração solicitação de Termo Aditivo de Prazo a **MM COMERCIO DE EQUIPAMENTO LTDA EPP** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 15.275.465/0001-22, constantes no Processo Adminis-

trativo n. 5558/2017 de aditivo de prazo através do Art. 57, no inciso II e 65, II, conforme a Lei 8666/93 ao Contrato nº 71/2017 Sendo a contratação aquisição de aquisição de equipamentos visando atender a demanda da Unidade de Fisioterapia (CNES 2699699), de acordo com as quantidades e especificações constantes no termo de Referência 001/2017 SMSNSL e na proposta de aquisição de equipamentos junto ao Ministério da Saúde Nº 12708.239000/1150-02, através de emenda parlamentar, conforme especificações e quantitativos estabelecidos **Processo Administrativo: 207/2017 Pregão Eletrônico: 002/2017**.

1.2 Não haverá alteração de valor do contrato original

DA VIGENCIA

O presente termo aditivo terá sua vigência de 03 (Três) meses a contar a partir do termino da vigência do contrato original 10/11/2017

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 394/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 71/2017 em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora Do Livramento-MT, 01 de novembro de 2017.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADA

_____

Empresa: **MM COMERCIO DE EQUIPAMENTO LTDA EPP**

CNPJ sob o nº 15.275.465/0001-22

Representada pelo Sr. Luis Fernando Macari Montali

RG: nº 27912965 expedida pela SSP/SP e CPF nº 221.945.698-63

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 070/2017

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 070/2017AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS VISANDO ATENDER A DEMANDA DA UNIDADE DE FISIOTERAPIA (CNES 2699699), DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA 001/2017 SMSNSL E NA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE Nº 12708. 239000/1150-02, ATRAVÉS DE EMENDA PARLAMENTAR, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUN. DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA BRASFITNESS COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO: 207/2017PREGÃO ELETRONICO: 002/2017 NAS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

1.1 O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde a Secretaria Municipal de Administração solicitação de Termo Aditivo de Prazo a Empresa: **BRASFITNESS COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.753.865/0001-45 5, constantes no Processo Administrativo n. 5559/2017 de aditivo de prazo através do Art. 57, no inciso II e 65, II, conforme a Lei 8666/93 ao Contrato nº 70/2017 Sendo a contratação aquisição de aquisição de equipamentos visando atender a demanda da Unidade de Fisioterapia (CNES 2699699), de acordo com as quantidades e especificações constantes no termo de Referência 001/2017 SMSNSL e na proposta de aquisição de equipamentos junto ao Ministério da Saúde Nº 12708.239000/1150-02, através de emenda parlamentar, conforme especificações e quantitativos estabelecidos **Processo Administrativo: 207/2017 Pregão Eletrônico: 002/2017**.

1.2 Não haverá alteração de valor do contrato original

DA VIGENCIA

O presente termo aditivo terá sua vigência de 03 (Três) meses a contar a partir do termino da vigência do contrato original 10/11/2017

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 393/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 70/2017 em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora Do Livramento-MT, 01 de novembro de 2017.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADA

_____

Empresa: **BRASFITNESS COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME**

CNPJ sob o nº 11.753.865/0001-45

Representada pelo(a) Srª Thaiane Erruas das Neves

RG: nº 4349665, expedida pela SSP/PA, e CPF nº 934.208.622-53

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 68/2017

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 68/2017 DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS VISANDO ATENDER A DEMANDA DA UNIDADE DE FISIOTERAPIA (CNES 2699699), DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA 001/2017 SMSNSL E NA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE Nº 12708. 239000/1150-02, ATRAVÉS DE EMENDA PARLAMENTAR, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUN. DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO: 207/2017PREGÃO ELETRONICO: 002/2017 NAS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

1.1 O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde a Secretaria Municipal de Administração solicitação de Termo Aditivo de Prazo a Empresa: Empresa: **FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.803.038/0001-35, constantes no Processo Administrativo n. 5560/2017 de aditivo de prazo através do Art. 57, no inciso II e 65, II, conforme a Lei 8666/93 ao Contrato nº 68/2017 Sendo a contratação aquisição de aquisição de equipamentos visando atender a demanda da Unidade de Fisioterapia (CNES 2699699), de acordo com as quantidades e especificações constantes no termo de Referência 001/2017 SMSNSL e na proposta de aquisição de equipamentos junto ao Ministério da Saúde Nº 12708.239000/1150-02,

através de emenda parlamentar, conforme especificações e quantitativos estabelecidos **Processo Administrativo: 207/2017 Pregão Eletrônico: 002/2017**.

1.2 Não haverá alteração de valor do contrato original

DA VIGENCIA

O presente termo aditivo terá sua vigência de 03 (Três) meses a contar a partir do termino da vigência do contrato original 10/11/2017

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 392/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 68/2017 em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora Do Livramento-MT, 01 de novembro de 2017.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO

_____

Empresa: **FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME**

CNPJ sob o nº 22.803.038/0001-35

Representada Ana Paula Evangelista da Data

RG: nº 3647896 2V, expedida pelo SPTC/GO, e CPF nº 898.022.841-49

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO Nº 067/2017

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO Nº 067/2017 DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS VISANDO ATENDER A DEMANDA DA UNIDADE DE FISIOTERAPIA (CNES 2699699), DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA 001/2017 SMSNSL E NA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE Nº 12708. 239000/1150-02, ATRAVÉS DE EMENDA PARLAMENTAR, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUN. DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA ANA MARIA PIRES BELEM - ME CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO: 207/2017 PREGÃO ELETRONICO: 002/2017 NAS CLAUSULAS A SEGUIR

DO MOTIVO

1.1 O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde a Secretaria Municipal de Administração solicitação de Termo Aditivo de Prazo a Empresa: Empresa: **ANA MARIA PIRES BELEM - ME**pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.360.651/0001-43, constantes no Processo Administrativo n. 5562/2017 de aditivo de prazo através do Art. 57, no inciso II e 65, II, conforme a Lei 8666/93 ao Contrato nº 67/2017 Sendo a contratação aquisição de aquisição de equipamentos visando atender a demanda da Unidade de Fisioterapia (CNES 2699699), de acordo com as quantidades e especificações constantes no termo de Referência 001/2017 SMSNSL e na proposta de aquisição de equipamentos junto ao Ministério da Saúde Nº 12708.239000/1150-02, através de emenda parlamentar, conforme especificações e quantitativos estabelecidos **Processo Administrativo: 207/2017 Pregão Eletrônico: 002/2017**.

1.2 Não haverá alteração de valor do contrato original

DA VIGENCIA

O presente termo aditivo terá sua vigência de 03 (Três) meses a contar a partir do termino da vigência do contrato original 10/11/2017

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 391/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 67/2017 em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora Do Livramento-MT, 01 de novembro de 2017.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADA

_____

Empresa: **ANA MARIA PIRES BELEM - ME** CNPJ sob o nº 04.360.651/0001-

representada pela Srª Ana Maria Pires Belem,

RG: nº 3006654564 , expedida pela SSP/RS, e CPF nº 675.140.730-00

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 066/2017

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 066/2017 DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS VISANDO ATENDER A DEMANDA DA UNIDADE DE FISIOTERAPIA (CNES 2699699), DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA 001/2017 SMSNSL E NA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE Nº 12708. 239000/1150-02, ATRAVÉS DE EMENDA PARLAMENTAR, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUN. DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA PAULO CESAR DE ALMEIDA – ME CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO: 207/2017PREGÃO ELETRONICO: 002/2017 NAS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

1.1 O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde a Secretaria Municipal de Administração solicitação de Termo Aditivo de Prazo a Empresa: **PAULO CESAR DE ALMEIDA – ME** , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.511.067/0001-30, constantes no Processo Administrativo n. 5561/2017 de aditivo de prazo através do Art. 57, no inciso II e 65, II, conforme a Lei 8666/93 ao Contrato nº 66/2017 Sendo a contratação aquisição de aquisição de equipamentos visando atender a demanda da Unidade de Fisioterapia (CNES 2699699), de acordo com as quantidades e especificações constantes no termo de Referência 001/2017 SMSNSL e na proposta de aquisição de equipamentos junto ao Ministério da Saúde Nº 12708.239000/1150-02, através de emenda parlamentar, conforme especificações e quantitativos estabelecidos **Processo Administrativo: 207/2017 Pregão Eletrônico: 002/2017**.

1.2 Não haverá alteração de valor do contrato original

DA VIGENCIA

O presente termo aditivo terá sua vigência de 03 (Três) meses a contar a partir do termino da vigência do contrato original 10/11/2017

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 390/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 66/2017 em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora Do Livramento-MT, 01 de novembro de 2017.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADA:

Empresa: **PAULO CESAR DE ALMEIDA – ME**

CNPJ sob o nº 07.511.067/0001-30

Representado pelo Senhor **PAULO CESAR DE ALMEIDA**

G: nº 9769846 SSP/PR, e CPF nº 168.278.729-04

2º TERMO ADITIVO DE VALOR DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 005/2017

2º TERMO ADITIVO DE VALOR DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 005/2017 DE MANUTENÇÃO EM REDE TELEFÔNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O SENHOR ADWALDO DE OLIVEIRA FERRAZ **CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 108/2017, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2017** AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Administração constantes no Processo Administrativo n. 5676/2017 de aditivo de valor de R$ 2.000,00 (Dois Mil Reais) alterando o valor do contrato original já aditivado para R$ 9.850,00 (Nove Mil Oitocentos e Cinquenta Reais) de para R$ 11.850,00 (Onze Mil Oitocentos e Cinquenta Reais) conforme a Lei 8666/93 ao Contrato nº 005/2017 com a pessoa física: Senhor Adwaldo de Oliveira Ferraz, portador do RG: 0801437-0 SSP/MT e CPF: 581.707.901-15 sendo a **Contratação a prestação de serviços de execução manutenção preventiva e corretiva em Rede Telefônica e na infraestrutura existentes, visando atender todas as Secretarias da Administração Pública Municipal,** conforme especificações contidas no Termo de Referência nº130/2017, conforme processo administrativo nº 108/2017, dispensa de licitação nº 010/2017 e parecer jurídico nº 020/2017.

DO VALOR

As despesas decorrentes dos serviços contratados com base no presente Termo Aditivo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária 2017.

Dotação	Programa	Proj/Ativ	Natureza da despesa	Fonte	Valor (R$)
040007	Gestão Administração e Planejamento	2089 – Manutenção das atividades de Administração e planejamento	30.90.36.00 – Outros serviços de terceiros pessoa física	100	1.000,00
050018	Gestão educação	2045 – Manutenção e encargos da educação	33.90.36.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica	100	350,00
070011	Gestão saúde	2030 – Manutenção e encargos da saúde	33.90.36.00 – Outros serviços de terceiros pessoa física	100	400,00
060007	Assis.. Social	2022 - Assis.. Social	33.90.36.00 – Outros serviços de terceiros pessoa física	100	250,00
VALOR TOTAL (R$)					2.000,00

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no § 2º e 65, § 1º, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 401/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 005/2017 em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 09 de Novembro de 2017.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Adwaldo de Oliveira Ferraz

RG: 0801437-0 SSP/MT

CPF: 581.707.901-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 055/2017

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade Pregão Presencial nº 055/2017, no dia 29/11/2017 às 07:30 (sete horas e trinta minutos), (Horário de Mato Grosso) que será realizada na Sala de Licitações, no qual, devido ao incêndio que afetou a sede da Prefeitura Municipal no dia 02/10, encontra-se provisoriamente instalada nas dependências do CRAS (Centro de Referencia de Assistência Social), situada na Rua Mato Grosso do Sul nº 1.160, centro, município de Nova

Bandeirantes-MT. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis.

OBJETO: Prestação de serviços de Assessoria e Consultoria orçamentária, contábil, financeira e patrimonial, visando o cumprimento da Lei 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, normas vigentes da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e demais legislações da contabilidade aplicada ao setor público, conforme segue:

Assessoria técnica contábil, na implementação, na prática e execução das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP), do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e a convergência aos padrões internacionais de Contabilidade do Setor Público; Assessoramento no preenchimento encaminhamento dos Demonstrativos exigidos pela Secretaria do Tesouro Nacional como: (SICONFI) Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária Bimestralmente, Relatório de Gestão Fiscal Quadrimestralmente, Balanço Anual (DCA) anualmente; Assessoramento e acompanhamento na Elaboração das informações ao SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTOS PÚBLICOS EM SAÚDE (SIOPS) bimestralmente**;** Assessoramento e acompanhamento na Elaboração das informações ao Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) bimestralmente**;** Assessoramento Gerencial na Aplicação dos Recursos Públicos, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Confecção, Analises e Apresentação dos Índices de Gestão, Gastos com Pessoal, Despesas com Saúde, Educação, Fundeb, e monitoramento dos Limites previstos na Constituição Federal; Assessoramento e acompanhamento da organização patrimonial do Poder Executivo; Assessoramento e acompanhamento na Elaboração dos Controles e Demonstrações para o TCE-MT, de acordo com as normativas vigentes

O Edital contendo as instruções poderá ser solicitado através dos e-mail: licitação@novabandeirantes.mt.gov.br.

Nova Bandeirantes/MT, 14 de novembro de 2017.

Regina de Souza Mendonça

Pregoeira Oficial

Decreto nº 012/2017

CAMARA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

OBJETO: Obra de Construção Civil: Ampliação do prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Bandeirantes com construção de Sanitário acessível à hipossuficientes, medindo 112,30m².

A Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, através da Comissão Permanente de Licitação, em cumprimento a Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do Processo Licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017, em que foi declarado vencedor a empresa:

1 **– Cesira Bergamini Amancio & Cia Ltda - ME**, CNPJ: nº 07.727.156/0001-18, no valor de R$ 128.402,55 (cento e vinte e oito mil quatrocentos e dois reais e cinquenta e cinco centavos) .

Nova Bandeirantes - MT, 10 de novembro de 2.017

Maraisa Lopes dos Santos

Presidente da Comissão de Licitação

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2017

"Dispõe sobre a REJEIÇÃO DA DENUNCIA PROTOCOLADA PELA ELEITORA ROSINÉIA DE SOUZA CARMO CONTRA O VEREADOR ANDRIO ROBERTO DOS SANTOS DO PODER LEGISLATIVO DE NOVA BANDEIRANTES-MT.

O Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes-MT, Senhor **Adelino Schmoller**; **FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o Decreto Legislativo:

Considerando, que o SOBERANO PLENÁRIO no dia 13 de Novembro de 2017 em SESSÃO ORDINÁRIA, deliberou sobre DENUNCIA CONTRA O VEREADOR ANDRIO ROBERTO DOS SANTOS;

Considerando que o PLENÁRIO **REJEITOU** o RECEBIMENTO DA DENÚNCIA POR 8(oito) VOTOS CONTRÁRIOS E NENHUM VOTO FAVORÁVEL;

DECRETA:

Artigo 1º. Fica ARQUIVADA a denúncia postulada pela Eleitora deste município Senhora Rosinéia de Souza Carmo, em desfavor do Vereador ANDRIO ROBERTO DOS SANTOS.

Artigo 2º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Bandeirantes/MT - 14 de Novembro de 2017.

ADELINO SCHMOLLER

PRESIDENTE

Biênio 2017/2018

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
LEI MUNICIPAL Nº 1.040/2017

AUTOR: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO PROGRAMA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, Sr. Valdir Pereira dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Nova Bandeirantes aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor de até R$ 32.400,00 (trinta e doismil e quatrocentos reais), destinado as Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adicionar em seu Orçamento Programa a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde.		
Unidade:001 – Gabinete do Secretario.		
Função 10 – Saúde		
Sub-Função: 301 – Atenção Básica.		
Programa: 0005 – Programa de Gestão de Saúde Publica		
Atividade: 2022 – Manutenção e Encargos Com Gabinete do Secretario de Saúde		
Natureza da Despesa:		
3390.46.00 – Auxílio alimentação	R$	8.400,00
3390.48.00 – Outros auxílios financeiros a pessoa física	R$	24.000,00
TOTAL DA AÇÃO	**R$**	**32.400,00**

Artigo 3º - Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária, nos termos do § 1º, Inciso III, do artigo 43 da Lei 4.320/64.

Órgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde.
Unidade: 001 – Gabinete do Secretario.
Função 10 – Saúde
Sub-Função: 301 – Atenção Básica.
Programa: 0005 – Programa de Gestão de Saúde Publica
Atividade: 2022 – Manutenção e Encargos Com Gabinete do Secretario de Saúde

Natureza da Despesa:		
3190.04.00 – (179) Contratação por tempo determinado	R$	32.400,00
TOTAL DA AÇÃO	**R$**	**32.400,00**

Artigo 4° - Fica igualmente autorizado a atualização na Lei Municipal n° 961/2016 – LDO 2017 e Lei Municipal n° 970/2016 – LOA– PPA 2014/2017 Lei Municipal nº 773/2013, as alterações orçamentárias descritas nos artigos 1º e 2° desta lei.

Artigo 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 14 de novembro de 2017.

valdir pereira dos santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
LEI MUNICIPAL Nº 1.039/2017

Autor: Poder Executivo Municipal

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER AUXÍLIOS FINANCEIROS AOS MÉDICOS PARTICIPANTES DO PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL.

O Senhor **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS,** Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a repassar recursos a titulo de auxilio financeiro aos médicos com atuação no Município de Nova Bandeirantes, participantes do Projeto Mais Médico, instituído pela Lei Federal nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, segundo as diretrizes estabelecidas na Portaria Interministerial n° 1369- MS/MEC, de 2013, e Portaria n. 30 de 12 de Fevereiro de 2014 do Ministério da Saúde, conforme critérios estabelecidos na presente Lei.

Parágrafo Único. Os médicos referidos nesta Lei farão jus aos recursos desde que efetivamente cumpram seus deveres e compromissos assumidos junto ao Município e ao Ministério da Saúde.

Art. 2º São os auxílios financeiros:

I – Auxílio Moradia;

II – Despesa de Alimentação;

Art. 3° Fica estabelecido o auxilio financeiro destinado ao custeio de despesas com moradia no valor máximo de R$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais, devendo atender ao padrão médio de mercado para locação de imóvel praticado no Município.

Parágrafo Único. O repasse do valor referente ao auxilio moradia se dará, mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da utilização do imóvel locado, diretamente ao médico participante, de acordo com o estabelecido para nas portarias regulamentadoras de execução do Projeto Mais Médicos.

Art. 4° - O médico participante poderá renunciar à oferta, pelo Município, do recurso pecuniário equivalente, mediante assinatura de Termo de Renúncia, que será firmado pelo profissional em caráter livre.

Art. 5º - Fica estabelecido o auxilio financeiro mensal para o custeio de despesas com alimentação no valor de R$ 700,00 (setecentos reais).

Parágrafo único. O recurso alusivo ao auxilio alimentação será repassado mensalmente até o 10° (décimo) dia útil do mês subsequente, ao mês de atividade do médico participante a partir da data de efetivo exercício e mediante aceitação pela Secretária Municipal de Saúde, do Termo de Compromisso firmado entre o profissional médico e o Ministério da Saúde.

Art. 6º - Os benefícios dispostos no caput deste artigo terão vigência enquanto o médico vinculado ao Programa Mais Médicos atuar no Município de Nova Bandeirantes.

Parágrafo único: Em caso de afastamento do médico do Projeto, por qualquer motivação, a Secretaria Municipal de Saúde, suspenderá de imediato os repasses dos recursos concedidos nos termos da presente Lei.

Art. 7° - A Secretaria Municipal de Saúde deverá informar ao médico participante a possibilidade de concessão dos auxílios financeiros estabelecidos nesta lei e ao Ministério da Saúde a modalidade ofertada, bem como o valor, o prazo e a forma de repasse.

Art. 8º - O valor estipulado a título de auxílio moradia e despesa de alimentação serão reajustados, anualmente, aplicando-se o INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Art. 9º – Nos termos da Lei Federal nº 12.871, de 2013 e do termo de adesão e compromisso celebrado entre o Ministério da Saúde e o Município de Nova Bandeirantes, as atividades desempenhadas pelos profissionais no Programa Mais Médicos do Governo Federal, não criam vínculo empregatício de qualquer natureza com o Município de Nova Bandeirantes.

Art. 10 - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Saúde, consignadas no Orçamento Geral do Município.

Art. 11 - Os casos não previstos nesta Lei relativos aos médicos participantes serão avaliados pela Secretaria Municipal de Saúde junto à Coordenação do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

Art. 12 - Os auxílios instituídos por esta Lei:

I - Não tem natureza salarial, não constituindo salário-utilidade ou prestação salarial “in natura”;

II - Não será incorporado, para quaisquer efeitos, ao vencimento ou vantagens recebidas pelos profissionais do Programa Mais Médicos;

III - Não constitui base de incidência para o cálculo de contribuição previdenciária;

IV - Não configura rendimento tributável

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir da contratação do primeiro médico vinculado ao Programa Mais Médicos.

Gabinete do Prefeito, em 14 de Novembro de 2017.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RREO 5º BIMESTRE 2017 - CÂMARA NOVA BRASILANDIA

ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA
AV BRASIL, 957, CENTRO, NOVA BRASILANDIA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2017

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Balanço Orçamentário
Janeiro à Outubro de 2017 / 5º Bimestre

	Balanço Orçamentário	Até o Bimestre
1	RECEITAS	
2	Previsão Inicial	0,00
3	Previsão Atualizada	0,00
4	Receitas Realizadas	0,00
5	Déficit Orçamentário	603.569,60
6	Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
7	DESPESAS	
8	Dotação Inicial	724.141,14
9	Créditos Adicionais	0,00
10	Dotação Atualizada	724.141,14
11	Despesas Empenhadas	620.904,60
12	Despesas Liquidadas	603.569,60
13	Despesas Pagas	603.140,50
14	Superávit Orçamentário	0,00

	Despesas por Função / Subfunção	Até o Bimestre
15	Despesas Empenhadas	620.904,60
16	Despesas Liquidadas	603.569,60

	Receita Corrente Líquida - RCL	Até o Bimestre
17	Receita Corrente Líquida	603.451,00

	Receitas / Despesas dos Regimes de Previdência	Até o Bimestre
18	Regime Geral de Previdência Social	0,00
19	Receitas Previdenciárias Realizadas(I)	0,00
20	Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	0,00
21	Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00
22	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00
23	Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	0,00
24	Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	0,00
25	Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00

	Resultado Nominal e Primário	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b / a)
26	Resultado Nominal	156,06	-769,52	-4,93
27	Resultado Primário	120.214,19	-603.569,60	-5,02

	Movimentação dos Restos à Pagar Por Poder e Ministério Público	Inscrição	Canc. Apurado Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo
28	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
29	Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
30	Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
31	RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
34	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

	Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Apl. no Exerc.	% Aplic. Até o Bimestre
35	Mínimo Anual de 18 / 25 das Receitas de Impostos em MDE	0,00	25,00	0,00
36	Mínimo Anual de 60 do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60,00	0,00
37	Mínimo Anual de 60 do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino	0,00	60,00	0,00
38	Complementação da União ao FUNDEB - Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB	0,00	10,00	0,00

	Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
39	Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00
40	Despesa de Capital Líquida	0,00	0,00

	Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
41	Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
44	Resultado Previdenciário (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
45	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00
46	Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
47	Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Resultado Previdenciário (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

	Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
49	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
50	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

	Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Contitucionais Anual	
			% Mínimo a Apl. no Exerc.	% Aplic. Até o semestre
51	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	15,00	0

	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
52	Total das Despesas/RCL	0,00

ANTOMAR CHRISTIAM SOUZA CARDOSO
PRESIDENTE

ELEANDRO MACHADO DA VEIGA
CONTADOR

ROSIMEIRE CRUZ DA SILVA
TESOUREIRA

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PUBLICA N°. 002/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRENCIA PUBLICA N°. 002/2017

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, torna – se público que realizará licitação na Modalidade Concorrência Pública **N° 002/2017** do tipo **CONCORRÊNCIA PÚBLICA, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, de acordo com as leis nº. 8.666/1993 e as alterações posteriores, e Lei

Complementar nº 123/06 e da Lei Complementar nº 147/14. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO, NA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E NA AMPLIAÇÂO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA/MT,** conforme especificações e elementos técnicos constantes no Projeto Básico e dos Anexos deste Edital, com abertura dia 18 de Novembro de 2017 ás 08:00 (oito) horário do Estado de Mato Grosso Local Sala de Licitação na sede da Prefeitura Municipal, situada localizada a Avenida Vereador Genival Nunes de Araújo, 993, Centro, Nova Brasilândia – MT.

O Edital estará disponível para ser adquirido no Setor de Compras, na sede da Prefeitura, Municipal de Nova Brasilândia/MT, e-mail: **licitacaonovabrasilandia@outlook.com** ou pelo Site da Prefeitura **www.novabrasilandia.mt.gov.br,** para maiores informações através de fone/fax 014 (66) 3385-1277.

Nova Brasilândia – MT, 14 de Novembro de 2017.

_____

ANA CRISTINA SOARES

Presidente da Comissão (CPL)

Portaria nº. 151/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 056/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 056/2017

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **FABIO PEREIRA DE SOUZA**

CNPJ: 18.226.288/0001-36

OBJETO: **O presente termo tem por objetivo o aditamento de *PRAZO* e *VALOR*, originalmente estabelecido no contrato em epigrafe, passando o mesmo a ter sua vigência dentro do seguinte novo período: 1*5/11/2017 à 15/02/2018* e Valor de R$ 70.500,00 (setenta mil e quinhentos reais).**

ASSINATURA: 14 de Novembro de 2017.

VIGENCIA: **15 de novembro de 2017 a 15 de fevereiro de 2018.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRATIVO
AVISO DE LICITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO N.º 03/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT, através daCPL,torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Chamada Pública Para Credenciamento n.º **03/2017**, cujo objeto é a **Seleção de profissionais para atuar nas atividades a serem desenvolvidas pelo centro de referencial social- CRAS durante o exercício de 2018**, tudo em conformidade com as características técnicas e quantitativos descritos em Edital.

Conforme Edital nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, as Inscrições serão realizadas no período de **11/12/2017 a 15/12/201 das 13:00 ás 17:00** horas. Cópias do edital e informações poderão ser obtidas na Av. dos Migrantes, Travessa B, s/n, CRAS, em Nova Guarita – MT, de forma presencial no horário das **13:00 ás 17:00** ou através do site www.novaguarita.mt.gov.br.

Fone/Fax (66) 3574-1084.

Nova Guarita – MT, em 14 de novembro de 2017.

Ivandro Ugolini

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 06/2017

Edital nº 06/2017

Processo de Licitação nº 06/2017.

Modalidade: Carta Convite nº 02/2017

Retificação de Edital

A Câmara Municipal de Nova Lacerda, por intermédio de sua Comissão de Licitação instituída pela Portaria de nº 13/2016 de 05 de outubro de 2016, torna público as empresas que tenham interesse em participar da Licitação nº 06/2017 - Carta Convite 02/2017, que RETIFICA o Edital nº 06/2017, com a correção da alínea b do item 6.4, onde se lê: "b) Declaração que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório Nº 05/2017, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. (Constante em anexo III)." Passa-se a ler: "b) Declaração que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório Nº 06/2017, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. (Constante em anexo III)". Os demais itens do referido edital permanecem inalterados.

Câmara Municipal de Nova Lacerda – MT, em 14 de novembro de 2017.

Maria das Graças Rodrigues dos Santos

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA - MT - EDITAL N° 07/2017

EDITAL 07/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, excelentíssimo Sr. Joventino Amadeu Dalabeneta, no uso das suas atribuições e em cumprimento do art. 36, § 5°, da Lei Complementar n° 141/2012, COMUNICA que haverá Audiência Pública para Prestação de Contas dos recursos provenientes do SUS, gastos em Nova Lacerda/MT, referente ao segundo quadrimestre do ano de 2017. A Audiência Pública ocorrerá no plenário José de Souza, da Câmara Municipal de Nova Lacerda, sito a Av. Dioguinho, n° 699, bairro São José, às 13h30min, do dia 29 de novembro de 2017.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

Joventino Amadeu Dalabeneta

Presidente

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO 9º ADITIVO DO CONTRATO 054/2013

9º ADITIVO DO CONTRATO 054/2013– ASS- 01/11/2017 –Vcto 23/05/2018- ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO Contratado (a): **MANANCIAL CONSULTORIA, INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES - ME** – EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT, DE ACORDO COM O TERMO DE COMPROMISSO Nº TC/PAC-0164/2012, PROVENIENTE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE-FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA).

NOVA MARILANDIA – MT EM 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 787/2017 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ASSUMIR OS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO DECRETO ESTADUAL Nº 1802, DE 05

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ASSUMIR OS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO DECRETO ESTADUAL Nº 1802, DE 05 DE NOVEMBRO DE 1997, NA LEI ESTADUAL Nº 7359, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES E NO DECRETO ESTADUAL Nº 2461 DE 30 DE MARÇO DE 2001.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, Prefeito do Município de Nova Marilândia – MT, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal, faz saber que Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei;

Art. 1º - Em consonância com o programa de municipalização dos serviços de saneamento básico, implementado pelo governo do Estado de Mato Grosso, fica este Município autorizado a assumir a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no território do Município, bem como os direitos e obrigações que lhe são inerentes.

Art. 2º - Para os fins do disposto no artigo anterior, o Poder Executivo fica autorizado a rescindir o contrato de concessão com a Sanemat – Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso, bem como reconhecer o débito junto à referida empresa, no valor de R$ 1.555.546,49 (um milhão, quinhentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e seis reais e quarenta e nove centavos), valor este atualizado até setembro de 2017 de acordo com o INPC e acrescido de juros moratórios, devido em função de reversão dos ativos que compõem o sistema municipal de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Art. 3º - O Poder Executivo fica também autorizado a transferir as obrigações assumidas junto à Sanemat ao Estado de Mato Grosso e, por consequência, se habilitar à obtenção dos incentivos previstos na Lei Estadual nº 7.359 de 13 de dezembro de 2000, na ordem de 100% (cem por cento) do total do débito, ficando assim isento de qualquer pagamento relativo à reversão dos ativos.

Art. 4º - O Poder Executivo poderá promover ainda todo e qualquer ato necessário ao cumprimento dos requisitos exigidos na Lei nº 7.359, de 13 de dezembro de 2000 e no Decreto Estadual nº 2.461, de 30 de março de 2001, para obtenção dos benefícios a que faz jus o Município.

Art.5º. As alterações e as despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no Orçamento Geral Anual do Poder Executivo, referente ao exercício financeiro de 2017 e subsequentes, suplementadas se necessário;

Art.6º. Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal a fazer as alterações que se fizerem necessárias na Lei Municipal que trata do PPA/ 2017/2020 e nas Leis Municipais que tratam, respectivamente, da LDO e LOA/2017;

Art.7º – Fica o Poder Executivo autorizado a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis e patrimoniais, para o fiel cumprimento da presente lei;

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário;

Nova Marilândia/MT, aos 14 (quatorze) dias do mês de novembro de 2017.

_____

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA - MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE ADESÃO 008/2017

ADESÃO Á ATA DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2017- PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2017 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO -EMPRESA: **THERMO BUSS COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO EIRELI - ME** DATA: 09/11/2017 -**VALOR R$ 200.000,00,** OBJETO: **FORNECIMENTO DE PEÇAS, E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO DOS VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT**

NOVA MARILANDIA-MT EM 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 039/2017. PREGÃO PRESENCIAL N° 028/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ**, Inscrita no **CNPJ 37.464.831/0001-24** neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JOÃO BRAGA NETO, RESOLVE registrar os preços da empresa **PAULO ALVES JANUÁRIO – ME**, inscrito no **CNPJ: 33.686.551/ 0002-90**, neste ato representado pelo Sr. **Paulo Alves Januário**, inscrito no **CPF: 212.501.033.04** nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/2002, LC 123/2006 e suas alterações, Decreto Municipal nº. 001/2010 e Decreto Municipal nº. 22/2013, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Licitação tem por objeto a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS ESPECIALIZADOS EM EXAMES DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADES PARA O MUNICIPIO DE NOVA MARINGA-MT**,conforme especificações e condições constantes nesta Ata, no edital e seus anexos.

1.2 Este instrumento não obriga aos ORGÃOS/ENTIDADES a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração inclusive autarquias federais, estaduais ou municipais, de órgãos públicos, estatais ou ainda de regime próprio que não tenha participado do certame licitatório mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.

2.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.4. As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Nova Maringá.

3.2. A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3. As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Saúde;

4. DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O preço, a quantidade e a especificação dos serviços/produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição de Serviços	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	20	und	ANTI - TIREOGLOBULINA TGB	R$ 70,00	R$ 1.400,00
2	100	und	DOSAGEM DE ALBUMINA	R$ 22,00	R$ 2.200,00
3	100	und	DOSAGEM DE AMILASE	R$ 22,00	R$ 2.200,00
4	150	und	DOSAGEM DE BILIRRUBINAS E FRAÇÕES (INDIRETA, TOTAL E DIRETA)	R$ 22,00	R$ 3.300,00
5	50	und	DOSAGEM DE CLORETOS	R$ 22,00	R$ 1.100,00
6	40	und	DOSAGEM DE COLINESTERASE	R$ 28,00	R$ 1.120,00
7	30	und	DOSAGEM DE CK TOTAL	R$ 35,00	R$ 1.050,00
8	30	und	DOSAGEM DE CK – MB	R$ 35,00	R$ 1.050,00
9	100	und	DOSAGEM DE SÓDIO	R$ 33,00	R$ 3.300,00
10	100	und	DOSAGEM DE FOSTATASE ALCALINA	R$ 22,00	R$ 2.200,00
11	100	und	DOSAGEM DE GAMA GT	R$ 28,00	R$ 2.800,00
12	150	und	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICADA	R$ 33,00	R$ 4.950,00
13	120	und	DOSAGEM DE MUCO-PROTEÍNAS	R$ 22,00	R$ 2.640,00
14	100	und	DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS E FRAÇAES	R$ 24,00	R$ 2.400,00
15	100	und	DOSAGEM DE POTÁSSIO	R$ 33,00	R$ 3.300,00
16	100	unid	CALCIO	R$ 33,00	R$ 3.300,00
17	100	unid	MAGNESIO	R$ 33,00	R$ 3.300,00
18	100	unid	VITAMINA D 25 OH	R$ 120,00	R$ 12.000,00
19	100	unid	FERRITINA	R$ 38,00	R$ 3.800,00
20	50	und	DOSAGEM DE LIPASE	R$ 33,00	R$ 1.650,00
21	20	unid	ANTI – RECEPTOR DE TSH (TRAB)	R$ 110,00	R$ 2.200,00
22	50	und	URINA COM SEDIMENTO CORADO	R$ 17,00	R$ 850,00
23	70	und	SANGE OCULTO	R$ 19,00	R$ 1.330,00
24	50	und	PESQUISA DE LEUCÓCITOS	R$ 17,00	R$ 850,00
25	100	unid	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI- HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	R$ 33,00	R$ 3.300,00
26	220	unid	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	R$ 39,00	R$ 8.580,00
27	20	unid	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTILEISMANIAS	R$ 39,00	R$ 780,00
28	20	und	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTILEISMANIAS	R$ 39,00	R$ 780,00
29	40	und	BRUCELOSE	R$ 22,00	R$ 880,00
30	100	und	DENGUE IGG	R$ 35,00	R$ 3.500,00
31	100	und	DENGUE IGM	R$ 35,00	R$ 3.500,00
32	220	und	HEPATITE HBSAG	R$ 39,00	R$ 8.580,00
33	220	und	HEPATITE C-HCV	R$ 39,00	R$ 8.580,00
34	50	und	ROTAVÍRUS	R$ 33,00	R$ 1.650,00
35	220	unid	TOXOPLAMOSE IGM	R$ 44,00	R$ 9.680,00
36	220	und	TOXOPLAMOSE IGG	R$ 44,00	R$ 9.680,00
37	50	und	MONONUCLEOSE IGM	R$ 39,00	R$ 1.950,00
38	50	und	MONONUCLEOSE IGG	R$ 39,00	R$ 1.950,00
39	220	und	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VÍRUS DA RUBÉOLA	R$ 44,00	R$ 9.680,00
40	220	und	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VÍRUS DA RUBÉOLA	R$ 44,00	R$ 9.680,00
41	150	und	PESQUISA DE ANTÍGENO DE SUPRFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B	R$ 39,00	R$ 5.850,00
42	150	und	PESQUISA DE ANTÍGENO E DO VÍRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	R$ 39,00	R$ 5.850,00
43	220	und	DOSAGEM ANTÍGENO PROSTÁTICO (PSA)	R$ 44,00	R$ 9.680,00
44	50	unid	BETA HCG QUANTITATIVA	R$ 49,00	R$ 2.450,00
45	20	und	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	R$ 39,00	R$ 780,00
46	40	und	DOSAGEM DE PROTEÍNAS (URINA DE 24 HORAS)	R$ 39,00	R$ 1.560,00
47	220	und	DOSAGEM DE HORMÔNIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	R$ 44,00	R$ 9.680,00
48	220	und	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	R$ 44,00	R$ 9.680,00
49	220	und	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA	R$ 44,00	R$ 9.680,00
50	30	und	SOROLOGIA DE H. PILORY IGM	R$ 135,00	R$ 4.050,00

51	30	und	SOROLOGIA DE H. PILRY IGG	R$ 90,00	R$ 2.700,00
52	220	unid	CITOMEGALOVIRUS IGM	R$ 44,00	R$ 9.680,00
53	220	unid	CITOMEGALOVIRUS IGG	R$ 44,00	R$ 9.680,00
54	100	unid	FSH	R$ 44,00	R$ 4.400,00
55	100	unid	PROLACTINA	R$ 44,00	R$ 4.400,00
56	100	unid	ESTRADIOL	R$ 44,00	R$ 4.400,00
57	100	unid	FAN	R$ 40,00	R$ 4.000,00
58	50	unid	FTA - ABS - SIFILIS	R$ 110,00	R$ 5.500,00
59	50	unid	ALFA FETOPROTEINA	R$ 49,00	R$ 2.450,00
60	100	unid	LH	R$ 44,00	R$ 4.400,00
61	100	unid	ANTI TPO	R$ 44,00	R$ 4.400,00
62	100	unid	ESTROGENIO	R$ 44,00	R$ 4.400,00
63	100	unid	PROGESTERONA	R$ 44,00	R$ 4.400,00
64	40	unid	TESTOTERONA	R$ 44,00	R$ 1.760,00
65	40	unid	CEA	R$ 70,00	R$ 2.800,00
66	50	unid	BACTERIOSCÓPIO DE URINA	R$ 28,00	R$ 1.400,00
67	150	unid	UROCULTURA + ANTIBIOGRAMA	R$ 65,00	R$ 9.750,00
68	300	unid	CREATININA	R$ 22,00	R$ 6.600,00
69	30	unid	CA 15-3	R$ 60,00	R$ 1.800,00
70	30	unid	CA 125	R$ 60,00	R$ 1.800,00
71	30	unid	PREVENTIVO PAPANICOLAU	R$ 70,00	R$ 2.100,00
72	30	unid	BIOPSIA DE FRAGMENTOS	R$ 499,00	R$ 14.970,00
73	30	unid	DOSAGEM DE LÍTIO	R$ 39,00	R$ 1.170,00
74	30	unid	ANTI-ENDOMISSIO	R$ 110,00	R$ 3.300,00
75	220	unid	HEPATITE A IGG	R$ 44,00	R$ 9.680,00
76	220	unid	HEPATITE A IGM	R$ 44,00	R$ 9.680,00
77	50	unid	DHEA	R$ 62,00	R$ 3.100,00
78	50	unid	ANDROSTENEDIONA	R$ 51,00	R$ 2.550,00
Total					**R$ 343.570,00**

5. DA ENTREGA

5.1. Os itens registrados deverão ser fornecidos conforme termo de referência do edital de forma fracionada (se necessário) e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.2. O prazo máximo para entrega será de 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação e pedido efetuado pelo departamento de compras/serviços da prefeitura Municipal de Nova Maringá-MT.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9. Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.10. O atraso na execução caberá penalidades e sanções previstas no Item 12 da Presente Ata.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens registrados;

7.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7.7. Fiscalizar a execução das obrigações assumidas pelo contratado.

8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a execução, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável.

8.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

10.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7. A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

11. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na entrega para o fornecimento dos materiais e equipamentos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13. DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

Destinação:

07.001.10.122.0070.2041.339039.000000-251;

07.002.10.301.0071.2042.339039.000000-263;

07.002.10.302.0072.2049.339039.000000-284.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 028/2017**e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

16. DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de São Jose do Rio Claro - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ata, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2. E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ata, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Maringá - MT, 14 de Novembro de 2017.

_____

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT

JOÃO BRAGA NETO

Contratante

_____

PAULO ALVES JANUÁRIO – ME

CNPJ 33.686.551/0002-90

Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

CRISTIANE MARIA DE JESUS

CPF 049.743.479-26

_____

WELDER SOUZA CUNHA

CPF: 037.865.001-77

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 028/2017. REGISTRO DE PREÇOS

A prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, através da pregoeira e sua comissão de apoio, instituída pela portaria nº 309/2017/GAPRE de 18 de Outubro de 2017, torna público para o conhecimento de quantos possam interessar o resultado de LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 028/2017, MENOR PREÇO por item, cujo Objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS ESPECIALIZADOS EM EXAMES DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADES PARA O MUNICIPIO DE NOVA MARINGA-MT**, a ser regido pela Lei federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

VENCEDOR (A): PAULO ALVES JANUARIO-ME, inscrito no **CNPJ: 33. 686.551/0002-90.**

Valor Total R$ 343.570,00 (Trezentos e quarenta e três mil e quinhentos e setenta reais) para os itens de 01 a 78.

Nova Maringá - MT, 14 de novembro de 2017.

Atenciosamente

ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA

Pregoeira Oficial

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0028/2017. Registro de Preços

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS ESPECIALIZADOS EM EXAMES DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADES PARA O MUNICIPIO DE NOVA MARINGA-MT.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Pregoeira e Comissão de Apoio, **HOMOLOGO** o presente processo licitatório, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Nova Maringá – MT, 14 de Novembro de 2017.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 209 /2017

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 72/2017 DEPTO/ADM/COMPRAS.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos do contrato nº72/2017/DPTO/ADM/COMPRAS, celebrado entre o MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE e GILMAR PEREIRA FLORES

CONTRATO Nº 72/2017/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6143/2017

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste em CONTRATAÇÃO DE PILOTO PARA APRESENTAÇÃO DE SHOM FREESTYLE COM MOTOS, NA REALIZAÇÃO DO EVENTO DE VELO CROSS QUE ACONTECERÁ NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2017, PARA ATENDER O DEPARTAMENTO DE CULTURA.

DATA DA ASSINATURA: 10 DE NOVEMBRO 2017

VIGENCIA: 10 DE NOVEMBRO DE 2017 Á 30 DE NOVEMBRO 2017

VALOR: R$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais)

FISCAL TITULAR: ANDREA ALVES COELHO

RG Nº: 1442204 SSP/MT

CPF Nº: 990.562.081-87

CARGO: PROFESSORA DE PEDAGOGIA

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRICULA: 2204

FISCAL SUBSTITUTO: VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ

RG Nº: 16196694 SSP/MT

CPF Nº: 023.283.979 - 48

CARGO: PROFESSORA DE PEDAGOGIA

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRICULA: 136

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 10 de Novembro de 2017.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 205 A /2017

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 71/2017 DEPTO/ADM/COMPRAS.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos do contrato nº71/2017/DPTO/ADM/COMPRAS, celebrado entre o MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE e ALLIANCE CONSULTORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA - ME

CONTRATO Nº 71/2017/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5973/2017

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE PROCESSO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO – PSCIP PARA ATENDER O DEPARTAMENTO DE CULTURA, PARA A RELAIZAÇÃO DO VELOCROSS SHOW QUE ACONTECERÁ NO DIA 12 DE NOVEMBRO.

DATA DA ASSINATURA: 07 DE NOVEMBRO 2017

VIGENCIA: 07 DE NOVEMBRO DE 2017 Á 30 DE NOVEMBRO 2017

VALOR: R$ 3.400,00 (Três Mil e Quatrocentos Reais).

FISCAL TITULAR: VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ

RG Nº: 16196694 SSP/MT

CPF Nº: 023.283.979 - 48

CARGO: PROFESSORA DE PEDAGOGIA

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRICULA: 136

FISCAL SUBSTITUTO: ANDREA ALVES COELHO

RG Nº: 1442204 SSP/MT

CPF Nº: 990.562.081-87

CARGO: PROFESSORA DE PEDAGOGIA

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRICULA: 2204

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 07 de Novembro de 2017.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 930/2017

SÚMULA: "ALTERA OS ARTIGOS 2º E 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 615/2013, QUE REGULAMENTA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS EM ÂMBITO MUNICIPAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara Municipal aprovou e BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º - Ficam alterados o "caput" do artigo 2º, e artigo 4º da Lei nº 615/2013 de 15 de outubro de 2013, que passaram a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O benefício eventual é uma modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporária que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais humanos prestada a pessoa residente no Município de Nova Monte Verde e cuja renda mensal familiar seja inferior a 02 (dois) salários mínimos.

(...)

Art. 4º O critério de renda mensal familiar (valor bruto) para acesso aos benefícios eventuais será de 02 (dois) salários mínimos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde-MT, 14 de Novembro de 2017.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º210/2017.

SÚMULA: FICA CONCEDIDO AO SERVIDOR PUBLICO EFETIVO, SR ADRIANO MANOEL FERREIRA, LICENÇA PRÊMIO.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

CONSIDERANDO o art. 160A e seguintes da Lei Municipal nº 830/2016, bem como o requerimento do servidor público protocolado em 18 de Outubro de 2017;

ARTIGO 1º - Conceder LICENÇA-PRÊMIO por assiduidade ao servidor público efetiva ADRIANO MANOEL FERREIRA, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Obras, por 90 (Noventa) dias consecutivos a partir de 06 de Novembro de 2017, com vencimentos integrais e demais vantagens da função.

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de 06 de Novembro de 2017, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 09 de Novembro de 2017.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 212 /2017

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 73/2017 DEPTO/ADM/COMPRAS.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos do contrato nº73/

2017/DPTO/ADM/COMPRAS, celebrado entre o MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE e CESIRA BERGAMINI AMANCIO & CIA LTDA – ME

CONTRATO Nº 73/2017/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5646/2017

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REESTRUTURAÇÃO DO VIVEIRO MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE - MT, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETO EM ANEXO.

DATA DA ASSINATURA: 14 DE NOVEMBRO 2017

VIGENCIA: 14 DE NOVEMBRO DE 2017 Á 14 DE NOVEMBRO 2018

VALOR: R$ 68.552,88 (sessenta e oito mil quinhentos e cinquenta e dois reais e oitenta e oito centavos).

FISCAL TITULAR: AILTON JOSÉ DA SILVA FILHO

RG Nº: 22611770 SSP/MT

CPF Nº: 027.551.511-70

CARGO: ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

MATRICULA: 3343

FISCAL SUBSTITUTO: HUGO FLAVIO VASCONCELOS

RG Nº: 23292628 SSP/MT

CPF Nº: 007.121.191-83

CARGO: FISCAL AMBIENTAL

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

MATRICULA: 3414

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 14 de Novembro de 2017.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 931/2017

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER O DIREITO REAL DE USO DE BEM IMÓVEL PERTENCENTE AO MUNICÍPIO PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA AGROINDÚSTRIA EM NOVA MONTE VERDE-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara Municipal aprovou e BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder direito real de uso de bem público municipal, sendo uma área de 2.299,5 m² (dois mil, duzentos e noventa e nove metros e cinquenta centimetros quadrados) com uma edificação construida medindo 297,55 m² (duzentos e noventa e sete metros e cinquenta e cinco centimetros quadrados), composto de três salas, cozinha, almoxarifado, dependências administrativas e sanitários, localizada na Rodovia MT 208, Comunidade Santa Terezinha I, Zona Rural do Município de Nova Monte Verde/MT, em favor de pessoa jurídica de direito privado, destinando-se a implantação de uma Agroindústria.

Parágrafo único: A concessão será feita como de incentivo a instalação de Agroindustria do Municipio, visando fomentar a agricultura familiar, a geração de empregos, renda e arrecadação tributária. A partir do momento que não cumprir com a finalidade voltará a ser integrado ao Município

Art. 2º -. A concessão de direito real de uso será efetivada mediante a celebração de Contrato de Concessão de Dirieito Real de Uso, respeitadas as normas que regem a Administração Pública, com cláusulas inerentes ao direito administrativo e com a finalidade específica de instalação de Agroindustria.

Art. 3º - A concessão de que trata o artigo 1º desta Lei dar-se-á pelo prazo de 10 (Dez) anos, a contar da assinatura do contrato administrativo.

§ 1º - O prazo de que trata o caput deste artigo poderá ser prorrogado por igual período, através de Lei específica, a critério da Administração Pública, com escopo de atender ao interesse público devidamente caracterizado através de motivação expressa.

§ 2º - Transcorrido o prazo que trata o caput desse artigo o imóvel retornará à posse do município, com todas as benfeitorias realizadas e sem nenhum ônus aos cofres públicos.

Art. 4º A concessionária responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venha a incidir sobre o imóvel objeto da concessão a que se refere esta Lei.

Art. 5º - Resolve-se a concessão antes de seu termo se a concessionária der ao imóvel destinação diversa da estabelecida ou descumprir cláusula resolutória do ajuste, perdendo as benfeitorias que houver feito no imóvel.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Novo Monte Verde-MT, 14 de Novembro de 2017.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE REPETIÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2017

REGISTRO DE PREÇOS

''COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP "

LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT

A Pregoeira Oficial do município de Nova Nazaré-MT, torna público que por ausência de interessados na sessão pública que se realizou em **14/11/2017 às 08:00**, foi declarado **DESERTO** o **Pregão Presencial nº 022/2017** que tem por objeto a **Registro de preços para futura e eventual aquisição de hidrômetros e cavaletes para atender as necessidades do Departamento Municipal de Agua e Esgoto do Município de Nova Nazaré-MT**, conforme especificações do edital. A Pregoeira comunica aos interessados que o certame será **REPETIDO**, em sessão pública a ser realizada **às 08:00 hrs do dia 27/11/2017** (**Horário de Cuiabá**) na sala de licitações. Esta licitação será regida pela Lei Federal nº. 8.666/93 e 10.520/2002, suas alterações e demais disposições aplicáveis.O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré, no horário das 07:00 às 13:00 horas, pelo endereço eletrônico **licitacaonovanazare@hotmail.com** ou no site **www.novanazaré.mt.gov.br**.

Nova Nazaré-MT, 14 de Novembro de 2017.

NUBIA M. CARVALHO

Pregoeira Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 038/2017/PMNO

A pregoeira da prefeitura municipal de NOVA OLIMPIA-MT, designada pela portaria n.º 208/2017, divulga que não houve licitante presente na sessão pública, do dia 6 de novembro de 2017, que tem como objetivo a "**RE-**

GISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE TUBOS DE CONCRETO ESTINADO A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE REDES DE DRENAGENS E INTERLIGAÇÕES DE RIOS EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA - MT.", portanto o certame acima foi considerado **DESERTO**.

NOVA OLIMPIA-MT, 6 de NOVEMBRO de 2017.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

PORTARIA N.º 208/2017

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 042/2017/PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 103/2017/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 042/2017/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, CONSERTO E TROCA DE PNEUS DESTINADOS AOS VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL. A abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia 29 de novembro de 2017. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As duvidas sobre o certame será dirimidas no setor de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Av. Mato Grosso N 175- Centro, no horário de 07:00 às 11:00 e das 13:00 as 17:00 hrs, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 13 de novembro de 2017.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 208/2017

LICITAÇÃO
RESULTADO DO JULGAMENTO, REFERENTE O PREGÃO PRESENCIAL N.º 040/2017/PMNO.

Aos 31 dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às 08h00-min, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, a Pregoeira, juntamente com a equipe de apoio, devidamente constituídos pela Portaria nº 208/2017, reuniram-se com a finalidade específica de abertura e julgamento de propostas e adotar providências relacionadas às **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA DOS ORGAOS PUBLICOS MUNICIPAIS.** Examinada a proposta declarou-se vencedora a empresa com seu respectivo valor unitário: **J.A.R. DE JESUS - SERVIÇOS – ME-**registando o valor unitário inicial de R$ R$ 138,00(cento e trinta e oito reais) sagrando-se vencedora do item e atender os requisitos do processo licitatório.

Nova Olímpia/MT 13 de novembro de 2017

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

PORT. 208/2017

LEI MUNICIPAL Nº 1109 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

*Autoriza o Município de Nova Olímpia-MT a participar do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde/Medicamentos e Sserviços- " **CONSUSMT** " e a ratificar o Protocolo de Intenções firmado entre os Municípios de Acorizal;Água Boa; Alta Floresta; Alto Araguaia; Alto Boa Vista; Alto Garças; Alto Paraguai; Alto Taquari; Apiacás; Araguaiana; Araguainha; Araputanga; Arenápolis; Aripuanã; Barão de Melgaço; Barra do Bugres; Barra do Garças; Bom Jesus do Araguaia; Brasnorte; Cáceres; Campinápolis ; Campo Novo do Parecis; Campo Verde; Campos de Júlio; Canabrava do Norte; Canarana; Carlinda; Castanheira; Chapada dos Guimarães; Cláudia; Cocalinho; Colíder; Colniza; Comodoro; Confresa; Conquista d`Oeste; Cotriguaçu; Cuiabá; Curvelândia; Denise; Diamantino; Dom Aquino; Feliz Natal; Figueirópolis D`Oeste; Gaúcha do Norte; General Carneiro; Glória d`Oeste; Guarantã do Norte; Guiratinga; Indiavaí; Ipiranga do Norte; Itanhangá; Itaúba; Itiquira; Jaciara; Jangada; Jauru ; Juara; Juína; Juruena; Juscimeira; Lambari d`Oeste; Lucas do Rio Verde; Luciara; Marcelândia; Matupá; Mirassol D`Oeste; Nobres; Nortelândia; Nossa Senhora do Livramento; Nova Bandeirantes; Nova Brasilândia; Nova Canaã do Norte; Nova Guarita; Nova Lacerda; Nova Marilândia; Nova Maringá; Nova Monte verde; Nova Mutum; Nova Nazaré; **Nova Olímpia**; Nova Santa Helena; Nova Ubiratã; Nova Xavantina; Novo Horizonte do Norte; Novo Mundo; Novo Santo Antônio; Novo São Joaquim; Paranaíta; Paranatinga; Pedra Preta; Peixoto de Azevedo; Planalto da Serra; Poconé; Pontal do Araguaia; Ponte Branca; Pontes e Lacerda; Porto Alegre do Norte; Porto dos Gaúchos; Porto Esperidião; Porto Estrela; Poxoréu; Primavera do Leste; Querência; Reserva do Cabaçal; Ribeirão Cascalheira; Ribeirãozinho; Rio Branco; Rondolândia; Rondonópolis; Rosário Oeste; Salto do Céu; Santa Carmem; Santa Cruz do Xingu; Santa Rita do Trivelato; Santa Terezinha; Santo Afonso; Santo Antônio do Leste; Santo Antônio do Leverger; São Félix do Araguaia; São José do Povo; São José do Rio Claro; São José do Xingu; São José dos Quatro Marcos; São Pedro da Cipa; Sapezal; Serra Nova Dourada; Sinop; Sorriso; Tabaporã; Tangará da Serra; Tapurah; Terra Nova do Norte; Tesouro; Torixoréu; União do Sul; Vale de São Domingos; Várzea Grande; Vera; Vila Bela Santíssima Trindade; Vila Rica e dá outras providências*

O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, Faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a formalizar a participação do Município de Nova Olimpia-MT no Consórcio Intermunicipal de Saúde/Medicamentos e Serviços , denominado **CONSUSMT** ", ratificando o Protocolo de Intenções, firmado em 10 de julho de 2017 entre os municípios de **Acorizal;Água Boa; Alta Floresta; Alto Araguaia; Alto Boa Vista; Alto Garças; Alto Paraguai; Alto Taquari; Apiacás; Araguaiana; Araguainha; Araputanga; Arenápolis; Aripuanã; Barão de Melgaço; Barra do Bugres; Barra do Garças; Bom Jesus do Araguaia; Brasnorte; Cáceres; Campinápolis ; Campo Novo do Parecis; Campo Verde; Campos de Júlio; Canabrava do Norte; Canarana; Carlinda; Castanheira; Chapada dos Guimarães; Cláudia; Cocalinho; Colíder; Colniza; Comodoro; Confresa; Conquista d`Oeste; Cotriguaçu; Cuiabá; Curvelândia; Denise; Diamantino; Dom Aquino; Feliz Natal; Figueirópolis D`Oeste; Gaúcha do Norte; General Carneiro; Glória d`Oeste; Guarantã do Norte; Guiratinga; Indiavaí; Ipiranga do Norte; Itanhangá; Itaúba; Itiquira; Jaciara; Jangada; Jauru ; Juara; Juína; Juruena; Juscimeira; Lambari d`Oeste; Lucas do Rio Verde; Luciara; Marcelândia; Matupá; Mirassol D`Oeste; Nobres; Nortelândia; Nossa Senhora do Livramento; Nova Bandeirantes; Nova Brasilândia; Nova Canaã do Norte; Nova Guarita; Nova Lacerda; Nova Marilândia; Nova Maringá; Nova Monte verde; Nova Mutum; Nova Nazaré; Nova Olímpia; Nova Santa Helena; Nova Ubiratã; Nova Xavantina; Novo Horizonte do Norte; Novo Mundo; Novo Santo Antônio; Novo São Joaquim; Paranaíta; Paranatinga; Pedra Preta; Peixoto de Azevedo; Planalto da Serra; Poconé; Pontal do Araguaia; Ponte Branca; Pontes e Lacerda; Porto Alegre do Norte; Porto dos Gaúchos; Porto Esperidião; Porto Estrela; Poxoréu; Primavera do Leste; Querência; Reserva do Cabaçal; Ri-**

beirão Cascalheira; Ribeirãozinho; Rio Branco; Rondolândia; Rondonópolis; Rosário Oeste; Salto do Céu; Santa Carmem; Santa Cruz do Xingu; Santa Rita do Trivelato; Santa Terezinha; Santo Afonso; Santo Antônio do Leste; Santo Antônio do Leverger; São Félix do Araguaia; São José do Povo; São José do Rio Claro; São José do Xingu; São José dos Quatro Marcos; São Pedro da Cipa; Sapezal; Serra Nova Dourada; Sinop; Sorriso; Tabaporã; Tangará da Serra; Tapurah; Terra Nova do Norte; Tesouro; Torixoréu; União do Sul; Vale de São Domingos; Várzea Grande; Vera; Vila Bela Santíssima Trindade; Vila Rica com a finalidade de instituir o Consórcio Público Intermunicipal de Saúde/Medicamentos e serviços- "CONSUSMT", sob a forma de Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado com base na Lei 11.107/2005, Decreto 6.017/2007 assim como as leis 13.019/2014 e 13. 204/2015 leis das Organizações Civis.

Parágrafo único. Constitui objeto do presente Protocolo de Intenções a cooperação entre os partícipes para a gestão associada de saúde com a finalidade específica de operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica por meio da aquisição e distribuição de medicamentos, insumos, equipamentos e serviços com destinação exclusiva à população usuária do Sistema Único de Saúde nos municípios de Mato Grosso.

Art. 2º. O Estatuto do Consórcio Público Intermunicipal de Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso, "CONSUSMT" disporá sobre à organização e o funcionamento de cada um dos seus órgãos constitutivos.

Art. 3º. Os entes consorciados poderão ceder servidores públicos ao Consórcio, na forma e condições da legislação de cada um.

Art. 4º. O valor dos recursos financeiros, quando necessários para o cumprimento do contrato de rateio e ou para outro instrumento jurídico permitido pela gestão associada de serviços do Consórcio Público Intermunicipal de Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso, "CONSUSMT" previsto no art. 8°, da Lei n°. 11.107/2005 e Decreto n°. 6.017/2007, deverão estar consignados em rubrica específica nas Leis Orçamentárias em vigência.

§ 1º. O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam.

§ 2º. É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º. Os entes Consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o Consórcio Público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

§ 4º. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº. 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes Consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente Consorciado na conformidade com os elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

§ 5º. Poderá ser excluído do Consórcio Público, após prévia suspensão, o ente cnsorciado que não consignar, em nas suas Leis Orçamentárias futuras ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

Art. 5º Para atender as despesas, decorrentes da execução da presente Lei, serão utilizados recursos provenientes da dotação orçamentária, constante no orçamento vigente.

Art. 6º. A retirada do ente cnsorciado do Consórcio Público dependerá de ato formal de seu representante na assembléia geral, na forma previamente disciplinada no Protocolo de Intenções do Consórcio Público Intermunicipal de Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso, "CONSUSMT".

Parágrafo único. Os bens destinados ao Consórcio Público pelo consorciado que se manifesta formalmente a intenção de destituir-se do Consórcio, somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão no contrato de consórcio público ou no instrumento de transferência ou alienação.

Art. 7º. A alteração ou extinção do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela assembléia geral, ratificado mediante lei por todos os entes Consorciados.

Art. 8º. Aplica-se ao Consórcio Público o disposto na Constituição Federal, Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e Decreto n°. 6.017/2007, de 17 de janeiro de 2007 e a Lei n° 13.019/2014e 13.204/2015

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, aos 09 dias do mês de novembro *de 2017.*

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

CONVITE EDITAL PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Nova Olimpia – MT, Srº. JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, em cumprimento ao disposto no Art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº. 101/2000), que trata da elaboração Quadrimestral do Relatório de Gestão Fiscal, e o parágrafo 4º do artigo 9º da mesma Lei, que trata da apresentação em audiência pública, **CONVIDA** a população em geral através dos seus diversos segmentos sociais, a participar de Audiência Pública para prestação de contas referente ao 2º Quadrimestre do Exercício Financeiro do ano de 2.017.

A Audiência será realizada no dia 16 de Novembro (Quinta-Feira), a partir das 19:00 horas, no Auditório da Câmara Municipal de Nova Olimpia – MT.

Atenciosamente,

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1108 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR TERMO DE COOPERAÇÃO COM A AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO COM A FINALIDADE DE OPERACIONALIZAR AS LINHAS DE CRÉDITO DA DESENVOLVE MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, MATO GROSSO, no uso de suas atribuições, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Termo de Cooperação com a Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S.A. – Desenvolve MT, consonante minuta de Termo de Cooperação em anexo considerado parte integrante desta lei.

Art. 2º O presente Termo tem por finalidade o assessoramento, em conjunto ou separado, pela Prefeitura do Município e pela Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S.A Desenvolve MT, na elaboração de projetos para financiamento e divulgação dos Programas de Concessão de Créditos, objetivando a geração de desenvolvimento nas atividades econômicas locais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, aos 09 dias do mês de novembro de 2017.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO A LEI MUNICIPAL Nº 1108 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

TERMO DE COOPERAÇÃO N. _____/CV/20_____ .

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S.A. – DESENVOLVE MT E O MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA-MT, COM A FINALIDADE DE OPERACIONALIZAR AS LINHAS DE CRÉDITO DA DESENVOLVE MT.

A **Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S.A. – Desenvolve MT**, instituição financeira sob a forma de Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPJ sob o n. 06.284.531/0001-30, com sede na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, n. 2.368, Jardim Aclimação, Centro Empresarial Top Tower Center – Salas 01 e 02 – CEP: 78.065-000, Cuiabá-MT, doravante denominado **Desenvolve MT**, neste ato no fim assinado com fulcro no artigo 32, inciso I, do Estatuto Social, pelo **senhor Mário Milton V. Ferreira Mendes**, Diretor Presidente, portador do RG n. 063943 SSP/MT e do CPF n. 103.150.471-00, e, do outro lado, **Município Nova Olimpia-MT,** inscrita no CNPJ sob o nº 03.238.920/0001-30, com sede na com sede na Av. Mato Grosso n. 175, centro, Nova Olímpia/MT, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, Sr. **JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, divorciado**, Engenheiro Agrônomo, portador da Cédula de Identidade RG n. 250.859 SSP/AL e CPF n. 099.414. 364-87, residente e domiciliado na Rua Vinte e oito 295 Qda 14 Lote 01 - S, Bairro Jardim das Oliveiras, em Nova Olímpia/MT**, celebram o presente **Termo de Cooperação**, têm entre si, justos e avençados, e celebram o presente Termo, sendo disciplinado prioritariamente pela Lei n. 13. 303/2016 e de forma subsidiariamente pela Lei n. 8.666/1993, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1.1. O presente Termo tem por finalidade o assessoramento, em conjunto ou separado, pela Prefeitura do Município e pela Desenvolve MT na elaboração de projetos para financiamento e divulgação dos Programas de Concessão de Créditos da Desenvolve MT, objetivando a geração de desenvolvimento nas atividades econômicas locais.

Cláusula Segunda – Das Obrigações Individuais

2.1. Além das responsabilidades legais, constituem obrigações do Município:

2.1.1. Divulgar e executar as ações de crédito no Município, observando a Lei Complementar n. 140/2003, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento da Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S.A. – Desenvolve MT, normas do Banco Central do Brasil, bem como todas as normas operacionais expedidas pela Diretoria Executiva da Desenvolve MT, concernente a operacionalização dos programas;

2.1.2. Disponibilizar no mínimo de 01 (um) a 02 (dois) funcionários da prefeitura, para desempenharem a função de Agentes de Desenvolvimento e de Crédito, com grau de escolaridade sendo no mínimo ensino médio completo, e com conhecimentos básicos em informática. Além de se comprometer com todas as despesas decorrentes da contratação, para atuar no financiamento aos empreendedores do seu Município, conforme atribuições previstas no item 3 desta Cláusula;

2.1.3. Fornecer para os Agentes de Desenvolvimento e de Crédito sala equipada com telefone, fax, microcomputador com acesso à Internet, meios de transporte e tudo mais que se fizer necessário para que possam exercer suas atividades no cumprimento das obrigações firmadas neste Termo de Cooperação, especialmente, para o apoio aos empreendedores interessados no programa;

2.1.4. Responsabilizar-se pelos seus funcionários envolvidos neste Termo para atendimento dos empreendedores sem que haja a constituição/criação de qualquer vínculo empregatício desses com a Desenvolve MT;

2.1.5. Colaborar com os empreendedores beneficiados pelo Financiamento na divulgação de serviços e produtos, dentro da região ou fora dela, através de eventos promocionais, tais como: feiras, desfiles, cursos de capacitação, etc.;

2.1.6. Divulgar no Município do aderente deste Termo as linhas de crédito disponibilizadas pela Desenvolve MT;

2.1.7. Manter ao Agente de Desenvolvimento e de Crédito todo apoio logístico constante no item 2.1.3., da Cláusula Segunda, deste Termo, à disposição da Desenvolve MT, enquanto perdurar saldos ativos a receber dos clientes atendidos no Município, objeto desta Cooperação;

2.1.8. Auxiliar na cobrança dos tomadores de financiamento inadimplentes, por meio dos Agentes de Desenvolvimento e de Crédito.

2.2. Das Obrigações da Desenvolve MT:

2.2.1. Caberá a Desenvolve MT a coordenação, contratação, acompanhamento e cobrança dos financiamentos aos empreendedores do município;

2.2.2. Disponibilizar recursos para a operacionalização;

2.2.3. Responsabilizar-se pelos seus empregados envolvidos no programa para atendimento dos empreendedores sem que haja a constituição/criação de qualquer vínculo empregatício dessa com o Município;

2.2.4. Arcar com as despesas dos seus empregados e técnicos para o cumprimento deste Termo, dentre elas: diárias, passagens terrestres, combustível e veículos;

2.2.5. Manter a supervisão, o controle e a avaliação das ações integrantes deste Termo, inclusive no que diz respeito a qualidade dos serviços prestados dos envolvidos;

2.2.6. Dirimir dúvidas dos Agentes de Desenvolvimento e de Crédito, assim como as suscitadas na execução deste Termo;

2.2.7. Articular com outras Instituições no sentido de garantir o desenvolvimento contínuo do financiamento aos empreendedores dentro de suas demandas, sem prejuízo as normas e interesse da Instituição.

2.3. Das Obrigações do Agente de Desenvolvimento e de Crédito:

2.3.1. Divulgar as linhas de crédito da Desenvolve MT para os empreendedores locais e encaminhá-los a Associação Comercial, Câmara de Dirigente Lojista ou outro parceiro da Desenvolve MT que atue exclusivamente como Agente de Crédito;

2.3.2. Resguardar o sigilo das informações decorrentes das operações de crédito conforme Legislação e normas do Banco Central do Brasil;

2.3.3. Realizar o fluxo de operações com o cliente desde o atendimento inicial até o acompanhamento do processo após a liberação do crédito, da seguinte forma:

2.3.3.1. Consultar frequentemente o site da Desenvolve MT, para se manter informado sobre as alterações que poderão surgir na execução do atendimento ao cliente;

2.3.3.2. Visitar os proponentes do financiamento, para constatar a forma como será empregado tal financiamento, preencher a ficha de cadastro-proposta, coletar a documentação exigida dos proponentes, avalistas ou garantidores;

2.3.3.3. Apresentar as propostas à Desenvolve MT mediante formalização de processo com autuação em pasta, numeração e rubrica;

2.3.3.4. Participar das reuniões a que for convocado pela Desenvolve MT ou parceiros;

2.3.3.5. Visitar os tomadores de financiamento para acompanhamento e orientação, após a liberação do crédito;

2.3.3.6. Elaborar relatórios de visitas e encaminhar cópia à Desenvolve MT;

2.3.3.7. Auxiliar a Desenvolve MT na cobrança dos empreendedores inadimplentes;

2.3.3.8. Realizar outras tarefas, desde que lícitas e concernentes ao financiamento, quando solicitadas por representante da Desenvolve MT ou parceiros.

Cláusula Terceira – Das Obrigações das Partes

3.1. A Desenvolve MT e o Município não medirão esforços para alcançarem o sucesso objeto deste Termo, e neste mesmo ato:

3.1.1. Responsabilizam-se perante a parte adversa deste Termo na concretização das tarefas decorrentes de sua obrigação individual, disciplinada na Cláusula Segunda – Das Obrigações Individuais.

3.1.2. Assumem que será de responsabilidade comum o conteúdo das informações divulgadas para o público, devendo ater-se sempre à veracidade dos fatos e sua legalidade.

Cláusula Quarta – Da Participação nos Resultados dos Trabalhos

4.1. É proibida a divulgação, total ou parcial, sem o consentimento prévio e formal da Desenvolve MT dos resultados oriundos deste Termo, sendo atribuído ao Estado de Mato Grosso, por meio da Desenvolve MT, com destaque ao Município por sua participação, respeitando a norma esculpida no artigo 37, §1°, da Constituição Federal de 1988.

4.2. É vedada a utilização das informações e produtos mencionados no item 4.1., em qualquer outro estudo ou projeto, sem o prévio consentimento da Desenvolve MT.

Cláusula Quinta – Da Ação Promocional

5.1. Em qualquer ação promocional relacionada ao presente Termo, fica vedada aos partícipes utilizarem nos empreendimentos, nomes, símbolos ou imagens que caracterizarem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, com fulcro no artigo 37, §1°, da Carta Constitucional de 1988.

Cláusula Sexta – Da Modificação

6.1. Será facultado as Partes promoverem a alteração do presente Termo, em quaisquer de suas cláusulas e disposições, exceto quanto ao seu objeto, mediante Termo Aditivo, desde que a parte contrária seja notificada de forma escrita e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, durante o prazo de validade deste Instrumento, com fulcro no artigo 69, inciso VII, da Lei n. 13.303/2016.

Cláusula Sétima – Da Resilição Unilateral e da Rescisão

7.1. Será permitida a resilição unilateral quando uma das Partes denunciar o referido Termo, notificando a parte adversa de forma escrita e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

7.2. Ocorrerá a rescisão do presente Termo, independentemente de prévia interpelação judicial ou extrajudicial;

7.2.1. Pela superveniência de norma legal de interesse público, que disponha em sentido contrário ao objeto deste Termo;

7.2.2. Pelo descumprimento de qualquer das cláusulas ou condições.

Cláusula Oitava – Da Vigência

8.1. O presente Termo terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial, prorrogável, de comum acordo, mediante a lavratura de Termo Aditivo.

Cláusula Nona – Da Publicação

9.1. Conforme disciplinado no artigo 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993, o presente Termo será publicado no Diário Oficial na forma de extrato, sob a responsabilidade da Desenvolve MT, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura como condição indispensável de sua eficácia.

Cláusula Décima – Foro De Eleição

10.1. Com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, as Partes elegem o foro da Cidade de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, da República Federativa do Brasil, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, com fulcro no artigo 63 do Código de Processo Civil Brasileiro.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente Termo de Cooperação n. _____/CV/20_____ em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas Partes, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Cuiabá-MT, _____ de _____ de 2017.
Mário Milton V. Ferreira Mendes
Diretor Presidente **Desenvolve MT**

José Elpidio de Moraes Cavalcante

Prefeito do Município

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

LEI MUNICIPAL N° 1110 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

Autoriza o Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, a firmar convênio com Entidades Não Governamentais e sem fins lucrativos, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, MATO GROSSO, no uso de suas atribuições, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, a firmar convênio com quaisquer entidades não governamentais sem fins lucrativos, de acordo com a Portaria 747/2014, de 1o. de Dezembro de 2.014 e Alterações promovidas por meio da Portaria no. 778 de 11 de Dezembro de 2.014 e Portaria no. 500, de 24 de Setembro de 2015, todas do Ministério das Cidades. com resultado homologado pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil até 1o. de Julho de 2.017.no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades aprovado pela Resolução no. 214 do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social - CCFDS, de 15 de Novembro de 2.016, visando a construção de moradias populares, destinadas às famílias com a renda familiar de até R$1.800,00 (Um mil e oitocentos reais) mensais.

Art. 2º. O convênio, cuja minuta fará parte integrante desta Lei, tem como objeto atender as necessidades da população de baixa renda na área urbana do município, garantindo o acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade, através de unidades habitacionais.

Art. 3º. O Município poderá outorgar escritura pública às respectivas Entidades que vier a firmar o Convênio, com clausula retroativa de reversão do imóvel no prazo máximo de 180 - (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado pelo período não superior a 06 (seis) meses, mediante termo aditivo.

Art. 4º. Todos os atos normativos deverão obedecer, ainda, as disposições legais constantes da Instrução Normativa do Ministério das Cidades, sob o no. 14, de 22 de Março de 2.017.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial as contidas na Lei Municipal nº 892 de 16 de junho de 2010.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT,aos 09 dias do mês de novembro de 2017.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO A LEI MUNICIPAL N° 1110 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

MINUTA DO TERMO DE PARCERIA

"TERMO DE PARCERIA E COOPERAÇÃO TÉCNICA, CELEBRADO ENTRE **O MUNICÍPIO de Nova Olímpia-MT, e a (ENTIDADE), CNPJ: XX. XXX.XXX/XXX-XX,** PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS, ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL, COM SEDE À (ENDEREÇO), MEDIANTE AS SEGUINTES CLÁUSULAS E CONDIÇÕES".

Município Nova Olimpia-MT, inscrita no CNPJ sob o nº 03.238.920/0001-30, com sede na com sede na Av. Mato Grosso n. 175, centro, Nova Olímpia/MT, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, Sr. **JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, divorciado**, Engenheiro Agrônomo, portador da Cédula de Identidade RG n. 250.859 SSP/AL e CPF n. 099.414.364-87, residente e domiciliado na Rua Vinte e oito 295 Qda 14 Lote 01 - S, Bairro Jardim das Oliveiras, em Nova Olímpia/MT**,e, doravante denominada**, (ENTIDADE), CNPJ: XX.XXX. XXX/XXX-XX,** representada neste ato pelo seu Presidente, (NOME), Brasileiro, Casado, RG no xxxxxx SSP-XX, CPF: XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado (ENDEREÇO), Resolvem firmar a presente parceria e cooperação técnica, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO

O presente TERMO DE PARCERIA tem por objeto a construção de unidades habitacionais faixa 1, no município de Nova Olímpia-MT, de acordo com as Normas e Legislações vigentes do Programa do Governo Federal Minha Casa Minha Vida - Entidades - FDS.

CLÁUSULA SEGUNDA - ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO:

I. Apresentar Certidão de Ônus Reais do terreno onde será realizado o projeto;

II. Certidão de Inteiro Teor (terreno);

III. Certidão Vintenária (terreno);

IV. Certidão de Uso do Solo (terreno);

V. Memorial Descritivo (se houver) (terreno);

VI. Croqui de Localização do terreno;

VII. Localização por satélite da área;

VIII. Preenchimento da Ficha de Informações do Terreno

IX. Apresentação da demanda (cadastro dos beneficiários, conforme estabelece as Portarias e Resoluções Normativas do Ministério das Cidades;

X. Apresentar Plano Planialtimétrico da área;

XI. Indicar as rotas de acesso ao empreendimento;

XII. Declaração de atendimento ao transporte público e coleta de lixo no empreendimento;

XIII. Execução de infraestrutura no interior do empreendimento conforme normas estabelecidas pelo Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e o Código de Obras municipal;

XIV. Indicar os pontos de conexão da rede de drenagem e esgoto (se houver);

XV. Fazer o pedido das autorizações junto as Concessionárias e a Licença Ambiental junto do Governo do Estado de Mato Grosso;

XVI. Plano Diretor do município;

XVII. Código de Obras;

XVIII. Promover a doação do terreno onde será realizado o projeto;

XIX. Prestar o apoio necessário à consecução do objetivo delineado neste instrumento, observando todas as normas e princípios inerente ao exercício da função administrativa, em especial os preceitos basilares da legalidade, moralidade, igualdade e livre iniciativa;

XX. Viabilizar por meio de reuniões, visitas e atividades sócias educativas a socialização de informações a respeito da construção das moradias; Prestar auxílio jurídico ao pleno desenvolvimento das ações necessárias à consecução dos objetivos.

XXI. Conceder aos imóveis construídos, desoneração e/ou isenção do recolhimento dos seguintes tributos municipais: ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, quando da transferência da propriedade do imóvel do Município para o Donatário, na efetivação da doação; e Quando da transferência da propriedade das unidades habitacionais produzidas aos beneficiários pelo donatário, efetivada pela Caixa Econômica Federal. IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, apenas enquanto permanecer sob a propriedade do Donatário.

XXII. Conceder a Associação quando da construção das unidades habitacionais de que trata esta PARCERIA e objeto da doação através da Lei Municipal a desoneração de todos os impostos e taxas municipais, destacando-se o ISSQN sobre a obra.

Promover a inclusão dos residentes no município nos programas habitacionais de interesse social, com vista a garantir o direito fundamental à moradia.

Juntamente com a Entidade, cadastrar os interessados em participar dos programas habitacionais de interesse social do município**;**

Contribuir com a Entidade, em todas as etapas dos programas habitacionais implantados com recursos oriundos do Programa Minha Casa Minha Vida-PMCMV - ENTIDADES - FDS, nos assuntos que depender de auxílio do município;

CLÁUSULA TERCEIRA - ATRIBUIÇÕES DA ENTIDADE:

I. Projeto técnico de engenharia - implantação e urbanismo do empreendimento, segundo as Instruções Normativas, Portarias do Ministério das Cidades e especificações técnicas da Caixa Econômica Federal, conforme Código de Práticas dessa instituição financeira;

II. Projeto completo da unidade habitacional, inclusive das unidades para portadores de necessidades especiais - PNE;

III. Elaboração, Aprovação e Acompanhamento do Projeto de Trabalho Técnico Social junto aos beneficiários;

IV. Assessoria junto ao órgão responsável pelo Meio Ambiente no Estado de Mato Grosso;

V. Assessoria e acompanhamento dos projetos junto aos órgãos municipais, Cartórios, Caixa Econônica Federal e Ministério das Cidades até a sua efetiva aprovação e contratação;

Promover a construção de unidades habitacionais, especificamente as disponibilizadas por intermédio da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, por intermédio Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCO DO BRASIL ou qualquer instituição financeira pública ou privada que disponha verba destinada para habitação de interesse social, nos termos da lei 11.977, de 07 de julho de 2009.

Prestar o apoio necessário à consecução do objetivo delineado neste instrumento, observando todas as normas e princípios inerentes ao exercício da função administrativa, em especial os preceitos basilares da legalidade, moralidade, igualdade e livre iniciativa;

Viabilizar por meio de reuniões, visitas e atividades sócio educativas a socialização de informações a respeito da construção das moradias;

Prestar auxílio jurídico ao pleno desenvolvimento das ações necessárias à consecução dos objetivos.

Promover as tratativas necessárias com vista à liberação dos recursos oriundos do Programa Minha Casa Minha Vida-PMCMV para a construção de unidades habitacionais;

Promover a filiação de todos os interessados/cadastrados em particular dos programas habitacionais de interesse social às entidades vinculadas, de forma a atender as disposições específicas do Programa Minha Casa Minha Vida e a qualquer Programa Habitacional de interesse social;

Promover a interface necessária à construção das unidades habitacionais, ultimando as medidas pertinentes a formalização dos atos específicos a sua implantação; e prestar todo o apoio necessário a consecução do objetivo delineado neste instrumento, observando seu estatuto social e demais normativos atinentes às ações e objetivos, orientando o município naquilo que for formalmente requerido e de sua competência.

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

Será designado 01 representante por parte Município e 01 representante por parte da Entidade (nome da entidade e CNPJ) para acompanhar e fiscalizar todos os atos pertinentes a PARCERIA.

CLÁUSULA QUINTA-VIGÊNCIA

A presente parceria terá vigência de 02(dois) anos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, aditado ou rescindido por mútuo acordo, bastando que a parte interessada se manifeste por escrito, com antecedência de 30(trinta) dias.

Qualquer dos partícipes poderá denunciar e retirar sua cooperação decorrente da presente parceria, quando a sua execução não obedecer fielmente ao que nele ficou avençado.

Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, o denunciante somente ficará responsável pelas obrigações e auferirá as vantagens pelo tempo em que comprovadamente participou da presente parceria, ouvindo o seu executor.

Nova Olímpia - MT, de de 2017.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA-MT

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

_____

ENTIDADE XXX

CNPJ:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 047/2017

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/0001-18.

PARTE CONTRATADA **MERCADO TRÊS IRMÃOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 12.729.350/0001-72**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PANIFICAÇÃO, MATERIAIS DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS PARA COZINHA.**

DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência a partir do dia 09 de novembro de 2017 até 31 de janeiro 2018

DO VALOR: **R$9.000,93**

RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: TEREZINHA GUEDES CARRARA - Prefeita Municipal de Nova Santa Helena

RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA: EDUARDO DIAS DE CARVALHO

PORTARIA 251/2017

"Dispõe sobre a nomeação da Comissão de Avaliação para Termos de Parceria nº. 001/2017 para o exercício de 2017".

A Exma. Sra Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, Srª. Terezinha Guedes Carrara, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia os membros para comporem a Comissão de Avaliação para Termos de Parceria nº. 001/2017, firmado entre o Município de Nova Santa Helena e a OSCIP - Organização da Sociedade Civil Instituto Tupã, inscrita no CNPJ nº. 21.103.363/0001-77, conforme previsto na cláusula terceira, II, e das responsabilidade e obrigações para o exercício de 2017, deste Município:

a) Luiz Fernandes Pereira da Silva - Secretário Municipal de Saúde - Matricula 901 - Presidente

b) Nadia Cristhina Junqueira Schroeder da Cunha - Chefe Dpto de Serviços de Saúde - Matricula 972 - Secretária

c) Marco Antonio Zaneti - Secretário Municipal de Administração - Matrícula 914 – Membro

d) Lucas Stuani - Membro

Art. 2° - As funções desempenhadas pelos integrantes da Comissão de Avaliação para Termos de Parceria não serão remuneradas, sendo consideradas como serviço relevante prestado ao Município.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 14 de novembro de 2017.

Terezinha Guedes Carrara

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 14/11/2017 à 14/12/2017.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 048/2017

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/0001-18.

PARTE CONTRATADA **MERCADO TRÊS IRMÃOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 12.729.350/0001-72**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PANIFICAÇÃO, MATERIAIS DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS PARA COZINHA.**

DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência a partir do dia 09 de novembro de 2017 até 31 de janeiro 2018

DO VALOR: **R$ 4.860,31**

RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: TEREZINHA GUEDES CARRARA - Prefeita Municipal de Nova Santa Helena

RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA: EDUARDO DIAS DE CARVALHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 050/2017

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/0001-18.

PARTE CONTRATADA **MERCADO TRÊS IRMÃOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 12.729.350/0001-72**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PANIFICAÇÃO, MATERIAIS DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS PARA COZINHA.**

DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência a partir do dia 09 de novembro de 2017 até 31 de janeiro 2018

DO VALOR: **R$ 3.297,06**

RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: TEREZINHA GUEDES CARRARA - Prefeita Municipal de Nova Santa Helena

RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA: EDUARDO DIAS DE CARVALHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 049/2017

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/0001-18.

PARTE CONTRATADA **MERCADO TRÊS IRMÃOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 12.729.350/0001-72**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PANIFICAÇÃO, MATERIAIS DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS PARA COZINHA.**

DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência a partir do dia 09 de novembro de 2017 até 31 de janeiro 2018

DO VALOR: **R$ 2.086,98**

RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: TEREZINHA GUEDES CARRARA - Prefeita Municipal de Nova Santa Helena

RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA: EDUARDO DIAS DE CARVALHO.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 046/2017

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/0001-18.

PARTE CONTRATADA **MERCADO TRÊS IRMÃOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 12.729.350/0001-72**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PANIFICAÇÃO, MATERIAIS DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS PARA COZINHA.**

DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência a partir do dia 09 de novembro de 2017 até 31 de janeiro 2018

DO VALOR: **R$ 49.899,16**

RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: TEREZINHA GUEDES CARRARA - Prefeita Municipal de Nova Santa Helena

RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA: EDUARDO DIAS DE CARVALHO.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº. 003/2017

PROCESSO Nº. **058/2017/CPL/TP**

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT COMUNICA através deste, conforme Edital 058/2017, referente à Tomada de Preço acima citada, cuja abertura deu-se em 14 de Novembro de 2017, onde consagrou-se vencedor do item licitado a Empresa **LFM ENGENHARIA E CONSTRUTORA EIRELI EPP**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA FARMÁCIA MUNICIPAL, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA – MINISTÉRIO DA SAÚDE, CONFORME PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E MEMORIAL DESCRITIVO**,

Nova Santa Helena/MT, 14 de Novembro de 2017.

ZENILDA ALVES DA SILVA

Presidente

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO

MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL Nº. 034/2017

PROCESSO Nº. **059/2017/CPL/PP**

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de NOVA SANTA HELENA - MT COMUNICA através deste, conforme Edital Pregão Presencial acima citada, cuja abertura deu-se em 14 de Novembro de 2017, onde se consagrou vencedor nos itens a Empresa***DIOGENES P. BATTISTI E CIA LTDA EPP***

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE MADEIRA PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT.

NOVA SANTA HELENA/MT, 14 de Novembro de 2017.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO

MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL Nº. 035/2017

PROCESSO Nº. **060/2017/CPL/PP**

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de NOVA SANTA HELENA - MT COMUNICA através deste, conforme Edital Pregão Presencial acima citada, cuja abertura deu-se em 14 de Novembro de 2017, onde se consagrou vencedor nos itens a Empresa***MARCO ANTONIO CARRARA 41133226191***

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MARMITEX E REFEIÇÃO (SELF SERVICE), COM OBJETIVO DE ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES E SECRETARIAS.

NOVA SANTA HELENA/MT, 14 de Novembro de 2017.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 051/2017

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/0001-18.

PARTE CONTRATADA **MERCADO TRÊS IRMÃOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 12.729.350/0001-72**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PANIFICAÇÃO, MATERIAIS DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS PARA COZINHA.**

DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência a partir do dia 09 de novembro de 2017 até 31 de janeiro 2018

DO VALOR: **R$ 2.130,22**

RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: TEREZINHA GUEDES CARRARA - Prefeita Municipal de Nova Santa Helena

RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA: EDUARDO DIAS DE CARVALHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL Nº 001/2017 DE ELEIÇÃO DE DIREÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ESTADO DE MATO GROSSO

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL Nº 001/2017 DE ELEIÇÃO DE DIREÇÃO

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO DE CANDIDATOS A DIREÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO PARA O BIÊNIO 2017/2019.

O Excelentíssimo Prefeito do Município de Nova Ubiratã - MT, Sr. **Valdenir José Dos Santos**, através da Comissão de Eleição nomeada pela Portaria nº. 423/2017, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Lei nº. 774/17 e Lei Complementar nº. 086/16, **Torna Público** o **Resultado Final das Eleições** ao Cargo de Diretor de Escola Municipal para o biênio 2017-2019.

CANDIDATOS ELEITOS E NÃO ELEITOS

	Escolas/CEMEI Candidato (a)	Resultado da Votação	Eleito (a) Não Eleito (a)
01	Escola Municipal Tancredo Neves Sede do Município - Centro ***Leandro Alves Pereira dos Santos***	Votos Sim: 353 Votos Não: 47	**Eleito**
02	Escola Municipal Água Limpa Distrito Parque Água Limpa ***Diomar Albertini da Silva***	Votos Sim: 100 Votos Não: 43	**Eleita**
03	Centro M. de Educação Infantil Pequeno Anjo Sede do Município – Bairro Jardim Vitória ***Lurdes de Oliveira Brito***	Votos Sim: 64 Votos Não: 10	**Eleita**
04	Centro M. de Educação Infantil Dois Pinheiro Sede do Município - Centro ***Rachel Aparecida Julia Ana Alves***	Votos Sim: 48 Votos Não: 09	**Eleita**
05	Escola Municipal Entre Rios Distrito de Entre Rios ***Eliane da Conceição de Oliveira***	Votos Sim: 45 Votos Não: 55	**Não Eleita**

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, em 14 de Novembro de 2017.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 0429/2017

PORTARIA Nº. 0429/2017

Data: 01 DE Novembro DE 2017

SÚMULA: DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORES, NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DO TESTE SELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o inciso IX, art. 37 da Constituição Federal, a Lei Federal 9.601/98, Lei Complementar nº. 018/2008 e Lei Complementar nº. 061/2013 que autorizam a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO que em face da demanda do ano letivo de 2018, ocorre à necessidade de novos cargos de professores a serem preenchidos para desempenhar relacionadas;

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento de cargos temporários para diversas vagas em face de que não foram devidamente preenchidos após o concurso realizado em 2015;

CONSIDERANDO a demanda de diversas secretarias para contratação de pessoal;

CONSIDERANDO a necessidade de se implantar a referida seleção, primando pelos princípios da administração pública da publicidade, transparência e a formalidade que a seleção impõe.

R E S O L V E:

Art. 1º – Fica determinada a abertura do Processo Seletivo Simplificado 002/2017, para a contratação temporária de cargos diversos, vinculados a secretaria municipal de educação, saúde, ação social, obras e administração, para suprir a demanda existente nas respectivas secretarias e dar continuidade a atividade estatal no exercício de 2018.

Art. 2º – Fica nomeada a Comissão Municipal de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo, para coordenar as atividades de preparar, executar e julgar o Processo Seletivo Simplificado 002/2017.

Art. 3º - A referida comissão será composta dos seguintes membros:

VANÚBIA GALVÃO DA SILVA – Presidente

AUREA DA SILVA DE MATTOS – Membro

FERNANDA FABRIS– Membro

ROSELI MORAIS DE OLIVEIRA PAVAN – Membro

SANDRA MARA PSZDZIMIRSKI - Membro

Art. 4° **–** As dúvidas suscitadas serão deliberadas pela Comissão Municipal de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo, que terão competência para decidir sobre os quesitos a serem avaliados, observando os critérios definidos no Edital.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 01 de Novembro de 2017.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

COMUNICADO - NÃO COMPARECIMENTO PARA POSSE

COMUNICADO

O Município de Nova Xavantina-MT, através da Divisão de Gestão de Pessoas torna público que a Senhora **JESSICA CRISTINA OLIVEIRA BORGES**, nomeada através da Portaria de nº. 8.552 de 04 de outubro de 2017, publicada em 10 de outubro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios - AMM, edição de nº. 2.832 e no Mural Público na Sede da Prefeitura Municipal, para exercer o cargo de Técnica de Enfermagem, **não compareceu para providências de posse dentro do prazo legal.**

De acordo com o Artigo 18 § 5º da Lei Municipal nº 1.752/2013, bem como, o item nº. 13.2, 13.3 e 13.4 do Edital do Concurso Público nº 01/2015, não comparecer para providências de posse dentro do prazo legal **torna-se sem efeito a respectiva nomeação.**

Nova xavantina, MT, 14 de novembro de 2017.

Wania Maria Gonçalves

Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

PREFEITURA/LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2017

PREGÃO: N.º 010/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: N.º 014/2017.

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

Pelo presente instrumento, **A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o n. 03.238.888/0001-93, com sede administrativa na Rua Augusto de Souza, 171, Centro, na cidade de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado,empresário, residente e domiciliado neste Município, portador da Carteira de Identidade/RG n.° 0625916-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.° 503.521.641-15, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **PODIUM COMERCIO E ATACADISTA DE AUTO PEÇAS LTDA**, inscrita no **CNPJ: 19.822.233/0001-06**, localizada na Av. Fernando Correia da Costa, nº 542, sala 17, Ed. Vitória Regia, bairro: Poção, CEP: 78015-600, no município de Cuiabá, representada pela **Sra. FERNANDA NUNES ROCCO**, portadora do **RG: 10381503 SESP/MT** e **CPF: 213.059. 898-64**, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por LOTE, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de peças e acessórios da linha mecânica e elétrica, genuínos e/ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, conforme especificado no anexo I – Termo de Referencia deste edital.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2 - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Administração, através de fiscal de contrato, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações, nas questões legais.

4 – DO LOTE

4.1 Os lotes, as especificações, unidades, marcas, fornecedores, e os descontos unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

LOTE 05	**Peças/acessórios genuínas e/ou originais de 1º linha**
MARCA	**MITSUBISHI**
CATEGORIA	**Camionete**
LINHA	**Mecânica e acessórios;**
Percentual de desconto: 20,00 (%) (vinte por cento)	

LOTE 06	**Peças/acessórios genuínas e/ou originais de 1º linha**
MARCA	**MITSUBISHI**
CATEGORIA	**Camionete**
LINHA	**Elétrica;**
Percentual de desconto: 30,0 (%) (trinta por cento)	

4.2. Os descontos acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. As quantidades descritas acima são meramente estimativas, podendo variar durante a vigência da ata de registro de preços, não cabendo a licitante vencedora do certame quaisquer direitos, caso não seja atingida a quantidade total durante o prazo da vigência da ata de registro de preços;

5.2. As solicitações de compra serão de forma fracionada, podendo essas solicitações serem diárias, semanais, quinzenais ou mensais de acordo com as necessidades da contratante.

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Como condições de operação imediata e tendo em vista a celeridade nas aquisições do objeto deste Edital, a empresa vencedora deverá dispor no momento da assinatura da Ata de Registro de Preço, de estrutura operacional, logística e de pessoal qualificado para o fornecimento das peças ora requisitadas, uma vez que os veículos a serem atendidos são de uso ininterrupto em diversas atividades administrativas, sendo em muitos casos, ligados a serviços essenciais como saúde, educação e obras.

6.2. O município utilizara pesquisa de mercado através do Sistema Eletrônico TRAZ VALOR ou outros meios idôneos para realização da verificação do preço de mercado, no momento que necessitar adquirir os bens e, sobre o valor aferido deverá ser aplicado o desconto ofertado pelo licitante vencedor.

6.3. O Município poderá optar por contratar outro sistema eletrônico de pesquisa de mercado, ou o próprio Município fará cotações em três empresas do ramo pertinente, para se conseguir a média ponderada e aplicar o desconto ofertado pela empresa vencedora na hora da compra.

6.4. Na nota fiscal a ser emitida deverá constar o valor das peças/acessórios (registrada na pesquisa de mercado), o percentual de desconto registrado no processo licitatório, o valor do desconto por peças/acessórios e o valor final individualizado para cada peça/acessório.

6.5. Para efeito do fornecimento de peças e acessórios será realizado desconto linear sobre o valor das peças, independente da categoria ou marca dos veículos, sendo estas obrigatoriamente **genuínas ou originais de primeira linha**.

6.5.1. Entende-se por **peça genuína** o produto utilizado com homologação da montadora para a linha de montagem, ou seja, com a chancela estampada no produto e na embalagem da montadora, determinando que este produto tenha sido aprovado pelo controle de qualidade e seja inteiramente novo sem que tenha passado por qualquer processo de reciclagem, recondicionamento ou remanufatura;

6.5.2. Entende-se por **peças originais de primeira linha**, para fins do objeto deste edital, todos os componentes fabricados por fornecedores que abastecem as montadoras e também distribuídas diretamente no mercado varejista (autopeças), sendo assim fica determinado que este produto seja inteiramente novo sem que tenha passado por qualquer processo de reciclagem, por recondicionamento ou remanufatura.

6.6. O Município de Novo Horizonte do Norte fará a solicitação das peças e acessórios genuínos e/ou originais de primeira linha, conforme a sua necessidade de manutenção da frota.

6.7. Em nenhuma hipótese será solicitada ou aceita peça que não seja classificada como genuínas ou originais de primeira linha, havendo imediata devolução e solicitação de substituição caso não seja cumprida tal exigência.

6.8. As despesas com devoluções, substituições, trocas correrão a expensa da empresa obrigado ao fornecimento dos termos deste edital.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Assinar a Ata com o órgão no prazo de **05 (cinco) dias corridos**, a contar da data do recebimento da convocação;

7.2. Após a homologação da licitação, **retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias**, contados do recebimento da convocação formal;

7.3. Realizar a entrega dos produtos nas quantidades, prazos e condições estabelecidas no anexo I – Termo de Referencia do edital;

7.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, após notificação formal, das peças em desacordo com as especificações deste Edital, seus anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade;

7.5. Atender, para o devido recebimento, ao que determina o Decreto 4. 752, de 06 de agosto de 2002, no tocante a emissão da Nota Fiscal/Fatura;

7.6. Se a licitante vencedora não cumprir o prazo do item **7.1.** ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades constantes da Seção **12** e anexo I – Termo de Referencia do Edital.

7.7. Se a licitante vencedora, injustificadamente, não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes da Seção **12** e anexo I – Termo de Referencia do Edital.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. À Contratante se reserva o direito de não mais adquirir os produtos da Contratada caso esta não cumpra o estabelecido na presente Ata de registro de preços, cabendo ao infrator as penalidades previstas no edital, na Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93;

8.2. Manter o efetivo controle do fornecimento de requisições, não se responsabilizando pelo pagamento dos produtos entregues sem a correspondente requisição;

8.3. Efetuar os pagamentos de acordo com a Cláusula nona;

8.4. Fiscalizar a utilização e a qualidade dos produtos entregues;

8.5. Denunciar as infrações e aplicar as penalidades cabíveis nos termos da clausula 13º (décima terceira) desta ata, da Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8. 666/93.

8.6. A Contratante fica obrigada a fiscalizar e controlar a entrega dos produtos e emitir requisição sempre que necessitar dos referidos produtos.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado conforme Ata de Registro de Preços, devendo ainda atender aos termos do **art. 60 da Lei federal n.º 4.320, de 17/03/1964,** após entrega dos produtos em até 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da Nota Fiscal, mediante apresentação da Nota Fiscal, atestada pelo servidor responsável da Prefeitura, devidamente acompanhada dos documentos estabelecidos na Legislação Vigente ou o que venha a substituí-los, através de boleto ou transferência bancaria em conta jurídica da empresa contratada.

10. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/signatário não cumprir com as obrigações constantes no Edital e desta Ata;

b) quando o fornecedor/signatário der causa a rescisão administrativa na Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor/signatário será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento dos Itens.

11.6. Caso a Administração não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, pode suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: **custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos.**

12.2. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexeqüível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse, ou qualquer título, devendo os serviços serem fornecidos sem ônus adicionais.

13. DAS PENALIDADES

(Art. 86 e 87 Lei 8.666/93 e Art. 7 da Lei 10.520/02)

13.1. Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato: 01 (um) ano de suspensão impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.

13.2. Adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame:

13.2.1. Deixar de executar totalmente o contrato ou apresentar documentação falsa: **Suspensão de 02 (dois) anos impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios**;

13.2.2. Deixar de executar parcialmente o contrato: **Suspensão por 18 (dezoito) meses e multa de 20% do valor dos serviços a serem prestados.**

13.3. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto: **Multa com mora de 2% (dois) ao dia até limite de 10% (dez).**

13.4. Não mantiver a proposta: **Suspensão de 01 (um) ano impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.**

13.5. Falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal: **Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada conforme Inciso III do Art. 87 da Lei 8.666/93.**

13.6. Será concedido o direito de ampla defesa a empresa que cometer as penalidades acima relacionadas.

14. DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais comunicações aplicáveis.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta da dotação orçamentária previstas nos órgãos/entidades que aderiram aos registros de preços.

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo.
Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
Secretaria Municipal de Infraestrutura;
Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Industria e Comercio;
Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania;
Secretaria Municipal de Saúde;
Gabinete do Prefeito.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) vincula-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial n.º 010/2017, seus anexos e as propostas das classificadas.

c) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

17 -DOFORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Novo Horizonte do Norte/MT, 14 de setembro de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

Contratante

PODIUM COMERCIO E ATACADISTA DE AUTO PEÇAS LTDA – ME

CNPJ: 19.822.233/0001-06

Fornecedor/Signatário

Fiscal de Contratos

GESIANE MARIA DOS SANTOS **Fiscal de Contrato** **Sec. Mun. Assistência Social**	**SELMA DE ARAÚJO AMORIM** **Fiscal de Contrato** **Sec. Mun. de Educação**
PEDRO PAULO PAULINO **Fiscal de Contrato** **Sec. Mun. de Administração**	**ELIZANDRA APARECIDA BRITO** **Fiscal de Contrato** **Sec. Mun. de Saúde**

Bruno Ricardo Barela Iori

Assessor Jurídico

OAB/MT n.º 18.438

PREFEITURA/LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017

PREGÃO: N.º 010/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: N.º 014/2017.

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

Pelo presente instrumento, **A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o n. 03.238.888/0001-93, com sede administrativa na Rua Augusto de Souza, 171, Centro, na cidade de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado,empresário, residente e domiciliado neste Município, portador da Carteira de Identidade/RG n.° 0625916-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.° 503.521.641-15, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **BIELMAQ COMERCIO DE PEÇAS PARA MAQUINAS LTDA EPP**, inscrita no **CNPJ: 17.274.687/0001-56**, localizada na Av. Ulisses Pompeu de Campos, nº 2880, Centro, CEP: 78110-600, no município de Várzea Grande, representada pela **Sra. PATRICIA MEDEIROS DA SILVA NEVES**, portadora do **RG: 1707769-9 SSP/MT** e **CPF: 011.354.291-70**, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por LOTE, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às

normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de peças e acessórios da linha mecânica e elétrica, genuínos e/ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, conforme especificado no anexo I – Termo de Referencia deste edital.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2 - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Administração, através de fiscal de contrato, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações, nas questões legais.

4 – DO LOTE

4.1 Os lotes, as especificações, unidades, marcas, fornecedores, e os descontos unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

LOTE 25	**Peças/acessórios genuínas e/ou originais de 1º linha**
MARCA	**KOMATSU**
CATEGORIA	**Maquinas pesadas**
LINHA	**Mecânica e acessórios;**
Percentual de desconto: 50,00 (%) (cinquenta por cento)	

LOTE 27	**Peças/acessórios genuínas e/ou originais de 1º linha**
MARCA	**RANDON**
CATEGORIA	**Maquinas pesadas**
LINHA	**Mecânica e acessórios;**
Percentual de desconto: 42,00 (%) (quarenta e dois por cento)	

LOTE 29	**Peças/acessórios genuínas e/ou originais de 1º linha**
MARCA	**CATERPILLAR**
CATEGORIA	**Maquinas pesadas**
LINHA	**Mecânica e acessórios;**
Percentual de desconto: 50,00 (%) (cinqüenta por cento)	

4.2. Os descontos acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. As quantidades descritas acima são meramente estimativas, podendo variar durante a vigência da ata de registro de preços, não cabendo a licitante vencedora do certame quaisquer direitos, caso não seja atingida a quantidade total durante o prazo da vigência da ata de registro de preços;

5.2. As solicitações de compra serão de forma fracionada, podendo essas solicitações serem diárias, semanais, quinzenais ou mensais de acordo com as necessidades da contratante.

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Como condições de operação imediata e tendo em vista a celeridade nas aquisições do objeto deste Edital, a empresa vencedora deverá dispor no momento da assinatura da Ata de Registro de Preço, de estrutura operacional, logística e de pessoal qualificado para o fornecimento das peças ora requisitadas, uma vez que os veículos a serem atendidos são de uso ininterrupto em diversas atividades administrativas, sendo em muitos casos, ligados a serviços essenciais como saúde, educação e obras.

6.2. O município utilizara pesquisa de mercado através do Sistema Eletrônico TRAZ VALOR ou outros meios idôneos para realização da verificação do preço de mercado, no momento que necessitar adquirir os bens e, sobre o valor aferido deverá ser aplicado o desconto ofertado pelo licitante vencedor.

6.3. O Município poderá optar por contratar outro sistema eletrônico de pesquisa de mercado, ou o próprio Município fará cotações em três empresas do ramo pertinente, para se conseguir a média ponderada e aplicar o desconto ofertado pela empresa vencedora na hora da compra.

6.4. Na nota fiscal a ser emitida deverá constar o valor das peças/acessórios (registrada na pesquisa de mercado), o percentual de desconto registrado no processo licitatório, o valor do desconto por peças/acessórios e o valor final individualizado para cada peça/acessório.

6.5. Para efeito do fornecimento de peças e acessórios será realizado desconto linear sobre o valor das peças, independente da categoria ou marca dos veículos, sendo estas obrigatoriamente **genuínas ou originais de primeira linha**.

6.5.1. Entende-se por **peça genuína** o produto utilizado com homologação da montadora para a linha de montagem, ou seja, com a chancela estampada no produto e na embalagem da montadora, determinando que este produto tenha sido aprovado pelo controle de qualidade e seja inteiramente novo sem que tenha passado por qualquer processo de reciclagem, recondicionamento ou remanufatura;

6.5.2. Entende-se por **peças originais de primeira linha**, para fins do objeto deste edital, todos os componentes fabricados por fornecedores que abastecem as montadoras e também distribuídas diretamente no mercado varejista (autopeças), sendo assim fica determinado que este produto seja inteiramente novo sem que tenha passado por qualquer processo de reciclagem, por recondicionamento ou remanufatura.

6.6. O Município de Novo Horizonte do Norte fará a solicitação das peças e acessórios genuínos e/ou originais de primeira linha, conforme a sua necessidade de manutenção da frota.

6.7. Em nenhuma hipótese será solicitada ou aceita peça que não seja classificada como genuínas ou originais de primeira linha, havendo imediata devolução e solicitação de substituição caso não seja cumprida tal exigência.

6.8. As despesas com devoluções, substituições, trocas correrão a expensa da empresa obrigado ao fornecimento dos termos deste edital.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Assinar a Ata com o órgão no prazo de **05 (cinco) dias corridos**, a contar da data do recebimento da convocação;

7.2. Após a homologação da licitação, **retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias**, contados do recebimento da convocação formal;

7.3. Realizar a entrega dos produtos nas quantidades, prazos e condições estabelecidas no anexo I – Termo de Referencia do edital;

7.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, após notificação formal, das peças em desacordo com as especificações deste Edital, seus anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade;

7.5. Atender, para o devido recebimento, ao que determina o Decreto 4. 752, de 06 de agosto de 2002, no tocante a emissão da Nota Fiscal/Fatura;

7.6. Se a licitante vencedora não cumprir o prazo do item **7.1.** ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades constantes da Seção **12** e anexo I – Termo de Referencia do Edital.

7.7. Se a licitante vencedora, injustificadamente, não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes da Seção **12** e anexo I – Termo de Referencia do Edital.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. À Contratante se reserva o direito de não mais adquirir os produtos da Contratada caso esta não cumpra o estabelecido na presente Ata de registro de preços, cabendo ao infrator as penalidades previstas no edital, na Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93;

8.2. Manter o efetivo controle do fornecimento de requisições, não se responsabilizando pelo pagamento dos produtos entregues sem a correspondente requisição;

8.3. Efetuar os pagamentos de acordo com a Cláusula nona;

8.4. Fiscalizar a utilização e a qualidade dos produtos entregues;

8.5. Denunciar as infrações e aplicar as penalidades cabíveis nos termos da clausula 13º (décima terceira) desta ata, da Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8. 666/93.

8.6. A Contratante fica obrigada a fiscalizar e controlar a entrega dos produtos e emitir requisição sempre que necessitar dos referidos produtos.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado conforme Ata de Registro de Preços, devendo ainda atender aos termos do **art. 60 da Lei federal n.º 4.320, de 17/03/1964,** após entrega dos produtos em até 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da Nota Fiscal, mediante apresentação da Nota Fiscal, atestada pelo servidor responsável da Prefeitura, devidamente acompanhada dos documentos estabelecidos na Legislação Vigente ou o que venha a substituí-los, através de boleto ou transferência bancaria em conta jurídica da empresa contratada.

10. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/signatário não cumprir com as obrigações constantes no Edital e desta Ata;

b) quando o fornecedor/signatário der causa a rescisão administrativa na Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor/signatário será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento dos Itens.

11.6. Caso a Administração não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, pode suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: **custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos.**

12.2. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexeqüível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse, ou qualquer título, devendo os serviços serem fornecidos sem ônus adicionais.

13. DAS PENALIDADES

(Art. 86 e 87 Lei 8.666/93 e Art. 7 da Lei 10.520/02)

13.1. Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato: 01 (um) ano de suspensão impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.

13.2. Adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame:

13.2.1. Deixar de executar totalmente o contrato ou apresentar documentação falsa: **Suspensão de 02 (dois) anos impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios**;

13.2.2. Deixar de executar parcialmente o contrato: **Suspensão por 18 (dezoito) meses e multa de 20% do valor dos serviços a serem prestados.**

13.3. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto: **Multa com mora de 2% (dois) ao dia até limite de 10% (dez).**

13.4. Não mantiver a proposta: **Suspensão de 01 (um) ano impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.**

13.5. Falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal: **Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos**

prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada conforme Inciso III do Art. 87 da Lei 8.666/93.

13.6. Será concedido o direito de ampla defesa a empresa que cometer as penalidades acima relacionadas.

14. DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais comunicações aplicáveis.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta da dotação orçamentária previstas nos órgãos/entidades que aderiram aos registros de preços.

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo.
Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
Secretaria Municipal de Infraestrutura;
Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Industria e Comercio;
Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania;
Secretaria Municipal de Saúde;
Gabinete do Prefeito.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) vincula-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial n.º 010/2017, seus anexos e as propostas das classificadas.

c) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

17 -DOFORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Novo Horizonte do Norte/MT, 14 de setembro de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

Contratante

BIELMAQ COMERCIO DE PEÇAS PARA MAQUINAS LTDA EPP

CNPJ: 17.274.687/0001-56

Fornecedor/Signatário

Fiscal de Contratos

GESIANE MARIA DOS SANTOS **Fiscal de Contrato** **Sec. Mun. Assistência Social**	**SELMA DE ARAÚJO AMORIM** **Fiscal de Contrato** **Sec. Mun. de Educação**
PEDRO PAULO PAULINO **Fiscal de Contrato** **Sec. Mun. de Administração**	**ELIZANDRA APARECIDA BRITO** **Fiscal de Contrato** **Sec. Mun. de Saúde**

Bruno Ricardo Barela Iori

Assessor Jurídico

OAB/MT n.º 18.438

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DISTRATO Nº. 002/2017 DO CONTRATO Nº 025/2017

Pelo presente instrumento particular de Distrato, a Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo **Sr. SILVANO PEREIRA NEVES**, Exmo. Prefeito Municipal, e do outro lado o Sr. **LUCIANO PINHEIRO GODINHO,** brasileiro, maior, portador do RG. 1429780-9 SSP/MT, e do CPF n º: 952.482.181-87, Contratado na função de **VIGILANTE,** residente e domiciliado no Município de Novo Horizonte do Norte/MT.

Resolve: de acordo com a Cláusula Sétima do Contrato de prestação de Serviço nº. 025/2017, datado de 24/04/2017, torna-se rescindido a pedido do contratado a partir desta data**: 14/11/2017.**

Assim, dão as partes recíprocas e geral quitação, não restando motivo algum para que se exijam quaisquer vantagens decorrentes do contrato que se rescinde.

E, para firmeza do presente instrumento de Distrato, foi este redigido em duas vias, de igual teor e forma, as quais vão devidamente assinadas.

Novo Horizonte do Norte/MT, 14 de novembro de 2017.

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

Luciano Pinheiro Godinho

Contratado

Bruno Ricardo Barela Iori

Assessor Jurídico

CÂMARA MUNICIPAL - EDITAL N.º 008/2017

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N.º 008/2.017

O Presidente da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. ***GILDO ULIANA****, torna público que estão à disposição no mural da Câmara Municipal, a quem possa interessar,* ***BALANCETE DE VERIFICAÇÃO DO MÊS DE OUTUBRO DE 2017,*** *em conformidade com o art. 52 da LRF.*

Novo Horizonte do Norte, Em 13 de Novembro de 2.017.

Gildo Uliana

Presidente

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 298/2017

"Dispõe sobre a retificação da Portaria n. 131/2014 que versa sobre a concessão do benefício de Pensão por morte em favor da ***Sra****.* ***Ereny Teixeira Prata Ferreira****, e o filho menor* ***Genilson José Ferreira,*** *em decorrência do falecimento do* ***Sr. Francisco José Sebastião Ferreira****."*

O Secretário Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, combinado com a Lei Municipal 429/98 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Novo Horizonte do Norte, c/c com Art. 28, inciso II, art.7º, inciso I, 30, inciso I e 28, §1º da Lei Municipal n.º 1009, de 15 de outubro de 2013, que rege a previdência municipal, e Anexo III, Lei Complementar nº 1040 de 14 de março de 2014;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **Pensão Por Morte**, em decorrência do falecimento do servidor ativo **Sr**. **Francisco José Sebastião Ferreira**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n.º 496984 - SSP/MT, e do CPF sob n.º 352.836.701-63, efetivo no cargo de Serviços Gerais, Nível

"I", Classe "A", lotado na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, matriculado sob o n.º 841, o equivalente a 50% em favor da **Sra**. ***Ereny Teixeira Prata Ferreira***, viúva, portadora do RG n.º 572052 – SSP/MT e do CPF sob o n.º 411.361.011-87, residente e domiciliada neste município, cônjuge do *"de cujus",* o equivalente a 50% em favor do filho menor **Genilson José Ferreira,** portador do CPF n.º 068.473.201-76, nascido em 14/03/2003, hoje com 11 (onze) anos de idade, conforme processo administrativo do **FUMPS,** n.º **2014.07.00008P**, a partir de **17/04/2014,** data de falecimento do segurado, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **17 de abril de 2014**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Novo Horizonte do Norte/MT, 13 de novembro de 2017.

ANDRE LUIZ GOMES RAZINE

Secretário Municipal de Administração

Homologo:

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 297/2017

CONCEDE LICENÇA EM CARÁTER ESPECIAL À SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO QUE MENCIONA.

Silvano Pereira Neves, Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o atendimento aos requisitos previstos nos Arts. 44 da Lei nº 532/2001 - PCCS dos Profissionais da Educação Básica.

RESOLVE:

Art.1º - Conceder licença em caráter especial (Licença Prêmio) ao servidor **Nelson Zeferino dos Santos,** portador do RG: nº 1371442-2 SSP/MT e CPF: nº 937.977.171-87, lotado na **Secretaria Municipal de Infraestrutura**,no cargo de **Operador de Pá Carregadeira,** pelo prazo de 03 (três) meses a contar a partir de 01/12/2017 a 28/02/2018 com todos os direitos e vantagens do cargo.

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor produzindo seus efeitos a partir do dia 01 de dezembro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - **REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 14 de novembro de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DISTRATO Nº. 003/2017 DO CONTRATO Nº 029/2017

Pelo presente instrumento particular de Distrato, a Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo **Sr. SILVANO PEREIRA NEVES**, Exmo. Prefeito Municipal, e do outro lado o Sr. **REGINALDO APARECIDO MENDES DOS SANTOS,** brasileiro, maior, portador do RG. 2439710-5 SSP/MT, e do CPF n º: 016.335.421-90, Contratado na função de **SERVIÇOS GERAIS,** residente e domiciliado no Município de Novo Horizonte do Norte/MT.

Resolve: de acordo com a Cláusula Sétima do Contrato de prestação de Serviço nº. 029/2017, datado de 05/05/2017, torna-se rescindido por parte da contratante a partir desta data**: 30/11/2017.**

Assim, dão as partes recíprocas e geral quitação, não restando motivo algum para que se exijam quaisquer vantagens decorrentes do contrato que se rescinde.

E, para firmeza do presente instrumento de Distrato, foi este redigido em duas vias, de igual teor e forma, as quais vão devidamente assinadas.

Novo Horizonte do Norte/MT, 14 de novembro de 2017.

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

Reginaldo Aparecido Mendes dos Santos

Contratado

Bruno Ricardo Barela Iori

Assessor Jurídico

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 296/2017

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias à o Servidor: **Nelson Zeferino dos Santos**, brasileiro, maior, portador do RG: nº 1371442-2 SSP/MT e do CPF: nº 937.977.171-87, servidor publico municipal lotada na **Secretaria Municipal de Infraestrutura** no cargo de **Operador de Pá Carregadeira**,referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a partir do dia 01/11/2017 á 30/11/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos a partir de 01/11/2017, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 14 de novembro de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 390/2017. DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

"***Dispõe sobre Exoneração de Servidor em Cargo de Comissão, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **EXONERAR**, a Sra. **LAURINDA MARIA DE JESUS**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 15341852-SSP/MT e devidamente inscrito no CPF sob o nº 002.492.711-25, para o cargo de **COORDENADORA DE APOIO ADMINISTRATIVO,** lotada na Secretaria de Assistência Social, criado através da Lei Complementar nº 059/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 243/2017.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 14 de Novembro de 2017.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 057/2017. DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Estabelece Ponto Facultativo nas repartições públicas de Novo Mundo/MT".

O Senhor **ANTONIO MAFINI**, Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo:

Considerando, que no dia 15 (quinze) de Novembro é feriado nacional "Dia da Proclamação da Republica" e que dia 17 (dezessete) de Novembro é feriado Municipal – Dia do Aniversário de Novo Mundo, e que cai em uma Sexta-Feira;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica estabelecido **PONTO FACULTATIVO**, nas Repartições Públicas no âmbito do Município de Novo Mundo/MT, na data de 16 de Novembro de 2017 (Quinta-Feira).

Parágrafo Único - O expediente será normal, como dia útil, entretanto, sob a responsabilidade dos respectivos Secretários, nas Secretarias Municipais de Saúde, Transportes e Obras Públicas e para o Departamento de Licitações do Município.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 14 de Novembro de 2017.

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/17/SEMEC/NSJ/MT

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/17/SEMEC/NSJ/MT

"Dispõe sobre o processo de atribuição de classes e/ou aulas e do regime/jornada de trabalho dos profissionais da educação pertencentes ao quadro efetivo nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2018 e demais providências".

A SECRETÁRIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições legais e, considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96;

Considerando as Políticas da Secretaria Municipal de Educação para Valorização dos Profissionais da Educação assegurando formação, acompanhamento e avaliação sistemática da prática educativa dos Profissionais, de modo a promover avanços contínuos na melhoria da qualidade do ensino;

Considerando a importância de garantir o quadro permanente dos profissionais efetivos nas unidades escolares municipais assegurando o compromisso para com os interesses e objetivos fundamentais da Educação Básica;

Considerando a necessidade de fixar critérios para atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho nas unidades escolares da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino;

RESOLVE:

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Regulamentar o processo de atribuição de classes e/ou aulas dos profissionais da educação efetivos da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2017.

Art. 2º - Todos os profissionais da educação, efetivos que integram o quadro de pessoal da Rede Municipal de Ensino, deverão participar do processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho nas unidades escolares, conforme disciplinado nesta Instrução Normativa, exceto os profissionais nas situações funcionais abaixo:

I – em afastamento por licença para tratamento de interesse particular quando em (vigência);

II - cedidos sem ônus para o órgão de origem, que ainda estiverem com o período em vigência no período de atribuição (janeiro 2018);

III – o professor em exercício de mandato eletivo que se desincompatibilizou das funções de docência;

IV – Servidor em vacância;

V – Servidor em licença para Acompanhamento de Cônjuge;

Parágrafo 1º - Os profissionais enquadrados nos casos de afastamentos elencados nos itens acima somente deixarão de atribuir durante a vigência do afastamento.

Parágrafo 2º - Após o término do afastamento, o profissional deverá comparecer a SEMEC para ser lotado na unidade escolar no cargo/função de seu concurso, observando que não é garantida a atribuição na mesma unidade de lotação, ficando condicionada a existência de cargo livre na sua área de atuação;

Parágrafo 3º - Para a atribuição dos profissionais efetivos e/ou estabilizados em constantes licenças a saúde ou em readaptação deve ser observado:

I – Em afastamento constante por motivo de licença para tratamento de saúde (mais de 6 meses) com apresentação do laudo pericial;

II – O profissional em readaptação com período superior a 6 meses (período vigente) com apresentação do laudo pericial deverá participar do processo seletivo simplificado na unidade escolar de lotação e atribuir em uma das funções constantes no artigo 18 da Portaria Nº 05/17/SEMEC/NSJ/MT;

Art. 3º - A atribuição da jornada de trabalho será realizada por uma Comissão de Atribuição Municipal, que conduzirá o processo.

Parágrafo 1º - A Comissão de atribuição Municipal de classes e/ou aulas será composta de:

I - Representante de diretor(a) da escola;

II - Representante de Secretário (a) escolar;

III - Representante do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;

IV- Representante dos Professores;

V- Representante de Agente Administrativo ou Agente de Serviços Gerais;

Parágrafo 2°- O gestor escolar deverá encaminhar a SEMEC via ofício a lista dos representantes eleitos em Assembleia dos seguimentos acima citados até 27.11.17;

Parágrafo 3°- A Comissão de Atribuição deverá ser constituída pela SEMEC até 04.12.17.

Parágrafo Único - É vedada a atribuição de classe e/ou aula do candidato por meio de procuração.

Art. 4º - Para a realização da atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho a Comissão deverá seguir os procedimentos abaixo:

I - realizar ciclos de estudo da Instrução Normativa nº 01/17/SEMEC/NSJ/MT e das Portarias nº 06, 07, 08 e 09/2017/SEMEC/NSJ/MT, com os profissionais da educação, atividade a ser realizada até dia 24/11/2017.

II – elaborar e divulgar até o dia 22/12/2017 Edital de Convocação dos professores, conforme estabelecido nesta Instrução Normativa nº 01/17/SEMEC/NSJ/MT;

a) No dia 11/12/2017 a 13/12/2017 - contagem de pontos dos profissionais da educação efetivos, conforme critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa.

b) afixar para divulgação, no dia 18/12/2017, a partir das 7:00 horas, em local de fácil visualização, a relação nominal dos Profissionais da Educação, por ordem decrescente de contagem de pontos obtidos, por habilitação, que constará do quadro demonstrativo para o processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime jornada de trabalho que será no período de 29/01/18 a 31/01/2018.

c) o profissional da educação básica poderá inscrever-se para contagem de pontos em apenas uma unidade escolar, num só cargo/função, não podendo alterar a opção do cargo e/ou função, após confirmação da inscrição.

d) elaborar atas ao término do processo de atribuição da jornada de trabalho, discriminando classes e/ou aulas, atribuídas ou não atribuídas, professores, que ficaram remanescentes e, eventuais recursos interpostos, com assinatura de todos os membros da Comissão de Atribuição.

SEÇÃO II

DA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS DO PROFESSOR EFETIVO

Art. 5º - Para efeito desta Instrução Normativa considerar-se-á jornada de trabalho do professor efetivo as horas destinadas ao desenvolvimento do processo didático pedagógico e as horas atividades previstas no Artigo 3º, Inciso III da Lei nº 453/2007.

Art. 6º - Para a atribuição da jornada de trabalho, compreendida como atividades de sala de aula e horas atividades serão consideradas a carga horária do professor definida na Lei nº 453/07 conforme quadro abaixo e a carga horária anual da matriz curricular da escola, analisada pela SEMEC.

Regime/Jornada de Trabalho Em sala de aula Em hora atividade

25 horas 20 horas 5 horas

§ 1º - A atribuição da jornada de trabalho dos professores efetivos é de caráter permanente na respectiva unidade escolar, considerando-se ainda, as particularidades previstas na Lei 453/07.

§ 2º - O cumprimento das horas atividades de professores efetivos e estabilizados em regência de classe, e que completam a jornada de trabalho em duas ou mais unidades escolar será distribuída proporcionalmente a carga horária atribuída em cada unidade.

Art. 7º - Para a CONTAGEM DE PONTOS/CLASSIFICAÇÃO da atribuição de classes e/ou aulas dos professores efetivos, a Comissão de Atribuição do Regime/Jornada de Trabalho previstas nesta Instrução Normativa, deverá proceder ao registro da pontuação e o processo de atribuição, a considerar:

I - para contagem de pontos/classificação dos professores em efetivo exercício deverão ser considerados os critérios que constam no ANEXO I (FICHA DE INSCRIÇÂO DO PROFESSOR) e nas seguintes etapas:

I – 11/12/2017:EMEB. Joaquim Rodrigues Soto – Período Matutino e Vespertino;

II - 12/12/2017: EMEB. Tio Patinhas – Período Matutino;

EMEB “Oscar Zaiden de Menezes” – Período Vespertino

III - 13/12/2017:UMEI “José Maurício Zampa”- Período Matutino;

EMEB “Itaquerê”- Período Vespertino

Parágrafo Único: A equipe Pedagógica Escolar deverá providenciar anteriormente ao processo de Contagem de pontos uma planilha contendo os seguintes dados:

I- Frequência nas Assembleias;

II- Assiduidade de 100% na Jornada de Trabalho;

III- Participação das Reuniões Pedagógicas;

IV- Assiduidade na Formação Continuada;

V- Por ter mantido os prazos na entrega de diários e fichas descritivas;

VI- Professores que se utilizaram de sua hora atividade para atendimento aos alunos com dificuldade de aprendizagem;

Art. 8º - O PROCESSO de atribuição de classes e/ou aulas será nos dias 29/01/18, 30/01/18 e 31/01/2018, nas seguintes unidades escolares:

I - 29/01/2018:EMEB. Joaquim Rodrigues Soto – Período Matutino;

UMEI “José Maurício Zampa”- Período Vespertino

II - 30/01/2018: EMEB. Tio Patinhas – Período Matutino;

EMEB “Oscar Zaiden de Menezes” – Período Vespertino

III - 31/01/2018: EMEB “Itaquerê”

Parágrafo 1º - A Atribuição de classes e/ou aulas será na ordem de classificação observando os critérios a seguir:

I - Lotados na Unidade Escolar;

II - Os removidos de outras Unidades Escolares;

III- Professores Efetivos que pleiteiam aulas excedentes;

IV - Os Cooperados;

V – Candidatos a contrato temporário(seletivo);

Parágrafo 2º - No dia 01.02.2017, Gestor Escolar deverá elaborar o quadro de aulas livres e remanescentes e encaminhar a Secretaria Municipal de Educação, para análise e contratação temporária por meio do Processo Seletivo, especificando a área de habilitação necessária.

Parágrafo 3º - Para os professores do quadro efetivo que participaram do processo de atribuição de classes e/ou aulas, no ano de 2017, no Ensino Fundamental, atribuídos no 1º ao 3º ano quando em regime de Unidocência, que optarem pela continuidade com a turma, será assegurado a sua permanência para acompanhar as turmas na unidade escolar independente da pontuação obtida;

a) a turma será considerada “continuidade” e o professor terá direito a acompanhá-la se tiver um número mínimo de 50% por cento mais 1 aluno do total advindos do ano de 2017, desde que comprovada prática pedagógica satisfatória e cumprimento das atividades docentes;

b) caso a turma tenha poucos alunos e não possua o número mínimo exigido para sua constituição não será garantida ao professor a continuidade com a respectiva turma, devendo a turma ser recomposta com outros alunos, em observância ao número de alunos conforme estabelece Portaria nº. 04/17/SEMEC/NSJ/MT que “Dispõe sobre os critérios para Composição de Turmas das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino” e, agregando-se as demais turmas para atribuição geral;

c) Nesta fase deverá ocorrer a escolha do professor Articulador da Aprendizagem conforme Portaria nº. 05/17/SEMEC/NSJ/MT.

I - Na Unidade Escolar onde houver vacância para Coordenação, a escolha para a função de Coordenador (a), deverá acontecer antes da atribuição de classe e/ ou aulas.

a) Os profissionais eleitos para função em 2017, e que demonstrarem bom desempenho e se é de seu interesse, permanecerão na função, não havendo necessidade de nova escolha e sim apenas para suprir possível existência de vaga;

b) Os professores eleitos à função de Coordenador Pedagógico deverão atribuir primeiramente em sala de aula, e somente depois serão atribuídos na função de Coordenador, possibilitando sua substituição, seja por pro-

fessor efetivo remanescente ou na falta deste, por contrato temporário através do processo seletivo.

Parágrafo Único: Conforme descrito no Art. 3º, parágrafo 3º da Portaria Nº. 05/17/SEMEC/NSJ/MT:

“No dia da contagem de pontos (conforme cronograma em anexo), o servidor deverá se apresentar munidos dos documentos originais e cópias comprobatórios com os dados registrados na ficha de contagem de pontos previamente entregues para a devida validação, não sendo permitida a apresentação de nenhum outro documento durante o processo de contagem de pontos.”

Art. 9 - As escolas municipais que possuem salas anexas em suas unidades, os diretores e os coordenadores acompanharão o trabalho administrativo e pedagógico das respectivas salas mensalmente e quando da sua necessidade.

Art. 10 - Compete a SEMEC orientar e acompanhar o processo de execução de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, tornando-se corresponsável pelas falhas, omissões e irregularidades que venham a comprometer no processo.

Art. 11 - A Equipe Gestora da unidade escolar que descumprir as orientações normativas em qualquer momento do ano letivo, omitindo classes e/ou aulas, desconsiderando a lista de classificação dos profissionais da educação básica, dados ou informações, praticando ação que caracterize NEPOTISMO no processo de atribuição de classes e/ou aulas//jornada de trabalho, ou atos que venham comprometer a LEGALIDADE e TRANSPARÊNCIA no processo de atribuição, será responsabilizada pelos seus atos.

Art. 12 - A Secretaria Municipal de Educação, a qualquer momento, poderá desenvolver atividades inerentes ao cumprimento das Portarias e Instrução Normativa, que estabelecem critérios para o processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, para o ano letivo de 2018, nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art. 14 - Os casos omissos deverão ser solucionados em primeira instância pelas Comissões de Atribuições de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho e, em caso de impossibilidade, deverão ser encaminhados a SEMEC.

Art. 15 - Esta Instrução Normativa entra em vigor com efeito para o ano letivo de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Novo São Joaquim-MT, 14 de Novembro de 2017.

.....

LUCIDALMA ROCHA DA SILVA

Secretária de Educação e Cultura

Portaria nº 003/2017

ANEXO I

FICHA DE PONTUAÇÃO PARA CONTAGEM DE PONTOS E ATRIBUIÇÃO DE CLASSES

E/OU AULAS - PROFESSOR EFETIVO

1. DADOS PESSOAIS:

Nome do Servidor (a): Dt Nasc: / /

End. _nº Complemento: _Bairro::_ Cidade CEP: Telef: Res: Cel.:

Outro telef:_ email: Matrícula: RG: Exp:_ _UF:_ Dt. Exp.:_ /_ / CPF:

Escola:

2. SITUAÇÃO FUNCIONAL:

2.1 SITUAÇÃO FUNCIONAL: 2.1 . CARGO/FUNÇÃO: 2.3. JORNADA SEMANAL DE TRABALHO:

( ) Efetivo;

( ) Cedência/Permuta (de outra rede) ( ) Professor

( )Especialista da Educação

( ) Aposentado

( ) Reg. de trabalho de 25 (vinte e cinco) h

2 .4. POSSUI OUTRO VINCULO EMPREGATÍCIO:

a. ( ) NÃO

b. ( ) SIM

TIPO:

( ) PUBLICO

( ) PRIVADO JORNADA DE TRABALHO do outro cargo: Horas /semanais

.

3. HABILITAÇÃO: PUXAR DO CADASTRO PESSOAL:

DO CONCURSO E/OU ENQUADRAMENTO:_

Possui outra habilitação além da habilitação do concurso? (campo obrigatório para o caso de possuir outra habilitação) NOVA HABILITAÇÃO:

4 . OPÇÃO DE ATRIBUIÇÃO:

OPÇÃO DE ATRIBUIÇÃO POR HABILITAÇÃO:

( ) P/habilitação Concurso - Enquadramento

( ) 2ª Habilitação (nova habilitação)

OPÇÃO DE ATRIBUIÇÃO EM TURMAS DE:

( ) Educação Infantil – Creche ( ) Ensino Fundamental

( ) Educação Infantil – Pré Escola

POR/FORMAÇÃO EM CURSOS ATRAVÉS DE CONVÊNIOS COM A UAB/UFMT/UNEMAT/IFMT/SEDUC aos

professor remanescente, em que já tenha cumprido no mínimo de 70 % da carga horária total do curso:

( ) CURSO/DISCIPLINA DE ATUAÇÃO .....
.....

OPÇÃO DE ATRIBUIÇÃO POR FUNÇÃO/MOTIVO: READAPTAÇÃO (MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE LAUDO DE PERÍCIA MEDICA:

( ) Sim ( ) Não

Obs.: 1- Servidor em Readaptação por período igual ou superior a 6 meses atribuirá função conforme Art. 13 da Portaria 06/14/SEMEC/NSJ/MT/permitido atribuição em apenas uma das funções e em caso de mais de um professor em readaptação, distribuir as funções: (assinalar apenas uma opção)

2 – A atribuição deverá ser igual ao período da Perícia Médica;

( ) apoio ao processo ensino aprendizagem em atividades complementares a sala de aula, correlatas as atividades de articulação da aprendizagem (professor);

( ) em atividades pedagógicas desenvolvidas na biblioteca escolar (professor, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional);

( ) atividades educativas acompanhando os alunos no setor externo da sala (pátio escolar), denominado Coordenador de Ambiente

(professor, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional);

( ) exercer função de técnico responsável pelo Laboratório de Informática ou o que a unidade escolar dispor, desde que tenha perfil para exercer a função (professor/técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional);

5. NÚMERO DE PONTOS OBTIDOS PELO PROFESSOR:

CRITÉRIOS INDICADORES CÔMPUTO PTOS

I - DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação)

a. Pós Graduação Doutorado 8,0 pontos

Mestrado 6,0 pontos

Especialização 4,0 pontos

Licenciatura Licenciatura Plena 3,0 pontos

Licenciatura Curta 2,0 pontos

Ensino Médio Magistério 1,5 (um e meio)

ponto

II - ASSIDUIDADE DA JORNADA DE TRABALHO EM 2017 - não deverão ser consideradas como ausência, as faltas com anuência em Lei Complementar 04/90 e LC 50/98.

a. Por participação em 100% das Assembleias da Comunidade Escolar. 100% 1,0 ponto.

75% a 99% 0,5(meio)

ponto

b-

b. Assiduidade de 100% da hora/aula /jornada de trabalho – professor em regência. em sala de aula (20 horas semanais); 3,0 pontos

hora atividade (05 horas semanais trabalhadas coletivamente); 2,0 pontos

c. Assiduidade de 100% da jornada de trabalho quando em atribuição por função (diretor, coordenador pedagógico, readaptados). Jornada integral conforme sua atribuição; 5,0 pontos

d. Por participação em reuniões pedagógicas, devidamente registrado em atas e registro de frequência. 100%

100%

a 91

a 4,0 pontos

75% a 99% 2,0 pontos

e. Assiduidade na formação continuada, em grupos de estudo, via Projeto Sala do Educador/Formador, certificado pelo SEMEC. A partir de 75% 5,0 pontos

f. Por ter mantido os prazos estabelecidos pela secretaria da escola quanto ao preenchimento e entrega dos diários de classe referente a relatórios, notas, frequência e conteúdos durante o ano de 2017 extensivo a Diretor, Coordenador Pedagógico. 100% 5,0 pontos

g. Ao professor efetivo que no exercício de 2017 utilizou-se de sua hora-atividade, em todos os bimestres, trimestre ou semestre, para realizar atendimento individualizado a alunos que apresentavam desafios de aprendizagem, mediante apresentação de registro confirmado pela coordenação pedagógica. de 2 ou mais horas atividades p/semana. 4,0 pontos

até 2 horas atividades p/semana. 2,0 pontos

III - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR:

a. Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais reconhecidos pelo MEC ou emitidos pelo CEFAPRO, SEDUC, SEMEC ou Assessoria Pedagógica, com limite máximo de 3,0 pontos, considerar apenas dos últimos 03 anos. 0,5 (meio) ponto para 40 horas.

b. Publicações Científicas – apresentar cópia da página que conste o parecer do Conselho Editorial, nº do registro ou carta de aceite, com limite máximo de 2,0 pontos, considerar apenas dos últimos 03 anos. Livros (completo e/ou capitulo); 1,0 ponto p/

Cada Certificado

Artigo completo publicado em periódicos

impressos; 0,75 (setenta e cinco) centésimos p/cada certificado

c. Comprovação anual, mediante certificado registrado pela instituição promotora do evento, de palestras, mini-cursos e conferências proferidas na área da educação, com limite máximo de

2,0 pontos, considerar apenas dos últimos 03 anos 0,25 (vinte e cinco) centésimos para cada certificado

d. Projetos educativos desenvolvidos na escola em coerência com o Projeto Político Pedagógico e com realização devidamente aprovada pelo CD-CE, que acontecem fora da jornada de trabalho semanal (25 horas) acompanhado pelo coordenador pedagógico, com duração mínima de um semestre letivo. 2,0 pontos.

e. Certificado/ Alfabetização PNAIC no ano vigente, exclusivo para quem for atuar do 1º ao 3º ano, se não atribuir em continuidade do 1º ao 3º retirar essa pontuação; 2,0 pontos

6. PONTUAÇÃO:

6 . 1. TOTAL DE PONTOS OBTIDO NA FICHA GERAL:

7. EM CASO DE EMPATE:

a) Maior Titulação;

b) Tempo maior de serviço na Unidade Escolar (a partir do ingresso);

c) Tempo maior de serviço na Rede Municipal (a partir do ingresso);

d) Maior Pontuação obtida na Formação Continuada; naFormação Continuada;

e) Maior Idade.

8.

OBS TOTAL DE PONTOS OBTIDOS P/DESEMPATE:

- Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02(duas) casas decimais.

Assinatura do (a) Professor(a)

Responsável p/Atribuição na Escola /_ / Data

ANEXO II

FICHA DE PONTUAÇÃO PARA CONTAGEM DE PONTO E ATRIBUIÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO PARA - AGENTE ADMINISTRATIVO, AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS E MONITOR DE CRECHE - EFETIVO

1. DADOS PESSOAIS:

Nome do Servidor (a): Dt Nasc: / /

End. _nº Complemento: _Bairro::_ Cidade CEP: Telef: Res: Cel.:

Outro telef:_ email: Matrícula: RG: Exp:_ _UF:_ Dt. Exp.:_ /_ / CPF:

Escola:

2. SITUAÇÃO FUNCIONAL:

2.1 SITUAÇÃO FUNCIONAL: 2.2 . CARGO/FUNÇÃO: 2.3. JORNADA SEMANAL DE TRABALHO:

( ) Efetivo;

( ) Cedência/Permuta (de outra rede) ( ) Professor

( )Especialista da Educação

( ) Aposentado

( ) Reg. de trabalho de 40 (quarenta) h

2 .4. POSSUI OUTRO VINCULO EMPREGATÍCIO:

a. ( ) NÃO

b. ( ) SIM

TIPO:

( ) PUBLICO

( ) PRIVADO JORNADA DE TRABALHO do outro cargo: Horas / semanais

.

I - DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação)

a. Pós Graduação Doutorado 8,0 pontos

Mestrado 6,0 pontos

Especialização 4,0 pontos

Licenciatura Licenciatura Plena 3,0 pontos

Licenciatura Curta 2,0 pontos

Ensino Médio Magistério 1,5 (um e meio)

ponto

Ensino Fundamental Completo 1,0 ponto

1,0 (um ponto)

Ensino Fundamental Incompleto 0,5 meio ponto

0,5 (meio ponto)

II - ASSIDUIDADE DA JORNADA DE TRABALHO EM 2017 - não deverão ser consideradas como ausência, as faltas com anuência em Lei Complementar 04/90 e LC 50/98.

a. Por participação em 100% das Assembleias da Comunidade Escolar; 100% 1,0 ponto.

75% a 99% 0,5(meio)

ponto

c. Assiduidade de 100% da jornada de trabalho; Jornada integral conforme sua atribuição; 5,0 pontos

d. Por participação em reuniões pedagógicas, devidamente registrado em atas e registro de frequência; 100%

100%

a 91

a 4,0 pontos

75% a 99% 2,0 pontos

e. Assiduidade na formação continuada, em grupos de estudo, via Projeto Sala do Educador/Formador, certificado pelo SEMEC; A partir de 75% 5,0 pontos

III - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR:

a. Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais reconhecidos pelo MEC ou emitidos pelo CEFAPRO, SEDUC, SEMEC ou Assessoria Pedagógica, com limite máximo de 3,0 pontos, considerar apenas dos últimos 03 anos; 0,5 (meio) ponto para 40 horas.

d. Palestras, seminários, minicursos e conferências proferidos em eventos locais, regionais, estaduais ou nacionais na área de educação, com limite máximo de 3,0 (três) expedidos (Certificados válidos apenas dos últimos 3 anos; 0,5 pontos para cada 40 horas.

3. PONTUAÇÃO:

3. 1. TOTAL DE PONTOS OBTIDO NA FICHA GERAL:

4. EM CASO DE EMPATE:

a) Maior Titulação;

b) Tempo maior de serviço na Unidade Escolar (a partir do ingresso);

c) Tempo maior de serviço na Rede Municipal (a partir do ingresso);

d) Maior Pontuação obtida na Formação Continuada; naFormação Continuada;

e) Maior Idade.

5.

OBS TOTAL DE PONTOS OBTIDOS P/DESEMPATE:

- Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02(duas) casas decimais;

ANEXO III

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA CANDIDATO (A) FUNÇÃO DE PROFESSOR DE SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAAL

1. DADOS PESSOAIS:

Nome do Servidor (a): _____Dt Nasc:____/_____/____

End.

_____ _____nº_____

Complemento:_____Bairro::_____Cidade_____ _____CEP:_____

Telef: Res:_____Cel.:_____ Outro:_____

e-mail:_____Matrícula: _____

RG: _____Exp:_____UF:_____Dt Exp.:___/___/____CPF: _____

Escola:

_____ _____

2. DADOS DA UNIDADE ESCOLAR

Nome: Município:

Localização: ( ) Urbana ( ) Rural

Número de Turmas atendidas no Ensino Fundamental na Unidade Escolar:

1º 2º 3º 4º 5º 6º 7º 8º 9º

3. DADOS PROFISSIONAIS:

Habilitação:

Situação Funcional ( ) Efetivo

Matricula: Jornada de Trabalho Semanal:

Tempo de trabalho efetivo na escola Tempo como professor Regente:

Anos: Meses: Anos: Meses:

Há licença especial /agendada/publicada: Pretende gozar sua licença especial em 2017

( ) Sim ( ) Não ( ) Sim ( ) Não

4. PARA CANDIDATO A FUNÇÃO DE PROFESSOR DE SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL:

Atuou como professor na Sala de Recursos Multifuncional ?

( ) Sim ( ) Não

Tempo como profº na Sala de Recursos Multifuncional Anos de atuação na função de c/prof. na Sala de Recursos Multifuncional

1 a 3 anos ( ) 3 a 5 anos ( ) + de 5 anos ( ) 1º a 4º ano ( ) 5º ao 9º ano ( )

Gestor(a)

Coordenador(a)

Professor(a)

ANEXO IV

CRONOGRAMA DO PROCESSO DE CONTAGEM DE PONTOS E ATRIBUIÇÃO 2018

DATA ATIVIDADE LOCAL

14/11/2017 a 24/11/2017 Ciclo de estudos das Portarias; Escolas

27/11/2017 Eleição dos representantes da Unidade Escolar para compor a Comissão Municipal; Unidade Escolar

01/12/2017 Prazo para envio dos nomes dos representantes das Unidades Escolares para a SEMEC; Unidade Escolar

04/12/2017 Eleição dos representantes da Unidade Escolar para compor a Comissão Municipal; SEMEC

04/12/2017 a 08/12/17 Período de Inscrição; Unidade Escolar

11/12/17 a 13/12/17 Contagem de pontos; Unidade Escolar

18/12/17 Divulgação da classificação; Unidade Escolar

19/12/17 Prazo para a apresentação de Recurso; Unidade Escolar

20/12/17 Publicação final dos inscritos; Divulgação Final da Classificação

25/01/18 Retorno às atividades; Unidade Escolar

25/01/18 e 26/01/18 Revisão do PPP e do Regimento Escolar; Unidade Escolar

29/01/18, 30/01/18 e 31/01/18 Atribuição de classes/aulas jornada de trabalho; Unidade Escolar

01/02/18 Encaminhamento pelo gestor das aulas livres e funções à Secretaria Municipal; Unidade Escolar

15/02/18 Início das aulas; Unidade Escolar

PORTARIA Nº 008/2017/SEMEC/NSJ/MT

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PORTARIA Nº 008/2017/SEMEC/NSJ/MT

Dispõe sobre os critérios para Composição de Turmas das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96 e as Resoluções do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso;

Considerando a necessidade de definir critérios que visem à composição de turmas das Escolas Municipais e a organização de seus respectivos Quadro de Pessoal;

Considerando a Resolução do CEE/MT 126 de 12 de agosto de 2003, que institui as diretrizes operacionais para a Educação Básica do Campo no Sistema de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar à Equipe Gestora e ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, a organização e a composição de turmas nas unidades escolares.

Art. 2º – As turmas serão compostas mediante o número de matrículas existentes, etapas de ensino, modalidades oferecidas e turnos de funcionamento da escola.

Art. 3º - Para o ingresso no 1º ano do Ensino Fundamental, a criança deverá ter 06 (seis) anos de idade completos até o dia 31/03/2018, em que ocorrer a matrícula.

Parágrafo Único – Os alunos que completarem 06 anos após 31/03/2018, conforme Resolução Normativa nº 00/15 do CEE/MT deverão ser matriculados na Educação Infantil.

Art. 4º – Nos demais anos do ensino fundamental a matrícula deverá observar a idade completa e ou a completar até o dia 31/03/2018, para a enturmação dos alunos, sendo:

a) Do 1º ao 3º ano – 6 a 8 anos de idade;

b) Do 4º ao 6º ano – 9 a 11 anos de idade;

c) Do 7º ao 9º ano – 12 a 14 anos de idade;

Art. 5º - A composição das turmas será feita com base no número de alunos obedecendo aos critérios:

I – Educação Infantil/Creche:

a) Berçário - de 10 a 15 alunos por turma;

b) Maternal I de - 10 a 15 alunos por turma;

c) Maternal I I - de 15 a 20 alunos por turma;

II – Educação Infantil/Pré Escola:

a) Educação Infantil 18 (dezoito) a 20 (vinte) alunos por turma;

Parágrafo 1º - Para a composição de turma optativa, deverá ser observado o critério de inserção de alunos com deficiência, conforme estabelecido no artigo 6º desta Portaria de modo a garantir a efetividade do trabalho pedagógico.

III – Ensino Fundamental:

a) 1º ao 3º ano - de 20 (vinte) a 25 (trinta) alunos por turma;

b) 4º ao 5º ano - de 20 (vinte) a 25 (trinta) alunos por turma;

c) 6º ao 9º ano – de 20 (vinte) a 30 (trinta) alunos por turma.

IV – Educação do Campo/no Ensino Fundamental:

a) 1º ao 5º ano - de 15 (quinze) a 25 (vinte e cinco) alunos por turma;

Parágrafo 2º – As turmas formadas por alunos de diferentes idades poderão ser organizados com formação de turmas de diferentes etapas (infantil/fundamental conforme demanda).

Paragrafo 3º - A formação de turmas multi bem como outras excepcionalidades, inerentes às modalidades e especificidades serão liberadas mediante análise e aprovação das áreas pedagógicas responsáveis.

V – na Educação Escolar Indígena:

a) Educação Infantil e Ensino Fundamental/1º ao 5º ano – 15 (quinze) a 20 (vinte) alunos por turma;

Art. 6º - Nas salas de recursos multifuncionais (Atendimento Educacional Especializado) implantadas nas unidades escolares serão admitidos o número mínimo de 02 (dois) alunos e máximo de 4 (quatro) alunos por turma de Deficiência Múltipla (surdocegueira) e de no mínimo 5 (cinco) e máximo de 15 (quinze) alunos por turma de: Déficit Intelectual; Surdez ou Deficiente Auditivo; Deficiente Visual, Cegos ou baixa visão; Transtorno Global de Desenvolvimento, Altas Habilidades/Superdotação.

Parágrafo Único – Cada aluno de Atendimento Educacional Especializado (sala de recursos multifuncionais) terá um mínimo de 4 (quatro) horas semanais de atendimento.

Art. 7º - Nas unidades escolares do ensino regular, a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais será no máximo 2 (dois) alunos para compor uma turma de até 20 (vinte) alunos.

Art. 8º - As unidades escolares que não conseguirem compor as turmas de alunos, conforme prevê esta Portaria, a composição desta turma ficará condicionada a análise e deferimento da SEMEC.

Art. 9º - Em caso de ampliação de vagas, após composição do Quadro de Pessoal, a unidade escolar deverá solicitar à SEMEC, a alteração do qua-

dro dos profissionais da educação, sendo a sua aprovação condicionada à disponibilidade orçamentária.

Art. 10 - Compete à SEMEC orientar, acompanhar e fiscalizar a composição de turmas, bem como, a organização do Quadro de Pessoal e fazer cumprir o disposto nesta Portaria.

Art. 11 - Compete à Equipe Gestora da Unidade Escolar e à SEMEC acompanhar bimestralmente a movimentação do número de alunos, conforme preceitua esta Portaria e proceder ao ajuste de turma e do Quadro de Pessoal da Escola, se necessário.

Art. 12 - Caberá à SEMEC e Gestão Escolar, acompanhar o cumprimento desta Portaria, bem como resolver os casos omissos.

Art. 13 - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, para organização do processo referente ao ano letivo de 2018, revogadas as disposições em contrário.

.

Novo São Joaquim-MT, 14 de Novembro de 2017.

.....

LUCIDALMA ROCHA DA SILVA

Secretária de Educação e Cultura

Portaria nº 003/2017

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 016/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 016/2017

"Dispõe Sobre Convocação de Candidatos Aprovado no Processo Seletivo Público Nº. 001/2017 da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim – MT e dá outras providências. "

O Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO, Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, no desempenho de suas atribuições legais: Considerando a Homologação do resultado final do Processo Seletivo Público Nº. 001/2017, através do Decreto Nº. 016/2017 de 23 de Fevereiro de 2017, publicado no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, em 24 de fevereiro de 2017;

Considerando a necessidade do provimento de Agente de Serviços Gerais (Gari).

Considerando o disposto que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Novo São Joaquim – MT;

CONVOCA:

Art. 1° - Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público 001/2017 – Agente de Serviços Gerais (Gari).

LISTA DE CONVOCADOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017.

MONITOR DE CRECHE				
Inscrição	Nome do Candidato	Prova Escrita	Ordem	Resultado
157	JULIANA G. FIGUEIREDO DE OLIVEIRA	79	12º	Classificada

Art. 2º - Os candidatos deverão se apresentar no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Rua Cachoeira da Fumaça, Nº. 77 Jardim Palmeiras, Novo São Joaquim, estado de Mato Grosso, fone: (66-3479- 1158/3479-1850/3479-1676) no período de 14/11/2017 à 28/11/2017, no horário de 07hs00min às 11hs00min e das 13hs00min as 17hs00min., com os seguintes documentos originais, reproduzidos por cópias autenticadas em cartório:

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superiora 18 (dezoito) anos; 02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP

08 – Certidão de quitação eleitoral;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidora da Comarca do domicilio dos últimos 05 (cinco) anos relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal pela Medicina do Trabalho;

12 - 01 (uma) foto 3X4 colorida e recente;

13 - Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

14 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

15 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

16 - Declaração contendo endereço residencial ou comprovante de endereço;

17 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

18 - Declaração de Bens;

19 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

20 – Xerox da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) páginas de identificação

21- Carteira de Habilitação Categoria Específica para o cargo

22 – Conta Corrente Banco do Brasil

Art. 3º - Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação no prazo estabelecido por este Edital, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Concurso Público.

Art. 4º - Após a apresentação de toda a documentação, o candidato será nomeado e terá o prazo de 15 (quinze) dias para tomar posse no cargo respectivo.

Art. 5º - Se o candidato não tomar posse no cargo, o Edital de Convocação ficará revogado, ficando caracterizada a desistência do candidato.

Art. 6º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim, 14 de Novembro de 2017.

_____

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 06/17/SEMEC/NSJ/MT

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PORTARIA Nº 006/2017/SEMEC/NSJ/MT

Dispõe sobre o calendário escolar das unidades escolares pertencentes à Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2018.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei e,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto no artigo 24, inciso I, da Lei nº 9.394/96;

Considerando ainda, a necessidade de normatizar o início e término do ano letivo nas unidades escolares da rede municipal de ensino;

R E S O L V E:

Art. 1º - Determinar que o Calendário Escolar para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental deverá ter, no mínimo, 200 (duzentos) dias sendo que a matriz curricular com a carga horária anual mínima de 800 horas e máxima de 880 horas, respeitando a especificidade de cada etapa e modalidade de ensino e os seguintes critérios:

I - 25.01.18 – retorno das férias escolares 2017/2018 e início do processo de atribuição/2018;

II – 25.01.18 a 09.02.18 – realização das atividades da Semana Pedagógica;

III – 15.02.18 – Início do ano letivo e término no dia 21.12.2018.

Parágrafo 1º – Para a oferta das disciplinas optativas, como também as aulas de Educação Física, os horários das aulas terão que ser distribuídos num só turno, cabendo a equipe gestora a emissão de parecer, assegurando o cumprimento das aulas e acompanhamento bem como o monitoramento da supracitada determinação e o referido parecer deve ser encaminhado para SEMEC.

Parágrafo 2º - Os diretores das unidades escolares e o respectivo Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, deverão, no período de elaboração do calendário escolar do ano letivo 2018, observar as datas estabelecidas nesta Portaria e encaminhá-lo à SEMEC para análise e acompanhamento.

Parágrafo 3º – Para atender a Diversidade, o calendário escolar poderá ser adequado à realidade de cada escola, obedecendo ao mínimo de 200 (duzentos) dias letivos e carga horária anual, devendo a Equipe Gestora encaminhar o calendário à SEMEC para análise e acompanhamento.

Art. 2º - Determinar que as férias dos professores da Educação Básica, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 36, da Lei nº 453/07 sejam nos seguintes períodos:

I - Ao término do 1º semestre letivo e pelo prazo de 15 dias, de **14 de julho a 29 de julho de 2018,** destinados aos alunos e professores em sala de aula, de articulação da aprendizagem e de recursos multifuncionais;

II – Ao final do ano letivo e pelo prazo de 30 dias, férias de todos os profissionais da educação (exceto guarda) e alunos de todas as unidades escolares de **26.12.2018** e término em **24.01.2019.**

Parágrafo Único - As férias dos demais servidores lotados nas unidades escolares e não contemplados no inciso II da Art. 2º, serão definidas pela administração ficando determinado que será de **26.12.17** a **24.01.2018**.

Art. 3º - Determinar que após o término das férias, referente ao período de **2017/2018**, a partir do dia **25.01.2018** o professor da educação básica, efetivo, deverá retornar as suas atribuições funcionais, na unidade escolar de lotação para:

I – Atribuição de classes e/ou aulas;

II – Auxiliar a Comissão de Atribuição de Classes e/ou Aulas e Regime/ jornada de Trabalho, no processo de composição do quadro de pessoal;

III – Planejamento das atividades escolares referentes ao ano letivo/2019:

a) Organização do horário de aulas junto ao coordenador pedagógico, no período de **25.01.2018 a 09.02.2017.**

b) Discussão do Projeto Político Pedagógico da escola;

c) Planejamento anual de ensino;

d) Discussão e planejamento que promova avanços na aprendizagem do aluno referente às avaliações externas (Provinha Brasil e Prova Brasil);

e) Planejamento para a aplicação de simulados sendo um no final do 1º semestre e outro no final do 2º semestre, com datas definidas no calendário escolar de 2018.

Art. 4º - Para participar da realização da atribuição de classes e/ou aulas e regime de jornada/ trabalho, os candidatos deverão seguir os procedimentos abaixo e ainda o disposto no artigo 6º da Instrução Normativa 001/17/ SEMEC/NSJ/MT:

a) Os preenchimentos das fichas de inscrições serão realizados pelo próprio interessado;

b) O servidor é responsável pelas informações na ficha de inscrição, podendo arcar com as consequências em relação a eventuais erros, fraldes ou omissões, nas esferas administrativas, cível e penal.

Art. 5º - Para realização da atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, asComissões deverão seguir os procedimentos abaixo:

a) Cada Unidade Escolar deverá realizar a escolha dos representares para a eleição da **Comissão de Atribuição Municipal** até o dia **27.11.17** conforme disposto no Art. 3º, Parágrafo 1º da **Instrução Normativa 01/17/SEMEC/NSJ/MT**;

b) A SEMEC deverá constituir sua **Comissão de Atribuição** até o dia **04. 12.17 de**;

c) Realizar ciclos de estudos das Portarias e a Instrução Normativa referente ao ano letivo de 2017 até o dia **24.11.2017.**

Art. 6º - Compete à SEMEC acompanhar, monitorar e fazer cumprir o disposto nesta Portaria.

Art. 7º - Os casos omissos serão solucionados pela SEMEC, de acordo com as atribuições inerentes a cada uma delas.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Novo São Joaquim-MT, 14 de Novembro de 2017.

.....

LUCIDALMA ROCHA DA SILVA

Secretária de Educação e Cultura

Portaria nº 003/2017

PORTARIA Nº 007/2017/SEMEC/NSJ/MT.

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PORTARIA Nº 007/2017/SEMEC/NSJ/MT.

Dispõe sobre registro de Assiduidade dos Profissionais da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a Lei nº 456/07, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público da Administração Direta;

Considerando a Lei n.° 453/07, que dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação Básica;

RESOLVE:

Art. 1º - Disciplinar o registro de assiduidade dos Profissionais da Educação Básica lotados nas Unidades Escolares.

§ 1º - O registro de assiduidade do servidor deverá ser feito em livro-ponto que necessitará conter termo de abertura, discriminando a finalidade, páginas numeradas e devidamente rubricadas pelo Secretário da Unidade e o registro de entrada e saída de cada profissional, observando a jornada de trabalho diária.

§ 2º - A assinatura no livro de assiduidade será permitida somente ao profissional detentor do cargo.

§ 3º - O registro da assiduidade deve ser feito diariamente, não sendo permitido o registro antecipado, nem posterior e nem o registro de ressalvas por pessoas não autorizadas.

§ 4º - As ressalvas somente serão válidas quando registradas pelo secretário escolar e/ou diretor.

Art. 2º - O servidor deverá cumprir integralmente a carga horária do respectivo cargo e/ou da contratação.

§ 1º - O controle do cumprimento da jornada de trabalho do servidor ficará sob a responsabilidade da Equipe Gestora da Unidade e supervisionada pela SEMEC.

§ 2º - O Professor em efetivo exercício da docência deverá cumprir as horas atividades no âmbito da unidade escolar, nos termos da Lei 453/07.

§ 3º - O Professor efetivo que se ausentar das atividades do cargo da docência ou das horas atividades, sem justificativa legal será considerada falta injustificada.

§ 4º - O professor que se ausentar das atividadesdo cargo da docência ou das horas atividades, por interesse particular deverá estar ciente de que não será permitido assinar o livro ponto.

§ 5º - O profissional com Dedicação Exclusiva que precisar se ausentar da instituição de ensino em razão ou em função dela para cursos, palestras, etc terá sua assiduidade assegurada nessa portaria**.**

Art. 3º - Para efeito de jornada de trabalho/carga horária do professor efetivo será considerado:

Regime/Jornada de Trabalho	Em sala de aula	Em hora atividade
25 horas	20 horas	05 horas

§ 1º - A jornada de trabalho do professor fora da regência de sala de aula, em situação de Dedicação Exclusiva é de 08 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º - Professor no exercício de outras funções, fora da regência de sala de aula, ou em readaptação profissional, a jornada de trabalho será de 05 (cinco) horas diárias e 25 (vinte cinco) horas semanais.

Art. 4º - A jornada de trabalho do profissional administrativo será de 08 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 5º - Os professores efetivos e contratados temporariamente deverão cumprir integralmente a carga horária atribuída em regência de classes e/ou aulas.

Art. 6º - Além das horas destinadas à sala de aula, compõe a jornada de trabalho dos professores efetivos e contratados o período destinado à hora-atividade.

§ 1º - Entende-se por hora-atividade aquelas destinadas à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional de acordo com a proposta pedagógica da escola.

§ 2º - A hora atividade deverá ser cumprida integralmente no âmbito da unidade escolar, no contra turno, de acordo com o turno de funcionamento da unidade escolar e de atendimento ao aluno, conforme Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, com o acompanhamento do coordenador pedagógico.

§ 3º - Para o cumprimento da jornada de trabalho semanal das horas atividades, deverão observar as seguintes orientações:

a) atendimento de alunos com dificuldades de aprendizagem de acordo com a proposta pedagógica da Unidade Escolar;

b) participação no Projeto Sala do Educador e demais atividades de capacitação previstas no Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar;

c) preparação e avaliação do trabalho didático (incluindo o Diário de Classe);

d) atividades propostas pela Unidade Escolar, tais como: reuniões pedagógicas, Assembleias e outros e à articulação com a comunidade.

§ 4º - O professor com atribuição na *FUNÇÃO de* (Diretor, Coordenador Pedagógico, Readaptação de Função), deverá cumprir integralmente a carga horária específica da função na unidade de lotação a qual está designado.

§ 5º - O professor contratado deverá cumprir integralmente no âmbito da unidade escolar sua jornada de trabalho e de hora atividade estabelecido no Contrato.

Art. 7º - Encaminhar os casos de não cumprimento das horas atividades a SEMEC para desconto em folha de pagamento conforme estabelecido nesta portaria.

Art. 8º - O profissional administrativo na função de Secretário Escolar deverá cumprir integralmente a carga horária específica da função (40 horas semanais) na unidade de lotação, com escala para atendimento em todos os turnos de funcionamento da Unidade Escolar.

Art. 9º - O cumprimento integral da jornada de trabalho dos profissionais da educação na unidade escolar e administrativa será acompanhado pela Equipe Gestora.

§ 1º - O cumprimento da jornada de trabalho do Professor (hora aula e hora atividade) ficará sob a responsabilidade do Coordenador Pedagógico que, mensalmente deverá entregar ao Secretário Escolar o relatório das faltas a serem lançadas no livro de Assiduidade.

§ 2º - O cumprimento da jornada de trabalho dos servidores Apoio Administrativo Educacional, Técnico Administrativo Educacional, em Readaptação de Função e servidores em atribuição de função (Diretor, Coordenador Pedagógico, Secretário Escolar) deverá cumprir integralmente a carga horária específica no exercício de sua função e ficará sob a responsabilidade do Secretário Escolar.

Art. 10 - O servidor que se ausentar das atividades do cargo, docência ou hora atividade, sem justificativa legal, terá o dia de trabalho considerado como falta injustificada, o que implicará em desconto proporcional em seus subsídios.

§ 1º - As faltas injustificadas, além do registro no livro de assiduidade, deverão ser encaminhadas para SEMEC até o décimo quinto dia de cada mês.

§ 2º - A unidade escolar e/ou unidade administrativa deverá manter em arquivo da unidade, relatório mensal de faltas injustificadas devidamente assinadas pelo Diretor, Secretário Escolar e pelo Presidente do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar.

§ 3° - As faltas injustificadas repostas pelo professor, dentro do mês em que ocorreram com acompanhamento do Coordenador Pedagógico e observação no livro ponto, não deverão ser encaminhadas para SEMEC.

§ 4º - As faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão da licença prêmio, na proporção de um mês para cada três faltas.

§ 5º - É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

Art. 11 - O desconto na folha de pagamento das faltas injustificadas terá como parâmetro:

I - para desconto de faltas injustificadas do professor em regência e hora atividade, será utilizada como parâmetro a hora aula;

II - para desconto de faltas injustificadas do professor em situação de Dedicação Exclusiva, fora da regência de sala de aula, em readaptação profissional ou no exercício de outras funções e Especialista da Educação, será utilizado como parâmetro o dia de registro da ausência;

III - para desconto de faltas injustificadas do servidor administrativo, será utilizado como parâmetro o dia de registro da ausência.

Art. 12 - Sem qualquer prejuízo, poderá o Profissional da Educação Básica ausentar-se do serviço nos termos do artigo 74 da Lei 456/07 Estatuto dos Servidores Públicos do Município:

I – por 01 (um) dia, para doação de sangue;

II - por 08 (oito) dias consecutivos, em razão de: casamento;

III – por 05 (cinco) dias falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela, irmão e avós;

IV – por 02 (dois) dias, para cada dia de trabalho prestado por requisição da Justiça Eleitoral, nos termos do Art. 98, da Lei n. 9.504, de 01.10.97, mediante Declaração da Justiça Eleitoral.

Parágrafo Único - Para gozo dos dias dispostos acima, o servidor deverá comprovar documentalmente a situação geradora do afastamento e atender cronograma de liberação fixado pela escola, quando o número de servidores for superior a dois.

Art. 13 - Para os servidores efetivos, a ausência do servidor (licença), por motivo de tratamento de saúde igual ou inferior a 15 (quinze) dias, consecutivos ou não, independerá de perícia médica.

§ 1º - O servidor terá o prazo máximo de 48 horas, para apresentação do atestado médico ao seu superior hierárquico;

§ 2º - A não apresentação do atestado médico pelo servidor, no prazo estabelecido no parágrafo anterior, caracterizará falta injustificada ao serviço quanto aos dias já decorridos.

Art. 14 - O profissional da educação básica, efetivo, com afastamento igual ou superior a 15 (quinze) dias consecutivos por motivo de saúde, ou que durante o mês apresentar vários atestados médicos que somam mais de 15 (quinze) dias, deverá solicitar ao seu superior hierárquico encaminhamento para ser submetido a perícia médica nos termos da Lei 456/2007.

Art. 15 - O profissional da educação básica, contratado temporariamente, poderá se ausentar por motivo de saúde, num prazo máximo de até 15 (quinze) dias consecutivos, a contar da data da apresentação do 1º atestado Médico, dispensando o encaminhamento para junta médica pericial do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Se o atestado for superior a 15 (quinze) dias o servidor deverá submeter-se a perícia médica junto ao INSS.

§ 1º - Se o profissional contratado por motivo de doença afastar-se do trabalho durante 15 dias, retornando a atividade no 16º dia e se dela voltar a afastar-se dentro de 60 dias desse retorno em decorrência da mesma doença, perceberá o benefício de auxílio-doença a partir da data do novo afastamento, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), mediante avaliação da junta médica.

§ 2º - Na hipótese do § 1º, se o retorno à atividade tiver ocorrido antes de quinze dias de afastamento, o servidor perceberá o benefício de auxílio-doença a partir do dia seguinte ao que completar aquele período.

Art. 16 -Os casos omissos serão resolvidos pela SEMEC.

Art. 17 - Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação, com efeitos para exercício de 2018, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Novo São Joaquim MT, 14 de Novembro de 2017.

.....

LUCIDALMA ROCHA DA SILVA

Secretária de Educação e Cultura

Portaria nº 003/2017

LICITAÇÃO/PREGOEIRO
PREGÃO PRESENCIAL 39/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

EXCLUSIVA PARA ME/EPP ART.48 Lei 147/14

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 39/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT, através do seu **PREGOEIRO,** torna público, para conhecimento de todos os interessados, quefará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL para ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **às 09h00 horas (Cuiabá) do dia 29 de Novembro de 2017**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10. 520/2002, 8.666/93. O **credenciamento** será feito das **08h30 às 09h00**. Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser entregues ao Pregoeiro até às **09h00 horas (Cuiabá) do dia 29 de Novembro de 2017**. **OBJETO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA COMO: COMPUTADORES, IMPRESSORAS, NOTEBOOKS, NOBREAKS E PROJETORES PARA ATENDER AS SECRETARIAS E UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. Retirada do edital:** site: www.novosaojoaquim.mt.gov.br e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, das 08h00 às 17h00.Informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo telefone(0**66)3479-1158 ou mail licitação@novosaojoaquim.mt.gov.br.

Novo São Joaquim - MT, 14 de Novembro de 2017.

GERALDO PEREIRA DA SILVA SOBRINHO

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
TERMO DO ADITIVO DE VALOR Nº 02 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 41/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 038/2017

Aditivo nº 02 a Ata de Registro de Preço nº 41/2017 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **PRIMAVERA DIESEL LTDA.** Objeto: Registro de preço para Futura e Eventual **Aquisição de Combustíveis (Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10)**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Transportes do Município de Paranatinga - MT**.** Justifica-se o presente Termo Aditivo uma vez que a empresa contratada solicitou o reajuste do preço do Litro do Óleo Diesel Comum, tendo por base legal o aumento do Governo Federal, realizado no mês de Setembro e

no mês atual em todo território nacional. Sendo aprovado através de Parecer Jurídico o reajuste do preço para o não prejuízo da contratada nos preços atuais aplicados. Vigência até a data do dia 23/05/2018. Valor:

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Valor Unitário Aditivado
1	346514	OLEO DIESEL COMUM - Possui uma coloração incolor a amarelada, podendo alterar para marrom e alaranjada devido à coloração do biodiesel. Se comercializado como diesel S500 apresenta coloração vermelha.	LITRO	R$ 3,24	R$ 3,48 – 7,41%

Departamento de Licitações e Contratos, em 14 de Novembro de 2017.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 177/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **098/2017**, na modalidade **ELETRÔNICO** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais e Medicamentos para o Hospital Municipal, Pronto Atendimento, Farmácia Básica e Odontologia (II Etapa),** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **Josimar Marques Barbosa**, brasileiro, casado, portador do RG 0305291-5 SJ/MT e CPF 550.450.651-49 residente e domiciliado na Rua Apolônio Bouret de Melo, S/N, Bairro Centro, nesta cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2017** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 Empresa vencedora:

INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ 12.889.035/0001-02.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Qtde	Total
1	320642	ACICLOVIR - concentracao dosagem 200mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,29	3.600,00	R$ 1.044,00
2	493303	AGUA DESTILADA, CONCENTRACAO/DOSAGEM APIROGENCIA SOLUCAO INJETÁVEL, PLASTICO COM 10 ML, AMPOLA.	UNIDADE	R$ 0,13	6.000,00	R$ 780,00
3	7638	ALBENDAZOL - concentrado/dosagem 400mg, forma farmaceutica comprimido mastigavel, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,37	6.000,00	R$ 2.220,00
4	351850	ALOPURINOL, 100 MG, COMPRIMIDO.	UNIDADE	R$ 0,05	3.600,00	R$ 180,00
5	17554	AMIODARONA, CLORIDRATO - concentracao/dosagem 200mg, forma farmaceutica comprimido, forma de apresentacao comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,28	60.000,00	R$ 16.800,00
6	19640	AMOXICILINA - concentracao/dosagem 500mg, forma farmaceutica capsula ou comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,14	120.000,00	R$ 16.800,00
7	351173	AMOXICILINA - concentracao/dosagem 50mg/ml forma farmaceutica po para suspensao oral, forma de apresentacao frasco, via de administracao oral 60ml.	FRASCO	R$ 3,72	12.000,00	R$ 44.640,00
8	19330	AZITRAMICINA - concentracao/dosagem 500mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,42	9.000,00	R$ 3.780,00
9	351783	CETOPROFENO, 50 MG/MLSOLUÇÃO INJETÁVEL, ENDOVENOSO, INTRAMUSCULAR, AMPOLA.	UNIDADE	R$ 1,49	9.000,00	R$ 13.410,00
10	493261	CITALOPRAM CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 20MG COMPRIMIDO	UNIDADE	R$ 0,16	6.000,00	R$ 960,00
11	10847	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO - concentracao/dosagem 100mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,18	36.000,00	R$ 6.480,00
12	351214	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO - concentracao/dosagem 2mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,06	40.000,00	R$ 2.400,00
13	493323	DIAZEPAM CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG/ML FORMA AMPOLA DE 2ML VIA PARENTERAL	UNIDADE	R$ 0,55	1.200,00	R$ 660,00
14	7461	DIGOXINA - concentracao/dosagem 0,25mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,05	36.000,00	R$ 1.800,00
15	351703	DIPIRONA SODICA - concentracao/dosagem 500mg/ml, forma farmaceutica solucao oral, forma de apresentacao em frasco com 10ml contendo dados de identificacao, numero de,lote e validade, via oral.	FRASCO	R$ 0,63	5.600,00	R$ 3.528,00
16	16457	ENALAPRIL - concentracao/dosagem 5mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,05	120.000,00	R$ 6.000,00
17	22305	ESPIRONOLACTONA - concentracao/dosagem 25mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,15	48.000,00	R$ 7.200,00
18	493275	FUMARATO QUETIAPINA CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG FORMA COMPRIMIDO	UNIDADE	R$ 0,30	1.200,00	R$ 360,00
19	493332	FUROSEMIDA CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 10 MG MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL EM AMPOLA VIA PARENTERAL	UNIDADE	R$ 0,32	9.000,00	R$ 2.880,00

20	342947	GLIMEPIRIDA DOSAGEM 2 MG COMPRIMIDO	UNIDADE	R$ 0,07	600	R$ 42,00
21	342765	ISOSSORBIDA, MONONITRATO - concentracao/dosagem 40mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,19	6.000,00	R$ 1.140,00
22	19311	LORATADINA - concentracao/dosagem 10mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,05	36.000,00	R$ 1.800,00
23	351886	MELOXICAM, DOSAGEM 15 MG, FORMA COMPRIMIDO.	UNIDADE	R$ 0,10	24.000,00	R$ 2.400,00
24	351728	METFORMINA, CLORIDRATO - concentracao/dosagem 500mg, forma farmaceutica comprimido revestido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,05	36.000,00	R$ 1.800,00
25	493363	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO - concentracao/dosagem 4mg/ml, forma farmaceutica solucao oral, forma de apresentacao comprimido farmaceutica solucao oral, forma de apresentacao frasco, via de administracao	FRASCO	R$ 0,62	2.400,00	R$ 1.488,00
26	342787	METRONIDAZOL - concentracao/dosagem 250mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,10	90.000,00	R$ 9.000,00
27	341469	MICONAZOL - concentracao/dosagem de 20mg/g, forma farmaceutica creme, forma de apresentacao em bisnaga, via topica.	UNIDADE	R$ 1,65	1.200,00	R$ 1.980,00
28	493374	MICONAZOL, NITRATO - concentracao/dosagem de 20mg/g, forma	UNIDADE	R$ 1,65	900	R$ 1.485,00
29	335599	NIMESULIDA CONCENTRACAO/DOSAGEM 100MG FORMA COMPRIMIDO	UNIDADE	R$ 0,05	12.000,00	R$ 600,00
30	493358	OCITOCINA CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 UI/ML FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA VIA PARENTERAL	UNIDADE	R$ 0,94	3.600,00	R$ 3.384,00
31	342805	PARACETAMOL - concentracao/dosagem 500mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,04	180.000,00	R$ 7.200,00
32	493359	PENICILINA CRISTALINA 5000.00UI INJETAVEL FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO AMPOLA VIA PARENTERAL	UNIDADE	R$ 8,00	1.500,00	R$ 12.000,00
33	342988	QUETIAPINA CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 100 MG FORMA COMPRIMIDO	UNIDADE	R$ 0,43	1.200,00	R$ 516,00
34	336084	QUETIAPINA CONCENTRACAO/DOSAGEM 200MG FORMA COMPRIMIDO	UNIDADE	R$ 1,20	1.200,00	R$ 1.440,00
35	493361	RANITIDINA CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 25 MG/ML FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA 2ML VIA PARENTERAL	UNIDADE	R$ 0,40	9.000,00	R$ 3.600,00
36	10862	RANITIDINA, CLORIDRATO - concentracao/dosagem 150mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,07	90.000,00	R$ 6.300,00
37	493289	RETINOL COLECALCIFEROL OXIDO DE ZINCO VIT.A +VIT.D3 +OXIDO ZINCO E, CREME BISNAGA VIA TOPICA	UNIDADE	R$ 2,99	600	R$ 1.794,00
38	351903	RISPERIDONA CONCENTRACAO/DOSAGEM 2MG, FORMA COMPRIMIDO.	UNIDADE	R$ 0,16	6.000,00	R$ 960,00
39	351902	RISPERIDONA, CONCENTRACAO/DOSAGEMM 1 MG, FORMA COMPRIMIDO.	UNIDADE	R$ 0,16	6.000,00	R$ 960,00
40	493293	SACCHAROMY BOULARDII 17 - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG CAPSULA VIA ORAL	UNIDADE	R$ 0,64	1.800,00	R$ 1.152,00
41	351908	SERTRALINA CLORIDRATO, 50 MG, COMPRIMIDO	UNIDADE	R$ 0,11	15.000,00	R$ 1.650,00
42	7370	SULFAMETAXASOL + TRIMETROPINA - concentracao/dosagem 400mg + 80mg respectivamente, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,09	90.000,00	R$ 8.100,00
43	351960	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA - concentracao/dosagem 40mg/ml + 8mg/ml respectivamente, forma farmaceutica suspensao oral, forma de apresentacao frasco, via de administracao oral. frasco 50ml.	UNIDADE	R$ 1,04	3.600,00	R$ 3.744,00
44	493368	TENOXICAM CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 20MG FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO/ AMPOLA VIA PARENTERAL	UNIDADE	R$ 4,13	12.000,00	R$ 49.560,00
45	493370	TRAMADOL CLORIDRATO CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 50MG/ML FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO/ AMPOLA VIA PARENTERAL	UNIDADE	R$ 0,51	3.600,00	R$ 1.836,00

VALOR GLOBAL R$ 257.853,00. Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de Novembro de 2017.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 176/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **098/2017**, na modalidade **ELETRÔNICO** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais e Medicamentos para o Hospital Municipal, Pronto Atendimento, Farmácia Básica e Odontologia (II Etapa),** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **Josimar Marques Barbosa**, brasileiro, casado, portador do RG 0305291-5 SJ/MT e CPF 550.450.651-49 residente e domiciliado na Rua Apolônio Bouret de Melo, S/N, Bairro Centro, nesta cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2017** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 Empresa vencedora:

DELTA MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES - LTDA.

CNPJ 08.835.955/0001-70.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Qtde	Total
1	351182	BETAMETASONA, ACETATO + BETAMETASONA, FOSFATO DISSODICO - concentracao/dosagem 3mg/ml + 3mg/ml, forma farmaceutica solucao injetavel, forma de apresentacao ampola, via de administracao parentenal.	UNIDADE	R$ 4,80	900	R$ 4.320,00
2	335992	CARVEDILOL - concentracao/dosagem 12,5mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,16	48.000,00	R$ 7.680,00
3	342676	CARVEDILOL - concentracao/dosagem 3,125mg, forma farmaceutica comprimido, forma de apresentacao blister, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,16	48.000,00	R$ 7.680,00
4	19634	CEFALEXINA - concentracao/dosagem 500mg, forma farmaceutica capsula ou comprimido ou dragea, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,36	120.000,00	R$ 43.200,00
5	493313	CEFEPIMA CONCENTRACAO/DOSAGEM 1 G FORMA PO PARA SOLUCAO INJETAVEL	UNIDADE	R$ 3,52	1.200,00	R$ 4.224,00
6	325467	CLONAZEPAN - concentracao/dosagem 2,5mg/ml, forma formaceutica solucao oral, forma de apresentacao frasco, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 2,38	900	R$ 2.142,00
7	493320	DEXAMETASONA CONCENTRADO / DOSAGEM 2 MG/ML FORMA INJETAVEL VIA PARENTERAL	UNIDADE	R$ 0,50	18.000,00	R$ 9.000,00
8	493321	DEXAMETASONA CONCENTRADO / DOSAGEM 4MG/ML FORMA INJETAVEL 2,5ML VIA PARENTERAL	UNIDADE	R$ 0,62	18.000,00	R$ 11.160,00
9	493325	DICLOFENACO SODICO CONCENTRACAO/DOSAGEM 75MG/ML SOLUCAO INJETAVEL FORMA AMPOLA 3ML VIA INTRAMUSCULAR	UNIDADE	R$ 0,49	24.000,00	R$ 11.760,00
10	342764	ISOSSORBIDA, MONONITRATO - concentracao/dosagem 5mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao sublingual	UNIDADE	R$ 0,12	12.000,00	R$ 1.440,00
11	493354	METRONIDAZOL CONCENTRACAO/DOSAGEM 5MG/ML FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO- AMPOLA COM 100ML VIA INTRAVENOSA- BOLSA	UNIDADE	R$ 2,00	1.200,00	R$ 2.400,00
12	351968	TIAMINA - concentracao/dosagem 300mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,16	60.000,00	R$ 9.600,00

VALOR GLOBAL R$ 114.606,00. Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de Novembro de 2017.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 175/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **098/2017**, na modalidade **ELETRÔNICO** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais e Medicamentos para o Hospital Municipal, Pronto Atendimento, Farmácia Básica e Odontologia (II Etapa),** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **Josimar Marques Barbosa**, brasileiro, casado, portador do RG 0305291-5 SJ/MT e CPF 550.450.651-49 residente e domiciliado na Rua Apolônio Bouret de Melo, S/N, Bairro Centro, nesta cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2017** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 Empresa vencedora:

ALL MÉDICA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA – ME.

CNPJ 07.095.969/0001-32.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Qtde	Total
1	493311	BUPIVACAINA + GLICOSE CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,5% + GLICOSE 8% FORMA SOLUCAO INJETAVEL COM 4ML AMPOLA	UNIDADE	R$ 2,59	1.200,00	R$ 3.108,00
2	335993	CARVEDILOL - concentracao/dosagem 25mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral	UNIDADE	R$ 0,15	48.000,00	R$ 7.200,00
3	342677	CARVEDILOL - concentracao/dosagem 6,25mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,15	48.000,00	R$ 7.200,00
4	351809	FITOMENADIONA CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA VIA INTRAMUSCULAR	UNIDADE	R$ 1,22	1.800,00	R$ 2.196,00
5	493345	HIDRALAZINA SODICA CONCENTRACAO/DOSAGEM 20MG/ML FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL EM FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA 1ML VIA PARENTERAL	UNIDADE	R$ 4,98	1.000,00	R$ 4.980,00
6	351882	LAMOTRIGINA, 50 MG, COMPRIMIDO.	UNIDADE	R$ 0,38	600	R$ 228,00
7	493351	LIDOCAINA CLORIDRATO CONCENTRACAO/DOSAGEM 2% COM EPINEFRINA 1.200 FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL EM FORMA DE APRESENTACAO FRASCO OU AMPOLA COM 20ML VIA PARENTERAL	UNIDADE	R$ 2,77	600	R$ 1.662,00
8	493400	MEPIVACAINA CLORIDRATO, CONCENTRACAO/DOSAGEM 3% SEM VASOCONSTRITUR , FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL APRESENTACAO TUBETE 1.8ML CX C/ 50 UNID.	CAIXA	R$ 60,80	48	R$ 2.918,40

9	493379	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO - concentracao/dosagem	UNIDADE	R$ 0,32	48.000,00	R$ 15.360,00
10	493357	AMPOLA COM 10ML VIA INJETAVEL SOLUCAO INJETAVEL	UNIDADE	R$ 32,35	240	R$ 7.764,00
11	493446	PRILOCAINA CLORIDRATO + FELIPRESSINA CONCENTRACAO / DOSAGEM 3% FORMA FARMACEUTICA CREME TUBETE 1,80ML VIA TOPICA. CX C/ 50 UNID	CAIXA	R$ 60,80	48	R$ 2.918,40

VALOR GLOBAL R$ 55.534,80. Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de Novembro de 2017.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 174/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **098/2017**, na modalidade **ELETRÔNICO** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais e Medicamentos para o Hospital Municipal, Pronto Atendimento, Farmácia Básica e Odontologia (II Etapa),** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **Josimar Marques Barbosa**, brasileiro, casado, portador do RG 0305291-5 SJ/MT e CPF 550.450.651-49 residente e domiciliado na Rua Apolônio Bouret de Melo, S/N, Bairro Centro, nesta cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2017** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 Empresa vencedora:

DENTAL PRIME – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSPITALARES – EIRELI.

CNPJ 21.504.525/0001-34.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Qtde	Total
1	493417	ESCOVA DENTAL - para higiene bucal, de crianca, macias e pontas arredondadas, comtufos distribuidos por fileiras, em diversas cores, medindo aproximadamente14cm de comprimento, com cabeca pequena e ovalada, manual, embalada individualmente em caixa.	UNIDADE	R$ 2,14	4.800,00	R$ 10.272,00
2	351949	PRILOCAINA, CLORIDRATO + FELIPRESSINA - concentracao/dosagem 30mg/ml + 0,03ui/ml respectivamente, forma farmaceutica solucao injetave, forma de apresentacao tubete, via de administracao pertucanea ou parenteral.	UNIDADE	R$ 1,15	3.000,00	R$ 3.450,00

VALOR GLOBAL R$ 13.722,00. Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de Novembro de 2017.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 173/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **098/2017**, na modalidade **ELETRÔNICO** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais e Medicamentos para o Hospital Municipal, Pronto Atendimento, Farmácia Básica e Odontologia (II Etapa),** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **Josimar Marques Barbosa**, brasileiro, casado, portador do RG 0305291-5 SJ/MT e CPF 550.450.651-49 residente e domiciliado na Rua Apolônio Bouret de Melo, S/N, Bairro Centro, nesta cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2017** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 Empresa vencedora:

CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA.

CNPJ 07.847.837/0001-10.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Qtde	Total
1	493306	AMICACINA SULFATO CONCENTRCAO/DASAGEM SOLUCAO INJETAVEL 50 MG / ML AMPOLA	UNIDADE	R$ 1,45	900	R$ 1.305,00
2	342901	AMINOFILINA 100MG COMPRIMIDO	UNIDADE	R$ 0,09	2.400,00	R$ 216,00
3	335573	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO - concentracao/dosagem 25mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,04	60.000,00	R$ 2.460,00
4	493309	BIPERIDENO 5MG FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL AMPOLA DE 1ML VIA PARENTERAL	UNIDADE	R$ 2,01	450	R$ 904,50
5	342678	CEFALEXINA - concentracao/dosagem 50mg/ml, forma farmaceutica susp.oral, farma de apresentacao em frasco com 60ml, via oral	UNIDADE	R$ 6,75	4.800,00	R$ 32.400,00
6	335579	CINARIZINA 75MG COMPRIMIDO	UNIDADE	R$ 0,12	1.200,00	R$ 144,00
7	493264	DEXAMETASONA CONCENTRADO / DOSAGEM 4 MG FORMA COMPRIMIDO	UNIDADE	R$ 0,34	600	R$ 204,00
8	493267	DICLOFENACO DIETILAMONIO CONCENTRACAO / DOSAGEM 11,6MG/G FORMA GEL TUBO	UNIDADE	R$ 2,99	150	R$ 448,50
9	493324	DICLOFENACO POTASSIO CONCENTRACAO/DOSAGEM 25MG/ML SOLUCAO INJETAVEL FORMA AMPOLA VIA INTRAMUSCULAR	UNIDADE	R$ 1,46	24.000,00	R$ 35.040,00
10	493326	DIMENIDRINATO + PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE CONCENTRACAO/DOSAGEM 3 MG/ML + 5MG/ML + 100 MG/ML + 100 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL INTRAVESO	UNIDADE	R$ 3,80	1.200,00	R$ 4.560,00
11	493327	DOPAMINA, CLORIDRATO 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA. VIA PARENTERAL	UNIDADE	R$ 2,15	600	R$ 1.290,00
12	352186	ESTROGENIOS CONJUGADOS - concentracao/dosagem 0,625mg, forma farmaceutica dragea, forma de apresentacao blister, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,78	12.000,00	R$ 9.360,00
13	493329	FENITOINA CONCENTRACAO/DOSAGEM 50MG/ML FORMA FARMACEITICA SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA VIA PARENTERAL	UNIDADE	R$ 2,14	600	R$ 1.284,00
14	493331	FLUMAZENIL CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 0,1 MG MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL EM AMPOLA DE 5 ML VIA INTRAVENOSA	UNIDADE	R$ 14,35	24	R$ 344,40
15	320613	GLICERINA - concentracao/dosagem de 12% forma farmaceutica solucao para enema, forma de apresentacao em ampola com 250ml + canula, retal.	FRASCO	R$ 8,79	360	R$ 3.164,40
16	493336	GLICOSE CONCENTRACAO/DOSAGEM 50% FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL EM AMPOLA 10ML VIA INTRAVENOSA	UNIDADE	R$ 0,32	1.200,00	R$ 384,00
17	493339	HALOPERIDOL CONCENTRACAO/DOSAGEM 5MG/ML FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL EM AMPOLA 1ML VIA PARENTERAL	UNIDADE	R$ 1,10	900	R$ 990,00
18	493278	HIDROXIZINA CONCENTRACAO/DOSAGEM 2MG/ML FORMA XAROPE	FRASCO	R$ 5,66	48	R$ 271,68
19	493421	INDICADOR BIOLOGICO - em tubo plastico termoplastico, flexivel, p/monitorar ciclo de esterilizacao a vapor, em 24horas, tiras impregnadas com esporos bacterianos de bacillus stearothemophellus.	UNIDADE	R$ 18,00	90	R$ 1.620,00
20	321547	IODETO DE POTASSIO FORMA XAROPE 100 ML VIA ORAL FRASCO	FRASCO	R$ 4,80	90	R$ 432,00
21	342768	IVERMECTINA - concentracao dosagem 6 mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,21	1.200,00	R$ 252,00
22	493353	MAGNESIO SULFATO CONCENTRACAO/DOSAGEM 10% FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA COM 10ML VIA IV/IM	UNIDADE	R$ 0,34	600	R$ 204,00
23	351890	NITROFURAL, 2 MG/G, POMADA, POTE.	FRASCO	R$ 10,86	12	R$ 130,32
24	24992	NITROFURANTOINA concentracao/dosagem 100mg, forma farmaceutica capsula ou comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,20	12.000,00	R$ 2.400,00
25	351832	NITROPRUSSETO DE SODIO, 50 MG, INJETÁVEL, AMPOLA.	UNIDADE	R$ 10,91	240	R$ 2.618,40
26	10952	OXIDO DE ZINCO + TALCO + AGUA DE CAL + GLICERINA - concentracao/dosagem 250mg/g + 250mg/g + 250mg/g + 250mg/g respectivamente, forma farmaceutica pasta aquosa, forma de apresentacao topica.	UNIDADE	R$ 8,46	360	R$ 3.045,60
27	493396	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL HIBRIDA REPOSICAO DE SERINGA DE 4G, COMPOSTA BASICAMENTE POR MATRIZ ORGANICA BIS-GMA, CARGA INORGANICA SILANO ESCALA VITA B2 EMBALADA EM CAIXA	UNIDADE	R$ 28,00	48	R$ 1.344,00
28	493404	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL MICRHIBRIDA PARA RESTAURACAO DE ANTERIORES E POTERIORES REPOSICAO DE RESINA EM SERINGA DE 4G, COMPOSTA DE VIDRO BARIO ALUMINIO FLUORETADO (0,02-2MILIMICRA) 60% DE VOLUME COR C4	UNIDADE	R$ 28,00	48	R$ 1.344,00
29	493395	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL MICROPARTICULAS PARA REPOSICAO E POSTERIOR REPOSICAO DE SERINGA DE 4G, RESINA EM REPOSICAO MATRIZ ORGANICA BIS-GMA, CARGA INORGANICA SILANO ESCALA VITA A3,5 EMBALADA EM CAIXA	UNIDADE	R$ 28,00	48	R$ 1.344,00
30	493392	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL MICROPARTICULAS, PARA RESTAURACAO POSTERIORES REPOSICAO- RESINA FILTEK P60-3M RESINA EM SERINGA DE 4G, MATRIZ ORGANICA BISEMA E UDMA, FILLER INORGANICO 61% NA COR A2	UNIDADE	R$ 28,00	48	R$ 1.344,00
31	493393	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL MICROPARTICULAS, TAM. MEDIO RESTAURACAO DE ANTERIORES E POSTERIOR REPOSICAO DE SERINGA DE 4G, RESINA EM REPOSICAO MATRIZ ORGANICA BISEMA E UDMA, BIS-EMA, INORGANICO 100% NA COR A3	UNIDADE	R$ 28,00	48	R$ 1.344,00
32	493403	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL NANOPARTICULAS PARA RESTAURACAO EM ANTERIORES E POTERIORES EM SERINGA DE 4G, CONTEM BIS-GMA UDMA, TEGDMA E BIS- EMA COR C2	UNIDADE	R$ 20,50	48	R$ 984,00
33	493428	REVELADOR PARA FIMES RADIOGRAFICOS COMPOSTO DE METABISSULFITO DE SODIOS (5-10%) E HIDROQUINONA A 2% EM SOLUCAO PRONTA PARA USO PROCESSADOR MANUAL. FRASCO 475 ML	UNIDADE	R$ 10,00	24	R$ 240,00
34	26132	SALBUTAMOL, SULFATO - concentracao/dosagem 0,4mg/ml, forma farmaceutica xarope, forma de administracao frasco, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 1,24	600	R$ 744,00
35	335605	SULFATO FERROSO - sulfato ferroso xarope, liquido 5mg/ml, oral.	UNIDADE	R$ 1,46	600	R$ 876,00
36	493410	TIMOLOL, MALEATO - concentracao/dosagem 5mg/ml, forma farmaceutica solucao oftalmica, forma de apresentacao frasco via de administracao oftalmica.	FRASCO	R$ 2,96	120	R$ 355,20
37	351914	TRAZODONA CLORIDRATO, 50 MG, COMPRIMIDO REVISTIDO	UNIDADE	R$ 1,00	1.200,00	R$ 1.200,00
38	342843	VARFARINA SODICA - concentracao/dosagem 5mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,13	1.200,00	R$ 156,00

VALOR GLOBAL R$ 116.748,00. Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de Novembro de 2017.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 172/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **098/2017**, na modalidade **ELETRÔNICO** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais e Medicamentos para o Hospital Municipal, Pronto Atendimento, Farmácia Básica e Odontologia (II Etapa),** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **Josimar Marques Barbosa**, brasileiro, casado, portador do RG 0305291-5 SJ/MT e CPF 550.450.651-49 residente e domiciliado na Rua Apolônio Bouret de Melo, S/N, Bairro Centro, nesta cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2017** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 Empresa vencedora:

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ 03.652.030/0001-70.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Qtde	Total
1	493252	ACETILCISTEINA - CONCENTRACAO /DOSAGEM 40MG /ML XAROPE FRASCO	UNIDADE	R$ 7,50	900	R$ 6.750,00
2	493302	ADENOSINA CONTRACAO/DOSAGEM DE 6M FORMA INJETAVEL AMPOLA VIA INTRAVENOSO	UNIDADE	R$ 8,99	600	R$ 5.394,00
3	10071	AMIODARONA CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 150 MG SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA COM 3ML VIA PARENTERAL	UNIDADE	R$ 1,75	1.800,00	R$ 3.150,00
4	10840	AMOXICILINA + CLAVULONATO DE POTASSIO - concentracao/dosagem 50mg/ml + 12,5 mg/ml respectivamente, forma farmaceutica po para suspensao oral, forma de apresentacao frasco, via de administracao oral 75ml	UNIDADE	R$ 12,87	120	R$ 1.544,40
5	16429	ANLODIPINO BESILATO - concentracao/dosagem 10 mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,06	120.000,00	R$ 7.200,00
6	19632	AZITR0MICINA - concentracao/dosagem 200mg/5ml, forma farmaceutica suspensao oral, forma de apresentacao frasco, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 4,19	900	R$ 3.771,00
7	11259	BENZOATO DE BENZILA - concentracao/dosagem 25%, forma farmaceutica suspensao oral, forma de apresentacao frasco, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 3,00	600	R$ 1.800,00
8	8509	CARBAMAZEPINA - concentracao/dosagem 400mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,34	48.000,00	R$ 16.320,00
9	26121	CARBONATO DE CALCIO + CALECALCIFEROL - concentracao/dosagem 500mg + 200ui respectivamente, forma farmaceutica capsula ou comprimido, via de	UNIDADE	R$ 0,08	36.000,00	R$ 2.880,00
10	24961	CARBONATO DE LITIO - concentracao/dosagem 300mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,18	12.000,00	R$ 2.160,00
11	493314	CEFTRIAXONA CONCENTRACAO / DOSAGEM 1 GRAMA FORMA PO PARA SOLUCAO INJETAVEL VIA INTRAVENOSA	UNIDADE	R$ 1,35	9.000,00	R$ 12.150,00
12	493260	CETOCONAZOL 200 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO	UNIDADE	R$ 0,13	3.000,00	R$ 390,00
13	342913	CIMETIDINA 200 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO	UNIDADE	R$ 0,14	3.600,00	R$ 504,00
14	351210	CIPROFLOXACINO - concentracao/dosagem 500mg, forma farmaceutica comprimido revestido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,15	60.000,00	R$ 9.000,00
15	320673	CLARITROMICINA - concentracao/dosagem 500mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 5,00	600	R$ 3.000,00
16	336057	CODEINA, FOSFATO DE 30MG POR COMPRIMIDO VIA ORAL	UNIDADE	R$ 0,92	1.200,00	R$ 1.104,00
17	493265	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO +BETAMETASONA (2MG + 0,25 MG) 5ML XAROPE SOLUCAO ORAL	FRASCO	R$ 4,10	200	R$ 820,00
18	491662	DICLOFENACO SODICO - Concentracao dosagem 11,6MG, forma farmaceutica spray, forma de apresentacao em aerosl via externa, TUBO com 60G	UNIDADE	R$ 4,00	120	R$ 480,00
19	326096	DIPIRONA SODICA - concentracao/dosagem 500mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,07	180.000,00	R$ 12.600,00
20	493328	ERGOMETRINA MALEATO CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,2 MG/ML FORMA INJETAVEL EM AMPLOA DE 1ML VIA PARENTERAL	UNIDADE	R$ 1,49	1.200,00	R$ 1.788,00
21	342941	ESCITALOPRAM 10MG COMPRIMIDO VIA ORAL	UNIDADE	R$ 0,17	1.200,00	R$ 204,00
22	342733	ESPIRONOLACTONA - concentracao/dosagem 100mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,45	1.200,00	R$ 540,00
23	26768	ESPIRONOLACTONA - concentracao/dosagem 50mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,27	1.200,00	R$ 324,00
24	493330	FENOBARBITAL CONCENTRACAO/DOSAGEM 200MG/ML FORMA FARMACEITICA SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA VIA PARENTERAL	UNIDADE	R$ 1,70	600	R$ 1.020,00

25	351709	FLUOXETINA, CLORIDRATO - concentracao/dosagem 20mg, forma farmaceutica capsula, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,05	90.000,00	R$ 4.500,00
26	493274	FORMOTEROL FUMARATO, ASSOCIADO COM BUDESONIDA, 12 MCG + 400 MCG/DOSE, PÓ INALANTE, COM FRASCO COM 60 DOSE VIA ORAL	FRASCO	R$ 1,95	5.000,00	R$ 9.750,00
27	493343	HEPARINA SODICA CONCENTRACAO/DOSAGEM 5000UI / 0,25ML FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL EM FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA 0,5ML VIA SUBCUTANEA	UNIDADE	R$ 4,50	600	R$ 2.700,00
28	342761	IBUPROFENO - concentracao/dosagem 300mg, forma farmaceutica comprimido revestido, via de administracao.	UNIDADE	R$ 0,17	180.000,00	R$ 30.600,00
29	490014	IBUPROFENO - concentracao/dosagem de 50mg/ml, frasco gotas com 30ml (sem corante), via oral, solucao oral.	FRASCO	R$ 1,02	9.000,00	R$ 9.180,00
30	24977	ITRACONAZOL - concentracao/dosagem 100mg, forma farmaceutica capsula, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,70	12.000,00	R$ 8.400,00
31	493279	LEVOMEPROMAZINA CLORIDRATO 100MG /ML SOLUCAO ORAL FRASCO 20ML	FRASCO	R$ 9,00	120	R$ 1.080,00
32	493335	LEVONORGESTREL + ETINILESTRADIOL - concentracao/dosagem 0,15mg + 0,03mg respectivamente, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	CAIXA	R$ 0,68	1.800,00	R$ 1.224,00
33	493342	LIDOCAINA, CLORIDRATO - concentracao/dosagem 20mg/g, forma farmaceutica geleia, forma de apresentacao bisnaga, via de administracao topica. tubo.	UNIDADE	R$ 1,80	1.200,00	R$ 2.160,00
34	351884	LOPERAMIDA CLORIDRATO CONCENTRACAO/DOSAGEM 2 MG, FORMA COMPRIMIDO.	UNIDADE	R$ 0,20	600	R$ 120,00
35	493281	MEMANTINA CLORIDRATO CONCENTRADO/DOSAGEM 10MG FORMA	UNIDADE	R$ 0,35	1.200,00	R$ 420,00
36	1310	METILDOPA - concentracao/dosagem 500mg, forma farmaceutica comprimido revestid, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,50	90.000,00	R$ 45.000,00
37	10656	METRONIDAZOL - concentracao/dosagem 100mg/g, forma farmaceutica geleia,	UNIDADE	R$ 4,10	2.400,00	R$ 9.840,00
38	335598	NIFEDIPINO - concentracao/dosagem 10mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,03	360.000,00	R$ 10.800,00
39	493283	NIFEDIPINO CONCENTRACAO/DOSAGEM 20MG FORMA COMPPRIMIDO	UNIDADE	R$ 0,04	30.000,00	R$ 1.200,00
40	351889	NIMESULIDA CONCENTRACAO /DOSAGEM 50 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS, FRASCO.	UNIDADE	R$ 1,30	1.200,00	R$ 1.560,00
41	493380	OLEO MINERAL PURO - 100%, oleo, frascocom 100ml, oral.	UNIDADE	R$ 2,20	600	R$ 1.320,00
42	19635	OMEPRAZOL - concentracao/dosagem 20mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,07	120.000,00	R$ 8.400,00
43	351891	OXCARBAZEPINA, 300 MG, COMPRIMIDO.	UNIDADE	R$ 0,68	1.200,00	R$ 816,00
44	351894	OXCARBAZEPINA, 60 MG/ML, SUSPENÇÃO ORAL, FRASCO.	UNIDADE	R$ 21,00	250	R$ 5.250,00
45	11618	PREDNISONA - concentracao dosagem 5 mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,09	60.000,00	R$ 5.400,00
46	9331	PREDNISONA - concentracao/dosagem 20mg, forma farmaceutica	UNIDADE	R$ 0,18	60.000,00	R$ 10.800,00
47	493364	SACARATO DE HIDROXIDO FERRICO CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 100 MG FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA 5ML	UNIDADE	R$ 5,45	3.600,00	R$ 19.620,00
48	493294	SALBUTAMOL SULATO CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 0,4MG/10ML (0,04) FORMA XAROPE	UNIDADE	R$ 1,09	1.200,00	R$ 1.308,00
49	10864	SALBUTAMOL, SULFATO - concentracao/dosagem 100mcg, forma farmaceutica aerossol, forma de apresentacao frasco spray, via de administracao inalador.	UNIDADE	R$ 5,69	360	R$ 2.048,40
50	15168	SULFADIAZINA DE PRATA - concentracao/dosagem de 1%, forma farmaceutica creme, forma de apresentacao em bisnaga com 50g, via topica	UNIDADE	R$ 4,45	1.200,00	R$ 5.340,00
51	493408	SULFATO FERROSO - concentracao/dosagem de 109mg em sulfato ferroso (equivalente a 40mg em ferro elementar), forma farmaceutica comprimido, forma de apresentacao em comprimido prazo de validade minimo de 12 meses, via oral.	UNIDADE	R$ 0,03	120.000,00	R$ 3.600,00
52	493298	TRAMADOL CLORIDRATO CONCENTRACAO / DOSAGEM 50 MG FORMA EM CAPSULA	UNIDADE	R$ 0,17	3.600,00	R$ 612,00
53	493300	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1, B2, B3, B5, B6 / 1,0MG + 0,4MG+4MG+0,6MG+0,4MG/ML FORMA XAROPE FRASCO COM 100ML	FRASCO	R$ 3,00	1.200,00	R$ 3.600,00
54	493372	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1, B2, B3, B5, B6 E PP SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA COM 2ML	UNIDADE	R$ 0,78	15.000,00	R$ 11.700,00

VALOR GLOBAL R$ 313.241,80. Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de Novembro de 2017.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 171/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **098/2017**, na modalidade **ELETRÔNICO** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais e Medicamentos para o Hospital Municipal, Pronto Atendimento, Farmácia Básica e Odontologia (II Etapa),** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **Josimar Marques Barbosa**, brasileiro, casado, portador do RG 0305291-5 SJ/MT e CPF 550.450.651-49 residente e domiciliado na Rua Apolônio Bouret de Melo, S/N, Bairro Centro, nesta cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2017** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes

desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 Empresa vencedora:

DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ 02.520.829/0001-40.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Qtde	Total
1	351169	ALBENDAZOL - concentracao/dosagem 40mg/ml, forma SUSP. ORAL farmaceutica suspensao oral, forma de apresentacao frasco, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,96	3.600,00	R$ 3.456,00
2	24957	ALENDRONATO DE SODIO - concentracao/dosagem 70mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,24	4.800,00	R$ 1.152,00
3	24424	ATENOLOL - concentracao/dosagem 100mg, forma farmaceutica comprimido, via	UNIDADE	R$ 0,06	60.000,00	R$ 3.600,00
4	14680	ATENOLOL - concentracao/dosagem 50mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,04	240.000,00	R$ 9.600,00
5	10193	BIPERIDENO - concentracao/dosagem 2mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,15	12.000,00	R$ 1.800,00
6	19335	CAPTOPRIL - concentracao/dosagem 25mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,02	420.000,00	R$ 8.400,00
7	10844	CARBAMAZEPINA - concentracao/dosagem 20mg/ml, forma farmaceutica suspensao oral, forma de apresentacao, frasco. via de administracao.	UNIDADE	R$ 10,99	240	R$ 2.637,60
8	493316	CETOPROFENO, 100 MG, FORMA SOLUCAO INJETÁVEL, - AMPOLA VIA PARENTERAL	UNIDADE	R$ 3,14	9.000,00	R$ 28.260,00
9	493317	CIMETIDINA CONCETRACAO/AMPOLA 150MG/ML FORMA INJETAVEL AMPOLA 2 ML VIA PARENTERAL	UNIDADE	R$ 0,70	9.000,00	R$ 6.300,00
10	493318	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO 2 MG / ML, SOLUCAO INJETAVEL FRASCO COM 100ML INTRAVENOSA	UNIDADE	R$ 29,00	600	R$ 17.400,00
11	342932	DEXAMETASONA - concentracao/dosagem 1mg/g, forma farmaceutica creme, forma de apresentacao bisnaga, via de administracao topica.	UNIDADE	R$ 0,87	16.000,00	R$ 13.920,00
12	336000	DIAZEPAM - concentracao/dosagem 5mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,05	36.000,00	R$ 1.800,00
13	351702	DIPIRONA SODICA - concentracao/dosagem 500mg/ml forma farmaceutica solucao injetavel, forma de apresentacao ampola, via de administracao parenteral.	UNIDADE	R$ 0,31	60.000,00	R$ 18.600,00
14	19336	ENALAPRIL - concentracao/dosagem 10mg, forma farmaceutica comprimid, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,03	120.000,00	R$ 3.600,00
15	1329	ENALAPRIL - concentracao/dosagem 20mg, forma farmaceutica	UNIDADE	R$ 0,04	90.000,00	R$ 3.600,00
16	19338	FUROSEMIDA - concentracao/dosagem 40mg, forma farmaceutica comprimido, via	UNIDADE	R$ 0,03	120.000,00	R$ 3.600,00
17	11636	GLIBENCLAMIDA - concentracao/dosagem 5mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,02	360.000,00	R$ 7.200,00
18	28978	IBUPROFENO - concentracao/dosagem 600mg, forma farmaceutica comprimido revestido, via de administracao.	UNIDADE	R$ 0,09	120.000,00	R$ 10.800,00
19	342955	LEVOMEPROMAZINA - concentracao/dosagem 25mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,34	12.000,00	R$ 4.080,00
20	493352	LIDOCAINA CLORIDRATO CONCENTRACAO/DOSAGEM 2% FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL SEM VASOCONSTRICTOR EM FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA COM20ML VIA PARENTERAL	UNIDADE	R$ 2,14	2.400,00	R$ 5.136,00
21	24985	LOSARTANA, POTASSICA - concentracao/dosagem 50mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,03	480.000,00	R$ 14.400,00
22	493280	MEBENDAZOL CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 20MG/ML FORMA FRASCO COM 30 MLVIA ORAL	FRASCO	R$ 1,14	250	R$ 285,00
23	22309	MEDROXIPROGESTERONA - concentracao/dosagem 150mg/ml, forma farmaceutica suspensao injetavel, forma de apresentacao frasco-ampola, via de administraca intramuscular.	UNIDADE	R$ 12,44	1.200,00	R$ 14.928,00
24	7439	METFORMINA, CLORIDRATO - concentracao/dosagem 850mg, forma farmaceutica comprimido revestido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,04	360.000,00	R$ 14.400,00
25	351744	NISTATINA - concentracao/dosagem de 100000ui/ml, forma de farmaceutica suspensao oral, forma de apresentacao em frasco com 30ml e conta gotas, via	FRASCO	R$ 2,87	600	R$ 1.722,00
26	321605	PARACETAMOL - 200mg/ml, solucao, frasco conta gotas com 10ml, via oral.	FRASCO	R$ 0,58	4.800,00	R$ 2.784,00
27	493382	PERMETRINA - concentracao/dosagem 10mg/ml, forma farmaceutica locao, forma de apresentacao frasco, via de administracao topica.	FRASCO	R$ 1,35	360	R$ 486,00
28	493385	PREDNISOLONA, ACETATO - concentracao/dosagem 1mg/ml, forma farmaceutica solucao oral, forma de apresentacao em frasco com 100ml, via oral.	FRASCO	R$ 7,19	600	R$ 4.314,00
29	493387	PREDNISOLONA, ACETATO - concentracao/dosagem 3mg/ml, forma farmaceutica solucao oral, forma de apresentacao em frasco com 60ml, via oral.	FRASCO	R$ 3,58	1.200,00	R$ 4.296,00
30	493291	RIFAMICINA SV SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 10 MG/ML FORMA SOLUCAO FRASCO SPRAY VIA TOPICA	UNIDADE	R$ 2,99	900	R$ 2.691,00
31	336023	SINVASTATINA - concentracao/dosagem 20mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,06	90.000,00	R$ 5.400,00
32	22316	SINVASTATINA - concentracao/dosagem 40mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,13	60.000,00	R$ 7.800,00
33	16498	VALPROATO DE SODIO - concentracao/dosagem 250mg, forma farmaceutica capsula ou comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,30	18.000,00	R$ 5.400,00
34	15530	VALPROATO DE SODIO - concentracao/dosagem 500mg, forma farmaceutica comprimido revestido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,65	18.000,00	R$ 11.700,00
35	342840	VALPROATO DE SODIO - concentracao/dosagem 50mg/ml, forma farmaceutica xarope, forma de apresentacao frasco, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 2,90	600	R$ 1.740,00

VALOR GLOBAL R$ 247.287,60. Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de Novembro de 2017.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 170/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **098/2017**, na modalidade **ELETRÔNICO** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais e Medicamentos para o Hospital Municipal, Pronto Atendimento, Farmácia Básica e Odontologia (II Etapa),** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **Josimar Marques Barbosa**, brasileiro, casado, portador do RG 0305291-5 SJ/MT e CPF 550.450.651-49 residente e domiciliado na Rua Apolônio Bouret de Melo, S/N, Bairro Centro, nesta cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2017** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 Empresa vencedora:

DENTAL OPEN – COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - EPP, CNPJ 08.849.206/0001-00.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Qtde	Total
1	336092	ACIDO FOSFORICO EM GEL 37% EMBALADO EM SERINGA, ROTULO N. LOTE. KIT	UNIDADE	R$ 5,00	120	R$ 600,00
2	493426	AGULHA GENGIVAL DESCARTAVEL - calibre 27g curta, confeccionada em aco inoxidavel, embalada individualmente com lacre em plastico resistente, em caixa com 100 unidades, constando externamente marca comercial, procedencia da fabricacao, recomendacao.	CAIXA	R$ 33,00	120	R$ 3. 960,00
3	13875	AGULHA GENGIVAL DESCARTAVEL, CALIBRE 30G - EXTRA CURTA, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDAVEL. COM 100 UNIDADES	CAIXA	R$ 28,70	48	R$ 1. 377,60
4	493429	ALGODAO EM ROLOS - rolos para uso odontologico, embalado em pocotes com 100 roletes, rotulo com marca comercial e procedencia de fabricacao.	UNIDADE	R$ 1,70	360	R$ 612,00
5	493430	AMALGAMA EM CAPSULA SEM FAZER GAMA - 2, com particulares esferoidais irregulares, controle do tempo de trabalho e quantidades das porcoes, caixa com50 capsulas de 1 porcao e tempo de presa regular.	UNIDADE	R$ 62,50	90	R$ 5. 625,00
6	493432	AMALGAMA EM CAPSULA SEM FAZER GAMA - 2, com particulares esferoidais irregulares, controle do tempo de trabalho e quantidades das porcoes, caixa com50 capsulas de 2 porcao e tempo de presa regular.	UNIDADE	R$ 97,90	90	R$ 8. 811,00
7	493284	APLICADOR ODONTOLOGICO DOBRAVEL, DESCARTAVEL PLASTICO, PONTAS FINAS NAO ABSORVENTES, REGULAR	UNIDADE	R$ 9,29	90	R$ 836,10
8	493407	BROCA ALTA ROTACAO, ACO INOXIDAVEL DIAMANTADA, CONICA TOPO INATIVO HASTE REGULAR, CORTE MEDIO, 3082	UNIDADE	R$ 1,60	80	R$ 128,00
9	493414	BROCA ODONTOLOGICA ACO INOXIDADVEL REF. 1014 ALTA ROTACAO, DIAMANTADA, ESFERICA, MEIO FISICO-QUIMICO.	UNIDADE	R$ 1,60	80	R$ 128,00
10	493377	BROCA ODONTOLOGICA ACO INOXIDADVEL TIPO GATES GLIDDEN, FORMA CILINDRICA, NUMERO 3 HATES LONGA COM 32MM DE COMPRIMENTO.	UNIDADE	R$ 8,10	80	R$ 648,00
11	16101	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO - PARA ALTA ROTACAO, ACO CARBIDE, ESFERICA, NUMERO 1/4, CONFORME AS NORMAS ISO EXISTENTES PARA OS INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLOGICOS.	UNIDADE	R$ 6,92	80	R$ 553,60
12	493411	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO - PARA ALTA ROTACAO, ACO CARBIDE, CONICA INVERTIDA N. 245 INSTRUMENTO ROTATIVOS ODONTOLOGICOS	UNIDADE	R$ 6,92	80	R$ 553,60
13	493256	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO - PARA ALTA ROTACAO, ACO CARBIDE, CONICA, 30 LAMINAS PARA ROTACAO, ACO CARBIDE, CHAMA - 30 LAMINAS, PARA POLIMENTO E ACABAMENTO DE RESINA, OURO, DENTES NATURAIS, NUMERO 9406.	UNIDADE	R$ 25,00	80	R$ 2. 000,00
14	493441	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO - para alta rotacao, diamantada, cilindrica plana, numero 1091, conforme as normas iso existentes para os instrumentos rotativos odontologicos,passivel de esterilizacao em meios fisico-quimico, embalada individualmente.	UNIDADE	R$ 1,60	90	R$ 144,00
15	493438	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO - para alta rotacao, diamantada, cilindrica, numero 1090, conforme as normas iso existentes para os instrumentos rotativos odontologicos,passivel de esterilizacao em meios fisico-quimico, embalada individualmente.	UNIDADE	R$ 1,58	90	R$ 142,20
16	493443	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO - para alta rotacao, diamantada, conica invertida, numero 1034, conforme as normas iso existentes para os instrumentos rotativos odontologicos,passivel de esterilizacao em meios fisico-quimico, embalada individualmente.	UNIDADE	R$ 1,58	90	R$ 142,20
17	493415	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO - PARA ALTA ROTACAO, DIAMANTADA, CONICA PLANA, NUMERO 1064, CONFORME AS NORMAS ISO EXISTENTES PARA OS INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLOGICOS.	UNIDADE	R$ 1,60	80	R$ 128,00
18	493444	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO - para alta rotacao, diamantada, esferica, numero 1013, conforme as normas iso existentes para os instrumentos rotativos odontologicos,passivel de esterilizacao em meios fisico-quimico, embalada individualmente.	UNIDADE	R$ 1,60	90	R$ 144,00
19	493445	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO - para alta rotacao, diamantada, esferica, numero 1016HL, haste longa esterilizavel em meios fisico-quimico, embalada individualmente, contendo externamente numero, marca comercial e fabricante.	UNIDADE	R$ 1,58	90	R$ 142,20
20	493406	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO ALTA ROTACAO EM ACO CARBIDE ESFERICA APLICACAO CIRCURGICA TAMANHO 8 HASTE LONGA PARA INSTRUMENTO ROTATIVOS. EMBALAGEM EM BLISTER	UNIDADE	R$ 4,30	80	R$ 344,00
21	493301	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO, ACO INOXIDADVEL REF. 1013, ALTA ROTACAO, DIAMANTADA, CONFORME AS NORMAS EXISTENTES PARA OS INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLOGICOS.	UNIDADE	R$ 1,60	80	R$ 128,00

22	493413	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO, ALTA ROTACAO, DIAMANTADA, FORMA ESFERICA, REF. 1012 EM MEIO FISICO-QUIMICO.	UNIDADE	R$ 1,58	80	R$ 126,40
23	493376	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO, PARA ENDODONTIA, BAIXA ROTACAO, CONTRA ANGULO, ACO INOXIDAVEL, NUMERO 01, CONTRA-ANGULO, FORMA DE CHAMA. GATES	UNIDADE	R$ 8,91	80	R$ 712,80
24	1888	CREME DENTAL - creme, uso infantil (entre: 1.000 e 1.100 ppm de f) pesando 90gr, tutti-frutti, composto de: monofluorfosfato de sodio, silicato de sodio, fluoreto de sodio, agua, agente anti-septico, aroma,sacarina, bisnaga, embalada	UNIDADE	R$ 4,00	120	R$ 480,00
25	493402	CREME DENTAL ODONTOLOGICO, USO ADULTO, PESANDO 90GR SEM AROMA LAURIL, COMPOSTO DE FLUOR SULFATO DE SODIO, SACARINA AGUA SORBITOL	CAIXA	R$ 2,22	240	R$ 532,80
26	350053	ESPELHO BUCAL SEM CABO Nº 5, S/CABO, IMAGEM FRONTAL DE PRECISAO, CONFECCIONADO EM ACO INOXIDAVEL, SUPERFICIE ESPELHADA, PASSIVEL DE ESTERILIZACAO EM MEIOS FISICO-QUIMICOS.	UNIDADE	R$ 30,00	60	R$ 1.800,00
27	335529	ESPELHO BUCAL SEM CABO Nº 5, S/CABO, IMAGEM FRONTAL DE PRECISAO, CONFECCIONADO EM ACO INOXIDAVEL, SUPERFICIE ESPELHADA, PASSIVEL DE ESTERILIZACAO EM MEIOS FISICO-QUIMICOS.	UNIDADE	R$ 2,75	60	R$ 165,00
28	493277	HIDROCORTIZONA + NEOMICINA SULFATO + POLIMIXINA B SULFATO CONCENTRACAO/DOSAGEM 10MG/ML+MG/ML+10.000 UI/ML FORMA SUSPENSAO OTOLOGICA FRASCO	FRASCO	R$ 17,00	36	R$ 612,00
29	17518	HIDROXIDO DE CALCIO PASTA BASE/PASTA CATALIZADORA E BLOCO DE MISTURA, PASTA BASE COM 13G, APROXIMADAMENTE EM TUBOS.	UNIDADE	R$ 17,00	120	R$ 2.040,00
30	493420	IONOMERO DE VIDRO PARA CMENTACAO E RESTAURACAO AUTOPOLIMERIZAVEL, KIT DE PO, LIQUIDO, MEDIDOR E ESPATULACAO, PO EM FRASCO COM APROXIMADAMENTE FRASCO COM 10G, COMPOSTO POR IONS FLUOR, CALCIO E ALUMINIO DE VIDRO.	UNIDADE	R$ 30,50	90	R$ 2.745,00
31	350061	MATRIZ ODONTOLOGICO ACO INOXIDAVEL FORMATO FITA, APRESENTACAO ROLO 50 CM, LARGURA 7 , TIPO USO DESCARTAVEL	UNIDADE	R$ 1,25	120	R$ 150,00
32	350062	MATRIZ ODONTOLOGICO POLIESTER, PRE- CORTADO, FITA ENVELOPE 50 FOLHAS DE 10 CM, 10 MM DESCATAVEL	UNIDADE	R$ 1,25	120	R$ 150,00
33	493388	OLEO LUBRIFICANNTE PARA USO ODONTOLOGICO PARA BAIXA ROTACAO SPRAY	UNIDADE	R$ 9,00	24	R$ 216,00
34	26137	PASTA PROFILATICO - contendo abrasivos suaves e aroma artificial, com fluor, em bisnaga de 50g embaladas individualmente, acondicionadas em caixa ou pacotes conforme o fabricante, constando externamente marca comercial, procedencia de fabricacao.	UNIDADE	R$ 7,00	36	R$ 252,00
35	493391	PORTA AMALGAMA ADULTO, CORPO CONTENDO INSCRICAO DE MARCA CONFECIONADO EM PLASTICO / SIMILAR ATOXICO POSSIVEL DE ESTERILIZACAO EM MEIO FISICOS-QUIMICOS	UNIDADE	R$ 6,00	60	R$ 360,00

VALOR GLOBAL R$ 37.489,50. Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de Novembro de 2017.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 169/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **098/2017**, na modalidade **ELETRÔNICO** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais e Medicamentos para o Hospital Municipal, Pronto Atendimento, Farmácia Básica e Odontologia (II Etapa),** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **Josimar Marques Barbosa**, brasileiro, casado, portador do RG 0305291-5 SJ/MT e CPF 550.450.651-49 residente e domiciliado na Rua Apolônio Bouret de Melo, S/N, Bairro Centro, nesta cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2017** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 Empresa vencedora:

SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME.

CNPJ 06.065.614/0001-38.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Qtde	Total
1	15158	ACIDO ACETILSALICILICO - concentracao/dosagem 500mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,04	5.000,00	R$ 200,00
2	493305	AMICACINA SULFATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 125 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL	UNIDADE	R$ 1,80	1.200,00	R$ 2.160,00
3	493255	BROMOPRIDA, 4 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO EM FRASCO	FRASCO	R$ 1,10	600	R$ 660,00
4	493439	CAIXAS CIRURGICAS EM ACO INOX AISI 400 Com formato retangular com dimensao de 26 X 12 X 06 CM com perrfeito ajuste da tampa	UNIDADE	R$ 107,30	12	R$ 1.287,60
5	493440	CAIXAS CIRURGICAS EM ACO INOX Com Dimensao de (18,00 X 8,00 x 3,00CM), Com tampa perfurada	UNIDADE	R$ 88,00	12	R$ 1.056,00
6	1284	CARBAMAZEPINA -concentracao/dosagem 200mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,09	56.000,00	R$ 5.040,00
7	493262	CLINDAMICINA CLORIDRATO 300 MG FORMA FARMACEUTICA CAPSULA COMPRIMIDO	UNIDADE	R$ 1,00	6.000,00	R$ 6.000,00

8	493418	COMPRESSA GAZE - 7,5 x 7,5cm, (nao esteril), com 11 fios, com 8 camadas, 5 dobras, sem, alvejante optico, altamente absorvente eresistente, macio com dobras p/dentro da, compresa. medindo aberto 15 x30cm, com gramatura min	UNIDADE	R$ 13,57	1.200,00	R$ 16.284,00
9	493449	DETERGENTE DESINCRUSTANTE - ALCALINO PO BRANCA PH (1%) = 12,0 = 0,2 PACOTE COM 1 KG ROTULO COM CONTENDO VALIDADE / QUIMICO	UNIDADE	R$ 38,40	36	R$ 1.382,40
10	493448	DETERGENTE ENZIMATICO COM 3 A 5 ENZIMAS BIODEGRADAVEL PARA LIMPEZA DE INSTRUMENTAIS E EQUIPAMENTOS DE ARTIGO MEDICO - HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS SOLUCAO LIQUIDA FRASCO	UNIDADE	R$ 43,50	36	R$ 1.566,00
11	493272	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SODICA 10MG/ML SOLUCAO GOTAS FRASCO	FRASCO	R$ 6,97	600	R$ 4.182,00
12	493419	ESFIGMOMANOMETRO - aneroide, aparelho de pressao arterial, com bracadeira (s) adulto, trabalhando na faixa de escala de 0 a 300mm/hg de alta precisao, com resolucao de hg, com pera em latex, com manguito (s) de borracha sintetica, em bracadeira.	UNIDADE	R$ 55,98	36	R$ 2.015,28
13	351805	ETILEFRINA CLORIDRATO, 10 MG/ML, INJETÁVEL, AMPOLA DE 1ML VIA PARENTERAL	UNIDADE	R$ 1,13	1.200,00	R$ 1.356,00
14	3632	FENOBABITAL - concentracao/dosagem 100mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,10	60.000,00	R$ 6.000,00
15	342743	FENOBARBITAL - concentracao/dosagem 40mg/ml forma farmaceutica solucao oral, forma de apresentacao frasco, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 2,88	600	R$ 1.728,00
16	349021	GENTAMICINA CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG/ML SOLUCAO	UNIDADE	R$ 0,95	6.000,00	R$ 5.700,00
17	10852	HALOPERIDOL - concentracao/dosagem 5 mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,09	48.000,00	R$ 4.320,00
18	493442	IONOMERO DE VIDRO PARA RESTAURACOES ESTETICAS FOTOPOLIMERIZAVEL, APRESENTACAO EM CASPULA (KIT MISTO) CAIXA COM 50 UNIDADE	CAIXA	R$ 153,40	90	R$ 13.806,00
19	351731	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO - concentracao/dosagem 10mg/ml, forma	FRASCO	R$ 0,32	24.000,00	R$ 7.680,00
20	493356	NALOXANA CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,4MG/ML FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA COM 1ML VIA PARENTERAL	UNIDADE	R$ 6,88	480	R$ 3.302,40
21	22312	PROMETAZINA, CLORIDRATO - concentracao/dosagem 25mg.	UNIDADE	R$ 0,08	36.000,00	R$ 2.880,00
22	493288	RESINATO DE DICLOFENACO CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 1,5 MG/ML FORMA SOLUCAO ORAL FRASCO CONTRA GOTAS COM 20ML VIA ORAL	FRASCO	R$ 4,89	600	R$ 2.934,00
23	493366	SUXAMETONIO CLORETO DE SUCCINILCOLINA CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 100 MG FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO AMPOLA 5 ML VIA PARENTERAL	UNIDADE	R$ 9,30	50	R$ 465,00
24	493367	SUXAMETONIO CLORETO DE SUCCINILCOLINA CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 500 MG FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO AMPOLA 10ML VIA PARENTERAL	UNIDADE	R$ 11,70	50	R$ 585,00
25	493299	VITAMINAS DO COMPLEXO B, COMPOSIÇÃO 3 S4 MG DE TIAMINA + 1 A 2 MG DE RIBOFLAVINA + 30 A 40 DE NICOTINAMIDA + 4 A 5 MG DE ACIDO DE ACIDO PANTOTENICO 2 +A 3 MG DE PIRIDOXINA COMPRIDO OU DRAGEA	UNIDADE	R$ 0,06	24.000,00	R$ 1.440,00

VALOR GLOBAL R$ 94.029,68. Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de Novembro de 2017.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 168/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **098/2017**, na modalidade **ELETRÔNICO** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais e Medicamentos para o Hospital Municipal, Pronto Atendimento, Farmácia Básica e Odontologia (II Etapa),** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **Josimar Marques Barbosa**, brasileiro, casado, portador do RG 0305291-5 SJ/MT e CPF 550.450.651-49 residente e domiciliado na Rua Apolônio Bouret de Melo, S/N, Bairro Centro, nesta cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2017** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DEMOSTRATIVO DE PREÇO E CLASSIFICAÇÃO

2.1 Empresa vencedora:

NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOPITALARES LTDA.

CNPJ 14.595.725/0001-84.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Qtde	Total
1	8500	ACIDO ACETILSALICILICO - concentracao/dosagem 100mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,02	400.000,00	R$ 8.000,00
2	336011	ACIDO FOLICO - concentracao/dosagem 5mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,05	120.000,00	R$ 6.000,00
3	16428	ANLODIPINO BESILATO Contcentracao / dosagem 5MG forma farmaceitica comprimido via oral	UNIDADE	R$ 0,03	120.000,00	R$ 3.600,00

4	493307	ATROPINA SULFATO, 0,5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA VIA PARENTERAL	UNIDADE	R$ 0,71	4. 800,00	R$ 3. 408,00
5	351803	EPINEFRINA, 1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA.VIA PARENTERAL	UNIDADE	R$ 2,88	3. 600,00	R$ 10. 368,00
6	342756	HIDROCLOROTIAZIDA - concentracao/dosagem 25mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,02	360. 000,00	R$ 7. 200,00
7	351951	PROPRANOLOL, CLORIDRATO - concentracao/dosagem 40mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,02	180. 000,00	R$ 3. 600,00
8	493365	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA CONCENTRACAO/DOSAGEM DE (400 MG + 80 MG)/5ML RESPECTIVAMENTE FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA 5ML VIA INTRAVENOSA	UNIDADE	R$ 2,25	4. 800,00	R$ 10. 800,00
9	335603	SULFATO FERROZO - 25mg/ml, liquido, frasco conta gotas com	UNIDADE	R$ 0,89	600	R$ 534,00

VALOR GLOBAL R$ 53.150,00. Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de Novembro de 2017.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 167/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **098/2017**, na modalidade **ELETRÔNICO** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais e Medicamentos para o Hospital Municipal, Pronto Atendimento, Farmácia Básica e Odontologia (II Etapa),** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **Josimar Marques Barbosa**, brasileiro, casado, portador do RG 0305291-5 SJ/MT e CPF 550.450.651-49 residente e domiciliado na Rua Apolônio Bouret de Melo, S/N, Bairro Centro, nesta cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2017** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DEMOSTRATIVO DE PREÇO E CLASSIFICAÇÃO

2.1 Empresa vencedora:

PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA – EPP.

CNPJ 10.749.915/0001-58.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Qtde	Total
1	351180	BENZILPENICILINA BENZATINA - concentracao/dosagem 1.200.000 ui, forma farmaceutica po para suspensao injetavel, forma de apresentacao frasco- ampola, via de administracao intramuscular.	UNIDADE	R$ 10,00	3. 600,00	R$ 36. 000,00
2	493312	CEFALOTINA SODICA - 1GRAMA SEM DILUENTE 5 ML FORMA SOLUCAO INJETAVEL	UNIDADE	R$ 1,55	4. 800,00	R$ 7. 440,00
3	493319	HIDROCORTISONA, ACETATO - concentracao/dosagem 10mg/g, forma farmaceutica creme, forma de apresentacao bisnaga, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 5,70	600	R$ 3. 420,00
4	493355	MIDAZOLAM CONCENTRACAO/DOSAGEM 1MG/ML FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA VIA PARENTERAL	UNIDADE	R$ 1,55	600	R$ 930,00
5	351912	TRAVOPROSTA CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,04 MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO.	UNIDADE	R$ 39,00	24	R$ 936,00

VALOR GLOBAL R$ 48.726,00. Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de Novembro de 2017.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 003 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N° 003 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

O(A) GESTOR(A) SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA PORTARIA Nº. 325 DE 12 DE JULHO DE 2017, QUE INSTITUIU O COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DO PROGRAMA PRÓ-FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RESOLVE:

Art. 1° - Instituir a composição do **Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família**.

Art. 2º - Ficam nomeados para compor o Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família, pelo prazo de 12 (doze) meses, com competências já disciplinadas na Portaria supra mencionada, os seguintes integrantes:

I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL:

a) **VERA LÚCIA GONZAGA SARTORI**, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social, como titular e;

b) **KARINA SILVA PINHEIRO**, como suplente.

c) **GUILHERME HUMBERTO DA COSTA CARVALHO,** representando a Secretaria Municipal de Saúde, como titular e;

d) **FÁTIMA EICKHOFF HAMMARSTROM,** como suplente.

II – REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

a) **ELENITA CELANT MARCON,** como titular**;**

b) **MARCIA DA SILVA PARREIRA** como suplente e;

c) **Todos os Membros do Conselho Municipal de Assistência Social.**

III – REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS:

a) **CLAUDIA MICHELS MARTINS**, representando da **ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS UNIDOS PELA SOLIDARIEDADE DE PARANATINGA/MT – AAUSPA,** como titular;

b) **MARTINS ASTROLLI SALAZAR**, representando a **LOJA MAÇÔNICA ACÁCIA DE PARANATINGA/MT,** como suplente.

IV – Representantes da sociedade, que formalizaram a adesão ao Programa Estadual:

a) **ROSELY NUNES DA SILVA SOUZA**, representando da **PASTORAL DA SOBRIEDADE, PASTORAL DO BATISMO, PASTORAL DO CURSO DE NOIVOS DA PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO MARIA CLARET e TESOUREIRA DO MOVIMENTO LAREIRA,** como titular;

b) **ALESSANDRO AUGUSTO FARIA,** representando a **LOJA MAÇÔNICA ACÁCIA DE PARANATINGA/MT,** como suplente.

Art. 3º - As deliberações do Comitê Gestor deverão ser expressas por meio de resoluções assinadas pelo Presidente.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e em Especial a **PORTARIA Nº 02 DE 13 DE JULHO DE 2017.**

Art. 5º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, 13 de novembro de 2017.

VERA LÚCIA GONZAGA SARTORI

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA 181/2017

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 166/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **098/2017**, na modalidade **ELETRÔNICO** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais e Medicamentos para o Hospital Municipal, Pronto Atendimento, Farmácia Básica e Odontologia (II Etapa),** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **Josimar Marques Barbosa**, brasileiro, casado, portador do RG 0305291-5 SJ/MT e CPF 550.450.651-49 residente e domiciliado na Rua Apolônio Bouret de Melo, S/N, Bairro Centro, nesta cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2017** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 Empresa vencedora:

EXEMPLARMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME.

CNPJ: 23.312.871/0001-46.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Qtde	Total
1	24425	DEXAMETASONA CONCENTRACAO / DOSAGEM 1MG/ML SUSPENCAO OFTALMICA FRASCO	FRASCO	R$ 10,55	120	R$ 1.266,00
2	493276	GLICOSAMINA SULFATO + CONDROITINA, SULFATOS, DOSAGEM1,5 G + 1,2 G, PÓ GRANULADOL, SACHE COM 4,135 G	UNIDADE	R$ 25,50	800	R$ 20.400,00
3	493285	PIRIMETAMINA CONCENTRACAO/DOSAGEM 25MG COMPRIMIDO VIA ORAL	UNIDADE	R$ 0,29	1.200,00	R$ 348,00
4	351907	SERTRALINA CLORIDRATO, 25 MG, FORMA COMPRIMIDO VIA ORAL	UNIDADE	R$ 1,31	15.000,00	R$ 19.650,00
5	351909	SIMETICONA CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG, FORMA COMPRIMIDO VIA ORAL	UNIDADE	R$ 0,29	1.200,00	R$ 348,00
6	351974	VERAPAMIL, CLORIDRATO - concentracao/dosagem 80mg, forma farmaceutica comprimido revestido, via de administracao oral.	UNIDADE	R$ 0,14	1.200,00	R$ 168,00

VALOR GLOBAL R$ 42.180,00. Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de Novembro de 2017.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 165/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **098/2017**, na modalidade **ELETRÔNICO** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais e Medicamentos para o Hospital Municipal, Pronto Atendimento, Farmácia Básica e Odontologia (II Etapa),** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **Josimar Marques Barbosa**, brasileiro, casado, portador do RG 0305291-5 SJ/MT e CPF 550.450.651-49 residente e domiciliado na Rua Apolônio Bouret de Melo, S/N, Bairro Centro, nesta cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2017** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 Empresa vencedora:

SALVI LOPES & CIA LTDA - ME.

CNPJ: 82.478.140/0001-34.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Qtde	Total
1	493424	ANTISSEPTICO BUCAL - composto por fluoreto de sodio a 0,2%, corante e essencia opcional, embalado em frasco com aproximadamente 200ml, constando externamente marca comercia, procedencia de fabricacao, validade minima de 1 ano a partir da data de entr	UNIDADE	R$ 7,20	48	R$ 345,60
2	493434	APLICADOR DE HIDROXIDO DE CALCIO - cabo contendo inscricao do numero e marca, extremidade de superficie irregular, ponta ativa com angulos precisos, confeccionado emaco inox com acabamento e polimento perfeitos, possivel de	UNIDADE	R$ 8,80	48	R$ 422,40
3	493433	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO BAIXA ROTACAO Peca reta em aco carbide cilindrica N.701 hasate longa.	UNIDADE	R$ 8,91	90	R$ 801,90
4	493405	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO BAIXA ROTACAO, PECA RETA EM ACO CARBIDE ESFERICA NUMERO 1/2 HASTE LONGA	UNIDADE	R$ 8,91	80	R$ 712,80
5	493412	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO, ALTA ROTACAO, DIAMANTADA, FORMA ESFERICA, REF. 1011 EM MEIO FISICO-QUIMICO.	UNIDADE	R$ 1,57	80	R$ 125,60
6	493381	CABO ESPELHO BUCAL, PARA ESPELHO BUCAL ADULTO E INFANTIL COMPATÍVEL COM TODAS AS MARCAS, CONFECCIONADO EM ACO INOXIDAVEL.	UNIDADE	R$ 6,99	60	R$ 419,40
7	352623	CIMENTO ODONTOLOGICO, TAMPAO ALVEOLAR C/ ACAO CICATRIZANTE, SEM EUGENOL, PASTA .	UNIDADE	R$ 41,67	24	R$ 1. 000,08
8	26138	ESCOVA DE ROBSON EM FORMA DE TACA, HASTEMETALICA E CERDAS DE NYLON/SIMILAR, PARA CONTRA-ANGULO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	UNIDADE	R$ 1,13	240	R$ 271,20
9	492943	ESTOJO PARA GUARDAR E ESTERILIZACAO DE MATERIAIS TAMANHO 36 X 22 X 9 CM ACO INOX PERFURANTE PARA AUTOCLAVE	UNIDADE	R$ 412,44	12	R$ 4. 949,28
10	335543	HIDROXIDO DE CALCIO P.A, PURO, EM FRASCO COM 10G, EM BALADO INDIVIDUALMENTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE, MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICACAO.	UNIDADE	R$ 3,89	120	R$ 466,80
11	493383	MATRIZ USO ODONTOLOGICO ACO INOXIDAVEL FITA ROLO 50CM LARGURA 5MM DESCARTAVEL	UNIDADE	R$ 1,12	120	R$ 134,40
12	493386	OCULOS DE PROTECAO ODONTOLOGICO CONFECCIONADO EM ACRILICO ANTIALERGICO TRANSPARENTE COM PROTETOR LATERAL ADAPTAVEL NAO ROSTO COM CONFORTO E USO SOBRE OCULOS PROPRIO, POSSIBILITANDO AJUSTE INDIVIDUAL	UNIDADE	R$ 9,45	24	R$ 226,80
13	493399	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL PARTICULAS MICROHIBRIDA PARA RESTAURACAO DE ANTERIORES E POTERIORES REPOSICAO DE RESINA EM SERINGA DE4G, COMPOSTA DE VIDRO BARIO ALUMINIO FLUORETADO (0,02-2MILIMICRA) 60% DE VOLUME COR C2	UNIDADE	R$ 20,49	48	R$ 983,52
14	493397	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL PARTICULAS MICROHIBRIDA FINALIDADE PARA RESTAURACAO DE ANTERIORES E POTERIORES REPOSICAO DE SERINGA DE 4G, COMPOSTA DE VIDRO BARIO ALUMINIO FLUORETADO (0,02-2 MILIMICRA) 60 % DE VOLUME, COR B3	UNIDADE	R$ 20,49	48	R$ 983,52
15	493258	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL SERINGA 4GR COR A 3,5	UNIDADE	R$ 20,49	48	R$ 983,52
16	493263	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL SERINGA 4GR, MICROHIBRIDA, PARA RESTAURACAO DE ANTERIORESE POSTERIORES.	UNIDADE	R$ 20,49	48	R$ 983,52
17	493423	SISTEMA DE TRATAMENTO E LIMPEZA AUTOCLAVE - agua destilada para autoclave, nao injetavel, nao esteril e quimicamente pura, inseta de sais soluveis, agua obtida atraves da condensacao do vapor de agua obtida pela ebulicao ou pela	UNIDADE	R$ 11,85	60	R$ 711,00
18	493422	TOUCA CIRURGICA DESCARTAVEL - confeccionada a base de fibras 100% polipropileno. cor branca, formato anatomico para qualquer tamanhode cabeca com total capacidade de ventilacao nao alergica com elastico sanfonado em toda sua extensao, pct 100unidades	UNIDADE	R$ 6,89	60	R$ 413,40

VALOR GLOBAL R$ 14.934,74. Departamento de Licitações e Contratos, em 14 de Novembro de 2017.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 164/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **094/2017**, na modalidade **ELETRÔNICO** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Brinquedos Proinfância B (Lotes Cancelados/Fracassados na 1a Licitação) Conforme Termo de Compromisso PAR 201305546, para execução do Plano de Ações Articuladas,** atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **Josimar Marques Barbosa**, brasileiro, casado, portador do RG 0305291-5 SJ/MT e CPF 550.450.651-49 residente e domiciliado na Rua Apolônio Bouret de Melo, S/N, Bairro Centro, nesta cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/

2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2017** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 Empresa vencedora:

REJANE COMÉRCIO DE PRODUTOS PEDAGÓGICOS LTDA – ME.

CNPJ 01.763.210/0001-02.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Qtde	Total
1	489652	BANDINHA RITMICA: Especificações Técnicas: Quantidade: 20	UNIDADE	R$ 382,50	4	R$ 1.530,00
2	339118	CONJUNTO DE BICHOS COM FILHOTES - especificacoes tecnicas	UNIDADE	R$ 270,00	4	R$ 1.080,00
3	489646	CONJUNTO FANTOCHES Animais Domésticos: Especificações	UNIDADE	R$ 45,00	1	R$ 45,00
4	489658	FOGAO: Especificações Técnicas: 4 queimadores em EVA,	UNIDADE	R$ 132,00	5	R$ 660,00
5	489649	TEATRO DE FANTOCHE MADEIRA:Especificações Técnicas: Matéria-	UNIDADE	R$ 72,00	1	R$ 72,00

VALOR GLOBAL R$ 3.387,00. Departamento de Licitações e Contratos, em 06 de Novembro de 2017.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 107/2017

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 382 de 14 de Agosto de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 107/2017**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual **Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Mão de Obra de Marcenaria para a Confecção de Moveis, com Materiais Inclusos Tais Como: Madeirite, Tinta e Acessórios, Exceto Madeira que Ficará por Conta do Contratante,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Data de abertura **29/11/2017**, Quarta - feira **às 08:00 h (Hora Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das **07 às 11h (Local),** Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Em 14 de Novembro de 2017. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº 577/2017. DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº 577/2017. DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios – Mato Grosso – AMM, de 10 de Novembro de 2017, página 325.

Onde se lê:

ART. 1° - Conceder Licença Prêmio a senhora **SÔNIA MOREIRA DE OLIVEIRA BARROS**, ocupante do cargo de **Professora**, lotadajunto à Secretaria Municipal de Educação, a serem usufruídas no período de **15/11/2017 à 22/12/2018 e 02/02/2018 à 26/03/2018.**

Leia – se:

ART. 1° - Conceder Licença Prêmio a senhora **SÔNIA MOREIRA DE OLIVEIRA BARROS**, ocupante do cargo de **Professora**, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, a serem usufruídas no período de **15/11/2017 à 22/12/2017 e 02/02/2018 à 26/03/2018.**

Este texto não substitui o original publicado Diário Oficial Eletrônico dos Municípios – Mato Grosso – AMM, de 10 de Novembro de 2017, página 325.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

PORTARIA Nº 580/2017. DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA Nº 580/2017. DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre **licença Prêmio** a Funcionária Pública Municipal, senhora **ADRIANA ALVES MARTINS** dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art.73, inciso VIII e art. 98 *caput* da Lei nº. 075/98;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período de **30/07/2012 à 30/07/2017;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a senhora **ADRIANA ALVES MARTINS**, ocupante do cargo de **Professora**,lotadajunto à Secretaria Municipal de Educação, a serem usufruídas no período de **21/11/2017 à 22/12/2017 e 25/10/2018 à 21/12/2018.**

ART. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua

Publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

publicada no Diário Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 1770, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 1770, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **NOMEAR,** a Comissão do Processo Seletivo Público nº 002/2017, composta pelos seguintes servidores: **PRESIDENTE: CLARICE VIEIRA DE BONFIM,** ocupante do cargo efetivo de ES Assistente Social 40 Horas, Matricula Funcional nº 6826; **SECRETÁRIA: MARLENE BARBOSA LOPES,** ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, Matricula Funcional nº 7038; **MEMBRO: ANIELLY MARTINEZ BRAZ,** ocupante do cargo efetivo de ES Enfermeira 40 Horas, Matricula Funcional nº 7030; **MEMBRO: EDIMIR TEIXEIRA DOS SANTOS,** ocupante do cargo efetivo de TS Técnico em Enfermagem**,** Matricula Funcional nº 277; **MEMBRO: WALDILSON DE FREITAS,** ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo, Matricula Funcional nº 426.

Art.2º - A comissão, sob a presidência da primeira, deverá organizar, coordenar e fiscalizar todas as etapas do seletivo, devendo ao final apresentar relatório conclusivo das atividades desenvolvidas.

Art.3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 13 de Novembro de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2017

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT, ***convoca,*** os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado, Nº 001/2017, homologado em 18 de Setembro de 2017, para comparecerem no prazo de 15 (quinze) dias a partir da publicação desse edital, na sede da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT, Departamento de Recursos Humanos, para apresentarem documentos e habilitações exigidas conforme abaixo, e firmarem contratos em seus respectivos cargos.

CARGO – ES PSICÓLOGO 20H/S / ZONA URBANA

1º INDIANARA DENIZ DE OLIVEIRA GAMBOA

FOTOCÓPIA LEGÍVEL:

1 - Cédula de Identidade;

2 - CPF – Cadastro de Pessoa Física;

3 - Certidão de Casamento ou Nascimento;

4 - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos;

5 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos;

6 - Título de Eleitor;

7 - Comprovante de votação da última eleição que antecede a convocação;

8 - Cartão do PIS/PASEP;

9 - Carteira Nacional de Habilitação para o cargo de motorista;

10 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

11 - Comprovante ou declaração constando endereço residencial;

12 - Conta bancaria;

13 - Certidão negativa de débitos para com o município de Peixoto de Azevedo;

14 - Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo comprovante de quitação de anuidade de regularidade administrativa e financeira;

15- Documento de Escolaridade, através de certificado, diploma e histórico escolar, emitidos por instituições reconhecidas pelo MEC, (conforme o cargo para qual foi aprovado);

16 - Declaração de bens;

17 - Declaração de não acúmulo de cargo público;

18 -Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

19 - Atestado de Saúde Física e Mental;

20 - 01 (uma) foto 3x4 recente.

Os acima convocados que não comparecer no prazo determinado, ou não apresentarem os documentos exigidos serão considerados desistentes da classificação, podendo a Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo – MT, convocar imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT reserva-se o direito de solicitar outros documentos que julgar necessários para firmar contrato.

Peixoto de Azevedo - MT, 06 de Novembro de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

ATO DE REVOGAÇÃO

Artigo 1°- REVOGA-SE, a publicação da PORTARIA ESPECIAL Nº 069/2017 referente à NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE REESTRUTURAÇÃO DO PCCS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PLANALTO DA SERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Artigo 2°- A publicação entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3°- Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra, 14 de Novembro de 2017.

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Interino de Planalto da Serra

RETIFICAÇÃO ATA Nº 01/2017 - APROVAÇÃO DO PARECER UNIFICADO DO PROGRAMA PRÓ FAMÍLIA - ATA Nº 01/2017.

A Prefeitura Municipal de Planalto da Serra/MT-Secretaria de Assistência Social, RETIFICA a ATA Nº 001/2017 publicado no Jornal AMM na data de 26/09/2017,Pág. 236 nº 2.822; **ONDE SE LÊ:** Aos vinte e três dias do mês de junho de dois mil e dezessete, às 13h00 min; reuniram-se nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social, Gestão e Trabalho, sito à Rua Serra Azul – S/N, Bairro Nossa Senhora Aparecida, a Senhora Amanda Alves Martins, Secretária de Assistência Social e presidente do Comitê do Programa Pró Família, juntamente com os demais membros do Conselho Municipal de Assistência Social, a Assistente Soci-

al, Senhora Zenaide Marques Bastos e as agentes de saúde. A Senhora Amanda saudou a todos e os agradeceu a presença, ela então falou sobre a aprovação do Parecer Unificado do Programa Pró Família e sobre a lista das trinta e nove famílias selecionadas pela assistente social, juntamente com os agentes de saúde, são elas: Paula Andréia da Silva, Jeandra Lemes de Oliveira Teixeira, Oscalinda Olerinda Alves, Zélia Pereira de Farias, Iara Cantanhede Montelo, Rosalia da Silva Miranda, Maria Aurea dos Reis, Valta Rezende de Freitas, Lucia Dosolina Bonetti, Margarida Maria de Jesus Santos, Terezinha de Jesus, Jose Pereira da Silva, Aparecida Rodrigues Xerente, Antônia de Jesus Silva, Ana Cristina dos Santos Prado, Lucilene Correia de Ramos Guimarães, Terezinha Pinheiro Mota Ribeiro, Isaias Apolônio da Silva, Terezinha Francisca da Silva, Antônia Ângela Hora, Maurina Rodrigues da Paixão, Ivoneth dos Santos Araujo, Beatriz da Silva Almeida Costa, Alice Correia Jurape, Iraci Ferreira de Oliveira, Natalina Apolônio da Silva, Tailany dos Santos Gonçalves, Teresa Domingues Pontes, Patricia da Silva Pereira, Elisângela Vieira B. Souza, Luzinete Rodrigues, Valdete Santos da Conceição, Leidiane Silva de Oliveira, Benedita Marques da Silva, Cleuza Inês de Souza, Irenilda Trindade Silvério. Após comentários sobre o assunto o parecer e a lista das famílias foram aprovados por unanimidade. A Senhora Amanda disse que seria necessário uma reunião com as famílias para esclarecimentos de participação no programa, os membros do conselho concordaram que a reunião com as famílias fosse delegada para o dia vinte e sete do mês de junho de dois mil e dezessete, nas dependências do Centro de Juventude. A presente ata segue assinada por mim e demais membros. Jorandina Conceição de Campos, Zenaide Marques Bastos, Joana Darc da Silva Leão, Terezinha Aparecida Rosa de Siqueira, Amanda Alves Martins, Marinete Maria da Silva, Aila Greisiele de Oliveira, Anair Gonçalves dos Santos, Rúbia Cristina Bruno Borges, Roseli Pontes Domingues, Simeri Cristina da S. Rondon, Paulo Silas da Costa, Josiane Helena Stocco**. LEIA-SE:** Ata nº01/2017. Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e dezessete, às 15h, reuniram-se nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social, Gestão e Trabalho, sito à Rua Serra Azul – S/N, Bairro Nossa Senhora Aparecida, a Senhora Amanda Alves Martins, Secretária de Assistência Social e presidente do Comitê do Programa Pró Família, juntamente com os demais membros do Conselho Municipal de Assistência Social, a Assistente Social, Senhora Zenaide Marques Bastos e as agentes de saúde. A Senhora Amanda saudou a todos e os agradeceu a presença, ela então falou sobre a aprovação do Parecer Unificado do Programa Pró Família e sobre a lista das trinta e nove famílias selecionadas pela assistente social, juntamente com os agentes de saúde, são elas: Paula Andréia da Silva CPF: 027.811.461-02 Jeandra Lemes de Oliveira Teixeira CPF: 018.537.271-64 Oscalinda Olerinda Alves CPF: 004.276.361-40 Zélia Pereira de Farias CPF: 003.212.751-01 Iara Cantanhede Montelo CPF: 608.070.803-57 Rosália da Silva Miranda CPF: 005.933.811-30 Maria Aurea dos Reis CPF: 830.262.401-25, Valta Rezende de Freitas CPF: 781. 899.771-72, Lucia Dosolina Bonetti CPF: 851.515.301-78, Margarida Maria de Jesus Santos.CPF: 004.598.751-32, Terezinha de Jesus CPF: 032. 110.521-43, Jose Pereira da Silva CPF: 363.538.843-20 , Aparecida Rodrigues Xerente CPF: 045.970.821-07, Antônia de Jesus Silva CPF: 032. 504.921-16, Ana Cristina dos Santos Prado CPF: 703.621.551-86, Lucilene Correia de Ramos Guimarães CPF: 016.398.681-94, Terezinha Pinheiro Mota Ribeiro CPF: 550.572.411-68, Isaias Apolônio da Silva CPF: 064. 206.881-08, Terezinha Francisca da Silva CPF: 503.765.431-91, Antônia Ângela Hora CPF: 033.002.976-21, Maurina Rodrigues da Paixão CPF: 019.600.181-16, Ivoneth dos Santos Araujo CPF: 005.825.531-13 , Beatriz da Silva Almeida Costa CPF:074.337.066-07, Alice Correia Jurape CPF: 019.148.321-40, Iraci Ferreira de Oliveira CPF: 270.388.798-12, Natalina Apolônio da Silva CPF: 027.063.641-22 ,Tailany dos Santos Gonçalves CPF: 704.141.171-07 , Teresa Domingues Pontes CPF: 004.847.911-09, Patricia da Silva Pereira CPF: 046.087.051-30, Elisângela Vieira B. Souza CPF: 037.196.351-63 , Luzinete Rodrigues CPF: 018.940.221-06, Valdete Santos da Conceição CPF: 041.814.011-11, Leidiane Silva de Oliveira CPF: 027.063.211-56, Benedita Marques da Silva CPF: 002.941.771-67, Cleuza Inês de Souza CPF: 872.841.621-04, Irenilda Trindade Silvério CPF: 026.341.481-78, Maria Elza Pereira da Silva CPF: 020.744.441-28, Sandra Cristina Nunes: CPF: 156.694.638-70, Sandrielly Nogueira da Silva CPF: 703.628.601-65. Após comentários sobre o assunto o parecer e a lista das famílias foram aprovados por unanimidade. A Senhora Amanda disse que seria necessária uma reunião com as famílias para esclarecimentos de participação no programa, os membros do conselho concordaram que a reunião com as famílias fosse delegada para o dia vinte e sete do mês de junho de dois mil e dezessete, nas dependências do Centro de Juventude. A presente ata segue assinada por mim e demais membros. Jorandina Conceição de Campos, Zenaide Marques Bastos, Joana Darc da Silva Leão, Terezinha Aparecida Rosa de Siqueira, Amanda Alves Martins, Marinete Maria da Silva, Aila Greisiele de Oliveira, Anair Gonçalves dos Santos, Rúbia Cristina Bruno Borges, Roseli Pontes Domingues, Simeri Cristina da S. Rondon, Paulo Silas da Costa, Josiane Helena Stocco.

DECRETO ESPECIAL Nº 009/2017

PLANALTO DA SERRA-MT, em 13 de novembro de 2017

ROSIMAR ALVES PEREIRA, Prefeito Municipal de Planalto da Serra Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Orgânica do Município, e

Considerando que dia 15 de novembro (quarta-feira) é feriado nacional dia da Proclamação da República e dia 20 de novembro (segunda feira) dia Da Consciência Negra;

Considerado a possibilidade de decretação de ponto facultativo, nos termos da Lei Orgânica Municipal (art. 59 e Inciso IV...);

Considerando que se não houver expediente na próxima quinta e sexta feiras (16 e 17/11/2017), haverá economia na maioria das unidades administrativas do Município, reduzindo as despesas da Administração Pública;

Considerando que a medida não acarreta em criação, tampouco no aumento de despesa.

DECRETO:

Artigo 1º - Fica decretado ponto facultativo nos dias 16 e 17 de Novembro aos servidores públicos municipais do Município de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, exceto para aqueles que prestam serviços de caráter essencial para o bem estar da comunidade, bem como os que realizam atividades de urgência e emergência.

§ 1º A exceção contida no *caput* se fundamenta na necessidade de manutenção dos serviços públicos essenciais à população.

§ 2º Não serão devidos quaisquer abonos ou gratificações para os servidores que cumprirem expediente na data fixada no *caput*.

§ 3º O Servidor que cumpre expediente regular nos órgãos ou funções citadas no § 1º deste artigo e, que vier a se ausentar sem justificativa na data prevista no *caput,* será responsabilizado por meio de processo administrativo, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

Artigo 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rosimar Alves Pereira

Prefeito Interino

LEI Nº 515/2017, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a reformulação do Estatuto e Plano de Carreira e de Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Município de Planalto da Serra- MT.

Rosimar Alves Pereira, Prefeito de Planalto da Serra/MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Planalto da Serra, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei: propõe à Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Título I

Da Finalidade

Art. 1°. Esta Lei reformula o Estatuto e Plano de Carreira e de Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Município de Planalto da Serra, tendo por finalidade reorganizá-lo e reestruturá-lo, incentivar a profissionalização e assegurar a sua valorização.

Parágrafo Único. Entende-se por carreira estratégica aquela essencial para o oferecimento de serviço público de qualidade, priorizado e mantido sob a responsabilidade do município, com ingresso exclusivamente por concurso público, com revisão obrigatória de remuneração a cada doze meses na data base prevista nesta Lei, conforme a Lei 11.738/2008.

Capítulo I

Dos Profissionais da Educação Básica

Art. 2º. Para os efeitos desta Lei entende-se por Profissionais da Educação Básica o conjunto de professores que exercem atividades de docência ou suporte pedagógico direto a tais atividades, incluídas as de coordenação, assessoramento pedagógico, direção escolar, articulação, auxílio à educação infantil, e apoio técnico administrativo educacional, que desempenham atividades nas unidades escolares e ou creches e na Secretaria de Educação do município.

Parágrafo Único. Os órgãos do Sistema Público Educacional devem proporcionar aos Profissionais da Educação Municipal valorização mediante formação continuada, piso salarial profissional, garantia de condições de trabalho, produção científica e cumprimento da aplicação dos recursos constitucionais destinados à educação.

Capítulo II

Do Magistério como Profissão

Art. 3°. O exercício do magistério inspirado no respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, tem em vista a promoção dos seguintes princípios:

I. Reconhecimento do significado da educação para a formação e desenvolvimento do cidadão e do país;

II. Empenho pessoal pelo desenvolvimento do educando;

III. Participação efetiva na vida da escola e zelo por sua formação;

IV. Promoção da formação cidadã, entendendo a escola como agente de integração e integrada no ambiente social;

V. Reconhecimento do trabalho como princípio educativo;

VI. Incentivo a profissionalização do grupo do magistério;

VII. A valorização do desempenho da qualificação e do conhecimento.

Art. 4°. Farão parte do grupo de Profissionais da Educação Básica Municipal os professores efetivos e estáveis que prestam serviços nas unidades escolares e creches, nos centros municipais de educação infantil, na Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer ou na entidade representativa de classe, quando houver.

Título II

Da Estrutura da Carreira dos Profissionais da Educação

Capítulo I

Da Constituição da Carreira

Art. 5°. A carreira dos Profissionais da Educação Pública Municipal é constituída dos cargos de carreira a seguir discriminados:

I. Professor: composto das atribuições inerentes às atividades de docência, de coordenação, suporte, assessoramento pedagógico, direção de unidade escolar e de articulação;

II. Técnico Administrativo Educacional: composto das atribuições inerentes às atividades de administração escolar, de multimeios didáticos, de escrituração, de arquivo, protocolo, estatísticas, de digitação, transferências escolares, operação de aparelhos eletrônicos e outras atividades correlatas como examinar processos, dar pareceres simples em documentação escolar, redigir atas, e desenvolver outros serviços relacionados ao funcionamento da secretaria da escola e outras que exijam formação mínima de ensino médio e/ou profissionalização específica;

III. Auxiliar de Desenvolvimento Infantil/Auxiliar de Sala: composto das atribuições inerentes às atividades de apoio pedagógico concernente ao cuidar, desenvolver hábitos de higienização, educação alimentar e formação de valores, educar, desenvolver os aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais das crianças, PNEs (Portadores de Necessidades Especiais) e também as noções de valores, tendo como formação mínima de ensino médio e/ou profissionalização específica.

Capítulo II

Das Séries de Classes dos Cargos da Carreira

Seção I

Da Série de Classe do Cargo de Professor

Art. 6º. A série de classes do cargo de Professor é estruturada em linha horizontal de acesso, conforme anexo III, identificada por letras maiúsculas.

§1º. As classes são estruturadas segundo o grau de formação exigido para o provimento do cargo, da seguinte forma:

I. Classe A: habilitação específica de nível médio magistério;

II. Classe B: habilitação específica de grau superior em nível de graduação, representado por licenciatura plena ou diploma de educação superior com formação pedagógica, conforme inciso II do art. 63 da Lei Federal nº 9.394/1996, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

III. Classe C: requisitos da Classe B, mais curso de especialização, atendendo às normas do Conselho Nacional de Educação;

IV. Classe D: requisitos da Classe B, mais curso de mestrado na área de educação relacionada com sua habilitação;

V. Classe E: requisitos da Classe B, mais curso de doutorado na área de educação relacionada com sua habilitação.

§2º. Cada classe desdobra-se em níveis indicados por algarismos arábicos de 1 a 12, que constituem a vertical de progressão de acordo com a titulação e ou habilitação.

Seção II

Das Atribuições do Cargo de Professor

Art. 7º. São atribuições específicas do Profissional da Educação na atividade de docência:

I. Participar da formulação de políticas educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Básica;

II. Elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação;

III. Participar da elaboração do Plano Político-Pedagógico;

IV. Desenvolver a regência efetiva;

V. Controlar e avaliar o rendimento escolar, de forma parcial, semestralmente, e relatório anual no final da etapa;

VI. Executar tarefa de recuperação de alunos;

VII. Participar de reunião de trabalho;

VIII. Elaborar procedimentos objetivando o encaminhamento dos alunos para o assessoramento pedagógico na unidade escolar;

IX. Desenvolver pesquisa educacional; e,

X. Participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade.

§1º. Compete ao Profissional da Educação Básica, na atividade de Direção de Unidade Escolar e Creches, exercer as seguintes atribuições:

I. Representar a escola, responsabilizando-se pelo seu funcionamento;

II. Coordenar, em consonância com Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, a elaboração, a execução e a avaliação do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Escola, observando-se as políticas públicas da Secretaria Municipal de Educação outros processos de planejamento;

III. Coordenar a implementação do Projeto Político-Pedagógico da Escola, assegurando a unidade e o cumprimento do currículo e do calendário escolar;

IV. Manter atualizado o tombamento dos bens públicos, zelando, em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar, pela sua conservação;

V. dar conhecimento à comunidade escolar das diretrizes e normas emitidas pelos órgãos do sistema de ensino;

VI. Submeter ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar para exame e parecer, no prazo regulamentado, a prestação de contas dos recursos financeiros repassados à unidade escolar;

VII. Divulgar regularmente, para a comunidade escolar, a movimentação financeira da escola;

VIII. Coordenar o processo de avaliação das ações pedagógicas, técnicas, administrativas e financeiras desenvolvidas na escola;

IX. Apresentar anualmente à Secretaria Municipal de Educação e à Comunidade Escolar a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação, bem como no Plano de Desenvolvimento da Escola, a avaliação interna desta e as propostas que visem à melhoria da qualidade do ensino e ao alcance das metas estabelecidas;

X. Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente.

§2º. Compete ao Profissional da Educação Básica na atividade de coordenação pedagógica exercer as seguintes atribuições:

I. Investigar o processo de construção de conhecimento e desenvolvimento do educando;

II. Criar estratégias de atendimento educacional complementar e integrada às atividades desenvolvidas na turma;

III. Proporcionar diferentes vivências visando ao resgate da auto-estima, à integração no ambiente escolar e à construção dos conhecimentos onde os alunos apresentarem dificuldades;

IV. Participar das reuniões pedagógicas, planejando, junto com os demais professores, as intervenções necessárias a cada grupo de alunos, bem como as reuniões de pais e conselho de classe;

V. Coordenar o planejamento e a execução das horas pedagógicas da Unidade Escolar;

VI. Articular a elaboração participativa do Projeto Pedagógico da Escola;

VII. Coordenar, acompanhar e avaliar o projeto pedagógico na unidade escolar.

VIII. Acompanhar o processo de implantação das diretrizes da Secretaria Municipal de Educação relativa à avaliação da aprendizagem e ao currículo, orientando e intervindo junto aos professores e alunos quando solicitado e ou necessário;

IX. Coletar, analisar e divulgar os resultados de desempenho dos alunos, visando à correção e intervenção no Planejamento Pedagógico;

X. Desenvolver e coordenar sessões de estudos nos horários de hora-atividade, viabilizando a atualização pedagógica em serviço;

XI. Coordenar e acompanhar as atividades nos horários de hora-atividade na unidade escolar;

XII. Analisar e avaliar junto aos professores as causas da evasão e repetência de alunos, propondo ações para superação;

XIII. Propor e planejar ações de atualização e aperfeiçoamento dos professores e técnicos, visando à melhoria de desempenho profissional;

XIV. propor e incentivar a realização de palestras, encontros e similares com grupos de alunos e professores sobre temas relevantes para a formação integral e desenvolvimento da cidadania;

XV. Propor, em articulação com a direção da escola, a implantação e implementação de medidas e ações que contribuam para promover a melhoria da qualidade de ensino e o sucesso escolar dos alunos;

§3º. Compete ao Profissional da Educação Básica no exercício da atividade de Secretário (a) Municipal da pasta as seguintes atribuições:

I. Fornecer orientação técnica e administrativa às Unidades Escolares Públicas Municipais;

II. Orientar e acompanhar a aplicação da legislação educacional e administrativa às Unidades Escolares Públicas Municipais;

III. Assessorar as escolas municipais quanto à aplicabilidade da legislação educacional e administrativa advindas dos Conselhos Estadual e Nacional de Educação;

IV. Orientar e acompanhar as escolas municipais na elaboração e execução da matriz curricular, calendário escolar, quadro de pessoal, regimento escolar e demais documentos necessários e de interesse escolar;

V. Monitorar regularmente, *in loco*, as escolas da Rede Municipal de Ensino, objetivando o cumprimento do estabelecido na legislação pertinente, referente à composição de turma e quadro de pessoal;

VI. Manter sob seu controle o quantitativo de pessoal, bem como as disponibilidades para outros órgãos públicos.

Seção III

Dos Cargos de Técnico Administrativo Educacional, Auxiliar de Desenvolvimento Infantil/Auxiliar de Sala

Art. 8º. O cargo de Técnico Administrativo Educacional estrutura-se em linha horizontal de acesso, identificada por letras maiúsculas, conforme anexo III, observando-se o seguinte:

I. Classe A: habilitação no ensino médio e curso de profissionalização específica;

II. Classe B: habilitação em grau superior, em nível de graduação mais curso de profissionalização específica.

III. Classe C: habilitação em grau superior, com curso de especialização *lato sensu* em área correlata mais, curso de profissionalização específica na área de gestão/administração escolar;

IV - Classe D: habilitação em grau superior, com curso de mestrado ou doutorado na área de atuação ou correlata e profissionalização específica.

§1º Cada classe desdobra-se em níveis, indicados por algarismos arábicos de 01 a 12 que constituem a linha vertical de progressão.

§2º Os ocupantes do cargo previsto no caput deste artigo que não fizeram ou não concluíram o curso de formação específica serão enquadrados na tabela intitulada “sem profissionalização” do referido cargo.

§3º A estrutura, o conteúdo e a carga horária do curso de profissionalização específica serão regulamentados por portaria emitida pelo secretário titular da pasta.

Art. 9 º O cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil/Auxiliar de Sala estrutura-se em linha horizontal de acesso identificada por letras maiúsculas, conforme tabela da presente Lei, observando-se o seguinte:

I. Classe A: habilitação em nível médio e profissionalização específica, após 03(três) anos de efetivo exercício;

II. Classe B: Requisitos da Classe A mais habilitação de grau superior em nível de graduação, representado por licenciatura;

§1º O curso de profissionalização específica poderá ser substituído pelo Ensino Médio Magistério.

§ 2º A estrutura, o conteúdo e a carga horária do curso de profissionalização específica serão regulamentados por portaria emitida pelo secretário titular da pasta.

Seção IV

Das Atribuições dos Cargos de Técnico Administrativo Educacional e Auxiliar de Desenvolvimento Infantil/Auxiliar de Sala

Art. 10 São atividades específicas do Técnico Administrativo Educacional e do Auxiliar de Desenvolvimento Infantil o assessoramento ao órgão central da instituição de educação básica; a administração escolar; o desenvolvimento de tarefas relacionadas aos multimeios didáticos, obedecendo à seguinte descrição:

I. Técnico Administrativo Educacional:

a) Responsabilizar-se pelo planejamento, organização, coordenação, controle e avaliação de todas as atividades pertinentes à secretaria escolar e sua execução;

b) Participar da elaboração do Plano de Desenvolvimento Escolar;

c) Participar da programação das atividades da secretaria, mantendo-a articulada com as demais programações da escola;

d) Orientar e controlar as atividades de registro e escrituração de livros, assegurando o cumprimento de normas e prazos relativos ao processamento de dados determinados pelos órgãos competentes;

e) Verificar a regularidade da documentação referente à matrícula, adaptação e transferência de alunos, encaminhando os casos especiais à deliberação do diretor;

f) Providenciar o levantamento e encaminhamento aos órgãos competentes de dados e informações educacionais;

g) Preparar a escala de férias e gozo de licença dos servidores da escola submetendo à deliberação do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;

h) elaborar e providenciar a divulgação de editais, comunicados e instruções relativas às atividades;

i) Elaborar atas, boletins, relatórios das atividades da secretaria e colaborar na elaboração do relatório anual da escola;

j) Cumprir e fazer cumprir as determinações do diretor, do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar e dos órgãos competentes;

k) Facilitar e prestar todas as solicitações aos representantes da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer sobre o exame de livros, escrituração e documentação relativa à vida escolar dos alunos e vida funcional dos servidores, fornecendo-lhes todos os elementos que necessitarem para seus relatórios nos prazos devidos;

l) Redigir as correspondências oficiais da escola, responsabilizando-se pelo protocolo de documentos e arquivamento de papéis diversos;

m) Dialogar com o diretor sobre assunto que diga respeito à melhoria do andamento de seu serviço;

n) Não permitir a presença de pessoas estranhas ao serviço da secretaria;

o) Tomar as providências necessárias para manter a atualização dos serviços pertinentes ao estabelecimento, inclusive serviços de planejamento, orçamento e finanças da escola;

p) Responsabilizar-se pelo almoxarifado e pela guarda e controle dos materiais e equipamentos utilizados na prática de esportes escolares e outros;

q) Tabular os dados dos rendimentos escolares, e realizar estatísticas em conformidade ao processo de recuperação e no final de cada ano letivo;

r) Organizar, controlar e operar quaisquer aparelhos eletrônicos tais como: televisor, projetor multimídia, computador, calculadora, fotocopiadora, filmadora, smartphones, tablet, etc,

s) Operacionalizar outros recursos didáticos de uso especial, atuando ainda, na orientação dos trabalhos de leitura nas bibliotecas escolares, laboratórios e salas de ciências.

II. Auxiliar de Desenvolvimento Infantil/Auxiliar de Sala:

a) Auxiliar os professores em sala;

b) Acompanhar os alunos nas suas atividades;

c) Participar da elaboração dos projetos e propostas educacionais;

d) Utilizar recursos e metodologias disponíveis para atingir os objetivos educacionais;

e) Acompanhar e orientar na alimentação das crianças e zelar pela sua qualidade;

f) Executar atividades de orientação infantil;

g) Executar atividades diárias de recreação com as crianças e trabalhos educacionais de artes;

h) Orientar e auxiliar as crianças no que se refere à higiene pessoal;

i) Vigiar e manter boa convivência das crianças sob sua responsabilidade;

j) Acompanhar as crianças em passeios, visitas e festividades;

k) Auxiliar a criança a desenvolver a coordenação motora possibilitando-a adquirir sua independência para realizar tarefas simples de acordo com a faixa etária;

l) Comunicar a seus pares as ocorrências do dia, qualquer incidente ou dificuldades ocorridas;

m) Incentivar a autonomia das crianças;

n) Ensinar a criança a conviver em harmonia com as outras e com o ambiente;

o) Auxiliar no desenvolvimento de sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão;

p) Cuidar do desenvolvimento emocional das crianças e executar tarefas afins.

§1º. O desenvolvimento das atribuições e atividades do Técnico Administrativo dar-se-á dentro das unidades escolares, nas quais serão lotados de acordo com as necessidades e conveniência da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer, observando-se o lotacionograma de cada unidade escolar.

§2º. Os profissionais Auxiliares de Desenvolvimento Infantil/Auxiliar de Sala deverão ser capacitados para executar as atribuições estabelecidas por esta Lei.

§3º. O desenvolvimento das atribuições e atividades do Auxiliar de Desenvolvimento Infantil/Auxiliar de Sala dar-se-á dentro das instituições nas quais serão lotadas de acordo com as necessidades e conveniência da Unidade e da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer, bem como do estabelecido no lotacionograma de cada instituição que atende à Educação Infantil/ PNEs(Portadores de Necessidades Especiais).

Título III

Do Regime Funcional

Capítulo I

Do Ingresso

Art. 11. O ingresso na carreira dos Profissionais da Educação Básica obedecerá aos seguintes critérios:

I. Ter a habilitação específica exigida para provimento de cargo;

II. Ter escolaridade compatível com a natureza do cargo;

III. Ter registro profissional expedido por órgão competente, quando assim exigido;

IV. Ser aprovado em concurso público de provas e títulos; e

V. Ter aptidão física e mental, observado o disposto na legislação que trata dos portadores de necessidades especiais.

Capítulo II

Do Concurso Público

Art. 12. O concurso público para provimento dos cargos dos Profissionais da Educação Básica reger-se-á, em todas as suas fases, pelas normas estabelecidas na legislação que orienta os concursos, no Estatuto dos Servidores Públicos e em edital a ser expedido pelo órgão competente, atendendo às demandas do município.

Art. 13. As provas do concurso público para a carreira dos Profissionais da Educação deverão abranger os aspectos de formação geral e formação específica, de acordo com a habilitação exigida pelo cargo.

Parágrafo Único. O julgamento dos títulos será efetuado de acordo com os critérios estabelecidos pelo edital de abertura do concurso público e no Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

Capítulo III

Das Formas de Provimento

Seção I

Da Nomeação

Art. 14. Nomeação é a forma de investidura inicial em cargo público efetivo.

§1º. A nomeação obedecerá, rigorosamente, a ordem de classificação dos candidatos aprovados em concurso público.

§2º. O nomeado adquirirá estabilidade após o cumprimento do estágio probatório, nos termos desta Lei.

§3º. A nomeação terá efeito de vinculação permanente na mesma unidade escolar, ressalvado o disposto nesta Lei.

§4º. O profissional nomeado para a carreira dos Profissionais da Educação Básica do Município será enquadrado na classe e nível inicial da habilitação exigida para o cargo.

Seção II

Da Posse

Art. 15. Posse é a investidura em cargo público mediante a aceitação expressa das atribuições de serviços e responsabilidades correspondentes, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

Art. 16. Haverá posse nos cargos da carreira dos Profissionais da Educação Básica nos casos de nomeação.

Art. 17. A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da publicação do ato de provimento, sendo esse prazo prorrogável uma vez, por igual período.

§1º. Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no parágrafo anterior.

§2º. A posse poderá ser efetivada mediante procuração.

§3º. No ato da posse o Profissional da Educação Básica apresentará, obrigatoriamente, declaração dos bens e valores que constarem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública caso haja incompatibilidade de horários.

Art. 18. A posse em cargo público dependerá de comprovada aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante inspeção médica oficial.

Seção III

Do Exercício

Art. 19. O exercício é o efetivo desempenho do cargo para o qual o Profissional da Educação Básica foi nomeado e empossado.

§1º. O prazo para o Profissional da Educação Básica empossado em cargo público de provimento efetivo entrar em exercício será de 05 (cinco) dias, contados da data da posse, sob pena de exoneração.

§2º. O prazo de que trata este o parágrafo anterior poderá ser prorrogado por igual período a critério da autoridade competente.

§3º. À autoridade competente do órgão ou entidade para onde for nomeado ou designado o servidor compete dar-lhe o exercício.

Seção IV

Do Estágio Probatório

Art. 20. Ao entrar em exercício o Profissional da Educação Básica nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito ao estágio probatório por um período de 03 (três) anos, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objetos de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:

I. Conhecimento e cumprimento das atribuições inerentes à sua função conforme os termos desta Lei.

II. Zelo, eficiência e criatividade no desempenho das atribuições de seu cargo;

III. Assiduidade e pontualidade;

IV. Capacidade de iniciativa e de relacionamento, com demonstração de criatividade e sociabilidade;

V. preparo profissional, demonstração de respeito e compromisso com a instituição;

VI. Responsabilidade e disciplina;

VII. Idoneidade moral e característica de personalidade adequada ao cargo;

VIII. Participação nas atividades promovidas pela instituição;

IX. Produtividade, qualidade no trabalho considerando as condições de trabalho oferecidas na unidade escolar;

X. Participação nas atividades pedagógicas promovidas pela instituição inerentes à sua função.

§1º. O Profissional da Educação Básica em estágio probatório que se afastar das suas atribuições constantes desta Lei terá seu estágio suspenso, reiniciando a contagem de tempo ao retorno de suas atividades.

§2º. Para aquisição da estabilidade é obrigatória a avaliação especial de desempenho em que o Profissional de Educação Básica obtenha na média de 05 (cinco) avaliações a somatória acima de 70% da pontuação total considerada.

Art. 21. Durante o período do estágio estará sendo realizada, de forma permanente, a avaliação do desempenho do Profissional de Educação Básica de acordo com o que dispuser a legislação ou regulamento pertinente, devendo ser submetida à homologação da autoridade competente seis meses antes de findo este período, sem prejuízo da continuidade de superação dos fatores enumerados nos incisos do artigo, assegurada ampla defesa.

§1º. Para a avaliação prevista no caput deste artigo será constituída uma comissão de avaliação com participação paritária entre o Órgão da Educação e do Sindicato de Representação dos Profissionais da Educação Básica.

§2º. O Profissional da Educação Básica não aprovado no estágio probatório será exonerado, cabendo recurso ao dirigente máximo da instituição, assegurada ampla defesa.

Seção V

Da Estabilidade

Art. 22. O Profissional da Educação Básica habilitado em concurso público e empossado em cargo da carreira adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 03 (três) anos de efetivo exercício, condicionada à aprovação no estágio probatório.

Art. 23. O Profissional da Educação Básica estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, de processos administrativos disciplinar, assegurados em todos os casos o contraditório e a ampla defesa.

Seção VI

Da Readaptação

Art. 24. Readaptação é o aproveitamento do Profissional da Educação Básica em cargo de atribuição e responsabilidade compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacitação física ou mental verificada em inspeção médica oficial.

§1º. Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado nos termos da lei vigente.

§2º. A readaptação será efetivada em cargo da carreira de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida.

§3º. Em qualquer hipótese, a readaptação não poderá acarretar aumento ou redução do subsídio do Profissional da Educação Básica.

Seção VII

Da Reversão

Art. 25. Reversão é o retorno à atividade do Profissional da Educação Básica aposentado por invalidez quando, por junta média oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

Art. 26. A reversão far-se-á a pedido, e no mesmo cargo ou resultante de sua transformação, com subsídio integral.

Parágrafo Único. Encontrando-se provido este cargo o Profissional da Educação Básica exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Art. 27. Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.

Seção VIII

Da Reintegração

Art. 28. Reintegração é a reinvestidura do Profissional da Educação Básica estável no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada e sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§1º. Na hipótese do cargo ter sido extinto o profissional da Educação Pública Básica ocupará outro cargo equivalente ao anterior, com todas as vantagens.

§2º. O cargo a que se refere o caput deste artigo somente poderá ser preenchido em caráter temporário até o julgamento final.

Seção IX

Da Recondução

Art. 29. Recondução é o retorno do Profissional da Educação Básica estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

I. Inabilitado em estágio probatório relativo a outro cargo;

II. Reintegração do anterior ocupante.

Parágrafo Único. Encontrando-se provido o cargo de origem o Profissional da Educação será reconduzido a outro cargo.

Seção X

Da Disponibilidade e do Aproveitamento

Art. 30. Aproveitamento é o retorno do Profissional da Educação Básica em disponibilidade ao exercício do cargo.

Art. 31. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade o Profissional da Educação Básica estável ficará em disponibilidade.

Art. 32. O retorno à atividade do Profissional da Educação Básica em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e subsídios compatíveis com o anteriormente ocupado.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer determinará o imediato aproveitamento do Profissional da Educação Básica em disponibilidade, em vaga que vier a ocorrer nos órgãos do Sistema de Educação Pública Municipal na localidade em que trabalhava anteriormente ou em outra, onde houver vacância.

Art. 33. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade, se o Profissional da Educação Básica não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.

Art. 34. Havendo mais de um concorrente à mesma vaga, terá preferência o de maior tempo de disponibilidade, e, no caso de empate, o de maior tempo de serviço público.

Capítulo III

Da Vacância

Art. 35. A vacância do cargo público decorrerá de:

I. Exoneração;

II. Demissão;

III. Remoção;

IV. Readaptação;

V. Aposentadoria;

VI. Posse em outro cargo inacumulável;

VII. Falecimento.

Art. 36. A exoneração do cargo efetivo dar-se-á a pedido do Profissional da Educação Básica ou de oficio.

Parágrafo Único. A exoneração de ofício dar-se-á:

I. Quando não satisfeita as condições do estágio probatório;

II. Quando, por decorrência do prazo, ficar extinta a punibilidade para demissão por abandono de cargo;

III. Quando, tendo tomado posse, não entrar em exercício no prazo estabelecido.

Art. 37. A exoneração de cargo em comissão dar-se-á:

I. A juízo da autoridade competente, salvo os cargos ocupados mediante processo eletivos;

II. A pedido do próprio servidor.

Capítulo IV

Do Regime de trabalho

Da Jornada Semanal de Trabalho

Art. 38. O regime de trabalho dos Profissionais da Educação Básica será de:

I. Para o cargo de professor 30 (trinta) horas semanais observados o disposto no art. 42 e 43 desta Lei;

II. Para os cargos de Técnico Administrativo Educacional, Apoio Administrativo Educacional e Auxiliar de Desenvolvimento Infantil/Auxiliar de Sala, 30 (trinta) horas semanais.

Art. 39. A distribuição da jornada de trabalho do Profissional da Educação Básica é de responsabilidade da unidade escolar ou administrativo e deve estar articulada ao Plano de Desenvolvimento Estratégico, em se tratando de unidade escolar, com a anuência do Secretário Municipal, responsável pela gestão da Educação.

Art. 40. Fica assegurado a todos os professores o correspondente a 1/3 (um terço), de sua jornada semanal para atividades relacionadas ao processo didático-pedagógico, sendo que até 1/5(um quinto) delas podem ser cumpridas fora do estabelecimento de ensino, conforme Lei 9.394/96.

Parágrafo Único: As demais condições e normas de implantação e avaliação das horas pedagógicas serão definidas em regulamentação específica por comissão paritária entre a Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer e o Sindicato Representante da categoria.

Art. 41. Fica garantido ao profissional da Educação Básica no exercício da função de Diretor de Unidade Escolar e Coordenador Pedagógico, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura o recebimento de um percentual incidente sobre a remuneração do cargo original pelo regime de dedicação exclusiva.

§1º. O percentual referido no caput deste artigo refere-se ao regime de trabalho de dedicação exclusiva, não incorporável para fins de aposentadoria, com impedimento de prestar serviço em outra atividade remunerada, seja pública ou privada.

§2º. A ocupação das funções de confiança de dedicação exclusiva, estabelecida no caput deste artigo é privativa de profissional de carreira, efetiva e estável atendida os requisitos estabelecidos para a sua designação, a serem regulamentados por meio de portaria emitida pelo titular da Secretaria Municipal de Educação.

§3º. O percentual máximo de vagas a serem ocupadas pelos profissionais previstos no parágrafo anterior não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) do total de vagas destinadas às funções de Diretor de Unidade Escolar e Coordenador Pedagógico.

Art. 42. Ao professor no exercício das funções de direção de escola será atribuído o regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, não incorporável para fins de aposentadoria, com obrigação de prestar 40(quarenta) horas semanais de trabalho, e com impedimento de exercício de outra atividade remunerada, seja pública ou privada.

§ 1º- A gratificação de Dedicação Exclusiva, de que trata o caput deste artigo, será no valor correspondente a 80% (oitenta por cento) do vencimento base, da classe B,nível I do cargo de professor.

Art. 43. Ao professor designado para a função de Coordenador Pedagógico nas Unidades Escolares, será atribuído o regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, não incorporável para fins de aposentadoria e com impedimento de exercício de outra atividade remunerada, seja pública ou privada.

§ 1º- A gratificação de Dedicação Exclusiva, de que trata o caput deste artigo, será no valor correspondente a 40% (quarenta por cento) do vencimento base, da classe B, nível I do cargo de professor.

Título IV

Da Movimentação na Carreira

Capítulo I

Da Movimentação Funcional

Art. 44. A movimentação funcional do Profissional da Educação Básica dar-se-á em três modalidades:

I. Por promoção de classe;

II. Por progressão funcional;

III. Remoção.

Seção I

Da Promoção de Classe

Art. 45. A promoção do Profissional da Educação Básica, de uma classe para outra imediatamente superior à que ocupa, na mesma série de classes, dar-se-á em virtude da nova habilitação específica alcançada pelo mesmo, devidamente comprovada.

§1º. A promoção de classe depende do requerimento do interessado devidamente instruído com a comprovação oficial da habilitação alcançada, respeitando o interstício de no mínimo 03 (três) anos de uma classe para a outra.

§ 2º Os coeficientes para os aumentos salariais de uma classe para a subsequente ficam estabelecidos de acordo com o seguinte:

I - para as classes do cargo de Professor:

a) classe A: 1,00;

b) classe B: 1,50;

c) classe C: 1,70;

d) classe D: 2,02

e) classe E: 2,30;

II - para as classes do cargo de Técnico Administrativo Educacional:

a) classe A: 1,00;

b) classe B: 1,50;

c) classe C: 1,70;

d) classe D: 2,02

III - para as classes do cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil Educacional/Auxiliar de Sala:

a) classe A: 1,00;

b) classe B: 1,50

Seção II

Da

Progressão Funcional

Art. 46. O Profissional da Educação Básica terá direito à progressão funcional de um nível para outro, desde que aprovado em processo contínuo e específico de avaliação de desempenho, obrigatoriamente a cada 3 (três) anos.

§1º. O Servidor concorrerá à progressão horizontal quando, atendidos os preceitos previstos no caput deste artigo, obtiver, no mínimo, 70% (setenta por cento) da pontuação máxima definida no processo de avaliação de desempenho e capacitação.

§2°. Decorrido o prazo previsto no caput; e não havendo processo de avaliação, a progressão funcional dar-se-á automaticamente.

§3°. As demais normas da avaliação processual referida no caput deste artigo, incluindo instrumentos e critérios, terão regulamento próprio, definido por comissão paritária constituída pelo órgão da educação e do Sindicato representante dos Profissionais de Educação Básica.

Parágrafo Único - Os coeficientes para os aumentos salariais de um nível para o subsequente ficam estabelecidos de acordo com o seguinte:

I – 1,00;

II- 1,04;

III – 1,085;

IV – 1,135;

V – 1,19;

VI – 1,25;

VII – 1,32;

VIII – 1,41;

IX - 1,50;

X 1,56

XI 1,59

XII 1,63

Seção III

Da Remoção

Art. 47. Remoção é o deslocamento do Profissional da Educação Básica de uma unidade escolar para outra e/ou órgão do sistema de ensino, observada a existência de vagas.

§1º. A remoção dar-se-á:

I. A pedido;

II. Por permuta;

III. Por motivo de saúde;

IV. Por transferência de um dos cônjuges, quando este for servidor público.

§2º. A remoção dar-se-á exclusivamente em época de férias escolares.

§3º. A remoção por motivo de saúde dependerá de inspeção médica oficial, comprovando-se as razões apresentadas pelo requerente.

§4º. A remoção por permuta poderá ser concedida aos requerentes que exercerem atividades da mesma natureza do mesmo nível e grau de habilitação.

§5º. O removido terá o prazo de 5 (cinco) dias para entrar em exercício na nova sede.

Título V Do Subsídio, dos Direitos, das Vantagens e das Concessões

Capítulo I

Do Subsídio

Art. 48. A remuneração dos Profissionais da Educação Básica estabelecido nesta Lei é composta pelo vencimento e pelas vantagens pecuniárias, devendo ser obrigatoriamente revista a cada 12 (doze) meses, nos termos do inciso X do art. 37 da Constituição Federal.

Parágrafo Único. O vencimento básico é fixado para a Classe A, do nível I da carreira do magistério, conforme anexo III desta Lei.

Capítulo II

Dos Direitos

Seção I

Da Licença para Qualificação Profissional

Art. 49. A licença para qualificação profissional consiste no afastamento do Profissional da Educação Básica das suas funções e dar-se-á com prévia autorização do executivo municipal, sem prejuízo do seu subsídio e vantagens assegurados a sua efetividade para todos os efeitos da carreira e será concedida:

I. Para frequência a cursos de atualização, em conformidade com a política educacional ou com o Plano de Desenvolvimento Estratégico;

II. Para frequência a cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização profissional ou de pós-graduação, e estágio, no país ou no exterior, se do interesse da unidade;

III. Participar de congressos e outras reuniões de natureza científica, cultural, técnica ou sindical, inerentes às funções desempenhadas pelo Profissional da Educação Básica.

Art. 50. São requisitos para a concessão de licença para qualificação profissional:

I. Exercício de 03 (três) anos ininterruptos na função;

II. Curso correlacionado com a área de atuação, em sintonia com a política educacional ou com o Plano de Desenvolvimento Estratégico da escola;

III. Disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 51. Os Profissionais da Educação Básica licenciados para os fins de que trata o artigo 49 obrigam-se a prestar serviços no órgão de lotação, quando de seu retorno, por um período mínimo igual ao de seu afastamento.

Art. 52. O número de licenciados para qualificação profissional não poderá exceder 1/6 (um sexto) do quadro de lotação da unidade.

§1º. A licença de que trata o caput desde artigo será concedida mediante requerimento fundamentado e projeto de estudo apresentado para apreciação do Conselho Deliberativo Escolar com, no mínimo, 6 (seis) meses de antecedência.

§2º. Em se tratando de profissional do órgão central, o requerimento e o projeto de estudo deverão ser apresentados à autoridade máxima da instituição com, no mínimo, 6 (seis) meses de antecedência.

Seção II

Das Férias

Art. 53. O Profissional da Educação Básica em efetivo exercício do cargo gozará de férias anuais:

I. De 45 (quarenta e cinco) dias para professores, da seguinte forma:

a) 15 (quinze) dias no término do primeiro semestre previsto no calendário escolar;

b) 30 (trinta) dias após o encerramento do ano letivo de acordo com o calendário escolar.

II. De 30 (trinta) dias para os demais Profissionais da Educação Básica, de acordo com a escala de férias anuais.

§1º. Os Profissionais da Educação Básica em exercício fora da unidade escolar gozarão de 30 (trinta) dias de férias anuais, conforme escala.

§2º. É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço, observadas as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§3º. É proibida a acumulação de férias, salvo por absoluta necessidade do serviço e pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.

Art. 54. Será pago aos Profissionais da Educação Básica, por ocasião das férias, um adicional de 1/3 (um terço) da remuneração, correspondente ao período de férias de acordo com o art. 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 55. Aos Profissionais da Educação Básica contratados temporariamente, aplica-se a Lei que dispuser sobre contratação por excepcional interesse público.

Seção III

Da Licença-Prêmio por Assiduidade

Art. 56. Após cada quinquênio ininterrupto de efetivo exercício no serviço público municipal, o Profissional da Educação Básica fará jus a 03(três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com o subsídio do cargo efetivo, observado o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§1º. Para fins da licença-prêmio de que trata este artigo, será considerado o tempo de serviço desde seu ingresso no serviço público municipal.

§2º. É facultado ao Profissional da Educação Básica a fracionar a licença de que trata este artigo em até 03 (três) parcelas, desde que defina previamente os meses para gozo da licença.

Art. 57. Não se concederá licença-prêmio ao Profissional da Educação Básica que, no período aquisitivo:

I. Sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II. Afastar-se do cargo em virtude de:

a) licença por motivo de doença em pessoa da família, sem remuneração;

b) licença para tratar de interesses particulares;

c) condenação à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;

d) afastamento para acompanhar cônjuge ou companheiro.

Parágrafo Único. As faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão da licença prevista neste artigo na proporção de um mês para cada três faltas.

Art. 58. O número de Profissionais da Educação Básica em gozo simultâneo de licença prêmio não poderá ser superior a 1/3 (um terço) da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade.

Art. 59. Para possibilitar o controle das concessões da licença o órgão de lotação deverá proceder anualmente à escala dos Profissionais da Educação Básica.

Capítulo III

Das Concessões e dos Afastamentos

Seção I Das Concessões

Art. 60. Sem qualquer prejuízo poderá o Profissional da Educação Básica ausentar-se do serviço:

I. Por 01 (um) dia, para doação de sangue;

II. Por 02 (dois) dias, para se alistar como eleitor;

III. Por 10 (dez) dias consecutivos, em razão de:

a) casamento;

b) falecimento do conjugue, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela, irmão e avós.

Art. 61. Será concedido horário especial ao Profissional da Educação Básica estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e do órgão, sem prejuízo do exercício do cargo.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto neste artigo será exigida a compensação de horários na repartição, respeitada a duração semanal do trabalho.

Art. 62. Ao Profissional da Educação Básica estudante que mudar de sede, no interesse da administração, é assegurada, na localidade da nova residência ou na mais próxima, matrícula em instituição de ensino congênere, em qualquer época, independente de vaga, na forma e condições estabelecidas na legislação específica.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo estende-se ao cônjuge ou companheiro, aos filhos ou enteados do Profissional da Educação Básica, que vivam na sua companhia, bem como aos menores sob guarda, com autorização judicial.

Seção II

Dos Afastamentos

Art. 63. Aos Profissionais da Educação Básica serão permitidos os seguintes afastamentos:

I. Para exercer atribuições em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, do Estado ou do Distrito Federal e dos Municípios, sem ônus para o órgão de origem;

II. Para exercer função de natureza técnico-pedagógica da União ou dos Municípios conveniados com o Estado de Mato Grosso, sem ônus para o órgão de origem;

III. Para exercer atividade em entidade sindical de classe, sendo permitido 01 (um) profissional, com ônus para o órgão de origem;

IV. Para exercer mandato eletivo, com direito à opção de subsídio, nos termos do art. 38 da Constituição Federal;

V. Para estudo ou missão no exterior, para frequência a cursos de atualização, em conformidade com a Política Educacional ou com o Plano de Desenvolvimento Estratégico.

VI. Para tratar de interesse particular sem ônus para o órgão de origem.

Art. 64. Na hipótese do inciso V do artigo anterior o Profissional da Educação Básica não poderá ausentar-se do Estado ou do país para estudo ou missão oficial sem a autorização do executivo.

§1º. O afastamento não excederá 4 (quatro) anos e, finda a missão ou o estudo, somente decorrido igual período, será permitido novo afastamento.

§2º. Ao Profissional da Educação Básica beneficiado pelo disposto neste artigo não será concedida exoneração ou licença para tratar de interesse particular antes de decorrido período igual ao do afastamento, ressalvada a hipótese do ressarcimento da despesa havida com o mesmo afastamento.

Art. 65. O afastamento do Profissional da Educação Básica para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere dar-se-á com direito à opção pelo subsídio.

Capítulo IV

Do Tempo de Serviço

Art. 66. É contado, para todos os efeitos, exceto para progressão de nível, o tempo de serviço Público Estadual e Municipal prestado na Administração Direta, nas autarquias e fundação públicas do Estado de Mato Grosso e no Município de Planalto da Serra - MT, inclusive o das Forças Armadas.

Art. 67. A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Art. 68. Além das ausências ao serviço prevista nesta Lei, são considerados como de efeito exercício os afastamentos em virtude de:

I. Férias;

II. Exercício de cargo em comissão ou equivalente em órgãos ou entidades dos Poderes da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal;

III. Exercício de cargo ou função de governo ou administração, em qualquer parte do território nacional, por nomeação do Presidente da República, do Governo Estadual ou do Municipal;

IV. Participação em programa de treinamento regularmente instituído;

V. Desempenho de mandato eletivo Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

VI. Júri e outros serviços obrigatórios por lei;

VII. Licenças:

a) À gestante, à adotante e à paternidade;

b) Para tratamento da própria saúde até 02 (dois) anos;

c) Por motivo de acidente em serviço ou doença profissional;

d) Prêmio por assiduidade;

e) Por convocação para o serviço militar;

f) qualificação profissional;

g) Para tratamento de saúde em pessoa da família;

h) Desempenho de mandato classista;

i) Para acompanhar cônjuge ou companheiro;

VIII. Deslocamento para a nova sede de que trata esta Lei;

IX. Participação em competição desportiva estadual e nacional ou convocação para integrar representação desportiva nacional, no país ou no exterior, conforme disposto em lei específica.

Art. 69. Contar-se-á para efeito de aposentadoria e disponibilidade:

I. O tempo de serviço público prestado à União, ao Estado e a outro município, mediante comprovação do serviço e do recolhimento à previdência social;

II. A licença para tratamento de saúde de pessoa da família do servidor, com remuneração;

III. A licença para atividade política;

IV. O tempo correspondente ao desempenho de mandato eletivo federal, estadual ou municipal anterior ao ingresso no serviço público municipal;

V. O tempo de serviço em atividade privada vinculado ao Regime Geral de Previdência Social;

VI. O tempo de serviço relativo a Tiro de Guerra;

§1º. O tempo de serviço a que se refere o inciso I deste artigo não poderá ser contado em dobro ou com quaisquer outros acréscimos, salvo se houver norma correspondente na legislação estadual.

§2º. O tempo em que o Profissional da Educação Básica esteve aposentado ou em disponibilidade será contado apenas para nova aposentadoria ou disponibilidade.

§3º. É vedada a contagem fictícia do tempo de serviço e a cumulação de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de 1 (um) cargo ou função em órgão ou entidade dos Poderes da União, do Estado e do município, autarquia, fundação pública, sociedade de economia mista e empresa pública.

Capítulo V

Da Aposentadoria

Art. 70. O Profissional da Educação Básica efetivo será aposentado de acordo com as normas estabelecidas pelo Instituto de Previdência Social do Município de Planalto da Serra - MT.

Art. 71. O provento de aposentadoria será revisto na mesma data e proporção, sempre que se modificar o valor do subsídio do Profissional da Educação Básica em atividade.

Capítulo VI

Dos Direitos e Deveres Especiais dos Profissionais da Educação Básica

Seção I

Dos Direitos Especiais

Art. 72. Além dos direitos previstos nesta Lei são direitos dos Profissionais da Educação Básica:

I. Ter ao seu alcance informações educacionais, biblioteca, material didático-pedagógico; instrumentos de trabalho, bem como contar com assistência técnica que auxilie e estimule a melhoria de seu desempenho profissional e ampliação de seus conhecimentos;

II. Dispor, no ambiente de trabalho, de instalação adequada e material técnico e pedagógico suficientes e adequados, para que possa exercer com eficiência as suas funções;

III. Ter liberdade na utilização de materiais e procedimentos didáticos e de instrumento de avaliação do processo ensino aprendizagem, dentro dos princípios psicopedagógicos, objetivando alcançar o respeito á pessoa humana e á construção do bem comum;

IV. Ter acesso a recursos para a publicação de trabalhos e livros didáticos ou técnico científicos de acordo com a Proposta Pedagógica do Município e a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros;

V. Ter direito a pelo menos uma capacitação anual de acordo com a área de atuação e/ou habilitação.

VI. Não sofrer qualquer tipo de discriminação moral ou material decorrente de sua opção profissional, ficando o infrator sujeito às penalidades previstas na Constituição Federal, art. 5º, incisos V e XII;

VII. Reunir-se na unidade escolar para tratar de assuntos de interesse da categoria e da educação em geral, sem prejuízo das atividades escolares.

VIII. Ser dispensados pela administração escolar, quando solicitado pelo sindicato;

IX. Não ser agredido por alunos, pais de alunos, colegas de trabalho com gestos obscenos, palavras de baixo calão e agressões físicas.

Seção II

Dos Deveres Especiais

Art. 72. Aos integrantes do grupo dos Profissionais da Educação Básica no desempenho de suas atividades, além dos deveres comuns aos funcionários públicos civis do município, cumpre:

I. Preservar as finalidades da Educação Nacional inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana;

II. Promover e/ou participar das atividades educacionais, sociais e culturais, escolares e extra-escolares em benefício dos alunos e da coletividade a que serve a escola, exceto quando os mesmos incidirem sobre sua confissão religiosa.

III. Esforçar-se em prol da educação integral do aluno, utilizando processo que acompanhe o avanço científico e tecnológico e sugerindo também medidas tendentes ao aperfeiçoamento dos serviços;

IV. Entregar toda a documentação referente ao ano letivo no prazo estipulado pela unidade escolar;

V. Fornecer elementos para permanecer atualização de seus assentamentos junto aos órgãos de administração;

VI. Respeitar o aluno como sujeito do processo educativo e comprometer-se com a eficácia do seu aprendizado;

VII. Comprometer-se com o aprimoramento pessoal e profissional através da atualização e aperfeiçoamento dos conhecimentos, assim como da observância aos princípios morais e éticos;

VIII. Manter em dia registro, escriturações e documentação inerentes à função desenvolvidas e à vida profissional;

IX. Preservar os princípios democráticos da participação, da cooperação, do diálogo, do respeito à liberdade e da justiça e da justiça social.

Título VI

Das Disposições Gerais

Art. 73. Os cargos dos Profissionais da Educação Básica e suas respectivas vagas são os constantes do anexo I desta Lei.

Art. 74. A função de diretor de unidade escolar e coordenador pedagógico deverão recair sempre em integrante da carreira dos Profissionais da Educação Básica efetivo na Rede Municipal.

§1º: O diretor, que trata o caput deste artigo será escolhido pela comunidade escolar, mediante votação direta.

§2º: O Coordenador Pedagógico será escolhido pelo diretor eleito e nomeado pelo Secretário Municipal de Educação.

Art. 75. É assegurado ao Profissional da Educação Básica, ativo ou inativo, o recebimento da gratificação natalícia integral até o dia 20 de dezembro do ano trabalhado garantido a proporcionalidade aos contratados temporariamente, observado a lei que dispõe sobre as contratações temporárias.

Art. 76 – A remuneração dos Profissionais da Educação Básica será reajustada, na mesma proporção todo mês de fevereiro a partir do ano de 2018 com percentual nunca inferior ao percentual da inflação do ano anterior.

Art. 77 - Em caso de necessidade comprovada poderão ser admitidos Profissionais da Educação Básica mediante contrato temporário.

§1º. A admissão de que trata o caput deste artigo deverá observar as habilitações inerentes ao cargo do profissional substituído, priorizando o candidato com o melhor nível de habilitação e pontuação, conforme processo seletivo.

§2º. O Profissional da Educação Básica contratado temporariamente perceberá subsídio compatível com a sua classe correspondente, a sua graduação e nível inicial.

Art. 78. Os Profissionais da Educação Básica poderão congregar-se em sindicatos de classe na defesa dos seus direitos, nos termos da Constituição da República.

Título VII

Das Disposições Transitórias

Art. 79. O enquadramento dos atuais Profissionais da Educação Básica – Professor, Técnico Administrativo Educacional e Auxiliar de Desenvolvimento Infantil/Auxiliar de Sala – dar-se-á pelo nível de habilitação e pelo tempo de serviço.

Art. 80. Os atuais servidores que preencham os requisitos de escolaridade mínima estabelecidos nesta lei complementar, mas que ainda não concluíram o requisito da profissionalização específica exigida para a ocupação do cargo, farão jus aos subsídios estabelecidos respectivamente nas tabelas dos anexos IV e VI, até a conclusão da profissionalização.

Parágrafo Único. As demais progressões de classe deverão observar o disposto no art. 45, desta lei.

Título VIII

Das Disposições Finais

Art. 81. Os efeitos financeiros desta Lei ficam condicionados à existência de previsão orçamentária e financeira.

Art. 82. O Poder Executivo Municipal procederá à regulamentação necessária à eficácia desta Lei no prazo de até 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Art. 83. Fazem parte desta lei os anexos I, II, III, IV, V, VI e VII.

Art. 84. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Lei nº 099/98.

Gabinete do Prefeito Municipal, 06 de novembro de 2017.

Rosimar Alves Pereira

Prefeito Interino

ANEXO I

QUANTIDADE DAS VAGAS

Total de Cargos: 03

Auxiliar de Desenvolvimento Infantil/Auxiliar de Sala: 11

Professor: 30

Técnico Administrativo: 04

Total: 47

ANEXO II

QUADRO DE TRANSFORMAÇÕES

Situação Atual: 02 Técnico Administrativo Educacional

Situação Anterior: 02 Secretário de Escola

Quantidade: 02

Situação Atual: Auxiliar de Desenvolvimento Infantil/ Auxiliar de Sala – PNEs

Situação Anterior: Auxiliar de Sala

Quantidade: 11

Situação Atual: Professor

Situação Anterior: Professor

Quantidade: 30

ANEXO III

TABELA DOS PROFESSORES – 30 HORAS SEMANAIS

Classe		A	B	C	D	E
	Coeficiente	1,00	1,50	1,7	2,02	2,30
Nível		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,000	R$ 1.636,47	R$ 2.454,70	R$ 2.782,00	R$ 3.305,67	R$ 3.763,88
2	1,040	R$ 1.701,93	R$ 2.552,89	R$ 2.893,28	R$ 3.437,89	R$ 3.914,43
3	1,085	R$ 1.775,57	R$ 2.663,35	R$ 3.018,47	R$ 3.586,65	R$ 4.083,81
4	1,135	R$ 1.857,39	R$ 2.786,09	R$ 3.157,57	R$ 3.751,93	R$ 4.272,00
5	1,190	R$ 1.947,40	R$ 2.921,10	R$ 3.310,58	R$ 3.933,74	R$ 4.479,02
6	1,250	R$ 2.045,59	R$ 3.068,38	R$ 3.477,50	R$ 4.132,08	R$ 4.704,85
7	1,320	R$ 2.160,14	R$ 3.240,21	R$ 3.672,24	R$ 4.363,48	R$ 4.968,32
8	1,410	R$ 2.307,42	R$ 3.461,13	R$ 3.922,62	R$ 4.660,99	R$ 5.307,07
9	1,500	R$ 2.454,70	R$ 3.682,06	R$ 4.173,00	R$ 4.958,50	R$ 5.645,82
10	1,560	R$ 2.552,89	R$ 3.829,34	R$ 4.339,92	R$ 5.156,84	R$ 5.871,65
11	1,590	R$ 2.601,99	R$ 3.902,98	R$ 4.423,38	R$ 5.256,01	R$ 5.984,57
12	1,630	R$ 2.667,44	R$ 4.001,17	R$ 4.534,66	R$ 5.388,24	R$ 6.135,12

ANEXO IV

TABELA TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONALIZADO – 30 HORAS SEMANAIS

Classe		A	B	C	D
	Coeficiente	1,00	1,50	1,85	2,02
Nível		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,000	R$ 1.152,09	R$ 1.728,14	R$ 2.188,97	R$ 2.304,18
2	1,040	R$ 1.198,17	R$ 1.797,26	R$ 2.276,53	R$ 2.396,35
3	1,085	R$ 1.255,78	R$ 1.883,67	R$ 2.385,98	R$ 2.511,56
4	1,135	R$ 1.313,38	R$ 1.970,07	R$ 2.495,43	R$ 2.626,77
5	1,190	R$ 1.370,99	R$ 2.056,48	R$ 2.604,88	R$ 2.741,97
6	1,250	R$ 1.440,11	R$ 2.160,17	R$ 2.736,21	R$ 2.880,23
7	1,320	R$ 1.520,76	R$ 2.281,14	R$ 2.889,44	R$ 3.041,52
8	1,410	R$ 1.624,45	R$ 2.436,67	R$ 3.086,45	R$ 3.248,89
9	1,500	R$ 1.728,14	R$ 2.592,20	R$ 3.283,46	R$ 3.456,27
10	1,530	R$ 1.762,70	R$ 2.644,05	R$ 3.349,13	R$ 3.525,40
11	1,560	R$ 1.797,26	R$ 2.695,89	R$ 3.414,79	R$ 3.594,52
12	1,590	R$ 1.831,82	R$ 2.747,73	R$ 3.480,46	R$ 3.663,65

ANEXO V

TABELA TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO – 30 HORAS SEMANAIS

Classe		A	B	C	D
	Coeficiente	1,00	1,50	1,85	2,02

Nível		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,000	1.438,31	2.157,47	2.660,87	2.905,39
2	1,040	1.495,84	2.243,76	2.767,31	3.021,60
3	1,085	1.560,57	2.340,85	2.887,05	3.152,34
4	1,135	1.632,48	2.448,72	3.020,09	3.297,61
5	1,190	1.711,59	2.567,38	3.166,44	3.457,41
6	1,250	1.797,89	2.696,83	3.326,09	3.631,73
7	1,320	1.898,57	2.847,85	3.512,35	3.835,11
8	1,410	2.028,02	3.042,03	3.751,83	4.096,59
9	1,500	2.157,47	3.236,20	3.991,31	4.358,08
10	1,560	2.243,76	3.365,65	4.150,96	4.532,40
11	1,590	2.286,91	3.430,37	4.230,79	4.619,56
12	1,630	2.344,45	3.516,67	4.337,22	4.735,78

ANEXO VI

TABELA APOIO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL/AUXILIAR DE SALA NÃO PROFISSIONALIZADO – 30 HORAS SEMANAIS

Classe		A	B
	Coeficiente	1,00	1,25
Nível		Subsídio	Subsídio
1	1,000	R$ 1.320,00	R$ 1.650,00
2	1,040	R$ 1.372,80	R$ 1.716,00
3	1,090	R$ 1.432,20	R$ 1.790,25
4	1,140	R$ 1.498,20	R$ 1.872,75
5	1,190	R$ 1.570,80	R$ 1.963,50
6	1,250	R$ 1.650,00	R$ 2.062,50
7	1,320	R$ 1.742,40	R$ 2.178,00
8	1,410	R$ 1.861,20	R$ 2.326,50
9	1,500	R$ 1.980,00	R$ 2.475,00
10	1,530	R$ 2.059,20	R$ 2.574,00
11	1,560	R$ 2.098,80	R$ 2.623,50
12	1,590	R$ 2.151,60	R$ 2.689,50

ANEXO VII

TABELA APOIO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL/AUXILIAR DE SALA PROFISSIONALIZADO – 30 HORAS SEMANAIS

Classe		A	B
	Coeficiente	1,00	1,25
Nível		Subsídio	Subsídio
1	1,000	R$ 1.400,00	R$ 1.750,00
2	1,040	R$ 1.456,00	R$ 1.820,00
3	1,090	R$ 1.519,00	R$ 1.898,75
4	1,140	R$ 1.589,00	R$ 1.986,25
5	1,190	R$ 1.666,00	R$ 2.082,50
6	1,250	R$ 1.750,00	R$ 2.187,50
7	1,320	R$ 1.848,00	R$ 2.310,00
8	1,410	R$ 1.974,00	R$ 2.467,50
9	1,500	R$ 2.100,00	R$ 2.625,00
10	1,530	R$ 2.184,00	R$ 2.730,00
11	1,560	R$ 2.226,00	R$ 2.782,50
12	1,590	R$ 2.282,00	R$ 2.852,50

Rosimar Alves Pereira

Prefeito Interino

LEI N.º 511/2017, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017.

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO

"Dispõe sobre o parcelamento e pagamento dos débitos da Prefeitura Municipal de Planalto da Serra/MT, referentes às contribuições previdenciárias devidas ao IMPAS – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de Planalto da Serra, e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado por esta lei, a realizar termo de parcelamento de débitos referentes às contribuições previdenciárias da **parte patronal** não recolhida IMPAS – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de Planalto da Serra, no período de julho/2017 a agosto/2017 em até 12 (doze) prestações mensais e consecutivas.

Art. 2º Fica o IMPAS – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de Planalto da Serra autorizado a receber este parcelamento nos termos aqui dispostos.

Art. 3º O débito originário ora confessado, em obediência ao princípio financeiro e atuarial deverá ser corrigido pelo Índice IPCA mais juros legais à razão de 6% (seis por cento) ao ano acumulados desde a data de vencimento do débito até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento, e deverá ser pago em parcelas, vincendas todo dia 30 de cada mês, mediante débito automático na conta do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

Art. 4º. O débito ora confessado, consolidado em reais será pago em 12 (doze) prestações mensais e sucessivas, no valor mínimo apurado pelo Demonstrativo Consolidado de Parcelamento – DCP definido pelo Ministério da Previdência Social através do CADPREV, acrescidas dos juros estabelecidos no parágrafo primeiro.

§ 1º As parcelas vincendas determinadas no caput deste artigo, em obediência ao princípio do equilíbrio financeiro e atuarial, serão corrigido pelo Índice IPCA (Índice Preço ao Consumidor Amplo) mais juros à razão de 6% (seis por cento) ao ano, acumulados desde a data da consolidação dos débitos até o mês do vencimento da respectiva parcela.

§ 2º As parcelas vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA (Índice Preço ao Consumidor Amplo), mais juros à razão de 6% (seis por cento) ao ano e multa de 1% (um por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

Art. 5º A primeira parcela será paga em 30/10/2017, e as demais parcelas na mesma data dos meses subseqüentes, sendo certo, que após a referida data o valor estará sujeito a multa de 1% (um por cento).

Art. 6º Quaisquer outras operações ou negociações referentes a estes débitos fora dos termos definidos nesta lei serão considerados nulos de pleno direito.

Art. 7º O pagamento a que se refere esta lei independe do pagamento da contribuição previdenciária mensal devida pelo Município ao IMPAS.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Planalto da Serra/MT, 23 de Outubro de 2017.

ALVES PEREIRA

Prefeito Interino

LEI N° 514/2017/ALUGUEL CASA LOTÉRICA

"Dispõe sobre aluguel de imóvel destinado a instalação da casa lotérica de Planalto da Serra/MT, e dá outras providências."

ROSIMAR ALVES PEREIRA, Prefeito Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Planalto da Serra, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alugar na cidade de Planalto da Serra/MT, imóvel com valor mensal de R$ 400,00 (quatrocentos reais), dotado de infra estrutura adequada para instalação da Casa Lotérica.

Art. 2º. As despesas com execução desta Lei correção por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessárias.

Art. 3º. O cumprimento desta Lei será através de Contrato celebrado entre o Executivo Municipal e a parte interessada, podendo reajustar valores conforme índice inflacionário do Governo Federal.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Planalto da Serra - MT, em 06 de Novembro de 2017

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Interino

ATA Nº002/2017 COMITÊ MUNICIPAL PROGRAMA PRÓ-FAMÍLIA-APROVAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE FAMÍLIAS

Ata nº02 aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e dezessete reuniram-se o Comitê Municipal do programa Pró-família para análise e aprovação de substituições de famílias que fora indeferida pelo comitê gestor estadual no programa estadual pró-Família. As famílias substituídas conforme fala da assistente social Zenaide Marques Bastos foram: Ivoneth dos Santos Araújo CPF: 005.825.531-13 substituída por Sandra Cristina Nunes CPF: 156.694.638-70, Tailany dos Santos Gonçalves CPF: 704. 141.171-07 substituído pelo senhor Eudes Alves da Silva CPF: 582.447. 515-68, Natalina Apolônio da Silva CPF: 027.063.641-22 substituída por Dilma Silva Costa CPF: 035.638.931-60 e Creuza Inez de Souza CPF: 872.841.621-04 substituída por Zenaide Paula da Silva CPF: 033.579. 521-81. O Comitê aprovou por unanimidade as substituições a reunião deu por encerrada e segue por mim assinada de demais membros, Zenaide Marques Bastos, Joana Darc da Silva Leão, Terezinha Aparecida Rosa de Siqueira, Marinete Maria da Silva, Aila Greisiele de Oliveira, Valdicelia Rodrigues de Camargo, Gralcilene Aparecida Oliveira Machado, Rosicrer Vitalino dos Santos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL N° 025/2017

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 61/2017, de 10/01/2017, torna público, para conhecimento dos interessados, que os vencedores da presente licitação destinada para ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GAZ DE COZINHA.***

FoI:

COHAB GAS E AGUA LTDA - ME CNPJ: 24.238.840/0001-55

Poconé, 14 de Novembro de 2017.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL N° 027/2017

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 61/2017, de 10/01/2017, torna público, para conhecimento dos interessados, que os vencedores da presente licitação destinada para ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA À READEQUAÇÃO DE PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ABASTECIMENTOS DE ÁGUA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS.***

FoI:

RENOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI - ME CNPJ: 13.361. 238/0001-94

Poconé, 14 de Novembro de 2017.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 156/2017

R E S O L V E:

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de

1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE TERMO DE PARCERIA

TERMO DE PARCERIA ÁREA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

PARCEIRO PÚBLICO: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

PARCEIRO: INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS-IPGP: (ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO) - OSCIP.

VALOR DO TERMO DE PARCERIA: R$ 42.613,31

VIGÊNCIA: 15 DE FEVEREIRO/2017 Á 31 DE DEZEMBRO/2017.

ARTIGO 1º -- Designar a servidora "MARIA AUXILIADORA MARTINS DO AMARAL " RG 1532503-2 SSP/MT e CPF 362.378.681-00, matrícula nº 373, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Fiscal deste Termo de Parceria, que representará a Secretaria perante o Termo de Parceria e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 04 de abril de 2017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, "MARIA AUXILIADORA MARTINS DO AMARAL" RG 1532503-2 SSP/MT e CPF 362.378.681-00, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

MARIA AUXILIADORA MARTINS DO AMARAL

CPF 362.378.681-00

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 043/2017

Ata de Registro de preço n° 043/2017.

Pregão Presencial: 024/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: NAVI COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E CONSTRUÇÕES

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Dotação: Sec. Municipal de Planejamento e Administração - 030011

Sec. Municipal de Finanças - 040011

Sec. Municipal de Assistência Social Emprego e Renda - 050084,050078,050114,050102,05013,050035,050014

Sec. Municipal de Educação e Cultura - 060026, 060027, 060079, 060080, 060046, 060047

Sec. Municipal de Saúde - 070045,070112,070348,070178

Sec. Municipal de Des. Rural, Agropecuário e Urbano - 080006, 080021

Sec. Municipal de Turismo - 090007

Sec. Municipal de Meio Ambiente - 110012

Sec. Municipal de Infraestrutura – 120036

Valor Registrado: R$ 2.559.662,00 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e sessenta e dois reais).

Período: 12 meses

Poconé/MT, 14 de novembro de 2017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 042/2017

Ata de Registro de preço n° 042/2017.

Pregão Presencial: 024/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: LILLIOANA FABRICIA FONTES SILVA-ME

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Dotação: Sec. Municipal de Planejamento e Administração - 030011

Sec. Municipal de Finanças - 040011

Sec. Municipal de Assistência Social Emprego e Renda - 050084,050078,050114,050102,05013,050035,050014

Sec. Municipal de Educação e Cultura - 060026, 060027, 060079, 060080, 060046, 060047

Sec. Municipal de Saúde - 070045,070112,070348,070178

Sec. Municipal de Des. Rural, Agropecuário e Urbano - 080006, 080021

Sec. Municipal de Turismo - 090007

Sec. Municipal de Meio Ambiente - 110012

Sec. Municipal de Infraestrutura – 120036

Valor Registrado: R$ 10.793.247,40 (dez milhões, setecentos e noventa e três mil, duzentos e quarenta e sete reais e quarenta centavos)

Período: 12 meses

Poconé/MT, 14 de novembro de 2017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

DECRETO Nº 050/2017 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

DECRETO Nº 050/2017, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

"DECRETA PONTO FACULTATIVO MUNICIPAL."

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais dispositivos de regência

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas do Município de Ponte Branca, os dias 16 e 17 de Novembro de 2017, em decorrência do feriado nacional de 15 de Novembro de 2017 (Proclamação da República), quarta-feira.

§ 1º – O "*caput"* deste artigo não se aplica integralmente à Secretaria Municipal de Educação, a qual funcionará normalmente no dia 16 de Novembro de 2017 (quinta-feira).

§ 2º – O "*caput"* deste artigo não se aplica integralmente ao Hospital Municipal o qual funcionará no dia 17 de Novembro de 2017.

§ 3º – O "*caput"* deste artigo não se aplica integralmente ao Setor de Radiologia do Hospital Municipal, o qual funcionará no dia 18 de Novembro de 2017 (sábado).

§ 4º – O "*caput"* deste artigo não se aplica integralmente à Limpeza Pública Municipal, a qual funcionará normalmente no dia 17 de Novembro de 2017 (sexta-feira).

§ 5º – O PSF considerando às atividades de emergência do setor público, funciona em regime de plantão.

Art. 2º - No dia 20 de Novembro de 2017 (segunda-feira), devido ao feriado estadual da Consciência Negra, não haverá expediente público.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, em 14 de Novembro de 2017.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TECNOLOGIA E INFORMATICA
TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2017 TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2017

Caixa de texto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 161/2017, ORIUNDO DA LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2017, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS DE ENGENHARIA PARA A REFORMA DO HOSPITAL NOS SETORES - SALA DE RAIO – X, LAVANDERIA E BASE DESCENTRALIZADA DO SAMU, CONFORME RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDA AO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT E A CELESTE A. POLITOWSKI – ME.

PREÂMBULO DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES DA FINALIDADE E FUNDAMENTO LEGAL

O município de Porto dos Gaúchos/MT, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke nº. 19, Centro, município e Comarca de Porto dos Gaúchos – Estado de Mato Grosso, devidamente inscrito no CNPJ sob o número 03.204.187/0001-33, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, portador do RG nº. 1.100.320-6 SSP/MT e CPF n.º 903.672.351 - 53, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina, s/ nº, Centro, Município de Porto dos Gaúchos/MT, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATANTE.**

CELESTE A. POLITOWSKI – ME, Avenida Ijui, Bairro Centro, S/N, Municipio de Porto dos Gaúchos, Inscrita sob o CNPJ nº 05.023.626/0001-37, neste ato representado pelo Sr. Celeste Antonio Politowski, CPF nº 495.231.200-34, residente e domiciliado na Avenida Ijui, Bairro Centro, S/N, Municipio de Porto dos Gaúchos, doravante denominado de **CONTRATADO.**

DA FINALIDADE

O presente termo aditivo tem como finalidade o reajuste de preço e do valor global do Contrato nº 161/2017, aumentando o valor total, passando o valor global do contrato de **R$: 69.857,21** á **R$: 70.440,51**.

DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo Aditivo tem por fundamento legal o disposto no artigo 65, § 2º, inciso II, da lei nº 8.666/93 bem como o que dispõe a Clausula Sétima do **Contrato Administrativo Nº 161/2017.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui o objeto deste termo aditivo, a alteração *da CLAUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E FINALIDADE, **2.3.** À CONTRATADA adjudicam-se os itens aos quais advém do resultado final do TOMADA DE PREÇO Nº. 05/2017, com o menor valor entre as propostas do certame, conforme segue:* com a adição de **R$ 583,30** ao valor global. Passando o valor global do contrato de **R$: 69.857,21** á **R$: 70.440,51**. baseado nas seguintes adições ao termo de referência.

LOTE 01					
REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL NOS SETORES – SALA DE RAIO – X, LAVANDERIA E BASE DESCENTRALIZADA DO SAMU					
Item	**Cod. TCE – MT**	**Qtde**	**Un.**	**Produto**	**Vlr. Global**
01	**383011-0**	01	Un.	Serviço de Engenharia Para A Reforma Do Hospital Nos Setores - Sala De Raio – X, Lavanderia E Base Descentralizada Do Samu; Os serviços serão executados conforme os ***ANEXOS X, XI, XII, XIII, XIV, XV.*** **Prazo máximo para conclusão da Obra**: De acordo com a Execução do Cronograma Físico Financeiro.	R$ 70. 440,51

CLAÚSULA SEGUNDA

A CLAUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E FINALIDADE, passa a ter a seguinte redação:

***2.3.** À CONTRATADA adjudicam-se os itens aos quais advém do resultado final do TOMADA DE PREÇO Nº. 05/2017, com o menor valor entre as propostas do certame, conforme segue:*

LOTE 01					
REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL NOS SETORES – SALA DE RAIO – X, LAVANDERIA E BASE DESCENTRALIZADA DO SAMU					
Item	**Cod. TCE – MT**	**Qtde**	**Un.**	**Produto**	**Vlr. Global**
01	**383011-0**	01	Un.	Serviço de Engenharia Para A Reforma Do Hospital Nos Setores - Sala De Raio – X, Lavanderia E Base Descentralizada Do Samu; Os serviços serão executados conforme os ***ANEXOS X, XI, XII, XIII, XIV, XV.*** **Prazo máximo para conclusão da Obra**: De acordo com a Execução do Cronograma Físico Financeiro.	R$ 70. 440,51

CLAUSULA TERCEIRA

A CLAUSULA QUARTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO, passa a ter a seguinte redação:

4.1. O valor total estimado do contrato é de R$ R$: 70.440,51 (Setenta Mil e Quatrocentos e Quarenta Reais e Cinquenta e Um Centavos), devendo a importância ser atendida à conta da dotação orçamentária consignada no orçamento corrente da CONTRATANTE, o qual a CONTRATANTE não se obriga a cumpri-lo, uma vez que o mesmo é oriundo de quantidades estimadas advindas da licitação – TOMADA DE PREÇO Nº. 05/2017, portanto adere ao que preceitua-se a Lei de Licitações nº. 8.666/93 e Lei do Pregão nº. 10.520/02.

CLAUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Todas as demais Clausulas e Artigos do Contrato em Referência, não alteradas por esse instrumento, permanecem inalteradas e são, pelo presente Termo Aditivo, Ratificadas.

CLAUSULA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos/MT, para dirimir questões oriundas deste Termo Aditivo não resolvidos na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. É parte integrante deste Termo Aditivo independente de transcrição: o Edital da TOMADA DE PREÇO Nº. 05/2017, e a proposta da CONTRATADA.

6.2. A CONTRATADA fica obrigada a manter as condições de habilitação, especialmente, no que diz respeito à seguridade social, durante toda a vigência do Contrato.

6.3. E assim, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, impressas em um só lado, juntamente com 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas para que produza todos os seus efeitos legais.

Porto dos Gaúchos - MT, 14 de Novembro de 2017.

Município de Porto dos Gaúchos/MT MOACIR PINHEIRO PIOVESAN Prefeito Municipal CONTRATANTE	**CELESTE A. POLITOWSKI – ME** CNPJ Sob n° 05.023.626/0001-37 **Celeste Antônio Politowski** CONTRATADO
Juliana Dominhaki de Almeida CPF 103.526.047.60 Testemunha	**Gilson Braun Machado** CPF 048.650.111.61 Testemunha

RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PRÓ-FAMÍLIA.

Nome Completo	**CPF**
Adriana Ferreira Cirilo	946.025.901-44
Ana Paula Rabelo da Silva	063.133.251-09
Angela Aparecida Piovesan	793.095.341-68
Claudete Rodrigues da Rosa	593.926.737-87
Edneia Alves da Gama	063.377.771-90

Erika Gauna Neves de Oliveira	053.104.931-07
Francielle Mendes da Silva	042.329.341-97
Gisleide Kerin Alexandre da Silva	027.121.031-14
Jose de Souza Breves	340.134.311-49
Maria da Penha Costa	490.126.811-20
Maria Rosangela Zumba	047.029.391-81
Maria Zilda Igaxira	036.823.751-63
Marineide Conceição do Nascimento	015.810.521-46
Marli Oliveira de Souza Rosa	014.291.421-54
Maura Rosa da Silva	008.046.161-16
Monica Stainer Bronner	535.755.397-20
Raquel Canedo do Nascimento	045.853.331-93
Rosa Escames	419.700.201-72
Rosangela Gonçalves da Cruz	014.197.991-77
Roseni da Palma Silva	024.144.821-25
Sandra Rezer	758.720.481-49
Silvana Ferreira dos Santos	060.498.981-46
Simone Aparecida Gauna	045.001.501-70
Valdirene de Souza Gomes	972.088.171-20

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO DESERTA

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 40/2017

TOMADA DE PREÇOS N°. 10/2017

O município de Porto dos Gaúchos/MT, através do Presidente da CML torna público a quem possa interessar, que no processo licitatório n° 40/2017 na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2017**, cujo objeto tem por finalidade a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBORIZAÇÃO PARA O PLANTIO COM FORNECIMENTO DE MUDAS NA PERIMETRAL IGNÁCIO RABUSKE DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS - MT, ATENDENDO A EMENDA IMPOSITIVA N° 08/2016,** com data de abertura do dia 14 de Novembro de 2017, QUE NÃO HOUVE NENHUMA EMPRESA PARTICIPANDO NESTE CERTAME, restando portando "DESERTA".

Maiores informações na sede da Prefeitura Municipal de Porto Dos Gaúchos/MT, Praça Leopoldina Wilke, nº 19, Centro, setor de licitações ou telefone (66) 3526-2000.

Porto dos Gaúchos – MT, 14 de Novembro de 2017

HELIELSON TEODORO ALVES

Presidente da CML

Portaria nº 065/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

PORTARIA N.º 564/2017 Poxoréu/MT, 08 de Novembro de 2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez em favor do Sr. José Antônio Vieira"

O Diretor Executivo do POXORÉU-PREVI, Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6-A, § único, da Emenda Constitucional n.º 41, com redação determinada pela emenda constitucional de n.º 70 de 29 de Março de 2012, artigo 40, §1º, inciso I da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 41/2003*, Art. 12, § 2º c/c com art. 13 da Lei Municipal n.º 1.489, de 13 de janeiro de 2012, Anexo atualizado, da Lei Municipal n.º 1.500/2012.*

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder o benefício de **aposentadoria por invalidez** a favor do **Sr. José Antônio Vieira**, portador do RG. n.º 0121305-9 SJSP/MT, inscrito no CPF/MF n.º 204.503.381-34 e Título Eleitoral de n.º 007718051856, Zona "040", Seção "0123", efetivo no cargo de **Agente de Serviços Gerais, nível "XVIII", classe "B",** contando com um total de **11.788 dias, ou seja, 32 (trinta e dois) anos 3 (três) meses e 18 (dezoito) dias,** de serviços prestados, lotado na Secretaria de Agricultura, com **proventos integrais**, conforme o processo do POXORÉU-PREVI n.º 2017.11.51.

Art. 2º - *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Novembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.*

Registre, publique e cumpra-se.

Poxoréu - MT, 08 de Novembro de 2017.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor Executivo

HOMOLOGO**:**

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO N° 01/2017.

O POXORÉU-PREVI – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 32.972.572/0001-29 com sede na Rua Mato Grosso, n° 432, bairro Centro Histórico, cidade de Poxoréu/MT, torna público o presente edital para CREDENCIAMENTO de instituições financeiras, conforme autorização do Representante Legal do RPPS, pelo que segue:

FINALIDADE: prestação dos serviços de gestão financeira em conformidade com a Política de Investimentos do RPPS, com a Resolução do Conselho Monetário Nacional n° 3.922, de 25 de novembro de 2010, a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, com observância às condições estabelecidas neste Edital.

ABERTURA: às 08 horas do dia 21 de novembro de 2017.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO e os seus anexos poderão ser retirados na sede do **POXORÉU-PREVI** a partir do dia 21 de novembro de 2017, das 08 horas às 13 horas. Para maiores informações entrar em contato telefônico através do número (66) 3436-2269, email: atendimento@poxoreuprevi.com.br.

Poxoréu/MT, 07 de novembro de 2017.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor Executivo do **POXORÉU-PREVI**

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2017

Aviso de Tomada de Preço nº 006/2017

A Prefeitura de Poxoréu, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que devido a Tomada de Preços em epígrafe ter sido **Fracassada**, em virtude dos motivos constantes nos autos. Objeto: **AMPLIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO BALNEARIO LAGOA - 2ª ETAPA,** que PRORROGARÁ a abertura da licitação conforme abaixo descriminado:

Dia 04 de dezembro de 2017, às **09:00 horas, abertura dos trabalhos**.

Data limite para a Caução até o dia 01 de dezembro de 2017. Os demais prazos conforme edital de retificação.

Os interessados deverão retirar o Edital completo e seus anexos, na sede da Prefeitura Municipal, mediante o recolhimento do DAM na Tesouraria Municipal no valor de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

Sala de Licitações, em Poxoréu-MT, 14 de novembro de 2017.

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE CPL

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
SALÁRIO MATERNIDADE

PORTARIA N.º 561/2017 Poxoréu/MT, 01 de Novembro de 2017

Dispõe sobre concessão do benefício de Salário Maternidade, na forma que menciona.

O **Diretor Executivo do POXORÉU-PREVI - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 32, Art. 33 e Art. 34, da Lei Municipal n.º 1.489/2012,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício de **SALÁRIO MATERNIDADE** a servidora Sra. **LARISSA TAUANY IZIDORIO DE OLIVEIRA**, efetiva no cargo de Fiscal de Serviços Urbanos, lotada na Secretaria de Planejamento, pelo período de 120 dias, com vencimentos referente ao período de 20/10/2017 à 14/02/2018, conforme processo administrativo do POXORÉU-PREVI, nº. 2017.10.048.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se.

Poxoréu – MT, 01 de Novembro de 2017.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor Executivo

Publicada por afixação no quadro mural do POXORÉU-PREVI **-** Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, conforme art. 108 da Lei Orgânica do Município de Poxoréu.

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

PORTARIA N.º 562/2017 Poxoréu/MT, 06 de Novembro de 2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor do Sr. Antonio Fonseca dos Santos "

O Diretor Executivo do POXORÉU-PREVI, Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º, incisos "I", "II" e "III", da Emenda Constitucional nº. 47/05, de 05 de Julho de 2005, Art. 106, incisos "I", "II", "III", "IV", "V", da Lei Municipal n.º 1.489/2012, de 13 de janeiro de 2012.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder o benefício de **aposentadoria por tempo de contribuição** em favor do **Sr. ANTONIO FONSECA DOS SANTOS,** portador do RG. n.º 1310405-5 SSP/MT, inscrito no CPF/MF n.º 327.741.251-20 e Título Eleitoral de n.º 001162641805, Zona "0040", Seção "0119", efetivo no cargo de Operador de Máquinas**, Nível "XXV", Classe "A",** contando com um total de **12.775 dias, ou seja, 35 (trinta e cinco) anos e 01 (dia) dia** de serviços prestados, lotado na Secretaria Municipal de Obras, com **proventos integrais,** conforme o processo do POXORÉU-PREVI n.º 2017.11.49.

Art. 2º - *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Novembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.*

Registre, publique e cumpra-se.

Poxoréu - MT, 06 de Novembro de 2017.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor Executivo

HOMOLOGO**:**

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

PORTARIA N.º 563/2017

"Dispõe sobre concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor da Sra. Davina Messias dos Santos"

O Diretor Executivo do POXORÉU-PREVI, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº. 41/03, de 19 de Dezembro de 2003, artigo 40, §5º da Constituição Federal, Art. 104, incisos I, II, III, IV e V, da Lei Municipal n.º 1.489/2012, de 13 de janeiro de 2012 e da Lei Municipal nº 1512/2012.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **aposentadoria por tempo de contribuição** a favor da **Sra. Davina Messias dos Santos**, portadora do RG. n.º 475982 SSP/MT, inscrita no CPF/MF n.º 345.559.271-68 e Título Eleitoral de nº. 001751061899, Zona "040", Seção "0111", efetiva no cargo de **PROFESSORA, nível "XXI", classe "C",** contando com um total de **9.137 dias, ou seja, 25 (vinte e cinco) anos e 12 (doze) dias,** de serviços prestados, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com **proventos integrais**, conforme o processo do POXORÉU-PREVI n.º 2017.11.50

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Novembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Poxoréu - MT, 08 de Novembro de 2017.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor Executivo

HOMOLOGO**:**

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

PORTARIA N.º 565/2017 Poxoréu/MT, 09 de Novembro de 2017

"Dispõe sobre a retificação da portaria 009/2016, que concedeu o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor da Sra. Ana Rosa da Rocha."

O Diretor Executivo do POXORÉU-PREVI, Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art.1° - Retificar o artigo 1º e 2º da Portaria 009/2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Conceder o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor da **Sra. ANA ROSA ROCHA** portadora do RG n.º 362.829 SSP/

MT, inscrita no CPF n.º 551.374.901-72 e Título Eleitoral 1124871805, zona “005”, Seção “017”,efetiva no cargo de Professora, Nível “XXV”, Classe “C”, contando um total de 9.125 dias, ou seja, 25 (vinte e cinco) anos de serviços prestados, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, conforme o processo do POXOREU-PREVI n.2016. 00.0001.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de março de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Art. 2º **-** A redação da fundamentação legal da citada portaria fica ratificada e inalterada.

Registre, publique e cumpra-se.

Poxoréu/MT, 9 de Novembro de 2017.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor Executivo

HOMOLOGO:

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO MUNICIPAL N.º 079, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Exercício: 2017

Decreto nº 79/2017 Em, 30 de outubro de 2017.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE **R$ 108.000,00 (cento e oito mil reais)** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhes foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1878/2017 de 20/09/2017.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 108.000,00 (cento e oito mil reais).**

Artigo 2º - O Crédito citado no artigo anterior, servirá para reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

Proj. / Ativ. 2.074 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O POXOREU-PREVI

	Dotação	Discriminação	Acrescentar
08	3.3.90.39.00.00.00. 00.003	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	3.000,00

Proj. / Ativ. 2.077 MANUTENÇÃO COM APOSENTADORIAS, PENSÕES E OUTROS

	Dotação	Discriminação	Acrescentar
12	3.1.90.01.00.00.00.00.003	Aposentadorias e Reformas	105.000,00

Total ..... R$ 108.000,00

Artigo 3º - Para cobertura do Crédito citado no artigo anterior, serão utilizados recursos do cancelamento parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias relacionadas:

Proj. / Ativ. 2.077 MANUTENÇÃO COM APOSENTADORIAS, PENSÕES E OUTROS

	Dotação	Discriminação	Acrescentar
13	3.1.90.03.00.00.00.00.003	Pensões	108.000,00

Total ..... R$ 108.000,00

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na Data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu-MT, em 30 de outubro de 2017.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Decreto foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 30/10/2017 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
LEI N° 636/2017, 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

LEI N° 636/2017, 14 de Novembro de 2017.

Autoria: Poder Legislativo

Autor: Mesa diretora

“Estabelece o Direito ao Uso e Tratamento pelo Nome Social aos Travestis e Transexuais, no Âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal e dá outras providências.”

A Câmara Municipal de Ribeirãozinho-MT, aprova e o Prefeito Municipal RONIVON PARREIRA DAS NEVES, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional, e no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

Parágrafo único – Para os fins desta Lei, considera-se:

I – Nome Social – designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida; e

II – identidade de gênero – dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações da masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária como o sexo atribuído no nascimento.

Art. 2° - Os órgãos e as entidades da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional, assim como no âmbito do poder legislativo municipal, em seus atos e procedimentos, deverão adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual, agente político, servidor público, ou não, de acordo com seu requerimento e com o disposto nesta lei.

Art. 3° - Os registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres dos órgãos e das entidades da Administração Público Municipal Direta, Autárquica, Fundacional e demais órgãos dos poderes Executivo e Legislativo Municipal, deverão conter o campo “nome social” em destaque, acompanhado do nome cível, que será utilizado apenas para fins administrativos internos.

Art. 4° - A inclusão do nome social deverá ser requerida formalmente, passando a ser utilizado para o tratamento pelos servidores públicos e demais pessoas ligadas aos serviços públicos, através de convênio ou contratos.

Parágrafo Primeiro – No caso de confecção de crachás ou outros tipo de documento de identificação, será anotado o nome social de travesti ou transexual, sem nenhuma designação pejorativa ou discriminatória.

Parágrafo Segundo – No caso de pessoa analfabética, o servidor público certificará o fato, na presença de duas testemunhas, anotando o nome social indicado.

Art. 5° O nome social terá validade no âmbito administrativo da administração municipal, tanto executiva como legislativa, mas o nome civil continuará sendo utilizado para efeito legal de identificação, não desobrigando a apresentação do respectivo RG.

Art. 6° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, aos Quatorze dias do mês de Novembro de dois Mil e Dezessete.

.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 173 - 2017

PORTARIA 173/2017

de 08 de Novembro de 2.017

"Dispõe sobre nova lotação de servidor(a) do quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste - MT, e da outras providencias".

O **PREFEITO DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO**, o **Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei,

Considerando que a servidora NORMA SUELY FÉLIX PINTO encontra-se atualmente lotada no período matutino na Junta Militar na cidade de Rosário Oeste – MT nos termos da Portaria 009/2017;

Considerando disponibilidade e aptidão técnica declaradas pela servidora NORMA SUELY FÉLIX PINTO para desempenho de suas funções durante o período vespertino no Setor de Vigilância Sanitária da cidade de Rosário Oeste - MT, completando assim sua jornada de 40hs semanais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica determinada a lotação da servidora NORMA SUELY FÉLIX PINTO no Setor de Vigilância Sanitária do Município de Rosário Oeste – MT durante o período vespertino, sem prejuízos do desempenho das funções já estabelecidas na Portaria 009/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou fixação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, 08 de Novembro de 2017.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
2ª N O T I F I C A Ç Ã O REF. CONTRATO Nº 043/2017

2ª NOTIFICAÇÃO

NOTIFICANTE:	**Prefeitura Municipal de Rosário Oeste – MT**
NOTIFICADA:	**COMERCIAL PAMEX LTDA-ME, inscrita no CNPJ Nº 16.903.044/0001-61**
ENDEREÇO:	**Rua da Fé, nº 77 Galpão01, Jardim Primavera – Cidade Alta – Cuiabá/MT**
CONTRATO:	**Contrato n° 043/2017 – Pregão Presencial n 001/2017 –**
OBJETO:	**Aquisição de merenda escolar (gêneros alimentícios) para atender a rede publica de ensino do município de Rosário Oeste.**

Ilmo Senhor(a),

Ao tempo em que lhe cumprimento, sirvo do presente para notificá-lo nos termos que abaixo segue:

CONSIDERANDO, que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.** (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (*artigo, 37, caput, da CF/88);*

CONSIDERANDO, que os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado**.** (*artigo 54, caput, da lei nº 8666/93*);

CONSIDERANDO, as informações trazidas por meio do oficio de n. 280 E 286/SEMED/2017 pela Nutricionista Municipal atestando as péssimas condições da carne tipo em pedaço e tipo moída entregue nas unidades de educação do Município de Rosário Oeste;

CONSIDERANDO, que os produtos citados foram entregues com prazo de validade próximo, de modo incompatível ao consumo e em prejuízo ao erário publico municipal;

CONSIDERANDO que segundo previsão editalicia prevista no item 7.1.12 que dispõe sobre substituição de produtos entregues em desconformidade com condições contratuais;

CONSIDERANDO a possibilidade de vir a sofrer prejuízos e, inclusive ter que responder por omissões juntos aos órgãos competentes;

CONSIDERANDO o dever/poder desta municipalidade para exigir o cumprimento das cláusulas contratuais;

CONSIDERANDO, que o Município de Rosário Oeste/MT, presa pela observância do princípio da eficiência que tem partes com as normas de 'boa administração', indicando que a Administração Pública, em todos os seus setores, deve concretizar atividade administrativa predisposta à extração do maior número possível de efeitos positivos ao administrado. Deve sopesar relação de custo-benefício, buscar a otimização de recursos, em suma, tem por obrigação dotar da maior eficácia possível todas as ações do Estado". (*Curso de direito constitucional*, São Paulo: Saraiva, 1998, p. 235).

Venho por meio desta **NOTIFICAR** a empresa **COMERCIAL PAMEX LTDA-ME, inscrita no CNPJ Nº 16.903.044/0001-61**, em virtude da entrega dos produtos tipo carne em pedaço e carne moída em péssimas condições de consumo indicando impossibilidade de consumo, reitero a necessidade da substituição dos produtos em prazo não superior à 48hs, sob pena de rescisão contratual unilateral e aplicação das penalidades previstas contratualmente que podem variar de advertência até declaração de inidoneidade e multa.

Rosário Oeste/MT, 14 de Novembro de 2017.

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito de Rosário Oeste/MT

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 175 - 2017

PORTARIA 175/2017

de 14 de Novembro de 2.017

"Dispõe sobre a readaptação temporária de servidor publico efetivo no âmbito da administração Publica Municipal, e da outras providencias."

O **PREFEITO DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO**, **JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica determinada a readaptação temporária do(a) servidor(a) **NILCEIA GONÇALVES NUNES** cargo com atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física, conforme consta em perícia por junta médica oficial pelo período de 180 (cento e oitenta dias) tendo como data de inicio **09.10.2017** e término

previsto em **09.04.2018**, devendo esta apresentar-se imediatamente a sua Secretaria de origem para novas atribuições.

Artigo 2º - Fica determinada a readaptação temporária do(a) servidor(a) **APARECIDA ANTONIA DE ALMEIDA PRADO** cargo com atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física, conforme consta em perícia por junta médica oficial pelo período de 180 (cento e oitenta dias) tendo como data de inicio **06.10.2017** e término previsto em **06.04.2018**, devendo esta apresentar-se imediatamente a sua Secretaria de origem para novas atribuições.

Artigo 3º - Fica determinada a readaptação temporária do(a) servidor(a) **ZILDA AUGUSTA BRAGA** cargo com atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física, conforme consta em perícia por junta médica oficial pelo período de 180 (cento e oitenta dias) tendo como data de inicio **10.07.2017** e término previsto em **10.01.2018**, devendo esta apresentar-se imediatamente a sua Secretaria de origem para novas atribuições.

Artigo 4º - Fica determinada a readaptação temporária do(a) servidor(a) **CELINA VILELA DE FIGUEIREDO** cargo com atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física, conforme consta em perícia por junta médica oficial pelo período de 180 (cento e oitenta dias) tendo como data de inicio **04.08.2017** e término previsto em **04.02.2018**, devendo esta apresentar-se imediatamente a sua Secretaria de origem para novas atribuições.

Artigo 5º - Fica determinada a readaptação temporária do(a) servidor(a) **VALDIRENE CARDOSO DE MORAES** cargo com atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física, conforme consta em perícia por junta médica oficial pelo período de 180 (cento e oitenta dias) tendo como data de inicio **11.10.2017** e término previsto em **11.04.2018**, devendo esta apresentar-se imediatamente a sua Secretaria de origem para novas atribuições.

Artigo 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, 14 de Novembro de 2017.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO

RESULTADO DE JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇO Nº 003/2017

OBJETO: Execução de obras de **"Recuperação de Pavimentação Asfáltica – Realização de Serviços de Aplicação de Lama Asfáltica" – nas ruas: Celcino Pereira, Josino Lopes, Colúmbia, Carlos Laet, Espírito Santo, Miguel Miranda, Maria Cupertino, Zé Paraíba, Railda (Amazônia), Paraná (João Cordeiro de Sobral), São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Irmã Santinha, Pastor Benedito, João Paulo II, 13 de Dezembro, Dom Aquino, Getúlio Vargas, Braulino de Almeida, Emancipação, Oliveiras e Pedro Pedrossian;** no município de Salto do Céu – MT**,** conforme Memorial Descritivo, Projeto Básico, Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo, Composição Unitária de Preço, QCI- Quadro de Composição do Investimento, Quadro de Coordenadas Geográficas, Cronograma Físico-Financeiro e BDI, em anexo.

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Prefeitura de Salto do Céu/MT, através da Presidente da CPL, torna público a todos os interessados, cidadãos ou licitantes, que participou do certame licitatório supramencionado a empresa:**MIRASSOL CONSTRUTORA EIRELI-ME CNPJ: 27.885.794/0001-74,** sendo que se sagrou vencedora com Proposta no valor Global de **R$ 337.593,60** (trezentos e trinta e sete mil, quinhentos e noventa e três reais e sessenta centavos); que destina o menor preço global.

Maiores informações com a CPL.

Salto do Céu – MT, de 07 de Novembro 2017.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

DECRETO MUNICIPAL N.º 081/2017. 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

SÚMULA: DEFINE O PERÍODO DE RECESSO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, ORIENTA PROCEDIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **EGON HOEPERS,** Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

CONSIDERANDO o final do exercício de 2017 e a proposta de um recesso coletivo da administração em decorrência das festividades;

CONSIDERANDO a necessidade de finalizar as atividades desempenhadas durante o exercício de 2017, bem como encerramento de processos diversos em andamento e a necessidade de realização de trabalhos internos visando o planejamento do exercício de 2017.

CONSIDERANDO que com presente recesso, a sociedade não terá prejuízo haja vista a manutenção de serviços essenciais.

DECRETA:

Art. 1° - Fica determinado período de recesso, entre os dias **26 a 28 de Dezembro de 2017**, no âmbito da Administração Municipal, abrangendo todos os setores da Administração Direta.

Art. 2º - Durante o período de recesso, estabelecido pelo artigo 1º deste Decreto, funcionarão os setores das secretarias que oferecem serviços essenciais que não permitam paralisação, ou que tenham atividades programadas e segundo escala e horários próprios de funcionamento e plantão que serão estabelecidos pelos Secretários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

_____

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe-se na data supra

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2017 – TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS ESPECÍFICOS PARA TRATAMENTO DE ÀGUA, BEM COMO, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DO MUNICIPIO DA SANTA RITA DO TRIVELATO/MT.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Pregoeira Oficial, **HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Santa Rita do Trivelato - MT, 13 de novembro de 2017.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 055/2017-SRP

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS ESPECÍFICOS PARA TRATAMENTO DE ÀGUA, BEM COMO, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DO MUNICIPIO DA SANTA RITA DO TRIVELATO/MT.

A Pregoeira do Município de Santa Rita do Trivelato – MT, nomeada pela portaria nº 207/2017, de 20/06/2017, em conformidade com artigo 3º inciso IV da Lei nº 10.520/2002 e suas posteriores alterações, **ADJUDICA** o presente certame, Pregão Presencial nº 055/2017, tipo menor preço por Item, as empresas:

ITEM 01 - Hipoclorito de sódio – galão 60kg			
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**Valor Adj.**
INDÚSTRIA QUIMICA CMT LTDA - ME	**R$ 230,00**	R$ 208,00	**R$ 208,00**
ITEM 2 - Bomba Dosadora Injetronic V-1,2/13 Bar 220V			
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**Valor Adj.**
INDÚSTRIA QUIMICA CMT LTDA - ME	**R$ 964,33**	R$ 879,00	**R$ 879,00**
ITEM 3 - MANGUEIRA DE SUCÇÃO/DESCARGA			
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**Valor Adj.**
KAL QUIMICA COM. E COM. E SERVIÇOS	**R$ 3,00**		**R$ 3,00**
ITEM 4 - NASCO WHIRL-PARK: 4oz/100 ml “THIO BAG” CX C/ 100 UNID			
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**Valor Adj.**
KAL QUIMICA COM. E COM. E SERVIÇOS	**R$ 225,00**		**R$ 225,00**
ITEM 5 - SUBSTRATO CROMOGENICO COLILLERT CX/200 UNID.			
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**Valor Adj.**
KAL QUIMICA COM. E COM. E SERVIÇOS	**R$ 1. 470,00**		**R$ 1. 470,00**
ITEM 6 - HIDROMETRO (INDUSTRIAL) FALGEADO PARA 80M/3 DE AGUA POR HORA			
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**Valor Adj.**
KAL QUIMICA COM. E COM. E SERVIÇOS	**R$ 1. 798,00**		**R$ 1. 798,00**

Santa Rita do Trivelato – MT, 10 de novembro de 2017.

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL RETIFICADO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MICRO ÔNIBUS 0 km PARA ATENDER O TRANPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT torna público que nodia **28 de Novembro de 2017, estará recebendo propostas, para abertura às 09h00min,** do Pregão Presencial, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato/MT, 13 de Novembro de 2017.

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

DECRETO MUNICIPAL N.º 080/2017 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

SÚMULA: ALTERA DISPOSITIVO NO DECRETO MUNICIPAL Nº 043/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **EGON HOEPERS**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando o Decreto Municipal nº 043/2017, que divulga os dias de feriados nacional, estadual, municipal e ponto facultativo no município de Santa Rita do Trivelato, no período de junho a dezembro de 2017;

Considerando a necessidade de otimizar o serviço público, visando dar maior continuidade a atividade estatal, altera a comemoração da Proclamação da República, passando de 15 de Novembro de 2017 (quarta – feira) para 17 de Novembro de 2017 (sexta-feira).

DECRETA

Art.1º. Fica alterado o inciso XI do art. 1º do Decreto Municipal nº 043/2017, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º (...)

XI - 17 de novembro (sexta-feira) – Proclamação da República – Feriado Nacional;

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO EM 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

_____

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

DECRETO MUNICIPAL Nº 022/2017

SÚMULA: Dispõe sobre transferência do dia da comemoração da Proclamação da República do Brasil, dia 15 de Novembro de 2017 (Feriado Nacional), e dá outras providências.

O Senhor **Joabe Almeida dos Santos**, Prefeito do Município de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, respeitadas as normas da estrutura funcional do Poder Executivo Municipal, e consoante as normas gerais do Direito Público,

DECRETA:

Artigo 1ºFica transferido no âmbito da Administração Pública Municipal de Santo Afonso-MT, o dia de comemoração da Proclamação da República do Brasil, do dia 15 de Novembro de 2017 (Feriado Nacional) para o dia 17 de Novembro de 2017.

Artigo 2° Os órgãos públicos municipais terão expediente normal no dia 15 de Novembro de 2017 (quarta-feira) e estarão fechados no dia 17 de Novembro de 2017 (sexta-feira), e não haverá expediente de atendimento ao público, exceto nos casos excepcionais.

Artigo 3° Todos os servidores públicos municipais, efetivos, comissionados e contratados, voltarão às suas atividades normais no dia 21 de Novembro de 2017 (terça-feira), e não sofrerão prejuízos em suas remunerações.

Artigo 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Santo Afonso – MT, aos 14 dias do mês de Novembro de 2017, 26º da Emancipação Político-Administrativa.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

EXTRATO DE CONTRATO-PRIMEIRO ADITIVO, CONTRATO N° 025/2017

EXTRATO DE CONTRATO-PRIMEIRO ADITIVO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 048/2017

ADESÃON° 015/2017

CONTRATO N° 025/2017- PRIMEIROADITIVO.

1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO TORNA –SE PÚBLICO O EXTRATO DO CONTRATO PRIMEIRO ADITIVO N° 025/2017 PARA O SEGUINTE OBJETO:*O ADITIVO DO VALOR DE 43.130,33 (quarenta e três mil e cento e trinta reais e trinta e três centavos) conforme as planilhas e justificativas da engenharia e a* ***PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO DE MAIS 90 (NOVENTA DIAS),*** finando -se no dia 29 de Dezembro 2017. ***2.*** CONTRATANTE: ***PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT.*** **3.** CONTRATADA***:*** **TMF - COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES EIRELI-EPP EQUIPASEG**, inscrita no CNPJ, sob o Nº 36.909.349/0001-98

Santo Antonio de Leverger –MT , 09 de Novembro de 2017.

Valdir Pereira de Castro Filho

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 065/GP/2017

DECRETO Nº 065/GP/2017

"Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB e dá outras Providências".

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 67 inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Federal nº 11.494 de 20 de Junho de 2007, e Lei Complementar nº 28/GP/2011;

RESOLVE:

Artigo 1° - Ficam nomeados os nomes abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB**.**

- Representante do Poder Executivo Municipal

TITULAR – Elza Rodrigues Taques

RG: 277997-8 SSP/MT

CPF: 284.179.091-68

SUPLENTE - Doraci Galdino Delgado

RG: 476344 SSP/MT

CPF: 363.129.241-49

TITULAR – Ronaldo Benedito da Silva Almeida

RG: 11601612 SJ/MT

CPF: 886.727.271-34

SUPLENTE - Estela Edlaine de Oliveira

RG: 693325 SSP/MT

CPF: 569.785.611-34

- Representante dos Professores de Escolas Pública Municipais

TITULAR – Rafael da Silva Melo

RG: 1176673-5 SEJUSP/MT

CPF: 849.855.931-68

SUPLENTE – Adilza Benedita dos Santos Arruda

RG: 912929 SSP/MT

CPF: 569.834.331-49

- Representante de Diretores das Escolas Pública Municipais

TITULAR – Isanira Amorim Pereira Rodrigues

RG: 1027300-0 SSP/MT

CPF: 622.588.341-04

SUPLENTE - Ana Auxiliadora Pereira Maia de Oliveira

RG: 0463967-7 SSP/MT

CPF: 474.872321-15

- Representante dos Servidores Técnicos Administrativos das Escolas Pública Municipais

TITULAR – Joircy Aparecida Taques

RG: 0509329-5 SEJUSP/MT

CPF: 544.314.841-91

SUPLENTE - Antonia Maria Pinto de Magalhães

RG: 0647972-3 SSP/MT

CPF: 622.625.211-15

- Representante dos pais de alunos da Educação Pública Municipais

TITULAR – Maristel da Silva Magalhães

RG: 1454404-0 SSP/MT

CPF: 002.438.781-92

SUPLENTE – Júlia Maria Galvão dos Santos

RG: 2028544-2 SSP/MT

CPF: 028.818.161-18

TITULAR – Nataliane Mayara de Bulhões

RG: 2191178-9 SSP/MT

CPF: 042.802.031-30

SUPLENTE – Jucilinda Aparecida de Moraes

RG: 1652922-7 SSP/MT

CPF: 011.226.551-00

- Representante de alunos da Educação Pública Municipais

TITULAR – Elisângela da Silva Barros

RG: 1630045-9 SSP/MT

CPF: 043.481.051-70

SUPLENTE – Érica Alves Ferreira

RG: 2011272-6 SSP/MT

CPF: 048.047.091-00

TITULAR – Lucimeire Santana da Cruz

RG: 1209866-3 SJ/MT

CPF: 015.654.871-25

SUPLENTE - Adeunal Rufina da Silva

RG:0210365-6 SSP/MT

CPF: 384.420.001-00

- Representantes do Conselho Tutelar

TITULAR – Mariltes Xavier da Silva

RG: 0605824-8 SSP/MT

CPF: 451.931.771-15

SUPLENTE – Leomar Augusto da Silva Miranda

RG: 2298750-9 SSP/MT

CPF: 039.764.421-35

Artigo 2° - Ficam nomeados os nomes abaixo relacionados para comporem a Presidência e Vice-Presidência do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB**.**

- Presidente: Rafael da Silva Melo

RG: 1176673-5 SEJUSP/MT

CPF: 849.855.931-68

- Vice-Presidente: Isanira Amorim Pereira Rodrigues

RG: 1027300-0 SSP/MT

CPF: 622.588.341-04

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor, a partir de 10 de novembro de 2017, revogando o Decreto nº 052/GP/2017.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, em Santo Antonio de Leverger-MT, 10 de novembro de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 064/GP/2017

DECRETO Nº 064/GP/2017

“DISPÕEM SOB O RECESSO DAS ATIVIDADES DE TRABALHO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER”.

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger, Estado de Mato Grosso, Sr. VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 67, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Artigo 1° - Fica decretado Recesso da Administração Pública Municipal, a partir de 16/11/2017 até 05/01/2018.

Parágrafo primeiro – No período em questão funcionarão, exclusivamente, os serviços administrativos internos que forem considerados necessários para o encerramento das atividades do exercício, devendo ser implementadas escalas de revezamento de trabalho dos servidores.

Parágrafo segundo – O disposto neste artigo não se aplica nas Secretarias Municipais que exijam plantão permanente (Secretaria de Saúde - Hospital, Secretaria Municipal de Saneamento e Abastecimento de Água) e atividades essenciais como a Coleta de Lixo.

Parágrafo terceiro – Serão mantidos os serviços na Secretaria Municipal de Recursos Humanos, somente o Setor de Protocolo, e na Secretaria Municipal de Fazenda, somente o Setor de Tributos.

Artigo 2° - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, em Santo Antonio de Leverger-MT, 10 de Novembro de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO PROCESSO ADMINISTRATIVO 078/2017 PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2017 – SRP

AVISO DE RESULTADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 078/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2017 – SRP

O Município de Santo Antônio do Leverger, através da sua Pregoeira Oficial, torna público RESULTADO DO PREGAO PRESENCIAL 023/2017 OBJETO Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de gás oxigênio Medicinal e locação de cilindro de Oxigênio Medicinal de acordo com as especificações contidas no Termo de Referencia deste edital e em seus anexos. Na sessão pública realizada no dia 14 de novembro de 2017 as 09:00 horas. Nesta, sagrou-se vencedora a empresa GL OXIGENIO LTDA-ME , inscrita no CNPJ sob o n° 12.520.836/0001-04, os ITEM 01 com o valor de R$ 90,16(noventa reais e dezesseis centavos) o ITEM 02 om o valor de R$ 51,50 (cinquenta e um reais e cinquenta centavos) ITEM 03 om o valor de R$ 41,00 (quarenta e um reais) ITEM 04 com o valor de R$ 30,00 (trinta reais) . *Será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização da documentação CND SEFAZ, conforme os termos do art. 43 e seus § da Lei Complementar n.°123/2006* .Santo Antônio do Leverger – MT, 14 de novembro de 2017. Lidiane Batista de Rezende -Pregoeira- Port. 008/GP/2017

EXTRATO DE CONTRATO-PRIMEIRO ADITIVO, CONTRATO N° 015/2017

EXTRATO DE CONTRATO-PRIMEIRO ADITIVO

TOMADA DE PREÇO N° 002/2016

CONTRATO N° 015/2017- PRIMEIRO ADITIVO.

1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO TORNA –SE PÚBLICO O EXTRATO DO CONTRATO PRIMEIRO ADITIVO N° 015/2017 PARA O SEGUINTE OBJETO*: O ADITIVO DO VALOR DE R$ 215.887,27 (duzentos e quinze mil e oitocentos e oitenta e sete reais e vinte e sete centavos) CONFORME AS PLANILHAS E JUSTIFICATIVAS DA ENGENHARIA E A* ***PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO PARA MAIS 150 (CENTO E CINQUENTA DIAS),*** findando -se no dia 01 de Março de 2018. ***2.*** CONTRATANTE: ***PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT.*** **3.** CONTRATADA***:*** **ETHOS LOCADORA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 08.954.823/0001-68.

Santo Antonio de Leverger –MT , 09 de Novembro de 2017.

Valdir Pereira de Castro Filho

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 184/GP/2017

ATO Nº 184/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com as razões expostas no Parecer Jurídico nº 181/2017 e considerando o que consta do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 088/GP/2017, de 05 de abril de 2017;

RESOLVE:

Exonerar o Sr. **KALMON DA SILVA OLIVEIRA**, do cargo de Professor de Ciências na localidade de Porto de Fora, lotado na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer, nomeado pelo Ato nº 10/GP/2015, sob matricula nº 4705, com efeito retroativo a partir de 01 de novembro de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", Santo Antonio de Leverger-MT, 14 de novembro de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 253/GP/2017

PORTARIA Nº. 253/GP/2017

"Dispõe sobre averbação de Tempo de Contribuição, não concomitante, em favor da ***Srª. Edenir Dias de Moura Gonçalves****, servidora pública deste município."*

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 82, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Art. 1º - Averbar o Tempo de Contribuição, não concomitante, trabalhado pela servidora Srª. ***Edenir Dias de Moura Gonçalves***, RG nº 7661355 SSP/MT, CPF nº 522.263.101-00, NIT/PASEP- 1704111399-8, Matrícula nº 0069, equivalentes a 835 dias líquidos, ou seja, 02(dois) anos, 03(três) meses e 15(quinze) dias, conforme Certidão Original de Tempo de Contribuição nº 10001050.1.00206/17-7 expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", Santo Antonio de Leverger-MT, 14 de novembro de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 059/2017 DO PREGÃO ELETRÔNICO 005/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 059/2017

´PREGÃO ELETRÔNICO 005/2017

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento, a **O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT,** Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua A, nº 367, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr**. Miguel Jose Brunetta,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n°: 1.427.577 SSP/PR, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda-CPF sob o nº. 326.034.369-53, residente e domiciliado à Rua: das Araras,que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇOS** Nº 005/2017, a classificação das propostas publicada no Diário Oficial dos Municípios/AMM ou Jornal de Grande Circulação, do processo 030/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações.

Fornecedor(a): AC PEREIRA INFORMATICA LTDA-ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 11.463.094/0001-51, sediada na Av. Abelio Benatti, nº 4290, bairro Jardim do Sol, Londrina/PR, CEP: 86070-370, Fone: (43) 3027-3443. Neste ato representado pelo seu procurador Eduardo Henrique Farias, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 7.670.231-4 expedida pela SSP/PR, CPF nº 032.502.999-79.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **Aquisição de Equipamentos e Materiais de Informática, Conforme o Termo de Referência,** de acordo com as especificações constantes nos anexos I do edital e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas em primeiro lugar por item, conforme consta nos autos do processo nº. 030/2017.

1.1.1 Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2. 1 A presente Ata terá validade máxima de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios ou Jornal de Grande Circulação e no mural da prefeitura, não prorrogável e, terá efeito enquanto a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, além das Unidades Administrativa/Secretaria, qualquer órgão ou entidade pertencente à esta jurisdição (município), que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitando no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n. 8666/93 e demais legislação pertinente.

3.2 O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é relativo ao objeto especificado no Edital e no Anexo I, de acordo com a respectiva classificação no **PREGÃO ELETRONICO nº 005/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

3.3 Para cada material/produtos de que trata está Ata, serão observadas, enquanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **PREGÃO ELETRONICO Nº. 005/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste – MT, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4 O preço a ser pago por item, discriminados os valores dos produtos unitariamente, será constante da proposta apresentada, no já mencionado Pregão, pelas empresas conforme ordem de classificação, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1 O gerenciamento (a) deste instrumento caberá à **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento**, no seu aspecto operacional, e Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

5.1 Os preços registrados, a especificação dos materiais/produtos, os quantitativos, constarão do quadro abaixo:

A C PEREIRA - INFORMATICA EIRELI						
ITEM	**DESCRIÇAO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTDE**	**MARCA**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
27	TONNER 1060 - TONER	UNID	445	PC SUPRIMENTOS	R$ 30,00	R$ 13.350,00
29	TONNER HP 12A - TONER	UNID	338	PC SUPRIMENTOS	R$ 22,00	R$ 7.436,00
50	CARTUCHO DCP J140W - CARTUCHO	UNID	81	PC SUPRIMENTOS	R$ 53,00	R$ 4.293,00
95	CARTUCHO 662 COLORIDO GABINETE DO PREFEITO	UNID	40	PC SUPRIMENTOS	R$ 39,00	R$ 1.560,00
					VALOR TOTAL	**R$ 26.639,00**

Para fins de aditamentos, acréscimos ou supressões, o valor do presente instrumento é de R$ 26.639,00 (vinte e seis mil seiscentos e trinta e nove reais).

CLÁUSULA SEXTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO:

6.1 Prazo de entrega: O fornecedor cujo preço estiver registrado em Ata terá 05 (cinco) dias, contados a partir da data e horário de recebimento da requisição de materiais/produtos emitido pela unidade **CONTRATANTE,** para entrega no almoxarifado central e no estabelecimento da empresa vencedora. Contrato de vigência prevista para 12 (doze) meses.

6.1 A entrega do objeto da presente licitação deverá ocorrer no de forma parcial conforme solicitação do setor competente no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, sendo a entrega em dia útil, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Localizado na rua A, Jardim Santa Inês, n.º 367, nesta Cidade de Santo Antônio do Leste Estado de Mato Grosso, no horário de 07h00min as 11h00min e das 13h00min às 17h00min, observando-se a conformidade dos produtos com as especificações contidas no Anexo I deste Instrumento Convocatório.

6.2 Os produtos a serem entregue devem obrigatoriamente ser de primeira qualidade, de procedência de laboratório de boa qualidade e que se enquadrem nas especificações da **ABNT** ou do Órgão Federal responsável. Caso os produtos não ofereçam as qualidades dos Órgãos Fiscalizadores, serão rejeitados, arcando a empresa com o ônus do fato e sob pena de aplicação das sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor;

6.3 Os produtos com prazo de validade remanescente a partir da data de entrega (quando o caso) não poderá ser inferior a 12 (doze) meses;

6.4 A empresa fornecedora assumirá a responsabilidade pela entrega que efetuar, de acordo com as especificações constantes do presente Edital e anexos, bem como da respectiva proposta, obedecendo ao Código de Defesa do Consumidor quanto as condições e qualidade dos materiais entregues;

6.11 A empresa efetuará a troca imediata do produto/material, objeto desta licitação, que estiver fora das especificações contidas na proposta ou que não atenda o padrão de qualidade exigido, ou em que se verifique vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para a adquirente;

CLÁUSULA SETIMA - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

7.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

7.2 Os fornecimentos dos produtos registrados neste instrumento serão efetuados através da Autorização de Fornecimento emitido pelo responsável de cada secretaria, vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, que deverá conter: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

7.3 A entrega do(s) produto(s) só estará caracterizada mediante a requisição assinada pelo servidor responsável da unidade administrativa requisitante, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

7.4 Os licitantes registrados na presente Ata de Registro de Preços estão obrigados a fornecer quantitativos superiores aos registrados em função do direito de acréscimos de até 25% de que trata o § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

8.1 São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Anexo I:

8.1.1 executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo I, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

8.1.2 A licitante contratada fica obrigada a exigir as requisições dos servidores responsáveis pelo controle, solicitação, recebimento e/ou retirada dos produtos, mediante requisição devidamente assinada pelo responsável da respectiva unidade administrativa.

8.1.3 Fornecer as quantidades nas condições estipuladas nesta Ata de Registro de Preço e no respectivo Termo Contratual e nas condições inserida nas Notas de Empenho iniciais e seguintes e nas requisições emitida pelas Secretaria Solicitante.

8.1.4 Emitir as Notas Fiscais nos Prazos para faturamento, conforme exigência do Edital.

8.1.5 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **PREFEITURA**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência à **PREFEITURA**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

8.1.6 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **PREFEITURA**, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;

8.1.7 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.1.8 A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste contrato não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

8.1.9 Possibilitar a **PREFEITURA** efetuar vistoria nos Produtos da **CONTRATADA** a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;

8.1.10 Comunicar imediatamente à **PREFEITURA** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.1.11 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.1.12 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **PREFEITURA;**

8.1.13 Indenizar terceiros e/ou a **PREFEITURA** mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.1.14 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para a **PREFEITURA**, toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo Máximo de 2 dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações ou, quando for o caso, da amostra, com o produto entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis;

8.1.15 Prestar garantia dos bens fornecidos, compreendendo qualquer alteração nos produtos;

8.1.16 Providenciar, de imediato, por sua conta e sem ônus para a **PREFEITURA,** a correção ou substituição, a critério da **PREFEITURA**, dos produtos/materiais que apresentarem alterações durante o período de garantia;

8.1.17 Garantir entrega dos produtos sempre que necessário;

8.1.18 Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais da **PREFEITURA**, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a aquisição dos produtos objeto do contrato;

8.1.19 Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos produtos até o(s) local (is) de entrega;

8.1.20 Informar nas embalagens de transporte do material, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: número da Ata de Registro de Preços e nº. e data da Ordem de Fornecimento;

8.1.21 Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da(s) quantidade(s) do(s) material(is) estimado(s) no Anexo II, de acordo com o art. 65, p. 1º da Lei 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia da **PREFEITURA;**

8.1.22 Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº. 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à **CONTRATADA.**

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

9.1 - Executar fielmente o objeto contratado e cumprir todas as orientações das Secretarias Municipais, para o fiel desempenho do fornecimento nas datas requeridas, observando sempre os critérios de qualidade e quantidade dos produtos a serem entregues, de acordo com as necessidades.

9.2 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação.

9.3. - Designar preposto durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que seja necessário.

9.4 - Entregar os produtos objeto deste Contrato, independentemente de quaisquer contratempos, ainda que haja necessidade de adquiri-los de seus concorrentes.

9.5 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem subcontratar qualquer parte do objeto do contrato, sem prévio consentimento, por escrito, da Secretaria Solicitante.

9.6 E ainda:

I - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a **PREFEITUR**A de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

II - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à **PREFEITURA** por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas à **PREFEITURA,** que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente;

9.7 A **CONTRATADA** autoriza a **PREFEITURA** a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

9.8 a ausência ou omissão da fiscalização da **PREFEITURA** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas nesta Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

10.1 Solicitar o fornecimento dos produtos/materiais, mediante requisição expedida e assinada pelo servidor responsável da respectiva unidade administrativa.

10.2 - Efetuar o pagamento pelo fornecimento dos produtos, na forma convencionada no Contrato, desde que atendidas as formalidades previstas nesta Ata e no Edital.

10.3 Fiscalizar a fiel observância das disposições do contrato através de servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização dos produtos/materiais registrando em relatório as deficiências porventura existentes no fornecimento dos mesmos, notificando à Empresa, sobre as falhas, faltas e outras situações verificadas, determinando prazo para a regularização.

10.4 - Controlar as “Requisições de Fornecimento”, relatando à empresa as eventuais ocorrências havidas no período de vigência do contrato, podendo solicitar documentação referente à procedência dos produtos ou análise sobre sua qualidade por Órgão Oficial ou a quem couber, sem ônus adicionais para a Secretaria.

10.5 Publicar o contrato, em resumo, no Órgão Oficial de Imprensa, bem como naquele que a legislação dispuser.

10.6 promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado à empresa contratada de acordo com a entrega dos mesmos ou conforme utilizado, através de ordem Bancária – ou por meio de cheque – em moeda corrente nacional, através do Banco do Brasil S/A, até o 5º(quinto) dia útil após cada mês vencido ou para o caso da integral da quantia empenhada, até o 5º dia útil após a entrega, mediante a apresentação de notas fiscais, devidamente certificada pela secretarias solicitantes, e de acordo com a quantidade de produtos entregues no período, observados a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93 e mediante documentação fiscal da Empresa (CND do INSS, CRF do FGTS e CND Negativa de débitos Municipal), Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com o respectivo material discriminado, conforme dispõe os Artigos 40, inciso XIV, “a”, e 67, § 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

11.2 O período de pagamento será fixado por cada unidade administrativa e, compreende ao período das requisições emitidas (utilizadas/fornecidas), sobre as quais será destacada a nota fiscal e a está anexada, e será paga nos termos do subitem 12.1

11.3 Para a realização do pagamento será observado o fiel cumprimento do fornecimento nas condições acordadas, comparando-se os dados contidos na Nota Fiscal/Fatura com os registrados nas “Requisições de Fornecimento e Serviços”.

11.4 Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.6 Nenhum pagamento isentará o **FORNECEDOR** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

12.1 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

12.2 Os preços registrados na Ata de Registro de Preços não Poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei 8.666/93.

12.3 No Caso de solicitação de revisão de preço por parte do fornecedor, o mesmo deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço. Na análise da solicitação dentre outros critérios, Órgão Gerenciador adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil, índices setoriais adotado pelo Governo Federal.

12.4 Sendo Julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado e os propostos pelo licitante à época da realização deste certame licitatório.

12.5 A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até 15 (quinze) dias. Nesse período e vedado ao fornecedor interromper o fornecimento enquanto aguarda o tramite do processo de revisão de preços.

12.6 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

12.7 Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.8 Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamento e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

12.9 Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – adequação econômico-financeira.

12.10 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE** para determinado Item.

12.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Jornal de Grande Circulação ou Diário Oficial dos Municípios e no mural da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

13.1.1 Automaticamente:

a) por decurso do praza de vigência;

b) quando não restarem fornecedores registrados;

c) pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste quando caracterizado o interesse público.

13.1.2 a pedido, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrências de casos fortuitos ou de força maior.

13.1.3 por iniciativa da Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste, quando:

a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) perder qualquer condição de habilitação ou quantificação técnica exigida no processo licitatório;

c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

d) não cumprir obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) não comparecer ou se recusar a entregar no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de preço ou nos pedidos dela decorrentes;

13.2 O proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo especifica, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, edital ou instrumentos obrigacionais, caso não aceitas as razões do pedido.

13.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previsto, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao registro de preço.

13.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço de fornecedor, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Grande Circulação, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

14.1 Correrão por conta exclusiva do **FORNECEDOR:**

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o **FORNECEDOR** ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a **PREFEITURA**, por período não superior

a 2(dois) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

15.2 A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à **PREFEITURA.**

15.3 **A CONTRATADA** sujeitar-se-á à multa de 0,30% (trinta décimos de por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

15.4 No caso de atraso na entrega do produtos/material por mais de 30 (trinta) dias, a multa será de 20% sobre o valor do contrato e poderá a **PREFEITURA**, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a seu exclusivo critério, rescindir o contrato.

15.5 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a **CONTRATADA** descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à **PREFEITURA**;

b) se a **CONTRATADA** sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para-fiscais; c) se a **CONTRATADA** tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

15.6 A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da **CONTRATADA,** implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração **MUNICIPAL** e demais órgãos/entidades.

15.7 A falta de produto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a **CONTRATADA** das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

15.8 Ficará impedido de licitar e contratar com a administração púbica, pelo prazo de cinco anos, o licitante, que não celebrar o contrato dentro do prazo quando convocado, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, em conformidade com o Art. 7º da Lei 10.520/2002.

15.9 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

16.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na norma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 A aquisição dos artigos de que trata o Edital ocorrerá por conta na previsão do Orçamento do Município para o exercício de 2017, na LDO e na Lei do Plano Plurianual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18. 1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II integram está Ata, o Edital de Pregão nº 005/2017 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por item.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **PREFEITURA;**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 Para dirimir as questões oriundas deste contrato será competente a **COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE – MT**

19.2 E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em quatro vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Local e data

Santo Antônio do Leste 13 de novembro de 2017

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

AC PEREIRA INFORMATICA LTDA-ME

CNPJ: 11.463.094/0001-51

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 066/2017 DO PREGÃO ELETRÔNICO 006/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 066/2017

PREGÃO ELETRÔNICO 006/2017

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento, **O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT,** Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua A, nº 367, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr**. Miguel Jose Brunetta,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n°: 1.427.577 SSP/PR, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda-CPF sob o nº. 326.034.369-53, residente e domiciliado à Rua: das Araras,que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS** Nº 006/2017, a classificação das propostas publicada no Diário Oficial dos Municípios/AMM ou Jornal de Grande Circulação, do processo 046/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações.

Fornecedor(a): MV ATACADISTA DE MOVEIS LTDA-ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 19.071.896/0001-28, sediada na Av. Miguel Sutil , nº 2839, Edifico Miguel Sutil sala 02, bairro Areão, CEP: 78.010-500, Cuiabá/MT, Fone: (65) 3054-7155. Neste ato representado pelo seu sócio proprietário Marcos Antônio Dias Machado, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 0959708-5 expedida pela SSP/MT, CPF nº 874.661.201-72.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços, para eventual contratação de empresa para fornecimento de **Equipamentos e Materiais Permanente,** de acordo com as especificações constantes nos anexos I do edital e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas em primeiro lugar por item, conforme consta nos autos do processo nº. 046/2017.

1.1.1 Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2. 1 A presente Ata terá validade máxima de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios ou Jornal de Grande Circulação e no mural da prefeitura, não prorrogável e, terá efeito enquanto a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, além das Unidades Administrativa/Secretaria, qualquer órgão ou entidade pertencente à esta jurisdição (município), que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitando no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n. 8666/93 e demais legislação pertinente.

3.2 O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é relativo ao objeto especificado no Edital e no Anexo I, de acordo com a respectiva classificação no **PREGÃO ELETRÔNICO nº 006/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

3.3 Para cada material/produtos de que trata está Ata, serão observadas, enquanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste – MT, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4 O preço a ser pago por item, discriminados os valores dos produtos unitariamente, será constante da proposta apresentada, no já mencionado Pregão, pelas empresas conforme ordem de classificação, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1 O gerenciamento (a) deste instrumento caberá à **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento**, no seu aspecto operacional, e Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

5.1 Os preços registrados, a especificação dos materiais/produtos, os quantitativos, constarão do quadro abaixo:

MV ATACADISTA DE MOVEIS LTDA - ME						
ITEM	**DESCRIÇAO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTDE**	**MARCA**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
1	MESA - PARA ESCRITORIO, EM AGLOMERADO, REVESTIDO EM MELAMINICO, FORMATO EM ¨L¨, MEDINDO (2,00 X 1,55 X 0,80)M, NA COR CINZA CLARO, COM 03 GAVETAS E CHAVES, ESPACO PARA COMPUTADOR E IMPRESSORA	UNID	3	VANDAFLEX	R$ 589,40	R$ 1. 768,20
2	ARMARIO - DE ACO PINTADO, MEDINDO (1,98 X O,92 X 0,45)M, COM 2 PORTAS, COM FECHADURAS, COM 5 PRATELEIRAS, EM ACO, REVESTIMENTO TRATADO, NA COR CINZA	UNID	3	AMAPA	R$ 596,00	R$ 1. 788,00
12	CASE PARA HD - ARMAZENAR DADOS,EXTERNO DE MESA,USB/HARDWARES,VELOCIDADE: 7200 RPM,TAXA DE TRANSFERENCIA DE 480MB/S,CAPACIDADE DE 1(UM) TERABYTE,PLATAFORMA: WINDOWS, MAC,CABO, FONTE, SUPORTE, SOFTS E DRIVERS DE INSTALACAO	UNID	4	MIMAX	R$ 124,50	R$ 498,00
					VALOR TOTAL	**R$ 4. 054,20**

Para fins de aditamentos, acréscimos ou supressões, o valor do presente instrumento é de R$ 4.054,20 (quatro mil cinquenta e quatro reais e vinte centavos).

CLÁUSULA SEXTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO:

6.1 Prazo de entrega: O fornecedor cujo preço estiver registrado em Ata terá 30 (trinta) dias, contados a partir da data e horário de recebimento da requisição de materiais/produtos emitido pela unidade **CONTRATANTE,** para entrega no almoxarifado central e no estabelecimento da empresa vencedora. Contrato de vigência prevista para 12 (doze) meses.

6.1 A entrega do objeto da presente licitação deverá ocorrer de forma parcial conforme solicitação do setor competente no prazo máximo de 10 (dez) dias, sendo a entrega em dia útil, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Localizado na rua A, Jardim Santa Inês, n.º 367, nesta Cidade de Santo Antônio do Leste Estado de Mato Grosso, no horário de 07h00min ás 11h00min e das 13h00min às 17h00min, observando-se a conformidade dos produtos com as especificações contidas no Anexo I deste Instrumento Convocatório.

6.8 Os produtos a serem entregue devem obrigatoriamente ser de primeira qualidade, de procedência de laboratório de boa qualidade e que se enquadrem nas especificações da **ABNT** ou do Órgão Federal responsável. Caso os produtos não ofereçam as qualidades dos Órgãos Fiscalizadores, serão rejeitados, arcando a empresa com o ônus do fato e sob pena de aplicação das sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor;

6.9 Os produtos com prazo de validade remanescente a partir da data de entrega (quando o caso) não poderá ser inferior a 12 (doze) meses;

6.10 A empresa fornecedora assumirá a responsabilidade pela entrega que efetuar, de acordo com as especificações constantes do presente Edital e anexos, bem como da respectiva proposta, obedecendo ao Código de Defesa do Consumidor quanto as condições e qualidade dos materiais entregues;

6.11 A empresa efetuará a troca imediata dos produtos/materiais, objeto desta licitação, que estiver fora das especificações contidas na proposta ou que não atenda o padrão de qualidade exigido, ou em que se verifique vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para a adquirente;

CLÁUSULA SETIMA - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

7.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

7.2 Os fornecimentos dos produtos registrados neste instrumento serão efetuados através da Autorização de Fornecimento emitido pelo responsável de cada secretaria, vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, que deverá conter: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

7.3 A entrega do(s) produto(s) só estará caracterizada mediante a requisição assinada pelo servidor responsável da unidade administrativa requisitante, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

7.4 Os licitantes registrados na presente Ata de Registro de Preços estão obrigados a fornecer quantitativos superiores aos registrados em função do direito de acréscimos de até 25% de que trata o § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

8.1 São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Anexo I:

8.1.1 executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo I, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

8.1.2 A licitante contratada fica obrigada a exigir as requisições dos servidores responsáveis pelo controle, solicitação, recebimento e/ou retirada dos produtos, mediante requisição devidamente assinada pelo responsável da respectiva unidade administrativa.

8.1.3 Fornecer as quantidades nas condições estipuladas nesta Ata de Registro de Preço e no respectivo Termo Contratual e nas condições inserida nas Notas de Empenho iniciais e seguintes e nas requisições emitida pelas Secretaria Solicitante.

8.1.4 Emitir as Notas Fiscais nos Prazos para faturamento, conforme exigência do Edital.

8.1.5 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **PREFEITURA**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência à **PREFEITURA**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

8.1.6 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **PREFEITURA**, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;

8.1.7 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.1.8 A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste contrato não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

8.1.9 Possibilitar a **PREFEITURA** efetuar vistoria nos Produtos da **CONTRATADA** a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;

8.1.10 Comunicar imediatamente à **PREFEITURA** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.1.11 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.1.12 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **PREFEITURA;**

8.1.13 Indenizar terceiros e/ou a **PREFEITURA** mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.1.14 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para a **PREFEITURA**, toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo Máximo de 2 dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações ou, quando for o caso, da amostra, com o produto entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis;

8.1.15 Prestar garantia dos bens fornecidos, compreendendo qualquer alteração nos produtos;

8.1.16 Providenciar, de imediato, por sua conta e sem ônus para a **PREFEITURA,** a correção ou substituição, a critério da **PREFEITURA**, dos produtos/materiais que apresentarem alterações durante o período de garantia;

8.1.17 Garantir entrega dos produtos sempre que necessário;

8.1.18 Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais da **PREFEITURA**, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a aquisição dos produtos objeto do contrato;

8.1.19 Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos produtos até o(s) local (is) de entrega;

8.1.20 Informar nas embalagens de transporte do material, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: número da Ata de Registro de Preços e nº. e data da Ordem de Fornecimento;

8.1.21 Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da(s) quantidade(s) do(s) material(is) estimado(s) no Anexo II, de acordo com o art. 65, p. 1º da Lei 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia da **PREFEITURA;**

8.1.22 Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº. 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à **CONTRATADA.**

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

9.1 - Executar fielmente o objeto contratado e cumprir todas as orientações da Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social, para o fiel desempenho do fornecimento nas datas requeridas, observando sempre os critérios de qualidade e quantidade dos produtos a serem entregues, de acordo com as necessidades.

9.2 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação.

9.3. - Designar preposto durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que seja necessário.

9.4 - Entregar os produtos objeto deste Contrato, independentemente de quaisquer contratempos, ainda que haja necessidade de adquiri-los de seus concorrentes.

9.5 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem subcontratar qualquer parte do objeto do contrato, sem prévio consentimento, por escrito, da Secretaria Solicitante.

9.6 E ainda:

I - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a **PREFEITUR**A de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

II - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à **PREFEITURA** por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas à **PREFEITURA,** que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente;

9.7 A **CONTRATADA** autoriza a **PREFEITURA** a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

9.8 a ausência ou omissão da fiscalização da **PREFEITURA** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas nesta Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

10.1 Solicitar o fornecimento dos produtos/materiais, mediante requisição expedida e assinada pelo servidor responsável da respectiva unidade administrativa.

10.2 - Efetuar o pagamento pelo fornecimento dos produtos, na forma convencionada no Contrato, desde que atendidas as formalidades previstas nesta Ata e no Edital.

10.3 Fiscalizar a fiel observância das disposições do contrato através de servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização dos produtos/materiais registrando em relatório as deficiências porventura existentes no fornecimento dos mesmos, notificando à Empresa, sobre as falhas, faltas e outras situações verificadas, determinando prazo para a regularização.

10.4 - Controlar as “Requisições de Fornecimento”, relatando à empresa as eventuais ocorrências havidas no período de vigência do contrato, podendo solicitar documentação referente à procedência dos produtos ou análise sobre sua qualidade por Órgão Oficial ou a quem couber, sem ônus adicionais para a Secretaria.

10.5 Publicar o contrato, em resumo, no Órgão Oficial de Imprensa, bem como naquele que a legislação dispuser.

10.6 promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado à empresa contratada de acordo com a entrega dos mesmos ou conforme utilizado, através de ordem Bancária – ou por meio de cheque – em moeda corrente nacional, através do Banco do Brasil S/A, até o 3º (terceiro) dia útil após a entrega dos materiais, mediante a apresentação de notas fiscais, devidamente certificada pela secretarias solicitantes, e de acordo com a quantidade de produtos entregues no período, observados a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93 e mediante documentação fiscal da Empresa (CND do INSS, CRF do FGTS e CND Negativa de débitos Municipal), Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com o respectivo material discriminado, conforme dispõe os Artigos 40, inciso XIV, “a”, e 67, § 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

11.2 O período de pagamento será fixado por cada unidade administrativa e, compreende ao período das requisições emitidas (utilizadas/fornecidas), sobre as quais será destacada a nota fiscal e a está anexada, e será paga nos termos do subitem 12.1

11.3 Para a realização do pagamento será observado o fiel cumprimento do fornecimento nas condições acordadas, comparando-se os dados contidos na Nota Fiscal/Fatura com os registrados nas “Requisições de Fornecimento e Serviços”.

11.4 Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.6 Nenhum pagamento isentará o **FORNECEDOR** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

12.1 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

12.2 Os preços registrados na Ata de Registro de Preços Poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei 8.666/93.

12.3 No Caso de solicitação de revisão de preço por parte do fornecedor, o mesmo deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço. Na análise da solicitação dentre outros critérios, Órgão Gerenciador adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil, índices setoriais adotados pelo Governo Federal.

12.4 Sendo Julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado e os propostos pelo licitante à época da realização deste certame licitatório.

12.5 A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até 15 (quinze) dias. Nesse período e vedado ao fornecedor interromper o fornecimento enquanto aguarda o tramite do processo de revisão de preços.

12.6 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

12.7 Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.8 Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamento e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

12.9 Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – adequação econômico-financeira.

12.10 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE** para determinado Item.

12.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Jornal de Grande Circulação ou Diário Oficial dos Municípios e no mural da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

13.1.1 Automaticamente:

a) por decurso do praza de vigência;

b) quando não restarem fornecedores registrados;

c) pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste quando caracterizado o interesse público.

13.1.2 a pedido, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrências de casos fortuitos ou de força maior.

13.1.3 por iniciativa da Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste, quando:

a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) perder qualquer condição de habilitação ou quantificação técnica exigida no processo licitatório;

c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

d) não cumprir obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) não comparecer ou se recusar a entregar no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de preço ou nos pedidos dela decorrentes;

13.2 O proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo especifica, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulado com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, edital ou instrumentos obrigacional, caso não aceitas as razões do pedido.

13.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previsto, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao registro de preço.

13.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço de fornecedor, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Grande Circulação, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

14.1 Correrão por conta exclusiva do **FORNECEDOR:**

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o **FORNECEDOR** ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a **PREFEITURA**, por período não superior

a 2(dois) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

15.2 A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à **PREFEITURA.**

15.3 **A CONTRATADA** sujeitar-se-á à multa de 0,30% (trinta décimos de por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

15.4 No caso de atraso na entrega do produtos/material por mais de 30 (trinta) dias, a multa será de 20% sobre o valor do contrato e poderá a **PREFEITURA**, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a seu exclusivo critério, rescindir o contrato.

15.5 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a **CONTRATADA** descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à **PREFEITURA**;

b) se a **CONTRATADA** sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para-fiscais; c) se a **CONTRATADA** tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

15.6 A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da **CONTRATADA,** implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração **MUNICIPAL** e demais órgãos/entidades.

15.7 A falta de produto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a **CONTRATADA** das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

15.8 Ficará impedido de licitar e contratar com a administração púbica, pelo prazo de cinco anos, o licitante, que não celebrar o contrato dentro do prazo quando convocado, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, em conformidade com o Art. 7º da Lei 10.520/2002.

15.9 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

16.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na norma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 A aquisição dos artigos de que trata o Edital ocorrerá por conta na previsão do Orçamento do Município para o exercício de 2017, na LDO e na Lei do Plano Plurianual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18. 1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II integram está Ata, o Edital de Pregão nº 006/2017 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por item.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **PREFEITURA;**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 Para dirimir as questões oriundas deste contrato será competente a **COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE – MT**

19.2 E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Santo Antônio do Leste 13 de novembro de 2017

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

MV ATACADISTA DE MOVEIS LTDA-ME

CNPJ: 19.071.896/0001-28

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE TOMADA DE PREÇO 003/2017

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº **003/2017**

A comissão de Licitação bem como o Presidente, nomeada pelo Portaria nº. 084/2017, de 02 de Janeiro de 2017, na conformidade do Art. 43, inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883/94, adjudica os objetos licitados a **Empresa: POLI – ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 01.379.965/0001-08**, O valor total desta Licitação se deu por **R$ 475.106,93 (quatrocentos e setenta e cinco mil cento e seis reais e noventa e três centavos)**.Encaminhamos ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para as providências cabíveis nos termos da Lei.

Santo Antonio do Leste - MT, 13 de Novembro de 2017.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

- Presidente –

ATO DE HOMOLOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇO Nº. 003/2017

Ato de homologação

tomada de preço Nº ***003/2017***

OBJETO: contratação de empresa qualificada para conclusão de 78. 30% da obra de construção de quadra esportiva escolar coberta padrão FNDE na reserva indígena Aldeia Agua Limpa, em conformidade com os Projetos de arquitetura (ANEXO IX), Planilha Orçamentária Padrão e Cronograma Físico- financeiro.Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/93, com as alterações subseqüentes e estando o preço ofertado de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Empresa: POLI – ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 01.379. 965/0001-08, O valor total desta Licitação se deu por **R$ 475.106,93 (quatrocentos e setenta e cinco mil cento e seis reais e noventa e três centavos)**. Comunique-se a Licitante vencedora, acima denominada, a homologação do objeto Licitado, devendo aguardar ordem de serviços para o início da execução da obra objeto conforme licitado.

Santo Antonio do Leste - MT, 13 de Novembro de 2017.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

- Prefeito Municipal-

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 065/2017 DO PREGÃO ELETRÔNICO 006/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 065/2017

PREGÃO ELETRÔNICO 006/2017

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento, **O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT,** Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua A, nº 367, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr**. Miguel Jose Brunetta,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n°: 1.427.577 SSP/PR, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda-CPF sob o nº. 326.034.369-53, residente e domiciliado à Rua: das Araras,que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS** Nº 006/2017, a classificação das propostas publicada no Diário Oficial dos Municípios/AMM ou Jornal de Grande Circulação, do processo 046/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações.

Fornecedor(a): OLMI INFORMÁTICA LTDA-EPP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 00.789.321/0001-17, sediada na Av. Mato Grosso, nº 92N, lote RT 1C módulo 02, bairro Centro, CEP: 78.320-000, Juína/MT, Fone: (66) 3566-1240. Neste ato representado pelo seu sócio proprietário Andrey Ricardo Ioris, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 1210787-5 expedida pela SJ/MT, CPF nº 907.910.101-04.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços, para eventual contratação de empresa para fornecimento de **Equipamentos e Materiais Permanente,** de acordo com as especificações constantes nos anexos I do edital e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas em primeiro lugar por item, conforme consta nos autos do processo nº. 046/2017.

1.1.1 Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2. 1 A presente Ata terá validade máxima de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios ou Jornal de Grande Circulação e no mural da prefeitura, não prorrogável e, terá efeito enquanto a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, além das Unidades Administrativa/Secretaria, qualquer órgão ou entidade pertencente à esta jurisdição (município), que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitando no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n. 8666/93 e demais legislação pertinente.

3.2 O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é relativo ao objeto especificado no Edital e no Anexo I, de acordo com a respectiva classificação no **PREGÃO ELETRÔNICO nº 006/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

3.3 Para cada material/produtos de que trata está Ata, serão observadas, enquanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste – MT, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4 O preço a ser pago por item, discriminados os valores dos produtos unitariamente, será constante da proposta apresentada, no já mencionado Pregão, pelas empresas conforme ordem de classificação, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1 O gerenciamento (a) deste instrumento caberá à **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento**, no seu aspecto operacional, e Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

5.1 Os preços registrados, a especificação dos materiais/produtos, os quantitativos, constarão do quadro abaixo:

OLMI INFORMATICA LTDA - EPP						
ITEM	**DESCRIÇAO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTDE**	**MARCA**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
5	ESTANTE - TODA EM ACO, COM 6 PRATELEIRAS, MEDINDO 92X30X200CM, COM PRATELEIRAS CHAPA 24 E COLUNA CHAPA 18, NA COR CINZA	UNID	2	JOTA/EST 06	R$ 135,00	R$ 270,00
8	REFRIGERADOR - COM CAPACIDADE PARA 340L APROXIMADAMENTE, MODELO DUPLEX, TIPO DOMESTICA/VERTICAL, 220V	UNID	2	ELECTROLUX/DC44	R$ 2.103,00	R$ 4.206,00
13	IMPRESSORA COLORIDA, COR PRETO, TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO, TANQUE DE TINTA, TIPO COLORIDA, RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO PRETO ATÉ 720 X 720 DPI, RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO COLORIDA ATÉ 720 X 720 DPI, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO PRETO 8,5 ISO PPM, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO COLORIDA 4,5 ISO PPM, IMPRESSÃO DUPLEX MANUAL, OUTRAS CARACTERÍSTICAS DE IMPRESSÃO TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO: TECNOLOGIA DE INJEÇÃO DE TINTA MICROPIEZO® DE 4 CORES, CICLO MENSAL NÃO ESPECIFICADO, TIPOS DE PAPEL PAPEL SULFITE COMUM E ENVELOPE, TAMANHOS DE PAPEL FOLHAS INDIVIDUAIS - A4, CARTA, OFÍCIO, OUTRAS CARACTERÍSTICAS DE PAPEL CAPACIDADE DE ENTRADA DE PAPEL: 50 FOLHAS / 10 ENVELOPES, WIRELESS NÃO, BLUETOOTH NÃO, VISOR LCD NÃO POSSUI, MEMÓRIA NÃO ESPECIFICADO, CONEXÃO USB, SUPRIMENTOS COMPATÍVEIS GARRAFA DE TINTA PRETA (70ML) - T664120, GARRAFA DE TINTA CIANO (70ML) - T664220, GARRAFA DE TINTA MAGENTA (70ML) - T664320, GARRAFA DE TINTA AMARELA (70ML) - T664420, ALIMENTAÇÃO (VOLTAGEM) BIVOLT, CONTEÚDO DA EMBALAGEM 01 X IMPRESSORA ECOTANK L120, 01 X CABO DE AL	UNID	3	EPSON/L120	R$ 744,46	R$ 2.233,38
					VALOR TOTAL	**R$ 6.709,38**

Para fins de aditamentos, acréscimos ou supressões, o valor do presente instrumento é de R$ 6.709,38 (seis mil setecentos e nove reais e trinta e oito centavos).

CLÁUSULA SEXTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO:

6.1 Prazo de entrega: O fornecedor cujo preço estiver registrado em Ata terá 30 (trinta) dias, contados a partir da data e horário de recebimento da requisição de materiais/produtos emitido pela unidade **CONTRATANTE,** para entrega no almoxarifado central e no estabelecimento da empresa vencedora. Contrato de vigência prevista para 12 (doze) meses.

6.1 A entrega do objeto da presente licitação deverá ocorrer de forma parcial conforme solicitação do setor competente no prazo máximo de 10 (dez) dias, sendo a entrega em dia útil, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Localizado na rua A, Jardim Santa Inês, n.º 367, nesta Cidade de Santo Antônio do Leste Estado de Mato Grosso, no horário de 07h00min ás 11h00min e das 13h00min às 17h00min, observando-se a conformidade dos produtos com as especificações contidas no Anexo I deste Instrumento Convocatório.

6.8 Os produtos a serem entregue devem obrigatoriamente ser de primeira qualidade, de procedência de laboratório de boa qualidade e que se enquadrem nas especificações da **ABNT** ou do Órgão Federal responsável. Caso os produtos não ofereçam as qualidades dos Órgãos Fiscalizadores, serão rejeitados, arcando a empresa com o ônus do fato e sob pena de aplicação das sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor;

6.9 Os produtos com prazo de validade remanescente a partir da data de entrega (quando o caso) não poderá ser inferior a 12 (doze) meses;

6.10 A empresa fornecedora assumirá a responsabilidade pela entrega que efetuar, de acordo com as especificações constantes do presente Edital e anexos, bem como da respectiva proposta, obedecendo ao Código de Defesa do Consumidor quanto as condições e qualidade dos materiais entregues;

6.11 A empresa efetuará a troca imediata dos produtos/materiais, objeto desta licitação, que estiver fora das especificações contidas na proposta ou que não atenda o padrão de qualidade exigido, ou em que se verifique vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para a adquirente;

CLÁUSULA SETIMA - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

7.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

7.2 Os fornecimentos dos produtos registrados neste instrumento serão efetuados através da Autorização de Fornecimento emitido pelo responsável de cada secretaria, vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, que deverá conter: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

7.3 A entrega do(s) produto(s) só estará caracterizada mediante a requisição assinada pelo servidor responsável da unidade administrativa requisitante, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

7.4 Os licitantes registrados na presente Ata de Registro de Preços estão obrigados a fornecer quantitativos superiores aos registrados em função do direito de acréscimos de até 25% de que trata o § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

8.1 São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Anexo I:

8.1.1 executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo I, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

8.1.2 A licitante contratada fica obrigada a exigir as requisições dos servidores responsáveis pelo controle, solicitação, recebimento e/ou retirada dos produtos, mediante requisição devidamente assinada pelo responsável da respectiva unidade administrativa.

8.1.3 Fornecer as quantidades nas condições estipuladas nesta Ata de Registro de Preço e no respectivo Termo Contratual e nas condições inserida nas Notas de Empenho iniciais e seguintes e nas requisições emitida pelas Secretaria Solicitante.

8.1.4 Emitir as Notas Fiscais nos Prazos para faturamento, conforme exigência do Edital.

8.1.5 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **PREFEITURA**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência à **PREFEITURA**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

8.1.6 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **PREFEITURA**, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;

8.1.7 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.1.8 A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste contrato não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

8.1.9 Possibilitar a **PREFEITURA** efetuar vistoria nos Produtos da **CONTRATADA** a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;

8.1.10 Comunicar imediatamente à **PREFEITURA** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.1.11 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.1.12 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **PREFEITURA;**

8.1.13 Indenizar terceiros e/ou a **PREFEITURA** mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.1.14 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para a **PREFEITURA**, toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo Máximo de 2 dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações ou, quando for o caso, da amostra, com o produto entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis;

8.1.15 Prestar garantia dos bens fornecidos, compreendendo qualquer alteração nos produtos;

8.1.16 Providenciar, de imediato, por sua conta e sem ônus para a **PREFEITURA,** a correção ou substituição, a critério da **PREFEITURA**, dos produtos/materiais que apresentarem alterações durante o período de garantia;

8.1.17 Garantir entrega dos produtos sempre que necessário;

8.1.18 Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais da **PREFEITURA**, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a aquisição dos produtos objeto do contrato;

8.1.19 Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos produtos até o(s) local (is) de entrega;

8.1.20 Informar nas embalagens de transporte do material, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: número da Ata de Registro de Preços e nº. e data da Ordem de Fornecimento;

8.1.21 Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da(s) quantidade(s) do(s) material(is) estimado(s) no Anexo II, de acordo com o art. 65, p. 1º da Lei 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia da **PREFEITURA;**

8.1.22 Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº. 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à **CONTRATADA.**

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

9.1 - Executar fielmente o objeto contratado e cumprir todas as orientações da Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social, para o fiel desempenho do fornecimento nas datas requeridas, observando sempre os critérios de qualidade e quantidade dos produtos a serem entregues, de acordo com as necessidades.

9.2 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação.

9.3. - Designar preposto durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que seja necessário.

9.4 - Entregar os produtos objeto deste Contrato, independentemente de quaisquer contratempos, ainda que haja necessidade de adquiri-los de seus concorrentes.

9.5 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem subcontratar qualquer parte do objeto do contrato, sem prévio consentimento, por escrito, da Secretaria Solicitante.

9.6 E ainda:

I - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a **PREFEITUR**A de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

II - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à **PREFEITURA** por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas à **PREFEITURA,** que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente;

9.7 A **CONTRATADA** autoriza a **PREFEITURA** a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

9.8 a ausência ou omissão da fiscalização da **PREFEITURA** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas nesta Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

10.1 Solicitar o fornecimento dos produtos/materiais, mediante requisição expedida e assinada pelo servidor responsável da respectiva unidade administrativa.

10.2 - Efetuar o pagamento pelo fornecimento dos produtos, na forma convencionada no Contrato, desde que atendidas as formalidades previstas nesta Ata e no Edital.

10.3 Fiscalizar a fiel observância das disposições do contrato através de servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização dos produtos/materiais registrando em relatório as deficiências porventura existentes no fornecimento dos mesmos, notificando à Empresa, sobre as falhas, faltas e outras situações verificadas, determinando prazo para a regularização.

10.4 - Controlar as “Requisições de Fornecimento”, relatando à empresa as eventuais ocorrências havidas no período de vigência do contrato, podendo solicitar documentação referente à procedência dos produtos ou análise sobre sua qualidade por Órgão Oficial ou a quem couber, sem ônus adicionais para a Secretaria.

10.5 Publicar o contrato, em resumo, no Órgão Oficial de Imprensa, bem como naquele que a legislação dispuser.

10.6 promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado à empresa contratada de acordo com a entrega dos mesmos ou conforme utilizado, através de ordem Bancária – ou por meio de cheque – em moeda corrente nacional, através do Banco do Brasil S/A, até o 3º (terceiro) dia útil após a entrega dos materiais, mediante a apresentação de notas fiscais, devidamente certificada pela secretarias solicitantes, e de acordo com a quantidade de produtos entregues no período, observados a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93 e mediante documentação fiscal da Empresa (CND do INSS, CRF do FGTS e CND Negativa de débitos Municipal), Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com o respectivo material discriminado, conforme dispõe os Artigos 40, inciso XIV, “a”, e 67, § 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

11.2 O período de pagamento será fixado por cada unidade administrativa e, compreende ao período das requisições emitidas (utilizadas/fornecidas), sobre as quais será destacada a nota fiscal e a está anexada, e será paga nos termos do subitem 12.1

11.3 Para a realização do pagamento será observado o fiel cumprimento do fornecimento nas condições acordadas, comparando-se os dados contidos na Nota Fiscal/Fatura com os registrados nas “Requisições de Fornecimento e Serviços”.

11.4 Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.6 Nenhum pagamento isentará o **FORNECEDOR** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

12.1 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

12.2 Os preços registrados na Ata de Registro de Preços Poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei 8.666/93.

12.3 No Caso de solicitação de revisão de preço por parte do fornecedor, o mesmo deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço. Na análise da solicitação dentre outros critérios, Órgão Gerenciador adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil, índices setoriais adotados pelo Governo Federal.

12.4 Sendo Julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado e os propostos pelo licitante à época da realização deste certame licitatório.

12.5 A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até 15 (quinze) dias. Nesse período e vedado ao fornecedor interromper o fornecimento enquanto aguarda o tramite do processo de revisão de preços.

12.6 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

12.7 Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.8 Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamento e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

12.9 Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – adequação econômico-financeira.

12.10 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE** para determinado Item.

12.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Jornal de Grande Circulação ou Diário Oficial dos Municípios e no mural da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

13.1.1 Automaticamente:

a) por decurso do praza de vigência;

b) quando não restarem fornecedores registrados;

c) pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste quando caracterizado o interesse público.

13.1.2 a pedido, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrências de casos fortuitos ou de força maior.

13.1.3 por iniciativa da Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste, quando:

a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) perder qualquer condição de habilitação ou quantificação técnica exigida no processo licitatório;

c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

d) não cumprir obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) não comparecer ou se recusar a entregar no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de preço ou nos pedidos dela decorrentes;

13.2 O proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo especifica, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulado com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, edital ou instrumentos obrigacional, caso não aceitas as razões do pedido.

13.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previsto, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao registro de preço.

13.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço de fornecedor, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Grande Circulação, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

14.1 Correrão por conta exclusiva do **FORNECEDOR:**

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o **FORNECEDOR** ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a **PREFEITURA**, por período não superior

a 2(dois) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

15.2 A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à **PREFEITURA.**

15.3 **A CONTRATADA** sujeitar-se-á à multa de 0,30% (trinta décimos de por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

15.4 No caso de atraso na entrega do produtos/material por mais de 30 (trinta) dias, a multa será de 20% sobre o valor do contrato e poderá a **PREFEITURA**, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a seu exclusivo critério, rescindir o contrato.

15.5 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a **CONTRATADA** descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à **PREFEITURA**;

b) se a **CONTRATADA** sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para-fiscais; c) se a **CONTRATADA** tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

15.6 A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da **CONTRATADA,** implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração **MUNICIPAL** e demais órgãos/entidades.

15.7 A falta de produto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a **CONTRATADA** das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

15.8 Ficará impedido de licitar e contratar com a administração púbica, pelo prazo de cinco anos, o licitante, que não celebrar o contrato dentro do prazo quando convocado, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, em conformidade com o Art. 7º da Lei 10.520/2002.

15.9 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

16.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na norma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 A aquisição dos artigos de que trata o Edital ocorrerá por conta na previsão do Orçamento do Município para o exercício de 2017, na LDO e na Lei do Plano Plurianual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18. 1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II integram está Ata, o Edital de Pregão nº 006/2017 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por item.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **PREFEITURA;**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 Para dirimir as questões oriundas deste contrato será competente a **COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE – MT**

19.2 E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Santo Antônio do Leste 13 de novembro de 2017

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

OLMI INFORMATICA LTDA-EPP

CNPJ: 00.789.321/0001-17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 067/2017 DO PREGÃO ELETRÔNICO 006/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 067/2017

PREGÃO ELETRÔNICO 006/2017

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento, **O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT,** Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua A, nº 367, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr**. Miguel Jose Brunetta,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n°: 1.427.577 SSP/PR, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda-CPF sob o nº. 326.034.369-53, residente e domiciliado à Rua: das Araras,que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS** Nº 006/2017, a classificação das propostas publicada no Diário Oficial dos Municípios/AMM ou Jornal de Grande Circulação, do processo 046/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações.

Fornecedor(a): RLP DE ANGELI COMERCIAL-EPP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 22.865.748/0001-90, sediada na Rua Pará , nº 433, sala 07, bairro Centro, CEP: 86181-240, Cambé/PR, Fone: (43) 3253-6102. Neste ato representado pelo seu proprietário Rafael Luiz Pomini de Angeli, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 7.834.640-0 expedida pela SSP/PR, CPF nº 044.097.099-76.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços, para eventual contratação de empresa para fornecimento de **Equipamentos e Materiais Permanente,** de acordo com as especificações constantes nos anexos I do edital e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas em primeiro lugar por item, conforme consta nos autos do processo nº. 046/2017.

1.1.1 Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2. 1 A presente Ata terá validade máxima de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios ou Jornal de Grande Circulação e no mural da prefeitura, não prorrogável e, terá efeito enquanto a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, além das Unidades Administrativa/Secretaria, qualquer órgão ou entidade pertencente à esta jurisdição (município), que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitando no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n. 8666/93 e demais legislação pertinente.

3.2 O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é relativo ao objeto especificado no Edital e no Anexo I, de acordo com a respectiva classificação no **PREGÃO ELETRÔNICO nº 006/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

3.3 Para cada material/produtos de que trata está Ata, serão observadas, enquanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste – MT, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4 O preço a ser pago por item, discriminados os valores dos produtos unitariamente, será constante da proposta apresentada, no já mencionado Pregão, pelas empresas conforme ordem de classificação, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1 O gerenciamento (a) deste instrumento caberá à **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento**, no seu aspecto operacional, e Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

5.1 Os preços registrados, a especificação dos materiais/produtos, os quantitativos, constarão do quadro abaixo:

R L P DE ANGELI - COMERCIAL - EPP						
ITEM	**DESCRIÇAO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTDE**	**MARCA**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
6	LIQUIDIFICADOR - MODELO INDUSTRIAL, VELOCIDADE UNICA, COPO EM INOX, COM CAPACIDADE PARA 03 L, NA VOLTAGEM DE 110/220 V	UNID	2	SPOLU	R$ 505,00	R$ 1. 010,00
10	CAIXA DE SOM - COM GABINETE ABS REFORCADO, MODELO PROFISSIONAL, ATIVA AMPLIFICADA, PARA SOM DE AUDITORIO COM BASE PARA PEDESTAL E 1 ALCA LATERAL,MEDINDO APROX. 58,0X37,0X38,0CM (ALT X LARG X PROF),VPLTAGEM 110/220VOLTS,COM AUTO FALANTES WOOFER DE 15¨ - 400 WATTS RMS	UNID	2	HAYONIK	R$ 2. 300,00	R$ 4. 600,00
					VALOR TOTAL	**R$ 5. 610,00**

Para fins de aditamentos, acréscimos ou supressões, o valor do presente instrumento é de R$ 5.610,00 (cinco mil seiscentos e dez reais).

CLÁUSULA SEXTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO:

6.1 Prazo de entrega: O fornecedor cujo preço estiver registrado em Ata terá 30 (trinta) dias, contados a partir da data e horário de recebimento da requisição de materiais/produtos emitido pela unidade **CONTRATANTE,** para entrega no almoxarifado central e no estabelecimento da empresa vencedora. Contrato de vigência prevista para 12 (doze) meses.

6.1 A entrega do objeto da presente licitação deverá ocorrer de forma parcial conforme solicitação do setor competente no prazo máximo de 10 (dez) dias, sendo a entrega em dia útil, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Localizado na rua A, Jardim Santa Inês, n.º 367, nesta Cidade de Santo Antônio do Leste Estado de Mato Grosso, no horário de 07h00min ás 11h00min e das 13h00min às 17h00min, observando-se a conformidade dos produtos com as especificações contidas no Anexo I deste Instrumento Convocatório.

6.8 Os produtos a serem entregue devem obrigatoriamente ser de primeira qualidade, de procedência de laboratório de boa qualidade e que se enquadrem nas especificações da **ABNT** ou do Órgão Federal responsável. Caso os produtos não ofereçam as qualidades dos Órgãos Fiscalizadores, serão rejeitados, arcando a empresa com o ônus do fato e sob pena de aplicação das sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor;

6.9 Os produtos com prazo de validade remanescente a partir da data de entrega (quando o caso) não poderá ser inferior a 12 (doze) meses;

6.10 A empresa fornecedora assumirá a responsabilidade pela entrega que efetuar, de acordo com as especificações constantes do presente Edital e anexos, bem como da respectiva proposta, obedecendo ao Código de Defesa do Consumidor quanto as condições e qualidade dos materiais entregues;

6.11 A empresa efetuará a troca imediata dos produtos/materiais, objeto desta licitação, que estiver fora das especificações contidas na proposta ou que não atenda o padrão de qualidade exigido, ou em que se verifique vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para a adquirente;

CLÁUSULA SETIMA - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

7.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

7.2 Os fornecimentos dos produtos registrados neste instrumento serão efetuados através da Autorização de Fornecimento emitido pelo responsável de cada secretaria, vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, que deverá conter: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

7.3 A entrega do(s) produto(s) só estará caracterizada mediante a requisição assinada pelo servidor responsável da unidade administrativa requisitante, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

7.4 Os licitantes registrados na presente Ata de Registro de Preços estão obrigados a fornecer quantitativos superiores aos registrados em função do direito de acréscimos de até 25% de que trata o § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

8.1 São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Anexo I:

8.1.1 executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo I, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

8.1.2 A licitante contratada fica obrigada a exigir as requisições dos servidores responsáveis pelo controle, solicitação, recebimento e/ou retirada dos produtos, mediante requisição devidamente assinada pelo responsável da respectiva unidade administrativa.

8.1.3 Fornecer as quantidades nas condições estipuladas nesta Ata de Registro de Preço e no respectivo Termo Contratual e nas condições inserida nas Notas de Empenho iniciais e seguintes e nas requisições emitida pelas Secretaria Solicitante.

8.1.4 Emitir as Notas Fiscais nos Prazos para faturamento, conforme exigência do Edital.

8.1.5 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **PREFEITURA**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência à **PREFEITURA**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

8.1.6 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **PREFEITURA**, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;

8.1.7 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.1.8 A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste contrato não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

8.1.9 Possibilitar a **PREFEITURA** efetuar vistoria nos Produtos da **CONTRATADA** a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;

8.1.10 Comunicar imediatamente à **PREFEITURA** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.1.11 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.1.12 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **PREFEITURA;**

8.1.13 Indenizar terceiros e/ou a **PREFEITURA** mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.1.14 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para a **PREFEITURA**, toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo Máximo de 2 dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações ou, quando for o caso, da amostra, com o produto entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis;

8.1.15 Prestar garantia dos bens fornecidos, compreendendo qualquer alteração nos produtos;

8.1.16 Providenciar, de imediato, por sua conta e sem ônus para a **PREFEITURA,** a correção ou substituição, a critério da **PREFEITURA**, dos produtos/materiais que apresentarem alterações durante o período de garantia;

8.1.17 Garantir entrega dos produtos sempre que necessário;

8.1.18 Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais da **PREFEITURA**, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a aquisição dos produtos objeto do contrato;

8.1.19 Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos produtos até o(s) local (is) de entrega;

8.1.20 Informar nas embalagens de transporte do material, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: número da Ata de Registro de Preços e nº. e data da Ordem de Fornecimento;

8.1.21 Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da(s) quantidade(s) do(s) material(is) estimado(s) no Anexo II, de acordo com o art. 65, p. 1º da Lei 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia da **PREFEITURA;**

8.1.22 Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº. 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à **CONTRATADA.**

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

9.1 - Executar fielmente o objeto contratado e cumprir todas as orientações da Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social, para o fiel desempenho do fornecimento nas datas requeridas, observando sempre os critérios de qualidade e quantidade dos produtos a serem entregues, de acordo com as necessidades.

9.2 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação.

9.3. - Designar preposto durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que seja necessário.

9.4 - Entregar os produtos objeto deste Contrato, independentemente de quaisquer contratempos, ainda que haja necessidade de adquiri-los de seus concorrentes.

9.5 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem subcontratar qualquer parte do objeto do contrato, sem prévio consentimento, por escrito, da Secretaria Solicitante.

9.6 E ainda:

I - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a **PREFEITUR**A de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

II - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à **PREFEITURA** por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas à **PREFEITURA,** que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente;

9.7 A **CONTRATADA** autoriza a **PREFEITURA** a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

9.8 a ausência ou omissão da fiscalização da **PREFEITURA** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas nesta Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

10.1 Solicitar o fornecimento dos produtos/materiais, mediante requisição expedida e assinada pelo servidor responsável da respectiva unidade administrativa.

10.2 - Efetuar o pagamento pelo fornecimento dos produtos, na forma convencionada no Contrato, desde que atendidas as formalidades previstas nesta Ata e no Edital.

10.3 Fiscalizar a fiel observância das disposições do contrato através de servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização dos produtos/materiais registrando em relatório as deficiências porventura existentes no fornecimento dos mesmos, notificando à Empresa, sobre as falhas, faltas e outras situações verificadas, determinando prazo para a regularização.

10.4 - Controlar as “Requisições de Fornecimento”, relatando à empresa as eventuais ocorrências havidas no período de vigência do contrato, podendo solicitar documentação referente à procedência dos produtos ou análise sobre sua qualidade por Órgão Oficial ou a quem couber, sem ônus adicionais para a Secretaria.

10.5 Publicar o contrato, em resumo, no Órgão Oficial de Imprensa, bem como naquele que a legislação dispuser.

10.6 promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado à empresa contratada de acordo com a entrega dos mesmos ou conforme utilizado, através de ordem Bancária – ou por meio de cheque – em moeda corrente nacional, através do Banco do Brasil S/A, até o 3º (terceiro) dia útil após a entrega dos materiais, mediante a apresentação de notas fiscais, devidamente certificada pela secretarias solicitantes, e de acordo com a quantidade de produtos entregues no período, observados a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93 e mediante documentação fiscal da Empresa (CND do INSS, CRF do FGTS e CND Negativa de débitos Municipal), Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com o respectivo material discriminado, conforme dispõe os Artigos 40, inciso XIV, “a”, e 67, § 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

11.2 O período de pagamento será fixado por cada unidade administrativa e, compreende ao período das requisições emitidas (utilizadas/fornecidas), sobre as quais será destacada a nota fiscal e a está anexada, e será paga nos termos do subitem 12.1

11.3 Para a realização do pagamento será observado o fiel cumprimento do fornecimento nas condições acordadas, comparando-se os dados contidos na Nota Fiscal/Fatura com os registrados nas “Requisições de Fornecimento e Serviços”.

11.4 Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.6 Nenhum pagamento isentará o **FORNECEDOR** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

12.1 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

12.2 Os preços registrados na Ata de Registro de Preços Poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei 8.666/93.

12.3 No Caso de solicitação de revisão de preço por parte do fornecedor, o mesmo deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço. Na análise da solicitação dentre outros critérios, Órgão Gerenciador adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil, índices setoriais adotados pelo Governo Federal.

12.4 Sendo Julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado e os propostos pelo licitante à época da realização deste certame licitatório.

12.5 A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até 15 (quinze) dias. Nesse período e vedado ao fornecedor interromper o fornecimento enquanto aguarda o tramite do processo de revisão de preços.

12.6 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

12.7 Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.8 Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamento e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

12.9 Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – adequação econômico-financeira.

12.10 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE** para determinado Item.

12.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Jornal de Grande Circulação ou Diário Oficial dos Municípios e no mural da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

13.1.1 Automaticamente:

a) por decurso do praza de vigência;

b) quando não restarem fornecedores registrados;

c) pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste quando caracterizado o interesse público.

13.1.2 a pedido, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrências de casos fortuitos ou de força maior.

13.1.3 por iniciativa da Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste, quando:

a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) perder qualquer condição de habilitação ou quantificação técnica exigida no processo licitatório;

c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

d) não cumprir obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) não comparecer ou se recusar a entregar no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de preço ou nos pedidos dela decorrentes;

13.2 O proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo especifica, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulado com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, edital ou instrumentos obrigacional, caso não aceitas as razões do pedido.

13.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previsto, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao registro de preço.

13.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço de fornecedor, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Grande Circulação, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

14.1 Correrão por conta exclusiva do **FORNECEDOR:**

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o **FORNECEDOR** ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a **PREFEITURA**, por período não superior

a 2(dois) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

15.2 A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à **PREFEITURA.**

15.3 **A CONTRATADA** sujeitar-se-á à multa de 0,30% (trinta décimos de por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

15.4 No caso de atraso na entrega do produtos/material por mais de 30 (trinta) dias, a multa será de 20% sobre o valor do contrato e poderá a **PREFEITURA**, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a seu exclusivo critério, rescindir o contrato.

15.5 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a **CONTRATADA** descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à **PREFEITURA**;

b) se a **CONTRATADA** sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para-fiscais; c) se a **CONTRATADA** tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

15.6 A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da **CONTRATADA,** implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração **MUNICIPAL** e demais órgãos/entidades.

15.7 A falta de produto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a **CONTRATADA** das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

15.8 Ficará impedido de licitar e contratar com a administração púbica, pelo prazo de cinco anos, o licitante, que não celebrar o contrato dentro do prazo quando convocado, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, em conformidade com o Art. 7º da Lei 10.520/2002.

15.9 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

16.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na norma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 A aquisição dos artigos de que trata o Edital ocorrerá por conta na previsão do Orçamento do Município para o exercício de 2017, na LDO e na Lei do Plano Plurianual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18. 1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II integram está Ata, o Edital de Pregão nº 006/2017 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por item.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **PREFEITURA;**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 Para dirimir as questões oriundas deste contrato será competente a **COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE – MT**

19.2 E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Santo Antônio do Leste 13 de novembro de 2017

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

RLP DE ANGELI COMERCIAL-EPP

CNPJ: 22.865.748/0001-90

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 062/2017 DO PREGÃO ELETRÔNICO 005/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 062/2017

´PREGÃO ELETRÔNICO 005/2017

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento, a **O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT,** Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua A, nº 367, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr**. Miguel Jose Brunetta,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n°: 1.427.577 SSP/PR, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda-CPF sob o nº. 326.034.369-53, residente e domiciliado à Rua: das Araras,que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇOS** Nº 005/2017, a classificação das propostas publicada no Diário Oficial dos Municípios/AMM ou Jornal de Grande Circulação, do processo 030/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações.

Fornecedor(a): F.B. BORGES EQUIPAMENTOS EIRELI-ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 24.754.357/0001-23, sediada na Rua Prefeito Roberto Brezezinsk, nº 1551- 1º andar, bairro Centro, CEP: 87302-200, Campo Mourão/PR, , Fone: (44) 9-9910-1040. Neste ato representado pelo seu sócio administrador Fábio Basílio Borges, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.347.817-1 expedida pela SESP/SP, CPF nº 226.058.658-94.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **Aquisição de Equipamentos e Materiais de Informática, Conforme o Termo de Referência,** de acordo com as especificações constantes nos anexos I do edital e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas em primeiro lugar por item, conforme consta nos autos do processo nº. 030/2017.

1.1.1 Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2. 1 A presente Ata terá validade máxima de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios ou Jornal de Grande Circulação e no mural da prefeitura, não prorrogável e, terá efeito enquanto a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, além das Unidades Administrativa/Secretaria, qualquer órgão ou entidade pertencente à esta jurisdição (município), que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitando no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n. 8666/93 e demais legislação pertinente.

3.2 O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é relativo ao objeto especificado no Edital e no Anexo I, de acordo com a respectiva classificação no **PREGÃO ELETRONICO nº 005/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

3.3 Para cada material/produtos de que trata está Ata, serão observadas, enquanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **PREGÃO ELETRONICO Nº. 005/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste – MT, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4 O preço a ser pago por item, discriminados os valores dos produtos unitariamente, será constante da proposta apresentada, no já mencionado Pregão, pelas empresas conforme ordem de classificação, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1 O gerenciamento (a) deste instrumento caberá à **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento**, no seu aspecto operacional, e Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

5.1 Os preços registrados, a especificação dos materiais/produtos, os quantitativos, constarão do quadro abaixo:

F.B. BORGES EQUIPAMENTOS - EIRELI - ME						
ITEM	**DESCRIÇAO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTDE**	**MARCA**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
19	NOTEBOOK - INTEL CORE I5 6GB RAM 1 TB HD LED 15.6 ARMAZENAMENTO 1024 PROCESSADOR INTEL CORE I5 VELOCIDADE DE PROCESSADOR 5200U 2.70 GHZ 3MB CACHÊ MEMÓRIA CACHÊ 3 MB MEMÓRIA RAM 6 GB	UNID	54	ACER	R$ 3. 639,55	R$ 196. 535,70
21	PENDRIVE 8 GB	UNID	338	SANDISK	R$ 30,00	R$ 10. 140,00
26	TECLADO - TECLADO USB ABNT2	UNID	622	HARDLINE	R$ 32,00	R$ 19. 904,00
59	HD EXTERNO 1TB - CAPACIDADE 1TB TAMANHO 2,5´ CONEXÃO USB 3.0 COMPATÍVEL COM 2.0 COR PRETO COMPATÍVEL COM WINDOWS XP/VISTA/7/8.1/10, MAC OS 10.4.8, LINUX	UNID	71	SEAGATE	R$ 320,00	R$ 22. 720,00
61	LEITOR BIOMETRICO C/SENSOR DE PRESENCA IMPRESSAO DIGITAL - TIPO: ÓPTICO ÁREA DE CAPTURA E LEITURA: PRISMA DE VIDRO MODELO DO LEITOR: TORRE CAPTURA: 360º INTER-	UNID	15	NITGEN-FINGKEY	R$ 900,00	R$ 13. 500,00

	FACE: USB 2.0 RESOLUÇÃO: 500 DPI DIMENSÃO: 25,3 X 40,7 X 67,7 TEMP. DE OPERAÇÃO: 0 ~ 55ºC VOLTAGEM: 5V ÁREA DE CAPTURA: 16 X 18 MM TAM. DA IMAGEM: 248 X 292 PIXELS PADRÕES: MIC, CE, FCC, WHQL E ISO/IEC 19794-2:2005 MULTI DISPOSITIVOS: SIM ANSI/INCITS 378-2004 DRIVER OS: WINDOWS 98/2000/ME/2003/2008/XP/VISTA/ 7 32-BIT E 64-BIT/ 8 32-BIT E 64-BIT. | LINUX KERNEL 2.6 OU SUPERIOR. | ANDROID (DISPOSITIVOS QUE POSSUAM SUPORTE AO USB OTG ATIVADO NO KERNEL).			HAMSTER		
64	NOTEBOOK PERFORMANCE - INTEL CORE I7 – 5500U 5º GERAÇÃO 8 GB RAM, HD 1TB, TELA 15.6" PLACA DE VÍDEO 2GB NVIDIAGEFORCE 820M PROCESSADOR INTEL CORE I7 MEMÓRIA RAM 1TB ARMAZENAMENTO 1024 GB MEMÓRIA CACHÉ 4 M	UNID	14	ACER	R$ 3. 957,00	R$ 55. 398,00
					VALOR TOTAL	**R$ 318. 197,70**

Para fins de aditamentos, acréscimos ou supressões, o valor do presente instrumento é de R$ 318.197,70 (trezentos e dezoito mil cento e noventa e sete reais e setenta centavos).

CLÁUSULA SEXTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO:

6.1 Prazo de entrega: O fornecedor cujo preço estiver registrado em Ata terá 05 (cinco) dias, contados a partir da data e horário de recebimento da requisição de materiais/produtos emitido pela unidade **CONTRATANTE,** para entrega no almoxarifado central e no estabelecimento da empresa vencedora. Contrato de vigência prevista para 12 (doze) meses.

6.1 A entrega do objeto da presente licitação deverá ocorrer no de forma parcial conforme solicitação do setor competente no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, sendo a entrega em dia útil, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Localizado na rua A, Jardim Santa Inês, n.º 367, nesta Cidade de Santo Antônio do Leste Estado de Mato Grosso, no horário de 07h00min as 11h00min e das 13h00min às 17h00-min, observando-se a conformidade dos produtos com as especificações contidas no Anexo I deste Instrumento Convocatório.

6.2 Os produtos a serem entregue devem obrigatoriamente ser de primeira qualidade, de procedência de laboratório de boa qualidade e que se enquadrem nas especificações da **ABNT** ou do Órgão Federal responsável. Caso os produtos não ofereçam as qualidades dos Órgãos Fiscalizadores, serão rejeitados, arcando a empresa com o ônus do fato e sob pena de aplicação das sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor;

6.3 Os produtos com prazo de validade remanescente a partir da data de entrega (quando o caso) não poderá ser inferior a 12 (doze) meses;

6.4 A empresa fornecedora assumirá a responsabilidade pela entrega que efetuar, de acordo com as especificações constantes do presente Edital e anexos, bem como da respectiva proposta, obedecendo ao Código de Defesa do Consumidor quanto as condições e qualidade dos materiais entregues;

6.11 A empresa efetuará a troca imediata do produto/material, objeto desta licitação, que estiver fora das especificações contidas na proposta ou que não atenda o padrão de qualidade exigido, ou em que se verifique vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para a adquirente;

CLÁUSULA SETIMA - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

7.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

7.2 Os fornecimentos dos produtos registrados neste instrumento serão efetuados através da Autorização de Fornecimento emitido pelo responsável de cada secretaria, vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, que deverá conter: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

7.3 A entrega do(s) produto(s) só estará caracterizada mediante a requisição assinada pelo servidor responsável da unidade administrativa requisitante, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

7.4 Os licitantes registrados na presente Ata de Registro de Preços estão obrigados a fornecer quantitativos superiores aos registrados em função do direito de acréscimos de até 25% de que trata o § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

8.1 São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Anexo I:

8.1.1 executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo I, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

8.1.2 A licitante contratada fica obrigada a exigir as requisições dos servidores responsáveis pelo controle, solicitação, recebimento e/ou retirada dos produtos, mediante requisição devidamente assinada pelo responsável da respectiva unidade administrativa.

8.1.3 Fornecer as quantidades nas condições estipuladas nesta Ata de Registro de Preço e no respectivo Termo Contratual e nas condições inserida nas Notas de Empenho iniciais e seguintes e nas requisições emitida pelas Secretaria Solicitante.

8.1.4 Emitir as Notas Fiscais nos Prazos para faturamento, conforme exigência do Edital.

8.1.5 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **PREFEITURA**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência à **PREFEITURA**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

8.1.6 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **PREFEITURA**, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;

8.1.7 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.1.8 A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste contrato não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

8.1.9 Possibilitar a **PREFEITURA** efetuar vistoria nos Produtos da **CONTRATADA** a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;

8.1.10 Comunicar imediatamente à **PREFEITURA** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.1.11 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.1.12 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **PREFEITURA;**

8.1.13 Indenizar terceiros e/ou a **PREFEITURA** mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.1.14 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para a **PREFEITURA**, toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo Máximo de 2 dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações ou, quando for o caso, da amostra, com o produto entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis;

8.1.15 Prestar garantia dos bens fornecidos, compreendendo qualquer alteração nos produtos;

8.1.16 Providenciar, de imediato, por sua conta e sem ônus para a **PREFEITURA,** a correção ou substituição, a critério da **PREFEITURA**, dos produtos/materiais que apresentarem alterações durante o período de garantia;

8.1.17 Garantir entrega dos produtos sempre que necessário;

8.1.18 Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais da **PREFEITURA**, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a aquisição dos produtos objeto do contrato;

8.1.19 Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos produtos até o(s) local (is) de entrega;

8.1.20 Informar nas embalagens de transporte do material, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: número da Ata de Registro de Preços e nº. e data da Ordem de Fornecimento;

8.1.21 Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da(s) quantidade(s) do(s) material(is) estimado(s) no Anexo II, de acordo com o art. 65, p. 1º da Lei 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia da **PREFEITURA;**

8.1.22 Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº. 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à **CONTRATADA.**

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

9.1 - Executar fielmente o objeto contratado e cumprir todas as orientações das Secretarias Municipais, para o fiel desempenho do fornecimento nas datas requeridas, observando sempre os critérios de qualidade e quantidade dos produtos a serem entregues, de acordo com as necessidades.

9.2 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação.

9.3. - Designar preposto durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que seja necessário.

9.4 - Entregar os produtos objeto deste Contrato, independentemente de quaisquer contratempos, ainda que haja necessidade de adquiri-los de seus concorrentes.

9.5 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem subcontratar qualquer parte do objeto do contrato, sem prévio consentimento, por escrito, da Secretaria Solicitante.

9.6 E ainda:

I - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a **PREFEITUR**A de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

II - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à **PREFEITURA** por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas à **PREFEITURA,** que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente;

9.7 A **CONTRATADA** autoriza a **PREFEITURA** a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

9.8 a ausência ou omissão da fiscalização da **PREFEITURA** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas nesta Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

10.1 Solicitar o fornecimento dos produtos/materiais, mediante requisição expedida e assinada pelo servidor responsável da respectiva unidade administrativa.

10.2 - Efetuar o pagamento pelo fornecimento dos produtos, na forma convencionada no Contrato, desde que atendidas as formalidades previstas nesta Ata e no Edital.

10.3 Fiscalizar a fiel observância das disposições do contrato através de servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização dos produtos/ materiais registrando em relatório as deficiências porventura existentes no fornecimento dos mesmos, notificando à Empresa, sobre as falhas, faltas e outras situações verificadas, determinando prazo para a regularização.

10.4 - Controlar as "Requisições de Fornecimento", relatando à empresa as eventuais ocorrências havidas no período de vigência do contrato, podendo solicitar documentação referente à procedência dos produtos ou análise sobre sua qualidade por Órgão Oficial ou a quem couber, sem ônus adicionais para a Secretaria.

10.5 Publicar o contrato, em resumo, no Órgão Oficial de Imprensa, bem como naquele que a legislação dispuser.

10.6 promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado à empresa contratada de acordo com a entrega dos mesmos ou conforme utilizado, através de ordem Bancária – ou por meio de cheque – em moeda corrente nacional, através do Banco do Brasil S/A, até o 5º(quinto) dia útil após cada mês vencido ou para o caso da integral da quantia empenhada, até o 5º dia útil após a entrega, mediante a apresentação de notas fiscais, devidamente certificada pela secretarias solicitantes, e de acordo com a quantidade de produtos entregues no período, observados a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93 e mediante documentação fiscal da Empresa (CND do INSS, CRF do FGTS e CND Negativa de débitos Municipal), Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com o respectivo material discriminado, conforme dispõe os Artigos 40, inciso XIV, "a", e 67, § 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

11.2 O período de pagamento será fixado por cada unidade administrativa e, compreende ao período das requisições emitidas (utilizadas/fornecidas), sobre as quais será destacada a nota fiscal e a está anexada, e será paga nos termos do subitem 12.1

11.3 Para a realização do pagamento será observado o fiel cumprimento do fornecimento nas condições acordadas, comparando-se os dados contidos na Nota Fiscal/Fatura com os registrados nas "Requisições de Fornecimento e Serviços".

11.4 Será procedida consulta "ON LINE" junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.6 Nenhum pagamento isentará o **FORNECEDOR** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

12.1 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

12.2 Os preços registrados na Ata de Registro de Preços não Poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei 8.666/93.

12.3 No Caso de solicitação de revisão de preço por parte do fornecedor, o mesmo deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço. Na análise da solicitação dentre outros critérios, Órgão Gerenciador adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil, índices setoriais adotado pelo Governo Federal.

12.4 Sendo Julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado e os propostos pelo licitante à época da realização deste certame licitatório.

12.5 A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até 15 (quinze) dias. Nesse período e vedado ao fornecedor interromper o fornecimento enquanto aguarda o tramite do processo de revisão de preços.

12.6 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

12.7 Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.8 Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamento e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

12.9 Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – adequação econômico-financeira.

12.10 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE** para determinado Item.

12.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Jornal de Grande Circulação ou Diário Oficial dos Municípios e no mural da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

13.1.1 Automaticamente:

a) por decurso do praza de vigência;

b) quando não restarem fornecedores registrados;

c) pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste quando caracterizado o interesse público.

13.1.2 a pedido, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrências de casos fortuitos ou de força maior.

13.1.3 por iniciativa da Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste, quando:

a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) perder qualquer condição de habilitação ou quantificação técnica exigida no processo licitatório;

c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

d) não cumprir obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) não comparecer ou se recusar a entregar no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de preço ou nos pedidos dela decorrentes;

13.2 O proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo especifica, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, edital ou instrumentos obrigacionais, caso não aceitas as razões do pedido.

13.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previsto, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao registro de preço.

13.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço de fornecedor, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Grande Circulação, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

14.1 Correrão por conta exclusiva do **FORNECEDOR:**

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o **FORNECEDOR** ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a **PREFEITURA**, por período não superior

a 2(dois) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

15.2 A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à **PREFEITURA.**

15.3 **A CONTRATADA** sujeitar-se-á à multa de 0,30% (trinta décimos de por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

15.4 No caso de atraso na entrega do produtos/material por mais de 30 (trinta) dias, a multa será de 20% sobre o valor do contrato e poderá a **PREFEITURA**, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a seu exclusivo critério, rescindir o contrato.

15.5 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a **CONTRATADA** descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à **PREFEITURA**;

b) se a **CONTRATADA** sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para-fiscais; c) se a **CONTRATADA** tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

15.6 A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da **CONTRATADA,** implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração **MUNICIPAL** e demais órgãos/entidades.

15.7 A falta de produto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a **CONTRATADA** das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

15.8 Ficará impedido de licitar e contratar com a administração púbica, pelo prazo de cinco anos, o licitante, que não celebrar o contrato dentro do prazo quando convocado, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, em conformidade com o Art. 7º da Lei 10.520/2002.

15.9 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

16.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na norma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 A aquisição dos artigos de que trata o Edital ocorrerá por conta na previsão do Orçamento do Município para o exercício de 2017, na LDO e na Lei do Plano Plurianual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18. 1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II integram está Ata, o Edital de Pregão nº 005/2017 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por item.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **PREFEITURA;**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 Para dirimir as questões oriundas deste contrato será competente a **COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE – MT**

19.2 E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Local e data

Santo Antônio do Leste 13 de novembro de 2017

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

F.B. BORGES EQUIPAMENTOS EIRELI-ME

CNPJ: 24.754.357/0001-23

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 061/2017 DO PREGÃO ELETRÔNICO 005/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 061/2017

´PREGÃO ELETRÔNICO 005/2017

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento, a **O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT,** Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua A, nº 367, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr**. Miguel Jose Brunetta,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n°: 1.427.577 SSP/PR, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda-CPF sob o nº. 326.034.369-53, residente e domiciliado à Rua: das Araras,que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇOS** Nº 005/2017, a classificação das propostas publicada no Diário Oficial dos Municípios/AMM ou Jornal de Grande Circulação, do processo 030/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações.

Fornecedor(a): HC SUPRIMENTOS LTDA-ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 17.951.624/0001-97, sediada na Rua 270, nº 303, bairro Meia Praia, CEP: 88220-000, Itapema/SC, , Fone: (47) 3344-2982. Neste ato representado pelo seu sócio administrador Valdoir Roberto Colli, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.128.300 expedida pela SSP/SC, CPF nº 605.365.359-49.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **Aquisição de Equipamentos e Materiais de Informática, Conforme o Termo de Referência,** de acordo com as especificações constantes nos anexos I do edital e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas em primeiro lugar por item, conforme consta nos autos do processo nº. 030/2017.

1.1.1 Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2. 1 A presente Ata terá validade máxima de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios ou Jornal de Grande Circulação e no mural da prefeitura, não prorrogável e, terá efeito enquanto a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, além das Unidades Administrativa/Secretaria, qualquer órgão ou entidade pertencente à esta jurisdição (município), que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitando no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n. 8666/93 e demais legislação pertinente.

3.2 O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é relativo ao objeto especificado no Edital e no Anexo I, de acordo com a respectiva classificação no **PREGÃO ELETRONICO nº 005/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

3.3 Para cada material/produtos de que trata está Ata, serão observadas, enquanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **PREGÃO ELETRONICO Nº. 005/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste – MT, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4 O preço a ser pago por item, discriminados os valores dos produtos unitariamente, será constante da proposta apresentada, no já mencionado Pregão, pelas empresas conforme ordem de classificação, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1 O gerenciamento (a) deste instrumento caberá à **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento**, no seu aspecto operacional, e Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

5.1 Os preços registrados, a especificação dos materiais/produtos, os quantitativos, constarão do quadro abaixo:

HC SUPRIMENTOS LTDA - ME						
ITEM	**DESCRIÇAO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTDE**	**MARCA**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
3	APARELHO TELEFONE SEM FIO SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	UNID	208	INTELBRAS	R$ 75,49	R$ 15.701,23
30	TONNER HP 83A - TONER	UNID	258	CHINAMTE	R$ 24,30	R$ 6.269,40
51	CARTUCHO HP DESIGNJET 111 Nº 11 - BLUE - CARTUCHO	UNID	71	CHINAMATE	R$ 44,33	R$ 3.147,66
52	CARTUCHO HP DESIGNJET 111 Nº 11 - MAGENTA - CARTUCHO	UNID	71	CHINAMATE	R$ 44,33	R$ 3.147,66
53	CARTUCHO HP DESIGNJET 111 Nº 11 - YELLOW - CARTUCHO	UNID	71	CHINAMATE	R$ 44,33	R$ 3.147,66
54	CARTUCHO HP DESIGNJET 111 Nº 85 - PRETO - CARTUCHO	UNID	51	CHINAMATE	R$ 114,33	R$ 5.831,00
75	MULTIFUNCIONAL JATO DE TINTA - FUNCOES: IMPRESSAO, COPIA E DIGITALIZAÇAO. INCLUI CONECTIVIDADE WIREES. VELOCIDADE DE IMPRESSAO PRETO: ISO ATE 8,5 PPM. VELOCIDADE DE IMPRESSAO COR: ATE 6PPM. CICLO TRABALHO MENSAL ATE 10000 PAGINAS. VOLUME MENSAL DE PAGINAS RECOMENDADO: 100 A 200. DRIVERS DE IMPRESSORA INCUIDO: HP PCL 3 GUI. QUALIDADE DE IMPRESSAO COR: 4800 X 1200 DPI DE ENTRADA. QUALIDADE DE IMPRESSAO PRETO: 1200 X 1200 DPI RENDERIZADOS. MONITOR: 7 SEGMENTOS + ICONE LCD. NUMERO DE CARTUCHOS DE IMPRESSAO: 2 (1 PRETO, 1 TRICOLOR). . SCANNER: TIPO DE BASE PLANA. FORMATOS ARQUIVOS DIGITALIZADOS: PDF, BMP,JPG, GIF, TIF, PNG. RESOLUCAO ATE 1200 DPI. COPIADORA: RESOLUCAO DA COPIA: ATE 600 X 300 PPP. CONFIGURACAO DE REDUCAO AMPLIACAO: 25 ATE 200%. COPIAS: ATE 9 COPIAS.CONEXOES: 01 X USB 2.0. VOLTAGEM: BIVOLT. CONSUMO DE ENERGIA: 10W MAXIMO.	UNID	55	HP	R$ 3.500,00	R$ 192.500,00
76	KIT TONER COLOR ORIGINAL - 130A = CF350A CF 351 CF 352 CF 353 IMPRESSORA LASERJET M176N M177FW M177 M176 KIT COMPLETO. CORES: PRETO, AZU, AMAREO E MAGENTA.	UNID	41	HP	R$ 699,95	R$ 28.697,95
77	CARTUCHO 664 PRETO ORIGINAL - HP DEKJET INK ADVANTAGE 1115. HP DEKJET INK ADVANTAGE 2136 AL IN ONE. HP DEKJET INK ADVANTAGE 3636 AL IN ONE. HP DEKJET INK ADVANTAGE 3836 AL IN ONE. HP DEKJET INK ADVANTAGE 4536 AL IN ONE. HP DEKJET INK ADVANTAGE 4676 AL IN ONE.	UNID	130	HP	R$ 41,35	R$ 5.375,58
96	CARTUCHO 662 PRETO GABINETE DO PREFEITO	UNID	40	CHINAMATE	R$ 36,59	R$ 1.463,60
					VALOR TOTAL	**R$ 265.281,75**

Para fins de aditamentos, acréscimos ou supressões, o valor do presente instrumento é de R$ 265.281,75 (duzentos e sessenta e cinco mil duzentos e oitenta e um reais e setenta e cinco centavos).

CLÁUSULA SEXTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO:

6.1 Prazo de entrega: O fornecedor cujo preço estiver registrado em Ata terá 05 (cinco) dias, contados a partir da data e horário de recebimento da requisição de materiais/produtos emitido pela unidade **CONTRATANTE,** para entrega no almoxarifado central e no estabelecimento da empresa vencedora. Contrato de vigência prevista para 12 (doze) meses.

6.1 A entrega do objeto da presente licitação deverá ocorrer no de forma parcial conforme solicitação do setor competente no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, sendo a entrega em dia útil, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Localizado na rua A, Jardim Santa Inês, n.º 367, nesta Cidade de Santo Antônio do Leste Estado de Mato Grosso, no horário de 07h00min as 11h00min e das 13h00min às 17h00min, observando-se a conformidade dos produtos com as especificações contidas no Anexo I deste Instrumento Convocatório.

6.2 Os produtos a serem entregue devem obrigatoriamente ser de primeira qualidade, de procedência de laboratório de boa qualidade e que se enquadrem nas especificações da **ABNT** ou do Órgão Federal responsável. Caso os produtos não ofereçam as qualidades dos Órgãos Fiscalizadores, serão rejeitados, arcando a empresa com o ônus do fato e sob pena de aplicação das sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor;

6.3 Os produtos com prazo de validade remanescente a partir da data de entrega (quando o caso) não poderá ser inferior a 12 (doze) meses;

6.4 A empresa fornecedora assumirá a responsabilidade pela entrega que efetuar, de acordo com as especificações constantes do presente Edital e anexos, bem como da respectiva proposta, obedecendo ao Código de Defesa do Consumidor quanto as condições e qualidade dos materiais entregues;

6.11 A empresa efetuará a troca imediata do produto/material, objeto desta licitação, que estiver fora das especificações contidas na proposta ou que não atenda o padrão de qualidade exigido, ou em que se verifique vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para a adquirente;

CLÁUSULA SETIMA - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

7.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

7.2 Os fornecimentos dos produtos registrados neste instrumento serão efetuados através da Autorização de Fornecimento emitido pelo responsável de cada secretaria, vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, que deverá conter: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

7.3 A entrega do(s) produto(s) só estará caracterizada mediante a requisição assinada pelo servidor responsável da unidade administrativa requisitante, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

7.4 Os licitantes registrados na presente Ata de Registro de Preços estão obrigados a fornecer quantitativos superiores aos registrados em função do direito de acréscimos de até 25% de que trata o § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

8.1 São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Anexo I:

8.1.1 executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo I, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

8.1.2 A licitante contratada fica obrigada a exigir as requisições dos servidores responsáveis pelo controle, solicitação, recebimento e/ou retirada dos produtos, mediante requisição devidamente assinada pelo responsável da respectiva unidade administrativa.

8.1.3 Fornecer as quantidades nas condições estipuladas nesta Ata de Registro de Preço e no respectivo Termo Contratual e nas condições inserida nas Notas de Empenho iniciais e seguintes e nas requisições emitida pelas Secretaria Solicitante.

8.1.4 Emitir as Notas Fiscais nos Prazos para faturamento, conforme exigência do Edital.

8.1.5 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **PREFEITURA**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência à **PREFEITURA**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

8.1.6 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **PREFEITURA**, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;

8.1.7 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.1.8 A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste contrato não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

8.1.9 Possibilitar a **PREFEITURA** efetuar vistoria nos Produtos da **CONTRATADA** a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;

8.1.10 Comunicar imediatamente à **PREFEITURA** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.1.11 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.1.12 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **PREFEITURA;**

8.1.13 Indenizar terceiros e/ou a **PREFEITURA** mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.1.14 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para a **PREFEITURA**, toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo Máximo de 2 dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações ou, quando for o caso, da amostra, com o produto entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis;

8.1.15 Prestar garantia dos bens fornecidos, compreendendo qualquer alteração nos produtos;

8.1.16 Providenciar, de imediato, por sua conta e sem ônus para a **PREFEITURA,** a correção ou substituição, a critério da **PREFEITURA**, dos produtos/materiais que apresentarem alterações durante o período de garantia;

8.1.17 Garantir entrega dos produtos sempre que necessário;

8.1.18 Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais da **PREFEITURA**, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a aquisição dos produtos objeto do contrato;

8.1.19 Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos produtos até o(s) local (is) de entrega;

8.1.20 Informar nas embalagens de transporte do material, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: número da Ata de Registro de Preços e nº. e data da Ordem de Fornecimento;

8.1.21 Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da(s) quantidade(s) do(s) material(is) estimado(s) no Anexo II, de acordo com o art. 65, p. 1º da Lei 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia da **PREFEITURA;**

8.1.22 Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº. 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à **CONTRATADA.**

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

9.1 - Executar fielmente o objeto contratado e cumprir todas as orientações das Secretarias Municipais, para o fiel desempenho do fornecimento nas datas requeridas, observando sempre os critérios de qualidade e quantidade dos produtos a serem entregues, de acordo com as necessidades.

9.2 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação.

9.3. - Designar preposto durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que seja necessário.

9.4 - Entregar os produtos objeto deste Contrato, independentemente de quaisquer contratempos, ainda que haja necessidade de adquiri-los de seus concorrentes.

9.5 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem subcontratar qualquer parte do objeto do contrato, sem prévio consentimento, por escrito, da Secretaria Solicitante.

9.6 E ainda:

I - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a **PREFEITUR**A de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

II - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à **PREFEITURA** por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas à **PREFEITURA,** que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente;

9.7 A **CONTRATADA** autoriza a **PREFEITURA** a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

9.8 a ausência ou omissão da fiscalização da **PREFEITURA** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas nesta Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

10.1 Solicitar o fornecimento dos produtos/materiais, mediante requisição expedida e assinada pelo servidor responsável da respectiva unidade administrativa.

10.2 - Efetuar o pagamento pelo fornecimento dos produtos, na forma convencionada no Contrato, desde que atendidas as formalidades previstas nesta Ata e no Edital.

10.3 Fiscalizar a fiel observância das disposições do contrato através de servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização dos produtos/materiais registrando em relatório as deficiências porventura existentes no fornecimento dos mesmos, notificando à Empresa, sobre as falhas, faltas e outras situações verificadas, determinando prazo para a regularização.

10.4 - Controlar as “Requisições de Fornecimento”, relatando à empresa as eventuais ocorrências havidas no período de vigência do contrato, podendo solicitar documentação referente à procedência dos produtos ou análise sobre sua qualidade por Órgão Oficial ou a quem couber, sem ônus adicionais para a Secretaria.

10.5 Publicar o contrato, em resumo, no Órgão Oficial de Imprensa, bem como naquele que a legislação dispuser.

10.6 promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado à empresa contratada de acordo com a entrega dos mesmos ou conforme utilizado, através de ordem Bancária – ou por meio de cheque – em moeda corrente nacional, através do Banco do Brasil S/A, até o 5º(quinto) dia útil após cada mês vencido ou para o caso da integral da quantia empenhada, até o 5º dia útil após a entrega, mediante a apresentação de notas fiscais, devidamente certificada pela secretarias solicitantes, e de acordo com a quantidade de produtos entregues no período, observados a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93 e mediante documentação fiscal da Empresa (CND do INSS, CRF do FGTS e CND Negativa de débitos Municipal), Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com o respectivo material discriminado, conforme dispõe os Artigos 40, inciso XIV, “a”, e 67, § 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

11.2 O período de pagamento será fixado por cada unidade administrativa e, compreende ao período das requisições emitidas (utilizadas/fornecidas), sobre as quais será destacada a nota fiscal e a está anexada, e será paga nos termos do subitem 12.1

11.3 Para a realização do pagamento será observado o fiel cumprimento do fornecimento nas condições acordadas, comparando-se os dados contidos na Nota Fiscal/Fatura com os registrados nas “Requisições de Fornecimento e Serviços”.

11.4 Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.6 Nenhum pagamento isentará o **FORNECEDOR** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

12.1 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

12.2 Os preços registrados na Ata de Registro de Preços não Poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei 8.666/93.

12.3 No Caso de solicitação de revisão de preço por parte do fornecedor, o mesmo deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço. Na análise da solicitação dentre outros critérios, Órgão Gerenciador adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil, índices setoriais adotado pelo Governo Federal.

12.4 Sendo Julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado e os propostos pelo licitante à época da realização deste certame licitatório.

12.5 A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até 15 (quinze) dias. Nesse período e vedado ao fornecedor interromper o fornecimento enquanto aguarda o tramite do processo de revisão de preços.

12.6 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

12.7 Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.8 Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamento e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

12.9 Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – adequação econômico-financeira.

12.10 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE** para determinado Item.

12.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Jornal de Grande Circulação ou Diário Oficial dos Municípios e no mural da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

13.1.1 Automaticamente:

a) por decurso do praza de vigência;

b) quando não restarem fornecedores registrados;

c) pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste quando caracterizado o interesse público.

13.1.2 a pedido, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrências de casos fortuitos ou de força maior.

13.1.3 por iniciativa da Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste, quando:

a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) perder qualquer condição de habilitação ou quantificação técnica exigida no processo licitatório;

c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

d) não cumprir obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) não comparecer ou se recusar a entregar no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de preço ou nos pedidos dela decorrentes;

13.2 O proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo especifica, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, edital ou instrumentos obrigacionais, caso não aceitas as razões do pedido.

13.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previsto, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao registro de preço.

13.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço de fornecedor, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Grande Circulação, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

14.1 Correrão por conta exclusiva do **FORNECEDOR:**

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o **FORNECEDOR** ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a **PREFEITURA**, por período não superior

a 2(dois) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

15.2 A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à **PREFEITURA.**

15.3 **A CONTRATADA** sujeitar-se-á à multa de 0,30% (trinta décimos de por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

15.4 No caso de atraso na entrega do produtos/material por mais de 30 (trinta) dias, a multa será de 20% sobre o valor do contrato e poderá a **PREFEITURA**, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a seu exclusivo critério, rescindir o contrato.

15.5 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a **CONTRATADA** descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à **PREFEITURA**;

b) se a **CONTRATADA** sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para-fiscais; c) se a **CONTRATADA** tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

15.6 A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da **CONTRATADA,** implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração **MUNICIPAL** e demais órgãos/entidades.

15.7 A falta de produto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a **CONTRATADA** das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

15.8 Ficará impedido de licitar e contratar com a administração púbica, pelo prazo de cinco anos, o licitante, que não celebrar o contrato dentro do prazo quando convocado, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, em conformidade com o Art. 7º da Lei 10.520/2002.

15.9 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

16.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na norma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 A aquisição dos artigos de que trata o Edital ocorrerá por conta na previsão do Orçamento do Município para o exercício de 2017, na LDO e na Lei do Plano Plurianual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18. 1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II integram está Ata, o Edital de Pregão nº 005/2017 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por item.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **PREFEITURA;**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 Para dirimir as questões oriundas deste contrato será competente a **COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE – MT**

19.2 E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Local e data

Santo Antônio do Leste 13 de novembro de 2017

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

HC SUPRIMENTOS LTDA-ME

CNPJ: 17.951.624/0001-97

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 060/2017 DO PREGÃO ELETRÔNICO 005/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 060/2017

´PREGÃO ELETRÔNICO 005/2017

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento, a **O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT,** Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua A, nº 367, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr**. Miguel Jose Brunetta,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n°: 1.427.577 SSP/PR, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda-CPF sob o nº. 326.034.369-53, residente e domiciliado à Rua: das Araras,que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇOS** Nº 005/2017, a classificação das propostas publicada no Diário Oficial dos Municípios/AMM ou Jornal de Grande Circulação, do processo 030/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações.

Fornecedor(a): TECTONER DO BRASIL LTDA-EPP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 03.209.573/0001-18, sediada na Rua Comandante Costa, nº 814, bairro Centro, CEP: 78005-400, Cuiabá/MT, , Fone: (65) 3322-0450. Neste ato representado pelo seu proprietário Raul César Salvador, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 6.844.663-5 expedida pela SSP/PR, CPF nº 027.941.569-93.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **Aquisição de Equipamentos e Materiais de Informática, Conforme o Termo de Referência,** de acordo com as especificações constantes nos anexos I do edital e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas em primeiro lugar por item, conforme consta nos autos do processo nº. 030/2017.

1.1.1 Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2. 1 A presente Ata terá validade máxima de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios ou Jornal de Grande Circulação e no mural da prefeitura, não prorrogável e, terá efeito enquanto a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, além das Unidades Administrativa/Secretaria, qualquer órgão ou entidade pertencente à esta jurisdição (município), que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitando no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n. 8666/93 e demais legislação pertinente.

3.2 O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é relativo ao objeto especificado no Edital e no Anexo I, de acordo com a respectiva classificação no **PREGÃO ELETRONICO nº 005/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

3.3 Para cada material/produtos de que trata está Ata, serão observadas, enquanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **PREGÃO ELETRONICO Nº. 005/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste – MT, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4 O preço a ser pago por item, discriminados os valores dos produtos unitariamente, será constante da proposta apresentada, no já mencionado Pregão, pelas empresas conforme ordem de classificação, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1 O gerenciamento (a) deste instrumento caberá à **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento**, no seu aspecto operacional, e Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

5.1 Os preços registrados, a especificação dos materiais/produtos, os quantitativos, constarão do quadro abaixo:

TECTONER DO BRASIL LTDA - ME						
ITEM	**DESCRIÇAO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTDE**	**MARCA**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
6	CILINDRO BROTHER 1060	UNID	240	PREMIUM	R$ 73,00	R$ 17.520,00
28	TONNER 1080 - TONER	UNID	308	PREMIUM	R$ 62,00	R$ 19.096,00
31	TONNER HP 85A - TONER	UNID	338	PREMIUM	R$ 39,90	R$ 13.486,20
43	CARTUCHO 60 COLOR	UNID	80	MICROJET	R$ 60,00	R$ 4.799,60
					VALOR TOTAL	**R$ 54.901,80**

Para fins de aditamentos, acréscimos ou supressões, o valor do presente instrumento é de R$ 54.901,80 (cinquenta e quatro mil novecentos e um reais e oitenta centavos).

CLÁUSULA SEXTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO:

6.1 Prazo de entrega: O fornecedor cujo preço estiver registrado em Ata terá 05 (cinco) dias, contados a partir da data e horário de recebimento da requisição de materiais/produtos emitido pela unidade **CONTRATANTE,** para entrega no almoxarifado central e no estabelecimento da empresa vencedora. Contrato de vigência prevista para 12 (doze) meses.

6.1 A entrega do objeto da presente licitação deverá ocorrer no de forma parcial conforme solicitação do setor competente no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, sendo a entrega em dia útil, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Localizado na rua A, Jardim Santa Inês, n.º 367, nesta Cidade de Santo Antônio do Leste Estado de Mato Grosso, no horário de 07h00min as 11h00min e das 13h00min às 17h00-min, observando-se a conformidade dos produtos com as especificações contidas no Anexo I deste Instrumento Convocatório.

6.2 Os produtos a serem entregue devem obrigatoriamente ser de primeira qualidade, de procedência de laboratório de boa qualidade e que se enquadrem nas especificações da **ABNT** ou do Órgão Federal responsável. Caso os produtos não ofereçam as qualidades dos Órgãos Fiscalizadores, serão rejeitados, arcando a empresa com o ônus do fato e sob pena de aplicação das sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor;

6.3 Os produtos com prazo de validade remanescente a partir da data de entrega (quando o caso) não poderá ser inferior a 12 (doze) meses;

6.4 A empresa fornecedora assumirá a responsabilidade pela entrega que efetuar, de acordo com as especificações constantes do presente Edital e anexos, bem como da respectiva proposta, obedecendo ao Código de Defesa do Consumidor quanto as condições e qualidade dos materiais entregues;

6.11 A empresa efetuará a troca imediata do produto/material, objeto desta licitação, que estiver fora das especificações contidas na proposta ou que não atenda o padrão de qualidade exigido, ou em que se verifique vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para a adquirente;

CLÁUSULA SETIMA - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

7.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

7.2 Os fornecimentos dos produtos registrados neste instrumento serão efetuados através da Autorização de Fornecimento emitido pelo responsável de cada secretaria, vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, que deverá conter: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

7.3 A entrega do(s) produto(s) só estará caracterizada mediante a requisição assinada pelo servidor responsável da unidade administrativa requisitante, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

7.4 Os licitantes registrados na presente Ata de Registro de Preços estão obrigados a fornecer quantitativos superiores aos registrados em função do direito de acréscimos de até 25% de que trata o § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

8.1 São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Anexo I:

8.1.1 executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo I, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

8.1.2 A licitante contratada fica obrigada a exigir as requisições dos servidores responsáveis pelo controle, solicitação, recebimento e/ou retirada dos produtos, mediante requisição devidamente assinada pelo responsável da respectiva unidade administrativa.

8.1.3 Fornecer as quantidades nas condições estipuladas nesta Ata de Registro de Preço e no respectivo Termo Contratual e nas condições inserida nas Notas de Empenho iniciais e seguintes e nas requisições emitida pelas Secretaria Solicitante.

8.1.4 Emitir as Notas Fiscais nos Prazos para faturamento, conforme exigência do Edital.

8.1.5 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **PREFEITURA**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência à **PREFEITURA**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

8.1.6 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **PREFEITURA**, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;

8.1.7 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.1.8 A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste contrato não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

8.1.9 Possibilitar a **PREFEITURA** efetuar vistoria nos Produtos da **CONTRATADA** a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;

8.1.10 Comunicar imediatamente à **PREFEITURA** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.1.11 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.1.12 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **PREFEITURA;**

8.1.13 Indenizar terceiros e/ou a **PREFEITURA** mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.1.14 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para a **PREFEITURA**, toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo Máximo de 2 dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações ou, quando for o caso, da amostra, com o produto entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis;

8.1.15 Prestar garantia dos bens fornecidos, compreendendo qualquer alteração nos produtos;

8.1.16 Providenciar, de imediato, por sua conta e sem ônus para a **PREFEITURA,** a correção ou substituição, a critério da **PREFEITURA**, dos produtos/materiais que apresentarem alterações durante o período de garantia;

8.1.17 Garantir entrega dos produtos sempre que necessário;

8.1.18 Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais da **PREFEITURA**, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a aquisição dos produtos objeto do contrato;

8.1.19 Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos produtos até o(s) local (is) de entrega;

8.1.20 Informar nas embalagens de transporte do material, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: número da Ata de Registro de Preços e nº. e data da Ordem de Fornecimento;

8.1.21 Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da(s) quantidade(s) do(s) material(is) estimado(s) no Anexo II, de acordo com o art. 65, p. 1º da Lei 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia da **PREFEITURA;**

8.1.22 Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº. 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à **CONTRATADA.**

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

9.1 - Executar fielmente o objeto contratado e cumprir todas as orientações das Secretarias Municipais, para o fiel desempenho do fornecimento nas datas requeridas, observando sempre os critérios de qualidade e quantidade dos produtos a serem entregues, de acordo com as necessidades.

9.2 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação.

9.3. - Designar preposto durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que seja necessário.

9.4 - Entregar os produtos objeto deste Contrato, independentemente de quaisquer contratempos, ainda que haja necessidade de adquiri-los de seus concorrentes.

9.5 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem subcontratar qualquer parte do objeto do contrato, sem prévio consentimento, por escrito, da Secretaria Solicitante.

9.6 E ainda:

I - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a **PREFEITUR**A de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

II - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à **PREFEITURA** por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas à **PREFEITURA,** que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente;

9.7 A **CONTRATADA** autoriza a **PREFEITURA** a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

9.8 a ausência ou omissão da fiscalização da **PREFEITURA** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas nesta Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

10.1 Solicitar o fornecimento dos produtos/materiais, mediante requisição expedida e assinada pelo servidor responsável da respectiva unidade administrativa.

10.2 - Efetuar o pagamento pelo fornecimento dos produtos, na forma convencionada no Contrato, desde que atendidas as formalidades previstas nesta Ata e no Edital.

10.3 Fiscalizar a fiel observância das disposições do contrato através de servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização dos produtos/materiais registrando em relatório as deficiências porventura existentes no fornecimento dos mesmos, notificando à Empresa, sobre as falhas, faltas e outras situações verificadas, determinando prazo para a regularização.

10.4 - Controlar as “Requisições de Fornecimento”, relatando à empresa as eventuais ocorrências havidas no período de vigência do contrato, podendo solicitar documentação referente à procedência dos produtos ou análise sobre sua qualidade por Órgão Oficial ou a quem couber, sem ônus adicionais para a Secretaria.

10.5 Publicar o contrato, em resumo, no Órgão Oficial de Imprensa, bem como naquele que a legislação dispuser.

10.6 promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado à empresa contratada de acordo com a entrega dos mesmos ou conforme utilizado, através de ordem Bancária – ou por meio de cheque – em moeda corrente nacional, através do Banco do Brasil S/A, até o 5º(quinto) dia útil após cada mês vencido ou para o caso

da integral da quantia empenhada, até o 5º dia útil após a entrega, mediante a apresentação de notas fiscais, devidamente certificada pela secretarias solicitantes, e de acordo com a quantidade de produtos entregues no período, observados a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93 e mediante documentação fiscal da Empresa (CND do INSS, CRF do FGTS e CND Negativa de débitos Municipal), Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com o respectivo material discriminado, conforme dispõe os Artigos 40, inciso XIV, "a", e 67, § 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

11.2 O período de pagamento será fixado por cada unidade administrativa e, compreende ao período das requisições emitidas (utilizadas/fornecidas), sobre as quais será destacada a nota fiscal e a está anexada, e será paga nos termos do subitem 12.1

11.3 Para a realização do pagamento será observado o fiel cumprimento do fornecimento nas condições acordadas, comparando-se os dados contidos na Nota Fiscal/Fatura com os registrados nas "Requisições de Fornecimento e Serviços".

11.4 Será procedida consulta "ON LINE" junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.6 Nenhum pagamento isentará o **FORNECEDOR** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

12.1 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

12.2 Os preços registrados na Ata de Registro de Preços não Poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei 8.666/93.

12.3 No Caso de solicitação de revisão de preço por parte do fornecedor, o mesmo deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço. Na análise da solicitação dentre outros critérios, Órgão Gerenciador adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil, índices setoriais adotado pelo Governo Federal.

12.4 Sendo Julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado e os propostos pelo licitante à época da realização deste certame licitatório.

12.5 A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até 15 (quinze) dias. Nesse período e vedado ao fornecedor interromper o fornecimento enquanto aguarda o tramite do processo de revisão de preços.

12.6 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

12.7 Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.8 Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamento e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

12.9 Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – adequação econômico-financeira.

12.10 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE** para determinado Item.

12.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Jornal de Grande Circulação ou Diário Oficial dos Municípios e no mural da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

13.1.1 Automaticamente:

a) por decurso do praza de vigência;

b) quando não restarem fornecedores registrados;

c) pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste quando caracterizado o interesse público.

13.1.2 a pedido, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrências de casos fortuitos ou de força maior.

13.1.3 por iniciativa da Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste, quando:

a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) perder qualquer condição de habilitação ou quantificação técnica exigida no processo licitatório;

c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

d) não cumprir obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) não comparecer ou se recusar a entregar no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de preço ou nos pedidos dela decorrentes;

13.2 O proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo especifica, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, edital ou instrumentos obrigacionais, caso não aceitas as razões do pedido.

13.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previsto, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao registro de preço.

13.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço de fornecedor, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Grande Circulação, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

14.1 Correrão por conta exclusiva do **FORNECEDOR:**

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o **FORNECEDOR** ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a **PREFEITURA**, por período não superior

a 2(dois) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

15.2 A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à **PREFEITURA.**

15.3 **A CONTRATADA** sujeitar-se-á à multa de 0,30% (trinta décimos de por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

15.4 No caso de atraso na entrega do produtos/material por mais de 30 (trinta) dias, a multa será de 20% sobre o valor do contrato e poderá a **PREFEITURA**, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a seu exclusivo critério, rescindir o contrato.

15.5 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a **CONTRATADA** descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à **PREFEITURA**;

b) se a **CONTRATADA** sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para-fiscais; c) se a **CONTRATADA** tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

15.6 A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da **CONTRATADA,** implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração **MUNICIPAL** e demais órgãos/entidades.

15.7 A falta de produto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a **CONTRATADA** das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

15.8 Ficará impedido de licitar e contratar com a administração púbica, pelo prazo de cinco anos, o licitante, que não celebrar o contrato dentro do prazo quando convocado, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, em conformidade com o Art. 7º da Lei 10.520/2002.

15.9 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

16.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na norma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 A aquisição dos artigos de que trata o Edital ocorrerá por conta na previsão do Orçamento do Município para o exercício de 2017, na LDO e na Lei do Plano Plurianual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18. 1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II integram está Ata, o Edital de Pregão nº 005/2017 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por item.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **PREFEITURA;**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 Para dirimir as questões oriundas deste contrato será competente a **COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE – MT**

19.2 E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Local e data

Santo Antônio do Leste 13 de novembro de 2017

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TECTONER DO BRASIL LTDA-EPP

CNPJ: 03.209.573/0001-18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 058/2017 DO PREGÃO ELETRÔNICO 005/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 058/2017

´PREGÃO ELETRÔNICO 005/2017

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento, a **O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT,** Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua A, nº 367, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr**. Miguel Jose Brunetta,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n°: 1.427.577 SSP/PR, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda-CPF sob o nº. 326.034.369-53, residente e domiciliado à Rua: das Araras,que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇOS** Nº 005/2017, a classificação das propostas publicada no Diário Oficial dos Municípios/AMM ou Jornal de Grande Circulação, do processo 030/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações.

Fornecedor(a): OLMI INFORMATICA LTDA EPP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 00.789.321/0001-17, sediada na Av. Mato Grosso, nº 92, lote RT 1C módulo 02, bairro Centro, Juína/MT, CEP: 78.320-000, Fone: (66) 3566-1240. Neste ato representado pelo seu sócio proprietário Holmes Henrique Ioris, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 1679811-2 expedida pela SSP/MT, CPF nº 017.282.171-13.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **Aquisição de Equipamentos e Materiais de Informática, Conforme o Termo de Referência,** de acordo com as especificações constantes nos anexos I do edital e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas em primeiro lugar por item, conforme consta nos autos do processo nº. 030/2017.

1.1.1 Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2. 1 A presente Ata terá validade máxima de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios ou Jornal de Grande Circulação e no mural da prefeitura, não prorrogável e, terá efeito enquanto a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, além das Unidades Administrativa/Secretaria, qualquer órgão ou entidade pertencente à esta jurisdição (município), que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitando no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n. 8666/93 e demais legislação pertinente.

3.2 O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é relativo ao objeto especificado no Edital e no Anexo I, de acordo com a respectiva classificação no **PREGÃO ELETRONICO nº 005/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

3.3 Para cada material/produtos de que trata está Ata, serão observadas, enquanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **PREGÃO ELETRONICO Nº. 005/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste – MT, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4 O preço a ser pago por item, discriminados os valores dos produtos unitariamente, será constante da proposta apresentada, no já mencionado Pregão, pelas empresas conforme ordem de classificação, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1 O gerenciamento (a) deste instrumento caberá à **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento**, no seu aspecto operacional, e Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

5.1 Os preços registrados, a especificação dos materiais/produtos, os quantitativos, constarão do quadro abaixo:

OLMI INFORMATICA LTDA - EPP						
ITEM	**DESCRIÇAO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTDE**	**MARCA**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
39	MULTIFUNCIONAL LASERJET PRO PRETO - IMPRIMIR, COPIAR, DIGITALIZAR. TECNOLOGIA DE IMPRESSAO LASER. VELOCIDADE DE IMPRESSAO: ATE 20PPM. VEOCIDADE DE COPIA: ATE 20 CPM. RESOLUCAO D EIMPRESSAO: ATE 600 X 600DPI. RESOLUCAO DE COPIA ATE 300 X 300 DPI.RESOLUCAO DIGITALIZACAO: ATE 1200 X 1200 DPI. MEMORIA PADRAO: 128MB. PROCESSADOR: 600MHZ. VISOR: TELA DE LED NUMERICA DE 2 DIGITOS, 7 LUZES INDICADORA DE LED. CONEXAO: PORTA USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE. VOLTAGEM: 110V. IMPRESSAO: FRENTE E VERSO MANUAL. TONER PARA REPOSICAO: CF283A CARTUCHO DE TONER LASERJET PRETO 83S ORIGINAL (1500 PAGINAS PADRAO)	UNID	70	HP/ M130W	R$ 1. 899,00	R$ 132. 930,00
42	IMPRESSORA LASERJET - IMPRESSORA TONER RENDE ATE 1500 PAGINAS, IMPRESSORA DE BAIXO CUSTO. PRODUTO IMPORTADO, NAO POSSUI NF-E. GARANTIA DE ATE 30 DIAS(DEVOLUCAO DO VALOR PAGO). DADOS DO PRODUTO: IMPRESSORA MONOCROMATICA COM VEOCIDADE DE IMPRESSAO ATE 18PPM E CONEXAO USB. IMPRESSORA LASER. IMPRESSAO: ATE 8,5 SEGUNDOS. RESOLUCAO: ATE 600 X 600 X2 DPI. CILCO TRABAHO MENSAL: 5000 PAGINAS. VOLUME MENSAL DE PAGINAS RECOMENDADA: 250 ATE 1500. CONECTIVIDADE: VELOCIDADE DO PROCESSADOR: 266MHZ. CONECTIVIDADE PADRAO: 1HI SPEDD USB 2.0. REQUISITOS DO SISTEMA: WINDOWS 32/64BITS: 1GB DE RAM. WINDOWS XP, SERVER 2008, SERVER 2003 512MB DE RAM. TODOS OS SISTEMAS: 350MB DE ESPACO LIVRE EM DISCO, UNIDADE CD ROM PORTA USB. ENERGIA: ALIMENTACAO: TENSAO DE ENTRADA 115 A 127 VCA (+/- 10%) 60HZ (+/-2HZ), 12 AMPERES. CARTUCHO DE REPOSICAO: TONER PRETO 85A LASERJET (CE285A)	UNID	30	HP/ M102W	R$ 1. 210,00	R$ 36. 300,00
48	ANTENA OMNIDIRECIONAL 2.4 GHZ 15 DBI MM24150 AQUARIO	UNID	2	AQUARIO/ MM24150	R$ 1. 800,00	R$ 3. 600,00
49	CAMERA FOTOGRAFICA - SENSOR CCD DE 20.2 MEGAPIXELS, GRAVA VÍDEOS EM HD (720P), LCD 3,0", ZOOM OTICO 26X (22,5-585MM) SISTEMA DE ESTABILIZAÇÃO DE IMAGEM (VR) 19 MODOS DE CENA FÁCEIS DE USAR SISTEMA VR DE ESTABILIZAÇÃO DA LENTE SENSIBILIDADE ISO: 80-1.600 RESOLUÇÃO DE VÍDEO VGA 640X480/ 30P MICROFONE EMBUTIDO (MONO) ALIMENTAÇÃO: 4 PILHAS AA COR: PRETA ACOMPANHA CARTÃO SD DE 4GB	UNID	6	SONY/ W800	R$ 1. 100,00	R$ 6. 600,00
58	DATASHOW - PROJETOR DATA SHOW, 3500 LUMENS, 1024X768 XGA - V11H553022	UNID	14	ACER/ X127H	R$ 2. 365,00	R$ 33. 110,00
91	MONITOR 24" - TAMANHO DO PAINEL: 24" WIDESCREEN (PAINEL LED LCD) FREQUÊNCIA DO PAINEL: 144HZ PIXEL PITCH: 0,277MM BRILHO: 350 CD/M2 RELAÇÃO DE CONTRASTE (DINAMICO): 80,000.000:1 TEMPO DE RESPOSTA: 1 MS ÂNGULO DE VISÃO HORIZONTAL: 170º ÂNGULO DE VISÃO VERTICAL : 160º FREQUÊNCIA DE VARREDURA HORIZONTAL: 30 - 140 KHZ FREQUÊNCIA DE VARREDURA VERTICAL: 56 - 120 HZ LARGURA DE BANDA: 170 MHZ RESOLUÇÃO MÁXIMA: 1920 X 1080 @ 144 HZ (FULL HD) RESOLUÇÃO RECOMENDADA: 1920 X 1080 @ 120 HZ (FULL HD) SUPORTE DE CORES: 16.7 M CONECTORES: VGA , DVI-DUAL LINK , HDMI , MHL-HDMI , DISPLAYPORT 1.2, USB3.0 X4 , SMARTKEYPAD CONSUMO: LIGADO < 25,9 WATTS (TÍPICO), STAND BY< 0,5 WATT ALTO-FALANTES: NÃO FONTE: INTERNA - 100~240V - 50/60 HZ PLUG& PLAY: SIM ENERGY STAR: SIM (EPA)	UNID	1	ACER/ X246HL	R$ 1. 200,00	R$ 1. 200,00
					VALOR TOTAL	**R$ 213. 740,00**

Para fins de aditamentos, acréscimos ou supressões, o valor do presente instrumento é de R$ 213.740,00 (duzentos e treze mil setecentos e quarenta reais).

CLÁUSULA SEXTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO:

6.1 Prazo de entrega: O fornecedor cujo preço estiver registrado em Ata terá 05 (cinco) dias, contados a partir da data e horário de recebimento da requisição de materiais/produtos emitido pela unidade **CONTRATANTE,** para entrega no almoxarifado central e no estabelecimento da empresa vencedora. Contrato de vigência prevista para 12 (doze) meses.

6.1 A entrega do objeto da presente licitação deverá ocorrer no de forma parcial conforme solicitação do setor competente no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, sendo a entrega em dia útil, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Localizado na rua A, Jardim Santa Inês, n.º 367, nesta Cidade de Santo Antônio do Leste Estado de Mato Grosso, no horário de 07h00min as 11h00min e das 13h00min às 17h00min, observando-se a conformidade dos produtos com as especificações contidas no Anexo I deste Instrumento Convocatório.

6.2 Os produtos a serem entregue devem obrigatoriamente ser de primeira qualidade, de procedência de laboratório de boa qualidade e que se enquadrem nas especificações da **ABNT** ou do Órgão Federal responsável. Caso os produtos não ofereçam as qualidades dos Órgãos Fiscalizadores, serão rejeitados, arcando a empresa com o ônus do fato e sob pena de aplicação das sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor;

6.3 Os produtos com prazo de validade remanescente a partir da data de entrega (quando o caso) não poderá ser inferior a 12 (doze) meses;

6.4 A empresa fornecedora assumirá a responsabilidade pela entrega que efetuar, de acordo com as especificações constantes do presente Edital e anexos, bem como da respectiva proposta, obedecendo ao Código de Defesa do Consumidor quanto as condições e qualidade dos materiais entregues;

6.11 A empresa efetuará a troca imediata do produto/material, objeto desta licitação, que estiver fora das especificações contidas na proposta ou que não atenda o padrão de qualidade exigido, ou em que se verifique vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para a adquirente;

CLÁUSULA SETIMA - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

7.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

7.2 Os fornecimentos dos produtos registrados neste instrumento serão efetuados através da Autorização de Fornecimento emitido pelo responsável de cada secretaria, vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, que deverá conter: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

7.3 A entrega do(s) produto(s) só estará caracterizada mediante a requisição assinada pelo servidor responsável da unidade administrativa requisitante, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

7.4 Os licitantes registrados na presente Ata de Registro de Preços estão obrigados a fornecer quantitativos superiores aos registrados em função do direito de acréscimos de até 25% de que trata o § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

8.1 São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Anexo I:

8.1.1 executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo I, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

8.1.2 A licitante contratada fica obrigada a exigir as requisições dos servidores responsáveis pelo controle, solicitação, recebimento e/ou retirada dos produtos, mediante requisição devidamente assinada pelo responsável da respectiva unidade administrativa.

8.1.3 Fornecer as quantidades nas condições estipuladas nesta Ata de Registro de Preço e no respectivo Termo Contratual e nas condições inserida nas Notas de Empenho iniciais e seguintes e nas requisições emitida pelas Secretaria Solicitante.

8.1.4 Emitir as Notas Fiscais nos Prazos para faturamento, conforme exigência do Edital.

8.1.5 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **PREFEITURA**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência à **PREFEITURA**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

8.1.6 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **PREFEITURA**, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;

8.1.7 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.1.8 A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste contrato não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

8.1.9 Possibilitar a **PREFEITURA** efetuar vistoria nos Produtos da **CONTRATADA** a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;

8.1.10 Comunicar imediatamente à **PREFEITURA** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.1.11 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.1.12 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **PREFEITURA;**

8.1.13 Indenizar terceiros e/ou a **PREFEITURA** mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.1.14 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para a **PREFEITURA**, toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo Máximo de 2 dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações ou, quando for o caso, da amostra, com o produto entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis;

8.1.15 Prestar garantia dos bens fornecidos, compreendendo qualquer alteração nos produtos;

8.1.16 Providenciar, de imediato, por sua conta e sem ônus para a **PREFEITURA,** a correção ou substituição, a critério da **PREFEITURA**, dos produtos/materiais que apresentarem alterações durante o período de garantia;

8.1.17 Garantir entrega dos produtos sempre que necessário;

8.1.18 Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais da **PREFEITURA**, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a aquisição dos produtos objeto do contrato;

8.1.19 Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos produtos até o(s) local (is) de entrega;

8.1.20 Informar nas embalagens de transporte do material, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: número da Ata de Registro de Preços e nº. e data da Ordem de Fornecimento;

8.1.21 Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da(s) quantidade(s) do(s) material(is) estimado(s) no Anexo II, de acordo com o art. 65, p. 1º da Lei 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia da **PREFEITURA;**

8.1.22 Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº. 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à **CONTRATADA.**

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

9.1 - Executar fielmente o objeto contratado e cumprir todas as orientações das Secretarias Municipais, para o fiel desempenho do fornecimento nas datas requeridas, observando sempre os critérios de qualidade e quantidade dos produtos a serem entregues, de acordo com as necessidades.

9.2 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação.

9.3. - Designar preposto durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que seja necessário.

9.4 - Entregar os produtos objeto deste Contrato, independentemente de quaisquer contratempos, ainda que haja necessidade de adquiri-los de seus concorrentes.

9.5 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem subcontratar qualquer parte do objeto do contrato, sem prévio consentimento, por escrito, da Secretaria Solicitante.

9.6 E ainda:

I - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a **PREFEITUR**A de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

II - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à **PREFEITURA** por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas à **PREFEITURA,** que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente;

9.7 A **CONTRATADA** autoriza a **PREFEITURA** a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

9.8 a ausência ou omissão da fiscalização da **PREFEITURA** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas nesta Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

10.1 Solicitar o fornecimento dos produtos/materiais, mediante requisição expedida e assinada pelo servidor responsável da respectiva unidade administrativa.

10.2 - Efetuar o pagamento pelo fornecimento dos produtos, na forma convencionada no Contrato, desde que atendidas as formalidades previstas nesta Ata e no Edital.

10.3 Fiscalizar a fiel observância das disposições do contrato através de servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização dos produtos/materiais registrando em relatório as deficiências porventura existentes no fornecimento dos mesmos, notificando à Empresa, sobre as falhas, faltas e outras situações verificadas, determinando prazo para a regularização.

10.4 - Controlar as “Requisições de Fornecimento”, relatando à empresa as eventuais ocorrências havidas no período de vigência do contrato, podendo solicitar documentação referente à procedência dos produtos ou análise sobre sua qualidade por Órgão Oficial ou a quem couber, sem ônus adicionais para a Secretaria.

10.5 Publicar o contrato, em resumo, no Órgão Oficial de Imprensa, bem como naquele que a legislação dispuser.

10.6 promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado à empresa contratada de acordo com a entrega dos mesmos ou conforme utilizado, através de ordem Bancária – ou por meio de cheque – em moeda corrente nacional, através do Banco do Brasil S/A, até o 5º(quinto) dia útil após cada mês vencido ou para o caso da integral da quantia empenhada, até o 5º dia útil após a entrega, mediante a apresentação de notas fiscais, devidamente certificada pela secretarias solicitantes, e de acordo com a quantidade de produtos entregues no período, observados a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93 e mediante documentação fiscal da Empresa (CND do INSS, CRF do FGTS e CND Negativa de débitos Municipal), Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com o respectivo material discriminado, conforme dispõe os Artigos 40, inciso XIV, “a”, e 67, § 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

11.2 O período de pagamento será fixado por cada unidade administrativa e, compreende ao período das requisições emitidas (utilizadas/fornecidas), sobre as quais será destacada a nota fiscal e a está anexada, e será paga nos termos do subitem 12.1

11.3 Para a realização do pagamento será observado o fiel cumprimento do fornecimento nas condições acordadas, comparando-se os dados contidos na Nota Fiscal/Fatura com os registrados nas “Requisições de Fornecimento e Serviços”.

11.4 Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.6 Nenhum pagamento isentará o **FORNECEDOR** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

12.1 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

12.2 Os preços registrados na Ata de Registro de Preços não Poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei 8.666/93.

12.3 No Caso de solicitação de revisão de preço por parte do fornecedor, o mesmo deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço. Na análise da solicitação dentre outros critérios, Órgão Gerenciador adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil, índices setoriais adotado pelo Governo Federal.

12.4 Sendo Julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado e os propostos pelo licitante à época da realização deste certame licitatório.

12.5 A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até 15 (quinze) dias. Nesse período e vedado ao fornecedor interromper o fornecimento enquanto aguarda o tramite do processo de revisão de preços.

12.6 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

12.7 Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.8 Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamento e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

12.9 Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – adequação econômico-financeira.

12.10 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE** para determinado Item.

12.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Jornal de Grande Circulação ou Diário Oficial dos Municípios e no mural da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

13.1.1 Automaticamente:

a) por decurso do praza de vigência;

b) quando não restarem fornecedores registrados;

c) pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste quando caracterizado o interesse público.

13.1.2 a pedido, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrências de casos fortuitos ou de força maior.

13.1.3 por iniciativa da Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste, quando:

a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) perder qualquer condição de habilitação ou quantificação técnica exigida no processo licitatório;

c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

d) não cumprir obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) não comparecer ou se recusar a entregar no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de preço ou nos pedidos dela decorrentes;

13.2 O proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo especifica, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, edital ou instrumentos obrigacionais, caso não aceitas as razões do pedido.

13.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previsto, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao registro de preço.

13.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço de fornecedor, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Grande Circulação, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

14.1 Correrão por conta exclusiva do **FORNECEDOR:**

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o **FORNECEDOR** ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a **PREFEITURA**, por período não superior

a 2(dois) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

15.2 A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à **PREFEITURA.**

15.3 **A CONTRATADA** sujeitar-se-á à multa de 0,30% (trinta décimos de por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

15.4 No caso de atraso na entrega do produtos/material por mais de 30 (trinta) dias, a multa será de 20% sobre o valor do contrato e poderá a **PREFEITURA**, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a seu exclusivo critério, rescindir o contrato.

15.5 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a **CONTRATADA** descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à **PREFEITURA**;

b) se a **CONTRATADA** sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para-fiscais; c) se a **CONTRATADA** tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

15.6 A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da **CONTRATADA,** implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração **MUNICIPAL** e demais órgãos/entidades.

15.7 A falta de produto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a **CONTRATADA** das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

15.8 Ficará impedido de licitar e contratar com a administração púbica, pelo prazo de cinco anos, o licitante, que não celebrar o contrato dentro do prazo quando convocado, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, em conformidade com o Art. 7º da Lei 10.520/2002.

15.9 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

16.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na norma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 A aquisição dos artigos de que trata o Edital ocorrerá por conta na previsão do Orçamento do Município para o exercício de 2017, na LDO e na Lei do Plano Plurianual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18. 1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II integram está Ata, o Edital de Pregão nº 005/2017 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por item.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **PREFEITURA;**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 Para dirimir as questões oriundas deste contrato será competente a **COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE – MT**

19.2 E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em quatro vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Local e data

Santo Antônio do leste 13 de novembro de 2017

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

OLMI INFORMATICA LTDA-EPP

CNPJ: 00.789.321/0001-17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 057/2017 DO PREGÃO ELETRÔNICO 005/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 057/2017

´PREGÃO ELETRÔNICO 005/2017

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento, a **O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT,** Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua A, nº 367, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Mi-

nistério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr**. Miguel Jose Brunetta,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n°: 1.427.577 SSP/PR, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda-CPF sob o nº. 326.034.369-53, residente e domiciliado à Rua: das Araras,que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇOS** Nº 005/2017, a classificação das propostas publicada no Diário Oficial dos Municípios/AMM ou Jornal de Grande Circulação, do processo 030/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações.

Fornecedor(a): RLP DE ANGELI COMERCIAL-EPP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 22.865.748/0001-90, sediada na Rua Pará, nº 433, sala 07, bairro Centro, Cambé/PR, CEP: 86181-240, Fone: (043) 3253-6102. Neste ato representado pelo seu representante legal Rafael Luiz Pomini de Angeli, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 7.834.640-0 expedida pela SSP/PR, CPF nº 044.097.099-76.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **Aquisição de Equipamentos e Materiais de Informática, Conforme o Termo de Referência,** de acordo com as especificações constantes nos anexos I do edital e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas em primeiro lugar por item, conforme consta nos autos do processo nº. 030/2017.

1.1.1 Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2. 1 A presente Ata terá validade máxima de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios ou Jornal de Grande Circulação e no mural da prefeitura, não prorrogável e, terá efeito enquanto a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, além das Unidades Administrativa/Secretaria, qualquer órgão ou entidade pertencente à esta jurisdição (município), que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitando no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n. 8666/93 e demais legislação pertinente.

3.2 O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é relativo ao objeto especificado no Edital e no Anexo I, de acordo com a respectiva classificação no **PREGÃO ELETRONICO nº 005/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

3.3 Para cada material/produtos de que trata está Ata, serão observadas, enquanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **PREGÃO ELETRONICO Nº. 005/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste – MT, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4 O preço a ser pago por item, discriminados os valores dos produtos unitariamente, será constante da proposta apresentada, no já mencionado Pregão, pelas empresas conforme ordem de classificação, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1 O gerenciamento (a) deste instrumento caberá à **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento**, no seu aspecto operacional, e Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

5.1 Os preços registrados, a especificação dos materiais/produtos, os quantitativos, constarão do quadro abaixo:

R L P DE ANGELI - COMERCIAL - EPP						
ITEM	**DESCRIÇAO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTDE**	**MARCA**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
1	ANTENA WIFI USB - 150MBPS ANTENA 5DBI RAINK 5370 WIFI	UNID	103	LAN	R$ 47,99	R$ 4. 942,97
2	APARELHO TELEFONICO - APARELHO TELEFONICO COM FIO PARA MESA OU PAREDE	UNID	138	UNITEL	R$ 47,59	R$ 6. 567,42
4	CARTAO DE MEMORIA 16GB - CARTÃO DE MEMÓRIA MICRO SD COM ADAPTADOR	UNID	34	SANDISK	R$ 34,00	R$ 1. 156,00
11	FILTRO DE LINHA - FILTRO DE LINHA C/ PROTETOR CONTRA SURTOS - ADAPTADOR 5 TOMADAS BIVOLT	UNID	241	TODA	R$ 17,87	R$ 4. 306,67
12	FONE DE OUVIDO - HEADPHONE NEW MIX STYLE SOWER DIÂMETRO DO FONE: 40MM SENSIBILIDADE: 105DB S.P.L AT 1KHZ IMPEDÂNCIA: 32 OHMS FREQUÊNCIA DE RESPOSTA: 20HZ-20.000HZ POTÊNCIA ABSORVIDA: 15MW IMPEDÂNCIA NOMINAL: 32OHM EXTENSÃO DO CABO: 110CM CONECTOR: 3,5MM PLUG P2 SOM ESTÉREO COMPATÍVEL COM DISPOSITIVOS DE ÁUDIO COM PLUG DE 3.5MM IPOD, MP3, CELULAR, TABLET, NOTEBOOK, PC	UNID	160	MS	R$ 33,40	R$ 5. 344,00
13	FONTE ATX 200W REAL - FONTE DE ALIMENTAÇÃO ATX 200W REAL BIVOLT 2X SATA / 2X IDE	UNID	228	TODA	R$ 39,33	R$ 8. 967,24
14	HD 1.0 TB	UNID	54	SEAGATE	R$ 267,90	R$ 14. 466,60
15	LEITOR DE CARTAO MEMORIA USB - USB 3.0 DE DADOS VELOCIDADE DE TRANSFERÊNCIA DE ATÉ 5 GBPS	UNID	48	MULTILASER	R$ 44,89	R$ 2. 154,72
16	MEMORIA DDR2 2GB - MEMÓRIA DDR2 2GB 800MHZ PC2-6400	UNID	98	KINGSTON	R$ 92,33	R$ 9. 048,34
17	MICROFONE(MULTIMIDIA MICRO) - FONE DE OUVIDO COM MICROFONE HEADESET PH002 PRETO SENSIBILIDADE: 103 DB SPLA 1KHZ; IMPEDÂNCIA: 32O; FREQUÊNCIA DE RESPOS-	UNID	23	MULTILASER	R$ 22,68	R$ 521,64

	TA: 20HZ ~ 20KHZ; PLUGUE P2 3,5MM ESTÉREO; COR: PRETO/PRATA; EXTENSÃO DO CABO: 1,8 M (± 0,3); DIMENSÕES: Ø 40,0 MM (ALTO-FALANTE) / Ø 5,0 X 6,0 MM (MICROFONE).					
18	MINI RACK DE PAREDE 7U - MINI RACK DE PAREDE PADRÃO 19" – PRETO TAMANHO: 7U´S X 370MMESTRUTURA MONOBLOCO COM TETO, BASE E FUNDO CONFECCIONADAS EM CHAPA DE AÇO SAE 1020, (#20, ESPESSURA 0,91 MM).LATERAIS VENTILADAS REMOVÍVEIS EM CHAPA DE AÇO SAE 1020 (# 20, ESPESSURA 0,90 MM).PORTA EM CHAPA DE AÇO SAE 1020, (#18, ESPESSURA 1,20 MM) COM VISOR EM PS(POLIESTIRENO) E FECHADURA COM DUAS CHAVES. POSSUI DUAS RÉGUAS DE PLANO PARA MONTAGEM REGULÁVEIS NA PROFUNDIDADE SENDO ESTAS CONFECCIONADAS EM CHAPA DE AÇO SAE 1020, (#16, ESPESSURA 1,50 MM) COM FURAÇÕES QUADRADAS (PADRÃO EUROPEU) DE 9,0 MM PARA PORCA GAIOLA. QUATRO FUROS DE DIÂMETRO 5,00 MM PERMITEM A FIXAÇÃO DO MINI RACK À PAREDE E, NA BASE 1 ABERTURA (OBLONGA) DE 127 X 25 MM PERMITE A ENTRADA E SAÍDA DE CABOS. O PRODUTO É ESTAMPADO, DOBRADO, SOLDADO, ELETROZINCADO E PINTADO EM EPÓXI-PÓ PRETO.DIMENSÕES LARGURA:56CM ALTURA:40CMPROFUNDIDADE:39CM	UNID	30	GARRA	R$ 325,00	R$ 9. 750,00
20	PENDRIVE 16 GB	UNID	158	MULTILASER	R$ 32,55	R$ 5. 142,90
22	PLACA DE REDE PCI - PLACAPCI GIGABIT 10/100/1000MBPS	UNID	74	TODA	R$ 43,39	R$ 3. 210,86
25	ROTEADOR 3 ANTENAS 300 MBPS - ROTEADOR WIRELESS 300MBPS PADRÃO N: ATÉ 4X MAIS RAPIDA QUE O PADRÃO G TECNOLOGIA TSS E CCA: SINAL WIRELESS SUSTENTÁVEL BOTÃO QSS: CONFIGURAÇÃO DE SEGURANÇA RÁPIDA	UNID	75	MULTILASER	R$ 148,00	R$ 11. 100,00
35	CAIXA ACUSTICA - CAIXA ACÚSTICA COM AUTO FALANTE DE 12" 200W RMS USB BLUETOOTH	UNID	15	LL AUDIO	R$ 1. 489,00	R$ 22. 335,00
40	NOBREAK 600VA BIVOLT 300WATTS 25 MINUTOS - CARACTERISTICAS GERAIS: NOBREAK INTERATIVO COM REGULACAO ONINE, TENSAO BIVOT AUTOMATICO OU MONOVOT 115V, AUTONOMIA 25 MINUTOS (MICRO ON BOARD + MONITOR LCD 17) . DC START, PERMITE SER IGADO NA AUSENCIA DE REDE ELETRICA. AUTOTESTE: AO SER IGADO REALIZA TESTES NOS CIRCUITOS INTERNOS E BATERIAS. TOMADAS: 4 TOMADAS NO PADRAO NBR 14136. LED COLORIDO. PROTEÇAO: CURTO CIRCUITO NO INVERSOR, SURTOS DE TENSAO ENTRE FASE E NEUTRO, SUB/SOBRETENSAO DA REDE ELETRICA. NA OCORRENCIA DESTAS O NOBREAK PASSA A OPERAR EM MODO DE BATERIA. SOBREAQUECIMENTO NO INVERSOR E NO TRANSFORMADOR. POTENCIA EXCEDIDA COM ALARME E POSTERIOR DESLIGAMENTO. DESCARGA TOTA L DAS BATERIAS.	UNID	162	RAGTECH	R$ 296,99	R$ 48. 112,38
78	HD SATA - HD SATA 3,5 BUE PC 500 GB 720 RPM 32 MB CACHE SATA 6,0GB/S	UNID	94	TOSHIBA	R$ 679,00	R$ 63. 826,00
79	DRIVER CD/DVD USB - DRIVE EXTERNO USB, PRETO. USA DUAS PORTAS USB AO MESMO TEMPO. CARREGA NO USB NAO USA FONTE DE ALIMENTACAO. FUNCIONA EM QUALQUER WINDOWS. SERVE EM MAC QUE TENHA 2 PORTAS USB. NA CAIXA IDEAL PARA REVENDA. NAO FUNCIONA EM SMART TV. IIDEAL PARA FORMATACAO DE COMPUTADORES E DAR BOOT. GRAVA JOGOS MAIS NAO RODA, POIS NAO TEM EMULADOR, NAO SERVE NO NINTENDO WIL. MARCA DE BOA QUALIDADE.	UNID	5	ASUS	R$ 131,98	R$ 659,90
					VALOR TOTAL	**R$ 221. 612,64**

Para fins de aditamentos, acréscimos ou supressões, o valor do presente instrumento é de R$ 221.612,64 (duzentos e vinte e um mil seiscentos e doze reais e sessenta e quatro centavos).

CLÁUSULA SEXTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO:

6.1 Prazo de entrega: O fornecedor cujo preço estiver registrado em Ata terá 05 (cinco) dias, contados a partir da data e horário de recebimento da requisição de materiais/produtos emitido pela unidade **CONTRATANTE,** para entrega no almoxarifado central e no estabelecimento da empresa vencedora. Contrato de vigência prevista para 12 (doze) meses.

6.1 A entrega do objeto da presente licitação deverá ocorrer no de forma parcial conforme solicitação do setor competente no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, sendo a entrega em dia útil, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Localizado na rua A, Jardim Santa Inês, n.º 367, nesta Cidade de Santo Antônio do Leste Estado de Mato Grosso, no horário de 07h00min as 11h00min e das 13h00min às 17h00min, observando-se a conformidade dos produtos com as especificações contidas no Anexo I deste Instrumento Convocatório.

6.2 Os produtos a serem entregue devem obrigatoriamente ser de primeira qualidade, de procedência de laboratório de boa qualidade e que se enquadrem nas especificações da **ABNT** ou do Órgão Federal responsável. Caso os produtos não ofereçam as qualidades dos Órgãos Fiscalizadores, serão rejeitados, arcando a empresa com o ônus do fato e sob pena de aplicação das sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor;

6.3 Os produtos com prazo de validade remanescente a partir da data de entrega (quando o caso) não poderá ser inferior a 12 (doze) meses;

6.4 A empresa fornecedora assumirá a responsabilidade pela entrega que efetuar, de acordo com as especificações constantes do presente Edital e anexos, bem como da respectiva proposta, obedecendo ao Código de Defesa do Consumidor quanto as condições e qualidade dos materiais entregues;

6.11 A empresa efetuará a troca imediata do produto/material, objeto desta licitação, que estiver fora das especificações contidas na proposta ou que não atenda o padrão de qualidade exigido, ou em que se verifique vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para a adquirente;

CLÁUSULA SETIMA - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

7.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

7.2 Os fornecimentos dos produtos registrados neste instrumento serão efetuados através da Autorização de Fornecimento emitido pelo responsável de cada secretaria, vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, que deverá conter: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

7.3 A entrega do(s) produto(s) só estará caracterizada mediante a requisição assinada pelo servidor responsável da unidade administrativa requisitante, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

7.4 Os licitantes registrados na presente Ata de Registro de Preços estão obrigados a fornecer quantitativos superiores aos registrados em função do direito de acréscimos de até 25% de que trata o § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

8.1 São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Anexo I:

8.1.1 executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo I, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

8.1.2 A licitante contratada fica obrigada a exigir as requisições dos servidores responsáveis pelo controle, solicitação, recebimento e/ou retirada dos produtos, mediante requisição devidamente assinada pelo responsável da respectiva unidade administrativa.

8.1.3 Fornecer as quantidades nas condições estipuladas nesta Ata de Registro de Preço e no respectivo Termo Contratual e nas condições inserida nas Notas de Empenho iniciais e seguintes e nas requisições emitida pelas Secretaria Solicitante.

8.1.4 Emitir as Notas Fiscais nos Prazos para faturamento, conforme exigência do Edital.

8.1.5 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **PREFEITURA**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência à **PREFEITURA**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

8.1.6 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **PREFEITURA**, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;

8.1.7 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.1.8 A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste contrato não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

8.1.9 Possibilitar a **PREFEITURA** efetuar vistoria nos Produtos da **CONTRATADA** a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;

8.1.10 Comunicar imediatamente à **PREFEITURA** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.1.11 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.1.12 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **PREFEITURA;**

8.1.13 Indenizar terceiros e/ou a **PREFEITURA** mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.1.14 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para a **PREFEITURA**, toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo Máximo de 2 dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações ou, quando for o caso, da amostra, com o produto entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis;

8.1.15 Prestar garantia dos bens fornecidos, compreendendo qualquer alteração nos produtos;

8.1.16 Providenciar, de imediato, por sua conta e sem ônus para a **PREFEITURA,** a correção ou substituição, a critério da **PREFEITURA**, dos produtos/materiais que apresentarem alterações durante o período de garantia;

8.1.17 Garantir entrega dos produtos sempre que necessário;

8.1.18 Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais da **PREFEITURA**, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a aquisição dos produtos objeto do contrato;

8.1.19 Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos produtos até o(s) local (is) de entrega;

8.1.20 Informar nas embalagens de transporte do material, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: número da Ata de Registro de Preços e nº. e data da Ordem de Fornecimento;

8.1.21 Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da(s) quantidade(s) do(s) material(is) estimado(s) no Anexo II, de acordo com o art. 65, p. 1º da Lei 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia da **PREFEITURA;**

8.1.22 Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº. 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à **CONTRATADA.**

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

9.1 - Executar fielmente o objeto contratado e cumprir todas as orientações das Secretarias Municipais, para o fiel desempenho do fornecimento nas datas requeridas, observando sempre os critérios de qualidade e quantidade dos produtos a serem entregues, de acordo com as necessidades.

9.2 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação.

9.3. - Designar preposto durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que seja necessário.

9.4 - Entregar os produtos objeto deste Contrato, independentemente de quaisquer contratempos, ainda que haja necessidade de adquiri-los de seus concorrentes.

9.5 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem subcontratar qualquer parte do objeto do contrato, sem prévio consentimento, por escrito, da Secretaria Solicitante.

9.6 E ainda:

I - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a **PREFEITUR**A de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

II - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à **PREFEITURA** por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas à **PREFEITURA,** que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente;

9.7 A **CONTRATADA** autoriza a **PREFEITURA** a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

9.8 a ausência ou omissão da fiscalização da **PREFEITURA** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas nesta Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

10.1 Solicitar o fornecimento dos produtos/materiais, mediante requisição expedida e assinada pelo servidor responsável da respectiva unidade administrativa.

10.2 - Efetuar o pagamento pelo fornecimento dos produtos, na forma convencionada no Contrato, desde que atendidas as formalidades previstas nesta Ata e no Edital.

10.3 Fiscalizar a fiel observância das disposições do contrato através de servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização dos produtos/materiais registrando em relatório as deficiências porventura existentes no fornecimento dos mesmos, notificando à Empresa, sobre as falhas, faltas e outras situações verificadas, determinando prazo para a regularização.

10.4 - Controlar as “Requisições de Fornecimento”, relatando à empresa as eventuais ocorrências havidas no período de vigência do contrato, podendo solicitar documentação referente à procedência dos produtos ou análise sobre sua qualidade por Órgão Oficial ou a quem couber, sem ônus adicionais para a Secretaria.

10.5 Publicar o contrato, em resumo, no Órgão Oficial de Imprensa, bem como naquele que a legislação dispuser.

10.6 promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado à empresa contratada de acordo com a entrega dos mesmos ou conforme utilizado, através de ordem Bancária – ou por meio de cheque – em moeda corrente nacional, através do Banco do Brasil S/A, até o 5º(quinto) dia útil após cada mês vencido ou para o caso da integral da quantia empenhada, até o 5º dia útil após a entrega, mediante a apresentação de notas fiscais, devidamente certificada pela secretarias solicitantes, e de acordo com a quantidade de produtos entregues no período, observados a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93 e mediante documentação fiscal da Empresa (CND do INSS, CRF do FGTS e CND Negativa de débitos Municipal), Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com o respectivo material discriminado, conforme dispõe os Artigos 40, inciso XIV, “a”, e 67, § 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

11.2 O período de pagamento será fixado por cada unidade administrativa e, compreende ao período das requisições emitidas (utilizadas/fornecidas), sobre as quais será destacada a nota fiscal e a está anexada, e será paga nos termos do subitem 12.1

11.3 Para a realização do pagamento será observado o fiel cumprimento do fornecimento nas condições acordadas, comparando-se os dados contidos na Nota Fiscal/Fatura com os registrados nas “Requisições de Fornecimento e Serviços”.

11.4 Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.6 Nenhum pagamento isentará o **FORNECEDOR** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

12.1 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

12.2 Os preços registrados na Ata de Registro de Preços não Poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei 8.666/93.

12.3 No Caso de solicitação de revisão de preço por parte do fornecedor, o mesmo deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço. Na análise da solicitação dentre outros critérios, Órgão Gerenciador adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil, índices setoriais adotado pelo Governo Federal.

12.4 Sendo Julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado e os propostos pelo licitante à época da realização deste certame licitatório.

12.5 A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até 15 (quinze) dias. Nesse período e vedado ao fornecedor interromper o fornecimento enquanto aguarda o tramite do processo de revisão de preços.

12.6 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

12.7 Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.8 Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamento e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

12.9 Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – adequação econômico-financeira.

12.10 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE** para determinado Item.

12.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Jornal de Grande Circulação ou Diário Oficial dos Municípios e no mural da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

13.1.1 Automaticamente:

a) por decurso do praza de vigência;

b) quando não restarem fornecedores registrados;

c) pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste quando caracterizado o interesse público.

13.1.2 a pedido, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrências de casos fortuitos ou de força maior.

13.1.3 por iniciativa da Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste, quando:

a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) perder qualquer condição de habilitação ou quantificação técnica exigida no processo licitatório;

c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

d) não cumprir obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) não comparecer ou se recusar a entregar no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de preço ou nos pedidos dela decorrentes;

13.2 O proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo especifica, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, edital ou instrumentos obrigacionais, caso não aceitas as razões do pedido.

13.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previsto, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao registro de preço.

13.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço de fornecedor, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Grande Circulação, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

14.1 Correrão por conta exclusiva do **FORNECEDOR:**

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o **FORNECEDOR** ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a **PREFEITURA**, por período não superior

a 2(dois) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

15.2 A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à **PREFEITURA.**

15.3 **A CONTRATADA** sujeitar-se-á à multa de 0,30% (trinta décimos de por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

15.4 No caso de atraso na entrega do produtos/material por mais de 30 (trinta) dias, a multa será de 20% sobre o valor do contrato e poderá a **PREFEITURA**, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a seu exclusivo critério, rescindir o contrato.

15.5 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a **CONTRATADA** descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à **PREFEITURA**;

b) se a **CONTRATADA** sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para-fiscais; c) se a **CONTRATADA** tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

15.6 A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da **CONTRATADA,** implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração **MUNICIPAL** e demais órgãos/entidades.

15.7 A falta de produto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a **CONTRATADA** das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

15.8 Ficará impedido de licitar e contratar com a administração púbica, pelo prazo de cinco anos, o licitante, que não celebrar o contrato dentro do prazo quando convocado, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, em conformidade com o Art. 7º da Lei 10.520/2002.

15.9 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

16.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na norma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 A aquisição dos artigos de que trata o Edital ocorrerá por conta na previsão do Orçamento do Município para o exercício de 2017, na LDO e na Lei do Plano Plurianual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18. 1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II integram está Ata, o Edital de Pregão nº 005/2017 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por item.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **PREFEITURA;**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 Para dirimir as questões oriundas deste contrato será competente a **COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE – MT**

19.2 E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em quatro vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Local e data

Santo Antônio do leste 13 de novembro de 2017

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

RLP DE ANGELI COMERCIAL-EPP

CNPJ: 22.865.748/0001-90

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 068/2017 DO PREGÃO ELETRÔNICO 006/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 068/2017

PREGÃO ELETRÔNICO 006/2017

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento, **O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT,** Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua A, nº 367, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr**. Miguel Jose Brunetta,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n°: 1.427.577 SSP/PR, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda-CPF sob o nº. 326.034.369-53, residente e domiciliado à Rua: das Araras,que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS** Nº 006/2017, a classificação das

propostas publicada no Diário Oficial dos Municípios/AMM ou Jornal de Grande Circulação, do processo 046/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações.

Fornecedor(a): F.B. BORGES EQUIPAMENTOS EIRELI-ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 24.754.357/0001-23, sediada na Rua Prefeito Roberto Brezezinsk, nº 1551- 1º andar, bairro Centro, CEP: 87302-200, Campo Mourão/PR, , Fone: (44) 9-9910-1040. Neste ato representado pelo seu sócio administrador Fábio Basílio Borges, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.347.817-1 expedida pela SESP/SP, CPF nº 226.058.658-94.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços, para eventual contratação de empresa para fornecimento de **Equipamentos e Materiais Permanente,** de acordo com as especificações constantes nos anexos I do edital e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas em primeiro lugar por item, conforme consta nos autos do processo nº. 046/2017.

1.1.1 Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2. 1 A presente Ata terá validade máxima de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios ou Jornal de Grande Circulação e no mural da prefeitura, não prorrogável e, terá efeito enquanto a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, além das Unidades Administrativa/Secretaria, qualquer órgão ou entidade pertencente à esta jurisdição (município), que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitando no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n. 8666/93 e demais legislação pertinente.

3.2 O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é relativo ao objeto especificado no Edital e no Anexo I, de acordo com a respectiva classificação no **PREGÃO ELETRÔNICO nº 006/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

3.3 Para cada material/produtos de que trata está Ata, serão observadas, enquanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste – MT, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4 O preço a ser pago por item, discriminados os valores dos produtos unitariamente, será constante da proposta apresentada, no já mencionado Pregão, pelas empresas conforme ordem de classificação, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1 O gerenciamento (a) deste instrumento caberá à **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento**, no seu aspecto operacional, e Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

5.1 Os preços registrados, a especificação dos materiais/produtos, os quantitativos, constarão do quadro abaixo:

F.B. BORGES EQUIPAMENTOS - EIRELI - ME						
ITEM	**DESCRIÇAO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTDE**	**MARCA**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
11	NOTEBOOK - USO PESSOAL, PROCESSADOR CORE I7,FREQUENCIA DE 3,4 GHZ,MEMORIA RAM DDR3L,DE 16GB,CACHE DE 4MB,CONTROLADORA SATA,COM 1 DISCO,DE 1 TB,PADRAO SATA,PCI,CONTROLADORA DE VIDEO COM HDMI E VGA,COM MEMORIA DE 2GB DDR3,SEM UNIDADE DE DISCO FLEXIVEL,TECLADO ALFA NUMERICO, PADRAO ABNT,COM DVD-RW,TELA 14¨,RESOLUCAO DE 1024X768 PIXELS,COM TOUCHPAD,REDER ETHERNET 10/100/1000 MBPS,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA,COM S.O WINDOWS 8.1,2950 MAH,1 ANO DO FABRICANTE,SEM ACESSORIOS	UNID	3	SAMSUMG	R$ 3. 199,99	R$ 9. 599,97
14	IMPRESSORA LASER - TECNOLOGIA LASER,TIPO COLORIDA, IMPRESSAO FRENTE E VERSO,VELOCIDADE DE IMPRESSAO DE NO MINIMO 30 PPM DE ACORDO COM NORMA ISO/IEC 24734:2009,COM RESOLUCAO DE IMPRESSAO DE, NO MINIMO, 600X600 EM PRETO OU COLORIDA,MEMORIA MINIMA DE 512M,INTERFACE: ETHERNET, USB,PAPEL COMUM, COLORIDO, TIMBRADO, PRE-IMPRESSO, PRE-FURADO, RECICLADO, RUSTICO, TRANSPARENTE,BANDEJA MULTIUSO DE ENTRADA DE NO MINIMO 100 FOLHAS, DUASDBANDEJAS DE ENTRADA PARA NO MINIMO 750 FOLHAS NO TOTAL, DEVENDO SER AJUSTAVEIS, NO MINIMO, PARA O TAMANHO A3,ACOMPANHA: CABO DE FORCA, ADAPTADOR DE TOMADAS, MANUAL , SOFTWARES E DRIVERS DE INSTALACAO	UNID	2	KYOCERA-ECOSYS PS021CDN	R$ 1. 329,00	R$ 2. 658,00
					VALOR TOTAL	**R$ 12. 257,97**

Para fins de aditamentos, acréscimos ou supressões, o valor do presente instrumento é de R$ 12.257,97 (doze mil duzentos e cinquenta e sete reais e noventa e sete centavos).

CLÁUSULA SEXTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO:

6.1 Prazo de entrega: O fornecedor cujo preço estiver registrado em Ata terá 30 (trinta) dias, contados a partir da data e horário de recebimento da requisição de materiais/produtos emitido pela unidade **CONTRATANTE,** para entrega no almoxarifado central e no estabelecimento da empresa vencedora. Contrato de vigência prevista para 12 (doze) meses.

6.1 A entrega do objeto da presente licitação deverá ocorrer de forma parcial conforme solicitação do setor competente no prazo máximo de 10 (dez) dias, sendo a entrega em dia útil, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Localizado na rua A, Jardim Santa Inês, n.º 367, nesta Cidade de Santo Antônio do Leste Estado de Mato Grosso, no horário de 07h00min ás 11h00min e das 13h00min às 17h00min, observando-se a conformidade dos produtos com as especificações contidas no Anexo I deste Instrumento Convocatório.

6.8 Os produtos a serem entregue devem obrigatoriamente ser de primeira qualidade, de procedência de laboratório de boa qualidade e que se enquadrem nas especificações da **ABNT** ou do Órgão Federal responsável. Caso os produtos não ofereçam as qualidades dos Órgãos Fiscalizadores, serão rejeitados, arcando a empresa com o ônus do fato e sob pena de aplicação das sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor;

6.9 Os produtos com prazo de validade remanescente a partir da data de entrega (quando o caso) não poderá ser inferior a 12 (doze) meses;

6.10 A empresa fornecedora assumirá a responsabilidade pela entrega que efetuar, de acordo com as especificações constantes do presente Edital e anexos, bem como da respectiva proposta, obedecendo ao Código de Defesa do Consumidor quanto as condições e qualidade dos materiais entregues;

6.11 A empresa efetuará a troca imediata dos produtos/materiais, objeto desta licitação, que estiver fora das especificações contidas na proposta ou que não atenda o padrão de qualidade exigido, ou em que se verifique vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para a adquirente;

CLÁUSULA SETIMA - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

7.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

7.2 Os fornecimentos dos produtos registrados neste instrumento serão efetuados através da Autorização de Fornecimento emitido pelo responsável de cada secretaria, vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, que deverá conter: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

7.3 A entrega do(s) produto(s) só estará caracterizada mediante a requisição assinada pelo servidor responsável da unidade administrativa requisitante, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

7.4 Os licitantes registrados na presente Ata de Registro de Preços estão obrigados a fornecer quantitativos superiores aos registrados em função do direito de acréscimos de até 25% de que trata o § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

8.1 São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Anexo I:

8.1.1 executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo I, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

8.1.2 A licitante contratada fica obrigada a exigir as requisições dos servidores responsáveis pelo controle, solicitação, recebimento e/ou retirada dos produtos, mediante requisição devidamente assinada pelo responsável da respectiva unidade administrativa.

8.1.3 Fornecer as quantidades nas condições estipuladas nesta Ata de Registro de Preço e no respectivo Termo Contratual e nas condições inserida nas Notas de Empenho iniciais e seguintes e nas requisições emitida pelas Secretaria Solicitante.

8.1.4 Emitir as Notas Fiscais nos Prazos para faturamento, conforme exigência do Edital.

8.1.5 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **PREFEITURA**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência à **PREFEITURA**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

8.1.6 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **PREFEITURA**, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;

8.1.7 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.1.8 A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste contrato não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

8.1.9 Possibilitar a **PREFEITURA** efetuar vistoria nos Produtos da **CONTRATADA** a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;

8.1.10 Comunicar imediatamente à **PREFEITURA** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.1.11 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.1.12 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **PREFEITURA;**

8.1.13 Indenizar terceiros e/ou a **PREFEITURA** mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.1.14 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para a **PREFEITURA**, toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo Máximo de 2 dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações ou, quando for o caso, da amostra, com o produto entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis;

8.1.15 Prestar garantia dos bens fornecidos, compreendendo qualquer alteração nos produtos;

8.1.16 Providenciar, de imediato, por sua conta e sem ônus para a **PREFEITURA,** a correção ou substituição, a critério da **PREFEITURA**, dos produtos/materiais que apresentarem alterações durante o período de garantia;

8.1.17 Garantir entrega dos produtos sempre que necessário;

8.1.18 Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais da **PREFEITURA**, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a aquisição dos produtos objeto do contrato;

8.1.19 Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos produtos até o(s) local (is) de entrega;

8.1.20 Informar nas embalagens de transporte do material, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: número da Ata de Registro de Preços e nº. e data da Ordem de Fornecimento;

8.1.21 Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da(s) quantidade(s) do(s) material(is) estimado(s) no Anexo II, de acordo com o art. 65, p. 1º da Lei 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia da **PREFEITURA;**

8.1.22 Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº. 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à **CONTRATADA.**

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

9.1 - Executar fielmente o objeto contratado e cumprir todas as orientações da Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social, para o fiel desempenho do fornecimento nas datas requeridas, observando sempre os critérios de qualidade e quantidade dos produtos a serem entregues, de acordo com as necessidades.

9.2 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação.

9.3. - Designar preposto durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que seja necessário.

9.4 - Entregar os produtos objeto deste Contrato, independentemente de quaisquer contratempos, ainda que haja necessidade de adquiri-los de seus concorrentes.

9.5 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem subcontratar qualquer parte do objeto do contrato, sem prévio consentimento, por escrito, da Secretaria Solicitante.

9.6 E ainda:

I - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a **PREFEITUR**A de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

II - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à **PREFEITURA** por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas à **PREFEITURA,** que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente;

9.7 A **CONTRATADA** autoriza a **PREFEITURA** a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

9.8 a ausência ou omissão da fiscalização da **PREFEITURA** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas nesta Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

10.1 Solicitar o fornecimento dos produtos/materiais, mediante requisição expedida e assinada pelo servidor responsável da respectiva unidade administrativa.

10.2 - Efetuar o pagamento pelo fornecimento dos produtos, na forma convencionada no Contrato, desde que atendidas as formalidades previstas nesta Ata e no Edital.

10.3 Fiscalizar a fiel observância das disposições do contrato através de servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização dos produtos/materiais registrando em relatório as deficiências porventura existentes no fornecimento dos mesmos, notificando à Empresa, sobre as falhas, faltas e outras situações verificadas, determinando prazo para a regularização.

10.4 - Controlar as “Requisições de Fornecimento”, relatando à empresa as eventuais ocorrências havidas no período de vigência do contrato, podendo solicitar documentação referente à procedência dos produtos ou análise sobre sua qualidade por Órgão Oficial ou a quem couber, sem ônus adicionais para a Secretaria.

10.5 Publicar o contrato, em resumo, no Órgão Oficial de Imprensa, bem como naquele que a legislação dispuser.

10.6 promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado à empresa contratada de acordo com a entrega dos mesmos ou conforme utilizado, através de ordem Bancária – ou por meio de cheque – em moeda corrente nacional, através do Banco do Brasil S/A, até o 3º (terceiro) dia útil após a entrega dos materiais, mediante a apresentação de notas fiscais, devidamente certificada pela secretarias solicitantes, e de acordo com a quantidade de produtos entregues no período, observados a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93 e mediante documentação fiscal da Empresa (CND do INSS, CRF do FGTS e

CND Negativa de débitos Municipal), Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com o respectivo material discriminado, conforme dispõe os Artigos 40, inciso XIV, “a”, e 67, § 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

11.2 O período de pagamento será fixado por cada unidade administrativa e, compreende ao período das requisições emitidas (utilizadas/fornecidas), sobre as quais será destacada a nota fiscal e a está anexada, e será paga nos termos do subitem 12.1

11.3 Para a realização do pagamento será observado o fiel cumprimento do fornecimento nas condições acordadas, comparando-se os dados contidos na Nota Fiscal/Fatura com os registrados nas “Requisições de Fornecimento e Serviços”.

11.4 Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.6 Nenhum pagamento isentará o **FORNECEDOR** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

12.1 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

12.2 Os preços registrados na Ata de Registro de Preços Poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei 8.666/93.

12.3 No Caso de solicitação de revisão de preço por parte do fornecedor, o mesmo deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço. Na análise da solicitação dentre outros critérios, Órgão Gerenciador adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil, índices setoriais adotados pelo Governo Federal.

12.4 Sendo Julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado e os propostos pelo licitante à época da realização deste certame licitatório.

12.5 A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até 15 (quinze) dias. Nesse período e vedado ao fornecedor interromper o fornecimento enquanto aguarda o tramite do processo de revisão de preços.

12.6 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

12.7 Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.8 Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamento e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

12.9 Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – adequação econômico-financeira.

12.10 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE** para determinado Item.

12.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Jornal de Grande Circulação ou Diário Oficial dos Municípios e no mural da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

13.1.1 Automaticamente:

a) por decurso do praza de vigência;

b) quando não restarem fornecedores registrados;

c) pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste quando caracterizado o interesse público.

13.1.2 a pedido, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrências de casos fortuitos ou de força maior.

13.1.3 por iniciativa da Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste, quando:

a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) perder qualquer condição de habilitação ou quantificação técnica exigida no processo licitatório;

c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

d) não cumprir obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) não comparecer ou se recusar a entregar no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de preço ou nos pedidos dela decorrentes;

13.2 O proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo especifica, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulado com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, edital ou instrumentos obrigacional, caso não aceitas as razões do pedido.

13.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previsto, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao registro de preço.

13.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço de fornecedor, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Grande Circulação, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

14.1 Correrão por conta exclusiva do **FORNECEDOR:**

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o **FORNECEDOR** ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a **PREFEITURA**, por período não superior

a 2(dois) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

15.2 A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à **PREFEITURA.**

15.3 **A CONTRATADA** sujeitar-se-á à multa de 0,30% (trinta décimos de por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

15.4 No caso de atraso na entrega do produtos/material por mais de 30 (trinta) dias, a multa será de 20% sobre o valor do contrato e poderá a **PREFEITURA**, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a seu exclusivo critério, rescindir o contrato.

15.5 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a **CONTRATADA** descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à **PREFEITURA**;

b) se a **CONTRATADA** sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para-fiscais; c) se a **CONTRATADA** tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

15.6 A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da **CONTRATADA,** implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração **MUNICIPAL** e demais órgãos/entidades.

15.7 A falta de produto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a **CONTRATADA** das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

15.8 Ficará impedido de licitar e contratar com a administração púbica, pelo prazo de cinco anos, o licitante, que não celebrar o contrato dentro do prazo quando convocado, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, em conformidade com o Art. 7º da Lei 10.520/2002.

15.9 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

16.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na norma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 A aquisição dos artigos de que trata o Edital ocorrerá por conta na previsão do Orçamento do Município para o exercício de 2017, na LDO e na Lei do Plano Plurianual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18. 1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II integram está Ata, o Edital de Pregão nº 006/2017 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por item.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **PREFEITURA;**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 Para dirimir as questões oriundas deste contrato será competente a **COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE – MT**

19.2 E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Santo Antônio do Leste 13 de novembro de 2017

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

F.B BORGES EQUIPAMENTOS EIRELI-ME

CNPJ: 24.754.357/0001-23

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 064/2017 DO PREGÃO ELETRÔNICO 005/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 064/2017

´PREGÃO ELETRÔNICO 005/2017

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento, a **O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT,** Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua A, nº 367, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr**. Miguel Jose Brunetta,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n°: 1.427.577 SSP/PR, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda-CPF sob o nº. 326.034.369-53, residente e domiciliado à Rua: das Araras,que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇOS** Nº 005/2017, a classificação das propostas publicada no Diário Oficial dos Municípios/AMM ou Jornal de Grande Circulação, do processo 030/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações.

Fornecedor(a): TECHNOINF COMERCIO ELETRONICOS EIRELI-EPP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 86.788.288/0001-26, sediada na Rua Epifânio Oliveira, nº 140, bairro Chácara dos Pinheiros, CEP: 78.080-010, Cuiabá/MT, , Fone: (65) 3054-0798. Neste ato representado pelo seu representante legal Ronaldo Manoel de Oliveira, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 693.038 expedida pela SSP/MT, CPF nº 461.095.951-87.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **Aquisição de Equipamentos e Materiais de Informática, Conforme o Termo de Referência,** de acordo com as especificações constantes nos anexos I do edital e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas em primeiro lugar por item, conforme consta nos autos do processo nº. 030/2017.

1.1.1 Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2. 1 A presente Ata terá validade máxima de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios ou Jornal de Grande Circulação e no mural da prefeitura, não prorrogável e, terá efeito enquanto a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, além das Unidades Administrativa/Secretaria, qualquer órgão ou entidade pertencente à esta jurisdição (município), que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitando no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n. 8666/93 e demais legislação pertinente.

3.2 O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é relativo ao objeto especificado no Edital e no Anexo I, de acordo com a respectiva classificação no **PREGÃO ELETRONICO nº 005/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

3.3 Para cada material/produtos de que trata está Ata, serão observadas, enquanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **PREGÃO ELETRONICO Nº. 005/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste – MT, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4 O preço a ser pago por item, discriminados os valores dos produtos unitariamente, será constante da proposta apresentada, no já mencionado Pregão, pelas empresas conforme ordem de classificação, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1 O gerenciamento (a) deste instrumento caberá à **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento**, no seu aspecto operacional, e Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

5.1 Os preços registrados, a especificação dos materiais/produtos, os quantitativos, constarão do quadro abaixo:

TECHNOINF COMERCIO ELETRONICOS EIRELI - EPP						
ITEM	**DESCRIÇAO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTDE**	**MARCA**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
9	CPU - GABINETE GAMER (3 BAIAS, PRETO, S/ FONTE VINIK 19811 FONTE ALIMENTAÇÃO 200 W REAL GA039BU HARD DISK 1.0 TB, 7200, SATA, WESTERN MEMORIA 4.0 GB DDR3, 1333 (02 UNIDADES (8 GB) MOTHERBOARD AM3, DDR3, GA78LMT-USB3, S+V+R PROCESSADOR AM3, FX6300, CORE-6 (3,5) 14 MB AMD	UNID	208	TECHNOINF	R$ 3.000,00	R$ 624.000,00
10	CAIXA CABO DE REDE AZU - CATEGORIA: CAT.5E COMPATÍVEL COM OS PADRÕES DE REDE 10BASE-T/100BASE-TX/1000BASE-TX SUPORTA TRAFEGO DE REDE GIGA BIT 10/100/1000 CONSTRUÇÃO: U/UTP - 4 PARES TRANÇADOS COMPOSTOS DE CONDUTORES SÓLIDOS DE COBRE COBERTO DE ALUMÍNIO, 24 AWG, ISOLADOS EM POLIETILENO ESPECIAL COR PADRÃO: AZUL CLARO CAPA EXTERNA: PVC NA OPÇÃO CMX EMBALAGEM: CAIXA FASTBOX EM LANCE PADRÃO DE 305 METROS DIÂMETRO NOMINAL: 4,8MM PESO: 8,8 KG/305M NVP (VELOCIDADE NOMINAL DE PROPAGAÇÃO): 68% (EXCELENTE !) PRODUTO QUE ATENDE POLÍTICAS DE RESPEITO AO MEIO-AMBIENTE. PADRÃO TIA / EIA - (PREVÊ DUAS MONTAGENS PARA CABOS DENOMINADOS 568A E 568B	UNID	31	SOHOPLUS	R$ 469,00	R$ 14.539,00
33	TONNER TN 420 - TONER	UNID	56	PREMIUM	R$ 35,00	R$ 1.960,00
36	CPU - CPU CORE I5 3ª GERAÇÃO	UNID	148	TECHNOINF	R$ 2.300,00	R$ 340.400,00
37	BATERIA 12V PARA NOBREAK- BATERIA 12V 7AH CSB NO BREAK APC AARMES GP1272 F2. BATERIA VRLA (BATERIA DE CHUMBO ACIDO REGULADA POR VALVULA) TAMBEM CONHECIDA COMO BATERIA SELADA. EXEMPLLOS DE UTILIZACAO: SISTEMA DE AARME, ILUMINACAO DE EMERGENCIA, EQUIPAMENTOS MEDICOS, AUTOMACAO, TELECOMUNICACOES, BRINQUEDOS ELETRICOS, AEROMODELISMO.	UNID	420	UNIPOWER	R$ 66,00	R$ 27.720,00
46	UBIQUITI BULLET M2 HP BM2HP 2HP OUTDOOR 2.4GHZ 600MW		3	UBIQUITI/ BULLETM2HP 600MW	R$ 590,00	R$ 1.770,00
60	HD SSD 240GB - HDSSD 240 GB SATA 3 V300 450 MB/S	UNID	58	WESTERN DIGITAL WDS240G1G0AI	R$ 590,00	R$ 34.220,00
63	NOBREAK SENOIDA 2.4 KVA - NOBREAKSENOIDAL ON-LINE CONVERSÃO SIMPLES. COMUNICAÇÃO INTELIGENTE: PADRÕES RS-232 E USB (ACOMPANHA CABO USB TIPO A-B).	UNID	36	APC/ SMC2200BI-BR	R$ 3.565,00	R$ 128.340,00
73	NOBREAK 1.2 KVA - MODEO: BZ1200-BR. CAPACIDADE DE ENERGIA DE SAIDA: VA 1200. POTENCIA DE SAIDA: 600. FREQUENCIA: 60HZ. QUANTIDADE DE SAIDAS AC: 8. COMPRIMENTO DO CABO: 1,22 METROS. TECNOLOGIA DE BATERIA: DE ACIDO CHUMBO SELADA (VRLA). TEMPO DE CARGA: 12H. ALARME DE SUBSTITUICAO DE BATERIA: AUDIVEL. ESTRUTURA: TORRE. COR DA CAIXA: PRETO. PROTECAO CONTRA SURTOS: SIM. CARACTERISTICA DE POTENCIA DE PROTECAO: SOBRECARGA. VISOR COM LED DUPLO: SIM. VOLTAGEM DA ENTRADA NOMINA: 115-220V. VOTAGEM DE SAIDA NOMINA: 115. A TEMPERATURA AMBIENTE: 0-40º C. IMITE DE TEMPERATURAS(ARMAZENAMENTO): -15 - 45º C. TIPO DE LIGACAO DE ENTRADA: NBR 14136.	UNID	98	APC/ BZ1200-BR	R$ 761,00	R$ 74.578,00
74	IMPRESSORA DESKJET - TECBOLOGIA DE IMPRESSAO JATO DE TINTA TERMICO. NUMERO DE CARTUCHOS: 2 (1 PRETO, 01 TRICOLOR). IDIOMAS PADRAO DA IMPRESSORA: PCL 3 GUI. FUNCIONAIDADES DE SOFTWARE INTELIGENTES DA IMPRESSORA: FRENTE E VERSO MANUAL. CONECTIVDADE PADRAO: USB 2.0. SEM CAPACIDADE DE REDE. SEM CAPACIDADE SEM FIOS. VOUME MENSA DE PAGINAS RECOMENDADO: 50 A 200. RESOLUCAO DE IMPRESSAO PRETO: 1200 X 1200 DPI. RESOLUCAO DE IMPRESSAO COR: 4800 X 1200 DPI. VELOCIDADE MAXIMA IMPRESSAO PRETO: 7,5 PPM. VEOCIDADE MAXIMA DE IMPRESSAO COR: 5,5 PPM. BANDEJA D EENTRADA PARA 60 FOLHAS E SAIDA 25 FOLHAS. SISTEMA SOPERACIONAIS COMPATIVEIS: WINDOWS 10, WIINDOWS 8.1, WINDOWS 7,COS X V10.8 MOUNTAIN LION, OS X 10.9 MAVERICKS, OS X 10.10 YOSEMITE.	UNID	30	HP/DESKJET INK ADVANTAGE	R$ 800,00	R$ 24.000,00
81	CPU SERVIDOR - SERVIDOR ML110 GEN9 XEON E5-1603 8GB 1TB TORRE (1) HP ML110 GEN9 INTEL® XEON® E5-1603V3 (2.8GHZ/4-CORE/10MB/140W)	UNID	7	HP/ML 110	R$ 4.490,00	R$ 31.430,00
					VALOR TOTAL	**R$ 1.302.957,00**

Para fins de aditamentos, acréscimos ou supressões, o valor do presente instrumento é de R$ 1.302.957,00 (um milhão trezentos e dois mil novecentos e cinquenta e sete reais)

CLÁUSULA SEXTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO:

6.1 Prazo de entrega: O fornecedor cujo preço estiver registrado em Ata terá 05 (cinco) dias, contados a partir da data e horário de recebimento da requisição de materiais/produtos emitido pela unidade **CONTRATANTE,** para entrega no almoxarifado central e no estabelecimento da empresa vencedora. Contrato de vigência prevista para 12 (doze) meses.

6.1 A entrega do objeto da presente licitação deverá ocorrer no de forma parcial conforme solicitação do setor competente no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, sendo a entrega em dia útil, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Localizado na rua A, Jardim Santa Inês, n.º 367, nesta Cidade de Santo Antônio do Leste Estado de Mato Grosso, no horário de 07h00min as 11h00min e das 13h00min às 17h00min, observando-se a conformidade dos produtos com as especificações contidas no Anexo I deste Instrumento Convocatório.

6.2 Os produtos a serem entregue devem obrigatoriamente ser de primeira qualidade, de procedência de laboratório de boa qualidade e que se enquadrem nas especificações da **ABNT** ou do Órgão Federal responsável. Caso os produtos não ofereçam as qualidades dos Órgãos Fiscalizadores, serão rejeitados, arcando a empresa com o ônus do fato e sob pena de aplicação das sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor;

6.3 Os produtos com prazo de validade remanescente a partir da data de entrega (quando o caso) não poderá ser inferior a 12 (doze) meses;

6.4 A empresa fornecedora assumirá a responsabilidade pela entrega que efetuar, de acordo com as especificações constantes do presente Edital e anexos, bem como da respectiva proposta, obedecendo ao Código de Defesa do Consumidor quanto as condições e qualidade dos materiais entregues;

6.11 A empresa efetuará a troca imediata do produto/material, objeto desta licitação, que estiver fora das especificações contidas na proposta ou que não atenda o padrão de qualidade exigido, ou em que se verifique vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para a adquirente;

CLÁUSULA SETIMA - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

7.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

7.2 Os fornecimentos dos produtos registrados neste instrumento serão efetuados através da Autorização de Fornecimento emitido pelo responsável de cada secretaria, vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, que deverá conter: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

7.3 A entrega do(s) produto(s) só estará caracterizada mediante a requisição assinada pelo servidor responsável da unidade administrativa requisitante, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

7.4 Os licitantes registrados na presente Ata de Registro de Preços estão obrigados a fornecer quantitativos superiores aos registrados em função do direito de acréscimos de até 25% de que trata o § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

8.1 São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Anexo I:

8.1.1 executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo I, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

8.1.2 A licitante contratada fica obrigada a exigir as requisições dos servidores responsáveis pelo controle, solicitação, recebimento e/ou retirada dos produtos, mediante requisição devidamente assinada pelo responsável da respectiva unidade administrativa.

8.1.3 Fornecer as quantidades nas condições estipuladas nesta Ata de Registro de Preço e no respectivo Termo Contratual e nas condições inserida nas Notas de Empenho iniciais e seguintes e nas requisições emitida pelas Secretaria Solicitante.

8.1.4 Emitir as Notas Fiscais nos Prazos para faturamento, conforme exigência do Edital.

8.1.5 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **PREFEITURA**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência à **PREFEITURA**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

8.1.6 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **PREFEITURA**, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;

8.1.7 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.1.8 A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste contrato não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

8.1.9 Possibilitar a **PREFEITURA** efetuar vistoria nos Produtos da **CONTRATADA** a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;

8.1.10 Comunicar imediatamente à **PREFEITURA** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.1.11 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.1.12 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **PREFEITURA;**

8.1.13 Indenizar terceiros e/ou a **PREFEITURA** mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.1.14 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para a **PREFEITURA**, toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo Máximo de 2 dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações ou, quando for o caso, da amostra, com o produto entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis;

8.1.15 Prestar garantia dos bens fornecidos, compreendendo qualquer alteração nos produtos;

8.1.16 Providenciar, de imediato, por sua conta e sem ônus para a **PREFEITURA,** a correção ou substituição, a critério da **PREFEITURA**, dos produtos/materiais que apresentarem alterações durante o período de garantia;

8.1.17 Garantir entrega dos produtos sempre que necessário;

8.1.18 Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais da **PREFEITURA**, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a aquisição dos produtos objeto do contrato;

8.1.19 Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos produtos até o(s) local (is) de entrega;

8.1.20 Informar nas embalagens de transporte do material, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: número da Ata de Registro de Preços e nº. e data da Ordem de Fornecimento;

8.1.21 Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da(s) quantidade(s) do(s) material(is) estimado(s) no Anexo II, de acordo com o art. 65, p. 1º da Lei 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia da **PREFEITURA;**

8.1.22 Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº. 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à **CONTRATADA.**

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

9.1 - Executar fielmente o objeto contratado e cumprir todas as orientações das Secretarias Municipais, para o fiel desempenho do fornecimento nas datas requeridas, observando sempre os critérios de qualidade e quantidade dos produtos a serem entregues, de acordo com as necessidades.

9.2 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação.

9.3. - Designar preposto durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que seja necessário.

9.4 - Entregar os produtos objeto deste Contrato, independentemente de quaisquer contratempos, ainda que haja necessidade de adquiri-los de seus concorrentes.

9.5 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem subcontratar qualquer parte do objeto do contrato, sem prévio consentimento, por escrito, da Secretaria Solicitante.

9.6 E ainda:

I - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a **PREFEITUR**A de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

II - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à **PREFEITURA** por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas à **PREFEITURA,** que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente;

9.7 A **CONTRATADA** autoriza a **PREFEITURA** a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

9.8 a ausência ou omissão da fiscalização da **PREFEITURA** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas nesta Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

10.1 Solicitar o fornecimento dos produtos/materiais, mediante requisição expedida e assinada pelo servidor responsável da respectiva unidade administrativa.

10.2 - Efetuar o pagamento pelo fornecimento dos produtos, na forma convencionada no Contrato, desde que atendidas as formalidades previstas nesta Ata e no Edital.

10.3 Fiscalizar a fiel observância das disposições do contrato através de servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização dos produtos/materiais registrando em relatório as deficiências porventura existentes no fornecimento dos mesmos, notificando à Empresa, sobre as falhas, faltas e outras situações verificadas, determinando prazo para a regularização.

10.4 - Controlar as “Requisições de Fornecimento”, relatando à empresa as eventuais ocorrências havidas no período de vigência do contrato, podendo solicitar documentação referente à procedência dos produtos ou análise sobre sua qualidade por Órgão Oficial ou a quem couber, sem ônus adicionais para a Secretaria.

10.5 Publicar o contrato, em resumo, no Órgão Oficial de Imprensa, bem como naquele que a legislação dispuser.

10.6 promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado à empresa contratada de acordo com a entrega dos mesmos ou conforme utilizado, através de ordem Bancária – ou por meio de cheque – em moeda corrente nacional, através do Banco do Brasil S/A, até o 5º(quinto) dia útil após cada mês vencido ou para o caso da integral da quantia empenhada, até o 5º dia útil após a entrega, mediante a apresentação de notas fiscais, devidamente certificada pela secretarias solicitantes, e de acordo com a quantidade de produtos entregues no período, observados a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93 e mediante documentação fiscal da Empresa (CND do INSS, CRF do FGTS e CND Negativa de débitos Municipal), Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com o respectivo material discriminado, conforme dispõe os Artigos 40, inciso XIV, “a”, e 67, § 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

11.2 O período de pagamento será fixado por cada unidade administrativa e, compreende ao período das requisições emitidas (utilizadas/fornecidas), sobre as quais será destacada a nota fiscal e a está anexada, e será paga nos termos do subitem 12.1

11.3 Para a realização do pagamento será observado o fiel cumprimento do fornecimento nas condições acordadas, comparando-se os dados contidos na Nota Fiscal/Fatura com os registrados nas “Requisições de Fornecimento e Serviços”.

11.4 Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.6 Nenhum pagamento isentará o **FORNECEDOR** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

12.1 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

12.2 Os preços registrados na Ata de Registro de Preços não Poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei 8.666/93.

12.3 No Caso de solicitação de revisão de preço por parte do fornecedor, o mesmo deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço. Na análise da solicitação dentre outros critérios, Órgão Gerenciador adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil, índices setoriais adotado pelo Governo Federal.

12.4 Sendo Julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado e os propostos pelo licitante à época da realização deste certame licitatório.

12.5 A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até 15 (quinze) dias. Nesse período e vedado ao fornecedor interromper o fornecimento enquanto aguarda o tramite do processo de revisão de preços.

12.6 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

12.7 Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.8 Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamento e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

12.9 Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – adequação econômico-financeira.

12.10 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE** para determinado Item.

12.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Jornal de Grande Circulação ou Diário Oficial dos Municípios e no mural da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

13.1.1 Automaticamente:

a) por decurso do praza de vigência;

b) quando não restarem fornecedores registrados;

c) pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste quando caracterizado o interesse público.

13.1.2 a pedido, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrências de casos fortuitos ou de força maior.

13.1.3 por iniciativa da Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste, quando:

a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) perder qualquer condição de habilitação ou quantificação técnica exigida no processo licitatório;

c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

d) não cumprir obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) não comparecer ou se recusar a entregar no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de preço ou nos pedidos dela decorrentes;

13.2 O proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo especifica, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, edital ou instrumentos obrigacionais, caso não aceitas as razões do pedido.

13.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previsto, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao registro de preço.

13.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço de fornecedor, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Grande Circulação, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

14.1 Correrão por conta exclusiva do **FORNECEDOR:**

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o **FORNECEDOR** ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a **PREFEITURA**, por período não superior

a 2(dois) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

15.2 A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à **PREFEITURA.**

15.3 **A CONTRATADA** sujeitar-se-á à multa de 0,30% (trinta décimos de por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

15.4 No caso de atraso na entrega do produtos/material por mais de 30 (trinta) dias, a multa será de 20% sobre o valor do contrato e poderá a **PREFEITURA**, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a seu exclusivo critério, rescindir o contrato.

15.5 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a **CONTRATADA** descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à **PREFEITURA**;

b) se a **CONTRATADA** sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para-fiscais; c) se a **CONTRATADA** tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

15.6 A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da **CONTRATADA,** implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração **MUNICIPAL** e demais órgãos/entidades.

15.7 A falta de produto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a **CONTRATADA** das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

15.8 Ficará impedido de licitar e contratar com a administração púbica, pelo prazo de cinco anos, o licitante, que não celebrar o contrato dentro do prazo quando convocado, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, em conformidade com o Art. 7º da Lei 10.520/2002.

15.9 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

16.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na norma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 A aquisição dos artigos de que trata o Edital ocorrerá por conta na previsão do Orçamento do Município para o exercício de 2017, na LDO e na Lei do Plano Plurianual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18. 1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II integram está Ata, o Edital de Pregão nº 005/2017 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por item.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **PREFEITURA;**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 Para dirimir as questões oriundas deste contrato será competente a **COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE – MT**

19.2 E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Local e data

Santo Antônio do Leste 13 de novembro de 2017

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TECHNOINF COMERCIO ELETRONICOS EIRELI-ME

CNPJ: 86.788.288/0001-26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 063/2017 DO PREGÃO ELETRÔNICO 005/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 063/2017

´PREGÃO ELETRÔNICO 005/2017

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento, a **O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT,** Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua A, nº 367, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr**. Miguel Jose Brunetta,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n°: 1.427.577 SSP/PR, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda-CPF sob o nº. 326.034.369-53, residente e domiciliado à Rua: das Araras,que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇOS** Nº 005/2017, a classificação das propostas publicada no Diário Oficial dos Municípios/AMM ou Jornal de Grande Circulação, do processo 030/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações.

Fornecedor(a): NOHRER EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO EIRELI-ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 22.172.252/0001-30, sediada na Rua 438, nº 401- sala 01, bairro Morretes, CEP: 88220-000, Itapema/SC, , Fone: (47) 3363-9457. Neste ato representado pelo seu proprietário André Luiz Bohrer, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 5.922.348 expedida pela SSP/SC, CPF nº 098.234.629-84.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **Aquisição de Equipamentos e Materiais de Informática, Conforme o Termo de Referência,** de acordo com as especificações constantes nos anexos I do edital e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas em primeiro lugar por item, conforme consta nos autos do processo nº. 030/2017.

1.1.1 Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2. 1 A presente Ata terá validade máxima de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios ou Jornal de Grande Circulação e no mural da prefeitura, não prorrogável e, terá efeito enquanto a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, além das Unidades Administrativa/Secretaria, qualquer órgão ou entidade pertencente à esta jurisdição (município), que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitando no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n. 8666/93 e demais legislação pertinente.

3.2 O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é relativo ao objeto especificado no Edital e no Anexo I, de acordo com a respectiva classificação no **PREGÃO ELETRONICO nº 005/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

3.3 Para cada material/produtos de que trata está Ata, serão observadas, enquanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **PREGÃO ELETRONICO Nº. 005/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste – MT, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4 O preço a ser pago por item, discriminados os valores dos produtos unitariamente, será constante da proposta apresentada, no já mencionado Pregão, pelas empresas conforme ordem de classificação, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1 O gerenciamento (a) deste instrumento caberá à **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento**, no seu aspecto operacional, e Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

5.1 Os preços registrados, a especificação dos materiais/produtos, os quantitativos, constarão do quadro abaixo:

BOHRER EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO EIRELI - ME						
ITEM	**DESCRIÇAO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTDE**	**MARCA**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
62	MICROFONE - MICROFONE SEM FIO DUPLO DE MÃO PROFISSIONAL ALCANCE MÉDIO DE 100 MT RESPOSTA DE FREQUÊNCIA 50 HZ FREQUÊNCIA UHF FIXAS 02 SAÍDAS DE ÁUDIO INDEPENDENTES FONTE DE ALIMENTAÇÃO BIVOLTS	UNID	6	LYCO VH202-PROMM	R$ 405,00	R$ 2.430,00
67	MICROFONE DUPLO SEM FIO - DISPLAY LCD MULTIFUNCIONAL, BAIXO RUIDO DE MANUSEIO, 100 FREQUENCIAS , BUSCA AUTOMATICA DE FREQUENCIA, SAIDA BALANCEADA XLR E SAIDA P10, SINCORNIZAÇÃO ATRAVES DE INFRA VERMELHO, FUNCAO AUTO SCAN, SISTEMA MAO DUPLO, 2 MICROFONES DE MAO, 01 RECEPTOR SEM FIO COM DUAS ANTENAS, 01 FONTE DE AIMENTACAO 110/220, 01 CABO P10/P10, 01 MANUAL DE INSTRUCAO, 01 CERTIFICADO DE GARANTIA.	UNID	16	LYCO VH202-PROMM	R$ 405,00	R$ 6.480,00
					VALOR TOTAL	**R$ 8.910,00**

Para fins de aditamentos, acréscimos ou supressões, o valor do presente instrumento é de R$ 8.910,00 (oito mil novecentos e dez reais)

CLÁUSULA SEXTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO:

6.1 Prazo de entrega: O fornecedor cujo preço estiver registrado em Ata terá 05 (cinco) dias, contados a partir da data e horário de recebimento da requisição de materiais/produtos emitido pela unidade **CONTRATANTE,** para entrega no almoxarifado central e no estabelecimento da empresa vencedora. Contrato de vigência prevista para 12 (doze) meses.

6.1 A entrega do objeto da presente licitação deverá ocorrer no de forma parcial conforme solicitação do setor competente no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, sendo a entrega em dia útil, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Localizado na rua A, Jardim Santa Inês, n.º 367, nesta Cidade de Santo Antônio do Leste Estado de Mato Grosso, no horário de 07h00min as 11h00min e das 13h00min às 17h00-min, observando-se a conformidade dos produtos com as especificações contidas no Anexo I deste Instrumento Convocatório.

6.2 Os produtos a serem entregue devem obrigatoriamente ser de primeira qualidade, de procedência de laboratório de boa qualidade e que se enquadrem nas especificações da **ABNT** ou do Órgão Federal responsável. Caso os produtos não ofereçam as qualidades dos Órgãos Fiscalizadores, serão rejeitados, arcando a empresa com o ônus do fato e sob pena de aplicação das sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor;

6.3 Os produtos com prazo de validade remanescente a partir da data de entrega (quando o caso) não poderá ser inferior a 12 (doze) meses;

6.4 A empresa fornecedora assumirá a responsabilidade pela entrega que efetuar, de acordo com as especificações constantes do presente Edital e anexos, bem como da respectiva proposta, obedecendo ao Código de Defesa do Consumidor quanto as condições e qualidade dos materiais entregues;

6.11 A empresa efetuará a troca imediata do produto/material, objeto desta licitação, que estiver fora das especificações contidas na proposta ou que não atenda o padrão de qualidade exigido, ou em que se verifique vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para a adquirente;

CLÁUSULA SETIMA - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

7.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

7.2 Os fornecimentos dos produtos registrados neste instrumento serão efetuados através da Autorização de Fornecimento emitido pelo responsável de cada secretaria, vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, que deverá conter: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

7.3 A entrega do(s) produto(s) só estará caracterizada mediante a requisição assinada pelo servidor responsável da unidade administrativa requisitante, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

7.4 Os licitantes registrados na presente Ata de Registro de Preços estão obrigados a fornecer quantitativos superiores aos registrados em função do direito de acréscimos de até 25% de que trata o § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

8.1 São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Anexo I:

8.1.1 executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo I, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

8.1.2 A licitante contratada fica obrigada a exigir as requisições dos servidores responsáveis pelo controle, solicitação, recebimento e/ou retirada dos produtos, mediante requisição devidamente assinada pelo responsável da respectiva unidade administrativa.

8.1.3 Fornecer as quantidades nas condições estipuladas nesta Ata de Registro de Preço e no respectivo Termo Contratual e nas condições inserida nas Notas de Empenho iniciais e seguintes e nas requisições emitida pelas Secretaria Solicitante.

8.1.4 Emitir as Notas Fiscais nos Prazos para faturamento, conforme exigência do Edital.

8.1.5 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **PREFEITURA**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência à **PREFEITURA**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

8.1.6 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **PREFEITURA**, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;

8.1.7 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.1.8 A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste contrato não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

8.1.9 Possibilitar a **PREFEITURA** efetuar vistoria nos Produtos da **CONTRATADA** a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;

8.1.10 Comunicar imediatamente à **PREFEITURA** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.1.11 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.1.12 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **PREFEITURA;**

8.1.13 Indenizar terceiros e/ou a **PREFEITURA** mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.1.14 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para a **PREFEITURA**, toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo Máximo de 2 dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações ou, quando for o caso, da amostra, com o produto entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis;

8.1.15 Prestar garantia dos bens fornecidos, compreendendo qualquer alteração nos produtos;

8.1.16 Providenciar, de imediato, por sua conta e sem ônus para a **PREFEITURA,** a correção ou substituição, a critério da **PREFEITURA**, dos produtos/materiais que apresentarem alterações durante o período de garantia;

8.1.17 Garantir entrega dos produtos sempre que necessário;

8.1.18 Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais da **PREFEITURA**, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a aquisição dos produtos objeto do contrato;

8.1.19 Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos produtos até o(s) local (is) de entrega;

8.1.20 Informar nas embalagens de transporte do material, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: número da Ata de Registro de Preços e nº. e data da Ordem de Fornecimento;

8.1.21 Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da(s) quantidade(s) do(s) material(is) estimado(s) no Anexo II, de acordo com o art. 65, p. 1º da Lei 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia da **PREFEITURA;**

8.1.22 Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº. 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à **CONTRATADA.**

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

9.1 - Executar fielmente o objeto contratado e cumprir todas as orientações das Secretarias Municipais, para o fiel desempenho do fornecimento nas datas requeridas, observando sempre os critérios de qualidade e quantidade dos produtos a serem entregues, de acordo com as necessidades.

9.2 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação.

9.3. - Designar preposto durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que seja necessário.

9.4 - Entregar os produtos objeto deste Contrato, independentemente de quaisquer contratempos, ainda que haja necessidade de adquiri-los de seus concorrentes.

9.5 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem subcontratar qualquer parte do objeto do contrato, sem prévio consentimento, por escrito, da Secretaria Solicitante.

9.6 E ainda:

I - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a **PREFEITUR**A de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

II - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à **PREFEITURA** por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas à **PREFEITURA,** que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente;

9.7 A **CONTRATADA** autoriza a **PREFEITURA** a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

9.8 a ausência ou omissão da fiscalização da **PREFEITURA** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas nesta Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

10.1 Solicitar o fornecimento dos produtos/materiais, mediante requisição expedida e assinada pelo servidor responsável da respectiva unidade administrativa.

10.2 - Efetuar o pagamento pelo fornecimento dos produtos, na forma convencionada no Contrato, desde que atendidas as formalidades previstas nesta Ata e no Edital.

10.3 Fiscalizar a fiel observância das disposições do contrato através de servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização dos produtos/materiais registrando em relatório as deficiências porventura existentes no fornecimento dos mesmos, notificando à Empresa, sobre as falhas, faltas e outras situações verificadas, determinando prazo para a regularização.

10.4 - Controlar as “Requisições de Fornecimento”, relatando à empresa as eventuais ocorrências havidas no período de vigência do contrato, podendo solicitar documentação referente à procedência dos produtos ou análise sobre sua qualidade por Órgão Oficial ou a quem couber, sem ônus adicionais para a Secretaria.

10.5 Publicar o contrato, em resumo, no Órgão Oficial de Imprensa, bem como naquele que a legislação dispuser.

10.6 promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado à empresa contratada de acordo com a entrega dos mesmos ou conforme utilizado, através de ordem Bancária – ou por meio de cheque – em moeda corrente nacional, através do Banco do Brasil S/A, até o 5º(quinto) dia útil após cada mês vencido ou para o caso da integral da quantia empenhada, até o 5º dia útil após a entrega, mediante a apresentação de notas fiscais, devidamente certificada pela secretarias solicitantes, e de acordo com a quantidade de produtos entregues no período, observados a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93 e mediante documentação fiscal da Empresa (CND do INSS, CRF do FGTS e CND Negativa de débitos Municipal), Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com o respectivo material discriminado, conforme dispõe os Artigos 40, inciso XIV, "a", e 67, § 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

11.2 O período de pagamento será fixado por cada unidade administrativa e, compreende ao período das requisições emitidas (utilizadas/fornecidas), sobre as quais será destacada a nota fiscal e a está anexada, e será paga nos termos do subitem 12.1

11.3 Para a realização do pagamento será observado o fiel cumprimento do fornecimento nas condições acordadas, comparando-se os dados contidos na Nota Fiscal/Fatura com os registrados nas "Requisições de Fornecimento e Serviços".

11.4 Será procedida consulta "ON LINE" junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.6 Nenhum pagamento isentará o **FORNECEDOR** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

12.1 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

12.2 Os preços registrados na Ata de Registro de Preços não Poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei 8.666/93.

12.3 No Caso de solicitação de revisão de preço por parte do fornecedor, o mesmo deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço. Na análise da solicitação dentre outros critérios, Órgão Gerenciador adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil, índices setoriais adotado pelo Governo Federal.

12.4 Sendo Julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado e os propostos pelo licitante à época da realização deste certame licitatório.

12.5 A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até 15 (quinze) dias. Nesse período e vedado ao fornecedor interromper o fornecimento enquanto aguarda o tramite do processo de revisão de preços.

12.6 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

12.7 Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.8 Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamento e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

12.9 Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – adequação econômico-financeira.

12.10 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE** para determinado Item.

12.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Jornal de Grande Circulação ou Diário Oficial dos Municípios e no mural da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

13.1.1 Automaticamente:

a) por decurso do praza de vigência;

b) quando não restarem fornecedores registrados;

c) pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste quando caracterizado o interesse público.

13.1.2 a pedido, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrências de casos fortuitos ou de força maior.

13.1.3 por iniciativa da Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste, quando:

a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) perder qualquer condição de habilitação ou quantificação técnica exigida no processo licitatório;

c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

d) não cumprir obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) não comparecer ou se recusar a entregar no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de preço ou nos pedidos dela decorrentes;

13.2 O proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo especifica, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, edital ou instrumentos obrigacionais, caso não aceitas as razões do pedido.

13.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previsto, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao registro de preço.

13.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço de fornecedor, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Grande Circulação, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

14.1 Correrão por conta exclusiva do **FORNECEDOR:**

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o **FORNECEDOR** ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a **PREFEITURA**, por período não superior

a 2(dois) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

15.2 A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à **PREFEITURA.**

15.3 **A CONTRATADA** sujeitar-se-á à multa de 0,30% (trinta décimos de por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

15.4 No caso de atraso na entrega do produtos/material por mais de 30 (trinta) dias, a multa será de 20% sobre o valor do contrato e poderá a **PREFEITURA**, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a seu exclusivo critério, rescindir o contrato.

15.5 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a **CONTRATADA** descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à **PREFEITURA**;

b) se a **CONTRATADA** sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para-fiscais; c) se a **CONTRATADA** tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

15.6 A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da **CONTRATADA,** implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração **MUNICIPAL** e demais órgãos/entidades.

15.7 A falta de produto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a **CONTRATADA** das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

15.8 Ficará impedido de licitar e contratar com a administração púbica, pelo prazo de cinco anos, o licitante, que não celebrar o contrato dentro do prazo quando convocado, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, em conformidade com o Art. 7º da Lei 10.520/2002.

15.9 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

16.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na norma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 A aquisição dos artigos de que trata o Edital ocorrerá por conta na previsão do Orçamento do Município para o exercício de 2017, na LDO e na Lei do Plano Plurianual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18. 1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II integram está Ata, o Edital de Pregão nº 005/2017 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por item.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **PREFEITURA;**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 Para dirimir as questões oriundas deste contrato será competente a **COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE – MT**

19.2 E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Local e data

Santo Antônio do Leste 13 de novembro de 2017

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

BOHRER EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO EIRELI-ME

CNPJ: 22.172.252/0001-30

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 056/2017 DO PREGÃO ELETRÔNICO 005/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 056/2017

´PREGÃO ELETRÔNICO 005/2017

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento, a **O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT,** Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua A, nº 367, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr**. Miguel Jose Brunetta,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n°: 1.427.577 SSP/PR, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda-CPF sob o nº. 326.034.369-53, residente e domiciliado à Rua: das Araras,que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇOS** Nº 005/2017, a classificação das propostas publicada no Diário Oficial dos Municípios/AMM ou Jornal de Grande Circulação, do processo 030/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações.

Fornecedor(a): MICRO DO BRASIL LTDA-ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 06.298.746/0001-00, sediada na Av. Nildo Ribeiro da Rocha Neto, nº 1582, bairro Vila Marumby, Maringá/PR, CEP: 87010-255, Fone: (044) 3226-3497. Neste ato representado pelo seu sócio administrador Thiago Delfino Soares, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 7.414.186-2 expedida pela SSP/PR, CPF nº 007.751. 889-64.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **Aquisição de Equipamentos e Materiais de Informática, Conforme o Termo de Referência,** de acordo com as especificações constantes nos anexos I do edital e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas em primeiro lugar por item, conforme consta nos autos do processo nº. 030/2017.

1.1.1 Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2. 1 A presente Ata terá validade máxima de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios ou Jornal de Grande Circulação e no mural da prefeitura, não prorrogável e, terá efeito enquanto a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, além das Unidades Administrativa/Secretaria, qualquer órgão ou entidade pertencente à esta jurisdição (município), que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitando no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n. 8666/93 e demais legislação pertinente.

3.2 O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é relativo ao objeto especificado no Edital e no Anexo I, de acordo com a respectiva classificação no **PREGÃO ELETRONICO nº 005/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

3.3 Para cada material/produtos de que trata está Ata, serão observadas, enquanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **PREGÃO ELETRONICO Nº. 005/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste – MT, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4 O preço a ser pago por item, discriminados os valores dos produtos unitariamente, será constante da proposta apresentada, no já mencionado Pregão, pelas empresas conforme ordem de classificação, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1 O gerenciamento (a) deste instrumento caberá à **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento**, no seu aspecto operacional, e Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

5.1 Os preços registrados, a especificação dos materiais/produtos, os quantitativos, constarão do quadro abaixo:

MICRO DO BRASIL LTDA. - ME						
ITEM	**DESCRIÇAO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTDE**	**MARCA**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
23	PLACA DE VIDEO 2GB DDR3 1288 PCI EXPRESS 2.0	UNID	28		R$ 300,00	R$ 8. 400,00
68	2 SWITCH 24 PORTAS GERENCIAVEL - SWITCH GERENCIAVEL 24 PORTAS FAST ETHERNET + 4 PORTAS GIGABIT ETHERNET COM 2 PORTAS MINI GBIC COMPARTIHADAS. ESPECIFICACOES TECNICAS: PADROES: IEEE802 3 , 802.3U, 802.3AB, 802.3X, 802.1P, 801.1X, 802.1D, 802.1W, 802.1S, 802.1V, 802.3AC. METODO DE TRANSFERENCIA: ARMAZENA E ENVIA (STORE AND FORWARD). BACKPANE 12,8G, JUMBO FRAME, 10240 BYTES. TAXA DE ENCAMINHAMENTO: 9,5 MPPSS. AGREGACAO DE INK: INK DINAMICO (ACP) E ESTATICO ATE 14 GRUPOS. TABELA MAC: ENDERECO MAC DINAMICO E ESTATICO. MULTICAST: IGMP SNOOPING, FILTRO MULTICAST, MULTICAST VLAN. QOS: COS BASEADO EM PORTA 802.1P, E DSCP 4 FILAS DE PRIORIDADE. VLAN: VAN BASEADA EM PORTA TAG 802.1Q, E PROTOCOLO VOICE VLAN E GUESTA VLAN. SEGURANCA: SEGURANCA DAS PORTAS DE ISOLAMENTO DAS PORTAS, FILTROS DE ENDERECO MAC, DOS, AUTENTICACAO 802.1X E RADIUS SSHV1/SSHV2, RESTRICAO DE ACESSO WEB BASEADO EM IP MAC E PORTA. CHIPSET: MARVELL 98DX1035 + 88E3083*3 + 88E1543*2. EDS: POWER, LINK/ACT, SYSTEM E VELOCIDADE. ALIMENTACAO: 100-240 VCA,	UNID	12		R$ 2. 449,00	R$ 29. 388,00
71	MULTIFUNCIONAL JATO TINTA COLOR WIRELES - ESPECIFICAÇOES: IMPRESSAO, COPIA, DIGITALIZAÇAO, FAX, FOTOS. VELOCIDADE DA IMPRESSAO EM PRETO ATE 20 PPM (RASCUNHO) E ATE 9,5 PPM (ISO). RESOLUCAO DE IMPRESSAO EM CORES ATE 16PPM (RASCUNHO) E ATE 6,8 PPM (ISO). RESOLUCAO MAXIMA DE IMPRESSAO EM PRETO 1200X1200. RESOLUÇAO MAXIMA EM IMPRESSAO EM CORES 4800X1200. CICLO DE TRABALHO MENSAL A4 ATE 1200 PAGINAS. VOUME DE PAGINAS RECOMENDADO 200 A 800. CONECTIVIDADE PADRAO: 1USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE 1 WIFI 802.11N. MEMORIA PADRAO: 64MB DDR1 MAXIMO 64MB DE MEMORIA DDR1. VELOCIDADE DO PROCESSADOR: 360MHZ. TIPO DE DIGITALIZAÇAO: TECNOLOGIOA BASE PLANA, AIMENTADOR AUTOMATICO DE DOCUMENTOS / CIS . RESOLUCAO D EDIGITAIZACAO: HARDWARE ATE 1200 X 1200 PPI OTICA ATE 1200PPI. FORMATO DOS ARQUIVOS DIGITAIZADOS: TIFF, JPEG, PNG, MBP, PDF, PDF PESQUISAVEL, RTF, TXT.	UNID	51		R$ 899,99	R$ 45. 899,49
					VALOR TOTAL	**R$ 83. 687,49**

Para fins de aditamentos, acréscimos ou supressões, o valor do presente instrumento é de R$ 83.682,90 (oitenta e três mil seiscentos e oitenta e dois reais e noventa centavos).

CLÁUSULA SEXTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO:

6.1 Prazo de entrega: O fornecedor cujo preço estiver registrado em Ata terá 05 (cinco) dias, contados a partir da data e horário de recebimento da requisição de materiais/produtos emitido pela unidade **CONTRATANTE,** para entrega no almoxarifado central e no estabelecimento da empresa vencedora. Contrato de vigência prevista para 12 (doze) meses.

6.1 A entrega do objeto da presente licitação deverá ocorrer no de forma parcial conforme solicitação do setor competente no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, sendo a entrega em dia útil, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Localizado na rua A, Jardim Santa Inês, n.º 367, nesta Cidade de Santo Antônio do Leste Estado de Mato Grosso, no horário de 07h00min as 11h00min e das 13h00min às 17h00min, observando-se a conformidade dos produtos com as especificações contidas no Anexo I deste Instrumento Convocatório.

6.2 Os produtos a serem entregue devem obrigatoriamente ser de primeira qualidade, de procedência de laboratório de boa qualidade e que se enquadrem nas especificações da **ABNT** ou do Órgão Federal responsável. Caso os produtos não ofereçam as qualidades dos Órgãos Fiscalizadores, serão rejeitados, arcando a empresa com o ônus do fato e sob pena de aplicação das sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor;

6.3 Os produtos com prazo de validade remanescente a partir da data de entrega (quando o caso) não poderá ser inferior a 12 (doze) meses;

6.4 A empresa fornecedora assumirá a responsabilidade pela entrega que efetuar, de acordo com as especificações constantes do presente Edital e anexos, bem como da respectiva proposta, obedecendo ao Código de Defesa do Consumidor quanto as condições e qualidade dos materiais entregues;

6.11 A empresa efetuará a troca imediata do produto/material, objeto desta licitação, que estiver fora das especificações contidas na proposta ou que não atenda o padrão de qualidade exigido, ou em que se verifique vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para a adquirente;

CLÁUSULA SETIMA - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

7.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

7.2 Os fornecimentos dos produtos registrados neste instrumento serão efetuados através da Autorização de Fornecimento emitido pelo responsável de cada secretaria, vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, que deverá conter: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

7.3 A entrega do(s) produto(s) só estará caracterizada mediante a requisição assinada pelo servidor responsável da unidade administrativa requisitante, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

7.4 Os licitantes registrados na presente Ata de Registro de Preços estão obrigados a fornecer quantitativos superiores aos registrados em função do direito de acréscimos de até 25% de que trata o § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

8.1 São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Anexo I:

8.1.1 executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo I, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

8.1.2 A licitante contratada fica obrigada a exigir as requisições dos servidores responsáveis pelo controle, solicitação, recebimento e/ou retirada dos produtos, mediante requisição devidamente assinada pelo responsável da respectiva unidade administrativa.

8.1.3 Fornecer as quantidades nas condições estipuladas nesta Ata de Registro de Preço e no respectivo Termo Contratual e nas condições inserida nas Notas de Empenho iniciais e seguintes e nas requisições emitida pelas Secretaria Solicitante.

8.1.4 Emitir as Notas Fiscais nos Prazos para faturamento, conforme exigência do Edital.

8.1.5 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **PREFEITURA**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência à **PREFEITURA**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

8.1.6 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **PREFEITURA**, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;

8.1.7 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.1.8 A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste contrato não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

8.1.9 Possibilitar a **PREFEITURA** efetuar vistoria nos Produtos da **CONTRATADA** a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;

8.1.10 Comunicar imediatamente à **PREFEITURA** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.1.11 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.1.12 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **PREFEITURA;**

8.1.13 Indenizar terceiros e/ou a **PREFEITURA** mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.1.14 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para a **PREFEITURA**, toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo Máximo de 2 dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações ou, quando for o caso, da amostra, com o produto entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis;

8.1.15 Prestar garantia dos bens fornecidos, compreendendo qualquer alteração nos produtos;

8.1.16 Providenciar, de imediato, por sua conta e sem ônus para a **PREFEITURA,** a correção ou substituição, a critério da **PREFEITURA**, dos produtos/materiais que apresentarem alterações durante o período de garantia;

8.1.17 Garantir entrega dos produtos sempre que necessário;

8.1.18 Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais da **PREFEITURA**, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a aquisição dos produtos objeto do contrato;

8.1.19 Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos produtos até o(s) local (is) de entrega;

8.1.20 Informar nas embalagens de transporte do material, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: número da Ata de Registro de Preços e nº. e data da Ordem de Fornecimento;

8.1.21 Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da(s) quantidade(s) do(s) material(is) estimado(s) no Anexo II, de acordo com o art. 65, p. 1º da Lei 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia da **PREFEITURA;**

8.1.22 Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº. 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à **CONTRATADA.**

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

9.1 - Executar fielmente o objeto contratado e cumprir todas as orientações das Secretarias Municipais, para o fiel desempenho do fornecimento nas datas requeridas, observando sempre os critérios de qualidade e quantidade dos produtos a serem entregues, de acordo com as necessidades.

9.2 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação.

9.3. - Designar preposto durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que seja necessário.

9.4 - Entregar os produtos objeto deste Contrato, independentemente de quaisquer contratempos, ainda que haja necessidade de adquiri-los de seus concorrentes.

9.5 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem subcontratar qualquer parte do objeto do contrato, sem prévio consentimento, por escrito, da Secretaria Solicitante.

9.6 E ainda:

I - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a **PREFEITUR**A de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

II - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à **PREFEITURA** por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas à **PREFEITURA,** que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente;

9.7 A **CONTRATADA** autoriza a **PREFEITURA** a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

9.8 a ausência ou omissão da fiscalização da **PREFEITURA** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas nesta Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

10.1 Solicitar o fornecimento dos produtos/materiais, mediante requisição expedida e assinada pelo servidor responsável da respectiva unidade administrativa.

10.2 - Efetuar o pagamento pelo fornecimento dos produtos, na forma convencionada no Contrato, desde que atendidas as formalidades previstas nesta Ata e no Edital.

10.3 Fiscalizar a fiel observância das disposições do contrato através de servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização dos produtos/materiais registrando em relatório as deficiências porventura existentes no fornecimento dos mesmos, notificando à Empresa, sobre as falhas, faltas e outras situações verificadas, determinando prazo para a regularização.

10.4 - Controlar as “Requisições de Fornecimento”, relatando à empresa as eventuais ocorrências havidas no período de vigência do contrato, podendo solicitar documentação referente à procedência dos produtos ou análise sobre sua qualidade por Órgão Oficial ou a quem couber, sem ônus adicionais para a Secretaria.

10.5 Publicar o contrato, em resumo, no Órgão Oficial de Imprensa, bem como naquele que a legislação dispuser.

10.6 promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado à empresa contratada de acordo com a entrega dos mesmos ou conforme utilizado, através de ordem Bancária – ou por meio de cheque – em moeda corrente nacional, através do Banco do Brasil S/A, até o 5º(quinto) dia útil após cada mês vencido ou para o caso da integral da quantia empenhada, até o 5º dia útil após a entrega, mediante a apresentação de notas fiscais, devidamente certificada pela secretarias solicitantes, e de acordo com a quantidade de produtos entregues no período, observados a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93 e mediante documentação fiscal da Empresa (CND do INSS, CRF do FGTS e CND Negativa de débitos Municipal), Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com o respectivo material discriminado, conforme dispõe os Artigos 40, inciso XIV, “a”, e 67, § 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

11.2 O período de pagamento será fixado por cada unidade administrativa e, compreende ao período das requisições emitidas (utilizadas/fornecidas), sobre as quais será destacada a nota fiscal e a está anexada, e será paga nos termos do subitem 12.1

11.3 Para a realização do pagamento será observado o fiel cumprimento do fornecimento nas condições acordadas, comparando-se os dados contidos na Nota Fiscal/Fatura com os registrados nas “Requisições de Fornecimento e Serviços”.

11.4 Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.6 Nenhum pagamento isentará o **FORNECEDOR** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

12.1 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

12.2 Os preços registrados na Ata de Registro de Preços não Poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei 8.666/93.

12.3 No Caso de solicitação de revisão de preço por parte do fornecedor, o mesmo deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço. Na análise da solicitação dentre outros critérios, Órgão Gerenciador adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil, índices setoriais adotado pelo Governo Federal.

12.4 Sendo Julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado e os propostos pelo licitante à época da realização deste certame licitatório.

12.5 A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até 15 (quinze) dias. Nesse período e vedado ao fornecedor interromper o fornecimento enquanto aguarda o tramite do processo de revisão de preços.

12.6 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

12.7 Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.8 Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamento e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

12.9 Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – adequação econômico-financeira.

12.10 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE** para determinado Item.

12.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Jornal de Grande Circulação ou Diário Oficial dos Municípios e no mural da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

13.1.1 Automaticamente:

a) por decurso do praza de vigência;

b) quando não restarem fornecedores registrados;

c) pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste quando caracterizado o interesse público.

13.1.2 a pedido, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrências de casos fortuitos ou de força maior.

13.1.3 por iniciativa da Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste, quando:

a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) perder qualquer condição de habilitação ou quantificação técnica exigida no processo licitatório;

c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

d) não cumprir obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) não comparecer ou se recusar a entregar no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de preço ou nos pedidos dela decorrentes;

13.2 O proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo especifica, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, edital ou instrumentos obrigacionais, caso não aceitas as razões do pedido.

13.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previsto, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao registro de preço.

13.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço de fornecedor, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Grande Circulação, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

14.1 Correrão por conta exclusiva do **FORNECEDOR:**

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o **FORNECEDOR** ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a **PREFEITURA**, por período não superior

a 2(dois) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

15.2 A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à **PREFEITURA.**

15.3 **A CONTRATADA** sujeitar-se-á à multa de 0,30% (trinta décimos de por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

15.4 No caso de atraso na entrega do produtos/material por mais de 30 (trinta) dias, a multa será de 20% sobre o valor do contrato e poderá a **PREFEITURA**, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a seu exclusivo critério, rescindir o contrato.

15.5 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a **CONTRATADA** descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à **PREFEITURA**;

b) se a **CONTRATADA** sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para-fiscais; c) se a **CONTRATADA** tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

15.6 A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da **CONTRATADA,** implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração **MUNICIPAL** e demais órgãos/entidades.

15.7 A falta de produto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a **CONTRATADA** das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

15.8 Ficará impedido de licitar e contratar com a administração púbica, pelo prazo de cinco anos, o licitante, que não celebrar o contrato dentro do prazo quando convocado, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, em conformidade com o Art. 7º da Lei 10.520/2002.

15.9 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

16.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na norma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 A aquisição dos artigos de que trata o Edital ocorrerá por conta na previsão do Orçamento do Município para o exercício de 2017, na LDO e na Lei do Plano Plurianual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18. 1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II integram está Ata, o Edital de Pregão nº 005/2017 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por item.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **PREFEITURA;**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 Para dirimir as questões oriundas deste contrato será competente a **COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE – MT**

19.2 E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em quatro vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Local e data

Santo Antônio do leste 13 de novembro de 2017

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

MICRO DO BRASIL TODA-ME

CNPJ: 06.298.746/0001-00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 055/2017 DO PREGÃO ELETRÔNICO 005/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 055/2017

´PREGÃO ELETRÔNICO 005/2017

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento, a **O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT,** Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua A, nº 367, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr**. Miguel Jose Brunetta,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n°: 1.427.577 SSP/PR, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda-CPF sob o nº. 326.034.369-53, residente e domiciliado à Rua: das Araras,que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇOS** Nº 005/2017, a classificação das

propostas publicada no Diário Oficial dos Municípios/AMM ou Jornal de Grande Circulação, do processo 030/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações.

Fornecedor(a): ANDERSON HENRIQUE DA SILVA MORAES-ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 02.437.839/0001-17, sediada na Rua Major João Batista Franca, nº 1701, bairro: Parque Industrial, São José do Rio Preto/SP, CEP: 15025-610, Fone: (017) 3011-2349. Neste ato representado pelo seu proprietário Anderson Henrique da Silva, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 42.076.945-6 expedida pela SSP/SP, CPF nº 339.529.918-05.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **Aquisição de Equipamentos e Materiais de Informática, Conforme o Termo de Referência,** de acordo com as especificações constantes nos anexos I do edital e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas em primeiro lugar por item, conforme consta nos autos do processo nº. 030/2017.

1.1.1 Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2. 1 A presente Ata terá validade máxima de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios ou Jornal de Grande Circulação e no mural da prefeitura, não prorrogável e, terá efeito enquanto a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, além das Unidades Administrativa/Secretaria, qualquer órgão ou entidade pertencente à esta jurisdição (município), que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitando no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n. 8666/93 e demais legislação pertinente.

3.2 O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é relativo ao objeto especificado no Edital e no Anexo I, de acordo com a respectiva classificação no **PREGÃO ELETRONICO nº 005/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

3.3 Para cada material/produtos de que trata está Ata, serão observadas, enquanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **PREGÃO ELETRONICO Nº. 005/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste – MT, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4 O preço a ser pago por item, discriminados os valores dos produtos unitariamente, será constante da proposta apresentada, no já mencionado Pregão, pelas empresas conforme ordem de classificação, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1 O gerenciamento (a) deste instrumento caberá à **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento**, no seu aspecto operacional, e Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

5.1 Os preços registrados, a especificação dos materiais/produtos, os quantitativos, constarão do quadro abaixo:

ANDERSON HENRIQUE DA SILVA MORAES - ME						
ITEM	**DESCRIÇAO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTDE**	**MARCA**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
32	TONNER SAMSUNG M1610C - TONER	UNID	54	DSI/CHINAMATE	R$ 42,00	R$ 2.268,00
34	TONNER TN 620 - TONER	UNID	53	DSI/CHINAMATE	R$ 35,00	R$ 1.855,00
44	CARTUCHO 60 PRETO	UNID	80	DSI/MICROJET	R$ 30,00	R$ 2.400,00
55	CARTUCHO TINTA Nº 21 - CARTUCHO	UNID	380	DSI/MICROJET	R$ 25,00	R$ 9.500,00
56	CARTUCHO TINTA Nº 22 - CARTUCHO	UNID	405	DSI/MICROJET	R$ 50,00	R$ 20.250,00
					VALOR TOTAL	**R$ 36.273,00**

Para fins de aditamentos, acréscimos ou supressões, o valor do presente instrumento é de R$ 36.273,00 (trinta e seis mil duzentos e setenta e três reais).

CLÁUSULA SEXTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO:

6.1 Prazo de entrega: O fornecedor cujo preço estiver registrado em Ata terá 05 (cinco) dias, contados a partir da data e horário de recebimento da requisição de materiais/produtos emitido pela unidade **CONTRATANTE,** para entrega no almoxarifado central e no estabelecimento da empresa vencedora. Contrato de vigência prevista para 12 (doze) meses.

6.1 A entrega do objeto da presente licitação deverá ocorrer no de forma parcial conforme solicitação do setor competente no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, sendo a entrega em dia útil, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Localizado na rua A, Jardim Santa Inês, n.º 367, nesta Cidade de Santo Antônio do Leste Estado de Mato Grosso, no horário de 07h00min as 11h00min e das 13h00min às 17h00min, observando-se a conformidade dos produtos com as especificações contidas no Anexo I deste Instrumento Convocatório.

6.2 Os produtos a serem entregue devem obrigatoriamente ser de primeira qualidade, de procedência de laboratório de boa qualidade e que se enquadrem nas especificações da **ABNT** ou do Órgão Federal responsável. Caso os produtos não ofereçam as qualidades dos Órgãos Fiscalizadores, serão rejeitados, arcando a empresa com o ônus do fato e sob pena de aplicação das sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor;

6.3 Os produtos com prazo de validade remanescente a partir da data de entrega (quando o caso) não poderá ser inferior a 12 (doze) meses;

6.4 A empresa fornecedora assumirá a responsabilidade pela entrega que efetuar, de acordo com as especificações constantes do presente Edital e anexos, bem como da respectiva proposta, obedecendo ao Código de Defesa do Consumidor quanto as condições e qualidade dos materiais entregues;

6.11 A empresa efetuará a troca imediata do produto/material, objeto desta licitação, que estiver fora das especificações contidas na proposta ou que não atenda o padrão de qualidade exigido, ou em que se verifique vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para a adquirente;

CLÁUSULA SETIMA - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

7.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

7.2 Os fornecimentos dos produtos registrados neste instrumento serão efetuados através da Autorização de Fornecimento emitido pelo responsável de cada secretaria, vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, que deverá conter: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

7.3 A entrega do(s) produto(s) só estará caracterizada mediante a requisição assinada pelo servidor responsável da unidade administrativa requisitante, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

7.4 Os licitantes registrados na presente Ata de Registro de Preços estão obrigados a fornecer quantitativos superiores aos registrados em função do direito de acréscimos de até 25% de que trata o § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

8.1 São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Anexo I:

8.1.1 executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo I, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

8.1.2 A licitante contratada fica obrigada a exigir as requisições dos servidores responsáveis pelo controle, solicitação, recebimento e/ou retirada dos produtos, mediante requisição devidamente assinada pelo responsável da respectiva unidade administrativa.

8.1.3 Fornecer as quantidades nas condições estipuladas nesta Ata de Registro de Preço e no respectivo Termo Contratual e nas condições inserida nas Notas de Empenho iniciais e seguintes e nas requisições emitida pelas Secretaria Solicitante.

8.1.4 Emitir as Notas Fiscais nos Prazos para faturamento, conforme exigência do Edital.

8.1.5 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **PREFEITURA**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência à **PREFEITURA**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

8.1.6 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **PREFEITURA**, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;

8.1.7 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.1.8 A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste contrato não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

8.1.9 Possibilitar a **PREFEITURA** efetuar vistoria nos Produtos da **CONTRATADA** a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;

8.1.10 Comunicar imediatamente à **PREFEITURA** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.1.11 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.1.12 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **PREFEITURA;**

8.1.13 Indenizar terceiros e/ou a **PREFEITURA** mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.1.14 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para a **PREFEITURA**, toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo Máximo de 2 dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações ou, quando for o caso, da amostra, com o produto entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis;

8.1.15 Prestar garantia dos bens fornecidos, compreendendo qualquer alteração nos produtos;

8.1.16 Providenciar, de imediato, por sua conta e sem ônus para a **PREFEITURA,** a correção ou substituição, a critério da **PREFEITURA**, dos produtos/materiais que apresentarem alterações durante o período de garantia;

8.1.17 Garantir entrega dos produtos sempre que necessário;

8.1.18 Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais da **PREFEITURA**, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a aquisição dos produtos objeto do contrato;

8.1.19 Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos produtos até o(s) local (is) de entrega;

8.1.20 Informar nas embalagens de transporte do material, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: número da Ata de Registro de Preços e nº. e data da Ordem de Fornecimento;

8.1.21 Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da(s) quantidade(s) do(s) material(is) estimado(s) no Anexo II, de acordo com o art. 65, p. 1º da Lei 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia da **PREFEITURA;**

8.1.22 Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº. 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à **CONTRATADA.**

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

9.1 - Executar fielmente o objeto contratado e cumprir todas as orientações das Secretarias Municipais, para o fiel desempenho do fornecimento nas datas requeridas, observando sempre os critérios de qualidade e quantidade dos produtos a serem entregues, de acordo com as necessidades.

9.2 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação.

9.3. - Designar preposto durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que seja necessário.

9.4 - Entregar os produtos objeto deste Contrato, independentemente de quaisquer contratempos, ainda que haja necessidade de adquiri-los de seus concorrentes.

9.5 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem subcontratar qualquer parte do objeto do contrato, sem prévio consentimento, por escrito, da Secretaria Solicitante.

9.6 E ainda:

I - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a **PREFEITUR**A de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

II - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à **PREFEITURA** por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas à **PREFEITURA,** que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente;

9.7 A **CONTRATADA** autoriza a **PREFEITURA** a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

9.8 a ausência ou omissão da fiscalização da **PREFEITURA** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas nesta Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

10.1 Solicitar o fornecimento dos produtos/materiais, mediante requisição expedida e assinada pelo servidor responsável da respectiva unidade administrativa.

10.2 - Efetuar o pagamento pelo fornecimento dos produtos, na forma convencionada no Contrato, desde que atendidas as formalidades previstas nesta Ata e no Edital.

10.3 Fiscalizar a fiel observância das disposições do contrato através de servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização dos produtos/materiais registrando em relatório as deficiências porventura existentes no fornecimento dos mesmos, notificando à Empresa, sobre as falhas, faltas e outras situações verificadas, determinando prazo para a regularização.

10.4 - Controlar as “Requisições de Fornecimento”, relatando à empresa as eventuais ocorrências havidas no período de vigência do contrato, podendo solicitar documentação referente à procedência dos produtos ou análise sobre sua qualidade por Órgão Oficial ou a quem couber, sem ônus adicionais para a Secretaria.

10.5 Publicar o contrato, em resumo, no Órgão Oficial de Imprensa, bem como naquele que a legislação dispuser.

10.6 promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado à empresa contratada de acordo com a entrega dos mesmos ou conforme utilizado, através de ordem Bancária – ou por meio de cheque – em moeda corrente nacional, através do Banco do Brasil S/A, até o 5º(quinto) dia útil após cada mês vencido ou para o caso da integral da quantia empenhada, até o 5º dia útil após a entrega, mediante a apresentação de notas fiscais, devidamente certificada pela secretarias solicitantes, e de acordo com a quantidade de produtos entregues no período, observados a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93 e mediante documentação fiscal da Empresa (CND do INSS, CRF do FGTS e CND Negativa de débitos Municipal), Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com o respectivo material discriminado, conforme dispõe os Artigos 40, inciso XIV, “a”, e 67, § 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

11.2 O período de pagamento será fixado por cada unidade administrativa e, compreende ao período das requisições emitidas (utilizadas/fornecidas), sobre as quais será destacada a nota fiscal e a está anexada, e será paga nos termos do subitem 12.1

11.3 Para a realização do pagamento será observado o fiel cumprimento do fornecimento nas condições acordadas, comparando-se os dados contidos na Nota Fiscal/Fatura com os registrados nas “Requisições de Fornecimento e Serviços”.

11.4 Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.6 Nenhum pagamento isentará o **FORNECEDOR** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

12.1 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

12.2 Os preços registrados na Ata de Registro de Preços não Poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei 8.666/93.

12.3 No Caso de solicitação de revisão de preço por parte do fornecedor, o mesmo deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço. Na análise da solicitação dentre outros critérios, Órgão Gerenciador adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil, índices setoriais adotado pelo Governo Federal.

12.4 Sendo Julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado e os propostos pelo licitante à época da realização deste certame licitatório.

12.5 A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até 15 (quinze) dias. Nesse período e vedado ao fornecedor interromper o fornecimento enquanto aguarda o tramite do processo de revisão de preços.

12.6 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

12.7 Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.8 Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamento e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

12.9 Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – adequação econômico-financeira.

12.10 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE** para determinado Item.

12.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Jornal de Grande Circulação ou Diário Oficial dos Municípios e no mural da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

13.1.1 Automaticamente:

a) por decurso do praza de vigência;

b) quando não restarem fornecedores registrados;

c) pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste quando caracterizado o interesse público.

13.1.2 a pedido, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrências de casos fortuitos ou de força maior.

13.1.3 por iniciativa da Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste, quando:

a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) perder qualquer condição de habilitação ou quantificação técnica exigida no processo licitatório;

c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

d) não cumprir obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) não comparecer ou se recusar a entregar no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de preço ou nos pedidos dela decorrentes;

13.2 O proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo especifica, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, edital ou instrumentos obrigacionais, caso não aceitas as razões do pedido.

13.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previsto, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao registro de preço.

13.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço de fornecedor, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Grande Circulação, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

14.1 Correrão por conta exclusiva do **FORNECEDOR:**

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o **FORNECEDOR** ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a **PREFEITURA**, por período não superior

a 2(dois) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

15.2 A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à **PREFEITURA.**

15.3 **A CONTRATADA** sujeitar-se-á à multa de 0,30% (trinta décimos de por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

15.4 No caso de atraso na entrega do produtos/material por mais de 30 (trinta) dias, a multa será de 20% sobre o valor do contrato e poderá a **PREFEITURA**, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a seu exclusivo critério, rescindir o contrato.

15.5 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a **CONTRATADA** descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à **PREFEITURA**;

b) se a **CONTRATADA** sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para-fiscais; c) se a **CONTRATADA** tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

15.6 A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da **CONTRATADA,** implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração **MUNICIPAL** e demais órgãos/entidades.

15.7 A falta de produto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a **CONTRATADA** das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

15.8 Ficará impedido de licitar e contratar com a administração púbica, pelo prazo de cinco anos, o licitante, que não celebrar o contrato dentro do prazo quando convocado, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, em conformidade com o Art. 7º da Lei 10.520/2002.

15.9 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

16.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na norma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 A aquisição dos artigos de que trata o Edital ocorrerá por conta na previsão do Orçamento do Município para o exercício de 2017, na LDO e na Lei do Plano Plurianual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18. 1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II integram está Ata, o Edital de Pregão nº 005/2017 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por item.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **PREFEITURA;**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 Para dirimir as questões oriundas deste contrato será competente a **COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE – MT**

19.2 E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em quatro vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Local e data

Santo Antônio do leste 13 de novembro de 2017

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

ANDERSON HENRIQUE DA SILVA MORAES-ME

CNPJ: 02.437.839/0001-17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 069/2017 DO PREGÃO ELETRÔNICO 006/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 069/2017

PREGÃO ELETRÔNICO 006/2017

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento, **O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT,** Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua A, nº 367, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr**. Miguel Jose Brunetta,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n°: 1.427.577 SSP/PR, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda-CPF sob o nº. 326.034.369-53, residente e domiciliado à Rua: das Araras,que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS** Nº 006/2017, a classificação das propostas publicada no Diário Oficial dos Municípios/AMM ou Jornal de Grande Circulação, do processo 046/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações.

Fornecedor(a): CASA DO COMPUTADOR LTDA-EPP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 10.199.390/0001-24, sediada na Praça dos Colonizadores, nº 126-N-bairro Centro, CEP: 78.575-000, Juara/MT, , Fone: (66) 3556-4805. Neste ato representado pelo seu sócio administrador João Mattei, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.711.040-0 expedida pela SSP/PR, CPF nº 046.965.810-04.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços, para eventual contratação de empresa para fornecimento de **Equipamentos e Materiais Permanente,** de acordo com as especificações constantes nos anexos I do edital e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas em primeiro lugar por item, conforme consta nos autos do processo nº. 046/2017.

1.1.1 Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2. 1 A presente Ata terá validade máxima de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios ou Jornal de Grande Circulação e no mural da prefeitura, não prorrogável e, terá efeito enquanto a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, além das Unidades Administrativa/Secretaria, qualquer órgão ou entidade pertencente à esta jurisdição (município), que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitando no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n. 8666/93 e demais legislação pertinente.

3.2 O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é relativo ao objeto especificado no Edital e no Anexo I, de acordo com a respectiva classificação no **PREGÃO ELETRÔNICO nº 006/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

3.3 Para cada material/produtos de que trata está Ata, serão observadas, enquanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste – MT, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4 O preço a ser pago por item, discriminados os valores dos produtos unitariamente, será constante da proposta apresentada, no já mencionado Pregão, pelas empresas conforme ordem de classificação, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1 O gerenciamento (a) deste instrumento caberá à **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento**, no seu aspecto operacional, e Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

5.1 Os preços registrados, a especificação dos materiais/produtos, os quantitativos, constarão do quadro abaixo:

CASA DO COMPUTADOR LTDA-EPP						
ITEM	**DESCRIÇAO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTDE**	**MARCA**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
4	ARQUIVO - DE ACO, MEDINDO 132 X 46 X 67, COM 4 GAVETAS E COM CHAVE, RIGIDA, ACO TRATAMENTO ANTI FERRUGEM, QUATRO GAVETAS	UNID	3	W3 OF-CL-4/600	R$ 458,00	R$ 1.374,00
7	APARELHO TELEFONICO ANALOGICO - TELEFONE SEM FIO. LONGO ALCANCE 2.4.GHZ. NA COR PRETA/CINZA, BEGE/BRANCO,04 TIPOS DE CAMPAINHA. 02 OPCOES DE VOLUME. OPCAO CAMPAINHA DESLIGADA. BUSCA AUTOMATICA 20 CANAIS. 10 MEMORIAS DE DISCAGEM RAPIDA. ANTENA INTERNA##,TECLA MUDO. TECLA FLASH. TECLA LOCALIZAR MONOFONE## TECLA REDISCAR, TECLA PAUSA##,DISCAGEM PULSO E TOM. DURAÇÃO DA BATERIA 45H EM REPOUSO E 3H 30MIN EM USO CONTINUO, ACOMPANHA: MANUAL DE INSTRUCOES,	UNID	10	INTELBRAS TS 40-PRETO	R$ 100,00	R$ 1.000,00

	ADAPTADOR DE VOLTAGEM E BASE##,GARANTIA: MINIMA DE 01 ANO PELO FABRICANTE. ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 242 DE 30/11/2000 DA ANATEL					
					VALOR TOTAL	**R$ 2. 374,00**

Para fins de aditamentos, acréscimos ou supressões, o valor do presente instrumento é de R$ 2.374,00 (dois mil trezentos e setenta e quatro reais).

CLÁUSULA SEXTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO:

6.1 Prazo de entrega: O fornecedor cujo preço estiver registrado em Ata terá 30 (trinta) dias, contados a partir da data e horário de recebimento da requisição de materiais/produtos emitido pela unidade **CONTRATANTE,** para entrega no almoxarifado central e no estabelecimento da empresa vencedora. Contrato de vigência prevista para 12 (doze) meses.

6.1 A entrega do objeto da presente licitação deverá ocorrer de forma parcial conforme solicitação do setor competente no prazo máximo de 10 (dez) dias, sendo a entrega em dia útil, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Localizado na rua A, Jardim Santa Inês, n.º 367, nesta Cidade de Santo Antônio do Leste Estado de Mato Grosso, no horário de 07h00min ás 11h00min e das 13h00min às 17h00min, observando-se a conformidade dos produtos com as especificações contidas no Anexo I deste Instrumento Convocatório.

6.8 Os produtos a serem entregue devem obrigatoriamente ser de primeira qualidade, de procedência de laboratório de boa qualidade e que se enquadrem nas especificações da **ABNT** ou do Órgão Federal responsável. Caso os produtos não ofereçam as qualidades dos Órgãos Fiscalizadores, serão rejeitados, arcando a empresa com o ônus do fato e sob pena de aplicação das sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor;

6.9 Os produtos com prazo de validade remanescente a partir da data de entrega (quando o caso) não poderá ser inferior a 12 (doze) meses;

6.10 A empresa fornecedora assumirá a responsabilidade pela entrega que efetuar, de acordo com as especificações constantes do presente Edital e anexos, bem como da respectiva proposta, obedecendo ao Código de Defesa do Consumidor quanto as condições e qualidade dos materiais entregues;

6.11 A empresa efetuará a troca imediata dos produtos/materiais, objeto desta licitação, que estiver fora das especificações contidas na proposta ou que não atenda o padrão de qualidade exigido, ou em que se verifique vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para a adquirente;

CLÁUSULA SETIMA - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

7.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

7.2 Os fornecimentos dos produtos registrados neste instrumento serão efetuados através da Autorização de Fornecimento emitido pelo responsável de cada secretaria, vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, que deverá conter: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

7.3 A entrega do(s) produto(s) só estará caracterizada mediante a requisição assinada pelo servidor responsável da unidade administrativa requisitante, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

7.4 Os licitantes registrados na presente Ata de Registro de Preços estão obrigados a fornecer quantitativos superiores aos registrados em função do direito de acréscimos de até 25% de que trata o § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

8.1 São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Anexo I:

8.1.1 executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo I, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

8.1.2 A licitante contratada fica obrigada a exigir as requisições dos servidores responsáveis pelo controle, solicitação, recebimento e/ou retirada dos produtos, mediante requisição devidamente assinada pelo responsável da respectiva unidade administrativa.

8.1.3 Fornecer as quantidades nas condições estipuladas nesta Ata de Registro de Preço e no respectivo Termo Contratual e nas condições inserida nas Notas de Empenho iniciais e seguintes e nas requisições emitida pelas Secretaria Solicitante.

8.1.4 Emitir as Notas Fiscais nos Prazos para faturamento, conforme exigência do Edital.

8.1.5 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **PREFEITURA**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência à **PREFEITURA**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

8.1.6 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **PREFEITURA**, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;

8.1.7 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.1.8 A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste contrato não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

8.1.9 Possibilitar a **PREFEITURA** efetuar vistoria nos Produtos da **CONTRATADA** a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;

8.1.10 Comunicar imediatamente à **PREFEITURA** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.1.11 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.1.12 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **PREFEITURA;**

8.1.13 Indenizar terceiros e/ou a **PREFEITURA** mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.1.14 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para a **PREFEITURA**, toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo Máximo de 2 dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações ou, quando for o caso, da amostra, com o produto entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis;

8.1.15 Prestar garantia dos bens fornecidos, compreendendo qualquer alteração nos produtos;

8.1.16 Providenciar, de imediato, por sua conta e sem ônus para a **PREFEITURA,** a correção ou substituição, a critério da **PREFEITURA**, dos produtos/materiais que apresentarem alterações durante o período de garantia;

8.1.17 Garantir entrega dos produtos sempre que necessário;

8.1.18 Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais da **PREFEITURA**, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a aquisição dos produtos objeto do contrato;

8.1.19 Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos produtos até o(s) local (is) de entrega;

8.1.20 Informar nas embalagens de transporte do material, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: número da Ata de Registro de Preços e nº. e data da Ordem de Fornecimento;

8.1.21 Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da(s) quantidade(s) do(s) material(is) estimado(s) no Anexo II, de acordo com o art. 65, p. 1º da Lei 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia da **PREFEITURA;**

8.1.22 Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº. 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à **CONTRATADA.**

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

9.1 - Executar fielmente o objeto contratado e cumprir todas as orientações da Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social, para o fiel desempenho do fornecimento nas datas requeridas, observando sempre os critérios de qualidade e quantidade dos produtos a serem entregues, de acordo com as necessidades.

9.2 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação.

9.3. - Designar preposto durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que seja necessário.

9.4 - Entregar os produtos objeto deste Contrato, independentemente de quaisquer contratempos, ainda que haja necessidade de adquiri-los de seus concorrentes.

9.5 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem subcontratar qualquer parte do objeto do contrato, sem prévio consentimento, por escrito, da Secretaria Solicitante.

9.6 E ainda:

I - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a **PREFEITUR**A de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

II - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à **PREFEITURA** por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas à **PREFEITURA,** que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente;

9.7 A **CONTRATADA** autoriza a **PREFEITURA** a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

9.8 a ausência ou omissão da fiscalização da **PREFEITURA** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas nesta Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

10.1 Solicitar o fornecimento dos produtos/materiais, mediante requisição expedida e assinada pelo servidor responsável da respectiva unidade administrativa.

10.2 - Efetuar o pagamento pelo fornecimento dos produtos, na forma convencionada no Contrato, desde que atendidas as formalidades previstas nesta Ata e no Edital.

10.3 Fiscalizar a fiel observância das disposições do contrato através de servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização dos produtos/materiais registrando em relatório as deficiências porventura existentes no fornecimento dos mesmos, notificando à Empresa, sobre as falhas, faltas e outras situações verificadas, determinando prazo para a regularização.

10.4 - Controlar as “Requisições de Fornecimento”, relatando à empresa as eventuais ocorrências havidas no período de vigência do contrato, podendo solicitar documentação referente à procedência dos produtos ou análise sobre sua qualidade por Órgão Oficial ou a quem couber, sem ônus adicionais para a Secretaria.

10.5 Publicar o contrato, em resumo, no Órgão Oficial de Imprensa, bem como naquele que a legislação dispuser.

10.6 promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado à empresa contratada de acordo com a entrega dos mesmos ou conforme utilizado, através de ordem Bancária – ou por meio de cheque – em moeda corrente nacional, através do Banco do Brasil S/A, até o 3º (terceiro) dia útil após a entrega dos materiais, mediante a apresentação de notas fiscais, devidamente certificada pela secretarias solicitantes, e de acordo com a quantidade de produtos entregues no período, observados a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93 e mediante documentação fiscal da Empresa (CND do INSS, CRF do FGTS e CND Negativa de débitos Municipal), Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com o respectivo material discriminado, conforme dispõe os Artigos 40, inciso XIV, “a”, e 67, § 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

11.2 O período de pagamento será fixado por cada unidade administrativa e, compreende ao período das requisições emitidas (utilizadas/fornecidas), sobre as quais será destacada a nota fiscal e a está anexada, e será paga nos termos do subitem 12.1

11.3 Para a realização do pagamento será observado o fiel cumprimento do fornecimento nas condições acordadas, comparando-se os dados contidos na Nota Fiscal/Fatura com os registrados nas “Requisições de Fornecimento e Serviços”.

11.4 Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.6 Nenhum pagamento isentará o **FORNECEDOR** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

12.1 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

12.2 Os preços registrados na Ata de Registro de Preços Poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei 8.666/93.

12.3 No Caso de solicitação de revisão de preço por parte do fornecedor, o mesmo deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço. Na análise da solicitação dentre outros critérios, Órgão Gerenciador adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil, índices setoriais adotados pelo Governo Federal.

12.4 Sendo Julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado e os propostos pelo licitante à época da realização deste certame licitatório.

12.5 A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até 15 (quinze) dias. Nesse período e vedado ao fornecedor interromper o fornecimento enquanto aguarda o tramite do processo de revisão de preços.

12.6 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

12.7 Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.8 Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamento e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

12.9 Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – adequação econômico-financeira.

12.10 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE** para determinado Item.

12.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Jornal de Grande Circulação ou Diário Oficial dos Municípios e no mural da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

13.1.1 Automaticamente:

a) por decurso do praza de vigência;

b) quando não restarem fornecedores registrados;

c) pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste quando caracterizado o interesse público.

13.1.2 a pedido, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrências de casos fortuitos ou de força maior.

13.1.3 por iniciativa da Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste, quando:

a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) perder qualquer condição de habilitação ou quantificação técnica exigida no processo licitatório;

c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

d) não cumprir obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) não comparecer ou se recusar a entregar no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de preço ou nos pedidos dela decorrentes;

13.2 O proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo especifica, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulado com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, edital ou instrumentos obrigacional, caso não aceitas as razões do pedido.

13.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previsto, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao registro de preço.

13.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço de fornecedor, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Grande Circulação, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

14.1 Correrão por conta exclusiva do **FORNECEDOR:**

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o **FORNECEDOR** ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a **PREFEITURA**, por período não superior

a 2(dois) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

15.2 A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à **PREFEITURA.**

15.3 **A CONTRATADA** sujeitar-se-á à multa de 0,30% (trinta décimos de por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

15.4 No caso de atraso na entrega do produtos/material por mais de 30 (trinta) dias, a multa será de 20% sobre o valor do contrato e poderá a **PREFEITURA**, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a seu exclusivo critério, rescindir o contrato.

15.5 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a **CONTRATADA** descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à **PREFEITURA**;

b) se a **CONTRATADA** sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para-fiscais; c) se a **CONTRATADA** tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

15.6 A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da **CONTRATADA,** implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração **MUNICIPAL** e demais órgãos/entidades.

15.7 A falta de produto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a **CONTRATADA** das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

15.8 Ficará impedido de licitar e contratar com a administração púbica, pelo prazo de cinco anos, o licitante, que não celebrar o contrato dentro do prazo quando convocado, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, em conformidade com o Art. 7º da Lei 10.520/2002.

15.9 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

16.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na norma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 A aquisição dos artigos de que trata o Edital ocorrerá por conta na previsão do Orçamento do Município para o exercício de 2017, na LDO e na Lei do Plano Plurianual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18. 1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II integram está Ata, o Edital de Pregão nº 006/2017 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por item.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **PREFEITURA;**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 Para dirimir as questões oriundas deste contrato será competente a **COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE – MT**

19.2 E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Santo Antônio do Leste 13 de novembro de 2017

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

CASA DO COMPUTADOR LTDA-EPP

CNPJ: 10.199.390/0001-24

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 070/2017 DO PREGÃO ELETRÔNICO 006/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 070/2017

PREGÃO ELETRÔNICO 006/2017

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento, **O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT,** Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua A, nº 367, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr**. Miguel Jose Brunetta,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n°: 1.427.577 SSP/PR, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda-CPF sob o nº. 326.034.369-53, residente e domiciliado à Rua: das Araras,que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS** Nº 006/2017, a classificação das propostas publicada no Diário Oficial dos Municípios/AMM ou Jornal de Grande Circulação, do processo 046/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações.

Fornecedor(a): GRANDE ELETRO ELETRÔNICOS LTDA-ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 10.662.4497/0001-67, sediada na Rua Maranhão, nº 285, bairro Centro, CEP: 86010-390, Londrina/PR, , Fone: (43) 3337-2323. Neste ato representado pelo sua sócia administradora Marlene Chiarato de Almeida, brasileira, portadora da Carteira de Identidade RG nº 1.342.710-0 expedida pela SSP/PR, CPF nº 017.067. 429-08.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços, para eventual contratação de empresa para fornecimento de **Equipamentos e Materiais Permanente,** de acordo com as especificações constantes nos anexos I do edital e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas em primeiro lugar por item, conforme consta nos autos do processo nº. 046/2017.

1.1.1 Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2. 1 A presente Ata terá validade máxima de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios ou Jornal de Grande Circulação e no mural da prefeitura, não prorrogável e, terá efeito enquanto a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, além das Unidades Administrativa/Secretaria, qualquer órgão ou entidade pertencente à esta jurisdição (município), que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitando no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n. 8666/93 e demais legislação pertinente.

3.2 O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é relativo ao objeto especificado no Edital e no Anexo I, de acordo com a respectiva classificação no **PREGÃO ELETRÔNICO nº 006/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

3.3 Para cada material/produtos de que trata está Ata, serão observadas, enquanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2017,** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste – MT, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4 O preço a ser pago por item, discriminados os valores dos produtos unitariamente, será constante da proposta apresentada, no já mencionado Pregão, pelas empresas conforme ordem de classificação, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1 O gerenciamento (a) deste instrumento caberá à **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento**, no seu aspecto operacional, e Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

5.1 Os preços registrados, a especificação dos materiais/produtos, os quantitativos, constarão do quadro abaixo:

GRANDE ELETRO ELETRONICOS LTDA-ME						
ITEM	**DESCRIÇAO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTDE**	**MARCA**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
3	CADEIRA - CADEIRA TIPO LONGARINA, EM ACO, SEM BRACO C/5 LUGARES, TUBULAR, ESTRUTURA TUBULAR, NA COR AZUL	UNID	4	CASTOFAR	R$ 412,90	R$ 1. 651,60
					VALOR TOTAL	**R$ 1. 651,60**

Para fins de aditamentos, acréscimos ou supressões, o valor do presente instrumento é de R$ 1.651,60 (um mil seiscentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA SEXTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO:

6.1 Prazo de entrega: O fornecedor cujo preço estiver registrado em Ata terá 30 (trinta) dias, contados a partir da data e horário de recebimento da requisição de materiais/produtos emitido pela unidade **CONTRATANTE,** para entrega no almoxarifado central e no estabelecimento da empresa vencedora. Contrato de vigência prevista para 12 (doze) meses.

6.1 A entrega do objeto da presente licitação deverá ocorrer de forma parcial conforme solicitação do setor competente no prazo máximo de 10 (dez) dias, sendo a entrega em dia útil, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Localizado na rua A, Jardim Santa Inês, n.º 367, nesta Cidade de Santo Antônio do Leste Estado de Mato Grosso, no horário de 07h00min ás 11h00min e das 13h00min às 17h00min, observando-se a conformidade dos produtos com as especificações contidas no Anexo I deste Instrumento Convocatório.

6.8 Os produtos a serem entregue devem obrigatoriamente ser de primeira qualidade, de procedência de laboratório de boa qualidade e que se enquadrem nas especificações da **ABNT** ou do Órgão Federal responsável. Caso os produtos não ofereçam as qualidades dos Órgãos Fiscalizadores, serão rejeitados, arcando a empresa com o ônus do fato e sob pena de aplicação das sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor;

6.9 Os produtos com prazo de validade remanescente a partir da data de entrega (quando o caso) não poderá ser inferior a 12 (doze) meses;

6.10 A empresa fornecedora assumirá a responsabilidade pela entrega que efetuar, de acordo com as especificações constantes do presente Edital e anexos, bem como da respectiva proposta, obedecendo ao Código de Defesa do Consumidor quanto as condições e qualidade dos materiais entregues;

6.11 A empresa efetuará a troca imediata dos produtos/materiais, objeto desta licitação, que estiver fora das especificações contidas na proposta ou que não atenda o padrão de qualidade exigido, ou em que se verifique vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para a adquirente;

CLÁUSULA SETIMA - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

7.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

7.2 Os fornecimentos dos produtos registrados neste instrumento serão efetuados através da Autorização de Fornecimento emitido pelo responsável de cada secretaria, vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, que deverá conter: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

7.3 A entrega do(s) produto(s) só estará caracterizada mediante a requisição assinada pelo servidor responsável da unidade administrativa requisitante, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

7.4 Os licitantes registrados na presente Ata de Registro de Preços estão obrigados a fornecer quantitativos superiores aos registrados em função do direito de acréscimos de até 25% de que trata o § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

8.1 São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Anexo I:

8.1.1 executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo I, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

8.1.2 A licitante contratada fica obrigada a exigir as requisições dos servidores responsáveis pelo controle, solicitação, recebimento e/ou retirada dos produtos, mediante requisição devidamente assinada pelo responsável da respectiva unidade administrativa.

8.1.3 Fornecer as quantidades nas condições estipuladas nesta Ata de Registro de Preço e no respectivo Termo Contratual e nas condições inserida nas Notas de Empenho iniciais e seguintes e nas requisições emitida pelas Secretaria Solicitante.

8.1.4 Emitir as Notas Fiscais nos Prazos para faturamento, conforme exigência do Edital.

8.1.5 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **PREFEITURA**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência à **PREFEITURA**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

8.1.6 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **PREFEITURA**, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;

8.1.7 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.1.8 A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste contrato não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

8.1.9 Possibilitar a **PREFEITURA** efetuar vistoria nos Produtos da **CONTRATADA** a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;

8.1.10 Comunicar imediatamente à **PREFEITURA** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.1.11 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.1.12 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **PREFEITURA;**

8.1.13 Indenizar terceiros e/ou a **PREFEITURA** mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.1.14 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para a **PREFEITURA**, toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo Máximo de 2 dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações ou, quando for o caso, da amostra, com o produto entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis;

8.1.15 Prestar garantia dos bens fornecidos, compreendendo qualquer alteração nos produtos;

8.1.16 Providenciar, de imediato, por sua conta e sem ônus para a **PREFEITURA,** a correção ou substituição, a critério da **PREFEITURA**, dos produtos/materiais que apresentarem alterações durante o período de garantia;

8.1.17 Garantir entrega dos produtos sempre que necessário;

8.1.18 Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais da **PREFEITURA**, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a aquisição dos produtos objeto do contrato;

8.1.19 Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos produtos até o(s) local (is) de entrega;

8.1.20 Informar nas embalagens de transporte do material, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: número da Ata de Registro de Preços e nº. e data da Ordem de Fornecimento;

8.1.21 Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da(s) quantidade(s) do(s) material(is) estimado(s) no Anexo II, de acordo com o art. 65, p. 1º da Lei 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia da **PREFEITURA;**

8.1.22 Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº. 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à **CONTRATADA.**

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

9.1 - Executar fielmente o objeto contratado e cumprir todas as orientações da Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social, para o fiel desempenho do fornecimento nas datas requeridas, observando sempre os critérios de qualidade e quantidade dos produtos a serem entregues, de acordo com as necessidades.

9.2 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação.

9.3. - Designar preposto durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que seja necessário.

9.4 - Entregar os produtos objeto deste Contrato, independentemente de quaisquer contratempos, ainda que haja necessidade de adquiri-los de seus concorrentes.

9.5 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem subcontratar qualquer parte do objeto do contrato, sem prévio consentimento, por escrito, da Secretaria Solicitante.

9.6 E ainda:

I - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a **PREFEITUR**A de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

II - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à **PREFEITURA** por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas à **PREFEITURA,** que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente;

9.7 A **CONTRATADA** autoriza a **PREFEITURA** a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

9.8 a ausência ou omissão da fiscalização da **PREFEITURA** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas nesta Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

10.1 Solicitar o fornecimento dos produtos/materiais, mediante requisição expedida e assinada pelo servidor responsável da respectiva unidade administrativa.

10.2 - Efetuar o pagamento pelo fornecimento dos produtos, na forma convencionada no Contrato, desde que atendidas as formalidades previstas nesta Ata e no Edital.

10.3 Fiscalizar a fiel observância das disposições do contrato através de servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização dos produtos/materiais registrando em relatório as deficiências porventura existentes no fornecimento dos mesmos, notificando à Empresa, sobre as falhas, faltas e outras situações verificadas, determinando prazo para a regularização.

10.4 - Controlar as “Requisições de Fornecimento”, relatando à empresa as eventuais ocorrências havidas no período de vigência do contrato, podendo solicitar documentação referente à procedência dos produtos ou análise sobre sua qualidade por Órgão Oficial ou a quem couber, sem ônus adicionais para a Secretaria.

10.5 Publicar o contrato, em resumo, no Órgão Oficial de Imprensa, bem como naquele que a legislação dispuser.

10.6 promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado à empresa contratada de acordo com a entrega dos mesmos ou conforme utilizado, através de ordem Bancária – ou por meio de cheque – em moeda corrente nacional, através do Banco do Brasil S/A, até o 3º (terceiro) dia útil após a entrega dos materiais, mediante a apresentação de notas fiscais, devidamente certificada pela secretarias solicitantes, e de acordo com a quantidade de produtos entregues no período, observados a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93 e mediante documentação fiscal da Empresa (CND do INSS, CRF do FGTS e CND Negativa de débitos Municipal), Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com o respectivo material discriminado, conforme dispõe os Artigos 40, inciso XIV, “a”, e 67, § 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

11.2 O período de pagamento será fixado por cada unidade administrativa e, compreende ao período das requisições emitidas (utilizadas/fornecidas), sobre as quais será destacada a nota fiscal e a está anexada, e será paga nos termos do subitem 12.1

11.3 Para a realização do pagamento será observado o fiel cumprimento do fornecimento nas condições acordadas, comparando-se os dados contidos na Nota Fiscal/Fatura com os registrados nas “Requisições de Fornecimento e Serviços”.

11.4 Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.6 Nenhum pagamento isentará o **FORNECEDOR** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

12.1 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

12.2 Os preços registrados na Ata de Registro de Preços Poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei 8.666/93.

12.3 No Caso de solicitação de revisão de preço por parte do fornecedor, o mesmo deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço. Na análise da solicitação dentre outros critérios, Órgão Gerenciador adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil, índices setoriais adotados pelo Governo Federal.

12.4 Sendo Julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado e os propostos pelo licitante à época da realização deste certame licitatório.

12.5 A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até 15 (quinze) dias. Nesse período e vedado ao fornecedor interromper o fornecimento enquanto aguarda o tramite do processo de revisão de preços.

12.6 A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

12.7 Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.8 Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamento e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

12.9 Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – adequação econômico-financeira.

12.10 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE** para determinado Item.

12.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Jornal de Grande Circulação ou Diário Oficial dos Municípios e no mural da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

13.1.1 Automaticamente:

a) por decurso do praza de vigência;

b) quando não restarem fornecedores registrados;

c) pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste quando caracterizado o interesse público.

13.1.2 a pedido, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrências de casos fortuitos ou de força maior.

13.1.3 por iniciativa da Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste, quando:

a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) perder qualquer condição de habilitação ou quantificação técnica exigida no processo licitatório;

c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

d) não cumprir obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) não comparecer ou se recusar a entregar no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de preço ou nos pedidos dela decorrentes;

13.2 O proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo especifica, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulado com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, edital ou instrumentos obrigacional, caso não aceitas as razões do pedido.

13.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previsto, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao registro de preço.

13.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço de fornecedor, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Grande Circulação, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

14.1 Correrão por conta exclusiva do **FORNECEDOR:**

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o **FORNECEDOR** ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a **PREFEITURA**, por período não superior

a 2(dois) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

15.2 A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à **PREFEITURA.**

15.3 **A CONTRATADA** sujeitar-se-á à multa de 0,30% (trinta décimos de por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

15.4 No caso de atraso na entrega do produtos/material por mais de 30 (trinta) dias, a multa será de 20% sobre o valor do contrato e poderá a **PREFEITURA**, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a seu exclusivo critério, rescindir o contrato.

15.5 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a **CONTRATADA** descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à **PREFEITURA**;

b) se a **CONTRATADA** sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para-fiscais; c) se a **CONTRATADA** tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

15.6 A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da **CONTRATADA,** implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração **MUNICIPAL** e demais órgãos/entidades.

15.7 A falta de produto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a **CONTRATADA** das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

15.8 Ficará impedido de licitar e contratar com a administração púbica, pelo prazo de cinco anos, o licitante, que não celebrar o contrato dentro do prazo quando convocado, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, em conformidade com o Art. 7º da Lei 10.520/2002.

15.9 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

16.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na norma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 A aquisição dos artigos de que trata o Edital ocorrerá por conta na previsão do Orçamento do Município para o exercício de 2017, na LDO e na Lei do Plano Plurianual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18. 1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II integram está Ata, o Edital de Pregão nº 006/2017 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por item.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **PREFEITURA;**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 Para dirimir as questões oriundas deste contrato será competente a **COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE – MT**

19.2 E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Santo Antônio do Leste 13 de novembro de 2017

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

GRANDE ELETRO ELETRONICOS LTDA-ME

CNPJ: 10.662.497/0001-67

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO

PORTARIA Nº 048/2017 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre **Concessão de Licença-Prêmio** ao Servidor Municipal UNILSON JOAO DA COSTA e dá outras providências.

EURIPEDES GARCIA DE MOURA, SECRETÁRIO DE GOVERNO E GABINETE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO – MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder 01 (um) mês de Licença-Prêmio referente ao período aquisitivo de **02/06/2011 a 02/06/2016**; conforme Lei n.º 280/2004 (Regime Jurídico Único Dos Servidores Públicos Do Município De São José Do Povo), Art. 102, considerando os Artigos 103 e 104, ao funcionário **UNILSON JOÃO DA COSTA**, Servidor Efetivo**,** portador do RG nº 382918 SSP-MT e inscrito no CPF sob o nº 298.819.271-53, no cargo de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de SECRETARIA DE SAÚDE, **sendo o afastamento em 16/11/2017 e retorno em 15/12/2017.**

ARTIGO 2º - Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE

São José do Povo – MT; 14 de Novembro de 2017.

_____

EURIPEDES GARCIA DE MOURA

Secretário de Governo e Gabinete

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____ ____/____/_____.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO

PORTARIA Nº 049/2017 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre **Concessão de Licença-Prêmio** ao Servidor Municipal SERGIO PEREIRA DOS SANTOS e dá outras providências.

EURIPEDES GARCIA DE MOURA, SECRETÁRIO DE GOVERNO E GABINETE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO – MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder 01 (um) mês de Licença-Prêmio referente ao período aquisitivo de **01/06/2006 a 30/06/2011**; conforme Lei n.º 280/2004 (Regime Jurídico Único Dos Servidores Públicos Do Município De São José Do Povo),Art. 102, considerando os Artigos 103 e 104, ao funcionário **SERGIO PEREIRA DOS SANTOS**, Servidor Efetivo**,** portador do RG nº 1316630-1 SSP-MT e inscrito no CPF sob o nº 957.391.731-91, no cargo de VIGIA, lotado na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO E CULTURA, **sendo o afastamento em 14/11/2017 e retorno em 13/12/2017.**

ARTIGO 2º - Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE

São José do Povo – MT; 14 de Novembro de 2017.

_____

EURIPEDES GARCIA DE MOURA

Secretário de Governo e Gabinete

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____ ____/____/_____.

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 62 /2017- DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com suas respectivas alterações, no Município de São José do Povo - MT para o fim de regulamentar, em âmbito local, a parceria e o acordo de cooperação entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.

O PREFEITO MUNICIPAL de São José do Povo- MT, Sr. **MOACIR FERNANDES MORAES**, no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 54 Inciso IV da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil de que trata a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 1º Recepciona, no âmbito local, as definições previstas no art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 2014, com as atualizações e os acréscimos estabelecidos pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de setembro de 2015.

§ 2º Aplica-se subsidiariamente ao disposto neste Decreto:

I - o Decreto Federal nº 8.428, de 2 de abril de 2015, que dispõe sobre Procedimento de Manifestação de Interesse, a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública;

II – o Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016, que regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.

§ 3º A administração pública municipal adotará procedimentos para orientar e facilitar a realização de parcerias e estabelecerá, sempre que possível, critérios para definir objetos, metas, custos e indicadores de avaliação de resultados.

§4º A Secretaria Municipal de Assistência Social publicará, no sítio eletrônico oficial do Município, informações que contemplem os procedimentos a serem observados em todas as fases da parceria, para orientar os gestores públicos e as organizações da sociedade civil, nos termos do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 5º A atualização das informações referidas no § 3º deve ser constante, tendo como base as alterações da legislação federal.

§ 6º As secretarias da administração pública municipal poderão editar orientações complementares, de acordo com as especificidades dos programas e das políticas públicas setoriais.

Art. 2º As parcerias entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil terão por objeto a execução de atividade ou projeto e deverão ser formalizadas por meio das seguintes modalidades:

I - termo de fomento ou termo de colaboração, quando envolver transferência de recurso financeiro; ou

II - acordo de cooperação, quando não envolver transferência de recurso financeiro.

Art. 3º O acordo de cooperação previsto no inciso II do art. 2°:

I – poderá ser proposto pela administração pública municipal ou pela organização da sociedade civil.

II – será firmado pelo Prefeito, permitida a delegação;

III – poderá ser prorrogada de acordo com o interesse público, hipótese que prescinde de prévia análise jurídica.

Parágrafo Único: São aplicáveis ao acordo de cooperação as regras e os procedimentos referidos no art. 5° do Decreto Federal n° 8.726/2016.

CAPÍTULO II

DO CHAMAMENTO PÚBLICO E DA SELEÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PARCEIRA

Art. 4º A seleção da organização da sociedade civil para celebrar parceria deverá ser realizada pela administração pública municipal, por meio de chamamento público, nos termos do art.24 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 1º O chamamento público poderá selecionar mais de uma proposta, mediante formalização de termo de atuação em rede, se houver previsão no edital, observadas as formalidades dos arts. 45 e seguintes do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

§ 2º O chamamento público para celebração de parcerias executadas com recursos de fundos específicos, como o da criança e do adolescente, do idoso e de defesa de direitos difusos, entre outros, poderá ser formalizada, em sua fase interna, pelos respectivos conselhos, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e deste Decreto.

§ 3º Os termos de fomento ou de colaboração que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados com dispensa do chamamento público, nos termos do arts. 29 e 30, VI, da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 4º O chamamento público poderá ser dispensado ou será considerado inexigível nas hipóteses previstas nos art. 30 e art. 31 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, mediante decisão fundamentada do Prefeito, nos termos do art. 32 da referida Lei.

§ 5º Além das condições exigidas pela Lei Federal nº 13.019, de 2014, a organização da sociedade civil interessada em parceria, nos termos deste Decreto, não poderá estar em débito com a fazenda pública municipal.

Art. 6º A administração pública municipal nomeará Comissão de Seleção e de Julgamento para o Chamamento Público, sendo esta um órgão cole-

giado, composto por três agentes públicos, designados por portaria, com pelo menos dois de seus membros servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.

§ 1º Quando se tratar de Chamamento Público para parceria que envolva programas ou políticas públicas setoriais, a Comissão de que trata este artigo poderá ser composta por mais dois servidores da área.

§ 2º Na portaria de nomeação o Presidente e o Secretário da Comissão de Seleção assumirão a responsabilidade pela condução dos trabalhos.

§ 3º Será impedida de participar de Comissão, para fins deste artigo, o servidor que, nos últimos cinco anos, tenha mantido vínculo jurídico com, ao menos, uma das entidades em disputa.

§ 4º Configurado o impedimento previsto no § 3º, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

§ 5º O processo de seleção abrangerá a avaliação das propostas, a divulgação e a homologação dos resultados.

Art. 7º A avaliação das propostas terá caráter eliminatório e classificatório.

§ 1º As propostas serão classificadas de acordo com os critérios de julgamento estabelecidos no edital.

§ 2º Será eliminada a organização da sociedade civil cuja proposta esteja em desacordo com os termos do edital ou que não contenha as seguintes informações:

I - a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;

II – as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;

III – os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e

IV – o valor global.

Art. 8º A administração pública municipal divulgará o resultado preliminar do processo de seleção no seu sítio eletrônico oficial.

Art. 9º As organizações da sociedade civil poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, no prazo de cinco dias, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu.

§ 1º Os recursos que não forem reconsiderados pelo colegiado no prazo de cinco dias, contados do recebimento, deverão ser encaminhados ao Prefeito para decisão final.

§ 2º Os recursos poderão ser apresentados por meio do sítio eletrônico oficial do Município ou no setor de protocolo da Prefeitura.

§ 3º Não caberá novo recurso da decisão do recurso previsto neste artigo.

Art. 10. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, a administração pública municipal deverá homologar e divulgar as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 11. O Procedimento de Manifestação de Interesse Social é o instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos.

poderão apresentar propostas à administração pública municipal, diretamente na Secretaria vinculada à área de atuação do projeto pretendido, para que esta avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria.

§ 1º O Procedimento de Manifestação de Interesse Social deve conter:

I - identificação do subscritor da proposta;

II - indicação do interesse público envolvido; e

III - diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação de viabilidade, de custos, de benefícios e de prazos de execução da ação pretendida.

§ 2º Preenchidos os requisitos, a administração pública municipal deverá tornar pública a proposta no sítio eletrônico do Município e, verificada a conveniência e oportunidade para realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, o instaurará para oitiva da sociedade sobre o tema.

§ 3º A realização do procedimento previsto no § 2º não obrigará a execução do projeto proposto, que acontecerá de acordo com as possibilidades da administração pública municipal.

§ 4º A Manifestação de Interesse social não dispensa a convocação, por meio de chamamento público, para a celebração de parceria.

§ 5º A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede a organização da sociedade civil de participar no eventual chamamento público.

Art. 12. A execução das parcerias pode se dar por atuação em rede de duas ou mais organizações da sociedade civil, a ser formalizada mediante assinatura de termo de atuação em rede.

§ 1º A atuação em rede pode se efetivar pela realização de ações coincidentes, quando há identidade de intervenções, ou de ações diferentes e complementares à execução do objeto da parceria.

§ 2º A rede deve ser composta por:

I - uma organização da sociedade civil celebrante da parceria com a administração pública municipal, que ficará responsável pela rede e atuará como sua supervisora, mobilizadora e orientadora, podendo participar diretamente ou não da execução do objeto; e

II - uma ou mais organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes da parceria com a administração pública municipal, que deverão executar ações relacionadas ao objeto da parceria definidas em comum acordo com a organização da sociedade civil celebrante.

§ 3º A atuação em rede não caracteriza subcontratação de serviços e nem descaracteriza a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil celebrante.

§ 4º Aplica-se, à atuação em rede, o disposto nos arts. 45 e seguintes do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

CAPÍTULO IV

DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 13. A Comissão de Monitoramento e Avaliação é a instância administrativa colegiada responsável por:

I - monitorar o conjunto de parcerias;

II – apresentar proposta de aprimoramento dos procedimentos;

III - padronizar objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação; e

IV - homologar dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

§ 1º A administração pública municipal designará, por portaria, os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação, a ser constituída por três membros, pelo menos dois servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal.

§ 2º A Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos, especialmente quando a parceria envolver programas ou políticas públicas setoriais.

§ 3º A Comissão de Monitoramento e Avaliação se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações previstas nos arts. 51 a 53 do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

§ 4º O monitoramento e a avaliação de parceria executada com recursos de fundo específico poderão ser realizados pela Comissão Municipal com atuação temática na respectiva área- fim.

Art. 14. O membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá se declarar impedido de participar do monitoramento e da avaliação da parceria quando verificar que tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado da organização da sociedade civil ou que tenha participado da Comissão de Seleção e de Julgamento.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Para os processos administrativos das parcerias formalizadas nos termos deste Decreto será observado, subsidiariamente, o que dispõe a Lei da União nº 9.784, de 29 de janeiro de1999.

Parágrafo único. A juízo da administração pública municipal e a pedido da organização da sociedade civil, poderá ser realizada audiência para esclarecimento necessário à instrução do processo.

Art. 16. Não constituem parceria, para fins do disposto neste Decreto:

I - os patrocínios, apoio financeiro e contribuições concedidos a atividades e/ou projetos a qualquer pessoa física ou jurídica, nos termos da LC nº 101, art. 26;

II – subvenções sociais para entidades de que trata a Lei nº 13.019, art. 3º, IV; III – subvenções econômicas;

Art. 17. No âmbito da administração pública municipal, a prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica, relacionada à execução da parceria, prevista no inciso XVII do caput do art. 42 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, caberá à Procuradoria do Município.

§ 1º Antes de promover a tentativa de conciliação e solução administrativa, o órgão jurídico deverá consultar a Secretaria de Assistência Social quanto à existência de processo de apuração de irregularidade concernente ao objeto da parceria.

§ 2º É assegurada a prerrogativa de a organização da sociedade civil se fazer representar por advogado perante a administração pública municipal, especialmente em procedimento voltado à conciliação e à solução administrativa de dúvidas decorrentes da execução da parceria.

Art. 18. A administração pública municipal fará reuniões públicas com as organizações da sociedade civil, a fim de orientá-las quanto à Lei Federal nº 13.019, de 2014, bem como sobre a aplicação deste Decreto.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Jose do Povo, 13 de novembro de 2017.

MOACIR FERNANDES MORAES

Prefeito em substituição

T

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO PORTARIA SECAD Nº 18/2017, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 041/2017.

OSWALDO PEDRO VALLILO, Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores EDER FÁBIO MAGRI e DANIEL TAVARES DA SILVA, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da execução do **Contrato nº 041/2017**, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO NOVO ZERO KM, ANO E MODELO 2017, MARCA FORD MODELO CARGO C2629 PARA COMPLEMENTAR A PATRULHA MECANIZADA E ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração e Coordenaçao Geral, São José do Rio Claro/MT, 19 de outubro de 2017.

Oswaldo Pedro Vallilo

Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO PORTARIA SECAD Nº 19/2017, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 042/2017.

OSWALDO PEDRO VALLILO, Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores EDER FÁBIO MAGRI e DANIEL TAVARES DA SILVA, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da execução do **Contrato nº 042/2017**, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE UM TRATOR 78 cv MODELO TL75 MARCA NEW HOLLAND E UM TRATOR 110 CV MODELO 7630 MARCA NEW HOLLAND PARA COMPLEMENTAR A PATRULHA MECANIZADA E ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração e Coordenaçao Geral, São José do Rio Claro/MT, 19 de outubro de 2017.

Oswaldo Pedro Vallilo

Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 36/2016, firmado em 06/10/2017; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pelo **CONTRATADO**, a Empresa **SONIA GOMES LOPES ME**; **Objeto:** acréscimo de valor; **Fundamento Legal:** art.65, inc. I, alínea *b* e § 1º, da Lei nº 8.666/1993, art. 5º do Decreto nº 2.271/1997 e IN/SLTI/MP nº 02/2018; **Valor:** R$ 15.000,00.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato Nº 115/2017, firmado em 01/10/2017. **Signatários:** pela **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pelo **CONTRATADO**, a Empresa **DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**; **Objeto:** Aquisição de Medicamentos para manutenção do Programa da Farmácia Básica Municipal; **Modalidade:** Pregão Presencial nº 18/2017; **Processo:** 27/2017; **Vigência:** 12 meses; **Valor Global:** R$ 6.767,25; **Fiscal de Contrato:** ELIZABETE APARECIDA NOGUEIRA DOS SANTOS.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 38/2016, firmado em 06/10/2017; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pelo **CONTRATADO**, a Empresa **J. DE LIMA SOUZA TRANSPORTE**; **Objeto:** acréscimo de valor; **Fundamento Legal:** art.65, inc. I, alínea *b* e § 1º, da Lei nº 8.666/1993, art. 5º do Decreto nº 2.271/1997 e IN/SLTI/MP nº 02/2018; **Valor:** R$ 15.000,00.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato Nº 118/2017, firmado em 01/11/2017. **Signatários:** pela **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pelo **CONTRATADO**, a Empresa **AGUIA TUR TRANSPORTES LTDA-ME**; **Objeto:** Serviço de locação de veículo para transporte escolar e transporte de pacientes, do tipo Ônibus e Micro-Ônibus, para linhas diversas em rodovias pavimentadas ou não; **Modalidade:** Pregão Presencial nº 38/2017; **Processo:** 55/2017; **Vigência:** 12 meses; **Valor Global:** R$ 193.300,00; **Fiscal de Contrato:** MILTS DE SOUZA LADEIA.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 325 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- EXONERAR do cargo de AUXILIAR AMINISTRATIVO por motivo de aposentadoria por tempo de contribuição o servidor KARDEC DOS SANTOS, nomeado em 18 DE MARÇO DE 1996.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de novembro do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 14 DE NOVEMBRO DE 2017

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 35/2016, firmado em 06/10/2017; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pelo **CONTRATADO**, a Empresa **AGUIA TUR TRANSPORTE LTDA-ME**; **Objeto:** acréscimo de 25%; **Fundamento Legal:** art.65, inc. I, alínea *b* e § 1º, da Lei nº 8.666/1993, art. 5º do Decreto nº 2.271/1997 e IN/SLTI/MP nº 02/2018; **Valor:** R$ 78.292,50.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato Nº 114/2017, firmado em 01/10/2017. **Signatários:** pela **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pelo **CONTRATADO**, a Empresa **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**; **Objeto:** Aquisição de Medicamentos para manutenção do Programa da Farmácia Básica Municipal; **Modalidade:** Pregão Presencial nº 18/2017; **Processo:** 27/2017; **Vigência:** 12 meses; **Valor Global:** R$ 13.181,25; **Fiscal de Contrato:** ELIZABETE APARECIDA NOGUEIRA DOS SANTOS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

PREGOEIRO/LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

EXTRATO RESUMIDO DO 7º TERMO ADITIVO CONTRATO CPL 031/2014

CONTRATANTE : Prefeitura Municipal de Tabaporã –(MT)

CONTRATADO: ERIVELTO RIBEIRO DE ALMEIDA -ME

OBJETO: Prorrogação de prazo do contrato em referência para o período previsto de até 30/05/2018, contados da data de assinatura do Termo Aditivo, tendo em vista que ainda não houve o repasse da do Recurso PAC 207657/2013 do FUNDE. Cujo objeto é , Cosntrução de 01(uma) Quadra Coberta com vestiários , área de construção medindo 25x80x38 m, na escola Municipal Menino Jesus do municipio de Tabaporã

Assinatura do Aditivo de Contrato:27/10/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO TERMO ADITIVO PRRAZO Nº0001000000067/ADM/2017

O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **NATIVA - SOLUÇÃO PRESTADORA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA - ME** /Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo, passando de **11.07.2017 a 08.10.2017 para 11.07.2017 a 06.01.2018**, a execução do **Contrato nº067/ADM/2017** (***Contratação dos Serviços Especializados de Limpeza, Conservação e Asseio de Prédios Públicos , para atender necessidade da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Serviços*. R$ 7.415,16 (Sete mil quatrocentos e quinze reais e dezesseis centavos). Data da Assinatura 06/09/2017.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 030/2017 - P S 001/2017 - CONVOCAÇÃO PARA LABORAR NA SAÚDE

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 030/2017

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA**, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente edital para convocar a candidata aprovados/classificados Processo Seletivo nº. 001/2017, Homologado através do Edital Complementar nº. 012/2017, destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional desta municipalidade.

RESOLVE:

Art. 1° - CONVOCAR oscandidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo nº. 001/2017, conforme o cargo abaixo relacionado, para que compareça no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde **dia 16/11/2017** às 08h00, situada a Avenida Brasil nº. 2350-E Jardim Europa, para informação sobre a contratação e local de trabalho:

Cargo.:380 -TECNICO DE ENFERMAGEM -PSF							
Ordem	**Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Pontos Obtidos**	**Notas**	**Classificação**
15	543	MICHELI PASCHOAL RIBEIRO	16/12/1989	17855640 SSPMT	14	56	Classificado

Art. 2º. As candidatas acima relacionadas deverão comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias 16/11/2017 e 17/11/2017 das 08:00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00 munidos com cópia e original dos documentos abaixo relacionados:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Cópia do CPF do pai, mãe e cônjuge;

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence;

i) Comprovante de residência;

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP;

k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo departamento de pessoal;

l) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

o) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

q) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

r) Declaração de Imposto de Renda 2017 (ano base 2016);

s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de Débitos municipais (Setor de Tributação);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Carteira Profissional para Profissão regulamentada pelo Conselho da respectiva categoria.

v) Cartão do SUS;

x) Cartão de Vacina.

Art. 3. O prazo de apresentação segue o art. 2 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

Art. 4. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada;

b) – não apresentar a documentação exigida no art. 2. do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 14 de Novembro de 2.017

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 031/2017 - P S 002/2017 - CONVOCAÇÃO PARA LABORAR NA SECRETARIA DE SAÚDE

EDITAL COMPLEMENTAR 031/2017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Prof. Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no **Processo Seletivo nº 002/2017,** destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Saúde.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Saúde, situada a Avenida Brasil nº 2350-E, Jardim Europa, conforme abaixo relacionados para informação sobre a contratação e local de trabalho.

Cargo:	381 -AJ. SERV. GERAIS - PSF						
	Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Nº Guia	Prova Objetiva	Resultado
	6	127	LUCIA FERNANDA STEFANIA SANTOS	12/09/1990	30026887	85	Classificado

Cargo:	773 -TECNICO DE ENFERMAGEM-SAMU					
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Nº Guia	Prova Objetiva	Resultado
10	89	ALEALDO SAMPAIO BARRETO	12/07/1980	30026849	55	Classificado

Cargo:	712 -COZINHEIRA - SAMU					
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Nº Guia	Prova Objetiva	Resultado
4	744	MARIA RIZEUDA CORREIA FERREIRA	23/06/1967	30027499	65	Classificado

I. Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias **16/11/2017 e 17/11/2017 das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00** munidos com **cópia e original** os documentos abaixo relacionados:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Atestado Pré-admissional (aptidão física, mental e psicológica), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho;

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

e) Certidão de Reservista, (quando do sexo masculino);

f) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

g) Comprovante de residência;

h) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho), Carteira de registro profissional e certidão negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence;

i) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

j) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

k) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

l) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

m) CPF dos filhos maiores de 14 anos, do pai, mãe e cônjuge;

n) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

o) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

p) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2017/Ano - Calendário 2016);

q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos municipais (Setor de Tributação);

r) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

s) Para o cargo da zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar.

t) Carteira de registro profissional e certidão negativa de débitos do respectivo conselho de classe ao qual pertence;

u) Carteira Nacional de Habilitação – CNH categoria D ou E, exigida pelo cargo.

2. O prazo de apresentação para atribuição do local de trabalho segue no item I, deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subseqüente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo constante no item I deste edital.

3. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada no item I;

b) – não apresentar a documentação exigida no item I do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 14 de Novembro de 2017.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 010/2017 - P S 003/2016 - CONVOCAÇÃO PARA LABORAR NA SECRETARIA DE SAÚDE

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 010/2017

PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA**, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente edital para convocar a candidata aprovados/classificados Processo Seletivo nº. 003/2016, Homologado através do Edital Complementar nº. 010/2016, destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional desta municipalidade.

RESOLVE:

Art. 1° - CONVOCAR o candidato aprovado/classificado no Processo Seletivo nº. 003/2016, conforme o cargo abaixo relacionado, para que compareça no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde **dia 16/11/2017 às 08h00**, situada a Avenida Brasil nº. 2350-E Jardim Europa, para informação sobre a contratação e local de trabalho:

Cargo.:		**707 -MEDICO INTERVENCIONISTA - SAMU**					
Ordem	**Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**INSCRIÇÃO**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
9	195	LUCIANA ELOISA BOLOGNESI VICENZOTTO VELASCO	08/10/1989	30147000 SSP-MT	DEFERIDO	56	Classificado

Cargo.:		**710 -RADIO OPERADOR - SAMU**					
Ordem	**Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**INSCRIÇÃO**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
7	229	ROBERTO DA ROCHA TAIRA	18/01/1989	17006120 SSPMT	**DEFERIDO**	68	Classificado

Art. 2º. O candidato acima relacionado deverá comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias 16 e 17/11/2017 das 08:00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00 munido com cópia e original dos documentos abaixo relacionados:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Cópia do CPF do pai, mãe e cônjuge;

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence;

i) Comprovante de residência;

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP;

k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo departamento de pessoal;

l) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

o) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

q) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

r) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2016);

s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de Débitos municipais (Setor de Tributação);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Carteira Profissional para Profissão regulamentada pelo Conselho da respectiva categoria.

v) Cartão do SUS;

x) Cartão de Vacina.

Art. 3. O prazo de apresentação segue o art. 2 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

Art. 4. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada;

b) – não apresentar a documentação exigida no art. 2. do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 14 de Novembro de 2.017

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 015/2017 - P S 002/2016 - CONVOCAÇÃO PARA LABORAR NA SECRETARIA DE SAÚDE

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 015/2017

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor Profº. **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente edital para convocar o candidato aprovado/classificado Processo Seletivo nº. 002/2016, Homologado através do Edital Complementar nº. 009/2016, destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal Saúde.

RESOLVE:

Art. 1° - CONVOCAR o candidato aprovado /classificado no Processo Seletivo nº. 002/2016, conforme o cargo e candidato abaixo relacionado, para que compareça no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde dia **16/11/2017 às 08h00**, situada a Avenida Brasil nº. 2350-E Jardim Europa, para informação sobre a contratação e local de trabalho:

	Cargo.:	625 -ENFERMEIRA-UMS CONTRATADA TEMPORARIA			Pontos	Classificação
	Nº	Insc. Nº	Data Nasc.	RG / Órgão		
16	4711	HELLEN CRISTINA MACHADO	21/08/1994	22759140 SSP	84	Classificado

	Cargo.:	382 -RECEPCIONISTA - PSF			Pontos	Classificação
	Nº	Insc. Nº	Data Nasc.	RG / Órgão		
33	4752	GISIANE SILVA COSTA	31/12/1980	14776901 SSPMT	80	Classificado

Art. 2º. O candidato acima relacionado deverá comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias 16/11/2017 e 17/11/2017 das 08:00 as 11:00 e das 13:00 as 16:00, munido com cópia e original dos documentos abaixo relacionados:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Cópia do CPF do pai, mãe e cônjuge;

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence;

i) Comprovante de residência;

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP;

k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo departamento de pessoal;

l) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

o) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

q) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

r) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2016);

s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de Débitos municipais (Setor de Tributação);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Atestado de Vacinação do candidato;

v) Cartão do SUS.

Art. 3. O prazo de apresentação segue o art. 2 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

Art. 4. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada;

b) – não apresentar a documentação exigida no art. 2. do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 14 de Novembro de 2017.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto Itamar Martins Bonfim

Secretária Municipal de Administração Secretário Municipal de Saúde

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ABERTURA DO PP-074 E ADESÃO 013-2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2017. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através dos(a) Pregoeiros(a), nomeados(a) pelas Portaria nº 730/GP/2016 de 29.12.2016 e 652/GP/2017 de 31.07.2017, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **29 DE NOVEMBRO DE 2017, às 08:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.351- N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, do Tipo Menor Preço por Item. Objeto**: REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS LÁCTEAS (destinado a manutenção das Unidades de Saúde: Hospital Municipal, CTA/SAE, Ordens Judiciais, Pareceres Sociais e atendimento a alunos através da merenda escolar)**, para atender demanda das Secretarias Municipais deste município,conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo II e Anexo III, parte Integrante deste Edital. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 16 de Novembro de 2017**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 14 de Novembro de 2017. Aguinaldo Vicente Segura- Chefe Departamento de Licitação.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - ADESÃO nº 013/2017 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 213/2017- **Ata de Registro de Preço Nº 130-2017 do Pregão Eletrônico Nº 18-2016**, O Município de Tangará da Serra – MT, torna público que o Secretário Municipal de Infraestrutura, no uso de suas atribuições legais, consoante o Decreto nº 019 de 23.01.2017, com base no Parecer Jurídico, homologa o presente procedimento, para que produza os desejados efeitos legais. OBJETO: **Objeto: REGITRO DE PREÇOS DE EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VIATURAS COM ENTREGA EM CUIABÁ-MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos**, para o município de Tangará da Serra - CNPJ Nº 01.788.239/0001- 66 e a empresa **ALFA – COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME, CNPJ Nº 13.731.784/0001-70**. VALOR: R$ 2.084.430,00 (dois milhões oitenta e quatro mil quatrocentos e trinta reais). Tangará da Serra- MT, 14 de novembro de 2017. Selton Jose Vieira – Secretário Municipal de Infraestrutura.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1111/GP/2017 DE 09/11/2017 - COMISSÃO P.S. 003/2017

PORTARIA Nº 1111/GP/2017 DE 09/11/2017

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE

Art. 1º - INSTITUIR Comissão para a realização do Processo Seletivo Simplificado nº. 003/2017, destinado a contratações de Profissionais para atuarem na Secretaria Municipal de Administração (SAD), Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), Secretaria Municipal de Esportes (SME), Secretaria Municipal de Infraestrutura (SINFRA), Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMEA) e Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

PRESIDENTE DA COMISSÃO		
MATRÍCULA	NOME	CARGO
103047	MARIA DAS GRAÇAS SOUTO	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

MEMBRO-REPRESENTANTE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
MATRÍCULA	NOME	CARGO
000633	EDSON VICENTE DA COSTA	AGENTE ADMINISTRATIVO II

MEMBROS-REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
MATRÍCULA	NOME	CARGO
004574	CLAUDIA FILIPPIN	RECEPCIONISTA
103061	CRISTIANE DURAES DE OLIVEIRA	RECEPCIONISTA

MEMBROS-REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
MATRÍCULA	NOME	CARGO
002501	EDER SILVA DE OLIVEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO II
105148	JEYSE MAYRA DE SIMÃO MATIAS	AGENTE ADMINISTRATIVO II
101560	CAMILA REGINA LIMA GUIMARÃES	ASSISTENTE SOCIAL

MEMBROS-REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
MATRÍCULA	NOME	CARGO
103629	KATIFANIA GIORDANI LOPES	AGENTE ADMINISTRATIVO II
103294	MÔNICA DEBO	PROFESSORA ANOS INICIAIS
001453	SULINEIDY DE OLIVEIRA SANTOS DALLABONA	PROFESSORA ANOS INICIAIS

MEMBRO-REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES		
MATRÍCULA	NOME	CARGO
000746	ZILDA DE FÁTIMA DE SOUZA BATISTA	AGENTE ADMINISTRATIVO II

MEMBRO-REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		
MATRÍCULA	NOME	CARGO
105624	SILVIA REGINA BERNARDO PORTA	COORDENADORA ADMINISTRATIVA

MEMBRO-REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
MATRÍCULA	NOME	CARGO
105934	VINICIUS LANÇONE DOS SANTOS	CHEFE DO DEP. DE APOIO ADMINISTRATIVO

MEMBROS-REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
MATRÍCULA	NOME	CARGO
105836	PATRÍCIA RIBEIRO ROCHA	CHEFE DE DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
101283	JULIANA HERRERO DA SILVA	ENFERMEIRA

MEMBRO-REPRESENTANTE DO LEGISLATIVO
VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES

MEMBRO-REPRESENTANTE DO SSERP
JUCINEIDE DOS SANTOS ZAFFONATO

MEMBRO-REPRESENTANTE DO SINTEP
FRANCISCA ALDA FERREIRA DE LIMA

MEMBRO-REPRESENTANTE DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO
NADIR JOSÉ BARIVIERA

MEMBRO-REPRESENTANTE DOS GESTORES
CARLA REGINA EIDT

Art. 2º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos nove dias mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, **41º** aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

AGUINALDO GARRIDO

Secretário Municipal de Assistência Social

ADRIANO ALVES FERNANDES

Secretário Municipal de Educação e Cultura

WELLINGTON ROSSITER BEZERRA

Secretário Municipal de Esportes

SELTON JOSÉ VIEIRA

Secretário Municipal de Infraestrutura

MAGNO CÉSAR FERREIRA

Secretário Municipal de Meio Ambiente

ITAMAR MARTINS BONFIM

Secretário Municipal de Saúde

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

Secretária Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 003/2017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 003/2017

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO a abertura e as normas estabelecidas para a realização de Processo Seletivo, destinado à formação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Administração.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado realizar-se-á sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Infraestrutura, Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Administração.

1.2 Para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a seleção destina-se à contratação e formação de cadastro de reserva de profissionais para substituir durante o ano letivo de 2018, os servidores efetivos que estão usufruindo de Licença Prêmio, Licença para Tratar de Interesse Particular,

Licença Maternidade, Licença Saúde e demais concessões conforme os casos previstos na Lei Complementar nº 103 de 09 de março de 2006, vagas estas regulamentadas pelas Leis Municipais: Lei Complementar nº 159/201, Lei Complementar nº 182/2013 e Lei Complementar 221/2017.

1.3 Para a Secretaria Municipal de Assistência Social, a seleção destina-se à contratação e formação de cadastro de reserva de profissionais para atuar nos CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e no CREAS – Centro de Referência Especializada de Assistência Social para substituir os servidores efetivos que estão usufruindo de Licença Prêmio, Licença para Tratar de Interesse Particular, Licença Maternidade, Licença Saúde e demais concessões conforme os casos previstos na Lei Complementar nº 103 de 09 de março de 2006, combinada com as Leis nº 3672/2011, 2682/2007, 4024/2013, 4056/2013, 200/2014.

1.4 Para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a seleção destina-se à formação de cadastro de reserva de profissionais para atuar na Secretaria em conformidade com os casos previstos na Lei Complementar nº 103 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei nº 4429/2015.

1.5 Para a Secretaria Municipal de Saúde, a seleção destina-se à formação de cadastro de reserva de profissionais para substituir servidores efetivos que estão usufruindo de Licença para Tratar de Interesse Particular, Licença Maternidade, Licença Saúde e demais concessões previstas na Lei Complementar nº. 006/1994, Lei Complementar nº 103 de 09 de março de 2006, vagas estas regulamentadas pelas Leis Municipais nº. 3340/2010, 2653/2006, 3685/2011, 4334/2014, 3149/2009, 2851/2008 e 3453/2010, e Lei Complementar n.º 186/2013.

1.6 Para a Secretaria Municipal de Esportes a seleção destina-se à contratação e formação de cadastro de reserva de profissionais para atuarem no Programa Mais Esporte desenvolvido pela secretaria em conformidade com os casos previstos na Lei Complementar nº 103 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei nº 4732/2016.

1.7 Para a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Administração, a seleção destina-se à formação de cadastro de reserva de profissionais conforme os casos previstos na Lei Complementar nº 103/2006 e combinada com a Lei Complementar nº 186/2013.

1.8 O presente processo terá validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, para os cargos vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Esporte, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Administração. Para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura o processo seletivo terá validade durante o ano letivo de 2018.

1.9 Para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura a seleção que trata este Edital compreenderá exame intelectual, para aferir conhecimentos e habilidades, mediante aplicação de prova objetiva em caráter classificatório e eliminatório, prova de títulos em caráter somatório e classificatório para os cargos/função e prova prática em caráter eliminatório de acordo com o cargo/função.

1.10 Para a Secretaria Municipal de Assistência Social a seleção que trata este Edital compreenderá exame intelectual, para aferir conhecimentos e habilidades, mediante aplicação de prova objetiva em caráter classificatório e eliminatório e prova de títulos em caráter somatório e classificatório de acordo com o cargo/função vinculado às respectivas Secretarias.

1.11 Para as demais Secretarias Municipais a seleção que trata este Edital compreenderá exame intelectual, para aferir conhecimentos e habilidades, mediante aplicação de prova objetiva em caráter classificatório e eliminatório de acordo com o cargo/função vinculado às respectivas Secretarias.

1.12 Por cadastro de reserva entende-se o conjunto de candidatos aprovados e classificados relacionados na listagem que contém o resultado final da seleção. O cadastro de reserva somente será aproveitado mediante a abertura de novas vagas, ou substituições, nos respectivos cargos, observado o prazo de validade referenciado no **item 1.9**, do presente Edital.

1.13 Os horários mencionados no presente edital e nos demais a serem publicados para a seleção, obedecerão ao horário oficial local.

1.14 O prazo para impugnação do edital de abertura deste Processo Seletivo será nos dias **16 e 17/11/2017**, mediante o formulário para interposição de recurso, **ANEXO X**, que deverá ser protocolado no endereço contido no subitem 5.2 alínea e).

1.15 O Edital de abertura deste Processo Seletivo seguirá o Cronograma de Execução relatado no **ANEXO XI**.

2. DAS VAGAS, CARGOS, FORMAÇÃO, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS.

2.1 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

Lei	Vagas	Ampla	PCD	Cargo	Formação Exigida no ato da contratação	Zona de Atuação	Carga Horária Semanal	Vencimento R$
221/2017	30	27	03	660-Professor Educação Infantil	Licenciatura Plena em Pedagogia	Urbana	Até 40 horas aulas	3.720,80
159/2011	Cadastro de Reserva			676-Professor Ed. Infantil/EJA I Segmento/Anos Iniciais - Rural	Licenciatura Plena em Pedagogia	Rural	Até 40 horas aulas	3.720,80
159/2011	02	02	---	Professor Ed. Infantil/EJA I Segmento/Anos Iniciais – CMAE Ulisses Guimarães.	Licenciatura Plena em Pedagogia	Comunidade Belo Horizonte	Até 40 horas aulas	3.720,80
182/2013	05	05	---	Professor Ed. Infantil/EJA I Segmento/Anos Iniciais – CME Jucileide Praxedes	Licenciatura Plena em Pedagogia	Gleba Triângulo	Até 40 horas aulas	3.720,80
182/2013	03	03	---	Professor Ed. Infantil/EJA I Segmento/Anos Iniciais – CME Diva Martins Junqueira.	Licenciatura Plena em Pedagogia	Distrito de Progresso	Até 40 horas aulas	3.720,80
182/2013	02	02	---	Professor Ed. Infantil/EJA I Segmento/Anos Iniciais – Escola Municipal Chapadão do Rio Verde.	Licenciatura Plena em Pedagogia	Comunidade Chapadão do Rio Verde	Até 40 horas aulas	3.720,80
221/2017	30	27	03	657-Professor Anos Iniciais 1º ao 5º Ano	Licenciatura Plena em Pedagogia	Urbana	Até 40 horas aulas	3.720,80

182/2013	03	03	---	932-Professor da Sala Multifuncional/Educação Especial	Licenciatura Plena em Pedagogia, com especialização em Educação Especial ou Inclusiva ou Psicopedagogia	Urbana e Rural	Até 40 horas aulas	3.720,80
182/2013	01	01	---	863-Professor da Sala Multifuncional/Educação Especial - Braille e Libras	Licenciatura Plena em Pedagogia, com especialização em Educação Especial ou Inclusiva ou Psicopedagogia e certificação em braile e libras comprovada através de certificado emitido por Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC.	Urbana e Rural	Até 40 horas aulas	3.720,80
182/2013	Cadastro de Reserva			961-Professor da Sala Multifuncional/Educação Especial – Libras	Licenciatura Plena em Pedagogia, com especialização em Educação Especial ou Inclusiva ou Psicopedagogia e certificação em libras comprovada através de certificado emitido por Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC.	Urbana e Rural	Até 40 horas aulas	3.720,80
182/2013	02	02	---	659-Professor Matemática	Licenciatura Plena em Matemática	Urbana e Rural	Até 40 horas aulas	3.720,80
182/2013	01	01	---	862-Professor Matemática - Libras	Licenciatura Plena em Matemática e certificação em libras comprovada através de certificado emitido por Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC.	Urbana e Rural	Até 40 horas aulas	3.720,80
182/2013	Cadastro de Reserva			962-Professor Língua Portuguesa e Língua Estrangeira - Libras	Licenciatura Plena em Letras ou Linguagens e formação em Libras comprovada através de certificado emitido por Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC.	Urbana e Rural	Até 40 horas aulas	3.720,80
182/2013	08	08	---	658-Professor Língua Portuguesa e Língua Estrangeira	Licenciatura Plena em Letras ou Linguagens	Urbana e Rural	Até 40 horas aulas	3.720,80
182/2013	02	02	---	656-Professor História	Licenciatura Plena em História	Urbana e Rural	Até 40 horas aulas	3.720,80
182/2013	02	02	---	655-Professor Geografia	Licenciatura Plena em Geografia	Urbana e Rural	Até 40 horas aulas	3.720,80
182/2013	05	05	---	654-Professor Educação Física	Licenciatura Plena em Educação Física e Registro no Conselho (CREF)	Urbana	Até 40 horas aulas	3.720,80
182/2013	02	02	---	651-Professor Ciências Naturais	Licenciatura Plena em Ciências Naturais	Urbana e Rural	Até 40 horas aulas	3.720,80
182/2013	15	14	01	786-Professor Séries Iniciais e Finais EF Indígena	Ensino Fundamental ou Ensino Médio ou Ensino Superior	Indígena	Até 40 horas aulas	Tabela do Item 2.1.1
182/2013	01	01	---	793-Nutricionista	Ensino Superior em Nutrição e Registro no Conselho (CRN)	Urbana	40 horas semanais	4.042,50
182/2013	02	02	---	662-Intérprete de Libras	Ensino Médio Completo e formação em Libras	Urbana e Rural	40 horas semanais	1.833,21
221/2017	30	27	03	578-Auxiliar de Desenvolvimento Infantil e Educação Especial – Urbana	Ensino Médio Completo	Urbana	40 horas semanais	1.369,51
221/2017	Cadastro de Reserva			963-Auxiliar de Desenvolvimento Infantil e Educação Especial – Rural	Ensino Médio Completo	Rural	40 horas semanais	1.369,51
221/2017	03	03	---	1110-Auxiliar de Desenvolvimento Infantil e Educação Especial – CME Diva Martins Junqueira	Ensino Médio Completo	Distrito do Progresso	40 horas semanais	1.369,51
221/2017	Cadastro de Reserva			1111-Auxiliar de Desenvolvimento Infantil e Educação Especial – CME Juciléide Praxedes	Ensino Médio Completo	Gleba Triângulo	40 horas semanais	1.369,51
159/2011	04	04	---	570-Ajudantes de Serviços Gerais – indígenas	Ensino Fundamental Incompleto	Indígena	40 horas semanais	815,62
159/2011	09	09	---	790-Ajudantes de Serviços Gerais – Urbana	Ensino Fundamental Incompleto	Urbana	40 horas semanais	815,62
159/2011	Cadastro de Reserva			1112- Ajudantes de Serviços Gerais - Rural	Ensino Fundamental Incompleto	Rural	40 horas semanais	815,62
159/2011	02	02	---	1113- Ajudantes de Serviços Gerais – CME Diva Martins Junqueira	Ensino Fundamental Incompleto	Distrito do Progresso	40 horas semanais	815,62
159/2011	02	02	---	1114- Ajudantes de Serviços Gerais – CMAE Ulisses Guimarães	Ensino Fundamental Incompleto	Comunidade Belo Horizonte	40 horas semanais	815,62
221/2017	01	01	---	469-Mecânico	Ensino Fundamental Completo com CNH categoria D	Urbana	40 horas semanais	1.039,79
182/2013	Cadastro de Reserva			794- Motorista – indígena	Ensino Fundamental Completo com CNH categoria D	Indígena	40 horas semanais	1.039,79
182/2013	Cadastro de Reserva			573- Motorista – zona rural	Ensino Fundamental Completo com CNH categoria D	Rural	40 horas semanais	1.039,79
182/2013	Cadastro de Reserva			792-Vigia	Ensino Fundamental Incompleto	Urbana	40 horas semanais	815,62
182/2013	Cadastro de Reserva			789-Agente Administrativo	Ensino Médio Completo	Urbana	40 horas semanais	1.369,51

2.1.1 Para o cargo de Professor Séries Iniciais e Finais EF Indígena o salário será de acordo com o nível de escolaridade, conforme tabela abaixo:

Carga Horária	Nível de Escolaridade	Salário (R$)
De 15 até 40 horas aulas	**Professor com Ensino Fundamental Completo**	545,85 a 1.455,65
De 15 até 40 horas aulas	**Professor com Ensino Médio completo**	**687,65 a 1.833,75**
De 15 até 40 horas aulas	**Professor com Formação Magistério**	**801,60 a 2.137,62**
De 15 até 40 horas aulas	**Professor com Licenciatura Plena**	**1.395,30 a** 3.720,80

2.1.2 Para os cargos de Professor Séries Iniciais e Finais EF Indígena e Ajudante de serviços gerais indígenas, motorista indígena e professores indígenas, os candidatos deverão observar o Art. 8º da Resolução nº 201/04 CEE/MT.

2.1.3 O contratado para o cargo de Ajudante de Serviços Gerais Indígenas receberá complemento constitucional enquanto a sua remuneração for inferior ao salário mínimo vigente.

2.1.4 As atribuições dos cargos acima descritos são as constantes na Lei Complementar nº. 006/1994, Lei Municipal nº 2875/2008 e Lei complementar nº 163/2012.

2.1.5 Os cargos de motoristas destinam-se ao atendimento do Transporte Escolar deste Município.

2.1.6 Para o cargo de Motorista da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, será o vencimento mais Adicional de Translado, desde que preenchidos os requisitos legais (Art. 193-B e seus §§ da Lei Complementar 006/94).

2.2 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Lei	Vagas	Ampla	PCD	Cargo	Formação Exigida no ato da contratação	Carga Horária Semanal	Vencimento R$
3672/2011	Cadastro de Reserva			775-Pedagogo - SEMAS	Licenciatura Plena em Pedagogia	40 horas	3.633,95
2682/2007	Cadastro de Reserva			930-Assistente Social	Ensino Superior em Serviço Social Completo + CRESS	40 horas	4.042,50
3672/2011	Cadastro de Reserva			732-Psicólogo-SEMAS	Ensino Superior em Psicologia Completo + CRP	40 horas	4.042,50
3672/2011	Cadastro de Reserva			770-Orientador Social-SEMAS	Ensino Médio Completo + Certificado de curso de informática + Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria “AB” ou “B”	**040 horas**	1.369,51
3672/2011	Cadastro de Reserva			771-Agente Social-SEMAS	Ensino Fundamental Completo	40 horas	1.039,79
4024/2013	Cadastro de Reserva			879- Entrevistador Social-SEMAS	Ensino Fundamental Completo + Certificado de curso de informática + Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria “AB” ou “B”	**040 horas**	990,27
4056/2013	Cadastro de Reserva			881-Agente do Programa ACESSUAS-SEMAS	Ensino Médio Completo	**040 horas**	1.369,51
200/2014	Cadastro de Reserva			1053-Instrutor de Oficina de Teclado, Violão e Coral-SEMAS	Ensino Médio Completo	40 horas	1.760,33
200/2014	Cadastro de Reserva			1054-Instrutor de Oficina de Dança-SEMAS	Ensino Médio Completo	40 horas	1.760,33
200/2014	Cadastro de Reserva			1055-Instrutor de Artes Plásticas, Desenho e Pintura – SEMAS	Ensino Médio Completo	40 horas	1.760,33
200/2014	Cadastro de Reserva			1056-Instrutor de Artesanato-SEMAS	Ensino Médio Completo	40 horas	1.760,33
4056/2013	Cadastro de Reserva			880-Gerente do Programa Acessuas-SEMAS	Ensino Superior Completo	40 horas	3.543,80
3672/2011	Cadastro de Reserva			785-Prof. Educação Física-SEMAS	Ensino Superior em Educação Física Completo	40 horas	3.633,95

2.2.1 As atribuições do cargo acima descrito são as constantes na Lei Complementar nº. 006/1994 e Lei Municipal nº 2875/2008.

2.3 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE:

Lei	Vagas	Ampla	PCD	Cargo	Formação Exigida no ato da contratação	Carga Horária	Vencimento R$
4429/2015	Cadastro de Reserva			1072- Engenheiro Sanitarista	Ensino Superior em Engenharia Sanitarista + CREA	40 horas	3.689,24

2.3.1 As atribuições do cargo acima descrito são as constantes na Lei Complementar nº. 006/1994 e Lei Municipal nº 2875/2008.

2.4 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE:

Lei	Vagas	Ampla	PCD	Cargo	Formação Exigida no ato da contratação	Carga Horária	Vencimento R$
4732/2016	Cadastro de Reserva			1092- Professor de Educação Física/ Futebol	Licenciatura Plena em Educação Física e Registro no Conselho (CREF)	Até 30 horas	R$ 2.790,60
4732/2016	Cadastro de Reserva			1093- Professor de Educação Física/ Futsal	Licenciatura Plena em Educação Física e Registro no Conselho (CREF)	Até 30 horas	R$ 2.790,60
4732/2016	Cadastro de Reserva			1094- Professor de Educação Física/ Basquetebol	Licenciatura Plena em Educação Física e Registro no Conselho (CREF)	Até 30 horas	R$ 2.790,60
4732/2016	Cadastro de Reserva			1095- Professor de Educação Física/ Voleibol	Licenciatura Plena em Educação Física e Registro no Conselho (CREF)	Até 30 horas	R$ 2.790,60
4732/2016	Cadastro de Reserva			1096- Professor de Educação Física/ Handebol	Licenciatura Plena em Educação Física e Registro no Conselho (CREF)	Até 30 horas	R$ 2.790,60
4732/2016	Cadastro de Reserva			1097- Instrutor de Artes Marciais/ Capoeira	Ensino Médio Completo e documento comprobatório da graduação na modalidade, no mínimo monitor ou instrutor da modalidade de capoeira, com declaração assinada pelo presidente de uma associação de capoeira que seja atuante e legalizada e com alvará de funcionamento.	Até 20 horas	R$ 880,16
4732/2016	Cadastro de Reserva			1098- Instrutor de Artes Marciais/ Karatê	Ensino Médio Completo deverá ser filiado e homologado na FKIMT (Federação de Karatê Interestilos de Mato Grosso), com documento comprobatório da graduação de no mínimo faixa marrom 1º Kyu ou faixa preta 1º Dan reconhecido pela FKIMT.	Até 20 horas	R$ 880,16
4732/2016	Cadastro de Reserva			1099- Instrutor de Artes Marciais/	Ensino Médio Completo e deverá ser filiado e homologado na FMTJ (Federação Matogrossense de Judô), com documento comprobatório da graduação de no mínimo faixa marrom 1º Kyu ou faixa preta 1º Dan reconhecido pela FMTJ.	Até 20 horas	R$ 880,16

		Judô			
4732/2016	Cadastro de Reserva	1100- Instrutor de Artes Marciais/Jiu-jitsu	Ensino Médio Completo e documento comprobatório da graduação, no mínimo faixa roxa, com certificação e autorização do Mestre faixa preta e filiado a Federação a Confederação de Jiu-Jitsu.	Até 20 horas	R$ 880,16

2.4.1 As atribuições do cargo acima descrito são as constantes na Lei nº. 4732/2016 e 2875/2008.

2.5 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

Lei	Vagas	Ampla	PCD	Cargo	Formação Exigida no ato da contratação	Carga Horária	Vencimento R$
2653/2006	Cadastro de reserva			379- Odontólogo – PSF	Ensino Superior Odontologia + CRO	40 horas	4.042,50
2851/2008	Cadastro de reserva			451-Farmacêutico – Programa CTA/SAE	Ensino Superior Farmácia + CRF	40 horas	4.042,50
3340/2010	Cadastro de reserva			684- Médico Clínica Geral – Lei 3340/2010	Ensino Superior Medicina + CRM	20 horas	6.301,84
2656/2006	Cadastro de reserva			382 - Recepcionista – PSF	Ensino Fundamental Completo	40 horas	1.039,79
3340/2010	Cadastro de reserva			625- Enfermeiro – UMS	Ensino Superior Enfermagem + COREN	40 horas	4.042,50
3340/2010	Cadastro de reserva			701-Auxiliar Administrativo	Ensino Médio Completo	40 horas	1.369,51
2851/2008	Cadastro de reserva			546-Agente Administrativo II – CTA/SEA Administrativo	Ensino Médio Completo	40 horas	1.369,51
3340/2010	Cadastro de reserva			707- Médico Intervencionista - SAMU	Ensino Superior Medicina + CRM	Plantão 24 horas	1.786,19
3640/2011	Cadastro de reserva			784- Médico Clínico Geral – Lei 3640/2011	Ensino Superior Medicina + CRM	40 horas	12.603,72
3385/2011	Cadastro de reserva			597-Médico Cardiologista	Ensino Superior Medicina + CRM + Residência em Cardiologia	20 horas	6.301,84
3340/2010	Cadastro de reserva			704-Maqueiro	Ensino Fundamental Completo	40 horas	1.039,79
3340/2010	Cadastro de reserva			733-Técnico de Enfermagem	Técnico em Enfermagem + COREN	40 horas	1.369,51

2.5.1 As atribuições do cargo acima descrito são as constantes na Lei nº. 2875/2008.

2.6 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

Lei	Vagas	Ampla	PCD	Cargo	Formação Exigida no ato da contratação	Carga Horária	Vencimento R$
186/2013	Cadastro de reserva			959 – Agente Administrativo II	Ensino Médio Completo	40 horas	1.369,51

2.6.1 As atribuições do cargo acima descrito são as constantes na Lei nº. 2875/2008.

3. DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

3.1. Para se inscrever o candidato deverá ler o Edital em sua íntegra, preencher as condições para inscrição especificadas a seguir e cumprir as determinações deste Edital.

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado nos termos do Art. 12 da Constituição Federal

b) Ter na data de convocação idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

c) No caso do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar;

d) Estar quite com a Justiça Eleitoral;

e) Possuir no ato da contratação, a formação e habilitação exigida para o cargo conforme o item 2 e a documentação comprobatória determinada no item “Da Contratação” constante neste edital;

f) Estar ciente que se aprovado, quando da convocação para contratação, deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para o cargo público, constantes do presente Edital, sob pena de perda do direito à vaga;

g) Não ter respondido a processo criminal com condenação e sentença transitada em julgado;

h) Não tenha sofrido sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante Processo Administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

i) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1 A inscrição do Candidato implicará em conhecimento prévio e na tácita aceitação dasnormas estabelecidas neste Edital.

4.2 Todas as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição são de sua inteira responsabilidade.

4.3 A taxa de inscrição terá o valor discriminado na tabela abaixo:

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	VALOR DA INSCRIÇÃO
Cargos de Nível Ensino Fundamental	**R$ 20,00 (vinte reais)**
Cargos de Nível Ensino Médio Completo	**R$ 40,00 (quarenta reais)**
Cargos de Nível Superior	**R$ 60,00 (sessenta reais)**

4.4 As inscrições serão efetuadas exclusivamente pela internet, no site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**, durante o período das **09h00 do dia 22 de novembro de 2017, até às 16h00 do dia 01 de dezembro de 2017**, com vencimento do DAM – Documento de Arrecadação Municipal até o **dia 01 de dezembro de 2017** que poderá ser pago em qualquer agência bancária.

4.5 Após o horário de encerramento das inscrições citado no subitem anterior, a ficha de inscrição e o DAM não estarão mais disponíveis no site.

4.6 Na impossibilidade de acesso particular à internet, o candidato poderá efetuar sua inscrição no terminal disponibilizado, no local e horários informados abaixo:

LOCAL	ENDEREÇO	HORÁRIO
Biblioteca Municipal	Avenida Brasil nº 376-E Centro, Tangará da Serra – MT.	09:00 às 16:00 Segunda a Sexta-feira

4.5.1 É vedada a inscrição condicional, fora do prazo de inscrições, via postal, via fax e/ou via correio eletrônico.

4.6 Para efetuar a inscrição, o candidato deverá:

a) Acessar o site **www.tangaradaserra.mt.gov.br,** durante o período de inscrição;

b) Localizar no site o "link" correlato à Seleção (Processo Seletivo SEMEC, SEMAS, SEMMEA, SME E SMS);

c) Ler atentamente o respectivo Edital e preencher corretamente a ficha de inscrição nos moldes previstos neste Edital;

d) Imprimir o DAM – Documento de Arrecadação Municipal e efetuar o pagamento da taxa de inscrição em qualquer agência bancária.

4.7 As inscrições efetuadas somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.

4.8 O candidato inscrito não deverá enviar cópia de documento de identidade, sendo de sua exclusiva responsabilidade a correção e a veracidade dos dados cadastrais informados no ato da inscrição, sob as penas da lei.

4.9 A Administração não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

4.10 O candidato poderá inscrever-se somente para um cargo.

4.11 Havendo inscrições do mesmo candidato em mais de um cargo será validada a última inscrição realizada no valor da taxa de inscrição efetivamente paga.

4.12 É vedada a transferência para terceiros do valor pago da taxa de inscrição.

5. DA ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1 Estará isento da taxa de inscrição o candidato que:

a) For doador regular de sangue, conforme Lei Federal n.º 7.713/2002 e Lei Municipal nº 1.312, de 30 de maio de 1997.

b) Estiver desempregado, conformei Lei 8.795/2008 ou receber até 01 e ½ (um e meio) salário mínimo vigente, conforme Lei 8.795/2008.

5.2 Para ter direito à isenção da taxa de inscrição o candidato deverá:

a) efetuar a inscrição via internet no site da organizadora: **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

b) imprimir a ficha de inscrição;

c) preencher o requerimento de isenção de taxa constante no ANEXO VIII;

d) preencher a declaração de desempregado constante no ANEXO IX;

e) apresentar documentação comprobatória conforme item **5.3**, no **período de 22 e 23 de novembro de 2017,** no local e horários informados abaixo:

LOCAL	ENDEREÇO	HORÁRIO/DIA
Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra	Av. Brasil nº. 2350-N Jardim Europa - Tangará da Serra -MT	08:00h às 10:30h 13:00h às 16:00h Segunda a Sexta-feira

5.3 São admitidos como documentos hábeis à isenção de taxa de inscrição:

5.3.1 Os Doadores Regulares de Sangue: cópia do documento oficial de identidade; cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF; documento comprobatório padronizado de sua condição de doador regular expedido pelo órgão no qual o doador faz a sua doação, público ou privado, e que já tenha feito, no mínimo, três doações antes do lançamento do edital conforme a Lei Estadual nº. 7.713/2002.

5.3.2 Aqueles que atenderem à condição do item 5.1– estiver desempregado, conformei Lei 8.795/2008 ou receber até 1 e ½ (um e meio) salário mínimo vigente, conforme Lei 8.795/2008, devem apresentar:

a) se empregados de empresas privadas: cópia do documento oficial de identidade; cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF; cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), sendo das páginas que contenham fotografia, da página de identificação e anotações do último contrato de trabalho (com as alterações salariais), e da primeira página subsequente a que é em branco e a cópia do contracheque referente ao mês de outubro/2017.

b) se servidores públicos: cópia do documento oficial de identidade; cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF, e cópia do contracheque referente ao mês de outubro/2017.

c) se pensionistas: cópia do documento oficial de identidade; cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF; cópia do Comprovante de Crédito atual do benefício fornecido pela Instituição pagadora; cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identifi-

cação, anotação do último contrato de trabalho e da primeira página subsequente à que é em branco e com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho.

d) se estagiários: cópia do documento oficial de identidade; cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF; cópia do Contrato de Estágio; cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identificação, anotação do último contrato de trabalho e da primeira página subsequente à que é em branco e com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho.

e) se autônomos: cópia do documento oficial de identidade; cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF; declaração dos rendimentos correspondentes a contratos de prestação de serviço e/ou original ou cópia de contrato de prestação de serviços e de recibo de pagamento autônomo (RPA); e cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identificação, anotação do último contrato e da primeira página subsequente à que é em branco e com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho.

f) se desempregados: cópia do documento oficial de identidade; cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF; declaração de que está desempregado, não exerce atividade como autônomo, não participa de sociedade profissional e que a sua situação econômica não lhe permite arcar com o valor da inscrição, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, respondendo civil e criminalmente pelo inteiro teor das afirmativas; cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identificação e anotação do último contrato de trabalho, da primeira página subsequente à que é em branco e com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho.

g) se empregado de pessoa física: cópia do documento oficial de identidade; cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF; cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia; identificação e anotações do último contrato de trabalho (com as alterações salariais), e da primeira página subsequente à que é em branco.

5.4 A cópia dos documentos comprobatórios relacionados no subitem anterior, deverão ser entregues no local e horário estabelecidos no item 5.2 alínea e), pessoalmente ou por terceiro mediante procuração com firma reconhecida em cartório, até o último dia do período para o pedido de isenção da taxa de inscrição previsto no item 5.2, alínea e).

5.4.1 Não haverá prorrogação do período para a entrega ou envio da documentação e não serão analisados os documentos entregues fora da data prevista em edital.

5.5 A relação contendo os pedidos de isenção de taxa deferidos e indeferidos será publicada no site **www.tangaradaserra.mt.gov.br** e **www.diario-municipal.com.br/amm-mt**, no dia **27 de Novembro de 2017.**

5.5.1 O candidato cujo pedido de isenção de taxa for indeferido poderá interpor recurso no prazo de dois dias úteis, a contar do dia útil da divulgação do resultado da análise do pedido, mediante o formulário para interposição de recursos, ANEXO X, que deverá ser protocolado no endereço contido no **item 5.2 alínea e)**.

6. DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO E LOCAL DE PROVA

6.1 O candidato deverá acessar o site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**, a partir do **dia 15 de dezembro de 2017**, para consultar a confirmação de sua inscrição mediante a publicação do Edital de Homologação das inscrições deferidas e indeferidas.

6.1.1 O candidato cuja inscrição for indeferida poderá interpor recurso no prazo de dois dias úteis, a contar do dia útil da divulgação do resultado da análise do pedido, mediante o formulário para interposição de recurso, ANEXO *X*, que deverá ser protocolado no endereço contido no **item 5.2 alínea e).**

6.2 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma.

6.3 Considera-se indeferida a inscrição preliminar do candidato que:

a) não efetuar o pagamento da taxa de inscrição;

b) prestar informações inverídicas quando do preenchimento da ficha de inscrição;

c) omitir dados ou preencher incorretamente a ficha de inscrição;

d) efetuar o pagamento do DAM após o prazo estabelecido.

6.4 Os locais e horários de prova serão divulgados no site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**e **www.diariomunicipal.com.br/amm-mt** a partir do **dia 15 de dezembro de 2017.**

7 DO ATENDIMENTO ESPECIAL AOS CANDIDATOS

7.1 O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas objetiva e prova prática deverá indicar, no formulário de solicitação de inscrição, os recursos especiais e, ainda, preencher o ANEXO VII indicando a necessidade específica e a documentação necessária que comprove a necessidade, com o laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) que justifique o atendimento especial solicitado; o protocolo da entrega da documentação deverá ser pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório, no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, conforme endereço contido no **item 5.2 alínea e**), até às **16h00 do dia 29 de novembro de 2017.** Para fins de concessão de tempo adicional serão aceitos laudo médico ou parecer emitido por profissional de saúde (ambos em via original ou cópia autenticada em cartório). Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior. A solicitação de condições especiais será atendida segundo critérios de viabilidade e de razoabilidade.

7.1.1 Nos casos de força maior, em que seja necessário solicitar atendimento especial após a data de **29 de novembro de 2017**, o candidato deverá protocolar a solicitação de atendimento especial conforme **o subitem 7.1**, especificando os recursos especiais necessários.

7.1.2 A concessão de tempo adicional para a realização das provas somente será deferida caso tal recomendação seja decorrente de orientação médica específica contida no laudo médico enviado pelo candidato ou em parecer emitido por profissional de saúde. Em nome da isonomia entre os candidatos, por padrão, será concedida 01 (uma) hora a mais para os candidatos nesta situação, conforme Decreto 3.298, de 20 de Dezembro de 1999 – Art. 40§2°.

7.1.3 O fornecimento do laudo médico ou do parecer (original ou cópia autenticada), por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. O laudo médico ou o parecer (original ou cópia autenticada) terá validade somente para este Processo Seletivo Simplificado e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias desse laudo.

7.2 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deve solicitar atendimento especial para tal fim. A candidata deverá trazer um acompanhante, que ficará em sala reservada com a criança e será o responsável pela sua guarda.

7.2.1 A candidata que não levar acompanhante adulto não poderá permanecer com a criança no local de realização da prova.

7.2.2 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

7.2.3 Para garantir a aplicação dos termos e condições deste Edital, a candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada por fiscal, sem a presença do responsável pela guarda da criança.

7.3 O candidato com deficiência auditiva que necessitar utilizar aparelho auricular no dia da prova deverá protocolar laudo médico específico para esse fim, até o prazo estipulado e com as orientações do **subitem 7.1**. Caso o candidato não protocole o referido laudo, não poderá utilizar o aparelho auricular.

7.4 Será divulgada no endereço eletrônico **www.tangaradaserra.mt.gov.br** e **www.diariomunicipal.com.br/amm-mt**a relação de candidatos que tiverem deferido ou indeferido o pedido de atendimento especial para a realização das provas, a **partir do dia 05 de dezembro de 2017**.

7.4.1 O candidato cujo pedido de atendimento especial for indeferido poderá interpor recurso no prazo de dois dias úteis, a contar do dia útil da divulgação do resultado da análise dos pedidos, mediante o formulário para interposição de recurso, do ANEXO X, que deverá ser protocolado no endereço contido no item 5.2 alínea e).

8 DA INSCRIÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

8.1 Da inscrição para pessoas com deficiência:

8.1.1 Ao candidato com deficiência serão reservados 10% (dez por cento) das vagas ofertadas em cargos pré-definidos, conforme item 2deste edital, desde que a deficiência seja compatível com o cargo. As vagas serão preenchidas na forma do § 2º, do artigo 5.º, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, publicada no *Diário Oficial da União* de 12 de dezembro de 1990 e do Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, publicado no *Diário Oficial da União* de 21 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto Lei nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.

8.1.1.1 Na aplicação deste percentual de vagas serão desconsideradas as partes decimais inferiores a 0,5 (*cinco décimos*) e arredondadas aquelas iguais ou superiores a tal valor.

8.1.1.2 O candidato com deficiência deverá observar os cargos e vagas oferecidas para Pessoa com Deficiência. Caso venha a inscrever-se em cargos que não possuem vagas destinadas a Pessoa com Deficiência, será automaticamente incluído na lista geral de candidatos.

8.1.1.3 As vagas destinadas a Pessoa com Deficiência que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação nesta Seleção ou na perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

8.1.1.4 Ao candidatocom Deficiência serão resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria, participarão da Seleção em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

8.1.2 O candidato com deficiência poderá requerer, na forma do subitem **8.2** deste edital e no ato de inscrição, tratamento diferenciado para os dias de aplicação das provas, indicando as condições de que necessita para a sua realização, conforme previsto no artigo 40, parágrafos 1° e 2°, do Decreto n.° 3.298, de 20 de dezembro de 1999, publicado no *Diário Oficial da União* de 21 de dezembro de 1999 e alterado pelo Decreto n.° 5.296, de 02 de dezembro de 2004, publicado no *Diário Oficial da União* de 03 de dezembro de 2004.

8.2 O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para arealização da prova objetiva, deverá solicitá-lo e preencher o ANEXO II indicando a necessidade específica, encaminhando juntamente com o REQUERIMENTOde vaga para candidato pessoas com deficiência ANEXO III, e a documentação necessária que comprove a necessidade, pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório, no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, conforme endereço contido no item 5.2 alínea e), até às **16h00 do dia 29 de novembro de 2017.**

8.2.1 Os documentos devem seroriginais ou cópias autenticadas, emitidos nos últimos 12 (doze) meses, atestando o nome da doença, a espécie e o grau ou o nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente do Código Internacional de Doenças - CID, bem como à provável causa da deficiência, e requerimento fornecido no posto facilitador.

8.3 O requerimento deve constar solicitação detalhada da condição especial, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, quando for o caso, bem como a qualificação completa do candidato e especificação do cargo para o qual está concorrendo.

8.4 O candidato que não fizer a solicitação da condição especial até a data estabelecida no item 8.2, seja qual for o motivo alegado, não terá a condição atendida.

8.5 A solicitação de condições especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade, razoabilidade e prévia comunicação.

8.6 O laudo médico, original ou cópia autenticada, terá validade somente para esta seleção e não será devolvido, tampouco será fornecida cópia desse laudo.

8.7 O candidato que, no ato de inscrição, declarar-se Pessoa com Deficiência, e se candidatar aos cargos e vagas oferecidas para Pessoa com Deficiência, se aprovado e classificado na Seleção, terá seu nome publicado em lista à parte e, caso obtenha classificação necessária, figurará também na lista de classificação geral.

8.8 O candidato que se declarar com deficiência, caso aprovado e classificado na seleção, será convocado para submeter-se à perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, que verificará sua qualificação como Pessoa com Deficiência, o grau da deficiência e a capacidade para o exercício do respectivo cargo e que terá decisão determinativa sobre a qualificação, nos termos do Decreto n° 3.298, de 20 de dezembro de 1999, publicado no *Diário Oficial da União* de 21 de dezembro de 1999 e alterado pelo Decreto n° 5.296, de 02 de dezembro de 2004, publicado no *Diário Oficial da União* de 03 de dezembro de 2004.

8.9 A inobservância do disposto nos subitens **8.1 a 8.8** deste edital ou o não comparecimento ou a reprovação na perícia médica acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

8.10 A conclusão da perícia médica referida no subitem **8.8** deste edital acerca da incapacidade do candidato para o adequado exercício da função fará com que ele seja eliminado da Seleção.

8.11 Quando a junta médica concluir pela inaptidão do candidato, havendo recurso, constituir-se-á junta pericial para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo candidato.

8.12 A junta pericial deverá apresentar o laudo conclusivo no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados, a partir da data de realização do novo exame.

8.13 Não caberá qualquer recurso da decisão proferida pela junta médica referenciada no item anterior.

8.14 O candidato que não for qualificado pela perícia médica como Pessoa com Deficiência, nos termos do art.4o do Decreto Federal no 3.298, de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal no 5.296, de 02/12/2004, perderá o direito de concorrer às vagas reservadas a candidatos em tal condição e passará a concorrer juntamente com os demais candidatos.

8.15 O candidato que for qualificado pela perícia médica como Pessoa com deficiência, mas a deficiência da qual é portador seja considerada, pela perícia médica, incompatível para o exercício das atribuições do cargo, será considerado INAPTO e, consequentemente, eliminado da seleção, para todos os efeitos.

9 DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO

9.1 Para a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

9.1.1 Para os cargos de: PROFESSORES, AUXILIARES DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL a seleção que trata este Edital compreenderá exame intelectual, para aferir conhecimentos e habilidades, mediante aplicação de prova objetiva em caráter classificatório e eliminatório e prova de título em caráter somatório e classificatório de acordo com o cargo/função. Com base nos conteúdos programáticos constantes do **ANEXO I** deste edital.

Prova Objetiva	Prova de Títulos Somatórios	Total
90 pontos	10 pontos	100 pontos

9.1.1.1 DA PROVA OBJETIVA, de caráter classificatório e eliminatório, terá **30 (trinta)** questões de múltipla escolha, com peso de 3,0 (três) pontos cada questão, totalizando 90 (noventa) pontos, que versarão sobre o Conteúdo Programático, constante no **ANEXO I** deste Edital, de acordo com o cargo pretendido.

9.1.2 Para os cargos de: AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS, VIGIA E AGENTE ADMINISTRATIVO a seleção que trata este Edital compreenderá exame intelectual, para aferir conhecimentos e habilidades, mediante aplicação de prova objetiva em caráter classificatório e eliminatório de acordo com o cargo/função. Com base nos conteúdos programáticos constantes do **ANEXO I** deste edital.

Prova Objetiva
100 pontos

9.1.2.1 DA PROVA OBJETIVA, de caráter classificatório e eliminatório, terá **30 (trinta)** questões de múltipla escolha, sendo 10 (dez) questões de conhecimento específicos com peso de 4,0 (quatro) pontos cada questão e 20 (vinte) questões de conhecimento gerais com peso de 3,0 (três) pontos cada questão, totalizando 100 (cem) pontos, que versarão sobre o Conteúdo Programático, constante no **ANEXO I** deste Edital, de acordo com o cargo pretendido.

9.1.3 Para os cargos de: NUTRICIONISTA a seleção que trata este Edital compreenderá exame intelectual, para aferir conhecimentos e habilidades, mediante aplicação de prova objetiva em caráter classificatório e eliminatório de acordo com o cargo/função. Com base nos conteúdos programáticos constantes do **ANEXO I** deste edital.

Prova Objetiva
100 pontos

9.1.3.1 DA PROVA OBJETIVA, de caráter classificatório e eliminatório, terá **30 (trinta)** questões de múltipla escolha, sendo 20 (vinte) questões de conhecimento específicos com peso de 4,0 (quatro) pontos cada questão e 10 (dez) questões de conhecimento gerais com peso de 2,0 (dois) pontos cada questão, totalizando 100 (cem) pontos, que versarão sobre o Conteúdo Programático, constante no **ANEXO I** deste Edital, de acordo com o cargo pretendido.

9.1.4 Para o cargo de: MOTORISTAS (INDÍGENA E RURAL) E MECÂNICO, será aplicado exame intelectual, para aferir conhecimentos e habilidades, mediante aplicação de prova objetiva em caráter classificatório e eliminatório e prova prática em caráter somatório e eliminatório de acordo com o cargo/função. Com base nos conteúdos programáticos constantes do **ANEXO I** deste edital.

Prova Objetiva	Prova Prática	Total
90 pontos	10 pontos	100 pontos

9.1.4.1 DA PROVA OBJETIVA, de caráter classificatório e eliminatório, terá **30 (trinta)** questões de múltipla escolha, com peso de 3,0 (três) pontos cada questão, totalizando 90 (noventa) pontos, que versarão sobre o Conteúdo Programático, constante no **ANEXO I** deste Edital, de acordo com o cargo pretendido.

9.1.5 Para o cargo de: INTÉRPRETE DE LIBRAS, será aplicado exame intelectual, para aferir conhecimentos e habilidades, mediante aplicação de prova objetiva em caráter classificatório e eliminatório e prova prática em caráter somatório e eliminatório de acordo com o cargo/função. Com base nos conteúdos programáticos constantes do **ANEXO I** deste edital.

Prova Objetiva	Prova Prática	Total
90 pontos	10 pontos	100 pontos

9.1.5.1 DA PROVA OBJETIVA, de caráter classificatório e eliminatório, terá **30 (trinta)** questões de múltipla escolha, com peso de 3,0 (três) pontos cada questão, totalizando 90 (noventa) pontos, que versarão sobre o Conteúdo Programático, constante no **ANEXO I** deste Edital, de acordo com o cargo pretendido.

9.2 Para a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, a seleção que trata este Edital compreenderá exame intelectual, para aferir conhecimentos e habilidades, mediante aplicação de prova objetiva em caráter eliminatório, prova de título em caráter somatório e classificatório, de acordo com o cargo/função. Com base nos conteúdos programáticos constantes do **ANEXO II** deste edital.

Prova Objetiva Eliminatória	Prova de Títulos Somatórios	Total
90 pontos	10 pontos	100 pontos

9.2.1 DA PROVA OBJETIVA, de caráter classificatório e eliminatório, terá **30 (trinta)** questões de múltipla escolha, com peso de 3,0 (três) pontos cada questão, totalizando 90 (noventa) pontos, que versarão sobre o Conteúdo Programático, constante no **ANEXO II** deste Edital, de acordo com o cargo pretendido.

9.3 Para a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, a seleção que trata este Edital compreenderá exame intelectual, para aferir conhecimentos e habilidades, mediante aplicação de prova objetiva em caráter classificatório e eliminatório de acordo com o cargo/função. Com base nos conteúdos programáticos constantes do **ANEXO III** deste edital.

Prova Objetiva
100 pontos

9.3.1 DA PROVA OBJETIVA, de caráter classificatório e eliminatório, terá **30 (trinta)** questões de múltipla escolha, sendo 20 (vinte) questões de conhecimento específicos com peso de 4,0 (quatro) pontos cada questão e 10 (dez) questões de conhecimento gerais com peso de 2,0 (dois) pontos cada questão, totalizando 100 (cem) pontos, que versarão sobre o Conteúdo Programático, constante no **ANEXO III** deste Edital, de acordo com o cargo pretendido.

9.4 Para a SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, a seleção que trata este Edital compreenderá exame intelectual, para aferir conhecimentos e habilidades, mediante aplicação de prova objetiva em caráter classificatório e eliminatório de acordo com o cargo/função. Com base nos conteúdos programáticos constantes do **ANEXO IV** deste edital.

Prova Objetiva
100 pontos

9.4.1 DA PROVA OBJETIVA, de caráter classificatório e eliminatório, terá **30 (trinta)** questões de múltipla escolha, sendo 20 (vinte) questões de conhecimento específicos com peso de 4,0 (quatro) pontos cada questão e 10 (dez) questões de conhecimento gerais com peso de 2,0 (dois) pontos cada questão, totalizando 100 (cem) pontos, que versarão sobre o Conteúdo Programático, constante no **ANEXO IV** deste Edital, de acordo com o cargo pretendido.

9.5 Para a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

9.5.1 Para os cargos de MÉDICO CLÍNICO GERAL, MÉDICO INTERVENCIONISTA – SAMU, MÉDICO CARDIOLOGISTA, FARMACEUTICO, ENFERMEIRO - UMS E ODONTOLOGO - PSF, a seleção que trata este Edital compreenderá exame intelectual, para aferir conhecimentos e habilidades, mediante aplicação de prova objetiva em caráter classificatório e eliminatório de acordo com o cargo/função. Com base nos conteúdos programáticos constantes do **ANEXO V** deste edital.

Prova Objetiva
100 pontos

9.5.1.1 DA PROVA OBJETIVA, de caráter classificatório e eliminatório, terá **30 (trinta)** questões de múltipla escolha, sendo 20 (vinte) questões de conhecimento específicos com peso de 4,0 (quatro) pontos cada questão e 10 (dez) questões de conhecimento gerais com peso de 2,0 (dois) pontos cada questão, totalizando 100 (cem) pontos, que versarão sobre o Conteúdo Programático, constante no **ANEXO V** deste Edital, de acordo com o cargo pretendido.

9.5.2 Para os cargos de: MAQUEIRO, RECEPCIONISTA-PSF, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, AGENTE ADMINISTRATIVO II, AGENTE ADMINISTRATIVO II CTA/SAE e TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40H a seleção que trata este Edital compreenderá exame intelectual, para aferir conhecimentos e habilidades, mediante aplicação de prova objetiva em caráter classificatório e eliminatório de acordo com o cargo/função. Com base nos conteúdos programáticos constantes do **ANEXO V** deste edital.

Prova Objetiva
100 pontos

9.5.2.1 DA PROVA OBJETIVA, de caráter classificatório e eliminatório, terá **30 (trinta)** questões de múltipla escolha, sendo 10 (dez) questões de conhecimento específicos com peso de 4,0 (quatro) pontos cada questão e 20 (vinte) questões de conhecimento gerais com peso de 3,0 (três) pontos cada questão, totalizando 100 (cem) pontos, que versarão sobre o Conteúdo Programático, constante no **ANEXO V** deste Edital, de acordo com o cargo pretendido.

9.6 Para a SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,a seleção que trata este Edital compreenderá exame intelectual, para aferir conhecimentos e habilidades, mediante aplicação de prova objetiva em caráter classificatório e eliminatório de acordo com o cargo/função. Com base nos conteúdos programáticos constantes do **ANEXO VI** deste edital.

Prova Objetiva
100 pontos

9.6.1 DA PROVA OBJETIVA, de caráter classificatório e eliminatório, terá **30 (trinta)** questões de múltipla escolha, sendo 10 (dez) questões de conhecimento específicos com peso de 4,0 (quatro) pontos cada questão e 20 (vinte) questões de conhecimento gerais com peso de 3,0 (três) pontos cada questão, totalizando 100 (cem) pontos, que versarão sobre o Conteúdo Programático, constante no **ANEXO VI** deste Edital, de acordo com o cargo pretendido.

9.7 DA PROVA OBJETIVA.

9.7.1 Em cada questão de múltipla escolha constarão **04 (quatro)** alternativas dentre as quais somente **01 (uma)** estará correta.

9.7.2 O tempo de duração da Prova Objetiva será de **03 (três) horas** para todos os cargos, já incluído o tempo para preenchimento do cartão de resposta. Exceto para os casos previstos no item 7 do presente edital.

9.7.3 Caso haja questão anulada, será concedida a pontuação da referida questão a todos os candidatos.

9.7.4 Serão considerados classificados os candidatos que atingirem **50% de acertos** na Prova Objetiva.

9.7.5 A Prova Objetiva será realizada no dia 17 de dezembro de 2017, com início às 08h00 e término às 11h00 (horário local), em locais que serão divulgados a partir do dia 15 de dezembro de 2017 na internet, no *site*: www.tangaradaserra.mt.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/amm-mt e Mural da Sede Administrativa desta Municipalidade.

9.7.6 Será vedada a realização das provas fora do local designado.

9.7.7 Não será permitido o ingresso de candidato no local de prova usando uniformes, crachás ou algum objeto que identifique ser funcionário de órgão público.

9.7.8 Não será permitido o ingresso de candidatos no estabelecimento após o fechamento dos portões.

9.7.9 O candidato poderá comparecer ao local designado para as provas com antecedência de meia hora, pois deverá estar dentro da sala de realização da prova no horário indicado no item 9.7.5, munido de:

a) ficha de inscrição ou cópia do comprovante de pagamento da taxa;

b) original de documento de identidade pessoal, com foto;

c) caneta esferográfica, de material transparente, de tinta preta ou azul.

9.7.10 São considerados documentos de identidade as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, Forças Armadas, Ministério das Relações Exteriores e pela Polícia Militar; Passaporte brasileiro; Identidade para Estrangeiros; Carteiras Profissionais expedidas por órgãos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, valem como documento de identidade, Carteira de Trabalho, bem como a Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei nº 9.503/97).

9.7.11 A ficha de inscrição não terá validade como documento de identidade.

9.7.12 Não serão aceitos protocolos, nem cópias dos documentos citados, ainda que autenticados, ou quaisquer outros documentos diferentes dos acima definidos.

9.7.13 Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

9.7.14 Nãoserá permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nema utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta. O descumprimento da presente instrução implicará na eliminação do candidato.

9.7.15 No dia de aplicação das provas, não será permitido ao candidato entrar e/ou permanecer nos locais das provas, com armas ou aparelhos eletrônicos (*bip*, telefone celular, relógio do tipo *data bank*, *mp3,* agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador e outros). Caso o candidato leve alguma arma e/ou algum aparelho eletrônico, estes deverão ser entregues à Coordenação/Fiscais de sala. O descumprimento da presente instrução implicará na eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.

9.7.16 A Administração não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas, nem por danos neles causados.

9.7.17 Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

9.7.18 No dia da realização das provas, na hipótese de o candidato não constar nas listagens oficiais relativas aos locais de prova, a Comissãoprocederá à inclusão do referido candidato, com a apresentação de documento de identificação pessoal, e do comprovante de pagamento original.

9.7.19 Poderá ser admitido o ingresso de Candidato que não esteja portando o comprovante de inscrição no local de realização das Provas, apenas quando o seu nome constar devidamente na relação de Candidatos afixada na entrada do local de Provas. Nestes casos, o candidato deverá apresentar, obrigatoriamente, um documento de identificação com foto.

9.7.20 Sem a apresentação do documento de identificação o candidato **não poderá realizar sua prova** mesmo que seu nome conste na relação oficial de inscritos na seleção e apresente o comprovante de inscrição.

9.7.21 O candidato deverá marcar as respostas corretas das questões objetivas no cartão de respostas, assinalando com um **"X"** nos alvéolos, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul. O preenchimento do cartão de respostas, único documento válido para a correção da prova objetiva, será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções especificadas, contidas na capa do caderno de prova e no cartão de respostas.

9.7.22 Em nenhuma hipótese haverá substituição do cartão de resposta por erro do candidato.

9.7.23 Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão de respostas serão de inteira responsabilidade do candidato.

9.7.24 Não serão computadas questões com alternativas não respondidas, com emenda ou rasura, ainda que legível, ou que contenham mais de uma resposta assinalada (mesmo que uma delas esteja correta).

9.7.25 Não será permitido que as marcações no cartão de respostas sejam feitas por outra pessoa, salvo em caso do candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim, de acordo com o **item 7.1** deste Edital.

9.7.26 Iniciadas as provas, o candidato somente poderá retirar-se da sala após decorrida 01 (uma) hora do tempo da Prova Objetiva, levando consigo o caderno de prova.

9.7.27 Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto, após a assinatura da Ata da respectiva sala.

9.7.28 Será automaticamente excluído da seleção o candidato que:

a) apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais predeterminados;

b) não apresentar o documento de identidade exigido no subitem **9.7.9** deste Edital;

c) não comparecer para a realização da prova, seja qual for o motivo alegado;

d) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal;

e) for surpreendido em comunicação com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou por qualquer outro meio de comunicação, ou estiver utilizando livros, notas ou impressos não permitidos e calculadoras;

f) estiver portando durante as provas qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação;

g) lançar mão de meios ilícitos para executar as provas, seja qual for;

h) não devolver o cartão de respostas;

i) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos ou ser descortês com qualquer dos examinadores, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;

j) fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não o permitido neste Edital.

9.7.29 No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação destas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

9.7.30 É proibida a utilização de aparelho celular e permanência do candidato nos locais de prova após o término e entrega do cartão de resposta.

9.7.31 O gabarito da prova objetiva será divulgado a partir do dia 19 de dezembro de 2017, no mural da Sede Administrativa desta Municipalidade e nos sites www.tangaradaserra.mt.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/amm-mt.

9.7.32 O candidato poderá interpor recurso do gabarito da prova objetiva no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do dia útil da divulgação do gabarito, mediante o formulário para interposição de recurso, do ANEXO X, que deverá ser protocolado no endereço contido no item 5.2 alínea e).

9.7.33 O resultado da Prova Objetiva será divulgado a **partir do dia 09 de janeiro de 2018**, no Edital de Classificação preliminar, publicado no mural da Sede Administrativa desta municipalidade e nos sites w**ww.tangaradaserra.mt.gov.br** e **www.diariomunicipal.com.br/amm-mt.**

9.8 DA PROVA DE TÍTULOS

9.8.1 Para os cargos de **PROFESSORES, AUXILIARES DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:**

9.8.1.1 A contagem de pontos dos títulos e certificados (**ORIGINAL E CÓPIAS**) será realizada no local indicado no item **4.5 – Biblioteca Municipal,** nos **dias 15, 16 e 17 de janeiro de 2018, no horário das 08:00h às 16:00h.**

9.8.1.2 A contagem de títulos será realizada

9.8.1.2 O candidato deverá comparecer para a contagem de pontos dos títulos e certificados pessoalmente ou por terceiro mediante procuração com firma reconhecida em cartório, munidos de:

a) Documentos **originais e cópias** dos títulos, sendo, certificados de conclusão e/ou histórico escolar contendo a data de conclusão do curso;

b) Para os candidatos que concluíram o curso superior e não receberam o diploma deverão apresentar o certificado de conclusão e a ata de colação de grau (**originais e cópias**);

c) Documento **original e cópia** de identificação com foto e cópia;

d) Ficha de inscrição **original e cópia**;

9.8.1.3 Títulos e/ou Certificados válidos para contagem para a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

Item	TÍTULOS E/OU CERTIFICADOS	PONTOS
a)	Ensino Fundamental Completo	0,5 pontos;
b)	Ensino Médio	1,0 pontos;
c)	Ensino Magistério	2,0 pontos;
d)	Licenciatura Plena;	3,0 pontos;
e)	Pós Graduação (Especialização);	4,0 pontos;
f)	Mestrado	5,0 pontos;
g)	Cursos Certificados (devidamente registrados) na área de atuação a partir de 01/01/2015, exceto os itens h), i), j) e k);	0,5 pontos para cada 40 horas com limite de 2,0 pontos;
h)	Formação Continuada em Rede (Instrução Normativa 002/2017/SEMEC) com participação de 75% a 100% para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.	2,0 pontos;
i)	Formação Continuada em Rede (Instrução Normativa 002/2017/SEMEC) com participação de 50% a 74% para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.	1,0 pontos;
j)	Projetos executados como proponente (autor), certificados pelas Instituições de Ensino no ano letivo de 2017.	0,25 ponto por projeto – com limite de 0,5 (meio) ponto
k)	Trabalhos apresentados através de Comunicação Oral, Banner/Painel em Encontros, Seminários, Congressos e Palestras. Com a certificação da Instituição Proponente a partir de 01/01/2015.	0,25 ponto por trabalho (com certificação da Instituição Proponente) – com limite de 0,5 (meio) ponto.

9.8.1.3.1 Para cargos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, somente serão contados os certificados do **item 9.7.1.3 da alínea g)** do presente edital referentes a cursos da área da educação.

9.8.1.3.2 Referente ao item 9.7.1.3 das alíneas a), b), c), d), e), f) do presente Edital, contam-se pontos somente para a maior graduação, considerando o requisito do cargo, não sendo cumulativo.

9.8.1.3.3 Somente serão aceitos para fins de contagem de pontos para a maior graduação **o certificado ou histórico escolar** com a data de conclusão do curso.

9.8.1.3.4 Os cursos de língua estrangeira apresentados para o **item 9.7.1.3 da alínea g)** serão aceitos apenas para os candidatos da área de letras.

9.8.1.3.5 Na hipótese de inscrição de candidato com formação em Doutorado, será acrescido 5,0 pontos ao **item 9.7.1.3 da alínea f),** respeitando o limite de pontuação máxima.

9.8.1.3.6 Somente serão aceitos os certificados do item **9.7.1.3 alínea j),** os que constarem a participação do candidato como proponente do referido projeto. Não serão aceitos certificados como participantes e/ou colaboradores do projeto.

9.8.1.3.7 A prova de títulos é de caráter somatório, sendo que a não apresentação dos títulos não elimina o(a) candidato(a) da seleção.

9.8.1.3.8 Ficam a cargo da comissão do processo seletivo análise e conferência dos títulos apresentados pelo candidato.

9.8.2 Títulos e/ou Certificados válidos para contagem para a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**:

Item	TÍTULOS E/OU CERTIFICADOS	PONTOS
a)	**Ensino Fundamental**	**0,5 pontos;**
b)	**Ensino Médio**	**1,0 pontos;**
c)	**Ensino Magistério**	**2,0 pontos;**
d)	**Licenciatura Plena**	**3,0 pontos;**
e)	**Pós Graduação (Especialização)**	**4,0 pontos;**
f)	**Mestrado**	**5,0 pontos;**
g)	**Tempo de Serviço prestados para esta municipalidade na função para a qual está se inscrevendo**	**0,5 ponto por ano, sendo considerado 01 ano quando cumprido acima de 06 (seis) meses do contrato no ano de referência mediante documento de comprovação, com limite de 2,0 pontos;**
h)	**Cursos Certificados (devidamente registrados) na Política de Assistência Social, a partir de 01/01/2016;**	**0,5 ponto para cada 40 horas com limite de 2,0 pontos;**
i)	**Cursos Certificados (devidamente registrados) na área de atuação, a partir de 01/01/2015, exceto o item h);**	**0,25 pontos para cada 40 horas com limite de 1,0 pontos;**

9.8.2.1 Para os cargos da Secretaria Municipal de Assistência Social, somente serão contados os certificados do item 9.7.2 das alíneas h) e i), do presente edital referentes à área de atuação nos respectivos cargos.

9.8.2.2 Referente ao item 9.7.2 das alíneas a), b), c), d), e) e f) do presente Edital, contam-se pontos somente para a maior graduação, considerando o requisito do cargo, não sendo cumulativo.

9.8.2.3 Somente serão aceitos para fins de contagem de pontos da maior graduação **o certificado ou histórico escolar** com a data de conclusão do curso.

9.8.2.4 A prova de títulos é de caráter somatório, sendo que a não apresentação dos títulos não elimina o(a) candidato(a) da seleção.

9.8.2.5 Ficam a cargo da comissão do processo seletivo análise e conferência dos títulos apresentados pelo candidato.

9.9 DA PROVA PRÁTICA

9.9.1 DA PROVA PRÁTICA: MOTORISTAS (RURAL E INDÍGENA) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

9.9.1.2 A prova prática de caráter eliminatório será realizada por uma comissão avaliadora no dia 31/01/2018 às 08h00, no pátio do Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC, situado a Rua Brasilino G. Amado (antiga rua 40), S/N, Jardim Goiás (antigo Jardim Acapulco) – Tangará da Serra – MT, conforme Edital de Convocação.

9.9.1.3 Estarão habilitados para a realização da prova prática somente os candidatos classificados até a **40ª Colocação** obedecendo à ordem de classificação, publicado em edital complementar de convocação após a publicação da classificação geral.

9.9.1.4 A comissão avaliadora será composta por quatro servidores do quadro efetivo desta municipalidade e quatro membros da comissão organizadora do certame, que serão nomeados através de Portaria Interna.

9.9.1.5 A comissão avaliadora preencherá um formulário que contenha os requisitos necessários para a aprovação, fazendo as observações que julgarem necessárias.

9.9.1.6 Antes do início da prova prática, a comissão avaliadora fará entrevista com os candidatos presentes no local da realização para verificar seus conhecimentos teóricos quanto à prática operacional. Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação podendo ocasionar ônus ao patrimônio público, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Processo Seletivo.

9.9.1.7 Os requisitos necessários para a aprovação do cargo:

a) Apresentação da Carteira Nacional de Habilitação categoria “D” ou “E”;

b) Cumprimento às regras de trânsito;

c) Execução de manobras em vias públicas;

d) Noções de mecânica;

e) Verificação das condições de funcionamento do veículo;

9.9.1.8 Serão considerados eliminados do cargo os candidatos que independente do resultado da prova objetiva, não atingirem no mínimo 70% (setenta por cento) dos requisitos da prova prática.

9.9.1.9 A prova prática será avaliada de 0 (zero) a 10 (dez) pontos e terá como critério de avaliação a "Capacidade Técnica" que vale de 0 (zero) a 5 (cinco) pontos e o "Grau de Agilidade" que vale de 0 (zero) a 5 (cinco) pontos.

9.9.1.10 A Capacidade Técnica se traduz na capacidade teórica e prática de manuseio adequado de equipamentos e utensílios empregados no desenvolvimento de tarefas propostas.

9.9.1.11 A Agilidade será avaliada pelo tempo gasto no desenvolvimento completo e correto das tarefas propostas, sendo estas extraídas do conteúdo programático descrito no presente Edital.

9.9.1.12 Imediatamente após a prova prática será informado ao candidato o resultado da sua avaliação, bem como a pontuação obtida. O candidato declarará no formulário próprio, que está de acordo com os pontos que lhe foram atribuídos em cada item, **não cabendo recurso**.

9.9.2 DA PROVA PRÁTICA: PARA O CARGO DE MECÂNICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

9.9.2.1 A prova prática de caráter eliminatório será realizada por uma comissão avaliadora no dia **31/01/2018 às 08h00**, no pátio do Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC, situado a Rua Brasilino G. Amado (antiga rua 40), S/N, Jardim Goiás (antigo Jardim Acapulco) – Tangará da Serra – MT, conforme Edital de Convocação.

9.9.2.2 Estarão habilitados para a realização da prova prática somente os candidatos classificados até a **20ª Colocação** obedecendo à ordem de classificação, publicado em edital complementar de convocação após a publicação da classificação geral.

9.9.2.3 A comissão avaliadora será composta por dois profissionais da área desta municipalidade e dois membros da comissão organizadora do certame, que serão nomeados através de Portaria Interna.

9.9.2.4 A comissão avaliadora preencherá um formulário que contenha os requisitos necessários para a aprovação, fazendo as observações que julgarem necessárias.

9.9.2.5 Antes do início da prova prática, a comissão avaliadora fará entrevista com os candidatos presentes no local da realização para verificar seus conhecimentos teóricos quanto à prática operacional. Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação podendo ocasionar ônus ao patrimônio público, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Processo Seletivo.

9.9.2.6 Serão considerados eliminados do cargo os candidatos que independente do resultado da prova objetiva, não atingirem no mínimo 70% (setenta por cento) dos requisitos da prova prática.

9.9.2.7 Os requisitos necessários para a aprovação no cargo:

a) Verificação das condições de funcionamento do veículo;

b) Conhecimento de mecânica;

c) Aplicação dos conhecimentos dos sistemas do veículo, sistema de transmissão, sistema de direção, sistema de freios, sistema elétrico – componente, sistema de ignição, sistema de arrefecimento ou refrigeração, componentes e acessórios do motor, sistema de escapamento, sistema de lubrificação, sistema de suspensão, alinhamento e balanceamento, sistema de rodagem, carroceria e peças e ferramentas;

d) Procedimentos de segurança e manutenção de autos;

9.9.2.8 A aplicação e a avaliação da prova prática busca aferir a capacidade de adequação funcional e situacional do candidato às exigências e ao desempenho eficiente das atividades. A prova prática constituir-se-á na execução de tarefas, previamente elaboradas pelo examinador profissional da área, a serem realizadas individualmente pelo candidato com a avaliação por meio de planilhas, tomando-se por base as atribuições dos cargos.

9.9.2.9 - A prova prática será avaliada de 0 (zero) a 10 (dez) pontos e terá como critério de avaliação a "Capacidade Técnica" que vale de 0 (zero) a 5 (cinco) pontos e o "Grau de Agilidade" que vale de 0 (zero) a 5 (cinco) pontos.

9.9.2.10 A Capacidade Técnica se traduz na capacidade teórica e prática de manuseio adequado de equipamentos e utensílios empregados no desenvolvimento de tarefas propostas.

9.9.2.11 A Agilidade será avaliada pelo tempo gasto no desenvolvimento completo e correto das tarefas propostas, sendo estas extraídas do conteúdo programático descrito no presente Edital.

9.9.2.12 Imediatamente após a prova prática será informado ao candidato o resultado da sua avaliação, bem como a pontuação obtida. O candidato declarará no formulário próprio, que está de acordo com os pontos que lhe foram atribuídos em cada item, **não cabendo recurso**.

9.9.3 DA PROVA PRÁTICA: PARA O CARGO DE INTÉRPRETE DE LIBRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

9.9.3.1 Para o cargo de Intérprete de Libras, a prova prática de caráter eliminatório, será realizada por uma comissão avaliadora no dia **31/01/2018 às 08:00h,** no Centro Municipal de Educação Profª. Isoldi Stork, situado a Rua 07 – A, nº. 900 – W, Jardim Santa Lúcia – Tangará da Serra – MT, conforme Edital de Convocação.

9.9.3.2 Para a aplicação da Prova Prática de Intérprete de Libras o candidato deverá apresentar o documento de identificação pessoal, conforme **item 9.6.9** do Edital;

9.9.3.3 A comissão avaliadora será composta por três profissionais da área desta municipalidade e duas pessoas da comissão organizadora do certame, que serão nomeados através de Portaria Interna.

9.9.3.4 A comissão avaliadora preencherá um formulário que contenha os requisitos necessários para a aprovação, fazendo as observações que julgarem necessárias.

9.9.3.5 A prova prática valerá 10 (dez) pontos e constará de análise de interpretação, na modalidade ORAL, e DIÁLOGO, sendo as seguintes fases:

a) Interpretação: Língua Portuguesa/Libras – (Valor 2,5 pontos)

b) Interpretação: Libras/ Língua Portuguesa – (Valor 2,5 pontos)

c) Diálogo: Língua Portuguesa/Libras – (Valor 2,5 pontos)

d) Diálogo: Libras/ Língua Portuguesa – (Valor 2,5 pontos)

9.9.3.6 A prova será realizada individualmente e cada candidato terá uma única tentativa, sem interrupções, para a realização de cada fase da prova.

9.9.3.7 O resultado será expresso sob a forma de conceito APTO ou INAPTO, e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver aproveitamento igual ou superior a 50% (cinquenta por cento). Obedecidos aos critérios de avaliação, os candidatos habilitados permanecerão com a nota obtida nas etapas anteriores e os nãos habilitados ficam automaticamente eliminados do Processo Seletivo.

9.9.3.8 Imediatamente após a prova prática será informado ao candidato o resultado da sua avaliação, bem como, sua pontuação obtida. O candidato declarará no formulário próprio, que está de acordo com os pontos que lhe foram atribuídos em cada item, **não cabendo recurso**.

10 DO DESEMPATE

10.1 Em caso de empate em todas as fases, na classificação entre candidatos com igual número de pontos, a Comissão de Processo Seletivo deverá decidir levando-se em conta os critérios de acordo com:

a) Idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003 – Estatuto do Idoso, entre si e frente aos demais, dando-se preferência ao de idade mais elevada;

b) Maior idade (ano, mês, dia).

10.2 Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de quem fizer maior nota na prova objetiva.

11 DO RESULTADO FINAL

11.1 O Resultado Final com a Homologação do Processo Seletivo será publicado a **partir do dia 02 de fevereiro de 2018**, no site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**, e **www.diariomunicipal.com.br/amm-mt** e em jornal de circulação diária.

12 DOS RECURSOS

12.1 É assegurado ao candidato o direito a recursos nas seguintes fases do Processo Seletivo: da impugnação do edital de abertura, do indeferimento da taxa de isenção, das inscrições indeferidas, do gabarito preliminar da prova objetiva, e do edital de classificação preliminar, de acordo com o Cronograma de Execução – **ANEXO XI**.

12.2 Os recursos deverão ser interpostos nas datas respectivas a cada fase, constantes do **ANEXO X** cronograma de execução;

12.3 Os recursos deverão ser protocolados obrigatoriamente com o preenchimento do formulário de INTERPOSIÇÃO DE RECURSO conforme ANEXO X, com as devidas fundamentações, no setor de Protocolo Geral na sede da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, situada à Avenida Brasil nº 2350-N, Jardim Europa, das 08h00 às 10h30 e das 13h00 às 16h00.

12.4 O prazo recursal será de **02 (dois)** dias úteis, respeitando o horário de atendimento previsto no **item 12.3**, a contar da publicação do edital do fato gerador do recurso.

12.5 Em qualquer caso, não serão aceitos recursos encaminhados via postal, via fax ou via eletrônica. A interposição deverá ser feita diretamente no Protocolo Geral na sede da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, conforme **item 12.3**, contendo nome completo do candidato, RG, número de inscrição, cargo para o qual se inscreveu, as razões recursais e assinatura por extenso do candidato.

12.6 O candidato poderá interpor somente 01 (um) recurso para cada questão, quando o mesmo se referir ao gabarito preliminar da prova objetiva, devendo o mesmo ser interposto nos termos do **item 12.3** deste edital.

12.7 Caberá recurso contra o conteúdo da prova objetiva, no tocante a erro material ou de teor das questões, na fase de interposição de recursos contra gabarito preliminar.

12.8 Julgados os recursos em face do gabarito e/ou da prova objetiva, será publicado um novo gabarito através de Edital Complementar, com as modificações necessárias.

12.9 Em caso de anulação de questões, por duplicidade de respostas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas serão consideradas corretas para todos os candidatos e os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que não os obtiveram, independente de recurso.

12.10 Os recursos deverão estar embasados em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível.

12.11 Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito. A Comissão Organizadora do Certame constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso adicional pelo mesmo motivo.

13. DA CONVOCAÇÃO

13.1 Os candidatos aprovados e/ou classificados no Processo Seletivo serão convocados de acordo com sua classificação, conforme a necessidade desta Municipalidade, através de Edital de Convocação, a ser divulgado no site www.tangaradaserra.mt.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/amm-mt.

13.2 A convocação para a contratação dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente à ordem de classificação, não gerando o fato de classificação, direito à contratação. Apesar do número de vagas e/ou cadastro de reserva disponibilizada no presente edital, os aprovados e/ou classificados além desse número poderão ser convocados para vagas pré-existentes na data deste edital, nas que vagarem e nas que eventualmente forem disponibilizadas dentro do prazo de validade do presente processo seletivo.

13.3 O candidato que não comparecer na **data e horário** estipulado em Edital Complementar de Convocação será automaticamente desclassificado.

13.4 É de responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações dos Editais Complementares de Convocação.

13.5 Para efeito de contratação fica o candidato convocado sujeito à aprovação em exame de saúde e apresentação de documentos legais que lhe forem exigidos de acordo com o cargo no presente Edital de Abertura, e demais alterações, e no Edital Complementar de Convocação.

14 DA CONTRATAÇÃO

14.1 No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

14.2 No ato da contratação o candidato deverá apresentar os documentos **(ORIGINAIS E CÓPIAS)** abaixo relacionados:

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Atestado Pré-admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho, com data igual ou posterior a data de convocação;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Carteira Nacional de Habilitação – CNH categoria D ou E, exigida pelo cargo;

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

j) Comprovante de residência;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

l) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

o) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

r) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

s) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2017/Ano - Calendário 2016 ou mais recente);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

v) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

14.3 O Pessoal contratado submeter-se-á ao regime Jurídico Administrativo – Processo Seletivo e ao Regime Geral de Previdência Social – INSS;

14.4 Existindo desistência/eliminação do candidato ou criação de vagas, o Município promoverá tantas convocações e contratações quantas forem necessárias.

14.5 O candidato terá **02 (dois) dias de prazo**, nas datas e horários estipulados no Edital Complementar de Convocação para a entrega da documentação legal exigida no item 14, e estabelecida em Edital de Convocação será automaticamente desclassificado.

15. DA ATRIBUIÇÃO

15.1 O processo de atribuição de local de trabalho e/ou atribuição de horas aulas obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos de acordo com o Resultado Final Homologado, bem como **DATA e HORÁRIO** estabelecidos em Edital Complementar de Convocação.

15.2 O candidato que não comparecer na **data, horário e no prazo de entrega da documentação legal exigida no item 14**, e estabelecida em Edital Complementar de Convocação será automaticamente desclassificado.

15.3 É facultado a Administração Municipal contratar os candidatos com carga horária inferior à prevista neste edital com remuneração proporcional a contratação, quando necessário, para atender a demanda das Secretarias Municipais participantes deste certame.

15.3.1 Aos candidatos que forem atribuídas carga horária inferior ao estabelecido neste Edital, a carga horária será complementada quando houver a necessidade, a critério das Secretarias Municipais participantes deste certame.

15.3.2 O candidato contratado com carga horária inferior ao Estabelecido neste Edital deverá declarar no ato da contratação disponibilidade para complementação da carga horária caso seja necessário.

15.4 O candidato que estiver contratado poderá ser remanejado para outra lotação existente no momento, formalizado através de Termo Aditivo do Contrato Pessoal e/ou ser rescindido antes do término de vigência do contrato nos termos do item 16.1, conforme as necessidades das Secretarias Municipais participantes deste certame.

16. DA RESCISÃO CONTRATUAL

16.1 O Contrato Temporário poderá ser extinto antecipadamente em virtude de:

a) Quando o contratado der justo motivo/justa causa para sua rescisão, devidamente justificado pela Secretaria ordenadora da despesa;

b) A pedido do contratado, por escrito, com antecedência mínima de 30 dias;

c) Pelo contratante quando insubsistente os motivos que fundamentaram a contratação ou na hipótese de inadimplemento da cláusula ou condição contratual;

d) Na comprovação de terceirização do serviço para o qual foi contratado;

e) Na falta de 03 (três) dias consecutivos ou 05 (cinco) dias alternados, exceto nos casos previstos em lei;

f) Com o retorno de servidor efetivo ou contratado afastado/licenciado ou convocação de candidato aprovado em concurso público;

g) Pelo término do prazo contratual.

16.2 No caso de inexecução contratual por culpa do contratado(a), será instaurado processo administrativo, e este ficará impedido de participar de qualquer Processo Seletivo realizado por esta municipalidade durante 02 (dois) anos, salvo por motivos devidamente justificado e aceito pelo ordenador da despesa.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Processo Seletivo, estabelecidos no presente Edital e na legislação Municipal pertinente no item 1.

17.2 A falsidade ou inexatidão das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos de correntes da inscrição, sem prejuízo de responsabilização nas esferas administrativa, cível e penal.

17.3 É de responsabilidade exclusiva do Candidato o acompanhamento de todas as etapas deste Processo Seletivo através dos meios de divulgação anteriormente citados.

17.4 Os casos não previstos neste Edital de Abertura do Processo Seletivo 003/2017 serão resolvidos conjuntamente pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Esporte, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Infraestrutura e Comissão Organizadora do Certame definida pela **PORTARIA Nº 1111/GP/2017.**

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 16 de novembro de 2017.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Prof. Adriano Alves Fernandes

Secretário Municipal de Educação e Cultura

Wellington Rossiter Bezerra

Secretário Municipal de Esportes

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde

Aguinaldo Garrido

Secretário Municipal de Assistência Social

Selton José Vieira

Secretário Municipal de Infraestrutura

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA PROVA OBJETIVA DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR:

1. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

1.1 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Educação Infantil na perspectiva histórica; O papel social da Educação Infantil; As fases do desenvolvimento infantil (Piaget, Vygotsky, Wallon); A organização do tempo e do espaço na Educação Infantil; Planejamento, e avaliação; Direito da infância e a relação creche/centro infantil e família; Legislação: Constituição Federal de 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394/96; Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI); Parecer Nº 20 de 11 de novembro de 2009/CNE/CEB e Resolução Nº 5, de 17 de dezembro de 2009/CNE/CEB, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil – Resolução - CNE; Resolução 006/08 do Conselho Municipal de Educação de Tangará da Serra-MT. Orientações Curriculares do Município de Tangará da Serra-MT, 2012. A história da Educação Infantil no Brasil. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Indicadores de Qualidade na Educação Infantil. A história da criança e da infância. A organização dos espaços nas escolas de Educação Infantil. A brincadeira e o desenvolvimento infantil; Educar e cuidar, uma ação indissociável. A rotina na Educação infantil.

1.2 CONHECIMENTOS GERAIS:

LÍNGUA PORTUGUESA: 1-Análise e Interpretação de Texto: Tipologias e Gêneros Textuais. Compreensão global do texto. Estrutura do texto e dos parágrafos. Ideias principais e secundárias. Elementos de coesão. Inferências. Efeitos de sentido. 2- Vocabulário: Significados de palavras e expressões no texto. Substituições de palavras e de expressões no texto. Estrutura e formação de palavras. Denotação e conotação. 3- Aspectos Linguísticos: Ortografia: emprego de letras. Fonética: relações entre fonemas e letras; classificação dos fonemas; encontros consonantais e vocálicos; dígrafos. Acentuação gráfica. Emprego e flexão das classes gramaticais. Relações morfossintáticas. Vozes verbais. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal.

MATEMÁTICA: 1-Números e Operações: Sistema de numeração decimal: Compreensão das regras do Sistema de Numeração Decimal. Números Naturais: Operações (Adição, subtração, multiplicação e divisão); Ideias, algoritmo e resolução de problemas. Números Racionais: Diferentes representações: fracionária, percentual e decimal; Diferentes significados de um número escrito na forma fracionária; Operações com números racionais. 2- Grandezas e Medidas: Sistema de Medidas: Tempo, Comprimento, Massa, Capacidade, Superfície; Relações entre as unidades de medidas; Perímetro e Áreas. 3- Espaço e Forma: Localização, movimentação de objetos em mapas croquis e outras representações gráficas. Sólidos Geométricos: Poliedros e Corpos redondos: Conceitos, características, propriedades e planificações. Figuras geométricas planas: Ampliação e Redução; Quadriláteros: conceitos, classificação e propriedades. 4- Tratamento da Informação: Leitura e interpretação de Tabelas e gráficos.

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ATUALIDADES: Geografia e História do Estado de Mato Grosso e do Município de Tangará da Serra; Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural do Município de Tangará da Serra, de Mato Grosso e Brasil. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

2. CARGO: PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO) E PROFESSOR ED. INFANTIL/EJA I SEGMENTO/ ANOS INICIAIS.

2.1 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Estatuto da Criança e do Adolescente e Resolução 009/2014 do Conselho Municipal de Educação; FUNDEB, Parâmetros Curriculares Nacionais (anos iniciais do Ensino Fundamental); Diretrizes Curri-

culares Nacionais do Ensino Fundamental; Projeto Político Pedagógico, Currículo, Planejamento, Projetos Didáticos, Metodologia de Ensino e Prática Educativa, Sistema de Avaliação; Conteúdos Conceituais, Atitudinais e Procedimentais, As Tendências Pedagógicas, As Concepções de Aprendizagem, numa perspectiva sócio – interacionista, A Inteligência e o Desenvolvimento Humano; As diferentes concepções do processo da leitura e da escrita; O processo de Alfabetização na perspectiva do letramento.

2.2 CONHECIMENTOS GERAIS:

LÍNGUA PORTUGUESA: 1- Análise e Interpretação de Texto: Tipologias e Gêneros Textuais. Compreensão global do texto. Estrutura do texto e dos parágrafos. Ideias principais e secundárias. Elementos de coesão. Inferências. Efeitos de sentido. 2- Vocabulário: Significados de palavras e expressões no texto. Substituições de palavras e de expressões no texto. Estrutura e formação de palavras. Denotação e conotação. 3- Aspectos Linguísticos: Ortografia: emprego de letras. Fonética: relações entre fonemas e letras; classificação dos fonemas; encontros consonantais e vocálicos; dígrafos. Acentuação gráfica. Emprego e flexão das classes gramaticais. Relações morfossintáticas. Vozes verbais. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal.

MATEMÁTICA: 1- Números e Operações: Sistema de numeração decimal: Compreensão das regras do Sistema de Numeração Decimal. Números Naturais: Operações (Adição, subtração, multiplicação e divisão); Ideias, algoritmo e resolução de problemas. Números Racionais: Diferentes representações: fracionária, percentual e decimal; Diferentes significados de um número escrito na forma fracionária; Operações com números racionais. 2- Grandezas e Medidas: Sistema de Medidas: Tempo, Comprimento, Massa, Capacidade, Superfície; Relações entre as unidades de medidas; Perímetro e Áreas. 3- Espaço e Forma: Localização, movimentação de objetos em mapas croquis e outras representações gráficas. Sólidos Geométricos: Poliedros e Corpos redondos: Conceitos, características, propriedades e planificações. Figuras geométricas planas: Ampliação e Redução; Quadriláteros: conceitos, classificação e propriedades. 4- Tratamento da Informação: Leitura e interpretação de Tabelas e gráficos.

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ATUALIDADES: Geografia e História do Estado de Mato Grosso e do Município de Tangará da Serra; Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural do Município de Tangara da Serra, de Mato Grosso e Brasil. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

3. CARGO: PROFESSOR DA SALA MULTIFUNCIONAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL.

3.1 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN; Lei nº. 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – Educação Especial; Lei nº. 7853/89 – CORDE – Apoio às pessoas portadoras de deficiências; Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental; Resolução CNE/CEB nº 02 de 11 de setembro de 2001; Resolução nº 08/2012 do Conselho Municipal de Educação de Tangará da Serra MT; Plano Municipal de Educação; O Currículo e a Educação Especial: Adaptações Curriculares; Políticas Públicas Voltadas à Educação Inclusiva; Educação Especial no Sistema Educacional Brasileiro; A Educação Especial no Contexto da Inclusão Social; Natureza e Função dos Serviços e Apoios Especializados; O Processo de Inclusão dos Alunos com Necessidades Especiais no Ensino Regular; Perfil Pedagógico do Professor do Ensino Especial; O atendimento educacional especializado – AEE; Tecnologia assistiva – TA; As inteligências múltiplas; Psicogênese da língua escrita; Avaliação da Aprendizagem.

3.2 CONHECIMENTOS GERAIS:

LÍNGUA PORTUGUESA: 1- Análise e Interpretação de Texto: Tipologias e Gêneros Textuais. Compreensão global do texto. Estrutura do texto e dos parágrafos. Ideias principais e secundárias. Elementos de coesão. Inferências. Efeitos de sentido. 2- Vocabulário: Significados de palavras e expressões no texto. Substituições de palavras e de expressões no texto. Estrutura e formação de palavras. Denotação e conotação. 3- Aspectos Linguísticos: Ortografia: emprego de letras. Fonética: relações entre fonemas e letras; classificação dos fonemas; encontros consonantais e vocálicos; dígrafos. Acentuação gráfica. Emprego e flexão das classes gramaticais. Relações morfossintáticas. Vozes verbais. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal.

MATEMÁTICA: 1- Números e Operações: Sistema de numeração decimal: Compreensão das regras do Sistema de Numeração Decimal. Números Naturais: Operações (Adição, subtração, multiplicação e divisão); Ideias, algoritmo e resolução de problemas. Números Racionais: Diferentes representações: fracionária, percentual e decimal; Diferentes significados de um número escrito na forma fracionária; Operações com números racionais. 2- Grandezas e Medidas: Sistema de Medidas: Tempo, Comprimento, Massa, Capacidade, Superfície; Relações entre as unidades de medidas; Perímetro e Áreas. 3- Espaço e Forma: Localização, movimentação de objetos em mapas croquis e outras representações gráficas. Sólidos Geométricos: Poliedros e Corpos redondos: Conceitos, características, propriedades e planificações. Figuras geométricas planas: Ampliação e Redução; Quadriláteros: conceitos, classificação e propriedades. 4- Tratamento da Informação: Leitura e interpretação de Tabelas e gráficos.

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ATUALIDADES: Geografia e História do Estado de Mato Grosso e do Município de Tangará da Serra; Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural do Município de Tangara da Serra, de Mato Grosso e Brasil. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

4. Cargo: PROFESSORES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (6º, 7º, 8º e 9º ANOS).

4.1 CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS PARA TODOS OS PROFESSORES DOS ANOS FINAIS: Lei nº. 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Lei nº. 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente; Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental; Resolução 009/2014 do Conselho Municipal de Educação; Currículo, Planejamento, Sistema de Avaliação; Conteúdos Conceituais, Atitudinais e Procedimentais; As Concepções de Aprendizagem, numa perspectiva sócio – interacionista.

4.2 CONHECIMENTOS GERAIS: HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ATUALIDADES: PARA TODOS OS PROFESSORES DOS ANOS FINAIS: Geografia e História do Estado de Mato Grosso e do Município de Tangará da Serra; Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural do Município de Tangará da Serra, Mato Grosso e Brasil. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

4.3 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA: Leitura e compreensão de textos, ideias principais e secundárias; Relação entre as ideias. Semântica: sinônimos, antônimos, polissemia, ambiguidade e construção de sentidos. Instrumentos Linguísticos: emprego das classes de

palavras, concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, relação entre termos e orações no período; gêneros textuais. Período simples e período composto. Classificação das orações. Discurso direto, indireto e indireto livre.Sistema ortográfico: novo acordo.

4.4 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DE MATEMÁTICA: História da Matemática. Geometria Plana. Geometria Analítica. Resolução de Problemas Conjuntos Numéricos: operações e propriedades. Principais sistemas de unidade de medida: comprimento, superfície, volume, massa, tempo e ângulo. Proporcionalidade. Regra de três simples e composta. Média Aritmética simples e ponderada. Porcentagem, juros simples e composto. Progressões aritméticas e geométricas. Ponto. Reta. Circunferência. Funções de 1º e 2º graus. Funções exponenciais e logarítmicas. Equações e Inequações do 1º e 2º graus. Funções trigonométricas. Equações e inequações trigonométricas. Arranjo, combinação e permutação. Matrizes, sistemas lineares. Noções elementares de matemática comercial e financeira.

4.5 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DE HISTÓRIA: Lei 11.645/08. História das relações sociais, da cultura e do trabalho. História das relações de poder: nações, estados,povos e culturas. História do Brasil – Período Colonial, Imperial e Republicano. História de Mato Grosso – Período Colonial, Imperial e Republicano. História do Município de Tangará da Serra. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

4.6 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DE GEOGRAFIA: Evolução do pensamento geográfico e seus reflexos no contexto escolar – ensino fundamental; A Cartografia no Ensino Fundamental; Geografia Física (conceitos básicos): clima, solo, relevo, hidrografia, vegetação. O aproveitamento dos recursos naturais e o meio ambiente; Geografia política mundial: características da organização sócio espacial global; Os elementos da dinâmica populacional: Pirâmides etárias e o envelhecimento da população; O espaço agrário: Estrutura Fundiária; Espaço agroindustrial brasileiro: características e transformações recentes; As formas de colonização em Mato Grosso. Globalização da economia e MERCOSUL; Conhecimentos sobre fatos atuais do Estado de Mato Grosso adquirido através dos meios de comunicação; Aspectos geográficos de Mato Grosso: localização, limites, superfície, área, população, relevo, clima, vegetação, hidrografia e recursos naturais; Aspectos econômicos de Mato Grosso: agricultura, pecuária, indústria, comércio, energia, turismo; Geografia do Município de Tangará da Serra: área, população, localização, limites, superfície, área, população, relevo, clima, vegetação, hidrografia e recursos naturais e aspectos econômicos. Atualidades.

4.7 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DE CIÊNCIAS NATURAIS: Origem da vida; Evolução humana; Seres vivos e ambientes: Citologia e histologia: Organização das células; Reprodução: Tipos de reprodução; Reprodução humana – características; sexualidade e DST. Evolução: Misturas e substâncias: propriedades e processos de separação; Átomos, moléculas e substâncias; Reações químicas; O átomo e a eletricidade; Gases e líquidos. Divisão celular – características dos tecidos básicos animal e vegetal. Ondas e energia: Ondas eletromagnéticas – luz, visão; espectro eletromagnético; Óptica e suas leis; problemas da visão; Ondas e comunicação; Tipos de energia e suas transformações; propagação da energia. A atmosfera e pressão; A vida na terra e suas relações com a energia solar; camadas da terra: Condições ambientais e condições de sobrevivência. A terra: energia e a vida; A terra e a lua no espaço, seus movimentos e suas consequências.

4.8 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: A história e as atuais tendências da Educação Física. Processos de ensino e avaliação da Educação Física Escolar. Normas e funções da prática da educação física. Conhecimentos de fisiologia. Conhecimentos sobre o corpo (anatômico, fisiológico, bioquímico, biomecânicos e afetivos). A aptidão física, desenvolvimento das habilidades motoras e das capacidades físicas. Motricidade: cognição. A Educação Física e a ética, a saúde, a orientação sexual, a pluralidade cultural e o meio ambiente. A cultura popular e corporal da Educação Física. Conceitos e procedimentos das danças, jogos (cooperativos, recreativos e competitivos), lutas e ginásticas. Recreação física escolar e desportiva. Regras dos principais esportes (futebol, vôlei, basquete, handebol, futebol de salão, atletismo e natação).

5. Cargo: PROFESSOR SÉRIES INICIAIS E FINAIS EF INDÍGENA

5.1 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: História, hábitos e costumes dos Povos Paresi; Organização social Paresi; Demografia dos povos indígenas Paresi; Localização; Conhecimentos específicos de Língua Materna; Artesanato tradicional.

5.2 CONHECIMENTOS GERAIS:

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de textos informativos e literários; Classes Gramaticais: Substantivo, verbo, adjetivo, artigo, numeral, advérbio, conjunção; Preposição, interjeição e pronomes; Emprego dos elementos relacionais: preposição e conjunção; Domínio ortográfico: nova ortografia, acentuação e pontuação; Funções da linguagem; Elementos da comunicação.

MATEMÁTICA: Raciocínio lógico; Números naturais, racionais, inteiros e reais; Operações fundamentais; Expressões numéricas e fracionárias, números decimais; Situações problema; Adição, subtração, divisão e multiplicação de números inteiros e fracionários; Matemática Paresi (sistema de medidas, sequência numérica).

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ATUALIDADES: Demografia, vegetação, relevo, clima e hidrografia do Município de Tangará da Serra; Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural do Município de Tangará da Serra, Mato Grosso e Brasil. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

6 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA O CARGO DE NUTRICIONISTA

6.1 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Resolução CFN N° 334/2004 – Dispõe sobre o Código de Ética do Nutricionista e dá outras providências. Resolução - RDC N° 216, DE 15 DE SETEMBRO DE 2004 - Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação**.** Resolução Nº 465, DE 23 DE AGOSTO DE 2010 - Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. Unidades de alimentação e nutrição: estrutura física, aquisição, recebimento, armazenamento e distribuição de gêneros alimentícios. Segurança Alimentar - HACCP; Segurança do trabalho nas Unidades de Alimentação e Nutrição; Manual de Boas Práticas na Alimentação Escolar. Controle higiênico-sanitário na alimentação escolar. Alimentação e Nutrição: o cardápio da alimentação escolar. Obesidade e desnutrição infantil no âmbito escolar. Manual de Orientação sobre a alimentação escolar para pessoas com Diabetes, Hipertensão, Doença Celíaca, Fenilcetonúria e Intolerância à Lactose. Relacionamento interpessoal no ambiente escolar.

6.2 CONHECIMENTOS GERAIS:

LÍNGUA PORTUGUESA: 1-Análise e Interpretação de Texto: Tipologias e Gêneros Textuais. Compreensão global do texto. Estrutura do texto e dos parágrafos. Ideias principais e secundárias. Elementos de coesão. Inferências. Efeitos de sentido. 2- Vocabulário: Significados de palavras e expres-

sões no texto. Substituições de palavras e de expressões no texto. Estrutura e formação de palavras. Denotação e conotação. 3- Aspectos Linguísticos: Ortografia: emprego de letras. Fonética: relações entre fonemas e letras; classificação dos fonemas; encontros consonantais e vocálicos; dígrafos. Acentuação gráfica. Emprego e flexão das classes gramaticais. Relações morfossintáticas. Vozes verbais. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal.

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ATUALIDADES: Geografia e História do Estado de Mato Grosso e do Município de Tangará da Serra; Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural do Município de Tangara da Serra, de Mato Grosso e Brasil. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO:

7. CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO.

7.1 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9.394/96. Funções da Administração: planejamento, organização, direção e controle. Rotinas administrativas. Rotinas administrativas escolares. Documentos oficiais: Elaboração, redação e digitação de correspondências, e-mails, ofícios, memorandos e outros documentos. Noções de informática básica. Atendimento ao público. Segurança no Trabalho. Noções de Ética no Trabalho, Relações interpessoais.

7.2 CONHECIMENTOS GERAIS:

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de Texto, Estrutura de Linguagem, Ortografia e Gramática, Concordância Verbal, Concordância Nominal, Regência Verbal, Crase, Verbos, Pontuação, Classes de Palavras, Ortografia, Encontros Vocálicos e Consonantais e Acentuação Gráfica.

MATEMÁTICA: Raciocínio lógico; Números naturais, racionais, inteiros e reais: operações, expressões numéricas, expressões fracionárias, números decimais, problemas; Equação do 1º e 2º graus: resolução e problemas; Razão e proporção; Regra de três; Funções; Ponto, reta, plano e semi-reta; Progressão aritmética; Noções de Geometria Plana.

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ATUALIDADES: Demografia, vegetação, relevo, clima e hidrografia do Município de Tangará da Serra; história do Município de Tangará da Serra. Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural de Tangará da Serra, de Mato Grosso e Brasil. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

8. AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL.

8.1 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9.394/96. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, Parecer Nº 20 de 11 de novembro de 2009/CNE/CEB e Resolução Nº 5, de 17 de dezembro de 2009/CNE/CEB, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil – Resolução - CNE; Resolução 006/08 do Conselho Municipal de Educação de Tangará da Serra-MT; Orientações Curriculares do Município de Tangará da Serra-MT, 2012. Ações direcionadas aos cuidados pessoais, segurança, interação, proteção, alimentação, escovação, banho, sono. A história da Educação Infantil no Brasil. Educar e cuidar, uma ação indissociável. Parecer 020 de 11 de novembro de 2009/CNE/CEB e Resolução nº 5 de, de 17 de dezembro de 2009 CNE/CEB-Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. As fases do desenvolvimento infantil (Piaget, Vygotsky e Wallon). A brincadeira e o desenvolvimento infantil; A construção de relações afetivas entre os bebês e adultos. A rotina na Educação infantil. Os cuidados na primeira infância. Os desafios da inclusão escolar. A educação especial na perspectiva da Inclusão. Deficiência física: tipos e definições. A deficiência intelectual e as múltiplas deficiências A síndrome de Down causas e consequências. O Autismo e suas implicações no desenvolvimento.

8.2- CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de Texto, Estrutura de Linguagem, Ortografia e Gramática, Concordância Verbal, Concordância Nominal, Regência Verbal, Crase, Verbos, Pontuação, Classes de Palavras, Ortografia, Encontros Vocálicos e Consonantais e Acentuação Gráfica.

MATEMÁTICA: Raciocínio lógico; Números naturais, racionais, inteiros e reais: operações, expressões numéricas, expressões fracionárias, números decimais, problemas; Equação do 1º e 2º graus: resolução e problemas; Razão e proporção; Regra de três; Funções; Ponto, reta, plano e semi-reta; Progressão aritmética; Noções de Geometria Plana.

GEOGRAFIA, HISTÓRIA E ATUALIDADES- Demografia, vegetação, relevo, clima e hidrografia do Município de Tangará da Serra; história do Município de Tangará da Serra. Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural de Tangará da Serra, de Mato Grosso e Brasil. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA OS CARGOS DE NÍVEL – ALFABETIZADO (ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO):

9 CARGO: MOTORISTAS (RURAL E INDÍGENA) E MECÂNICO

9.1 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Legislação - Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9.394/96. Lei Municipal nº 3.682, de 30 de Novembro de 2011 - Dispõe Sobre o Transporte de Alunos da Rede Pública de Ensino, Residentes na Zona Rural no Município de Tangará da Serra. Noções básicas de mecânica; Noções básicas de primeiros socorros; Direção defensiva; Noções e normas de segurança individual e coletiva; Relações interpessoais.

9.2 CONHECIMENTOS GERAIS:

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de Texto, Estrutura de Linguagem, Ortografia e Gramática, Crase, Verbos, Pontuação, Classes de Palavras, Ortografia e Acentuação Gráfica.

MATEMÁTICA: Raciocínio lógico; Números naturais, racionais, inteiros e reais: operações, expressões numéricas, expressões fracionárias, números decimais, problemas; Adição, subtração, divisão e multiplicação de números inteiros e fracionários.

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ATUALIDADES: Demografia, vegetação, relevo, clima e hidrografia do Município de Tangará da Serra; história do Município de Tangará da Serra. Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural de Tangara da Serra, de Mato Grosso e Brasil. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA OS CARGOS DE NÍVEL – ALFABETIZADO (ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO):

10 CARGO: AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS INDÍGENA.

10.1 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: História, hábitos e costumes dos Povos Paresi; Conhecimentos específicos de Língua Materna; Manutenção, organização e zelo do local de trabalho; Verificação do funcionamento de materiais de segurança e de limpeza; Relações interpessoais.

10.2 CONHECIMENTOS GERAIS:

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de textos; Classes Gramaticais: Substantivo, verbo, adjetivo, artigo, numeral e pronomes; Domínio do gráfico: nova ortografia, acentuação e pontuação; Flexão do substantivo (singular e plural).

MATEMÁTICA: Raciocínio lógico; Sistema de Numeração decimal; Operações fundamentais; Matemática Paresi (sistema de medidas, sequência numérica).

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ATUALIDADES: Demografia, vegetação, relevo, clima e hidrografia do Município de Tangará da Serra; história do Município de Tangará da Serra. Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural do Município de Tangara da Serra, de Mato Grosso e Brasil. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais

11. CARGOS: AJUDANTES DE SERVIÇOS GERAIS E VIGIAS.

11.1 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Norma Regularizadora NR6 – Equipamento de Proteção Individual – EPI. Manutenção, organização e zelo do local de trabalho; verificação do funcionamento de materiais de segurança e de limpeza; relações interpessoais.

11.2 CONHECIMENTOS GERAIS:

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de Texto, Ortografia, Encontros Vocálicos e Consonantais, Acentuação Gráfica e Separação de sílabas.

MATEMÁTICA: Raciocínio lógico; Sistema de Numeração decimal; Operações fundamentais; Sistema de Medidas e Geometria.

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ATUALIDADES: Demografia, vegetação, relevo, clima e hidrografia do Município de Tangará da Serra; história do Município de Tangará da Serra. Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural de Tangará da Serra, de Mato Grosso e Brasil. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA PROVA OBJETIVA DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: PSICÓLOGO

1.1 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Teorias psicológicas como embasamento de intervenção e encaminhamento das questões sociais. Psicologia social e comunitária. Grupos, organizações e instituições. Categorias étnico-raciais, de gênero, geracionais, de orientação sexual e de classes sociais e suas intersecções com a Psicologia Social. Direitos Humanos e Psicologia Social. Metodologia de trabalho em grupo e com equipe interdisciplinar. Psicologia do Desenvolvimento (da concepção à velhice) com foco na dimensão emocional, cognitiva, social e moral. Técnicas de trabalho em relações familiares. Abordagens terapêuticas. Ética Profissional. Políticas sociais: LOAS (Lei Org. Assist. Social). Política Nacional de Assistência Social – PNAS, Norma Operacional Básica – NOB/SUAS 2012, Orientações Técnicas sobre o serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos, Orientações Técnicas CRAS e CREAS, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Orientações Técnicas do PAIF, Estatuto da Criança e do Adolescente Lei 8. 069/90, Estatuto do Idoso Lei 10741/03. CONHECIMENTOS GERAIS: Geografia e História do Estado de Mato Grosso e do Município de Tangará da Serra. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

1.2 CONHECIMENTOS GERAIS:

LÍNGUA PORTUGUESA: Análise E Interpretação de Texto: Tipologias e Gêneros Textuais. Compreensão global do texto. Estrutura do texto e dos parágrafos. Ideias principais e secundárias. Elementos de coesão. Inferências. Efeitos de sentido. 2- Vocabulário: Significados de palavras e expressões no texto. Substituições de palavras e de expressões no texto. Estrutura e formação de palavras. Denotação e conotação. 3- Aspectos Linguísticos: Ortografia: emprego de letras. Fonética: relações entre fonemas e letras; classificação dos fonemas; encontros consonantais e vocálicos; dígrafos. Acentuação gráfica. Emprego e flexão das classes gramaticais. Relações morfossintáticas. Vozes verbais. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal.

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ATUALIDADES: – Geografia e História do Estado de Mato Grosso e do Município de Tangará da Serra; Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural do Município de Tangara da Serra, de Mato Grosso e Brasil. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA PROVA OBJETIVA DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

1 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: ENGENHEIRO SANITARISTA

1.1 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Importância do abastecimento de água. A água na transmissão de doenças. Qualidade, impurezas e características físicas, químicas e biológicas da água; padrões de potabilidade; controle da qualidade da água. Consumo de água; estimativa de população. Captação de águas superficiais e subterrâneas: tipos de captação; materiais e equipamentos; dimensionamento; proteção. Adução de água: tipo de adutoras; dimensionamento; materiais empregados; bombas e estações elevatórias. Reservatórios de distribuição: tipos, localização, dimensionamento. Redes de distribuição: traçado, métodos de dimensionamento, materiais empregados. Tratamento de água de abastecimento para pequenas e grandes comunidades: coagulação/floculação; decantação; filtração; oxidação/desinfecção; fluoretação/desfluoretação; aeração - tecnologias, dimensionamento e composição do tratamento em função da qualidade da água bruta. Sistemas de coleta de esgotos sanitários: traçado, materiais e equipamentos,

dimensionamento; operação e manutenção. Tratamento coletivo e individual de águas residuárias domésticas: características dos esgotos; processos e grau de tratamento; tratamento preliminar; tratamento secundário e terciário; tratamento do lodo; reuso da água e disposição no solo. Tratamento de efluentes industriais: características dos efluentes; tipos de tratamento; dimensionamento; recuperação de materiais. Drenagem urbana: traçado, materiais, dimensionamento, manutenção. Resíduos sólidos: conceito, classificação, acondicionamento, coleta, transporte e destino final; limpeza pública. Resíduos hospitalares: armazenamento, coleta, destino final, normas técnicas aplicáveis. Ecologia e poluição ambiental. Consciência ecológica. A problemática ambiental e o ambiente de negócios. Normas ISO 14000. Uso sustentado de recursos naturais. O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental. O zoneamento ambiental. A avaliação de impacto ambiental - EIA. O relatório de impacto ambiental - RIMA. O licenciamento ambiental e a revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras - LAP, LAI, LAO. A criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelos Poderes Públicos, Federal, Estadual e Municipal, denominadas áreas naturais protegidas. O Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente. Os cadastros Técnicos Federais: a) de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental; b) de Atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais. As penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental. O Relatório de Qualidade do meio Ambiente e sua divulgação pelo IBAMA: as legislações pertinentes.

1.2 CONHECIMENTOS GERAIS:

LÍNGUA PORTUGUESA: 1-Análise e Interpretação de Texto: Tipologias e Gêneros Textuais. Compreensão global do texto. Estrutura do texto e dos parágrafos. Ideias principais e secundárias. Elementos de coesão. Inferências. Efeitos de sentido. 2- Vocabulário: Significados de palavras e expressões no texto. Substituições de palavras e de expressões no texto. Estrutura e formação de palavras. Denotação e conotação. 3- Aspectos Linguísticos: Ortografia: emprego de letras. Fonética: relações entre fonemas e letras; classificação dos fonemas; encontros consonantais e vocálicos; dígrafos. Acentuação gráfica. Emprego e flexão das classes gramaticais. Relações morfossintáticas. Vozes verbais. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal.

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ATUALIDADES: Geografia e História do Estado de Mato Grosso e do Município de Tangará da Serra; Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural do Município de Tangara da Serra, de Mato Grosso e Brasil. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

ANEXO IV

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA PROVA OBJETIVA DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

1. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA/FUTEBOL DE CAMPO, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA/FUTSAL, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA/BASQUETEBOL, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA/VOLEIBOL, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA/HANDEBOL.

1.1 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: A história do esporte na humanidade e as atuais tendências da Educação Física. Pedagogia da educação física. O código de ética do CREF (Conselho Regional de Educação Física). Primeiros Socorros. Psicologia do Esporte. Conhecimentos sobre o corpo humano: anatômico, fisiológico, bioquímico, biomecânicos e afetivos. A aptidão física, desenvolvimento das habilidades motoras e das capacidades físicas. Motricidade: cognição. A Educação Física e a ética, a saúde, a orientação sexual, a pluralidade cultural e o meio ambiente. A cultura popular e corporal da Educação Física. Jogos (cooperativos, recreativos e competitivos), Regras das modalidades esportivas: futebol de campo, voleibol, basquetebol, handebol e futsal.

1.2 CONHECIMENTOS GERAIS:

LÍNGUA PORTUGUESA: Análise E Interpretação de Texto: Tipologias e Gêneros Textuais. Compreensão global do texto. Estrutura do texto e dos parágrafos. Ideias principais e secundárias. Elementos de coesão. Inferências. Efeitos de sentido. 2- Vocabulário: Significados de palavras e expressões no texto. Substituições de palavras e de expressões no texto. Estrutura e formação de palavras. Denotação e conotação. 3- Aspectos Linguísticos: Ortografia: emprego de letras. Fonética: relações entre fonemas e letras; classificação dos fonemas; encontros consonantais e vocálicos; dígrafos. Acentuação gráfica. Emprego e flexão das classes gramaticais. Relações morfossintáticas. Vozes verbais. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal.

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ATUALIDADES: – Geografia e História do Estado de Mato Grosso e do Município de Tangará da Serra; Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural do Município de Tangara da Serra, de Mato Grosso e Brasil. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: INSTRUTOR DE ARTES MARCIAIS/CAPOEIRA, INSTRUTOR DE ARTES MARCIAIS/KARATE, INSTRUTOR DE ARTES MARCIAIS/JUDO, INSTRUTOR DE ARTES MARCIAIS/JIU-JITSU.

2.1 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Tipos de artes marciais, artes marciais no Brasil, campeões de artes marciais no Brasil, disciplina, equilíbrio, defesa pessoal. Destaques desportivos no Brasil e no mundo. Defesa, ataque. Artes marciais e formação da personalidade. Aspectos históricos e conceituais das artes marciais (Jiu-Jitsu, Judô, Karatê, Capoeira). Convivência com os superiores, com os colegas de trabalhos e com o público. Boas Maneiras. Comportamento no ambiente de trabalho. Organização do local de trabalho.

2.2 **CONHECIMENTOS GERAIS:**

LÍNGUA PORTUGUESA: Análise E Interpretação de Texto: Tipologias e Gêneros Textuais. Compreensão global do texto. Estrutura do texto e dos parágrafos. Ideias principais e secundárias. Elementos de coesão. Inferências. Efeitos de sentido. 2- Vocabulário: Significados de palavras e expressões no texto. Substituições de palavras e de expressões no texto. Estrutura e formação de palavras. Denotação e conotação. 3- Aspectos Linguísticos: Ortografia: emprego de letras. Fonética: relações entre fonemas e letras; classificação dos fonemas; encontros consonantais e vocálicos; dígrafos. Acentuação gráfica. Emprego e flexão das classes gramaticais. Relações morfossintáticas. Vozes verbais. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal.

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ATUALIDADES: – Geografia e História do Estado de Mato Grosso e do Município de Tangará da Serra; Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural do Município de Tangara da Serra, de Mato Grosso e Brasil. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

ANEXO V

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA PROVA OBJETIVA DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: ODONTÓLOGO – PSF

1.1 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Sistema Único de Saúde – SUS: conceitos, fundamentação legal, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde. Política de Humanização do SUS e SISPACTO. Epidemiologia das doenças bucais no Brasil; Índices epidemiológicos específicos em saúde bucal; Cariologia: etiologia, diagnóstico e tratamento da doença, cárie dentária com ênfase na prevenção e promoção à saúde bucal; Normas de controle de infecção no ambiente de trabalho; Lesões mais freqüentes da cavidade bucal: candidíase, gengivo-estomatite herpética, lesões herpéticas secundárias, sífilis e AIDS. VI. Emergência e Urgência em odontologia; Terapêutica Odontológica - analgésicos, antiinflamatórios, antibióticos e anestésicos de uso local em odontologia; Fluorterapia - uso sistêmico e tópico. Aspectos toxicológicos e clínicos da utilização do flúor. IX. Materiais restauradores diretos e indiretos; Principios de preparos cavitários; Restaurações estéticas; Educação e Saúde Bucal;. Métodos de prevenção da cárie e da doença periodontal; Princípios básicos do atendimento em odontopediatria; Hepatites virais (A, B e C), AIDS e Imunizações; Biossegurança, ergonomia e controle de infecção no consultório; Conduta frente a acidentes de trabalho; Exame clínico e radiográfico; Ética e Legislação Profissional; O Programa de Saúde da Família; Avaliação da qualidade em serviços de saúde; Evolução das políticas de saúde no Brasil; Abordagem do processo saúde-doença das famílias e do coletivo.

1.2 CONHECIMENTOS GERAIS:

LÍNGUA PORTUGUESA: 1-Análise e Interpretação de Texto: Tipologias e Gêneros Textuais. Compreensão global do texto. Estrutura do texto e dos parágrafos. Ideias principais e secundárias. Elementos de coesão. Inferências. Efeitos de sentido. 2- Vocabulário: Significados de palavras e expressões no texto. Substituições de palavras e de expressões no texto. Estrutura e formação de palavras. Denotação e conotação. 3- Aspectos Linguísticos: Ortografia: emprego de letras. Fonética: relações entre fonemas e letras; classificação dos fonemas; encontros consonantais e vocálicos; dígrafos. Acentuação gráfica. Emprego e flexão das classes gramaticais. Relações morfossintáticas. Vozes verbais. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal.

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ATUALIDADES: Geografia e História do Estado de Mato Grosso e do Município de Tangará da Serra; Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural do Município de Tangara da Serra, de Mato Grosso e Brasil. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: FARMACÊUTICA

2.1 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Sistema Único de Saúde – SUS: conceitos, fundamentação legal, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde. Política de Humanização do SUS e SISPACTO. Código de Ética Profissional; Princípios básicos de farmacocinética e farmacodinâmica; Vias de administração de medicamentos; Caracterização Químico-Farmacêutica e Farmacologia dos grupos terapêuticos: anti-inflamatórios, diuréticos, antimicrobianos, hipoglicemiantes, anestésicos gerais e locais, antidepressivos, hipnótico-sedativos, analgésicos opióides, anti-retrovirais e antineoplásicos; Fármacos que atuam no sistema: cardiovascular e respiratório; Aspectos biofarmacêuticos e tecnológicos, caracterização e desenvolvimento de formas farmacêuticas: sólidas, semi-sólidas, líquidas, parenterais, transdérmicas e aerosóis; Farmácia Hospitalar: conceito, funções, área física e setores; Gestão de estoque: aquisição, armazenamento, conservação, distribuição e controle de medicamentos e material médico-hospitalar; Seleção de medicamentos; Rename. Compras na administração pública; Farmacotécnica Hospitalar: objetivos, nutrição parenteral, citostáticos, saneantes, anti-sépticos, desinfetantes, esterilizantes e misturas intravenosas. Dispensação e distribuição de medicamentos e material médico-hospitalar; Farmacovigilância. Farmácia Clínica; Acompanhamento farmacoterapêutico; Comissões Hospitalares: Comissão de Farmácia e Terapêutica, Controle de Infecção Hospitalar e Comissão de Suporte Nutricional; Centro de Informações de Medicamentos; Erros de medicação; Resíduos hospitalares; Métodos volumétricos, espectrofotométricos e cromatográficos aplicados na análise qualitativa e quantitativa de matérias-primas e formas farmacêuticas; Ensaios microbiológicos aplicados na avaliação de matérias-primas e formas farmacêuticas; Testes físicos e físico-químicos aplicados às formas farmacêuticas sólidas, semi-sólidas e líquidas.

2.2 CONHECIMENTOS GERAIS:

LÍNGUA PORTUGUESA: 1-Análise e Interpretação de Texto: Tipologias e Gêneros Textuais. Compreensão global do texto. Estrutura do texto e dos parágrafos. Ideias principais e secundárias. Elementos de coesão. Inferências. Efeitos de sentido. 2- Vocabulário: Significados de palavras e expressões no texto. Substituições de palavras e de expressões no texto. Estrutura e formação de palavras. Denotação e conotação. 3- Aspectos Linguísticos: Ortografia: emprego de letras. Fonética: relações entre fonemas e letras; classificação dos fonemas; encontros consonantais e vocálicos; dígrafos. Acentuação gráfica. Emprego e flexão das classes gramaticais. Relações morfossintáticas. Vozes verbais. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal.

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ATUALIDADES: Geografia e História do Estado de Mato Grosso e do Município de Tangará da Serra; Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural do Município de Tangara da Serra, de Mato Grosso e Brasil. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: MÉDICO CLÍNICO GERAL 20 H – 40H

3.1 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Sistema Único de Saúde – SUS: conceitos, fundamentação legal, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde. Política de Humanização do SUS e SISPACTO. Aspectos clínicos, epidemiológicos, fisiopatologia e tratamento de: Insuficiência Cardíaca, Insuficiência Coronariana, Insuficiência Hepática, Insuficiência Renal Aguda e Crônica, Pneumonias, Doenças Pulmonares Obstrutivas (Asma, Bronquite Crônica, Enfisema Pulmonar), Síndrome do Desconforto Respiratório do Adulto, Diarréia Aguda e Crônica, Imunodeficiências primárias e adquiridas,

Diagnóstico Diferencial e Abordagem do Paciente em Coma, Anemias, Distúrbios Somatoformes, Desnutrição no Adulto, Distúrbios da Hemostasia, Diagnóstico Diferencial das Artrites, Leucemias e Linfomas e suas complicações. Conhecimentos gerais de Medicina Legal. Suporte avançado em trauma. Suporte avançado em cardiologia; Doenças autoimunes (Lúpus Eritematoso Sistêmico, Artrite Reumatoide, Febre Reumática, Artrites Soronegativas), Distúrbios do Equilíbrio Ácido-Básico, Distúrbios Hidroeletrolíticos, Neoplasias Primárias e Metastáticas, Diabetes Mellitus e suas complicações agudas e crônicas, Síndrome do Hipo e Hipertireoidismo. Aspectos legais da profissão: Lei Federal 11.889 de 24/12/2008; Código de Ética Médica.

3.2 CONHECIMENTOS GERAIS:

LÍNGUA PORTUGUESA: 1-Análise e Interpretação de Texto: Tipologias e Gêneros Textuais. Compreensão global do texto. Estrutura do texto e dos parágrafos. Ideias principais e secundárias. Elementos de coesão. Inferências. Efeitos de sentido. 2- Vocabulário: Significados de palavras e expressões no texto. Substituições de palavras e de expressões no texto. Estrutura e formação de palavras. Denotação e conotação. 3- Aspectos Linguísticos: Ortografia: emprego de letras. Fonética: relações entre fonemas e letras; classificação dos fonemas; encontros consonantais e vocálicos; dígrafos. Acentuação gráfica. Emprego e flexão das classes gramaticais. Relações morfossintáticas. Vozes verbais. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal.

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ATUALIDADES: Geografia e História do Estado de Mato Grosso e do Município de Tangará da Serra; Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural do Município de Tangara da Serra, de Mato Grosso e Brasil. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: MÉDICO INTERVENCIONISTA - SAMU

4.1 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Sistema Único de Saúde – SUS: conceitos, fundamentação legal, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde. Política de Humanização do SUS e SISPACTO. Atendimento Pré-Hospitalar de Urgência em: politraumatizados: traumatismos não-intencionais, violência e suicídio; trauma com múltiplas vítimas: triagem e prioridade de atendimento e transporte; primeiro atendimento: ABCDE do trauma; avaliação do coma; choque hipovolêmico e ressuscitação hidroeletrolítica; queimaduras, intoxicações, envenenamentos, afogamentos, choque elétrico, mordedura e picada de animais peçonhentos, manejo das vias aéreas no politraumatizado; traumas: torácico, abdominal, cranioencefálico, de coluna, músculo-esquelético, de face e pescoço e da pelve, fraturas em geral, principais fraturas, torções, luxações parada cardiorespiratorio, doenças cardiovasculares: sintomas mais comuns; insuficiência cardíaca; arritmias; cardiopatia isquêmica; hipertensão arterial sistêmica. Distúrbios ginecológicos e obstétricos: sangramento vaginal; gravidez ectópica; doença hipertensiva da gravidez; violência sexual; parto de emergência. Pediatria: acidentes; asma aguda; cetoacidose diabética; síndrome nefrítica; infecção urinária febril; distúrbios hidroeletrolíticos e ácido-básicos; meningites; crises convulsivas; dor abdominal aguda; urgências cardiológicas; choque; parada cardiorrespiratória básica; parada cardiorrespiratória avançada. – doenças psiquiátricas: depressão; ansiedade; dependências químicas. – distúrbios metabólicos: diabete mélito; distúrbios acido-básicos; doenças respiratórias: infecção respiratória; asma brônquica; DPOC; insuficiência respiratória, tromboembolia pulmonar, Doenças do Sistema Nervoso: acidentes vasculares cerebrais, comas com e sem sinais de localização, convulsões, epilepsia, infecções do sistema nervoso.

4.2 CONHECIMENTOS GERAIS:

LÍNGUA PORTUGUESA: 1-Análise e Interpretação de Texto: Tipologias e Gêneros Textuais. Compreensão global do texto. Estrutura do texto e dos parágrafos. Ideias principais e secundárias. Elementos de coesão. Inferências. Efeitos de sentido. 2- Vocabulário: Significados de palavras e expressões no texto. Substituições de palavras e de expressões no texto. Estrutura e formação de palavras. Denotação e conotação. 3- Aspectos Linguísticos: Ortografia: emprego de letras. Fonética: relações entre fonemas e letras; classificação dos fonemas; encontros consonantais e vocálicos; dígrafos. Acentuação gráfica. Emprego e flexão das classes gramaticais. Relações morfossintáticas. Vozes verbais. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal.

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ATUALIDADES: Geografia e História do Estado de Mato Grosso e do Município de Tangará da Serra; Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural do Município de Tangara da Serra, de Mato Grosso e Brasil. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: MÉDICO CARDIOLOGISTA

5.1 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Sistema Único de Saúde – SUS: conceitos, fundamentação legal, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde. Política de Humanização do SUS e SISPACTO. Hipertensão primária e secundária. Eletrocardiograma patológico. Insuficiência cardíaca – diagnóstico e tratamento. Valvulopatias. Cardiopatias congênitas. Cardiopatia e gravidez. Insuficiência coronariana. Marca-passo. Afecções da aorta. Arritmias cardíacas. Dislipedimia. Reanimação cardiovascular. M.A.P.A.: Monitorização ambulatorial da pressão arterial. O trabalho na urgência e emergência. Aspectos legais da profissão: Lei Federal 11.889 de 24/12/2008; Código de Ética Médica.

5.2 CONHECIMENTOS GERAIS:

LÍNGUA PORTUGUESA: 1-Análise e Interpretação de Texto: Tipologias e Gêneros Textuais. Compreensão global do texto. Estrutura do texto e dos parágrafos. Ideias principais e secundárias. Elementos de coesão. Inferências. Efeitos de sentido. 2- Vocabulário: Significados de palavras e expressões no texto. Substituições de palavras e de expressões no texto. Estrutura e formação de palavras. Denotação e conotação. 3- Aspectos Linguísticos: Ortografia: emprego de letras. Fonética: relações entre fonemas e letras; classificação dos fonemas; encontros consonantais e vocálicos; dígrafos. Acentuação gráfica. Emprego e flexão das classes gramaticais. Relações morfossintáticas. Vozes verbais. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal.

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ATUALIDADES: Geografia e História do Estado de Mato Grosso e do Município de Tangará da Serra; Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural do Município de Tangara da Serra, de Mato Grosso e Brasil. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

6. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: ENFERMEIRO - UMS

6.1 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Sistema Único de Saúde – SUS: conceitos, fundamentação legal, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde. Política de Humanização do SUS e SISPACTO. Gerenciamento dos Serviços de Enfermagem. Processo de trabalho em Enfermagem;

Auditoria em Saúde e em Enfermagem; Supervisão em Enfermagem; Teorias administrativas; Recursos humanos; Mudanças em Enfermagem; Planejamento em Enfermagem; Lei do Exercício Profissional; Atribuições da equipe de Enfermagem conforme a lei; funções privativas do enfermeiro; Conduta profissional segundo a Lei e o Código de Ética; Saúde do trabalhador. Doenças ocupacionais. Biossegurança; A vigilância epidemiológica no contexto da Enfermagem; Semiologia e semiotécnica aplicada à Enfermagem (princípios básicos do exame físico e adequação aos diagnósticos de enfermagem); Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), coleta de dados, diagnóstico de Enfermagem com base na Taxonomia da "Associação Norte-Americana de Diagnóstico em Enfermagem" (NANDA), Classificação de Intervenções de Enfermagem (NIC) e Avaliação da Assistência de Enfermagem (NOC), documentação e registro; Princípios da administração de medicamentos. Cuidados de Enfermagem relacionados à terapêutica medicamentosa; Assistência de Enfermagem na prevenção e controle de infecção hospitalar; Planejamento da assistência de Enfermagem no pré, trans e pós-operatório; Papel do Enfermeiro no centro cirúrgico e central de esterilização; Assistência de Enfermagem a adultos e idosos com alterações clínicas nos sistemas orgânicos, de acordo com as necessidades humanas básicas utilizando o processo de enfermagem. Modelos de intervenção na saúde da população idosa; Assistência de enfermagem a pacientes com doenças crônicas (hipertensão e diabetes) e imunodeficiência; Planejamento da assistência de Enfermagem nas alterações dos sistemas hematopoiético, gastrointestinal, cardiovascular, respiratório, renal, geniturinário, endócrino, nervoso e músculo-esquelético; Assistência de Enfermagem nas alterações clínicas em situações de urgência e emergência; Assistência de Enfermagem a pacientes com lesões por queimaduras; Assistência de Enfermagem em doenças infecciosas.

6.2 CONHECIMENTOS GERAIS:

LÍNGUA PORTUGUESA: 1-Análise e Interpretação de Texto: Tipologias e Gêneros Textuais. Compreensão global do texto. Estrutura do texto e dos parágrafos. Ideias principais e secundárias. Elementos de coesão. Inferências. Efeitos de sentido. 2- Vocabulário: Significados de palavras e expressões no texto. Substituições de palavras e de expressões no texto. Estrutura e formação de palavras. Denotação e conotação. 3- Aspectos Linguísticos: Ortografia: emprego de letras. Fonética: relações entre fonemas e letras; classificação dos fonemas; encontros consonantais e vocálicos; dígrafos. Acentuação gráfica. Emprego e flexão das classes gramaticais. Relações morfossintáticas. Vozes verbais. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal.

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ATUALIDADES: Geografia e História do Estado de Mato Grosso e do Município de Tangará da Serra; Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural do Município de Tangara da Serra, de Mato Grosso e Brasil. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

7. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 H

7.1 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Sistema Único de Saúde – SUS: conceitos, fundamentação legal, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde. Política de Humanização do SUS. Princípios gerais de biossegurança. Aspectos éticos e deontológicos do exercício da enfermagem. Sinais Vitais. Administração de medicamentos. Calendário de vacinação (2017) criança, adolescente, gestante, adulto, idoso, vacina antirrábica humana; Utilização de soro antiofídico, antiescorpiônico, antiaracnídeo, antitetânico; Notificações compulsórias.

7.2 CONHECIMENTOS GERAIS:

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de Texto, Estrutura de Linguagem, Ortografia e Gramática, Concordância Verbal, Concordância Nominal, Regência Verbal, Crase, Verbos, Pontuação, Classes de Palavras, Ortografia, Encontros Vocálicos e Consonantais e Acentuação Gráfica.

MATEMÁTICA: Raciocínio lógico; Números naturais, racionais, inteiros e reais: operações, expressões numéricas, expressões fracionárias, números decimais, problemas; Equação do 1º e 2º graus: resolução e problemas; Razão e proporção; Regra de três; Funções; Ponto, reta, plano e semi-reta; Progressão aritmética; Noções de Geometria Plana.

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ATUALIDADES: Demografia, vegetação, relevo, clima e hidrografia do Município de Tangará da Serra; história do Município de Tangará da Serra. Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural de Tangará da Serra, de Mato Grosso e Brasil. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

8. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: AGENTE ADMINISTRATIVO II – CTA/SAE E AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

8.1 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Sistema Único de Saúde – SUS: conceitos, fundamentação legal, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde. Política de Humanização do SUS. Funções da Administração: planejamento, organização, direção e controle. Rotinas administrativas. Documentos oficiais: Elaboração, redação e digitação de correspondências, e-mails, ofícios, memorandos e outros documentos. Serviços e rotinas de protocolo, expedição e arquivo; classificação de documentos e correspondências; processos administrativos: formação, autuação e tramitação; gestão de material e controle de estoques e almoxarifado. Noções de informática básica. Atendimento ao público. Segurança no Trabalho. Noções de ética no serviço público e relações interpessoais.

8.2 CONHECIMENTOS GERAIS:

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de Texto, Estrutura de Linguagem, Ortografia e Gramática, Concordância Verbal, Concordância Nominal, Regência Verbal, Crase, Verbos, Pontuação, Classes de Palavras, Ortografia, Encontros Vocálicos e Consonantais e Acentuação Gráfica.

MATEMÁTICA: Raciocínio lógico; Números naturais, racionais, inteiros e reais: operações, expressões numéricas, expressões fracionárias, números decimais, problemas; Equação do 1º e 2º graus: resolução e problemas; Razão e proporção; Regra de três; Funções; Ponto, reta, plano e semi-reta; Progressão aritmética; Noções de Geometria Plana.

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ATUALIDADES: Demografia, vegetação, relevo, clima e hidrografia do Município de Tangará da Serra; história do Município de Tangará da Serra. Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural de Tangará da Serra, de Mato Grosso e Brasil. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

9. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: RECEPCIONISTA

9.1 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Sistema Único de Saúde – SUS: conceitos, fundamentação legal, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde. Relações Interpessoais; Relacionamento com o Público; Noções de Postura e Ética Profissional; Noções de informática, Conhecimento

prático em telecomunicações e PABX; Qualidade no atendimento ao público; a imagem da instituição, a imagem profissional, sigilo e postura; Formas de tratamento, Direito dos Deficientes; A ética no serviço.

9.2 CONHECIMENTOS GERAIS:

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de Texto, Estrutura de Linguagem, Ortografia e Gramática, Crase, Verbos, Pontuação, Classes de Palavras, Ortografia e Acentuação Gráfica.

MATEMÁTICA: Raciocínio lógico; Números naturais, racionais, inteiros e reais: operações, expressões numéricas, expressões fracionárias, números decimais, problemas; Adição, subtração, divisão e multiplicação de números inteiros e fracionários.

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ATUALIDADES: Demografia, vegetação, relevo, clima e hidrografia do Município de Tangará da Serra; história do Município de Tangará da Serra. Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural de Tangara da Serra, de Mato Grosso e Brasil. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

10. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: MAQUEIRO

10.1 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Sistema Único de Saúde – SUS: conceitos, fundamentação legal, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde. Relações Interpessoais; Relacionamento com o Público; Noções de Postura e Ética Profissional; Qualidade no atendimento ao público; a imagem da instituição, a imagem profissional, sigilo e postura; Formas de tratamento. Direitos dos Deficientes. A ética no serviço público.

10.2 CONHECIMENTOS GERAIS:

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de Texto, Estrutura de Linguagem, Ortografia e Gramática, Crase, Verbos, Pontuação, Classes de Palavras, Ortografia e Acentuação Gráfica.

MATEMÁTICA: Raciocínio lógico; Números naturais, racionais, inteiros e reais: operações, expressões numéricas, expressões fracionárias, números decimais, problemas; Adição, subtração, divisão e multiplicação de números inteiros e fracionários.

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ATUALIDADES: Demografia, vegetação, relevo, clima e hidrografia do Município de Tangará da Serra; história do Município de Tangará da Serra. Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural de Tangara da Serra, de Mato Grosso e Brasil. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

ANEXO VI

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA PROVA OBJETIVA DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: AGENTE ADMINISTRATIVO II.

1.1 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Funções da Administração: planejamento, organização, direção e controle. Rotinas administrativas. Documentos oficiais: Elaboração, redação e digitação de correspondências, e-mails, ofícios, memorandos e outros documentos. Serviços e rotinas de protocolo, expedição e arquivo; classificação de documentos e correspondências; processos administrativos: formação, autuação e tramitação; gestão de material e controle de estoques e almoxarifado. Noções de informática básica. Atendimento ao público. Segurança no Trabalho. Noções de ética no serviço público e relações interpessoais.

1.2 CONHECIMENTOS GERAIS:

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de Texto, Estrutura de Linguagem, Ortografia e Gramática, Concordância Verbal, Concordância Nominal, Regência Verbal, Crase, Verbos, Pontuação, Classes de Palavras, Ortografia, Encontros Vocálicos e Consonantais e Acentuação Gráfica.

MATEMÁTICA: Raciocínio lógico; Números naturais, racionais, inteiros e reais: operações, expressões numéricas, expressões fracionárias, números decimais, problemas; Equação do 1º e 2º graus: resolução e problemas; Razão e proporção; Regra de três; Funções; Ponto, reta, plano e semi-reta; Progressão aritmética; Noções de Geometria Plana.

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ATUALIDADES:Demografia, vegetação, relevo, clima e hidrografia do Município de Tangará da Serra; história do Município de Tangará da Serra. Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural de Tangará da Serra, de Mato Grosso e Brasil. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

ANEXO VII

REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE TRATAMENTO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

Eu,_____, CPF n.° _____, candidato(a) ao Processo Seletivo para preenchimento de vagas no cargo de _____, nos termos do **Edital n.° 003/2017**, vem requerer tratamento especial necessário para a realização da prova objetiva.

Selecionar o tipo de prova e/ou o tratamento especial necessário(s).

1. Necessidade Física:

( ) Sala para amamentação (candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê)

( ) Sala térrea (dificuldade para locomoção)

( ) Sala individual (candidato com doença contagiosa-outras)

( ) maca

( ) mesa para cadeira de rodas

( ) apoio para pernas

1.1 Mesa e cadeiras separadas

( ) gravidez de risco

( ) obesidade

( ) limitações físicas

1.2 Auxilio para preenchimento: dificuldade /impossibilidade de escrever

( ) da folha de resposta da prova objetiva

1.3 Auxílio para leitura (ledor)

( ) dislexia

( ) tetraplegia

2. Necessidades visuais (cego ou pessoa com baixa visão)

( ) auxílio na leitura da prova (ledor) - TRANSCRITOR

( ) prova em braille e ledor - TRANSCRITOR

( ) prova ampliada (fonte 18)

( ) prova super ampliada (fonte 24)

3. Necessidade auditivas (perda total ou parcial da audição) ( ) intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) ( ) Leitura labial ( ) Necessita de tempo adicional para realização da prova objetiva (observar normas deste Edital)

( )Outras_____
_____.

Tangará da Serra, _____ de _____de 2017.

_____

Assinatura do candidato

ANEXO VIII

REQUERIMENTO PARA ISENÇÃO DE TAXA

Eu, _____, CPF nº _____, venho através deste requerer Isenção da Taxa de Inscrição para o cargo de _____ referente ao Processo Seletivo nº 003/2017.

Tangará da Serra, _____ de _____de 2017.

_____

Assinatura do candidato

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE DESEMPREGADO

Eu _____, portador do CPF nº_____ inscrição de nº _____, para concorrer a uma vaga no cargo de _____, declaro para os devidos fins que estou desempregado(a), não exerço atividade como autônomo(a), não participo(a) de sociedade profissional e minha situação econômica não me permite arcar com o valor da taxa de inscrição referente ao Processo Seletivo nº 003/2017, sem prejuízo do sustento próprio ou de minha família.

Tangará da Serra, _____ de _____ de 2017.

_____

Assinatura do candidato

ANEXO X

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO RELATIVO AO PROCESSO SELETIVO.

Eu _____, portador do CPF nº_____ RG nº. _____ inscrição de nº _____, inscrito para concorrer a vaga no cargo de _____, apresento recurso junto à Comissão do Processo Seletivo 003/2017.

O objeto de contestação é:
_____
_____
_____
_____ (explicitar o que está contestando).

Os argumentos com os quais contesto são:

_____
_____
_____
_____
_____
_____

_____Para fundamentar este recurso encaminho anexos os seguintes documentos:

_____
_____
____

Tangará da Serra, _____ de _____ de 2017.

_____

Assinatura do candidato

ANEXO XI

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

DATA PROVÁVEL	EVENTO
16/11/2017	Publicação do Edital de Abertura
16 e 17/11/2017	Prazo de impugnação ao edital de abertura (anexo X)
22 a 01/12/2017	Período de Realização das inscrições (Vencimento do boleto no dia 01/12/2017)
22 e 23/11/2017	Período de solicitação de isenção de taxa de inscrição (anexo VIII)
27/11/2017	Divulgação dos pedidos de isenção de taxa (deferidos e indeferidos)
27 e 28/11/2017	Período para interposição de recurso contra indeferimento do pedido de isenção de taxa (anexo X)
29/11/2017	Período de solicitação de prova e atendimento especial (anexo VII).
30/11/2017	Divulgação do resultado dos recursos da isenção de taxa
05/12/2017	Divulgação da solicitação de prova e atendimento especial
08/12/2017	Edital de homologação das inscrições deferidas e indeferidas
08 e 11/12/2017	Período para interposição de recurso contra indeferimento da inscrição (anexo X)
A partir de 15/12/2017	Edital de homologação das inscrições
A partir de 15/12/2017	Divulgação dos locais de realização das provas
17/12/2017	Realização da prova objetiva
A partir de 19/12/2017	Divulgação do edital do gabarito preliminar
19 e 20/12/2017	Período para interposição de recurso contra gabarito preliminar com fundamentação (anexo X)
A partir de 27/12/2017	Homologação e divulgação do edital do gabarito definitivo.
A partir de 09/01/2018	Divulgação do Edital de classificação preliminar
09 e 10/01/2018	Período para interposição de recurso contra classificação preliminar (anexo X)
12/01/2018	Divulgação do resultado dos recursos contra a classificação preliminar
12/01/2018	Homologação e divulgação do edital de classificação preliminar para realização da prova de títulos
15, 16 e 17/01/2018	Período de realização da prova de título
24/01/2018	Edital de classificação geral preliminar
24 e 25/01/2018	Prazo para recurso classificação geral preliminar
30/01/2018	Divulgação do resultado dos recursos contra a classificação preliminar
30/01/2018	Convocação para prova Pratica para os cargos de motoristas, mecânico e interpretes de libras.
31/01/2018	Realização da Prova Prática para os cargos de motoristas, mecânico e interpretes de libras.
02/02/2018	Edital de Homologação do Resultado Final.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE EDITAL PROTESTO

Ref.: Publicação de Edital Protesto

Senhor Prefeito,

A Secretaria Municipal de Finanças, por seu titular que abaixo subscreve, vem diante de V. Excelência para **REQUERER** a **publicação de edital** convocando os contribuintes inscritos na Divida Ativa do Município de Terra Nova do Norte, para regularizarem seus débitos, sob pena de execução judicial e protesto daquela.

Termos que,

Peço Deferimento.

Terra Nova do Norte-MT, 10 de novembro de 2017.

Mario Magnaguagno Secretário Municipal de Planejamento e Finanças

Processo nº 21/2017

Assunto: Publicação de Edital da Divida Ativa

Interessada: Secretaria Municipal de Finanças

DESPACHO

O Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, considerando o teor do requerimento da Secretaria Municipal de Finanças do Município, **DEFIRO** e **DETERMINO** a publicação de Edital de chamamento para a regularização dos contribuintes inscritos na divida ativa do Município de Terra Nova do Norte/MT.

Terra Nova do Norte-MT, 13 de Novembro de 2017.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 001/2017

O Município de Terra Nova do Norte, Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.978.212/0001-00, situada na Av. Cloves Vettorato, 101, centro, Terra Nova do Norte, através da sua Secretaria Municipal de Finanças, nos termos do art. 383 e seguintes e 388 e seguintes, todos do Código Tributário Municipal ,

NOTIFICA,

Os contribuintes em débito com o Município de Terra Nova do Norte/MT **para até o dia 23 de Dezembro de 2017, regularizarem seus débitos da**

inscrição em dívida ativa referente aos créditos tributários e não tributários vencidos inscritos na Dívida Ativa Municipal, a sob pena de execução judicial e protesto, referentes aos seguintes Tributos: IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (Taxas e Contribuições lançadas juntamente com o imposto), Taxas de coletas de Lixo, ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (tributados pelo movimento econômico), ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (autônomos – alíquota fixa), ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (retenção na fonte), ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS sobre construção), Taxas Decorrentes de Serviços Públicos, Taxas de Limpeza de Terrenos Baldios, Taxas de Alvará de Construção, Taxas de Alvará Eventual, Taxas de Permissão e Exploração a Título Precário, Taxas de Licença para Comércio Ambulante, Taxas de Licença para Localização e Funcionamento, Taxas de Verificação de Regular Funcionamento, Taxas de Vigilância Sanitária, Taxas de Licença de Propaganda e Publicidade, Taxas de Expediente, Taxa de Inscrição no CMC, Taxas de Atos do Executivo, Taxas de Caução e Descaucionamento, Taxas de Execução Subdivisão Unificação Caracterização e Denominação, Autos de Infração e Processos Administrativos Fiscais (SMFA, SMSA, SMMA e PROCON/FI), Restituição de Valores ao Erário (SMFA/ Departamento de Convênios e Subvenções), ISSQN – Simples Nacional/ Convênios e demais créditos tributários.

O envio das Certidões de Dívida Ativa à Procuradoria do Município, para os procedimentos de execução fiscal das dívidas, e inclusão no protesto, far-se-á independentemente de nova notificação.

O Processo com as listagens dos nomes está em ordem alfabética e encontra-se à disposição de todos os interessados no Departamento Tributário dessa Prefeitura.

Este edital permanecerá publicado pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da presente data, no site da Prefeitura Municipal, bem como no Mural do Paço Municipal.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, aos 13 (dez) dias do mês de novembro de dois mil e dezessete.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

RELAÇÃO DE CONTRIBUINTES COM DÍVIDA ATIVA – PESSOA FÍSICA		
Matrícula	**Contribuintes**	**CPF**
12992	ADELIA GENTIL COR DA SILVA	060.505.198-46
2103	ADILBERTO LEANDRO PANIZ	843.803.141-20
12752	ADRIANA FERREIRA DA SILVA	048.406.081-30
10092	AFONSO PEREIRA DE SOUZA	
1106	ALDO LOPES DE CARVALHO	299.850.721-20
3447	ALLAN DE BARROS DOS SANTOS	023.191.021-59
11195	ALZIRA MOURA	000.250.251-80
10275	ANA MARIA COMUNELO	
12785	ANDREI MARCOS MANFRIN	049.893.861-16
10330	ANTONIO DOMINGOS	
2870	ARNO GROSS	325.763.581-87
13136	BENVENUTO ALAFREDO CERESOLI	080.466.970-87
10423	CARLOTA ALVES DE AGUIAR	
10284	CLAUDIOMIRO F BARANOSKI	
1482	CLEUZA MOMOLI	024.626.881-61
1247	CRISTIELE APARECIDA KONRATH	048.419.071-73
15268	DALVA NAZARE DE ARRUDA DAMM	422.036.782-91
10235	DANIEL KOHLBECK	
1089	DELMIRO CAPELARI	313.718.760-53
2399	DENER LIMA SILVA	626.969.391-87
10359	DEOCLECIO GUINZANI	
16953	DILMAR JOSE JOAQUIM	817.667.181-91
2573	DIMAR FERRARI	515.786.979-72
10469	DOMICIO BEZZERRA DA SILVA	
1746	DOUGLAS MOURA	000.425.531-30
10510	EDISON MENEZES	
3778	ELIZEU MARCOS LUNEBURGER	000.941.121-69
14831	ELOI BINEK	352.649.931-49
13445	ERNESTO TEIXEIRA	152.658.119-15
10385	EVERADO HARTLI DE QUADROS	
511	FABIANA APARECIDA LEMES DA SILVA	870.955.301-06
12178	FABIANA HENRIQUES DOS SANTOS	026.766.041-39
1451	FABIO PASA WOLOSZIN	026.385.341-10
10048	FREDERICO LODI GRANVILLE	
10533	GERALDO INACIO DE LIMA	
985	GILDELSON SILVA	368.703.408-97
3875	GILMAR ANTONIO FRYDRISZEWSKI	347.150.960-72
11081	GLEYSEN COSTA RAMIRO	
2961	ILVO BORTOLINI	246.925.570-87
17208	IZABEL RODRIGUES LOPES	872.397.521-00
10395	JOAO DE SOUZA CAMARGO	
10459	JOAO MARTINHO	
10213	JOCELINO DA SILVA CORREIA	
13798	JORGE NISHIMURA	209.091.606-00
14343	JOSE ALAERCIO SINOTTI	299.990.811-34
11844	JOSE AMARIO FERNANDES SANTOS	016.973.341-64
14325	JOSE FERREIRA DOS REIS	299.572.731-91
2280	JOSE GOMES DE MORAES FILHO	716.230.0001-49
16420	JOSEFA SOARES DE MIRANDA	650.486.011-49
3996	LAUDYNEI ALVES DILL	043.421.021-88
14658	LOURIVAL HIPOLITO DA SILVA	329.105.761-91
17309	LUCIANE HELLSTROM	887.103.601-82
1227	LUIZ HENRIQUE DANTAS SANTOS	053.039.451-03
10247	LUIZ SEVERINO VITOR	
3855	LUIZ TRIFON PEREZ	374.313.828-04
4077	MARCIA CRISTIANE ARAUJO	006.730.151-73
1284	MARCIANO REFOSCO	033.439.491-08
15496	MARCOS ANTONIO MACIEL	459.435.751-20
17805	MARCOS DE ALMEIDA	976.177.331-00
17947	MARIA APARECIDA FERREIRA BUSS	384.170.651-72
11785	MARIA EMILIA PERIN	015.476.609-70
15339	MARIA GERALDA DE MOURA ARAUJO	403.818.606-44
1732	MARIA ISABEL MACEDO	001.471.541-46
847	MARIA LURDES CEREZOLI	513.828.061-91
14843	MARIANO HOROBINSKI	353.023.139-87
722	MARILUCI GUISSO	621.977.031-53
11070	MARIVANE PEDROSO BUENO	
13524	MARLEI APARECIDA CASTRO DE SOUZA	164.374.891-20
13203	MIGUEL CLARINDO SASTRE	096.128.078-68
1515	MIRLEIA KENSY VENTURA	021.572.721-51
1231	NAUAN BARBOSA LEITE	051.392.391-83
13137	NELSON PLINIO BUFFON	080.490.250-04
16123	NOEMI MOURA TONIAZZO	604.476.301-30
10217	ORLI ANTONIO GOMES	
11470	OVIDIO APARECIDO TUON	006.791.771-24
12485	PAULO VIRCILINO DA ROSA LISBOA	038.079.001-79
10293	PEDRO APARECIDO PRIMO	
10616	PEDRO DAMAS MACHADO	
15835	PEDRO GOMES DE BARROS	535.470.391-34
17347	PLINIO HENRARD DA SILVA	894.909.911-04
12597	QUELI TOME DE MELO	041.877.021-21
10373	SALVADOR GOMES F GUSMAO	
1511	SAMOEL RIBEIRO PALHANO	021.949.721-45
653	SANDRA RODRIGUES DE SOUSA	702.824.201-34
1865	SONIA FATIMA BENTO	941.343.831-53
12219	VALDEMIR SIMOES DE SOUZA	028.106.111-49
12853	VALDEVINO PADILHA DE OLIVEIRA	052.222.909-30
10451	VALDEVINO RAMOS DE AMORIM	
15404	VALDINEI GOMES	451.993.101-00
10045	VALENTIN ZANON	
2675	VANDERLEI AGOSTINI	442.646.400-59
1726	VANESSA ROBERTA TONIAZZO	002.090.341-30
10446	VICENTE PEREIRA SOARES	
2647	VILSON AMARAL DA ROSA	459.102.861-53
10270	VISAO LINO DE JESUS	
4010	WILLIAM GABIATTI	035.574.101-61
RELAÇÃO DE CONTRIBUINTES COM DÍVIDA ATIVA – PESSOA JURÍDICA		

Matrícula	Contribuintes	CNPJ
8135	CAIRES MARQUES BANDEIRA ME	22.221.589/0001-90
6149	D. DAL MAGRO – ME	04.056.436/0001-53
7435	DULCINEIA CALISTO DE OLIVEIRA	11.763.892/0001-07
8144	JEANE CRISTINE FERREIRA DA SILVA ME	22.368.924/0001-88
4614	MARIA LURDES CEREZOLI- ME	05.501.816/0001-12
4385	RICARDO SEREZOLI-ME	12.522.079/0001-08

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PORTARIA Nº 264/2017

Dispõe sobre designação de servidor para o cargo de provimento em comissão de Controlador Interno e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul;

Considerando razões de conveniência administrativa; e

Considerando ainda o impedimento temporário por motivo de saúde da Controladora Interna efetiva desta Prefeitura Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar, o servidor CLEITON LUIZ BORGES DE SOUZA, portador do RG nº 1830433-8 SSP/MT e do CPF nº 016.756.851-50, para exercer temporariamente, como substituto, o cargo de provimento em comissão de *Controlador Interno*, vinculado ao Prefeito Municipal, percebendo para tanto o vencimento constante do Anexo II da Lei Municipal nº 550 de 28 de novembro de 2014, atualizada posteriormente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 14 de novembro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 263/2017

Dispõe sobre licença para tratamento de saúde da servidora que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 100, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e considerando o atestado médico apresentado pela servidora interessada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida licença para tratamento de saúde a servidora efetiva Srª. EVAILDES MARIA DE JESUS – Zeladora, Vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, portadora do RG nº 1.531.437 SSP/GO e CPF nº 315.813.661-91, pelo período de 15 de novembro de 2017 a 13 de dezembro de 2017, sem prejuízo da remuneração, mediante concessão de auxílio-doença, a cargo do INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 14 de novembro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 265/2017

Institui Comissão de Teste Seletivo da Prefeitura Municipal de União do Sul, para coordenar processo seletivo simplificado para contratação de servidores por tempo determinado e excepcional interesse público e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e embasado no disposto no art. 3º, da Lei Municipal nº 437, de 27 de fevereiro de 2012;

R E S O L V E:

Art. 1º – Fica instituída a **Comissão de Teste Seletivo**, encarregada pela Coordenação do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2017, para contratação temporária de servidores, no âmbito da Prefeitura Municipal de União do Sul - MT, assim composta:

- Moacir Lino de Carvalho – Presidente;

- Vanderlei Telles – Secretário;

- Luciani Regina Bulla – Membro;

- Jéssica Francieli Gonçalves Duarte – Membro;

- Marcelo Correa – Membro;

- César Itamar Sarinho Guergoleti – Membro.

Art. 2º – A Comissão de Teste Seletivo é soberana nos assuntos que tange ao Processo Seletivo, sua organização e todos os trâmites legais até a entrega do resultado final para homologação.

Art. 3º – A Comissão de Teste Seletivo ora designada terá como suas principais atribuições:

a) elaborar o Edital de Processo Seletivo Simplificado;

b) promover as inscrições dos candidatos dentro das premissas do Edital de Processo Seletivo;

c) indicar fiscais para as salas de provas;

d) coordenar a aplicação das provas;

e) proceder à correção das provas;

f) coordenar a divulgação dos resultados;

g) receber e julgar eventuais recursos;

h) preparar o relatório de resultado final a ser encaminhado ao Prefeito Municipal, para homologação.

Art. 4º – Os cargos e a quantidade de vagas constarão no Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 02/2017.

Art. 5º – Fica estabelecida a data de 08 de dezembro de 2017, das 19:00 horas às 22:00 horas (3 horas de duração), para a realização do Teste Seletivo Simplificado, podendo esta data ser alterada se necessário.

Art. 6º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 14 de novembro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Espécie: Termo de Rescisão do Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público sob nº 51/2017.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratado: JEAN MARTINS ROSARIO – CPF nº 048.622.501-14.

Cargo/função: Auxiliar de Magistério 20H, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Motivo da Rescisão: Rescisão a pedido do Contratado.

Data assinatura do Termo: 10/11/2017.

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

JEAN MARTINS ROSARIO

Contratado.

PORTARIA Nº 266/2017

Dispõe sobre Progressão de Nível de Servidora efetiva vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providencias.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e observando o disposto no art. 61, inciso II, da Lei Municipal nº 551, de 28 de novembro de 2014 e alterações posteriores;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida Progressão de Nível, da ordem de 5% (cinco por cento), à servidora efetiva LUCIANI REGINA BULLA – Odontóloga, portadora do RG nº 2.632.151 SSP/SC e do CPF nº 753.252.259-87, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, considerando tempo de serviço, na forma disposta no Anexo Único desta Portaria.

Parágrafo Único - O novo enquadramento dos vencimentos por conta da progressão de nível ora concedida, demonstrado no anexo único desta Portaria, observará a Tabela do Anexo XI da Lei nº 551, de 28 de novembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de novembro de 2017 e efeito financeiro sobre a folha de pagamento do mês de novembro de 2017 e subsequentes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 14 de novembro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO (Portaria nº 266/2017)

TABELA DE PROGRESSÃO DE NÍVEL DE SERVIDORA EFETIVA LOTADA

NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

			Enquadramento Atual			ENQUADRAMENTO 2017		
Mat.	Servidor	Cargo	Admissão	Classe	Nível	Data	Classe	Nível
663	LUCIANI REGINA BULLA	ODONTÓLOGA	01/11/2008	B	3	01/11/2017	B	4

Visto:

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 267/2017

Dispõe sobre Progressão de Nível de Servidores Efetivos vinculados à Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, e dá outras providencias.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e observando o disposto no art. 22, inciso I, e art. 27, da Lei Municipal nº 550 de 28 de novembro de 2014 e alterações posteriores (PCCV da administração);

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida Progressão de Nível, da ordem de 5% (cinco por cento), aos servidores efetivos lotados na Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, considerando tempo de serviço, na forma disposta no Anexo Único desta Portaria.

Parágrafo Único - O novo enquadramento dos vencimentos por conta da progressão de nível ora concedida, demonstrado no anexo único desta Portaria, observará a Tabela do Anexo XII e XIII da Lei nº 550, de 28 de novembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de novembro de 2017 e efeito financeiro sobre a folha de pagamento do mês de novembro de 2017 e subsequentes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 14 de novembro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO (Portaria nº 267/2017)

TABELA DE PROGRESSÃO DE NÍVEL DE SERVIDORES EFETIVOS LOTADOS

NA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

			Enquadramento Atual			ENQUADRAMENTO 2017		
Mat.	Servidor	Cargo	Admissão	Classe	Nível	Data	Classe	Nível
665	ADRIMONE MARIA HELBING CORREA	ASSISTENTE DE CONTROLE ADMINISTRATIVO	01/11/2008	B	03	01/11/2017	B	04
669	ANTONIO SÉRGIO FIORÍLLIO	ASSISTENTE DE CONTROLE ADMINISTRATIVO	01/11/2008	A	03	01/11/2017	A	04

Visto:

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

LEI N°499/2017 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2018 e dá outras providências.

GERALDO MARTINS DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a toda população, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1° - O Orçamento geral do Município de Vale de São Domingos – MT, para o Exercício Financeiro de 2018, discriminado pelos anexos integrantes desta lei, estima a Receita bruta em R$ 14.555.316,68 (Quatorze Milhões Quinhentos e Cinquenta e Cinco Mil Trezentos e Dezesseis Reais e Sessenta e Oito Centavos), assim distribuído por esfera fiscal R$9.800. 576,00 e seguridade social R$4.754.740,68 conforme discriminação a seguir.

Art. 2° - A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos, Rendas e Outras Receitas Correntes e de Capital, de acordo com a legislação vigente e com o seguinte desdobramento:

Por Categoria Econômica

CONSOLIDADO

RECEITAS	**R$**	**14.555.316,68**
Receita Corrente	R$	14.085,116,68
Receita de Contribuições – Intra Orçamentárias	R$	470.200,00
Total Geral	R$	14.555.316,68

Art. 3° - A Despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros Programa de Trabalho e Natureza da Despesa, que apresentam os seguintes desdobramentos:

POR FUNÇÃO DO GOVERNO

01-Legislativa	R$	710.000,00
04-Administração	R$	2.291.363,00
08–Assistência Social	R$	777.120,00
09-Previdência Social	R$	907.400,00
10-Saúde 11-Trabolho	R$ R$	3.070.220,68 140.000,00
12-Educação	R$	4.279.213,00
13-Cultura	R$	100.000,00
15-Urbanismo 17-Saneamento	R$ R$	1.375.500,00 282.000,00
18 – Gestão Ambiental 20-Agricultura 27-Desporto e Lazer	R$ R$ R$	97.500,00 60.000,00 105.000,00
28-Encargos Especiais 99-Reserva de Contingência	R$ R$	180.000,00 180.000,00
TOTAL GERAL	**R$**	**14.555.316,68**

POR SUBFUNÇÕES

031-Ação Legislativa	R$	710.000,00
122-Administração Geral 124- Controle Interno	R$ R$	3.222.854,12 70.000,00
241-Assistência ao Idoso	R$	119.120,00
243-Assistência à Criança e ao Adolescente	R$	94.500,00
244-Assistência Comunitária	R$	563.500,00
272-Previdência do Regime Estatutário	R$	361.300,00
301-Atenção Básica	R$	1.816.975,88
302-Assitência Hospitalar e Ambulatorial	R$	560.997,80
303-Suporte Profilático e Terapêutico	R$	143.597,00
304-Vigilância Sanitária 305 – Vigilância Epidemiológica	R$ R$	65.358,88 27.900,00
331-Proteçao e Beneficio ao Trabalho	R$	140.000,00
361-Ensino Fundamental	R$	3.914.713,00
365-Educação Infantil	R$	364.500,00
392-Difusão Cultural	R$	100.000,00
451-Infra-Estrutura Urbana 482- Habitação Urbana	R$ R$	1.360.500,00 15.000,00
512-Saneamento Básico Urbano 541- Preservação e Conservação Ambiental	R$ R$	282.000,00 97.500,00
606-Extenção Rural 812 – Desporto Comunitário	R$ R$	60.00,00 105.000,00
841-Refinanciamento da Divida interna	R$	180.000,00
999-Reserva de Contingência	R$	180.000,00
TOTAL GERAL	**R$**	**14.555.316,68**

POR PROGRAMA

001-Processo Legislativo	R$	710.000,00
010-Gestao da saúde com Qualidade	R$	358.750,00
018-Promoção e Extensão Rural 020-Gerir c/ Qualidade a Atenção Básica 028-Previdencia Social 030-Ampl. E Qualid. Media e Alta Complexidade 040- Ampl. E Qualid.na Assistência Farmacêutica	R$ R$ R$ R$ R$	60.000,00 1.759.937,80 907.400,00 560.997,80 143.597,00
042-Ensino Fundamental 044-Incentivo ao esporte amador e Lazer	R$ R$	4.279.213,00 105.000,00
050-Ampliaçao e Qualidade na Vig Sanitária	R$	65.358,88
060- Ampliação e Qualidade na Vig Sanitária 075- Atenção Basica	R$ R$	27.900,00 153.679,20
076-Saneamento Básico	R$	1.161.500,00
081-Assistência	R$	9.000,00
082-Gest.de prog. Proj. Serv. Benef. Da Proteção	R$	219.620,00
090-Assist. Social Geral 101-Administracao e Gerenciamento 104-Fomento a Difusão Cultural 105-Urbanismo	R$ R$ R$ R$	548.500,00 2.791.363,00 100.000,00 593.500,00
TOTAL DE ADMINISTRAÇÃO DIRETA	**R$**	**14.555.316,68**

POR CATEGORIA ECONÔMICA

Despesas Correntes	R$	12.974.491,76
Despesas de Capital	R$	1.079.724,92
Reserva de Contingência do RPPS	R$	321.100,00
Reserva de Contingência	**R$**	**180.000,00**
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO	**R$**	**14.555.316,68**

POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Câmara Municipal	R$	710.000,00
Gabinete Do Prefeito	R$	765.000,00
Secretaria Municipal de Administração	**R$**	2.005.963,00
Secretaria Municipal de Fazendas	**R$**	632.800,00
Secretaria Municipal de Promoção Social	**R$**	777.120,00
Fundo municipal de Saúde	**R$**	3.070.220,68
Secretaria Municipal de Educação e Cultura	**R$**	4.379.213,00
Secretaria Mun. Desenvolvimento Sustentável.	R$	140.000,00
Secretaria Municipal de infra Estrutura	R$	1.872.500,00
Secretaria Municipal de Esporte Secretaria Municipal de Meio Ambiente	R$ R$	105.000,00 97.500,00
TOTAL GERAL	**R$**	**14.555.316,68**

Art. 4° - Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados, nos termos da Constituição Federal e da legislação federal em vigor, a:

I - Abrir créditos adicionais e suplementares, até o limite de 40% (Quarenta por cento) da despesa orçada utilizando como fonte de recursos a anulação parcial ou total de dotações, assim como excesso de arrecadação ou superávit financeiro, nos termos do artigo 43 da Lei 4.320/64.

II – Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de convênios, não previstos na receita do orçamento, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta lei.

III – Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação, considerada a tendência do exercício.

IV – Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1° de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Vale de São Domingos, MT, Aos 14 dias do mês de Novembro de 2017.

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito Municipal

LEI Nº 498/2017 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe Sobre o Plano Plurianual do Município de Vale de São Domingos-MT, para o período de 2018 a 2021 e da outras providências.

O Prefeito Municipal de VALE DE SAO DOMINGOS, Estado de Mato Grosso, **Sr. GERALDO MARTINS DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

Artigo 1º - Esta Lei institui o Plano Plurianual do município de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, para o período de 2018 à 2021, em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 1º da Constituição Federal, na forma dos anexos, integrantes desta Lei, estabelecendo, para o período, os programas, funções, subfunções, ações (projetos e atividades) da administração, na forma dos formulários anexos desta Lei.

Artigo 2º - A exclusão ou alteração de programas, ações e suas respectivas metas, constantes desta Lei serão propostos pelo Poder Executivos, através de Projeto de Lei específico.

Artigo 3º - A inclusão de novos programas, ações e suas respectivas metas no Plano Plurianual, somente poderão ocorrer mediante Projeto de Lei específico de iniciativa do Poder Executivo, com a indicação dos recursos que os viabilizem.

Artigo 4º - O Plano Plurianual poderá ser atualizado periodicamente, ou conforme a necessidade de revisão, mediante Projeto de Lei específico.

Artigo 5º - A inclusão, exclusão ou alteração de ações do Plano Plurianual poderá ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

Artigo 6º - O Poder Executivo Municipal poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício, de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Artigo 7º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias extraídas dos Anexos desta Lei;

Artigo 8º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem previa inclusão no Plano Plurianual ou sem lei que autorize sua inclusão.

Artigo 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Vale de São Domingos-MT, 14 de Novembro de 2017.

Geraldo Martins da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA Nº 070/ CORREG. GERAL/ 2017.

O Corregedor Geral da Secretaria Municipal de Defesa Social e da Guarda Municipal, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei nº. 4.108/2015, de 12 de novembro de 2015, Lei nº. 4.167/2016, de 30 de junho de 2016, Lei nº. 4.180/2016, de 30 de dezembro de 2016 e, tendo em vista o disposto no Art. 6º, III, b, Art. 9º e Art. 23 a 29, todos do Decreto nº. 80 de 17 de dezembro de 2015 e, Portaria GAB/PREF/PMVG nº. 08/2017, de 16 de fevereiro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR que a Comissão de Procedimentos Administrativos Disciplinares, composta pelos servidores **Sidney** Oliveira do Carmo, matrícula nº. 43.248, **Maurício** Rodrigues da Silva, matrícula nº. 35.127 e **Beatriz** Regina Marchetti, matrícula nº. 5.380, nomeada pela Portaria nº. 08/2017, de 16 de fevereiro de 2017, sediada na Rua: Gonçalo Gomes, nº. 412, Bairro da Manga, para, sob a presidência do primeiro – Instaure **SINDICÂNCIA,** e apure, no prazo de **30 (trinta)** dias, possíveis enquadramentos às Leis e Decretos que regem a Guarda Municipal de Várzea Grande, e subsidiariamente o Estatuto do Servidor Público de Várzea Grande, as possíveis irregularidades referentes aos Atos e Fatos constantes da Denúncia de Fato apresentada à Corregedoria pelo senhor Nilton Simões Vaz, em 05/09/2017, e demais documentos que a acompanham, que denuncia, em tese, indícios de transgressão/infração administrativa/disciplinar atribuída a servidor, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 14 de Novembro de 2017.

Éber Milton da Silva Soares

Corregedor Geral – SMDS/GMVG

PORTARIA N. 133/2017/GAB/SMECEL/VG

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais torna público a relação nominal dos servidores públicos em gozo regulamentar de férias 2016/2017, consoante a Lei Complementar n.º 3.797/2012.

FÉRIAS 2016/2017 – SMECEL/VG				
MATR	SERVIDOR (A)	CARGO	LOTAÇÃO	Período Gozo
87179	DEYBSON KENER RIBEIRO DE CAMPOS	TSAE - TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SEGURANÇA	EMEB JOSÉ ESTEJO DE CAMPOS	02/04/17 A 01/05/17
9019	CONSTANTINO DOMINGOS DA SILVA	TSAE - TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SEGURANÇA	EMEB EDNILSON FRANCISCO KOLLING	01/10/17 A 30/11/17
28163	LOURENÇO DE CAMPOS	TSAE - TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SEGURANÇA	SMECEL - ANEXO I	13/12/17 A 11/01/18
84011	JOÃO DA CRUZ DE ALMEIDA	TSAE - TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SEGURANÇA	EMEB ALINO FERREIRA DE MAGALHÃES	01/12/17 A 30/12/17

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Várzea Grande, 14 de novembro de 2017.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SER

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

Em conformidade com o Art. 244 da Lei 1.164/91; DECRETO N°64 DE 2014; Art.73, inciso V alínea "d"; Art. 10, inciso I da Lei 7.783/89; Parecer Técnico n° 151/CGM/2017 da Controladoria Geral do Município.

CONTRATO	SERVIDORES	PERÍODO			FINALIDADE DO
Nº		INICIO	TÉRMINO	CARGOS	CONTRATO
2236	ELDERSON GONÇALO DE CAMPOS	14/11/2017	31/12/2017	AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS	PRESTAÇÃO SERVIÇO

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE

VÁRZEA GRANDE, 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO AZEVEDO ARAUJO

Diretor Presidente DAE/VG.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL

Edital Nº. 002/2017/CMAS

Edital de Convocação de Eleição Das Instituições não Governamentais

Dispõe sobre os Princípios da Eleição dos Representantes da Sociedade Civil para compor o Colegiado do Conselho Municipal de Assistência Social de Várzea Grande, para o biênio 2018 a 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em uso de suas atribuições e em obediência a Lei Municipal nº 3.762/2012, tornam público a Convocação para a Eleição de membros representantes de entidades não governamentais, para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social de Várzea Grande.

1. Das Disposições Preliminares

1.1. O Processo Eleitoral será regido por este Edital, avisos, atos complementares e eventuais retificações, sendo sua execução de responsabilidade do Conselho Municipal de Assistência Social.

1.2. O presente Processo Eleitoral se destina a selecionar candidatos para o preenchimento de vagas no Conselho Municipal de Assistência Social para o biênio de 2018 a 2019.

2. - Do Conselho Municipal de Assistência Social.

2.1 - O Conselho Municipal de Assistência Social, órgão de deliberação colegiada do sistema descentralizado de Assistência Social, deliberativo, consultivo, normativo, fiscalizador de caráter permanente e de composição paritária entre governo e sociedade civil, instituído pela Lei Municipal nº 3. 762/2012, será dirigido por um Presidente, conforme a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS nº 8.742/93.

2.2 - **Das Competências do Conselho Municipal de Assistência Social.**

2.2.1 - Conforme dispõe o Art. 2º do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social disposto no Decreto nº 40 de 10 de junho de 2015, o Conselho Municipal de Assistência Social, tem por atribuições, entre outras:

I – exercer a orientação e o controle do Fundo Municipal;

II – aprovar a política municipal de assistência social, elaborada em consonância com a política estadual de assistência social na perspectiva do SUAS e as diretrizes estabelecidas pelas conferencias de assistência social;

III – acompanhar e controlar a execução da política municipal de assistência social;

IV – aprovar o plano municipal de assistência social e suas adequações;

V – zelar pela implementação e pela efetivação do SUAS, buscando suas especificidades no âmbito das três esferas do governo e efetiva participação dos segmentos de representação dos Conselhos;

VI – acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços sócio assistenciais, programas e projetos aprovados na Política Municipal de Assistência Social;

VII – regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, no âmbito do município, considerando as normas gerais do CNAS, as diretrizes da política estadual de assistência social, as proposições da conferência municipal de assistência social e os padrões de qualidade para a prestação de serviços;

VIII – aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, tanto os recursos próprios do município quanto os oriundos de outras esferas do governo, alocados no respectivo Fundo Municipal de Assistência Social;

IX – aprovar o plano de aplicação do Fundo Municipal e acompanhar a execução orçamentária e financeira anual dos recursos;

X – aprovar critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados no LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;

XI – aprovar o plano integrado de capacitação de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com Lei 8.742 de 07/12/1993, consolidada pela Lei 12.435 de 06/07/2011, e a Lei Complementar nº 3.762/ 2012.

XII – propor ao CNAS o cancelamento de registro das entidades e organizações de assistência social que incorrerem em descumprimento dos princípios previstos no artigo 4° da LOAS e em irregularidades na aplicação de recursos que lhes forem repassados pelos poderes públicos;

XIII – acompanhar o alcance dos resultados dos pactos estabelecidos com a rede prestadora de serviços da assistência social;

XIV – aprovar o relatório anual de gestão;

XV – inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social no âmbito municipal;

XVI – informar ao CNAS sobre o cancelamento de inscrição de entidades e organizações de assistência social, para a adoção das medidas cabíveis; (Resolução CNAS 237, de 2006, art. 3°, inciso XIII);

XVII – definir os programas de assistência social (ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais), obedecendo aos objetivos e aos princípios estabelecidos na Lei 8.742, de 1993, com prioridade para a inserção profissional e social;

XVIII – divulgar e promover a defesa dos direitos sócio-assistenciais;

XIX – acionar, quando necessário, o Ministério Público, como instancia de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;

XX – elaborar e alterar seu regimento interno;

XXI – Aprovar a instituição de grupos de trabalho e comissões, suas respectivas competências, sua composição, procedimentos e prazos de duração através de resolução própria.

3. Da Composição do Conselho Municipal de Assistência Social.

3.1 - O Conselho Municipal de Assistência Social é composto, por 12 (doze) membros titulares e respectivos suplentes, dentre os quais, 06 (seis) representantes da Administração Pública Municipal, indicados de acordo com a determinação do Artigo 6º, do Regimento Interno do CMAS e Representantes da área não Governamental.

4. Da inscrição

4.1 - Poderão candidatar-se as vagas destinadas à ***Área Não Governamental***, sendo 02 (dois) representantes de entidades que prestam serviços de assistência Social, 02 (dois) representantes de entidades de usuários dos Serviços de Assistência Social e 02 (dois) representantes de entidades representante dos Trabalhadores, instalados, preferencialmente no Município de Várzea Grande, e serão escolhidos pelas suas respectivas diretorias, ficando o seu Presidente responsável pela indicação a ser formalizada ao Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social através de ofício, conforme dispõe o Artigo 7º do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social.

4.2 – As candidaturas dos representantes das entidades da Área Não Governamental serão solicitadas no prazo determinado por este Edital, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social, mediante oficio a ser encaminhado ao Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Várzea Grande – MT no prazo de 03 (três) dias a contar da publicação deste edital;

4.3 - As inscrições deverão ser enviadas até o dia **21 de Novembro de 2017**, no Conselho Municipal de Assistência Social de Várzea Grande –MT, localizada na Avenida Castelo Branca - Centro Sul, Várzea Grande - MT, CEP: 78.110-200, cujo horário de funcionamento é de Segunda-feira a Sexta-feira, no período da manhã das 08h00m as 12h00m e no período da tarde das 14h00m as 18h00m.

4.4 - Não serão aceitas inscrições em outros meios e tampouco em outros dias e horários.

5 - **Dos Documentos Necessários**

5.1 - Das Entidades

5.2 - As entidades eleitas deverão apresentar no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do resultado da eleição, os seguintes documentos:

I – Oficio Endereçado ao Conselho Municipal de Assistência Social de Várzea Grande – MT, solicitando a inscrição e apresentando o seu representante;

II – Ata de Eleição e Termo de Posse da atual Diretoria, devidamente registradas em cartório;

III – Cópia do Estatuto da Entidade, registrado em Cartório;

IV – Certidão de Personalidade Jurídica Ativo;

V – Comprovação atualizada de que a Entidade tem Inscrição Ativa no Conselho Municipal de Assistência Social.

5.3 - **Dos Representantes**

5.4 - Os representantes das entidades eleitas deverão apresentar no prazo de 03 (três) dias, a contar da publicação do resultado da eleição, os originais e cópias dos seguintes documentos:

I – Documento comprobatório que representa uma Entidade não governamental;

II **-** Certidão Negativa de 1° e 2° Graus Civil e Criminal, expedidas pela Justiça Estadual e Federal;

III – Cópia autenticada do RG e do CPF do candidato;

IV – Comprovante de Endereço.

5.6 - A entidade e/ou seu representante que não apresentar os documentos dispostos acima no prazo estabelecido será excluída do pleito eleitoral, sendo convocada a próxima instituição mais votada que também deverá apresentar os documentos necessários e comprobatórios de sua regularidade.

6. - **Da Comissão Eleitoral**

6.1 - O Processo Eleitoral será organizado pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Várzea Grande-MT, e conduzido por uma Comissão Eleitoral instituída especificamente para este fim.

6.2 – A Comissão Eleitoral terá plena autonomia e será soberana em suas decisões.

7. - **Da Votação e do local de Votação**

7.1 – A eleição será realizada em **22 de Novembro de 2017, das 14h00-min as 17h00min**, no Auditório da Secretaria Municipal de Assistência Social de Várzea Grande – MT, localizado na Avenida Castelo Branco - Centro Sul, Várzea Grande - MT, CEP: 78.110-200.

7.2 – Somente poderão votar as Entidades devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social, mesmo que não apresentem candidatos, sendo um voto por Entidade.

7.3 - Serão consideradas escolhidas as Entidades que obtiverem o maior número de votos válidos.

7.4 - Havendo empate na votação, será considerado como critério de desempate, o maior tempo de fundação, apurado pela data de seu primeiro estatuto quando não houver outra forma de comprovação.

8. - **Da Mesa Receptora**

8.1 **–** A Mesa Receptora será composta pelos membros da Comissão Eleitoral e após o encerramento da Votação, será transformada em Mesa Escrutinadora, ficando responsável pela divulgação do resultado.

8.2 - Ao término da apuração dos votos será lavrada a ata com os resultados finais, que deverá ser assinada pela Comissão Eleitoral, Mesa Receptora e duas testemunhas.

9. - Das Disposições Gerais e Transitórias

9.1. As candidaturas que não atenderem ao disposto neste Edital, não serão aceitas e casos apresentem alguma irregularidade, após a inscrição, serão automaticamente impugnadas;

I – É de responsabilidade da Comissão Eleitoral, confirmar ou não a inscrição dos candidatos.

II - A listagem dos representantes candidatos será afixada nos locais de votação.

9.2 - Outras informações poderão ser obtidas diretamente no Conselho Municipal de Assistência Social de Várzea Grande – MT.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

9.4 - O resultado oficial será publicado no Diário Oficial dos Municípios.

9.5 - Logo após anunciado o resultado final, os membros titulares do Conselho deverão se reunir no mesmo local em data previamente convencionada, podendo ocorrer na próximo reunião ordinária do Conselho de Assistência Social ou ainda, poderá ser designada reunião extraordinária pa-

ra este fim, para a eleição da Diretoria Executiva, cujo mandato será de dois anos, com direito à recondução nos termos do Art. 12 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social.

Várzea Grande - MT, 13 de Novembro de 2017.

JOÃO GUMERCINDO CASSIM

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Várzea Grande – MT

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2017

O Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira, **COMUNICA**, para conhecimento dos interessados, que fica declarado **CANCELADO O PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017**, **Processo: 032/2017 Objeto**: Registro de preço para Futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de dosagem de Cloro Gasoso e desinfecção com fornecimento do produto para atender as demandas das estações de tratamento de água, para tratamento de água destinado ao abastecimento público, prestação de serviços de manutenção em cilindros de cloro gás, aquisição de equipamento em regime de comodato para sistema de cloração das ETA's I e II, e aquisição de equipamentos de segurança conforme especificações constantes no termo de referência, destinado a atender as necessidades do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – Mato Grosso, por MOTIVOS ADMINISTRATIVOS e para ALTERAÇÕES NO TERMO DE REFERÊNCIA. Outras informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações e Contratos o DAE/VG, na Av. Governador Júlio Campos, 2599 – Jardim dos Estados – CEP 78.150-000, Várzea Grande/MT.

Várzea Grande, 14 de novembro de 2017.

CRISTIANE PEREIRA MARTINSPREGOEIRA- DAE/VG

RICARDO AZEVEDO ARAÚJODIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2017

O Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará **realizar** licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2017,** tendo como objeto: **Registro de preço paraFutura e eventual contratação de empresa especializada** na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de condicionadores de ar, para atender ao Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea Grande/MT.

Para o **dia 29 de novembro de 2017, às 09h00min (horário de Mato Grosso).** O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - Comissão de Licitação, situado na Av. Gov. Júlio Campos 2.599, Jardim dos Estados – Várzea Grande/MT e no site: www.daevg.com.br.

Várzea Grande-MT, 14 de novembro de 2017.

CRISTIANE PEREIRA MARTINS

PREGOEIRA - DAE/VG

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2017.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE – DAE/VG

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2017.

RECONHEÇO E HOMOLOGO a contratação por meio de dispensa de licitação, considerando a orientação disposta no Parecer Jurídico nº 121/2017, que está fundamentado no artigo 24, inciso I, da Lei nº 8.666/93. OBJETO: Formalização de Contrato para a Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de reparo em telhados/coberturas (TELHADISTA) com fornecimento de materiais, para atender ao DAE Setor Comercial, que foi seriamente danificado pelo temporal ocorrido no dia 28/10/2017, e assim sanar o problema e evitar maiores danos causados pelas goteiras causadas pelo temporal em Várzea Grande – MT.

EMPRESA: **VALDENICE FERREIRA DOS SANTOS**

CNPJ: 28.694.364/0001-38

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 036/2017/DAE-VG

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto Atividade: 2069 Fonte: 999, Elemento de Despesa: 33.90.39.

VALOR: Custo fixo no valor de **R$ 31.484,83 (trinta e um mil e quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e três centavos)**

Várzea Grande, 14 de novembro de 2017.

RICARDO AZEVEDO ARAUJO

DIRETOR PRESIDENTE – DAEVG

EDITAL 019/2017

Divulgação da Errata do Resultado do Processo Seletivo – Excedentes da Contagem de Pontos.

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Sílvio Aparecido Fidelis, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica e considerando a Lei Complementar N° 3.797/2012, O Edital 01/2016, a Instrução Normativa 001/2016/GAB/SMECEL/VG/MT e a Portaria 098/2016/GAB/SMECEL/VG/MT; torna público o Resultado do Processo Seletivo – Contagem de Pontos de Profissionais de Educação na SMECEL para o ano de 2017.

CLASSIFICAÇÃO DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

TÉCNICO ADMINISTRATIVO				
N°	**NOME**	**D. N.**	**PONT**	**UNIDADE ESCOLAR**
01	JORIVAL RAMOS DE MORAES	07/04/1963	**01,00**	SMECEL
02	MARCIO CAÇAPA BASTOS DA SILVA	28/09/1994	**01,00**	SMECEL
03	FERNANDA VICTÓRIA DE OLIVEIRA	24/08/1998	**01,00**	SMECEL

CLASSIFICAÇÃO DE TÉCNICO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

MANUTENÇÃO E SEGURANÇA DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR				
N°	**NOME**	**D. N.**	**PONT**	**UNIDADE ESCOLAR**
01	HAMILTON RIBEIRO DE CASTRO JUNIOR	07/11/1971	**01.00**	SMECEL

TÉCNICO EM NUTRIÇÃO ESCOLAR				
N°	**NOME**	**D. N.**	**PONT**	**UNIDADE ESCOLAR**
01	IVANEIDE DA SILVA	31/12/1981	**01,00**	SMECEL

TÉCNICO em TRANSPORTE ESCOLAR				
N°	**NOME**	**D. N.**	**PONT**	**UNIDADE ESCOLAR**
01	ANDERSON FORTES DA SILVA	29/05/1981	**01,00**	SMECEL

Várzea Grande-MT, 14 de Novembro de 2017

Sílvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Catarina Sena Barros de Toledo

Subsecretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO CONTRATO N. 114/2017

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e o Senhor ELDEMAR LUIZ TONIAL devidamente inscrito no CPF n°. 949. 503.348-91 e o Senhor GIOVANI ROSSETTO TREVISOL, devidamente inscrito no CPF n°. 593.771.001-00. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado oriundo do Ata de Dispensa de Licitação nº. 029/2017, vinculado ao Processo Administrativo nº. 137/2017, mediante as cláusulas e condições. OBJETO: Constitui objeto locação do imóvel localizado na Avenida Castelo Branco, nº. 1.530, Bairro Água Limpa, Várzea Grande – MT, com destino único e exclusivo para o funcionamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo do Município de Várzea Grande. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor do aluguel mensal de R$ 18.282,60 (dezoito mil, duzentos e oitenta e dois reais e sessenta centavos) perfazendo o valor total de R$ 219.391,20 (duzentos e dezenove mil, trezentos e noventa e um reais e vinte centavos). UO: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO: 07.01.18.122.0002. P/A: 2.236. ND: 3.3.90.36.00.00.00 – OST – PF. FONTE: 0999. UO: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, ECONÔMICO E TURISMO DO: 36.03.22.661.0036. P/A: 1.269. ND: 3.3.90.36.00.00.00 – OST – PF. FONTE: 0999.VIGÊNCIA: Terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.. FISCAL DE CONTRATO: Fica designa para este ato, a servidora, senhora ELLEN CRISTINA MORENO DO NASCIMENTO, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 15871134 SSP/MT e inscrita no CPF nº. 013.612.851-33.

DATA DE ASSINATURA: 08.11.2017.

HELEN FARIAS FERREIRA

Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável – PMVG/MT

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo Sustentável – PMVG/MT

ELDEMAR LUIZ TONIAL

Locador

GIOVANI ROSSETTO TREVISOL

Locador

PORTARIA N° 1052/2017

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Interromper a Licença Prêmio concedido através da Portaria nº 885/2017, à servidora**GERALDA GALDINA DE MELO**, Matrícula **17379**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de Professor I a IV, referente ao **qüinqüênio 01.04.2009/2014**

, **03 (três)** meses, de **Licença Prêmio** a vigorar em **04.10.2017** à **02.01. 2018**, interrupção a partir de **01.11.2017,** em razão de Aposentadoria**.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 14 de Novembro de 2017.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

EXTRATO CONTRATO N. 115/2017

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa P. MOREIRA LIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME devidamente inscrito no CNPJ n°.21.395.275/0001-41. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666/93, vinculados a Adesão a Ata de Registro de Preços nº 011/2017 oriunda do Pregão Presencial nº. 016/2017 da Prefeitura Municipal de Vila Bella da Santíssima Trindade-MT, conforme descrito no Edital e seus anexos, no Processo Administrativo nº. 101/2017, na proposta da Contratada, no Termo de Referência nº 049/2017 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Várzea Grande OBJETO: Este termo tem por objeto Adesão a Ata de Registro de Preços nº 011/2017 oriunda do Pregão Presencial nº 016/2017 do Município de Vila Bella da Santíssima Trindade/MT, registro de preço para futura e eventual aquisição de material esportivo para atender as necessidades dos projetos e eventos esportivos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer no Município de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Atribui-se ao presente o valor global de R$ 73.533,60 (setenta e três mil, quinhentos e trinta e três reais e sessenta centavos). UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.01.12.0002. P/A: 2.165. ND: 3.3.90.30. 00.00.00 – MAT. CONSUMO. FONTE: 0001. DO: 35.02.27.813.0033. P/A: 2.256. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MAT. CONSUMO. FONTE: 0999. DO: 35. 04.13.392.0014. P/A: 2.261. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MAT. CONSUMO. FONTE: 0999. VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura. FISCAL DE CONTRATO: Fica designado pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para este ato, a servidor, o senhor JADIR PEREIRA, portador da Cédula de Identidade RG nº877.556 PM/MT e inscrita no CPF nº. 406.778.181-49

DATA DE ASSINATURA: 09.11.2017.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – PMVG/MT

P. MOREIRA LIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME

Contratada.

PORTARIA Nº 050/SEGEFAZ/2017

Dispõe sobre a rotina administrativa de investigação e registro de quitação manual de créditos tributários recolhidos e em situação em aberto no sistema de dados tributários municipal.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO FAZENDÁRIA do Município de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a necessidade de disciplinar as rotinas e procedimentos internos, bem como, principalmente, CONSIDERANDO a existência de créditos tributários recolhidos pelos agentes arrecadadores e em situação “em aberto/aguardando” no sistema municipal de dados tributários e a premente necessidade de confirmação da veracidade junto aos agentes arrecadadores da informação prestada, e ou alegada, referente ao recolhimento do tributo em aberto,RESOLVE:

Art. 1ºInstituir, no âmbito da Secretaria de Gestão Fazendária, o procedimento administrativo de investigação e registro de quitação manual de créditos tributários de competência da Secretaria de Gestão Fazendária recolhidos pelos agentes arrecadadores e em situação” em aberto/aguardando” no sistema municipal de dados tributários.

Art. 2º O procedimento administrativo de investigação e registro de quitação manual de créditos tributários de competência da Secretaria de Gestão Fazendária recolhidos pelos agentes arrecadadores e em situação em aberto no sistema municipal de dados tributários será precedido de requerimento e processo específico devidamente protocolizado pelo contribuinte ou seu representante legal junto à Coordenadoria de Atendimento ao Contribuinte.

§ 1º Após a realização do protocolo, o processo será encaminhado para a Coordenadoria de Cobrança e Arrecadação, unidade responsável pela investigação junto aos agentes arrecadadores acerca do recolhimento do tributo.

§ 2º A Coordenadoria de Cobrança e Arrecadação providenciará a imediata investigação junto aos agentes arrecadadores, acerca do recolhimento do tributo, bem como, de posse de tais informações, remeterá o processo para as unidades da Secretaria de Gestão Fazendária responsáveis pela administração do tributo, para análise, decisão e registro de quitação manual de créditos tributários em situação “em aberto/aguardando” no sistema municipal de dados tributários .

§ 3º O registro de quitação manual de créditos tributários em situação “em aberto/aguardando” no sistema municipal de dados tributários caberá exclusivamente aos servidores vinculados às unidades da Secretaria de Gestão Fazendária responsáveis pela administração do tributo, integrantes dos cargos de Inspetor de Tributos I e II, sujeita a homologação no citado sistema pelo respectivo Coordenador e Secretário de Gestão Fazendária.

Art. 3º Para protocolização do processo administrativo referenciado nos artigos anteriores o mesmo deverá estar instruido com os documentos abaixo:

I – requerimento da parte interessada, conforme modelo (Anexo I);

II – cópia do documento de identidade e do CPF se pessoa física e do Contrato Social e da última alteração se Pessoa Jurídica;

III – Documento de Arrecadação Municipal original e respectivo comprovante original de pagamento;

IV –instrumento de representação legal e cópia da carteira de identidade e CPF do(s) procurador(es), quando houver;

V – declaração, sob as penas da lei, acerca da veracidade do recolhimento bancário e que não solicitou a restituição do pagamento.

§ 1º Caso o comprovante de pagamento apresentado seja impresso em papel termo sensível, para atendimento ao inciso I, o documento original deverá ser substituído por sua cópia, autenticada pelo servidor da Coordenadoria de Atendimento ao Contribuinte que o receber, mediante verificação do documento original.

§ 2º A Coordenadoria de Atendimento ao Contribuinte, unidade da Secretaria de Gestão Fazendária, responsável pela protocolização do requerimento do contribuinte, deverá fornecer ao contribuinte ou seu representante legal, cópia legível dos documentos elencados no inciso III, juntamente com Termo de Retenção de Documento de Arrecadação Municipal e Comprovante de Pagamento (Anexo II), que conterá o nome e a matrícula do servidor que promover a retenção do original.

§ 3º O processo que for protocolizado em desconformidade com o indicado neste artigo será arquivado sem a análise do mérito, precedida de intimação do contribuinte realizada pela Coordenadoria de Cobrança e Arrecadação para no prazo de 08 (oito) dias, a contar de sua ciência, suprir a ausência dos documentos.

§ 4º A Coordenadoria de Atendimento ao Contribuinte providenciará a ciência imediata do teor da intimação prevista no parágrafo anterior, por meio de nota de ciência exarada pelo contribuinte, ou seu representante legal no processo, bem como, o retorno do mesmo para a Coordenadoria de Cobrança e Arrecadação, na hipótese de atendimento da intimação, ou o seu arquivamento, em caso de desatendimento, precedida de termo com o relato da situação fática.

Art. 4º No caso de ITBI, cujo comprovante de pagamento do tributo encontre-se arquivado no Cartório de Ofício de Imóveis onde foi lavrada a escritura pública, será aceita cópia autenticada pelo respectivo cartório do DAM – Documento de Arrecadação Municipal, acompanhado da respectiva escritura.

Art. 5º Nos casos em que o Documento de Arrecadação Municipal – DAM original e respectivo comprovante original de pagamento seja apresentado à Coordenadoria de Fiscalização, para comprovação de pagamento de imposto devido, por contribuinte objeto de ação fiscal, o responsável pela ação, providenciará a protocolização do processo administrativo nos termos do art. 3º e o imediato encaminhamento para a Coordenadoria de Cobrança e Arrecadação, unidade responsável pela investigação junto aos agentes arrecadadores acerca do recolhimento do tributo.

Art. 6º Não será devolvido o comprovante de pagamento cuja autenticação seja considerada falsificada ou estornada, devendo o documento ser encaminhado ao órgão competente para a investigação criminal cabível.

Art. 7º Caberá a Superintendência de Receita providenciar junto a empresa gestora do sistema municipal de dados tributários a restrição do acesso ao sistema para a realização do procedimento de registro de quitação manual de créditos tributários de competência da Secretaria de Gestão Fazendária apenas para os servidores integrantes dos cargos mencionados no art. 2º, § 3º.

Art. 8º Fica fixado o prazo de 60 (sessenta dias) para conclusão do procedimento previsto nesta Portaria,podendo, ser prorrogado mediante necessidade apresentada pela Coordenadoria de Cobrança e Arrecadação.

Art. 9º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande – MT, 14 de Novembro de 2017.

João Benedito Gonçalves Neto

Secretário Municipal de Gestão Fazendária

ANEXO I – REQUERIMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FAZENDÁRIA

COORDENADORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE

_____CPF n. _____, Documento de identidade n. _____, domiciliado à _____ n. _____, complemento _____, bairro _____, município _____, telefone n. _____, e-mail _____ vem requerer **a extinção do crédito tributário** de _____, em razão do pagamento, nos termos do art. 156, I, do CTN, referente ao Documento de Arrecadação Original n _____ e comprovante de pagamento original, ambos em anexo

Declara, sob as penas da lei que as informações e os documentos acostados ao presente requerimento são expressão da verdade e que não foi solicitada a restituição do pagamento.

Declara, ainda, estar ciente que a não apresentação de documentos e informações necessárias à instrução do pedido ou a apresentação incompleta, ensejará o arquivamento do processo sem análise do mérito.

Declara, por fim, ter recebido o Termo de Retenção de Comprovante de Pagamento e cópia legível do Documento de Arrecadação Municipal original e respectivo comprovante original de pagamento.

DESCRIÇÃO DA MOTIVAÇÃO DO PEDIDO:

_____
_____
_____
_____
_____

DOCUMENTOS ANEXOS:

( ) cópia do documento de identidade e do CPF se pessoa física e do Contrato Social e da última alteração se Pessoa Jurídica;

( ) Documento de Arrecadação Municipal original e respectivo comprovante original de pagamento;

( )instrumento de representação legal e cópia da carteira de identidade e CPF do(s) procurador(es), quando houver;

Nestes Termos, pede Deferimento.

Várzea Grande, _____ de _____ de 20___

_____

Assinatura do Requerente ou Representante Legal

ANEXO II – TERMO DE RETENÇÃO DE DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL E COMPROVANTE DE PAGAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FAZENDÁRIA

COORDENADORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE

A Coordenadoria de Atendimento ao Contribuinte declara que recebeu de _____CPF n. _____, Documento de identidade n. _____, domiciliado à _____ n. _____, complemento _____, bairro _____, município _____, telefone n. _____, e-mail _____, Documento de Arrecadação Municipal original e respectivo comprovante original de pagamento, para fins de instrução do Processo Gespro n. _____, conforme PORTARIA Nº 050/SEGEFAZ/2017.

Várzea Grande, _____ de _____ de 20___

_____

Assinatura e Matrícula do Servidor Responsável

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
ERRATA

ERRATA

PORTARIA Nº 093/2017

Na publicação no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do dia 14/11/2017, pág.260, **PORTARIA n° 093/2017**, que seja desconsiderado o corrigido o cargo, portanto:

Onde se lê:

Art.1°- Conceder em favor da Servidora **ORITA DE OLIVEIRA SANTOS**, mat.**n°503** lotado no Comercial do Centro, exercendo o cargo de encarregado de equipe de manutenção, a licença prêmio, referente ao quinquênio **2010/2015**, sendo que o mesmo irá gozar **90** (noventa) dias do quinquênio, no período de **01.04.2018 a 30.06.2018**

Leia-se:

Art.1°- Conceder em favor da Servidora **ORITA DE OLIVEIRA SANTOS**, mat.**n°503** lotado no Comercial do Centro, exercendo o cargo de auxiliar de serviços gerais, a licença prêmio, referente ao quinquênio **2010/2015**, sendo que o mesmo irá gozar **90** (noventa) dias do quinquênio, no período de **01.04.2018 a 30.06.2018**

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 14 de novembro de 2017.

RICARDO AZEVEDO ARAUJO

Diretor Presidente

AVISO DE CONVOCAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.03/2017

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande inscrita no CNPJ nº 03.507.548/0001-10 pessoa jurídica com sede no paço municipal Couto Magalhães, localizado na Av. Castelo Branco 2.500 - Centro Sul - Várzea Grande - MT - CEP 78.125-700, através da Secretaria Municipal de Comunicação Social Convoca a todas Licitantes para a 4º Sessão da Concorrência Publica 003/2017 será no dia 24 de novembro de 2017, às 14: h30min, na sala de licitações. Várzea Grande, 14 de novembro de 2017, Jane Cássia Duarte Lima Barros, Presidente da Comissão Especial de Licitação.

PORTARIA Nº 071/ CORREG. GERAL/ 2017.

O Corregedor Geral da Secretaria Municipal de Defesa Social e da Guarda Municipal, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei nº. 4.108/2015, de 12 de novembro de 2015, Lei nº. 4.167/2016, de 30 de junho de 2016, Lei nº. 4.180/2016, de 30 de dezembro de 2016 e, tendo em vista o disposto no Art. 6º, III, b, Art. 9º e Art. 23 a 29, todos do Decreto nº. 80 de 17 de dezembro de 2015 e, Portaria GAB/PREF/PMVG nº. 08/2017, de 16 de fevereiro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR que a Comissão de Procedimentos Administrativos Disciplinares, composta pelos servidores **Beatriz** Regina Marchetti, matrícula nº. 5.380, **Maurício** Rodrigues da Silva, matrícula nº. 35.127 e **Sidney** Oliveira do Carmo, matrícula nº. 43.248, nomeada pela Portaria nº. 08/2017, de 16 de fevereiro de 2017, sediada na Rua: Gonçalo Gomes, nº. 412, Bairro da Manga, para, sob a presidência do primeiro – Instaure **SINDICÂNCIA,** e apure, no prazo de **30 (trinta)** dias, possíveis enquadramentos às Leis e Decretos que regem a Guarda Municipal de Várzea Grande, e subsidiariamente o Estatuto do Servidor Público de Várzea Grande, as possíveis irregularidades referentes aos Atos e Fatos constantes da C.I s/n, de 19/09/2017, encaminhada à Corregedoria através da C.I nº. 496/GMVG/2017, de 20/09/2017, GesPro nº. 478324/17, de 25/09/2017, e demais documentos que a acompanham que denuncia, em tese, indícios de transgressão/infração administrativa/disciplinar atribuída a servidor, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 14 de Novembro de 2017.

Éber Milton da Silva Soares

Corregedor Geral – SMDS/GMVG

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 095/2017

PORTARIA Nº 095/2017

Ricardo Azevedo Araújo – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/98, e;

Considerando os termos do artigo 67 da Lei n. 8.666/93, que dispõe sobre o acompanhamento dos contratos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado;

Considerando os termos do Acórdão n. 731/2012 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de dezembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 011/2017

CONTRATO N.º 029/2017- *VALDENICE FERREIRA DOS SANTOS*

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de reparo em telhados/coberturas (TELHADISTA) com fornecimento de materiais, para atender ao DAE Setor Comercial, que foi seriamente danificado pelo temporal ocorrido no dia 28/10/2017, e assim sanar o problema e evitar maiores danos causados pelas goteiras causadas pelo temporal em Várzea Grande.

Fiscal: Alessandro Macaubas Leite de Campos

RG N.º 13167995 SSP/SP CPF N.º 946.029.481-20

END.º: Rua Carmim Miranda n.º 508 Bairro: Costa Verde Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 2.159

Suplente de Fiscal: Aguinaldo Lourenço da Costa Silva

RG N.º 12192066 SSP/MT CPF N.º 003.116.541-93

END.º: Av. Filinto Muller n.º 280 Bairro: Centro

Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 605

Art. 2°. Essa Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições anteriores.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 14 de novembro de 2017.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PORTARIA N.303/2017

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor efetivo municipal, **GILBERTO CAMPOS RAMOS DA ROSA**, portador do **RG: 009.085 SSP/MT e CPF: 142.838. 671-87**, lotada no cargo efetivo de Engenheiro civil, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Administração Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade de **N. 109/2017.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

DECRETO Nº 121/2017. DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Regulamenta o Art. 143 da Lei nº 747/2008, de 22 de fevereiro de 2008, que dispõe sobre o auxílio-alimentação destinado aos servidores ativos.

O Senhor Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica - MT, no uso de suas atribuições conferidas em lei, com fundamento no disposto no art. 143 da Lei Municipal nº 747, de 22 de fevereiro de 2008,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica instituído o Auxílio Alimentação para os servidores ativos do Poder Executivo do Município de Vila Rica - MT, nos cargos de Motorista Escolar, Motorista de Veículos Leves e de Veículos Pesados e Operador de Operador de Máquinas Pesadas, nos termos do artigo 143 da Lei Municipal Nº 747, de 22 de fevereiro de 2008, independentemente da jornada de trabalho, com pagamento em pecúnia, mensalmente, e terá caráter indenizatório, na forma do disposto neste Decreto.

Art. 2º - O Auxílio Alimentação será concedido por dia trabalhado, com o efetivo desempenho das atribuições do servidor, com o objetivo de subsidiar as despesas de alimentação.

§ 1º - Para todos os efeitos, são considerados por dia trabalhados: as ausências, as licenças e os afastamentos legais previstos na Lei Municipal Nº 747, de 22 de fevereiro de 2008, e ainda a participação do servidor em programa de treinamento regularmente instituído, conferências, congressos, treinamentos ou eventos similares, com ou sem deslocamento da sede.

§ 2º Para efeito de desconto do Auxílio Alimentação, por dia não trabalhado, será efetuado no mês subsequente àquele em que ocorrer o fato gerador.

Art. 3º - O servidor não fará jus ao Auxílio Alimentação nas seguintes hipóteses:

I - licença médica após 30 (trinta) dias;

II - licença por motivo de doença em pessoa da família após 30 (trinta) dias;

III - licença para acompanhamento de cônjuge e companheiro;

IV - licença para o serviço militar;

V - licença para atividade política;

VI - licença para tratar de interesses particulares;

VII – licença para servir em outro órgão ou entidade do poder público;

VIII - afastamento para exercício de mandato eletivo;

IX - suspensão em virtude de penalidade disciplinar, nos termos da Lei Municipal 747/2008, durante o período de sua duração;

X - afastamento preventivo**,** nos termos da Lei Municipal Nº 747/2008;

XI - faltas comprovadas sem justificativas.

Art. 4º - O servidor que acumule cargo ou função de confiança na forma da Constituição Federal fará jus à percepção de um único Auxílio Alimentação.

Art. 5º - O Auxílio Alimentação não é rendimento tributável, não constitui base de incidência de contribuição previdenciária, nem base de cálculo para fins de margem consignável e não integra o subsídio para fins de desconto de qualquer natureza.

Art. 6º - O Auxílio Alimentação não é acumulável com outros de espécie semelhante, tais como cesta básica ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de auxílio ou benefício alimentação.

Art. 7º - O Auxílio Alimentação, de caráter indenizatório, não poderá ser incorporado ao subsídio, ou vantagem para quaisquer efeitos.

Art. 8º - O Auxílio Alimentação será pago mensalmente na seguinte proporção:

a) Até 10 dias afastados da sede no mês, R$: 291,49(Duzentos e noventa e um Reais e quarenta e nove centavos),

b) Entre 10 a 20 dias afastados da sede no mês, R$: 433,19(Quatrocentos e trinta e três Reais e dezenove centavos), e;

c) Acima de 20 dias afastados da sede no mês, R$: 590,73(quinhentos e noventa reais e setenta e três centavos).

Art. 9º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias, conforme Lei Municipal Nº 1.488/2017.

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Unidade: 05.02 – Manutenção e Encargos com Fundo Mun. de Educação

P. A: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Educação

3.3.90.46 – Auxílio Alimentação – Rec. Ordinários (Livres).

Art. 10º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11º - Revogam-se as disposições contrárias.

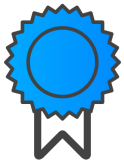
Vila Rica – MT, 03 de novembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Wed Nov 15 21:31:52 UTC 2017
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)